

.CAMPO.MINADO.

Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

Revista Campo Minado • Edição nº 7 • Niterói

1º Semestre de 2025 • ISSN Eletrônico: 2763-5341



Dossiê- Letramentos no Ensino
Superior: por uma universidade
mais inclusiva

Capa: Bruno Mibielli

Comitê Editorial:

Andrea Soutto Mayor
Bruno Mibielli
Dylla Neves
Johana Pardo
Josie Lessa
Klarissa Almeida Silva Platero
Marcos Veríssimo
Monica Garelli Machado

Capa: Bruno Mibielli

Diagramação:

Dylla Neves

Revisão ortográfica:

Alice Marques Nicolao
Amanda Queiroz do Rosário
Johana Pardo
Luany da Silva Muniz
Thaíssa Abranches Pinto Santos
Victor Soares Lopes

Comissão Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda
Carlos Victor Nascimento dos Santos
Daniel Misse
Danieli Machado
Douglas Leite
Edilson Márcio Almeida da Silva
Érika Guimarães Ferreira
Fábio Reis Mota
Fernando de Castro Fontainha
Flavia Medeiros
Frederico Policarpo
Glaucia Mouzinho
Jacqueline Muniz
José Colaço Dias Netto

Juliana Vinuto
Lenin dos Santos Pires
Lucia Eilbaum
Luciane Patrício
Ludmila Antunes
Marcial Suarez
Marco Aurélio Ferreira Gonçalves
Maria Pita
Michel Lobo Toledo Lima
Nalayne Pinto
Pedro Heitor Barros Geraldo
Rodrigo Gheringhelli
Rolf Malungo de Souza
Ronaldo Lobão

E-mail:

campominado.revista@gmail.com

**Revista Campo Minado, Volume 5, n. 7,
Niterói, Páginas 1-462, 1º semestre de 2025**

REVISTA
.CAMPO.MINADO.
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

SUMÁRIO:

Edição nº7

• Editorial	01
Comitê Editorial	
• Carta aos Leitores	03
Johana Pardo	
DOSSIÊ	
• Introdução ao dossiê: Letramentos no ensino superior: por uma universidade mais inclusiva	05
Mercedes Sebold	
Johana Pardo	
• Letramento racial e diversidade cultural na favela da maré: educação identidade e resistência	11
Rayane Freire Rodrigues	
• Entre palavras e poder, reflexões autoetnográficas sobre letramento e glotopolítica	27
Adriana dos Santos da Silva	
• Desafios e práticas de letramento acadêmico em foco	55
Marcelo Henrique Silva dos santos	
• A inteligência artificial no letramento acadêmico: Percepções, éticas e práticas	82
Flávia Teixeira Paixão de Farias	
• O impacto da inteligência artificial na escrita acadêmica	113
Alice Marques Nicolao	
• Como a audiodescrição reverbera no processo de letramento em língua adicional de pessoas sem deficiência: narrativa de um estudante de espanhol	128
Maria Roselene Soares Marques	
• A dublagem e legendagem como ferramentas didáticas no letramento de língua estrangeira em escolas públicas	155
Sabrina Moraes	

ARTIGOS

- **Sentenças Judiciais e Tribunal do Juri em Dourados** 176
André Luiz Faisting e Vitória Gontijo Britto
- **A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição** 197
Karen Gabriely Sousa Santos
- **3g de maconha na marmita do detento** 215
Tatiana Calandrino Maranhão
- **Do tratamento da vulnerabilidade da pessoa presa diante de eventos extremos** 235
William de Quadros da Silva

REPUBLICAÇÃO

- **A disciplina pela forma. In: LIMA, Roberto Kant de. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*** 262
Roberto Kant de Lima

MONOGRAFIAS

- **As Apreensões De Droga No Mato Grosso Do Sul: Significados Da Produtividade Policial** 274
Ana Clara Rangel
- **Os miliconheiros: observações sobre o consumo de maconha entre militares no interior de um quartel do Exército Brasileiro** 314
Eduardo Kaynan Quintaes Souza
- **A gestão do trabalho plataformizado no processo de marginalização e precarização dos entregadores de aplicativo** 387
Larissa Alfradique

RESENHA

- **Resenha do filme “Tropa de Elite”: As perspectivas da Segurança Pública através de uma Tropa de Elite** 429
Douglas Ribeiro de Faria
Eliel Ferreira da Silva
Luan de S. M. dos Santos

NOTA TÉCNICA

- **Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF)** 436

ENTREVISTA

- **Rebeca Lerer e Renato Filev** 448

Editorial

Conforme já é de conhecimento de todas e todos que acompanham as publicações da *Revista Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública*, nosso trabalho está articulado aos objetivos do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sendo assim, a construção de um espaço, acadêmico, onde se fomenta a reflexão crítica e construtiva no campo das políticas de Segurança Pública e suas consequências nas sociedades, sempre guiou nosso trabalho enquanto comissão editorial. Buscamos sempre contar com textos e abordagens inovadoras no campo das Ciências Sociais aplicadas ao campo da Segurança Pública e administração institucional de conflitos. Em nossos dossiês e seções de artigos avulsos, de fluxo contínuo, temos trabalhado para contar em nossas listas de autores com os pesquisadores que despontam no cenário da produção do conhecimento, mas também esperamos, mesmo na qualidade de revista ainda iniciante nos indexadores da área, sempre contar também com as contribuições de nossos mestres consagrados. Temos feito uma republicação por número desde que iniciaram as atividades da revista.

Nas entrevistas que realizamos, tivemos a oportunidade de apresentar o pensamento de destacados(as) professores e professoras a partir de conversas que partiram do campo da Antropologia, da Historiografia, da Ciência Política etc., mas sempre em direção da articulação com as questões e os dilemas da Segurança Pública e administração de conflitos no Brasil contemporâneo. A entrevista que trazemos neste sétimo número da *Campo Minado* – com o neurobiólogo Renato Filev e a jornalista Rebeca Lerer – parte da ideia de Intersecção, relacionando a problemática da segurança pública com outras questões sociais, criminais e econômicas, a exemplo das redes internacionais de tráfico de drogas, da dívida fundiária do Estado brasileiro frente às suas populações, crimes ambientais, garimpo ilegal etc.

Por outro lado, partindo de outros níveis da produção acadêmica, constituímos uma seção por número para a publicação de monografias de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da UFF. E aí há uma escolha, editorial e institucional, uma vez que se publicar textos escritos por graduados sem títulos de pós-graduação *strictu sensu* nunca favoreceu até o momento pretensões com indexações mais acima na tabela do *qualis*, contudo, permite dar visibilidade ao resultado de estudos de iniciação científica realizados

por pesquisadores iniciantes, indicados para publicação por seus orientadores(as) e membros das bancas após se destacarem pela excelência. No presente número, temos o prazer de publicar 3 monografias.

O Laboratório de Iniciação Acadêmica em Administração de Conflitos (LABIAC), é em parte constituído por membros desta comissão editorial. Além de contarmos com apoio material e institucional do INCT-InEAC, somos apoiados pelo CEDERJ, na forma de concessão de bolsas de tutoria, para a realização do projeto dos Grupos de Estudos em Segurança Pública (GESP), junto a estudantes e tutores da graduação de Tecnologia de Segurança Pública e Social da UFF, oferecido no sistema EaD por meio do CEDERJ. Os estudantes deste curso são necessariamente trabalhadores das corporações do chamado sistema de Segurança Pública – policiais, guardas, membros das FFAA e do sistema carcerário. Nas reuniões semanais do GESP, os textos publicados nesta revista são efetivamente lidos e debatidos, contribuindo para problematizar por meio dos estudos paradigmas de pensamento corporativos e fortemente arraigados e que, não raro, atrapalham uma compressão adequada dos dilemas do campo da Segurança Pública.

Também nesta edição, temos uma resenha produzida por estudantes do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social a partir de sua participação absolutamente voluntária nas oficinas de produção de texto do GESP. Não sem razão, a discussão que optamos por trazer no presente número foca na questão dos letramentos acadêmicos. Nossa posição neste aspecto está explicada e explicitada na Carta ao Leitor e na apresentação do dossiê.

Por fim, mas não menos importante, esta é a primeira edição da *Campo Minado* a vir a público após a passagem para outro plano, aos 80 anos, na cidade de Niterói, daquele que sempre foi um incentivador entusiasmado da revista e dos trabalhos do LABIAC, o antropólogo Roberto Kant de Lima. Professor da UFF por cinco décadas, formou muitos que hoje são professores, e continuam levando seu legado para as novas gerações. Com senso crítico afiado, empatia e impressionante dedicação ao trabalho acadêmico, fará muita falta. Convidamos os leitores e as leitoras confirmarem sua entrevista no número anterior. Esta edição é dedicada a ele.

Roberto Kant presente!

Carta ao leitor

Prezado(a) leitor(a),

Convidamos você a refletir criticamente sobre a interseção entre os letramentos no ensino superior e os desafios contemporâneos dos estudos sobre segurança pública. Este convite centra-se na possibilidade de pensar a formação universitária como um espaço atravessado por tensões constitutivas do campo. Uma dessas tensões, que inclusive poderíamos denominar como paradoxo, está no fato de que, por um lado, a universidade se constitui historicamente como reprodutora de práticas e normas que excluem sujeitos que não conseguem se adaptar ao seu *habitus* de estudos; por outro, é também um espaço com potencial para que emergjam experiências de resistência capazes de romper com essas exclusões, muitas vezes reinventando modos de ensinar, aprender e produzir conhecimento.

Ao adentrarmos os debates sobre os letramentos acadêmicos, compreendemos que eles não se limitam a habilidades técnicas, neutras ou universais. São práticas sociais situadas, marcadas por relações de poder, que tanto podem funcionar como dispositivos de exclusão, ao se ancorarem em convenções rígidas e códigos normativos descontextualizados, quanto como caminhos de emancipação, quando abrem espaço para a escuta das vozes historicamente marginalizadas. Essa ambiguidade se torna especialmente visível quando estudantes que atuam como agentes da segurança pública, como são os alunos do Tecnólogo em Segurança Pública da UFF, curso oferecido pelo consórcio CEDERJ, são convidados, por meio dos gêneros acadêmicos, a refletirem sobre suas práticas, saberes e trajetórias. Muitos deles se sentem confrontados pelas novas exigências da escrita universitária, mas é justamente nesse processo que encontram a possibilidade de reelaborar criticamente suas experiências, marcadas pela lógica do militarismo.

É nesse horizonte que se inscrevem as ações desenvolvidas no LABIAC, por meio de oficinas de produção textual e outras iniciativas colaborativas voltadas aos alunos do

curso de Tecnólogo em Segurança Pública, do qual nós, editores deste número, também fazemos parte. A experiência que compartilhamos ao longo deste número visa romper com a visão tradicional de que as dificuldades de escrita no ensino superior derivam unicamente de um “déficit” dos estudantes. Em vez disso, propomos compreender os letramentos como processos formativos em constante disputa, atravessados pelas realidades cotidianas dos sujeitos e por seus distintos repertórios linguísticos, culturais e profissionais.

A universidade, portanto, não é um espaço homogêneo. Ela se constitui por diferentes camadas de experiências, muitas vezes contraditórias, que revelam tanto suas fragilidades quanto suas potências. Este dossiê convida o(a) leitor(a) a pensar como práticas pedagógicas comprometidas com a escuta, o reconhecimento das diferenças e a valorização de saberes plurais podem ampliar as possibilidades de pertencimento e de formação crítica no ensino superior. Que esta leitura inspire novos encontros, inquietações e propostas que fortaleçam o vínculo entre universidade, letramento e cidadania.

Com estima

Johana Pardo

Dossiê

Introdução ao dossiê

Letramentos no ensino superior: por uma universidade mais inclusiva

Mercedes Sebold

Johana Pardo

Frases como “assistimos a uma crise generalizada na escrita e na leitura” circulam amplamente nos discursos midiáticos e no senso comum. De fato, é frequente encontrar notícias que alertam, em tom quase catastrófico, como no ensino superior, acontece uma queda na qualidade da formação dos estudantes, atribuída às deficiências nas competências de leitura e escrita dos universitários. Esses discursos, com frequência, relacionam o “déficit” ao processo de democratização e expansão do acesso das universidades, como se esta abertura estivesse, gradualmente, comprometendo a qualidade da formação acadêmica. Um exemplo desse tipo de narrativa pode ser encontrado na matéria publicada pelo jornal Estado de Minas, cuja manchete afirma:

“Educação: 38% dos universitários são analfabetos funcionais. A falta de compreensão do que lhe é pedido torna-se um problema que impacta as várias camadas da sociedade, da escola ao mercado... Ou seja, a expansão do ensino superior (com oferta de programas de incentivo e maior democratização do acesso às universidades) não tem refletido um ensino de qualidade.”¹

Nestes discursos, longe de problematizar e refletir sobre as desigualdades estruturais e históricas da educação no país, aponta-se como único responsável os próprios estudantes, que são retratados sob adjetivos como despreparados, desinteressados, analfabetos funcionais, incapazes de fazer interpretação de texto. Esse tipo de discurso se sustenta em concepções tradicionais sobre as práticas de letramento, que as entendem como competências isoladas, neutras e descontextualizadas. Desconsidera, assim, os estudos sobre escrita acadêmica que a reconhecem como um

¹SOUZA, Marcus Vinícius de. Educação: 38% dos universitários são analfabetos funcionais. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 mar. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniao/2022/03/31/interna_opiniao,1356716/educacao-38-dos-universitarios-sao-analfabetos-funcionais.shtml. Acesso em: 12 jun. 2025.

processo de aprendizagem contínuo, atravessado por diferentes etapas e demandas disciplinares. Trata-se de uma visão que ignora que as práticas de leitura e escrita fazem parte dos conteúdos do ensino superior que, como espaço formativo, apresenta gêneros específicos do mundo acadêmico e demandas novas e complexas para todos os estudantes, independentemente de sua trajetória. (Macedo et al., 2021)

Este dossiê nasce da preocupação por discutir e problematizar novas formas de compreender estas práticas, na disciplina “Letramentos acadêmicos: um olhar crítico para as práticas de escrita, leitura e oralidade na universidade” no programa de pós-graduação em Letras Neolatinas da UFRJ. Neste curso, observamos como a cristalização das premissas como as apontadas pela nota de jornal não apenas invisibilizam as condições sociais e históricas de acesso à cultura letrada, como também contribuem para a manutenção de uma universidade excludente, já não só pelo acesso, mas sim pelas práticas e discursos ao interior dos centros. Neste sentido, compreendemos os letramentos já não como técnicas a serem dominadas, mas sim como práticas sociais, culturalmente situadas e atravessadas por relações de poder. Em síntese, a proposta visa observar as múltiplas formas de uso da linguagem escrita e oral com as quais os alunos convivem no seu cotidiano, e propor o ensino dos letramentos como uma prática sensível à pluralidade de repertórios culturais e linguísticos presentes na sala de aula (BAPTISTA, 2010, 2016; ROJO, 2012; ROJO & BARBOSA, 2015).

Ao longo deste dossiê, os(as) diferentes autores(as) desenvolvem reflexões sobre múltiplas dimensões dos letramentos no ensino superior, abordando temas como os desafios enfrentados por estudantes e docentes; discussões sobre identidade e interseccionalidade, especialmente no que se refere às relações de raça e classe; reflexões sobre o impacto da inteligência artificial nas novas práticas de escrita e nos modos contemporâneos de produção textual; além de discussões sobre acessibilidade, com foco no uso da audiodescrição e da tradução audiovisual como possíveis ferramentas para a práticas de ensino mais inclusivas, sensíveis às diversidades linguísticas, culturais e sensoriais presentes na universidade.

A seguir, apresentamos os artigos que compõem este dossiê, destacando suas contribuições para o debate sobre os letramentos no ensino superior, o primeiro artigo é a contribuição de Rayane Freire Rodrigues que analisa como o letramento racial atua como ferramenta de resistência e fortalecimento da identidade cultural na Favela da Maré, articulando educação crítica, comunicação comunitária e práticas culturais. A autora mobiliza os aportes da raciolinguística para demonstrar como os moradores da Maré, em sua maioria negros e periféricos, enfrentam cotidianamente os efeitos do racismo. A partir da análise do contexto histórico e social da Maré e das iniciativas locais, o estudo evidencia que o letramento racial promove a conscientização crítica sobre as desigualdades raciais e amplia a agência política dos sujeitos.

Nesta mesma linha de reflexão sobre pensar a relação entre os sujeitos que habitam a periferia e os letramentos universitários, o Artigo de Adriana dos Santos da Silva propõe uma reflexão autoetnográfica sobre as tensões entre as práticas de letramento herdadas no ambiente familiar e as normas acadêmicas impostas pela universidade. A partir de memórias pessoais e análises críticas, a autora discute como o modelo hegemônico de letramento acadêmico opera como um instrumento de exclusão, produzindo apagamento cultural e marginalizando saberes e práticas linguísticas de estudantes de origem popular.

Por sua vez, o trabalho de Marcelo Henrique Silva dos Santos amplia essa discussão ao focalizar as tensões que os estudantes do curso de Letras vivenciam no enfrentamento às exigências do letramento acadêmico, especialmente no que se refere às dificuldades com os gêneros discursivos universitários. Seu artigo questiona o discurso do déficit, frequentemente reproduzido nas práticas pedagógicas, e defende a necessidade de reconhecer os saberes, repertórios e trajetórias dos estudantes como parte legítima do processo formativo, deslocando a lógica que vê esses alunos a partir da falta e não do potencial.

Os textos de Flávia Ferreira dos Santos e de Alice Marques Nicolao aprofundam, a partir de diferentes perspectivas, uma reflexão urgente sobre o impacto da Inteligência Artificial (IA) no desenvolvimento do letramento acadêmico e nos

processos de produção textual no ensino superior. O artigo de Flávia investiga como os estudantes universitários têm utilizado ferramentas de IA generativa, como ChatGPT, no desenvolvimento de suas práticas de leitura e escrita acadêmica. A partir de uma pesquisa de caráter exploratório, a autora discute como os alunos percebem tanto as potencialidades quanto os desafios éticos e pedagógicos associados ao uso dessas tecnologias. Os dados revelam que, embora a IA seja vista como apoio para organizar ideias, revisar e buscar informações, ela também gera preocupações sobre dependência tecnológica, qualidade das respostas e desenvolvimento de um uso crítico e ético. O estudo ressalta a importância do papel docente na mediação desse processo e no desenvolvimento de competências críticas frente ao uso da IA no contexto acadêmico.

Com relação ao texto de Alice Marques Nicolao amplia esse debate ao analisar não apenas o impacto da IA no letramento acadêmico, mas também seus efeitos na circulação de políticas linguísticas e ideologias normativas, especialmente no campo da língua espanhola. A autora examina como a IA, ao ser utilizada na escrita acadêmica, atua como um agente glotopolítico, reproduzindo ou tensionando normas linguísticas, julgando variações regionais (como por exemplo, os fenômenos linguísticos *laísmo*, *leísmo* e *loísmo*) e influenciando o que se entende por “escrever bem”. A reflexão propõe uma análise crítica das implicações éticas, linguísticas e pedagógicas do uso da IA, ressaltando que essas tecnologias não são neutras, pois operam dentro de regimes de regulação da linguagem criado por humanos que impactam diretamente a produção de conhecimento e as práticas acadêmicas.

Por fim, dois trabalhos deste dossiê analisam como ferramentas didáticas específicas podem ser mobilizadas no ensino de letramentos em língua adicional, com foco tanto na formação docente quanto na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O artigo de Maria Rosilene apresenta a análise de uma entrevista realizada com um estudante do segundo período do curso de Letras, utilizando a análise narrativa como metodologia central. A partir dos aportes dos estudos de letramento, a autora investiga como as construções sociais e identitárias atravessam a trajetória acadêmica do discente, refletindo sobre os desafios e as potências da formação docente no ensino superior. O trabalho também discute como o uso de metodologias inclusivas,

especialmente a audiodescrição, pode atuar como uma das ferramentas no processo de desenvolvimento do letramento em língua adicional, contribuindo para práticas mais sensíveis à diversidade dos estudantes.

Já o artigo de Sabrina Moraes Antônio explora como a tradução audiovisual (TAV), por meio da dublagem e da legendagem, pode ser utilizada como uma ferramenta didática para o desenvolvimento dos letramentos em espanhol no contexto das escolas públicas. A partir da análise de duas cenas do filme *Encanto* (2021), nas versões dublada em espanhol colombiano, dublada em português do Brasil e legendada em espanhol, o trabalho discute como as práticas de letramento podem ser enriquecidas pelo contato com diferentes variedades linguísticas e recursos multimodais. A pesquisa evidencia que a dublagem, por meio de elementos como voz, ritmo e taxa de elocução, favorece uma maior interação com a oralidade, enquanto a legendagem também se apresenta como recurso complementar para o desenvolvimento da competência leitora e da consciência linguística.

Esperamos que a leitura dos textos que compõem este dossiê se constitua como um convite à reflexão, abrindo horizontes para novas perspectivas, inquietações e perguntas que nos ajudem a trilhar os caminhos dos letramentos na universidade. Que essas reflexões possam fortalecer práticas comprometidas com uma formação docente crítica, inclusiva e sensível às diversidades linguísticas, culturais e sociais que atravessam os sujeitos e os espaços de ensino.

Bibliografia

BAPTISTA, L.M.T.R. (Org.). Autores e produtores de textos na contemporaneidade: multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes Editores. 2016.

BAPTISTA, L.M.T.R. Traçando caminhos: letramento, letramento crítico e ensino de espanhol. In: BARROS, C. S.; MARINS COSTA, E. G. (Coord.). Espanhol: ensino

médio (Coleção Explorando o Ensino; v.16) . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2010. p. 119-136.

MACEDO, C. et al. Estudios de la escritura na educação superior: a multilingual presentation. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 37, 2021

ROJO R. H. R. Protótipos didáticos para os multiletramentos. In: ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (Ed.). Multiletramento na escola São Paulo: Parábola Editorial, 2012. ROJO, R. H. R.; J. P. BARBOSA. Gêneros do discurso, multiletramentos e hipermodernidade. In: ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. P. (Ed.) Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial. 2015. p. 119-136.

LETRAMENTO RACIAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA FAVELA DA MARÉ: EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Rayane Freire Rodrigues

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar de que modo o letramento racial impacta a população da Favela da Maré, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e para o enfrentamento do racismo estrutural. Utilizamos uma abordagem teórico-metodológica baseada em estudos sobre *raciolinguística* e educação crítica, com destaque para autores como Alonso (2020) e Flores & Rosa (2015). Temos como justificativa a necessidade de compreender como a educação, a cultura e a comunicação comunitária podem promover o letramento racial em territórios periféricos, proporcionando ferramentas para a resistência e a valorização da identidade negra e favelada. O artigo aborda o contexto histórico e social da Maré, evidenciando desafios como violência, estigmatização e falta de infraestrutura, ao mesmo tempo em que valoriza iniciativas locais que buscam transformar essa realidade. A comunicação comunitária revela-se, nesse cenário, essencial para a desconstrução de narrativas excludentes. O estudo conclui que o letramento racial é uma ferramenta indispensável para promover a equidade social, pois permite que os moradores da Maré compreendam e enfrentem o racismo em suas múltiplas formas. Além disso, ressaltamos a importância de políticas públicas que garantam acesso à educação de qualidade, cultura e oportunidades econômicas — elementos fundamentais para o empoderamento das populações periféricas.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento Racial; Diversidade Cultural; Resistência Periférica.

ABSTRACT: The article analyzes how racial literacy impacts the population of the Favela of Maré, contributing to the strengthening of cultural identity and the fight against structural racism. A theoretical-methodological approach is adopted, based on studies on raciolinguistics and critical education, highlighting scholars such as Alonso (2020) and Flores & Rosa (2015). The study is justified by the need to understand how education,

culture, and community communication can promote racial literacy in peripheral territories, providing tools for resistance and the appreciation of Black and favela identity. The historical and social context of Maré is examined, emphasizing challenges such as violence, stigmatization, and lack of infrastructure, while also highlighting local initiatives that seek to transform this reality. Community communication emerges as a crucial element in deconstructing exclusionary narratives. The study concludes that racial literacy is an essential tool for promoting social equity, as it enables Maré residents to understand and confront racism in its multiple forms. Moreover, it underscores the importance of public policies that ensure access to quality education, cultural initiatives, and economic opportunities, which are fundamental for the empowerment of peripheral populations.

KEYWORDS: *Racial Literacy; Cultural Diversity; Peripheral Resistance.*

Introdução

O Brasil, apesar de sua rica diversidade étnico-racial, ainda enfrenta desafios estruturais relacionados ao racismo e à desigualdade social. O letramento racial, nesse contexto, surge como um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Trata-se de um processo educativo e social que visa desenvolver a capacidade de reconhecer, compreender e enfrentar o racismo em suas diversas formas, incentivando a valorização das identidades negras, indígenas e periféricas.

Na Favela da Maré, uma das maiores comunidades do Rio de Janeiro, o letramento racial assume um papel ainda mais relevante. Historicamente, favelas são espaços marginalizados, onde a população, em sua maioria negra, sofre os impactos da exclusão social, da violência policial e do racismo estrutural. No entanto, também são territórios de resistência e produção cultural, onde iniciativas comunitárias, educacionais e artísticas fortalecem a identidade racial e a diversidade cultural.

A educação, nesse cenário, torna-se uma ferramenta fundamental para o letramento racial. Escolas, projetos sociais e coletivos culturais na Maré atuam na construção de um ensino que reconheça e valorize a história afro-brasileira e indígena. Iniciativas como o “Observatório de Favelas”, “Luta pela Paz”, “Museu da Maré” entre outras instituições,

que atuam diretamente no território, são exemplos de como a educação comunitária pode contribuir para esse processo, estimulando reflexões sobre identidade, racismo e direitos sociais dentro da própria comunidade.

O letramento racial e a diversidade cultural nas periferias são processos complementares e indispensáveis à construção de uma sociedade mais justa e consciente. Enquanto o primeiro favorece a compreensão crítica e o enfrentamento do racismo estrutural, o segundo reforça as identidades coletivas e cria espaços de resistência, expressão e empoderamento.

Na Maré e em outras favelas do Brasil, ações educacionais, culturais e artísticas desempenham um papel significativo na promoção do letramento racial, ao desafiar estereótipos e evidenciar a potência da cultura negra e periférica. Esses territórios, historicamente estigmatizados, também são centros de produção de saberes, práticas culturais e estratégias de resistência.

No presente artigo, analisamos de que maneira o letramento racial pode impactar a vida da população da Favela da Maré e contribuir para o fortalecimento de sua identidade cultural. A partir de uma abordagem que relaciona educação, representatividade e resistência, buscamos compreender como a construção de uma consciência racial crítica pode transformar a percepção dos moradores sobre si mesmos, sua história e o território em que vivem.

Além disso, o estudo se propõe a investigar como as iniciativas educacionais e culturais da Maré promovem o letramento racial e auxiliam no enfrentamento das desigualdades sociais e do racismo estrutural. Dessa forma, neste artigo, buscamos destacar a importância do letramento racial não apenas como uma ferramenta de conhecimento, mas também como mecanismo de empoderamento individual e coletivo, capaz de fortalecer a autoestima e valorizar as raízes culturais das comunidades periféricas.

Favela da Maré, história e desafios sociais

O Complexo da Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, entre as avenidas Brasil e Linha Vermelha, duas das principais vias de acesso da capital fluminense. Composto por 16 comunidades, abriga uma população estimada em cerca de 140 mil habitantes¹, sendo um dos territórios periféricos mais populosos do país. A ocupação da área começou na década de 1940, com a chegada de migrantes nordestinos em busca de oportunidades na cidade. Ao longo dos anos, a região passou por um intenso processo de urbanização, mas ainda enfrenta desafios significativos relacionados à infraestrutura, segurança e acesso a serviços básicos. No que diz respeito a ocupação da área, as autoras Martins e Paiva afirmam que:

"Importante mencionar, ainda, que a Maré é considerada o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro e seu surgimento se deu na virada dos anos de 1930 para 1940. Os primeiros moradores vieram do Nordeste do país para a construção da Avenida Brasil, formaram suas casas na beira da avenida, construíram suas palafitas e, aos poucos, foram aterrando e fazendo nascer essas 16 favelas ao longo das décadas." (MARTINS; PAIVA, 2023, p. 100).

A Maré é composta por comunidades como Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Parque União, Morro do Timbau, Vila do João, Conjunto Esperança, entre outras. Sua formação é resultado de diferentes ocupações ao longo do século XX, algumas espontâneas e outras organizadas por políticas habitacionais. A diversidade de sua população reflete um mosaico cultural e social característico das favelas cariocas; com forte presença de trabalhadores informais, pequenos comerciantes e artistas locais.

A vida na Maré é marcada por uma forte rede de solidariedade e resistência, com diversas iniciativas comunitárias voltadas para a educação, cultura e cidadania. Projetos sociais, ONGs e coletivos atuam para melhorar a qualidade de vida dos moradores; promovendo desde o acesso à arte e ao esporte até cursos profissionalizantes e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade. Entretanto, a presença de grupos armados, a

¹ Dados retirados do Censo Maré 2010 (MARTINS; PAIVA, 2023, p. 98).

precariedade no saneamento básico e as frequentes operações policiais na região ainda são desafios constantes. Martins e Paiva comentam que:

"A história do território da Maré é marcada pela organização interna dos próprios moradores assumindo a ausência do estado, desde os pré-vestibulares comunitários, mídias comunitárias, assembleias em praças públicas, mobilização para a chegada da caixa d'água, iluminação, dentre diversos outros direitos conquistados ao longo dos anos." (MARTINS; PAIVA, 2023, p. 100).

A história do Complexo da Maré está diretamente ligada aos desafios sociais enfrentados por seus moradores, refletindo um processo de ocupação marcado pela desigualdade e pela luta por direitos. Desde sua formação, a favela cresceu em meio à ausência de políticas públicas eficazes, resultando na precariedade da infraestrutura, na falta de acesso a serviços essenciais e na estigmatização de sua população. Ao longo das décadas, a resistência comunitária se tornou um fator essencial para minimizar os impactos dessas dificuldades, mas questões como violência, falta de saneamento básico, educação precária e dificuldades no mercado de trabalho ainda persistem. Assim, compreender os desafios sociais da Maré exige um olhar para sua trajetória histórica, reconhecendo tanto os obstáculos enfrentados quanto a potência da favela como espaço de organização e transformação social.

Apesar da forte organização comunitária e da resistência cultural dos moradores, a favela lida diariamente com problemas como a precariedade dos serviços públicos, a violência, a escassez de oportunidades e a estigmatização social. Esses desafios impactam diretamente a qualidade de vida da população e reforçam a urgência de políticas públicas eficazes voltadas ao desenvolvimento do território.

Entre os principais problemas enfrentados na Maré, destaca-se a violência urbana, decorrente da disputa entre grupos armados e das frequentes operações policiais. A militarização da segurança pública na favela coloca os moradores em situação de risco constante, afetando desde a mobilidade até o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A presença de grupos criminosos também interfere na dinâmica social da região, limitando algumas atividades e criando barreiras para o desenvolvimento econômico.

Outro grande desafio é a falta de infraestrutura e saneamento básico. Muitas áreas da Maré ainda sofrem com a precariedade no abastecimento de água, no tratamento de esgoto e na coleta de lixo, o que compromete a saúde da população e agrava os problemas ambientais. A falta de moradias adequadas também é uma questão urgente, com muitas famílias vivendo em condições insalubres, em casas improvisadas.

No campo da educação e do acesso ao mercado de trabalho, os desafios são igualmente significativos. Apesar da existência de escolas e projetos sociais que promovem o aprendizado, a evasão escolar ainda é um problema devido à necessidade de muitos jovens trabalharem desde cedo para ajudar suas famílias. Ademais, a falta de oportunidades no mercado formal de trabalho faz com que muitos moradores dependam da economia informal para sobreviver, o que pode significar insegurança financeira e ausência de direitos trabalhistas.

Além dessas questões, a estigmatização da favela pela sociedade e pela mídia contribui para a marginalização da Maré e de seus moradores. O preconceito e a visão deturpada da favela, como um espaço exclusivamente de violência, fazem com que muitos mareenses enfrentem discriminação no mercado de trabalho e em outros ambientes sociais. Essa narrativa excludente ignora a potência cultural e as iniciativas de resistência que existem no território.

Diante desses desafios, a população da Maré tem mostrado força e organização comunitária, por meio de iniciativas que promovem educação, cultura, geração de renda e direitos humanos. Projetos sociais, coletivos e ONGs atuam para minimizar os impactos dessas dificuldades, criando redes de solidariedade que contribuem para a transformação do território. No entanto, para que mudanças estruturais ocorram de forma efetiva, é essencial que o poder público implemente políticas públicas mais inclusivas e voltadas para as necessidades reais da favela. Martins e Paiva em seu texto retratam a desigualdade social e as condições precárias da população da Maré:

"Segundo o Instituto Pereira Passos, explicando a origem da Maré, a população de todo o conjunto é formada, em sua maioria, por pessoas de origem negra, indígena e nordestina, com baixa renda familiar, com baixo nível de escolaridade e estando à margem da sociedade. Em grande parte, estes moradores são integrantes do mercado de trabalho informal e criam as suas

próprias formas de sobrevivência ao longo dos anos, muitas delas de forma coletiva." (MARTINS; PAIVA, 2023, p. 100).

O Conceito de letramento racial e sua importância na favela

O letramento racial pode ser compreendido como um processo educativo e crítico que visa sensibilizar indivíduos sobre as dinâmicas raciais presentes na sociedade, incluindo as formas sutis e explícitas de discriminação racial. No contexto do texto de Lara Alonso (2020), o qual aborda o letramento racial, esse conceito pode ser relacionado à compreensão das ideologias raciolinguísticas, que vinculam raça e linguagem de maneira discriminatória, estruturando, assim, desigualdades sociais.

As ideologias raciolinguísticas são definidas como um conjunto de crenças que associam práticas linguísticas específicas a determinadas categorias raciais, frequentemente vinculando corpos racializados a uma suposta deficiência linguística, independentemente da realidade dessas práticas. Essa construção discursiva contribui para a marginalização de grupos racializados, cujas formas de falar são vistas como desvios da norma, reforçando estereótipos raciais e linguísticos. A autora comenta sobre como a ideologia raciolinguística impacta a vida cotidiana de pessoas racializadas, influenciando sua percepção social, bem como suas emoções e autoestima.

“Cuando se estigmatizan lenguas o variedades lingüísticas y se imponen modelos de hablantes (‘hablante nativo’, ‘hablante local’) imposibles de alcanzar para un porcentaje de la población, se generan sentimientos de inferioridad o vergüenza y problemas emocionales y de autoestima [...]. El impacto perjudicial de estas ideologías raciolingüísticas en los afectos y subjetividades de los sujetos refuerza además el consentimiento ante la violencia simbólica, provocando que se internalicen mecanismos de poder y que se dificulte el surgimiento de resistencia” (ALONSO, 2020, p. 208).²

² Tradução nossa: “Quando línguas ou variedades linguísticas são estigmatizadas e se impõem modelos de falantes (‘falante nativo’, ‘falante local’) impossíveis de serem alcançados por uma parte da população, geram-se sentimentos de inferioridade, vergonha, problemas emocionais e de autoestima [...]. O impacto prejudicial dessas ideologias raciolinguísticas, sobre os afetos e subjetividades dos indivíduos, também reforça a aceitação da violência simbólica, fazendo com que mecanismos de poder sejam internalizados, dificultando o surgimento da resistência” (ALONSO, 2020, p. 208).

A função do letramento racial, na construção de uma consciência antirracista, é capacitar indivíduos para identificar e questionar essas ideologias raciolinguísticas. Alonso (2020) discute a importância de deslocar o foco da tentativa de adequação dos sujeitos racializados a um padrão linguístico dominante para a desconstrução das percepções hegemônicas que perpetuam o racismo estrutural.

No contexto educacional, o letramento racial pode contribuir para um ensino crítico da linguagem, permitindo que estudantes compreendam a relação entre linguagem, poder e identidade racial. Flores e Rosa (2015) sugerem que uma abordagem pedagógica antirracista deve empoderar estudantes, ao fazê-los reconhecer e questionar as ideologias raciolinguísticas que os afetam, ao invés de simplesmente exigir que ajustem suas práticas linguísticas aos padrões dominantes.

Portanto, o letramento racial não só combate a discriminação linguística e racial, como desafia estruturas de poder que sustentam a desigualdade. Isso se dá ao promover um olhar crítico sobre a naturalização das hierarquias raciais e linguísticas, fomentando uma sociedade mais equitativa e consciente das suas dinâmicas racistas.

Ao aplicar esse conceito ao contexto da favela da Maré, entende-se a importância do processo de educação crítica, que possibilita a compreensão das dinâmicas do racismo estrutural e o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento. Para os moradores da Maré, esse conhecimento é fundamental para reconhecer como as desigualdades raciais se manifestam em diferentes esferas da vida, desde o acesso à educação e ao mercado de trabalho até as interações com o Estado e a sociedade.

Na Maré, cuja população é majoritariamente negra e periférica, os moradores lidam diariamente com formas explícitas e sutis de discriminação racial e social. Uma dessas manifestações ocorre na linguagem, pois muitas vezes o modo de falar dos moradores é associado a uma suposta falta de instrução ou capacidade intelectual. Alonso (2020, p. 206) explica que as ideologias raciolinguísticas fazem com que práticas linguísticas semelhantes sejam percebidas de forma diferente, dependendo da posição racial dos falantes. Ou seja, quando um jovem da Maré fala com sua variação linguística natural,

ele pode ser julgado como “inculto” ou “desqualificado”, enquanto um jovem branco de classe média que usa gírias pode ser visto como descolado.

Esse fenômeno afeta diretamente a autoestima e as oportunidades dos moradores, levando muitos a sentirem vergonha da própria forma de falar. Segundo Alonso (2020, p. 208), “quando se estigmatizam línguas ou variedades linguísticas e se impõem modelos de falantes (...) impossíveis de serem alcançados por uma parte da população, geram-se sentimentos de inferioridade, vergonha e problemas emocionais e de autoestima”. Esse processo ocorre, por exemplo, quando jovens mareenses são incentivados a “falar certo” para conseguir empregos, ou quando sua pronúncia é ridicularizada em ambientes formais.

Além do preconceito linguístico, a violência policial e a segregação urbana são exemplos concretos de como o racismo estrutural impacta a vida dos moradores da Maré. A favela sofre constantes operações policiais, muitas vezes com a justificativa do combate ao tráfico de drogas, mas que resultam em mortes e violações de direitos. O preconceito racial influencia essa violência, pois jovens negros são frequentemente vistos como suspeitos e alvos preferenciais da repressão. Essa realidade reflete o conceito de “sujeito ouvinte branco”, descrito por Flores e Rosa (2015), que explica como as práticas de escuta são influenciadas por hierarquias raciais. Assim, mesmo quando um morador da Maré age de maneira pacífica, sua imagem já está associada ao perigo devido a estereótipos raciais e sociais.

Porém, o letramento racial tem sido um instrumento fundamental para transformar essa realidade. Projetos como a “Casa das Mulheres da Maré”; a “Luta pela Paz”; e o “Observatório de Favelas”; trabalham com educação crítica e formação cidadã, ajudando os moradores a reconhecer e denunciar a discriminação racial. Através de oficinas, debates e iniciativas culturais, esses projetos promovem o entendimento do racismo como um problema estrutural, e não apenas individual, incentivando ações coletivas para combatê-lo.

Entre os projetos citados acima, destaca-se ainda a importância do Museu da Maré. Além das exposições, o Museu produz oficinas, debates e eventos culturais, funcionando como um espaço de resistência contra a exclusão social. Projetos como o “Letramento Racial Favelado”, desenvolvido por grupos organizados da comunidade, utilizam o museu

como um local para discussões sobre racismo, desigualdade e representatividade negra na favela. Essas atividades reforçam a identidade racial e cultural dos moradores e criam um ambiente de fortalecimento coletivo.

Dessa forma, o Museu da Maré atua de forma simultânea como um espaço de preservação da memória e como uma ferramenta ativa de conscientização e enfrentamento do racismo estrutural. Ele fortalece o letramento racial ao proporcionar conhecimento crítico sobre a identidade favelada e ao desafiar as narrativas discriminatórias que marginalizam os moradores da Maré. Como argumentam Flores e Rosa (2015), para combater o racismo estrutural, não basta modificar as práticas dos sujeitos racializados, mas sim desconstruir as percepções racistas que os oprimem. O Museu da Maré cumpre essa função ao transformar a favela em um espaço de produção de conhecimento, arte e memória, reafirmando sua identidade e resistência.

Além disso, a valorização da identidade e da cultura favelada é uma das formas mais potentes de resistência. Movimentos artísticos como o *slam* de poesia, o *rap* e os *bailes funk* são espaços onde os moradores da Maré reafirmam suas vozes e narrativas. Alonso (2020) destaca que desafiar a normatividade racial e linguística dominante é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa. Quando um jovem da Maré compõe um rap, denunciando a violência policial, ou declama uma poesia sobre a importância de sua origem, ele está ressignificando sua identidade e rompendo com os estereótipos que tentam silenciá-lo.

Portanto, o letramento racial possibilita que os moradores da Maré identifiquem e enfrentem o racismo estrutural, ao desmistificar discursos que os marginalizam e ao fortalecer a reivindicação de seus direitos. Compreender a relação entre linguagem, raça e poder permite que a população periférica transforme sua realidade, fortalecendo-se como protagonistas de suas próprias histórias. Afinal, como afirma a filósofa Gloria Anzaldúa (1987, p. 81), “a identidade é equivalente à identidade linguística: eu sou a minha língua”. Na Maré, a resistência está justamente na afirmação de suas vozes e na luta por um futuro mais justo e inclusivo.

A educação na Maré como ferramenta para o letramento racial

A educação tem um papel central na transformação da realidade da Favela da Maré, onde a interseção entre raça, classe e território se manifesta de forma intensa, limitando oportunidades para muitos de seus moradores. Projetos educacionais locais, como o Maré de Saberes, o Projeto Uerê e a UniFavela, atuam diretamente para enfrentar as barreiras impostas pelo racismo estrutural e pela desigualdade social. Essas iniciativas não apenas fornecem acesso à educação de qualidade, mas também promovem o letramento racial, permitindo que os moradores compreendam e questionem as formas de discriminação que enfrentam no dia a dia.

A educação na Maré não se restringe ao ensino tradicional. O Maré de Saberes, por exemplo, integra a Rede de Formação Socioambiental do Projeto Redes e capacita lideranças comunitárias, proporcionando um entendimento crítico das desigualdades sociais e ambientais que afetam o território. Durante a I Caravana do Bem Viver, em 2022, esse projeto foi lançado com o objetivo de formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e do contexto político e social que os rodeia. Esse tipo de formação contribui para que os moradores desenvolvam uma visão crítica sobre o racismo estrutural, entendendo que as dificuldades que enfrentam não são apenas individuais, mas fazem parte de um sistema que marginaliza determinadas populações, especialmente as negras e periféricas.

Outro projeto de grande impacto é o Projeto Uerê, que atende crianças e jovens da Maré que sofreram traumas e bloqueios cognitivos devido à violência estrutural e ao contexto de insegurança da favela. A metodologia do Uerê não apenas ensina conteúdos escolares, mas também trabalha questões emocionais e de autoestima, fundamentais para que os alunos se reconheçam como sujeitos de direito e dignidade. Segundo Alonso (2020, p. 208), as ideologias raciolinguísticas fazem com que pessoas racializadas sejam vistas como menos capazes, mesmo quando suas práticas linguísticas são perfeitamente legítimas. Ao acolher e fortalecer esses jovens, o Projeto Uerê os ajuda a superar o estigma imposto pelo racismo e a se expressarem com confiança, reivindicando seu espaço na sociedade.

Já a UniFavela amplia ainda mais esse movimento ao oferecer uma abordagem educacional voltada para o conhecimento acadêmico e popular, reconhecendo a favela como um espaço de produção intelectual e cultural. Essa valorização do saber periférico

e negro fortalece o letramento racial, pois ensina os moradores a se orgulharem de sua origem e a compreenderem a importância de suas experiências para a sociedade como um todo. Assim como o Museu da Maré, a UniFavela combate a visão estereotipada que associa a favela à marginalidade e à violência, promovendo um contradiscurso baseado na potência, na criatividade e na resistência comunitária.

Portanto, os projetos educacionais da Maré não apenas preenchem lacunas deixadas pelo Estado na oferta de ensino público de qualidade, mas também fortalecem a identidade e a consciência racial dos moradores. O letramento racial promovido por essas iniciativas permite que os jovens e adultos da favela entendam que sua trajetória não precisa ser definida pelos estigmas que a sociedade impõe. Ao educar, empoderar e valorizar a identidade favelada, esses projetos desafiam as estruturas racistas e promovem mudanças concretas na vida da comunidade.

No campo da educação, é fundamental destacar o papel dos educadores. Professores que trabalham na Maré e em outras favelas têm utilizado o ensino da história afro-brasileira como uma ferramenta de resistência. Ao abordar temas como os quilombos, lideranças negras históricas e a luta contra a escravidão, contribuem para que os alunos compreendam que a trajetória da população negra no Brasil não se resume à marginalização, mas é marcada, sobretudo, por processos de resistência e pela criação de estratégias de sobrevivência.

Além disso, a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, oferece um caminho para que educadores possam combater a branquitude como norma no ensino e destacar narrativas negras na educação. Entretanto, Alonso (2020) ressalta que a implementação dessa lei encontra barreiras, especialmente quando professores e alunos negros ainda enfrentam estereótipos e descrédito em suas formas de expressão linguística.

Educadores populares também trabalham para desconstruir o preconceito linguístico, promovendo a valorização da fala dos alunos negros e favelados. Alonso (2020) aponta que as ideologias raciolinguísticas fazem com que determinados modos de falar sejam considerados inferiores, o que impacta diretamente a autoestima dos estudantes. Muitas vezes, jovens negros da favela são levados a acreditar que sua forma

de falar é errada, reforçando a ideia de que precisam se adequar a um português mais próximo do padrão para serem aceitos.

Iniciativas como o letramento racial favelado têm se consolidado como espaços de debate e formação política para jovens negros, incentivando os mesmos a questionar e transformar as estruturas que perpetuam o racismo. O trabalho de professores e educadores populares na favela vai muito além do ensino formal: se trata de uma luta diária para desconstruir o racismo e fortalecer a autoestima dos estudantes negros. Ao promover o letramento racial, os educadores transmitem conhecimento e contribuem para a construção de uma nova percepção sobre o papel da população negra na sociedade. Como destaca Alonso (2020), desafiar as ideologias raciolinguísticas e valorizar a identidade negra são passos fundamentais para transformar a educação e a sociedade como um todo.

A comunicação na Maré como forma de resistência

A comunicação comunitária na Maré desempenha um papel fundamental como ferramenta de resistência, empoderamento e mobilização social. Diante de desafios históricos como a desigualdade social, a violência e a falta de acesso à informação qualificada, os moradores do Complexo da Maré desenvolveram estratégias próprias de comunicação para fortalecer sua identidade, denunciar injustiças e construir narrativas que valorizem a realidade da favela sob a perspectiva de quem vive nela.

Um dos principais exemplos dessa comunicação é o trabalho desenvolvido pela Redes da Maré, uma organização que atua na promoção de direitos e políticas públicas para os moradores da região. Dentro dessa iniciativa, o jornal Maré de Notícias tem se destacado como um veículo essencial para levar informações confiáveis à população, abordando temas como educação, cultura, segurança e direitos humanos. Além disso, o periódico desafia a cobertura midiática tradicional, que muitas vezes retrata a favela apenas pela ótica da violência, ignorando sua riqueza cultural e os esforços de seus moradores por melhores condições de vida.

A comunicação comunitária na Maré também se fortalece através das redes sociais, que se tornaram ferramentas indispensáveis para a difusão de informações em tempo real.

Moradores utilizam grupos no WhatsApp, páginas no Instagram e canais no YouTube para relatar acontecimentos do dia a dia, alertar sobre ações policiais e compartilhar oportunidades de emprego e cursos gratuitos. Esses canais alternativos ajudam a criar uma rede de proteção e solidariedade, reduzindo os impactos das desigualdades no acesso à informação.

Além disso, a produção audiovisual e o jornalismo independente têm ganhado espaço como formas de resistência. Projetos como o Maré Vive e coletivos de mídia independente registram a realidade local por meio de vídeos, fotografias e reportagens, trazendo uma perspectiva que contrasta com os estereótipos perpetuados pela grande mídia. O *rap*, o *funk* e o *slam* também se tornaram formas potentes de comunicação e denúncia, permitindo que os jovens expressem suas vivências e reivindiquem seus direitos por meio da arte.

A comunicação comunitária na Maré, portanto, vai muito além da informação, ela é um instrumento de luta e transformação social. Ao dar voz aos moradores, fortalecer laços comunitários e reivindicar direitos, essa prática comunicativa se torna essencial para a resistência da favela, permitindo que seus habitantes assumam o protagonismo de suas próprias narrativas e fortaleçam a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Conclusão

O letramento racial se revela como um instrumento fundamental para a valorização da cultura e da identidade dos moradores da Favela da Maré, possibilitando o reconhecimento e a ressignificação da história e das experiências da população negra e periférica. Através da educação, da arte e da comunicação comunitária, os moradores constroem novas narrativas que rompem com estereótipos e promovem o fortalecimento de sua identidade.

Para ampliar os impactos do letramento racial, é essencial a implementação de ações que promovam a inclusão e a resistência contra o racismo estrutural. Entre essas iniciativas, destacam-se a valorização da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, o incentivo a projetos culturais e artísticos que reforcem a identidade da favela e a criação de espaços de diálogo e formação sobre questões raciais. Além disso, o fortalecimento da comunicação comunitária contribui para a construção de uma visão

mais realista e digna da Maré, em contraponto às representações excludentes frequentemente veiculadas na grande mídia.

No entanto, para que essas iniciativas tenham um impacto duradouro, é indispensável a atuação conjunta do poder público e da sociedade civil na luta contra o racismo e a desigualdade social. Nesse sentido, políticas públicas que assegurem acesso à educação de qualidade, saneamento básico, segurança pública sem violência e oportunidades de trabalho são imprescindíveis para transformar a realidade da Maré e de outras favelas do Brasil. Além disso, o reconhecimento da favela como espaço legítimo de produção cultural e intelectual é crucial para combater a marginalização e avançar na construção de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, o letramento racial contribui para a construção de uma identidade coletiva forte, ao mesmo tempo em que fortalece a luta por direitos e equidade. A Maré, com sua rica diversidade cultural e histórica, é um exemplo de resistência e potência social. Investir no letramento racial significa, portanto, investir na transformação da sociedade como um todo, reconhecendo o protagonismo da favela na construção de um país mais justo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Lara. Ideologias raciolinguísticas. In: MARTÍN ROJO, Luisa; PUJOLAR, Joan (Coords.). *[Re]pensar la educación: claves para entender el multilingüismo contemporáneo*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2020. p. 199-227.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

FLORES, Nelson; ROSA, Jonathan. Undoing appropriateness: raciolinguistic ideologies and language diversity in education. *Harvard Educational Review*, v. 85, n. 2, p. 149-171, 2015.

MARTINS, Gizele; PAIVA, Raquel. Favela da Maré: a comunicação comunitária como geradora de mudança social. *RUA [online]*. v. 29, n. 1, p. 97-109, jun. 2023. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 2025.

RIBEIRO, Eduardo; BORGES, Doriam. Percepções de bem-estar nas favelas da Maré: uma análise das desigualdades e estratificação das subjetividades. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 22, p. 1-19, jan.-dez. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41764>. Acesso em: 28 Jan. 2025.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: A invenção de um bairro*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais – PPHPBC, Rio de Janeiro, 2006.

Entre palavras e poder, reflexões autoetnográficas sobre letramento e glotopolítica

Adriana dos Santos da Silva

Resumo

Este ensaio pretende mobilizar a autoetnografia como ferramenta analítica para investigar as tensões entre as práticas de letramento herdadas no contexto familiar e as exigências normativas do espaço acadêmico. A partir de uma trajetória marcada por classe, deficiência e território, examino como o modelo hegemônico de letramento, conforme discutido por Kleiman (1995) e Zavala (2021), opera como dispositivo de exclusão simbólica e epistemológica. Dialogando com autores como Severo (2019) e Guespin e Marcellesi (2021), argumento que a imposição da norma culta nas instituições de ensino configura um processo de apagamento cultural, cujo impacto se apresenta não apenas nas práticas linguísticas silenciadas, mas também nas trajetórias de sujeitos subalternizados. O ensaio também pretende tensionar o capacitismo estrutural presente no meio universitário, explorando as barreiras enfrentadas no acesso ao letramento digital e às tecnologias assistivas após a perda da visão em 2020. Como propõem Becker e Anselmo (2020), o problema não reside na deficiência, mas nas estruturas educativas que perpetuam a exclusão por meio da ineficiência das políticas de acessibilidade e da formação docente descolada da diversidade. Ao articular experiências individuais com dados sobre evasão e desigualdade, considero que a escrita, mesmo tensionada pelas normativas institucionais, pode funcionar como campo de elaboração crítica e resistência, onde práticas linguísticas ancestrais e familiares reivindicam legitimidade.

Palavras-chave, letramento acadêmico; autoetnografia; glotopolítica; apagamento cultural.

Introdução

Quais disputas atravessam as práticas de letramento quando se trata de sujeitos oriundos de contextos historicamente marginalizados? Esta pergunta orienta o percurso reflexivo que desenvolvo neste ensaio, com base em uma autoetnografia crítica. Ao

examinar minha trajetória entre os letramentos familiares e as exigências acadêmicas, busco tensionar a ideia de que a escrita universitária seria um território neutro ou acessível em iguais condições para todos.

O ponto de partida desta reflexão está no contraste entre as práticas de linguagem herdadas de meus pais, que envolvem oralidades populares, variedades linguísticas subalternizadas e estratégias de adequação forjadas fora da norma culta, e o modelo hegemônico de letramento imposto nos espaços escolares e acadêmicos. Como observam Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia permite articular o plano individual ao social e ao político, produzindo uma análise que não se encerra na experiência vivida, mas a projeta como chave de leitura para fenômenos coletivos. No contexto brasileiro, estudos recentes como os de Mattos, Santos e Grion (2024) têm demonstrado o potencial dessa abordagem para investigar como as formas de exclusão simbólica e epistemológica operam nos espaços de ensino superior.

Inspirada por essas contribuições, este ensaio analisa os deslocamentos, os choques e as estratégias que atravessaram minha entrada e permanência na universidade. A escolha metodológica da autoetnografia não busca validar uma narrativa pessoal pela via do testemunho, mas explorar criticamente as estruturas de poder que definem o que é reconhecido como saber legítimo e quem pode produzi-lo. Nesse sentido, dialogo com autores que investigam as ideologias do letramento, como Street (1984), Kleiman (1995) e Zavala (2021), para refletir sobre o modo como a academia opera, muitas vezes, como guardiã de um modelo normativo de leitura e escrita.

Para tanto, este trabalho se organiza em duas partes. A primeira parte, articula esse percurso às contribuições teóricas que problematizam a naturalização da escrita acadêmica como parâmetro universal. A segunda seção propõe uma análise das tensões entre os modelos de letramento autônomo e ideológico, lançando luz sobre a urgência de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade epistêmica e favoreçam políticas de inclusão real.

Ao mobilizar a autoetnografia crítica como método e lente de análise, este ensaio propõe deslocar o olhar da adaptação individual para as estruturas que moldam os critérios

de pertencimento e reconhecimento na vida acadêmica. Como defendem Mattos, Santos e Grion (2024), trata-se de explorar o entrecruzamento entre subjetividade e estrutura, biografia e política. Ao revisitar a minha trajetória à luz desses debates, espero contribuir para a construção de uma universidade mais atenta à diversidade linguística, cultural e epistêmica que compõe a sociedade brasileira.

Na próxima seção, examino como as práticas de linguagem herdadas em contextos populares, como a oralidade e os repertórios familiares, são tensionadas e deslegitimadas nos processos de escolarização, apontando as dinâmicas de exclusão e normatização que estruturam o letramento institucional.

1. Letramento e resistência acadêmica

Como se constitui o saber letrado nos sujeitos historicamente afastados dos centros de produção e validação da linguagem escolar? E o que acontece quando seus modos de dizer não se enquadram nos moldes da linguagem autorizada? Esta seção propõe uma reflexão autoetnográfica sobre os efeitos da escolarização e do ingresso universitário na constituição da subjetividade linguística, focalizando os deslocamentos, tensões e negociações que marcam o percurso de estudantes das periferias urbanas em sua trajetória escolar e acadêmica.

Na primeira subseção, discute-se como o letramento escolar, longe de ser uma prática neutra, opera como tecnologia de silenciamento e controle simbólico, apagando formas de linguagem forjadas em contextos familiares e comunitários. Ao relatar experiências vividas ainda na educação básica, o texto mostra como exercícios aparentemente inofensivos, como a árvore genealógica, acionam dispositivos normativos de pertencimento e exclusão. A partir de referências como Kleiman (1995), Street (2010) e Zavala (2020), argumenta-se que os currículos e as práticas escolares promovem uma domesticação dos modos de dizer populares, desqualificando-os em nome da norma hegemônica.

A segunda subseção desloca o foco para o ensino superior e aprofunda a análise dos efeitos do letramento acadêmico sobre a constituição da escrita como ferramenta de sobrevivência. Termos e práticas não explicitados, mas esperados, acionam um regime de exclusão simbólica que exige dos sujeitos não apenas o domínio técnico da norma, mas a reformulação de sua voz narrativa. Aqui, conceitos como “capital linguístico” (Bourdieu, 2008), “ideologia do segredo” (Street, 2010) e a “racionalidade neoliberal” (Gago, 2018; Severo, 2023; Federici, 2021) estruturam uma leitura crítica da universidade como espaço contraditório, onde a norma é ao mesmo tempo barreira e ferramenta, marcador e estratégia.

Por fim, a terceira subseção introduz uma virada analítica marcada pela emergência da deficiência visual e seus efeitos sobre a experiência universitária. Ao discutir os limites das políticas institucionais de acessibilidade e a precariedade das práticas de inclusão, o texto aponta para o descompasso entre o discurso oficial e a realidade vivida pelos corpos dissidentes. A deficiência, nesse contexto, não é apenas uma condição física, mas um deslocador epistemológico, capaz de evidenciar os alicerces capacitistas que sustentam a estrutura acadêmica.

Ao articular memória, teoria crítica e experiência vivida, esta seção constrói um panorama denso das disputas em torno da linguagem e da legitimidade nos espaços de formação. Ao mesmo tempo que denuncia os mecanismos de exclusão, ela se empenha em buscar frestas de resistência, reconstruindo a escrita como gesto político e território de insurgência.

Para compreender os efeitos da normatização linguística desde os primeiros anos escolares, retomo, a seguir, experiências vividas na educação básica que permitem observar como o letramento pode operar como mecanismo de silenciamento e exclusão simbólica."

1.1. Os desafios do letramento escolar

Para compreender como as práticas de letramento operam como mecanismos de exclusão ou de regulação simbólica, é necessário partir das experiências concretas dos

sujeitos em seus contextos de origem. De que maneira as práticas de linguagem forjadas fora da escola incidem sobre a trajetória de estudantes oriundos de espaços periféricos? E que fricções emergem quando o que se sabe dizer não corresponde ao que a escola espera escutar?

Desde os primeiros anos da educação básica, enfrentei obstáculos para inscrever minha história pessoal nos moldes exigidos pelas práticas escolares. Atividades aparentemente neutras, como a tarefa de construir uma árvore genealógica, ativavam o silenciamento de vínculos familiares pouco documentados e impunham uma narrativa baseada na completude dos dados e na linearidade temporal. Isso ia de encontro à minha genealogia familiar, composta por uma mãe, filha de cigana com português, e um pai, filho de indígena com homem negro, protagonistas de histórias marcadas por deslocamentos e exclusões, que não encontravam lugar nos quadros classificatórios da escola. O que era apresentado como exercício de identidade encontra-se, na prática, como um dispositivo de homogeneização simbólica, funcionando como critério de pertencimento normativo.

Hoje, ao retomar essa cena a partir da minha posição como pesquisadora, reconheço que os constrangimentos vividos ali não decorriam de um déficit individual, mas da forma como a escola institui padrões de linguagem legitimados que desautorizam formas outras de narrar o mundo. Como aponta Kleiman (1995), o letramento escolar opera por meio de mecanismos de seleção e silenciamento, subordinando os modos de dizer dos sujeitos populares a um modelo hegemônico de textualidade e sentido. Do mesmo modo, Zavala (2020) analisa como os discursos escolares constroem fronteiras entre sujeitos legítimos e ilegítimos a partir da norma acadêmica, restringindo a circulação de vozes que escapam à gramática dominante.

Essas experiências não apenas configuram barreiras de acesso, mas integram o que Zavala identifica como uma racionalidade de controle discursivo, pela qual a escola “produz seus sujeitos ao mesmo tempo que regula sua agência” (ZAVALA, 2020, p. 101). Nesse enquadramento, a memória familiar fragmentada e a linguagem forjada em espaços não escolares tornam-se marcadores de inadequação, mostrando o caráter seletivo dos processos de escolarização e o apagamento estrutural de determinados grupos sociais.

Um episódio marcante nesse percurso foi o relato que ouvi sobre meu pai, entregue pela mãe a uma professora em troca de um punhado de farinha, ele foi separado de suas origens em nome da promessa de uma vida menos precária. Permaneceu, aos olhos da escola, analfabeto. Mas em casa, articulava outras formas de mediação. Seu modo de se comunicar, selecionando discos, faixas e sons específicos, operava como uma forma de letramento não-escolar. Ao final de cada canção, seu comentário breve (“é isso aí, neguinha”) condensava sentidos, orientava leituras, acionava conselhos. A música funcionava como texto, como marca de um posicionamento ético e afetivo diante do mundo.

Essas práticas cotidianas, histórias com cascas de fruta, explicações poéticas para os trovões, rezas, ditos populares, configuravam um repertório denso de letramento situado, como define Street (2010), baseado em usos sociais e contextuais da linguagem. Meus pais me colocaram na escola cedo, para que eu aprendesse a escrever as cartas da família. Mas essa inserção escolar operava como tradução desigual de um saber prévio não reconhecido. Já naquele momento, identifiquei um descompasso entre o que eu carregava como linguagem e o que a escola esperava de mim como fala legítima.

Um episódio específico explicita esse tensionamento, mencionei à professora que meu pai dizia “hipótica” no lugar de “hipótese”. O riso que se seguiu, encorajado por ela, produziu um deslocamento que ultrapassava a gramática. Ele inscrevia uma fronteira simbólica entre o certo e o errado, o apropriado e o desqualificado. Aquilo que, na minha casa, operava como recurso expressivo e comunicativo, era ali recodificado como falha. Termos como “galfo”, “mortandela”, “vasculhante”, “coé”, “kaô” ou “bolado”, palavras que circulavam entre vizinhas, sambistas, camelôs e feiras, não pertenciam ao léxico escolar e, por isso, eram apagados, ironizados ou corrigidos. Esse episódio ilustra a tensão fundamental entre a necessidade de ensinar a norma culta, que de repente, é importante para garantir acesso a direitos e mobilidade social, e o reconhecimento dos repertórios linguísticos oriundos da periferia como formas legítimas de expressão e conhecimento. Neste episódio podemos observar que esta tensão foi presente durante minha trajetória acadêmica de forma transversal e constitutiva.

Essa experiência permite interpretar a escola como instância de disciplinamento linguístico, mais do que mera alfabetização, no sentido de entender a leitura como codificação de signos. Como sustenta Kleiman (1995), o letramento escolar tende a operar sob a lógica de um modelo autônomo, centrado na forma e na norma, desconsiderando as práticas de linguagem que emergem de outros contextos sociais. Esse modelo não apenas padroniza a escrita, mas exige, ainda que de forma implícita, que os sujeitos abandonem seus repertórios linguísticos originários para aderirem à linguagem autorizada da escola.

Comecei a trabalhar aos quinze anos em um supermercado. Aos dezessete, me tornei mãe. A conciliação entre trabalho precarizado e maternidade evidenciou, desde cedo, os limites impostos às mulheres da classe trabalhadora. A constatação de que minha força de trabalho seria exaurida em pouco tempo e de que isso comprometeria o futuro dos meus filhos tornou evidente a necessidade de reverter aquele percurso. O abandono do ensino médio, motivado inicialmente por uma expectativa de consumo, o desejo de adquirir roupas da moda com o salário, passou a ser compreendido, anos depois, como um processo de alienação das possibilidades de formação. Retornei à escola por meio da EJA, 15 anos após a evasão, não apenas para obter um diploma, mas como tentativa de reorganizar minha posição no mundo e disputar formas de inserção social historicamente negadas à minha origem de classe.

Ao tornar visíveis as fraturas entre os modos de dizer da casa e os enquadramentos da escola, este percurso lança luz sobre a assimetria estrutural que marca o acesso ao letramento formal. Mais do que narrar uma experiência de exclusão, proponho aqui uma leitura das formas pelas quais a linguagem opera como tecnologia complexa de distinção, ao mesmo tempo em que é fundamental para o acesso à mobilidade social e para a construção de argumentos críticos, como os que desenvolvo neste texto, ela também pode funcionar como mecanismo de exclusão. É na própria complexidade dessas tensões, nas vivências ambíguas que delas emergem, que o letramento tanto na escola como na universidade, se manifestam, como lugar de conflitos e exclusões, mas também de produção de sentidos, de agenciamento e de possibilidade.

1.2. O ingresso na universidade e a reconfiguração da escrita como sobrevivência

Nesta subseção, examino como a entrada no ensino superior, no curso de Letras de uma das universidades mais renomadas do Brasil, reconfigura os tensionamentos vividos na educação básica, investigando como a escrita passa a operar não apenas como instrumento de avaliação, mas como tecnologia de distinção e critério informal de permanência. A partir de episódios concretos, elaboro uma reflexão sobre a ausência de explicitação dos códigos acadêmicos e seus efeitos na trajetória de estudantes oriundos das periferias urbanas.

A chegada ao ensino superior intensificou o confronto com o letramento acadêmico enquanto prática reguladora. Termos como “lauda” e “proficiência”, ausentes do meu repertório prévio, operavam como senhas de acesso a um território discursivo opaco. A naturalização desse léxico, não apenas como técnica, mas como marcador simbólico, torna visível o que Street (2010) denomina “ideologia do segredo”, um sistema em que se presume a posse prévia dos gêneros esperados, sem que eles sejam efetivamente ensinados.

Um episódio específico permite observar o funcionamento dessa lógica, ao enviar um trabalho com comentários internos no próprio Word, fui reprovada sem qualquer mediação avaliativa. O erro técnico, que poderia ter sido tratado como aprendizado, foi lido como incapacidade estrutural. Não se tratava apenas de conteúdo, mas da forma como esse conteúdo se apresentava. O domínio da norma operava ali como critério de inclusão ou exclusão, atualizando, na prática, o que Kleiman (1995) identificou como a “domesticação” dos letramentos, a imposição de um modelo legitimado que silencia os demais.

A linguagem universitária, marcada por normas implícitas e critérios de impessoalidade, se mostrou um dispositivo de pertencimento e controle. Dialogando com Zavala (2021, p. 86), percebo que, assim como Paula, a estudante quechua forçada a ajustar sua forma de dizer, também fui levada a reformular minha voz narrativa para adequá-la à tonalidade exigida. Mas que neutralidade é essa, tomada como evidência de

cientificidade? Que efeitos ela produz sobre os corpos e as vozes que nela não se encaixam?

Mais do que denunciar a seletividade do modelo, este ensaio busca refletir sobre os modos como nos tornamos sujeitos sob essas exigências. O que internalizamos, o que resistimos, o que reproduzimos. Se, por um lado, precisei aprender a habitar esse novo código, por outro, mantenho a pergunta, que outras formas de escrita são possíveis dentro desse espaço? Que fissuras conseguimos abrir mesmo sob a pressão da homogeneização discursiva? É justamente na ambiguidade dessas práticas de letramento, que, ao mesmo tempo que excluem por seu *modus operandi*, também permitem o acesso a ferramentas de reflexão crítica e mobilidade social, que este texto se inscreve. É a partir dessas tensões que se forjam os argumentos que aqui escrevo, fruto tanto da adaptação quanto do questionamento às normas que nos moldam. Que formas de escrita se tornam possíveis, ou impossíveis, quando o ingresso no ensino superior se cruza com as marcas sociais de origem, raça, classe e território?

Ao longo do tempo, compreender e dominar a norma padrão tornou-se para mim uma questão de sobrevivência. Não como ideal de prestígio, mas como ferramenta estratégica. Aprendê-la não me conferiu necessariamente pertencimento, mas me permitiu continuar. Hoje, como revisora, educadora e editora de textos alheios, reconheço que a norma carrega um valor de troca que estrutura relações simbólicas no mercado acadêmico e literário, o que Bourdieu (2008) nomeia como capital linguístico. Entretanto, como argumenta Macedo (2021), esse capital não é distribuído igualmente, opera como marcador de classe e como dispositivo de distinção social.

Trabalhar com a palavra dos outros me ensinou a escutar com mais cuidado, a respeitar o que resiste ao enquadramento normativo. Nesse exercício, reconheço que o letramento escolar, embora necessário, não é neutro. Ele participa de um jogo de forças no qual o acesso aos códigos valorizados está profundamente vinculado à origem social. Kleiman (1995) e Street (2010) já alertavam para o caráter ideológico do letramento, indicando que as práticas escolares naturalizam determinadas formas de escrita e desqualificam outras, criando hierarquias entre os modos de dizer. A norma, nesse contexto, não é apenas um saber técnico, é um filtro, um marcador que define quem pode

falar com autoridade. Como reforça Navarro (2019, p. 47), os currículos universitários reforçam padrões discursivos que favorecem aqueles já familiarizados com as convenções acadêmicas, enquanto silenciam os saberes de estudantes das camadas populares.

Se, no passado, a escola era tida como a via legítima de ascensão social, hoje seu valor simbólico está sendo corroído por discursos que romantizam o empreendedorismo digital e a monetização da vida. Narrativas de sucesso que deslegitimam a escola e a universidade como “lugar de atraso” são impulsionadas pelas redes sociais, disseminando a ideia de que basta força de vontade para vencer. Como observa Severo (2023), esse deslocamento reconfigura a lógica do mérito e impõe aos sujeitos periféricos a ilusão de que podem triunfar sozinhos, desde que “executem” bem suas performances individuais. A crítica à universidade, nesse caso, não vem de uma perspectiva libertadora, mas da apropriação neoliberal da linguagem da autonomia, uma armadilha que, como alerta Verónica Gago (2018), privatiza o fracasso e culpabiliza o sujeito.

Além disso, essa nova lógica exige do sujeito periférico um investimento contínuo na própria imagem, afetando inclusive sua relação com a linguagem. Como afirma Silvia Federici (2021), o neoliberalismo não apenas precariza os corpos, mas também captura a subjetividade, exigindo produtividade, positividade e comunicação constante. A norma, nesse novo regime, aparece menos como capital cultural e mais como obstáculo, algo que pode ser contornado por meio de estratégias performáticas de convencimento, muitas vezes alheias à estrutura da linguagem.

Nesse cenário paradoxal, torna-se urgente tensionar os discursos que demonizam a educação ao mesmo tempo em que se beneficiam, ainda que inconscientemente, dos mesmos critérios de validação que ela sustenta. Como alguém que aprendeu a norma na intersecção entre necessidade e desejo de comunicar, não posso afirmar que ela deva ser descartada. Mas é preciso reconhecer que o valor que ela assume está sempre atravessado por relações de poder. Como destaca Zavala (2021, p. 90), a escola continua sendo um dos poucos espaços em que sujeitos racializados e marginalizados podem adquirir ferramentas de enfrentamento simbólico, ainda que sob tensões e ambiguidades.

Por isso, escrever e revisar hoje é, para mim, também um gesto político, entre o zelo e a negociação, aprendi a não mutilar o que escapa à norma, mas a acolher aquilo que carrega história, território e luta.

Se a escrita operou como ferramenta de sobrevivência frente às exigências normativas da universidade, foi o corpo, e, mais especificamente, o corpo com deficiência, que expôs de forma radical os limites da promessa de inclusão institucional. A chegada da deficiência visual não apenas intensificou as desigualdades já vividas, mas lançou luz em como o discurso da acessibilidade, muitas vezes presente nos documentos e políticas públicas, se dissocia das práticas efetivas no cotidiano universitário. A seguir, analiso como essa condição deslocou minha forma de estar na universidade, reconfigurando relações com a leitura, com o tempo, com os dispositivos de mediação pedagógica e, sobretudo, com a minha própria autonomia como pesquisadora.

1.3. A deficiência visual e os limites da acessibilidade institucional

Nesta subseção, examino como minha entrada na pós-graduação tornou perceptíveis as contradições entre os discursos institucionais de inclusão e os mecanismos efetivos de acessibilidade. A experiência concreta de transitar esse espaço como mulher cega permite observar que a deficiência, mais do que um dado biológico ou funcional, é construída nas interações com formas normativas de organização acadêmica. Ao analisar os procedimentos adotados diante da diversidade sensorial das candidatas aprovadas, busco compreender como a universidade opera com uma concepção homogeneizante de deficiência, na qual a padronização técnica tende a substituir a escuta das singularidades. Em que medida as respostas institucionais à diferença funcionam como formas de controle e de deslocamento da responsabilidade para aquele que é considerado fora da norma? E que efeitos simbólicos emergem quando a acessibilidade é tratada como exceção manejável, e não como princípio estruturante da vida acadêmica? São essas as questões que orientam a análise que segue.

Fiquei cega de forma tardia, após concluir a graduação. A perda da visão coincidiu com a pandemia de Covid-19 e com meu ingresso na pós-graduação. Esses eventos não

apenas alteraram minha relação com o conhecimento, como evidenciaram os limites estruturais de acessibilidade na universidade. Se, por um lado, a conclusão do curso de graduação representava um avanço em termos de mobilidade social, por outro, a deficiência visual revelou os “pontos cegos” do modelo acadêmico vigente, calcado na produtividade, na normatividade corporal e na invisibilização das especificidades. A partir desse momento, passei a experienciar o capacitismo acadêmico não em discursos diretos, mas nos formatos excludentes de produção e circulação do saber, nos silêncios institucionais e na ausência de políticas de permanência efetivas. A deficiência, nesse contexto, não é uma limitação pessoal, mas um marcador que mostra as contradições entre o discurso da inclusão e a prática concreta das instituições.

O ingresso na pós-graduação lançou luz sobre os limites das políticas institucionais de acessibilidade, marcadas por uma concepção normativa de deficiência visual. Diante da seleção de duas candidatas cegas, com formas distintas de letramento sensorial, os procedimentos adotados pela instituição não refletiram a diversidade dessas experiências. Enquanto uma das candidatas foi atendida com materiais em braille, a mim foi designado um leitor, a despeito da informação prévia sobre o uso de leitor de tela. A resposta institucional aponta não apenas a ausência de protocolos adaptáveis, mas a permanência de uma lógica que trata a diferença como exceção a ser gerida, e não como dado constitutivo da vida acadêmica. Conforme argumenta Becker e Anselmo (2020), a deficiência não é a origem da exclusão, mas o modo como as instituições estruturam o acesso e a legitimidade dos corpos que nelas circulam.

Durante a etapa de avaliação em língua estrangeira, realizada sob vigilância remota, a mediação de um leitor lançou luz sobre os limites de uma acessibilidade padronizada. Ao pronunciar oralmente o termo “body”, cuja forma sonora não me era familiar, o resultado foi a opacidade do enunciado, ainda que, em sua forma escrita, o vocábulo me fosse reconhecível. Apesar da aprovação, o episódio não foi isolado. Reiteradas solicitações por arquivos acessíveis, em formatos como .pdf legível ou .docx frequentemente esbarravam na alegação docente de desconhecimento técnico. O problema, nesse contexto, não reside na deficiência em si, mas nas formas como a universidade reproduz a normatividade textual e delega à pessoa com deficiência a

responsabilidade pela adaptação. Como afirmam Skliar e Mazzotta (2006), o desafio está menos na diferença dos corpos e mais na rigidez dos sistemas institucionais que se recusam a transformá-la em parâmetro legítimo de organização.

O que esses episódios colocam em evidência não é apenas a precariedade dos recursos técnicos ou a ausência de protocolos específicos, mas a forma como o sujeito universitário é socialmente imaginado e normativamente produzido. Ao vivenciar a deficiência visual em confronto com os procedimentos institucionais, torno-me também observadora das racionalidades que organizam os modos de ler, escrever e avaliar. A acessibilidade, nesse contexto, não é uma questão periférica, mas estrutural, ela evidencia as hierarquias sensoriais e cognitivas que sustentam uma ideia de competência acadêmica. Como argumentam Becker e Anselmo (2020), o desenho institucional da acessibilidade frequentemente desconsidera os marcadores sensoriais como parâmetros legítimos de produção de conhecimento, tratando-os como anomalias a serem contornadas.

A estudante cega que participou da seleção comigo havia ingressado no mesmo ano em que prestei a prova, mas já vinha de uma trajetória na graduação. Foi durante esse período que ela, junto a uma professora e com o envolvimento de vários alunos extensionistas, promoveu a criação do ProLinc — Projeto Letras Inclusivas — como ação de extensão voltada ao atendimento de estudantes com deficiência na Faculdade de Letras. A adaptação dos materiais que garantiu nossa permanência no mestrado só foi viabilizada por essa iniciativa coletiva, que evidencia como os modelos hegemônicos de letramento e produção acadêmica, embora dominantes, não são homogêneos nem imunes às práticas transformadoras conduzidas por docentes e discentes comprometidos com as dinâmicas da inclusão e acessibilidade. Essa atuação evidencia que os modelos hegemônicos de letramento e produção acadêmica, embora dominantes, não são homogêneos nem imunes às práticas docentes transformadoras. Iniciativas como essa mostram que a universidade é também espaço de disputa e reconfiguração, transformada por dentro pela ação ética e crítica de seus próprios sujeitos. Antes do ProLinc, um aluno cadeirante já havia demandado atenção específica, e sua presença provocou uma série de respostas institucionais parciais e progressivas que foram sendo formuladas não a partir de um planejamento estruturado, mas como reação às demandas concretas que emergiam

no cotidiano acadêmico. Com o tempo, a presença crescente de estudantes diversos, cadeirantes, cegos, autistas, pessoas com TDAH entre outras, passou a expor os limites do modelo acadêmico vigente, mostrando o descompasso entre a organização institucional e as múltiplas formas de corpo, cognição e linguagem.

Esse processo tensiona um modelo universitário que ainda vincula o direito à permanência a ações voluntaristas e respostas fragmentadas, em vez de operar com políticas estruturadas de inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a ampliação da Lei de Cotas (Lei nº 13.409/2016) são marcos legais importantes, mas sua implementação segue dependente da atuação localizada de docentes e técnicos, e não de um compromisso institucional sistemático. Como analisa Severo (2015), a presença de corpos dissidentes desafia a lógica de normalização do saber acadêmico e mostra o caráter seletivo das práticas de escuta, organização curricular e produção textual. A universidade, ao não antecipar a diversidade dos sujeitos, trata a inclusão como exceção administrável, e não como princípio estruturante.

Essa crítica é reforçada por Navarro (2019), ao mostrar como os formatos hegemônicos de produção acadêmica desconsideram as trajetórias plurais dos sujeitos, acentuando desigualdades de acesso e permanência. De forma semelhante, Zavala (2021) analisa os efeitos excludentes da padronização discursiva sobre estudantes que mobilizam repertórios linguísticos e cognitivos não legitimados pela norma escolar. Nesse contexto, o surgimento do ProLinc não resulta de uma política institucional consolidada, mas de uma resposta ético-política às lacunas e contradições do sistema. É justamente aqui que se manifesta a ambiguidade constitutiva da universidade, entre a norma que exclui e o conhecimento que emancipa, entre a padronização que silencia e a escuta que transforma. O desafio posto, portanto, é o de deslocar o foco da adaptação emergencial para a revisão crítica das próprias normas que regulam o pertencimento e a produção de saber no ensino superior.

Interrogar essas práticas, portanto, não diz respeito apenas à minha trajetória individual, mas à forma como a universidade opera enquanto espaço regulado por expectativas tácitas de normalidade. Minha presença, longe de ser apenas exceção ou caso específico, expõe as fraturas de um sistema que ainda reluta em reconhecer a diversidade

dos modos de produção de conhecimento como constitutivos, e não marginais, à vida acadêmica.

Diante desses tensionamentos, passo a observar não apenas as barreiras concretas que incidem sobre minha trajetória, mas os dispositivos simbólicos que sustentam a normatividade acadêmica. Ser pesquisadora, nesse contexto, deixa de significar apenas produzir conhecimento nos moldes instituídos e passa a envolver a investigação crítica das condições que autorizam, ou interditam, certos modos de narrar, escrever e existir na universidade. Não se trata aqui de relatar um percurso pessoal, mas de identificar como formas de letramento institucionalizadas operam como tecnologias de regulação da linguagem e da experiência. A tensão entre minha escrita e os modelos consagrados não é uma resistência intencional ou programática, mas sintoma de um embate epistemológico mais profundo, no qual modos outros de saber e dizer são constantemente desqualificados.

Como argumenta Zavala (2021), a universidade sustenta um regime de letramento que naturaliza a linguagem acadêmica como neutra, ocultando os mecanismos que tornam certas formas de expressão mais legítimas que outras. Navarro (2019), por sua vez, analisa como a exigência de adequação às normas do discurso universitário atua como uma estratégia de exclusão simbólica, deslocando para o sujeito a responsabilidade por desigualdades estruturais. O desafio, portanto, não reside apenas em ampliar o acesso ou garantir suportes técnicos, mas em interrogar os critérios que autorizam certas presenças, vozes e linguagens como legítimas. A pergunta que se impõe não é apenas “quem entra?”, mas “em que condições se pode permanecer e produzir sentido?”.

É nesse ponto que a discussão glotopolítica se impõe. Na próxima seção, passo a explorar como determinadas formas de apagamento cultural se inscrevem na dinâmica institucional por meio da normatização da linguagem. Ao analisar as ideologias linguísticas que sustentam o imaginário da universidade, investigo como certos modos de dizer são desautorizados, e como a diversidade cultural e linguística dos sujeitos populares é frequentemente reduzida à falta, ao erro ou à inadequação.

2. Letramento, glotopolítica e apagamento cultural: uma análise crítica

Nesta seção, investigo como os espaços educacionais, sobretudo a escola e a universidade, operam como dispositivos glotopolíticos que regulam, controlam e hierarquizam práticas de linguagem. O ponto de partida é a compreensão de que o letramento, longe de ser uma prática neutra, atua como tecnologia de normatização e distinção simbólica (GUESPIN; MARCELLESI, 2021; KLEIMAN, 1995). A análise se ancora em experiências situadas de exclusão e resistência, mas busca tensionar essas vivências a partir de mediações teóricas que evidenciam o funcionamento estrutural dos processos de apagamento cultural.

A primeira subseção discute como a imposição da norma culta e do discurso acadêmico opera um silenciamento simbólico que atinge de forma desigual sujeitos periféricos, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, cujas formas de enunciação são desautorizadas em nome de um padrão linguístico hegemônico. Já a segunda subseção aprofunda essa análise a partir da autoetnografia, observando como os letramentos escolares e universitários moldam não apenas a linguagem, mas também o corpo e a subjetividade de estudantes oriundos das camadas populares. A linguagem é aqui compreendida como campo de disputa simbólica (BOURDIEU, 2008), em que os modos de dizer codificam pertencimento, legitimidade e reconhecimento epistêmico.

Ao longo da seção, procuro interrogar não apenas os mecanismos de exclusão, mas também as estratégias de adaptação, ressignificação e resistência mobilizadas por esses sujeitos. O foco não recai sobre a denúncia isolada, mas sobre a compreensão das engrenagens que sustentam a desigualdade e os possíveis deslocamentos produzidos na fricção com a norma.

A fim de compreender como tais mecanismos de exclusão simbólica se articulam nos espaços de formação, a subseção seguinte investiga de que modo o letramento escolar e universitário atua como tecnologia de normatização linguística e apagamento cultural.

2.1. Normatização linguística e apagamento Cultural: o Letramento como tecnologia de controle

Esta subseção investiga a seguinte questão, como as instituições escolares e universitárias operam como dispositivos glotopolíticos que regulam as práticas linguísticas, reforçando desigualdades sociais e apagamentos culturais? Para responder a essa pergunta, examino a imposição da norma culta e do discurso acadêmico como mecanismos de silenciamento simbólico. A noção de glotopolítica, conforme Guespin e Marcellesi (2021), permite compreender a linguagem como objeto de disputa e intervenção, atravessada por interesses ideológicos que visam organizar a produção e circulação dos discursos.

Na escola, essa normatização se inicia de forma precoce, muitas vezes desconsiderando os repertórios socioculturais dos estudantes oriundos das classes populares. Kleiman (1995, p. 18-19) analisa como as práticas escolares legitimam uma única forma de letramento e classificam os demais saberes como defasados, errôneos ou inexistentes. Esse processo de apagamento cultural produz efeitos simbólicos profundos, especialmente sobre sujeitos negros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, periféricos e pessoas com deficiência, cujas formas de dizer são sistematicamente desautorizadas em nome de um suposto padrão neutro.

Zavala (2021, p. 72) aprofunda essa análise ao sugerir que, ao ingressar na universidade, esses sujeitos enfrentam um novo ciclo de epistemicídio, o conhecimento que carregam é desautorizado como “não científico”, suas narrativas são deslegitimadas por não aderirem ao padrão acadêmico dominante, e seus modos de enunciação, muitas vezes marcados pela oralidade e pela experiência vivida, são interditados ou submetidos à correção constante. A universidade, longe de romper com essa lógica, frequentemente a intensifica, reafirmando mecanismos de exclusão simbólica que já operam na educação básica.

Como reforça Bentivegna (2017), a linguagem é um instrumento fundamental de hegemonia. Na leitura gramsciana que desenvolve, o autor argumenta que a linguagem opera como ferramenta de controle que orienta condutas, produz consensos e define quem pode ser ouvido.

Minha trajetória de letramento permite explorar criticamente os mecanismos institucionais que operam o apagamento cultural. No ambiente escolar, aprendi desde cedo que havia um jeito “certo” de falar e escrever, um jeito que não era o meu. Já na universidade, a imposição desse modelo se tornou mais sutil, mas não menos eficaz. Progressivamente, passei a ocultar traços da oralidade herdada de meus pais e da minha vivência na favela. A tentativa de emular os padrões acadêmicos, mesmo quando não correspondiam à minha realidade, operava como um processo de autoapagamento simbólico, que atingia não apenas a linguagem, mas também o corpo, a postura, a respiração e o ritmo da fala.

Esse movimento se evidenciou de forma emblemática durante eventos científicos. Em uma apresentação de congresso, optei por ler um texto escrito, mesmo dominando plenamente o conteúdo, por receio de que minha voz, marcada por um repertório oral periférico, fosse desqualificada. A experiência permite interpretar o apagamento cultural como uma política de regulação subjetiva, que impõe aos corpos subalternizados um esforço contínuo de adequação para que possam ser escutados no espaço acadêmico.

Severo (2019) analisa essa dinâmica como uma atualização das lógicas coloniais nas práticas pedagógicas, em que a padronização linguística atua como dispositivo ideológico de controle simbólico. O que se apresenta como exigência técnica é, na verdade, uma forma de hierarquizar saberes e silenciar sujeitos. Macedo (2021, p. 25), por sua vez, discute como o capital simbólico estrutura o campo acadêmico, priorizando formas discursivas associadas às elites, e reiterando a exclusão de sujeitos oriundos das classes populares.

Essas tensões se agravam significativamente quando atravessadas por outras camadas de opressão. Ao ingressar na pós-graduação, já como mulher cega, enfrentei o despreparo estrutural da universidade frente à diferença. A deficiência não era, em si, um entrave para a produção de conhecimento; o obstáculo residia na maneira como ela era significada institucionalmente, não como diversidade, mas como falha, como desvio. A ausência de recursos de acessibilidade, somada à escuta despreparada e à ausência de políticas efetivas, expõe a persistência de um paradigma capacitista que ainda organiza

os modos de pertencimento ao espaço acadêmico. Trata-se, portanto, de uma lógica que não apenas exclui, mas deslegitima epistemologicamente os corpos dissidentes.

É nesse ponto que a distinção entre militância e pesquisa se torna crucial. Enquanto a militância opera pela urgência da denúncia, a pesquisa exige pausa, deslocamento e elaboração. Antes de ingressar na pós-graduação, minha atuação estava vinculada a diferentes frentes no meu território de origem, com foco na educação e na produção cultural. Participei da idealização e implementação de um espaço de Reforço Escolar e de um preparatório para as escolas de aplicação, voltado a crianças e adolescentes da favela e de uma editoria voltada à escrita de e desde a periferia. A urgência em nomear as violências e em disputar narrativas era motor da ação. No entanto, ao adentrar o campo acadêmico, me vi diante de uma nova exigência, pensar com distanciamento, elaborar com cuidado, interrogar inclusive as formas de enunciação militante que até então me constituíam. Como afirma Fonseca (1999), o pesquisador não deve se fiar em evidências aparentes, seu trabalho é o de compreender, provocar reflexão e fazer autocrítica. Essa atitude analítica é necessária para que a pesquisa não reproduza, ainda que de forma invertida, os mesmos estereótipos e hierarquias simbólicas que se propõe a interrogar

Ao investigar as violências simbólicas operadas pelas instituições de ensino, procuro evitar leituras moralizantes. Em lugar de um juízo binário, entre o certo e o errado, proponho uma análise que tensiona os sentidos produzidos na apropriação dos *habitus* universitários. Que tipo de sujeito emerge desse confronto? Como os estudantes oriundos das camadas populares reformulam práticas de linguagem para se manter e se afirmar? Que contranarrativas produzem, e com que efeitos?

Se a linguagem define lugares de pertencimento, disputar o direito de enunciar-se nos próprios termos é um ato político. Mas é também um ato epistemológico, pois não basta denunciar o apagamento, é preciso compreender suas engrenagens e propor formas de deslocamento. Nesse sentido, reconhecer a universidade como campo de disputa simbólica implica problematizar os letramentos acadêmicos como mecanismos de distinção (BOURDIEU, 2008). A maneira como se escreve, se argumenta, se apresenta um texto ou se fala em público não é neutra, ela codifica pertencimento, delimita fronteiras e institui exclusões.

Diante dessas tensões, torna-se necessário examinar como os modelos hegemônicos de letramento operam no plano das subjetividades, modulando o que se entende por “aluno ideal” ou “pesquisador legítimo”. Tal exame permite aprofundar a análise sobre os efeitos do letramento institucional na exclusão simbólica, e também material, de estudantes das camadas populares. É nesse cenário que passo a abordar, a seguir, os processos de apagamento cultural e as estratégias de apropriação crítica do letramento como instrumento de resistência, invenção e sobrevivência.

2.2. Apagamento cultural e letramento autônomo

Nesta subseção, investigo o apagamento cultural como um efeito estruturante do letramento hegemônico praticado nas universidades. A análise parte da constatação de que os modelos acadêmicos de textualidade operam por distinção simbólica (BOURDIEU, 2008), favorecendo repertórios legitimados pelas elites letradas e desautorizando práticas discursivas oriundas das camadas populares. Interessa-me compreender como essa lógica incide sobre a permanência de estudantes e como tensiona as políticas de inclusão.

O apagamento cultural não atua como desvio, mas como engrenagem do próprio campo acadêmico. A imposição da norma culta como critério de excelência contribui para a desqualificação de saberes e formas de expressão que não aderem ao padrão dominante. Como analisa Navarro (2019, p. 47), os currículos universitários são orientados por uma racionalidade excludente, que reconhece apenas os sujeitos já inseridos nos códigos da cultura acadêmica, marginalizando os demais. Essa racionalidade atravessa os corpos e as vozes de estudantes periféricos, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e pessoas com deficiência, operando como filtro simbólico da presença.

Os efeitos dessa lógica podem ser observados nos índices de evasão. Embora políticas afirmativas como a Lei nº 12.711/2012 tenham ampliado o acesso ao ensino superior, a permanência segue como desafio estrutural. Dados do “Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024” indicam uma taxa média de evasão de 57,2%. Estudos anteriores da ANDIFES (2011) e do FONAPRACE (2012) apontam que fatores como moradia

precária, transporte deficiente e ausência de apoio institucional são determinantes para a desistência. Marinho (2017), ao investigar a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sugere que a geografia e os custos de deslocamento intensificam as desigualdades. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), a precariedade das moradias estudantis e a falta de acessibilidade nos transportes são fatores que indicam desafios adicionais à permanência.

No caso dos estudantes com deficiência, essa exclusão assume formas específicas. Embora representem cerca de 16,6% da população, sua presença nas universidades permanece ínfima, entre 0,2% e 0,5% (CABRAL; ORLANDO; MELETTI, 2020). Os autores argumentam que o discurso institucional da inclusão raramente se materializa em práticas efetivas. A exclusão, nesse caso, é atravessada por mecanismos de culpabilização individual que naturalizam as falhas estruturais. Como afirmam, “a exclusão permanece naturalizada, mascarada por discursos inclusivos pouco eficientes” (p. 5).

O capacitismo universitário se manifesta não apenas nas barreiras físicas, mas também na lógica simbólica de reconhecimento. Segundo Paiva e Gesser (2023), estudantes com deficiência frequentemente relatam experiências de invisibilização, ausência de apoio pedagógico e uma expectativa velada de gratidão por recursos mínimos. Esses relatos permitem observar como a acessibilidade é, muitas vezes, tratada como concessão e não como direito.

A pandemia de Covid-19 lançou luz sobre essas desigualdades. Ao perder a visão durante esse período, experienciei diretamente os limites da universidade em garantir acessibilidade. A migração para o ensino remoto trouxe à tona a fragilidade do letramento digital e o despreparo pedagógico diante da diferença. França e Souza (2024, p. 35) argumentam que “a formação técnica precisa ser indissociável de uma reflexão pedagógica crítica, sob pena de reforçar desigualdades”. Minha trajetória permite sugerir que a ausência de suporte adequado não apenas dificultou minha adaptação, mas também atualizou o lugar de exceção que os corpos dissidentes ocupam nas instituições de ensino.

Essa experiência contribui para pensar o letramento acadêmico como tecnologia de controle que se atualiza por meio da seletividade simbólica e da escuta condicionada. O

problema, portanto, não reside apenas na ausência de recursos, mas na forma como a universidade produz sentidos sobre os corpos, vozes e modos de aprender que divergem da norma. Ao colocar em tensão minha própria permanência, essa análise busca lançar luz sobre os limites das políticas de inclusão que não questionam o modelo de excelência que as rege.

No caso dos estudantes com deficiência, o letramento digital tende a reforçar a lógica de exclusão, sem tecnologia assistiva, sem formação docente adequada, sem suporte emocional, a universidade acaba por naturalizar o abandono. Torna-se necessário perguntar, o que significa garantir permanência em um ambiente que apenas reconhece sujeitos sob condições específicas de performatividade acadêmica? O que está em jogo quando se exige de um estudante que apague sua linguagem, sua corporalidade e sua origem para ser reconhecido como legítimo?

O Censo da Educação Superior de 2020 aponta crescimento no ingresso de estudantes negros, indígenas e de baixa renda. No entanto, apenas 30% concluem os cursos no tempo regular (INEP, 2020). Estudos recentes indicam que, quando garantidas condições mínimas, esses estudantes apresentam desempenho acadêmico comparável aos demais. A permanência, portanto, não se relaciona à suposta incapacidade, mas à ausência de políticas estruturais. Como defendem França e Souza (2024), o letramento universitário, se desvinculado de uma reflexão pedagógica crítica, tende a reforçar desigualdades em vez de superá-las. A exclusão se consolida por meio de um modelo de letramento que exige adaptação constante e raramente reconhece outras formas de produção de conhecimento.

A universidade só começou a fazer sentido para mim quando compreendi que sua lógica poderia ser instrumentalizada. Não me refiro a uma adesão acrítica, mas à consciência de que, diante das barreiras de classe, raça, território e deficiência, seria necessário apropriar-me dos códigos dominantes como estratégia de permanência. Aprendi a escrever conforme as exigências, não porque acreditasse na neutralidade da norma, mas porque a norma organiza o jogo. Como argumenta Bourdieu (1996), o domínio dos códigos legítimos de linguagem opera como capital simbólico indispensável para o reconhecimento institucional. O cálculo não é simples, mas segue sendo

necessário. Disputar o discurso acadêmico é disputar legitimidade, acesso a editais, a bolsas, a publicação, à escuta. A ciência me interessa. A estrutura que a gere, nem sempre. Mas recusar a disputa seria, nesse momento, abrir mão de existir discursivamente.

A autoetnografia, nesse contexto, não se constitui como confissão nem como denúncia moralizante. Trata-se de um método crítico, que tensiona os limites da produção de conhecimento a partir da experiência situada. Ellis e Bochner (2000) destacam que a autoetnografia não é um diário íntimo, mas um modo de pesquisa que transforma a experiência pessoal em chave interpretativa de fenômenos coletivos e estruturais. É por meio dela que busco identificar, nas dobras da minha experiência, contradições, deslocamentos e sentidos possíveis de resistência. Que tipo de universidade se desenha quando a escuta depende do apagamento? O que ocorre quando as normas são cumpridas apenas como estratégia de sobrevivência? E, principalmente, é possível reconfigurar a universidade desde dentro, com os próprios instrumentos que ela fornece?

Essas perguntas não exigem resposta imediata. O que se impõe é o compromisso ético com a reflexão e com a produção de conhecimento situada. Como sugere Navarro (2019), é preciso desafiar os mecanismos que operam pela exclusão simbólica e propor práticas que ampliem o reconhecimento de outras formas de saber e de estar no mundo. Na seção seguinte, retomo os principais pontos discutidos neste ensaio e esboço considerações sobre as potências da escrita como forma de formulação política e resistência discursiva.

Considerações finais

Este ensaio buscou compreender como as práticas de letramento, particularmente no contexto acadêmico, operam simultaneamente como dispositivos de exclusão e como possibilidades de resistência. A partir de uma abordagem autoetnográfica articulada a um referencial crítico, foi possível demonstrar que a linguagem e a escrita não são neutras, constituem práticas historicamente situadas e atravessadas por relações de poder, como argumentam Kleiman (1995), Street (1984) e Bourdieu (2008).

Ao revisitar minha trajetória, analisei como o modelo hegemônico de letramento apaga formas de saber oriundas de contextos populares, ao impor padrões discursivos que desconsideram a diversidade cultural, linguística e corporal dos sujeitos minorizados que acessam o ensino superior. Sustentei essa leitura com base em Zavala (2021) e Macedo (2021), que examinam o modo como a epistemologia acadêmica se ancora na normatização da linguagem e na exclusão simbólica de outras formas de produção de conhecimento. Severo (2019) e Bentivegna (2021), ao mobilizarem o pensamento de Gramsci, possibilitam compreender esse processo como parte de uma disputa ideológica em torno da linguagem, atualizada na escola e na universidade por meio do apagamento cultural.

No campo das políticas linguísticas, os estudos de Guespin e Marcellesi (2021) permitiram compreender o letramento como parte de uma regulação glotopolítica das práticas de linguagem, profundamente implicada na reprodução das desigualdades. Os dados apresentados por Navarro (2019), Paiva e Gesser (2023) e Cabral, Orlando e Meletti (2020) evidenciam que essa exclusão não se limita ao plano simbólico, ela se materializa em taxas elevadas de evasão, precariedade de acessibilidade e barreiras concretas à permanência universitária.

Ainda assim, a escrita, especialmente a autoetnográfica, tem se consolidado, em minha experiência, como ferramenta de elaboração crítica, de permanência e de disputa por legitimidade discursiva. Sua função, neste trabalho, não foi terapêutica, mas analítica, nomear contradições, tensionar normas e propor deslocamentos. Incorporar palavras e memórias herdadas da oralidade familiar e das vivências periféricas à produção acadêmica foi uma forma de confrontar os limites do modelo autônomo de letramento e de afirmar outros modos de dizer e produzir conhecimento. Como propõem Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia permite entrelaçar narrativa pessoal e crítica social, deslocando as fronteiras entre o vivido e o científico.

A universidade, embora continue sendo um espaço marcado por tensões e exclusões, pode ser compreendida como campo de disputa, no qual se torna possível, com consciência crítica, reivindicar vozes e experiências historicamente marginalizadas. Concluo, portanto, que repensar as práticas de letramento no ensino superior não constitui

apenas uma demanda pedagógica, mas uma exigência política. É nessa ambiguidade, entre a norma que exclui e o conhecimento que emancipa, que as práticas de letramento operam e ganham sentido. Longe de constituírem um campo homogêneo ou resolvido, essas práticas se encontram justamente no entremeio, entre o pertencimento e o estranhamento, entre o silenciamento e a reexistência. É nesse espaço instável, feito de contradições e possibilidades, que sigo escrevendo.

Referências

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais. Brasília, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), 2011.

BAPTISTA, Luciana Maria Tavares Ribeiro (Org.). Autores e produtores de textos na contemporaneidade, multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas. Campinas, SP, Pontes Editores, 2016.

BECKER, Caroline; ANSELMO, Alexandre Guilherme. Modelo social na perspectiva da educação inclusiva. Revista Conhecimento Online, v. 1, p. 90-108, 2020.

BENTIVEGNA, Diego. Antonio Gramsci, Praxis y glotopolítica. Anuario de Glotopolítica, 2017, p. 41-69.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In, _____. A economia das trocas linguísticas, o que falar quer dizer. São Paulo, Edusp, 2008. p. 29-52.

CABRAL, Vinícius Neves de; ORLANDO, Rosimeire Maria; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. O retrato da exclusão nas universidades brasileiras, os limites da inclusão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.45, n.4, p.e105412, 2020. DOI, 10.1590/2175-

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo, feminismo e a política dos comuns. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante, 2021.

FGV CLEAR. Síntese de evidências CLEAR, ações afirmativas no ensino superior brasileiro. 2023. Disponível em, <https://fgvclear.org/publicacao/sintese-de-evidencias-clear-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-brasileiro>. Acesso em, 26 jan. 2025.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Revista comemorativa 25 anos, histórias, memórias e múltiplos olhares. Brasília, FONAPRACE/ANDIFES, 2012.

FRANÇA, Adriano; FURLIN, Neiva. Educação e desigualdades digitais durante a pandemia da COVID-19, análise da produção científica. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, v. 27, n. 53, p. 300–326, 2023. DOI, 10.26694/rles.v27i53.3667. Acesso em, 15 jun. 2025.

FRANÇA, Lucas Negreiros; SOUZA, Rosiane Moraes Costa de. Letramento digital e educação pós-pandemia, oportunidades e desafios na formação continuada de professores. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 5724–5739, 2024. Disponível em, https://www.researchgate.net/publication/377678403_Letramento_digital_e_educacao_pos-pandemia_oportunidades_e_desafios_na_formacao_continuada_de_professores. Acesso em, 15 jun. 2025.

FONSECA, Cláudia. Direitos humanos, diversidade cultural e diálogo. Palestra proferida durante a IV Semana de Antropologia, Cidadania e o (re)conhecimento do outro, Universidade Católica de Goiás, 16–20 ago. 1999.

GAGO, Verónica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. Tradução de Tânia Morales. São Paulo, Elefante, 2018.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da glotopolítica. In, SAVEDRA, Mônica; PEREIRA, Telma Cristina; LAGARES, Xoán Carlos (orgs.). Glotopolítica e práticas de linguagem. Niterói, Eduff, 2021. p. 11-50.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020. Disponível em, <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/censo-da-educacao-superior>. Acesso em, 30 set. 2024.

KLEIMAN, Angela B. Os significados do letramento, uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

LARA ALONSO, Luisa. Ideologías raciolingüísticas. In, MARTÍN ROJO, Luisa; PUJOLAR, Joan (coords.). Claves para entender el multilingüismo contemporáneo. [Re]pensar la educación. Madrid, Editorial UOC, 2020. p. 199-227.

LILLIS, Theresa; SCOTT, Mary. Defining academic literacies research, issues of epistemology, ideology and strategy. Journal of Applied Linguistics, v. 4, n. 1, p. 5-32, 2007.

MARINHO, P. G. O PNAES na UFC - Campus Fortaleza, uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; SANTOS, Alessandra dos; GRION, Valentina. Autoetnografia, self, identidade e reflexão como categorias de análise em etnografia. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 31, n. 2, p. 1-28, abr./jun. 2024. DOI, <https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n2.2024.24>.

NAVARRO, Fernando. Aportes para una didáctica de la escritura académica basada en géneros discursivos. In, DELTA, Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 1-32, 2019. Disponível em, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0102. Acesso em, 18 abr. 2020.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; GESSER, Marivete. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, participação na academia científica como forma de ativismo político. Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, v. 12,

n. 3, p. 1117-1131, set./dez. 2023.
DOI, 10.14393/REPOD-v12n3a2023-68502.6236105412. Acesso em, 15 jun. 2025.

SEVERO, Cristine Gorski. A invenção colonial das línguas da América. Alfa, Revista de Linguística, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 567-584, 2019. Disponível em, <https://www.scielo.br/j/alfa/a/VBdjMZQLxnXn4kY99zXgNzn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em, 28 out. 2024.

SKLIAR, Carlos; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. A diversidade e a educação, a emergência dos “outros” na contemporaneidade. In, MAZZOTTA, Marcos José da Silveira (org.). Educação inclusiva, possibilidades e desafios. São Paulo, Cortez, 2006. p. 13-36.

SOMA EDUCAÇÃO. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024. Disponível em, <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/05/6852929-ensino-superior-no-brasil-tem-57-de-evasao-na-rede-publica-e-privada.html>. Acesso em, 26 jan. 2025.

STREET, Brian. Dimensões “Escondidas” na Escrita de Artigos Acadêmicos. Perspectiva, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, jul./dez. 2010. Disponível em, <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em, 18 fev. 2025.

UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia. Acesso e permanência na educação superior como direito, sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 2021.

ZAVALA, Virginia. ¿Quién está diciendo eso? Literacidad académica, identidad y poder en la educación superior. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2013.

ZAVALA, Virginia. Hacia una apuesta etnográfica para la glotopolítica. Caracol, São Paulo, n. 20, jul./dez. 2020.

**DESAFIOS E PRÁTICAS DE LETRAMENTO ACADÊMICO EM FOCO:
REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM
LETRAS – PORTUGUÊS/ESPAANHOL**

Marcelo Henrique Silva dos santos

Resumo

O estudo objetiva verificar tanto as práticas quanto os desafios relacionados ao letramento acadêmico no contexto da língua espanhola, dentro do curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para alcançar tal objetivo, realizamos uma análise das respostas obtidas através de um questionário aplicado aos graduandos do curso, buscando compreender suas experiências e dificuldades ao lidar com os gêneros acadêmicos e as exigências discursivas do ambiente universitário. Nossa análise está fundamentada principalmente nos conceitos teóricos propostos por Lillis e Scott (2007), Zavala (2010) e Sito (2018).

Palavras-chave: formação docente; letramento acadêmico; ensino de espanhol; reflexão pedagógica; práticas educacionais em línguas.

Abstract

The study aims to verify both the practices and challenges related to academic literacy in the context of the Spanish language, within the Degree in Modern Languages (Letters - Portuguese/Spanish) course at the Federal University of Rio de Janeiro. To achieve this objective, we carried out an analysis of the responses obtained through a questionnaire applied to course graduates, seeking to understand their experiences and difficulties when dealing with academic genres and the discursive demands of the university environment. Our analysis is mainly based on the theoretical concepts proposed by Lillis and Scott (2007), Zavala (2010) and Sito (2018).

Keywords: teacher training; academic literacy; Spanish teaching; pedagogical reflection; educational practices in languages.

Introdução

A formação de professores envolve muito mais do que meramente o desenvolvimento de competências técnicas, visto que abrange a construção de

identidades, a negociação de discursos de poder e a contínua (re)significação das práticas pedagógicas situadas. O presente artigo, ancorado pela Linguística Aplicada, com ênfase na abordagem dos multiletramentos críticos, visa investigar as práticas sociais de letramento no contexto acadêmico de licenciandos do curso de Letras – Português/Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Também busca examinar as percepções dos discentes acerca do ambiente acadêmico, destacando as vozes que emergem de suas experiências e os desafios epistemológicos que enfrentam ao longo de sua formação.

Para realizar essa pesquisa, aplicamos um questionário aos estudantes com o intuito de identificar as práticas de letramento e os gêneros acadêmicos com os quais eles interagem ao longo de sua trajetória universitária. Nossa análise concentra-se nas percepções dos alunos sobre essas práticas e nas dificuldades e expectativas relacionadas ao ensino de letramento no curso, considerando suas experiências individuais e coletivas.

Como aportes teóricos, nos guiaremos pelos estudos de Freire e Donaldo (2011)¹, que trazem uma abordagem crítica sobre o ensino e o processo de aprendizagem, promovendo uma pedagogia transformadora que valoriza o diálogo e a emancipação dos estudantes. Além disso, fundamentamo-nos nos estudos de Zavala (2010), que explora o letramento acadêmico em termos de legitimação de vozes, poder e identidade, destacando as práticas sociais situadas. Em consonância, Sito (2018) complementa essa visão ao tratar das zonas de contato, espaços onde diferentes formas de saber coexistem e são negociadas no ambiente acadêmico.

Sequencialmente, Lillis e Scott (2007) contribuem com uma análise crítica das práticas de leitura e escrita, dando voz aos sujeitos marginalizados. Em se tratando de uma perspectiva mais inclusiva, também incorporamos os trabalhos de Anzaldúa (2000), Conceição Evaristo (2007) e Munduruku (2012), que discutem as práticas de letramento em comunidades indígenas e afrodescendentes, expandindo o debate para além dos modelos acadêmicos tradicionais.

Contextualizando o letramento acadêmico: o que os estudos dizem?

Lillis e Scott (2007) oferecem uma abordagem crítica dos letramentos acadêmicos ao mapear o campo e propor uma base epistemológica e ideológica que questione práticas dominantes no Ensino Superior. O ponto de partida das autoras é a

¹ O ano de 2011 é relativo a uma edição atual do texto publicada em 1987.

crítica ao chamado discurso deficitário, que enxerga estudantes como carentes de habilidades, ignorando a complexidade das práticas acadêmicas e reduzindo-as a normas gramaticais e técnicas. Essa lógica reforça uma visão tecnicista e homogênea do letramento, desconsiderando a diversidade linguística e cultural dos estudantes.

As autoras destacam que os letramentos acadêmicos se situam na interseção entre teoria e prática, exigindo uma abordagem que vá além do domínio técnico e leve em conta aspectos sociais, epistemológicos e ideológicos da produção de conhecimento. Nesse sentido, denunciam o caráter instrumental de muitos programas universitários que visam apenas à adaptação do estudante às regras vigentes, sem considerar suas experiências discursivas prévias. Como alternativa, propõem uma perspectiva dialógica (Bakhtin, 2013), que reconheça os saberes trazidos pelos estudantes e os ajude a transitar entre diferentes gêneros e práticas de escrita.

Outro ponto central na proposta das autoras é a importância do termo letramentos acadêmicos no plural, o que sinaliza a multiplicidade de práticas e gêneros que variam entre disciplinas, comunidades e instituições. Essa diversidade é, muitas vezes, silenciada por abordagens tradicionais, que impõem um modelo único, geralmente baseado em práticas da elite acadêmica.

The fluidity of the use of the phrase academic literacy/ies in part therefore reflects its position at the juncture of theory/research and strategic application: teacher-researchers need to face both ways – towards academic theorising and research – and also towards institutions and practices as they are currently configured (LILLIS; SCOTT, 2007, p. 17)².

A crítica de Lillis e Scott revela como o modelo vigente de letramento acadêmico contribui para a reprodução de desigualdades ao exigir conformidade com um padrão único de escrita, excluindo estudantes que não compartilham desse capital cultural. No Brasil, essa exclusão é agravada pela ausência de práticas de letramento no Ensino Básico e pela permanência de um currículo universitário centrado em padrões eurocêntricos. Cursos de Licenciatura, como os de Português e Espanhol, por exemplo,

² “A fluidez do uso da expressão literacia(s) académica(s) reflete, em parte, portanto, a sua posição na conjuntura entre teoria/investigação e aplicação estratégica: os professores-investigadores precisam de enfrentar ambos os caminhos – em direção à teorização e investigação académica – e também em direção às instituições e práticas conforme estão configuradas atualmente” (tradução nossa).

muitas vezes expõem os estudantes a gêneros complexos como ensaios e artigos sem apoio pedagógico adequado, gerando insegurança e desmotivação.

Street (2010) chama atenção para as “dimensões escondidas” da escrita acadêmica, em que normas e expectativas não são explicitadas, criando o que ele denomina ideologia do segredo. Nesse cenário, muitos estudantes buscam modelos fora da universidade, o que perpetua a exclusão e dificulta o acesso ao capital acadêmico.

Em relação à emergência dos estudos sobre letramento acadêmico, Lillis e Scott (2007), os estudos sobre letramento acadêmico emergem a partir da crescente diversidade no Ensino Superior, especialmente entre os anos 1970 e 1980, em contextos como Estados Unidos, África do Sul e, mais recentemente, no Brasil. Com a ampliação do acesso de grupos historicamente marginalizados, surgem novos desafios: o modelo tradicional de letramento, centrado na classe média branca, torna-se insuficiente para dar conta das novas demandas.

No Brasil, políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e sociais, ampliaram o acesso de estudantes de diferentes origens, mas o ensino universitário ainda se mantém preso a um modelo elitista e excludente. Isso nos leva a refletir: até que ponto as universidades estão realmente preparadas para lidar com essa diversidade? E como reformular as práticas de letramento acadêmico para incluir novas vozes e saberes, reconhecendo os letramentos como múltiplos e situados?

Contradições e desafios na implementação do letramento acadêmico

Embora o letramento acadêmico seja reconhecido como essencial no Ensino Superior, sua implementação enfrenta obstáculos. Muitos estudantes chegam à universidade sem dominar os gêneros acadêmicos, como artigos e resenhas, reflexo da defasagem entre o Ensino Básico e as exigências universitárias. Presume-se, equivocadamente, que esses alunos já estejam familiarizados com tais práticas, e muitos docentes não consideram sua responsabilidade ensinar esses gêneros, apesar das demandas novas e complexas que o espaço universitário impõe.

Essa lógica sustenta o discurso deficitário, que culpabiliza os estudantes por não corresponderem às expectativas institucionais, desresponsabilizando a universidade por processos formativos. O ideal de "chegar lá" reforça desigualdades e ignora a necessidade de uma pedagogia inclusiva.

A ausência de um trabalho pedagógico mais direcionado tende a excluir estudantes de contextos vulneráveis, especialmente os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade. Esses sujeitos, pouco familiarizados com os códigos acadêmicos, sentem-se à margem. Ao tratar os gêneros acadêmicos como conhecimento prévio e natural, a universidade invisibiliza trajetórias diversas e opera segundo uma lógica elitista, legitimando apenas os que já dominam seus códigos.

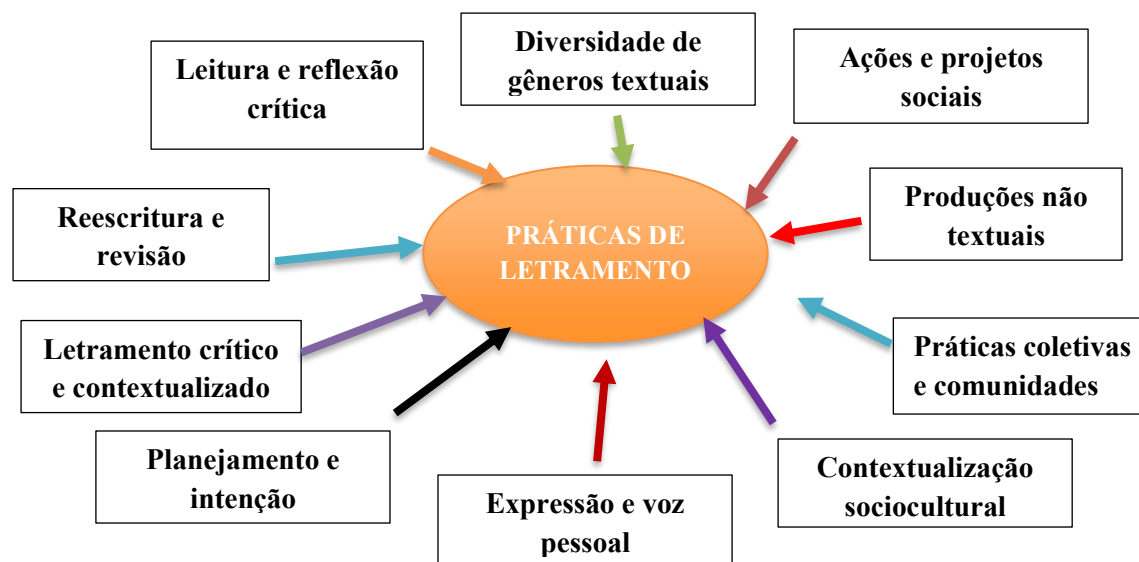
Sim, sinto muito conflito porque, além disso, eu sinto que as vozes que já existem não são da mesma perspectiva. São vozes que são feitas de outra perspectiva, de outro plano, mas olhando o que estou olhando. Tantas vezes me fortalece, mas tantas vezes me faz sentir indignado. É mas, sinto que, porque não fomos capazes de ser essas vozes desde antes. A grande dificuldade era passar essa barreira, de penetrar, de produzir escritos que tenham validade para publicar, pois as formas de escrever que temos são distantes da escrita acadêmica não servem para este plano. Esta é a mostra de não compreender o diverso, de não compreender que há desigualdades enormes na sociedade e que sempre há uma tendência de uniformizar (ZAVALA, 2010, p. 87).

O relato da estudante indígena Paula acima ilustra a indignação e a insatisfação dela quanto às práticas de letramento acadêmico adotadas pela universidade. Para a discente, há um abismo entre as suas experiências que ela traz para o ambiente acadêmico com os epistemes desse universo, o que gera tensões em relação ao processo de aprendizagem e domínios desse tipo de escrita. Suas formas de escrita e saber são deslegitimadas por não se enquadrarem nos padrões acadêmicos, o que revela a tendência institucional de uniformização e silenciamento. Desse modo, as universidades tendem a operar dentro de uma lógica que privilegia algumas formas de escrita/saber e descartam outras, gerando, em alguns momentos, um silenciamento de vozes. Diante disso, cabe perguntar: como criar um ambiente universitário que reconheça e acolha essas vozes, sem exigir que se moldem a padrões alheios às suas vivências? Como garantir apoio aos estudantes, sem reforçar discursos que os culpabilizem por sua origem?

Zavala (2010) nos lembra que o letramento acadêmico não é apenas uma técnica, mas uma prática social atravessada por relações de poder. Dominar os gêneros

acadêmicos implica entender as normas e valores da instituição. Com base nessas reflexões, propomos, a seguir, uma abordagem possível para nossas práticas docentes.

Esquema 1: Como podemos possibilitar que nossos alunos se desenvolvam nos processos de letramento.



Fonte: Elaboração do autor.

O esquema proposto visa ampliar a compreensão sobre os processos de letramento, unindo a diversidade textual com as práticas sociais e culturais como discutimos neste artigo. Ao invés de focar exclusivamente no desenvolvimento técnico do texto, como análise, planejamento, estilo, forma, reescritura e revisão, ele propõe um olhar mais abrangente, que valoriza as diferentes experiências e contextos dos alunos. Assim, as práticas de leitura e escrita são inseridas em um cenário mais complexo, no qual se considera tanto a produção textual quanto os letramentos sociais e culturais presentes no cotidiano.

Nesse sentido, o esquema incorpora a ideia de múltiplos letramentos, como o letramento racial, do mundo digital, indígena, acadêmico, em periferia, religioso, racial, entre outros letramentos contemporâneos, mostrando que o letramento vai além do domínio de gêneros textuais. Ao elaborar esse esquema, pretendemos fazer o

reconhecimento de diferentes práticas de leitura e escrita que refletem identidades e realidades sociais variadas. Com efeito, ao integrar essas diversas formas de letramento, o esquema não apenas promove o desenvolvimento textual dos alunos, mas também os capacita a refletir criticamente sobre suas experiências e a utilizar a linguagem como uma ferramenta de transformação social. Além disso, essas práticas não só apoiariam a formação de habilidades acadêmicas, mas também validariam os estudantes como sujeitos em processo de aprendizado, ao invés de meros receptores passivos.

Práticas de resistência e escritas afirmativas

“Uma das lembranças mais agradáveis que tenho da minha infância é de meu avô me ensinando a ler. Mas não ler as palavras dos livros, e sim os sinais da natureza, os sinais que estão presentes na floresta e que são necessários para poder nela sobreviver. Meu avô deitava-se sobre a relva e começava a nos ensinar o alfabeto da natureza. Apontava para o alto e nos dizia que o voo dos pássaros queria nos informar”.

(MUNDURUKU, 2012, p. 1).

A epígrafe de Munduruku (2012) nos leva a um lugar de afetividade, memória e narrativa de acolhimento. Nela, observa-se uma adequação da linguagem ao contexto inserido, pois há a integração da leitura da natureza há um letramento ancestral e cultural.

Em *Ensaando estratégias das artes nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento*, Sito (2018) foca principalmente nas experiências de estudantes cotistas, afrodescendentes e indígenas no Ensino Superior. O objetivo da autora é explorar como esses estudantes subvertem as práticas de letramento acadêmico tradicionais para criar novas formas de produção de conhecimento. Além disso, utiliza o conceito de “zonas de contato”, proposto por Pratt (1991), para descrever o ambiente universitário como um espaço onde tensões e conflitos entre diferentes práticas culturais emergem.

Um dos principais pontos que Sito (2018) discute é como os estudantes de ações afirmativas utilizam suas experiências para resistir ao que ela chama de colonialidade do saber. Assim como Zavala (2010) critica a forma como as práticas de letramento

acadêmico muitas vezes desconsideram a identidade cultural dos estudantes, Sito (2018) analisa como os estudantes cotistas, em particular, transformam o espaço universitário em um lugar de resistência. Ao invés de se conformar às normas acadêmicas tradicionais, esses estudantes desenvolvem o que Sito (2018) chama de “escritas afirmativas”, que incorporam suas vozes, experiências e histórias dentro da academia.

O conceito de zona de contato é fundamental para a análise de Sito (2018), sendo ela espaços onde diferentes culturas e práticas entram em contato, muitas vezes de maneira assimétrica. No contexto universitário, Sito (2018) argumenta que a universidade é uma zona de contato onde as normas acadêmicas eurocêntricas se chocam com as práticas culturais e discursivas dos estudantes de ações afirmativas. Essa assimetria gera conflitos, mas também cria oportunidades para a inovação e a resistência.

Essa autora argumenta que os estudantes cotistas, ao ingressarem na universidade, são forçados a navegar entre dois mundos: (1) o mundo acadêmico, com suas práticas hegemônicas de letramento; (2) e suas próprias práticas culturais e identitárias. Esse “navegar” entre mundos requer uma forma de bilinguismo acadêmico, onde os estudantes precisam aprender a transitar entre suas práticas discursivas cotidianas e as expectativas acadêmicas. Porém, ao invés de se conformar a essas expectativas, muitos estudantes optam por hibridizar suas práticas de escrita, criando novas formas de conhecimento e expressão.

Também discute em seu trabalho o papel das ações afirmativas na democratização do acesso ao Ensino Superior. Ela argumenta que as políticas de ações afirmativas não são apenas uma questão de garantir o ingresso de estudantes de minorias nas universidades, mas também uma oportunidade de transformar a própria universidade. Ao trazer novas vozes e perspectivas para o ambiente acadêmico, as ações afirmativas desafiam as normas dominantes de produção de conhecimento.

Contudo, critica o fato de que, muitas vezes, as universidades não estão preparadas para lidar com essa diversidade. As políticas de inclusão, embora importantes, não são suficientes para garantir que os estudantes se sintam parte da comunidade acadêmica. Muitas vezes, as práticas de letramento acadêmico permanecem rígidas e descontextualizadas, o que leva ao que Sito (2018) chama de exclusão silenciosa uma forma de marginalização que ocorre dentro das próprias instituições que deveriam promover a inclusão.

Um dos aspectos que chama atenção em sua análise é entender a escrita acadêmica como um ato político. Ao incorporar suas próprias vozes e experiências nas suas produções acadêmicas, os estudantes de ações afirmativas estão desafiando o monopólio do conhecimento eurocêntrico e colonial que ainda domina as universidades. Isso faz da escrita não apenas um meio de comunicar conhecimento, mas também uma forma de resistência e transformação social.

Desse modo, a autora ilustra isso através da análise de trabalhos acadêmicos dos estudantes Joyce e Flávia, Dorival e Valentina, que incorporam elementos de oralidade, bilinguismo e outras práticas discursivas que, tradicionalmente, não têm lugar na academia. Ela argumenta que esses trabalhos são atos de subversão, pois eles quebram as fronteiras entre o saber acadêmico formal e as práticas culturais vernáculas. Nesse cenário, a escrita acadêmica torna-se uma ferramenta de empoderamento para os estudantes que historicamente foram excluídos da produção do conhecimento.

Em suma, quanto à sua abordagem, Sito (2018) faz um forte apelo para que as universidades repensem suas práticas de letramento acadêmico, não apenas como um conjunto de normas a serem seguidas, mas como um processo dialógico e sugere que as instituições criem espaços onde os estudantes possam negociar suas identidades e práticas discursivas, em vez de serem forçados a adotar um modelo único de letramento.

Superando barreiras internas: perfeccionismo, autossabotagem e o papel de um bom *feedback* no processo de letramento acadêmico

“Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas”.

(Anzaldúa, 2000, p. 234).

Introduzimos esta seção com a potente epígrafe de Anzaldúa (2000), que promove uma conexão profunda dos discentes com a escrita acadêmica e também reflete sua luta diária no que diz respeito às práticas e desafios com os letramentos acadêmicos. A

metáfora da escrita como um confronto com “demônios internos” ressoa com a experiência de muitos estudantes, que não enfrentam apenas os desafios acadêmicos, mas também lidam com as pressões pessoais e sociais. O perfeccionismo, por exemplo, muitas vezes visto como uma busca pela excelência, pode, na verdade, ser um obstáculo significativo. A pressão constante para produzir algo “sempre de boa qualidade” impede a liberdade criativa e pode gerar um ciclo de autoexigência que muitas vezes paralisa o progresso e processo de escrita.

Assim, esse perfeccionismo, ao invés de impulsionar o desenvolvimento acadêmico, pode se tornar uma barreira emocional. O medo de falhar ou de não estar à altura das expectativas pode bloquear o processo de escrita, criando uma espécie de estagnação. Essa é uma luta interna que muitos discentes enfrentam, especialmente aqueles que têm dificuldades em lidar com a imperfeição. Eu, por exemplo, sempre me preocupei em entregar o meu melhor nos trabalhos acadêmicos. Contudo, ao finalizá-los, havia uma pitada de cobrança e insatisfação de que poderia ter desenvolvido ainda mais algum aspecto do trabalho. Paralelo a isso e caminhando de mãos dadas com o perfeccionismo, a síndrome do impostor³ também costuma ser um pesadelo na vida de muitos graduandos e uma forma de autossabotagem de sua produção. A sensação de invalidação do que o que você está escrevendo pode estar extremamente ruim, é horrível e gera bloqueio e o fluxo da escrita.

No entanto, a verdadeira aprendizagem acadêmica muitas vezes só acontece quando conseguimos abraçar o erro como parte do processo. Faz-se necessário superar essa pressão interna sendo ela essencial para o crescimento, uma vez que é no erro que encontramos a oportunidade de melhorar e aprender.

Por trás do processo, muitas vezes custoso da escrita acadêmica ou das aulas, é muito importante que o estudante esteja amparado por um *feedback* de respeito que seja consistente, cuidadoso e acolhedor de modo que o situe o no processo de letramento, mostrando não apenas onde eles estão, mas onde podem chegar. Apenas entregar o trabalho sem uma devolutiva cuidadosa sobre o que está funcionando e o que precisa de ajustes pode gerar frustração e insegurança. Muitos professores cobram alta performance

³ A síndrome do impostor é um fenômeno sobre o qual as pessoas tendem a colocar em cheque sua capacidade cognitiva e costumam duvidar das suas conquistas. Geralmente, possuem medo de serem expostas como uma fraude. Campos *et al* (2022) enfatiza que é a incapacidade de internalizar o sucesso e a tendência de atribuí-lo a causas externas, como sorte, erro ou ignorância de outras pessoas.

dos alunos, mas, sem orientações claras e construtivas, o estudante não tem as ferramentas para entender suas fragilidades e pontos de melhoria.

Além disso, o modo como esse *feedback* é dado também é essencial. O professor tem a capacidade de marcar a vida acadêmica dos alunos tanto positivamente quanto negativamente. Uma devolutiva mal elaborada pode não apenas frustrar, mas até mesmo traumatizar, criando barreiras que dificultam o progresso acadêmico e a autoconfiança na escrita. *Feedbacks* do tipo “você acostuma com o tempo”, “tem que insistir”, “como pôde errar isso?!” atrapalham mais que ajudam. Portanto, o ideal é adotar uma abordagem que valorize o que o aluno já fez de bom, destacando seus avanços, para depois, de forma cuidadosa e modalizadora, indicar áreas de melhoria da escrita. Por exemplo, apontar o uso de conectores que possam gerar efeitos de sentido diferentes é uma maneira de ensinar sem desvalorizar o que foi entregue. Essa prática respeitosa e afetuosa do *feedback* promove não apenas o aprendizado técnico, mas também um desenvolvimento emocional e intelectual que fortalece o discente em sua trajetória acadêmica. Dessa forma, as expectativas serão ajustadas e as frustrações tendem a ser evitadas. Essas informações estão alinhadas com os relatos de alunas como Paula, falante da língua *Quechua*, caso esse exemplificado por Zavala (2010), e de Joyce, em Sito (2018), que adota em seu Trabalho de Conclusão de Curso um símbolo que representa a comunidade indígena a qual pertence: o *chumbe*, peça tecida por mulheres das comunidades indígenas.

Apropriação crítica e contextual do conhecimento: conectando os saberes da periferia ao olhar acadêmico

No filme *Cidade dos homens*, transmitido pela Rede Globo em 2002, o personagem “Acerola”, interpretado pelo ator Douglas Silva, em uma aula de História, explica para a turma e a professora o império de Napoleão na Europa como se fosse uma disputa entre morros.

Figura 1: Acerola explica o império napoleônico

questionando quem tem o direito de interpretar e ensinar a história. Também revela que, mesmo no contexto escolar, o conhecimento é ressignificado pelos alunos de acordo com suas vivências, o que se alinha às discussões de Zavala (2010) sobre como identidade e poder afetam o letramento e a educação.

A autora enfatiza que o letramento acadêmico não é apenas sobre saber escrever, mas sobre quem escreve e como escreve. A identidade dos estudantes é fundamental para entender suas dificuldades com a escrita acadêmica. Muitos estudantes, como Paula, sentem que o tipo de escrita exigido na universidade não reflete suas próprias experiências e formas de ver o mundo. A estudante citada aqui neste trabalho, por exemplo, expressa que a escrita acadêmica requer um distanciamento da própria subjetividade, o que vai contra a forma como ela tradicionalmente se comunica dentro de sua comunidade.

Letramento, poder, ideologias e práticas situadas e o olhar etnográfico

Zavala (2010) faz uma análise aprofundada de como as práticas de letramento acadêmico são moldadas por relações de poder, epistemologia e identidade.

A autora usa o exemplo de uma estudante de origem *Quechua*, para ilustrar como as práticas de letramento acadêmico podem deslegitimar as identidades culturais dos estudantes. Apesar dela dominar o espanhol, a falta de familiaridade com os gêneros acadêmicos faz com que ela se sinta deslocada e alienada no ambiente universitário.

A escrita acadêmica é ninguém. Como pode ser esse ninguém? Esse ninguém, às vezes indolente, mas visando a um tema. Esse ninguém, às vezes não me meto, mas estou falando sobre tal coisa, estou questionando, mas estou longe. Como pode ser esse ninguém e conscientemente? Gosto de toda sua colocação, mas que pena me dá que se distancie. Eu não me meto, mas eu questiono. Isso são os textos acadêmicos. Como eu gostaria de sentir que o autor também está ali. Como podemos falar de passar o rio e nos preocupar se os outros vão se molhar ou não vão se molhar. Mas eu não estou em nenhuma das possibilidades nem de me molhar, nem de não me molhar. Mas estou discutindo o tema, como vão passar. Não é o sujeito que se mete nisso (ZAVALA, 2010, p. 79).

A frase utilizada pela aluna na citação acima, “A escrita acadêmica é ninguém”, sintetiza esse sentimento de alienação, já que a escrita acadêmica é apresentada como algo impessoal e distante, que desconsidera as subjetividades dos autores.

Lillis e Scott (2007) defendem uma abordagem etnográfica para o estudo dos letramentos acadêmicos e argumentam que, em vez de focar apenas no produto final da escrita (o texto), os pesquisadores e educadores deveriam investigar as práticas que cercam a produção de textos acadêmicos. Isso inclui observar como os estudantes interagem com seus pares, professores e materiais de estudo, como eles negociam significados e como suas identidades influenciam suas práticas de escrita.

Essa abordagem é particularmente relevante em contextos onde os estudantes são confrontados com normas de escrita que são estranhas às suas experiências. A escrita acadêmica, segundo essas autoras, não é apenas uma questão de dominar um conjunto de regras, mas de aprender a navegar por um campo discursivo cheio de expectativas implícitas. Essa visão nos leva a questionar: até que ponto os cursos de graduação estão preparando os estudantes para lidar com essas expectativas? E como podemos repensar as práticas pedagógicas para que elas sejam mais inclusivas e conscientes dessas dinâmicas de poder?

Em consonância com Lillis e Scott (2007), Zavala (2010) afirma que ter sucesso nas práticas de letramento não é apenas uma questão de dominar habilidades técnicas de leitura e escrita, mas está intimamente ligado à maneira como os estudantes negociam suas identidades em um ambiente acadêmico que é, muitas vezes, excludente.

Ao adotar uma visão mais crítica e socialmente orientada do letramento acadêmico, podemos ajudar os estudantes a desenvolver uma consciência sobre o papel que suas próprias práticas de escrita desempenham nas estruturas de poder que moldam a academia. Isso também nos permite problematizar a ideia de que a escrita acadêmica é neutra ou objetiva, quando na verdade ela é profundamente influenciada por questões de classe, raça, gênero e poder.

Todos podem entrar?

Nesta subseção trazemos uma reflexão sobre a manutenção dos jovens no ambiente acadêmico traçando um paralelo com dois textos: a capa do livro didático do ACNUR Capa de material didático elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR] e a imagem Porta dos Fundos - Programa humorístico

iniciado na internet e que está presente também em plataformas de streaming como a Netflix.

Figura 2: Capa do material didático do ACNUR



Fonte: Divulgação/Acnur. G1 (2015)

Figura 3: Imagem do programa humorístico Porta dos Fundos



Fonte: Wikipédia

De fato, todos podem entrar e permanecer na esfera acadêmica? Oferecemos recursos e assistência suficientes para que nossos alunos se sintam acolhidos e se tornem leitores críticos?

A imagem da capa do material didático do ACNUR pode ser vista como uma representação visual do ideal de uma universidade plural, onde diferentes culturas, etnias e realidades sociais são representadas e valorizadas. Nela, podemos observar um casal africano e um casal muçulmano que tentam simbolizar a diversidade cultural e a inclusão, pilares das políticas de ações afirmativas

As duas imagens, em conjunto, ilustram a tensão entre inclusão e exclusão no ambiente acadêmico. Elas levantam a pergunta crítica: a universidade está preparada para lidar com a diversidade dos estudantes que ela atrai através das ações afirmativas?

Essa reflexão nos leva a pensar na importância de que se desenvolva um trabalho significativo, prático e crítico que combata os obstáculos no que diz respeito à escrita acadêmica, tendo em vista que o letramento acadêmico não é abordado de maneira que leve em conta a diversidade de experiências, origens culturais e necessidades, o acesso se torna ilusório.

Isto posto, a inclusão verdadeira exige mais do que apenas permitir que estudantes de diversas origens entrem na universidade, isto é, exige que esses estudantes tenham os recursos, o apoio e o reconhecimento necessários para prosperar academicamente. Nesse

sentido, as políticas de ações afirmativas abrem as portas, mas o letramento acadêmico é uma das chaves que permite que esses estudantes permaneçam e floresçam. Portanto, a verdadeira inclusão depende de como o letramento acadêmico é promovido e como os recursos são distribuídos para garantir que todos eles, independentemente de suas origens, possam não apenas entrar na universidade, mas também permanecer e prosperar nesse ambiente.

Percepções de graduandos de Letras - Português/Espanhol da UFRJ sobre os desafios e práticas de letramento acadêmico

A fim de investigar os desafios e práticas enfrentados por estudantes do curso de Letras - Português/Espanhol da UFRJ, elaboramos um questionário *online* (via *Google Forms*) que continha 11 questões sobre letramento acadêmico. As perguntas abrangiam desde informações básicas dos participantes (nome, *e-mail*, idade, gênero, período ou previsão de conclusão do curso) até questões relacionadas ao conhecimento sobre domínio de práticas letradas e discursivas, além da relevância dada a esses temas no curso.

Classificamos essas perguntas como relacionadas a desafios e práticas de letramento na academia. Entendemos por “desafios” as questões que envolvem a reflexão crítica e a análise sobre o desenvolvimento educacional e o letramento. Já “práticas” referem-se à produção dos gêneros acadêmicos e ao uso da escrita acadêmica.

O Quadro 1 destaca quais perguntas se enquadram em cada uma dessas categorias.

Quadro 1: Distribuição das perguntas do questionário entre práticas e desafios.

Desafios	Práticas
1. O letramento acadêmico pode ser analisado considerando a relação entre identidade e poder no ensino superior (cf. Zavala, 2010) ou as trajetórias de letramento, ações afirmativas e políticas de conhecimento (SITO, 2018). Em ambas perspectivas podemos identificar a presença dos gêneros acadêmicos. Considerando o seu conhecimento e o que foi mencionado, explique o que você entende por gêneros	3. Que estratégias você utilizou para desenvolver a escrita acadêmica? 4. Considerando a sua escrita, o seu letramento acadêmico, você já vivenciou alguma situação na qual não se sentiu pertencente a esse ambiente? Caso sim, comente tal situação. 5. De que forma as disciplinas de

acadêmicos. 2. Quais gêneros acadêmicos você conhecia antes de entrar na Universidade? 6. Quais tipos de conhecimentos e saberes você considera como essenciais para a sua formação acadêmica em língua espanhola? 7. Entre os gêneros acadêmicos abaixo, quais você se considera apto a produzir? Justifique sua resposta. 8. Entre os gêneros acadêmicos abaixo, quais apresentam mais desafios para serem produzidos? Justifique sua resposta. 11. No que diz respeito ao ensino dos gêneros discursivos na esfera acadêmica, na sua opinião, qual a importância que o curso de Letras- Português/Espanhol da UFRJ dá para essas ferramentas? Justifique sua resposta.	língua espanhola cursadas na graduação possibilitam a construção do conhecimento sobre gêneros acadêmicos? Relate a sua experiência com um desses gêneros em disciplinas específicas. 9. Já atuou em projetos de extensão da Universidade (Monitoria, PIBIC, CLAC, PIBID, outros) ou em projetos comunitários externos? Em caso afirmativo, relate sua importância em sua formação como profissional, futuro docente de espanhol e de que maneira contribuíram para o seu desenvolvimento quanto aos gêneros discursivos acadêmicos. 10. As disciplinas dirigidas para gêneros específicos ajudaram na habilidade de produção de tais gêneros?

Fonte: Elaboração do autor.

No total, 18 estudantes responderam ao questionário. Entre eles, cinco se identificaram como do sexo feminino, três como do sexo masculino e nove optaram por não informar. A faixa etária dos participantes varia entre 19 e 28 anos, e eles estão distribuídos entre o 3º e o 10º período do curso de graduação.

O que nossos resultados dizem?

A análise dos dados foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, sustentada pelos estudos de letramento acadêmico e multiletramentos críticos (Zavala,

2010; Sito, 2018), que compreendem a linguagem como prática social, situada e atravessada por relações de poder e identidade. Buscamos interpretar os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos desafios enfrentados no contexto universitário, considerando a complexidade dos discursos produzidos. Paralelamente, lançamos mão de procedimentos quantitativos simples como a contagem de ocorrências e a organização de dados em tabelas com o intuito de evidenciar padrões e recorrências nas respostas. Como apontam Falcão e Régner (2000), a quantificação, nas ciências humanas, deve ser compreendida como um conjunto de procedimentos e técnicas que auxiliam o pesquisador a extrair de seus dados subsídios relevantes para responder aos objetivos estabelecidos. Assim, neste trabalho, a quantificação é utilizada como recurso complementar à análise qualitativa, e não como finalidade em si, contribuindo para tornar mais visíveis certos aspectos recorrentes no corpus analisado.

Para a coleta e análise dos dados deste trabalho, optamos por focar em duas questões relacionadas aos desafios (questões 8 e 11). Embora as respostas às perguntas sobre práticas também sejam muito ricas e interessantes, decidimos não incluí-las neste artigo por dois motivos. Primeiro, o tempo disponível para a conclusão deste trabalho torna inviável uma análise abrangente de todas as 18 respostas de todas as questões. Segundo, em um artigo anterior desenvolvido para a disciplina de Letramentos Contemporâneos, intitulado “Letramento Acadêmico: Desafios e Práticas”, já abordamos as questões de prática (questões 3 e 4), analisando-as de forma detalhada.

Portanto, para este artigo, decidimos focar exclusivamente nas questões de desafio, 8 e 11, que também geram discussões valiosas e estão mais alinhadas com o objetivo específico deste estudo. Essa abordagem permite uma continuidade na análise que já fizemos, mas agora com foco em outra dimensão do letramento acadêmico.

Quadro 2: Perguntas de desafio selecionadas para a análise dos dados

DESAFIO
8. Entre os gêneros acadêmicos abaixo, quais apresentam mais desafios para serem produzidos?
11. No que diz respeito ao ensino dos gêneros discursivos na esfera acadêmica, na sua opinião, qual a importância que o curso de Letras - Português/Espanhol da UFRJ dá

para essas ferramentas?

Fonte: Elaboração do autor.

Entre os gêneros acadêmicos abaixo, quais apresentam mais desafios para serem produzidos?

Tabela 1: Gêneros mais desafiadores, segundo os estudantes

Handout acadêmico	27,9 %	(5 oc.)
Ata	38,9%	(7 oc.)
Artigo científico	44,4%	(8 oc.)
Monografia	94,4%	(14 oc.)
Resumo	0 %	(0 oc.)
Resenha	11,1 %	(2 oc.)
Relatório	16,7 %	(3 oc.)
Fichamento	5,6%	(1 oc.)
Seminário	16,7 %	(3 oc.)

Fonte: Elaboração do autor.

Ao analisar os resultados, observamos uma clara relação entre a extensão e a complexidade dos gêneros acadêmicos e o grau de dificuldade que os alunos associam a cada um deles. Gêneros como a monografia (94,4%), o artigo científico (44,4%) e o *handout* acadêmico (27,9%) apresentam as maiores ocorrências, o que pode ser atribuído ao seu caráter extenso e analítico. A monografia, em particular, é um gênero que exige uma pesquisa profunda e uma estruturação detalhada das ideias, o que coloca um alto custo informativo para os alunos, exigindo habilidades de organização, argumentação e domínio do conteúdo de forma ampla e crítica.

Por outro lado, gêneros de menor extensão, como ata, relatório, seminário, resenha e fichamento, aparecem com menores ocorrências de dificuldades, sugerindo que são percebidos como mais acessíveis. Isso pode indicar que os alunos já possuem um nível de familiaridade maior com esses gêneros, particularmente em contextos como o Ensino Médio e o início da graduação, onde produções mais curtas e focadas em resumos, apresentações ou análises críticas tendem a ser mais comuns.

Zavala (2010) sustenta que o letramento acadêmico não se limita a uma técnica que pode ser aprendida de forma mecânica, mas está intimamente entrelaçado aos aspectos

epistemológicos. Envolve, assim, formas de construir conhecimento que caminham lado a lado com formas de pensar. Ela ressalta que as operações cognitivas envolvidas na produção escrita são inseparáveis da compreensão subjetiva e contextualizada que o indivíduo faz do mundo. Isso significa que os alunos não apenas escrevem de forma técnica, mas sua escrita reflete a maneira como compreendem e interpretam os conhecimentos, o que torna o processo de produção de certos gêneros acadêmicos, como a monografia e o artigo científico, uma tarefa mais complexa.

Vale destacar que o gênero resumo, com nenhuma ocorrência registrada, talvez reflita uma percepção de que esse gênero não gera grandes desafios por ser uma produção mais concisa e de caráter resumido, muitas vezes praticado nas fases iniciais da formação acadêmica, onde a ênfase é mais na capacidade de síntese do que na argumentação profunda. Portanto, essa análise sugere que os alunos tendem a enfrentar mais dificuldades com gêneros que exigem maior profundidade analítica, extensão e domínio acadêmico, como a monografia, enquanto gêneros mais curtos e com exigências estruturais mais simples são percebidos como mais acessíveis. Sendo assim, trazemos as seguintes reflexões: que tipo de abordagens os professores poderiam desenvolver ao longo da formação para evitar que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se torne um obstáculo para tantos alunos? Seria possível estruturar um aumento progressivo da complexidade dos gêneros acadêmicos ao longo do curso, preparando-os de forma mais gradual para esse desafio?

No que diz respeito ao ensino dos gêneros discursivos na esfera acadêmica, na sua opinião, qual a importância que o curso de Letras - Português/Espanhol da UFRJ dá para essas ferramentas?

Nesta subseção, analisamos as respostas dos informantes à pergunta: “Qual a importância o curso de Letras-Português/Espanhol da UFRJ dá ao ensino do letramento acadêmico?” Foram selecionadas as respostas que se destacaram por evidenciar lacunas no acompanhamento pedagógico, sugestões de ampliação de disciplinas voltadas aos gêneros acadêmicos, avaliações positivas das práticas já existentes e apontamentos sobre possibilidades de aprimoramento no curso. A seguir, apresentamos um gráfico com os

dados da pergunta 11, que sintetiza percepções de satisfação quanto ao ensino de gêneros discursivos no curso:

Gráfico 1: Ensino dos gêneros acadêmicos segundo os graduandos de Letras - Português/Espanhol



Fonte: Elaboração do autor.

Os dados quantitativos mostram que, embora a maioria dos participantes tenha avaliado o ensino de gêneros acadêmicos de forma positiva, já que 27,8% dos estudantes consideram ótimo, 22,2% muito bom e 22,2% bom, ainda há uma parcela significativa que considera o ensino insuficiente (16,7%) ou regular (11,1%).

Esses números refletem as divergências nas percepções dos informantes: enquanto alguns elogiam a variedade de gêneros abordados e o suporte oferecido pelos professores, outros sentem falta de uma abordagem mais sistemática e prática, com disciplinas dedicadas ao aprofundamento dos gêneros acadêmicos. A discrepância entre as respostas sugere que a experiência dos alunos pode depender muito da metodologia individual dos professores, o que pode gerar uma sensação de inconsistência na abordagem do letramento acadêmico. A seguir, analisamos as opiniões dos informantes quanto à pergunta 11:

Informante 1 - mulher, 24 anos, estudante do 4º período

“Observo que as disciplinas se atentam muito para explicar com detalhes como realizar estes textos. Além disso, os professores dão o suporte necessário ao aluno para redigir os textos requeridos”.

Informante 2 - homem, 19 anos, estudante do 3º período

“Em todos os cursos do setor de Letras Espanholas que já frequentei, todos me ajudaram a entender melhor e produzir alguns gêneros acadêmicos. Por isso, considero ótima a abordagem dessa ferramenta pelo curso de Letras - Português/Espanhol pela UFRJ”.

Informante 3 - mulher, 22 anos, estudante do 3º período

“O curso de espanhol me ajudou muitíssimo a reconhecer, entender e escrever textos acadêmicos”.

Informante 4 - mulher, 28 anos, estudante do 10º período

“Já em Espanhol I, tivemos uma ótima introdução do aprendizado da língua junto a leitura e compreensão da estrutura textual”.

Os informantes 1, 2, 3 e 4 avaliam o ensino de gêneros discursivos de maneira muito positiva, sugerindo que o curso de Letras dá grande importância a essas ferramentas. A informante 4 destaca que, desde os primeiros períodos, os alunos têm contato com diversos gêneros, tanto orais quanto escritos, o que, segundo ele, se deve à variedade de professores na graduação. O informante 2 elogia a abordagem dos gêneros acadêmicos em todos os cursos de espanhol que já frequentou, considerando o ensino ótimo.

Essas respostas refletem um enfoque pedagógico positivo, no qual os alunos percebem um esforço dos professores em oferecer uma formação sólida e diversificada em relação aos gêneros discursivos. A informante 3 observa que os gêneros são frequentemente ofertados pelos professores, o que possibilita uma prática constante, promovendo a familiarização e o domínio desses gêneros. Isso se alinha à ideia de Lillis e Scott (2007) de que o letramento acadêmico deve ser um processo contínuo e dialógico, onde os professores têm um papel crucial em orientar e oferecer oportunidades para os alunos desenvolverem suas habilidades.

Além disso, a diversidade de gêneros mencionada por alguns desses informantes também reflete o que Zavala (2010) e Sito (2018) sugerem sobre a necessidade de pluralizar as práticas de letramento na universidade, permitindo que os alunos explorem

diferentes formas de produção discursiva e identifiquem quais gêneros melhor se alinham as suas vozes e identidades. No entanto, é importante destacar que, embora esses informantes tenham tido uma experiência positiva, outros sentem falta de um acompanhamento mais formal, o que sugere que ainda pode haver uma disparidade nas experiências de alunos diferentes a depender do curso e/ou docente.

Nos questionamentos que seguem, observamos de forma mais evidente essa disparidade no que diz respeito à teoria e à prática.

Ao rememorarmos o poderoso pensamento de Evaristo (2007, p. 54), “a nossa escrevivência não pode ser lida com histórias para ninar os da casa-grande”, o mesmo reforça bem a luta pela legitimação das vozes historicamente silenciadas e espaços de poder nas universidades. As falas das duas informantes sobre a insuficiência no ensino dos gêneros acadêmicos refletem essa luta, questionando se a universidade está realmente preparada para incluir todos os seus estudantes:

Informante 5 - mulher, 25 anos, estudante do 6º período

“Não há uma exploração proveitosa dos gêneros”.

Informante 6 - mulher, 21 anos, estudante do 3º período

“A universidade foca no básico e (até onde eu sei) não oferece ferramentas pra quem está começando. Tive uma educação privilegiada no ensino médio (Instituto Federal) que me permitiu já ter contato e familiaridade com esses gêneros textuais. Porém, muitas pessoas de escola pública municipal nunca haviam apresentado um seminário/feito uma resenha na vida antes de entrar na universidade e é perceptível o quanto elas têm dificuldade pra começar”.

Os relatos das informantes 5 e 6 vão de encontro diretamente com a minha experiência como estudante do curso de Letras - Português/Espanhol pela UFRJ entre 2012 e 2017. Durante esse período, percebi que não havia um trabalho significativo com os gêneros discursivos acadêmicos, e os seus respectivos aprendizados eram pressupostos pelos professores sem que houvesse um ensino sistemático ou suporte pedagógico adequado. Muitas vezes, quando os trabalhos acadêmicos eram exigidos, tínhamos que

buscar referências por conta própria para aprender a estruturá-los. Era basicamente um processo de “aprender na marra” e medo de ser exposto e ridicularizado diante da turma caso o trabalho não cumprisse com os requisitos que o professor exigiu, tal como postula Zavala (2010):

Em um sistema de ensino superior que busca ampliar o acesso e promover a diversidade, é necessário fazer do domínio educativo um espaço mais democrático. Nos termos dos teóricos pós-coloniais latino-americanos, trata-se de pensar em como descolonizar a Universidade (ZAVALA, 2010, p. 92).

Isso reflete uma falta de acompanhamento, suporte e *feedback* como comentamos ao longo deste trabalho – o que também é apontado pelas informantes.

A informante 5 destaca que “não há uma exploração proveitosa dos gêneros”, e a informante 6 ressalta que a universidade “foca no básico” e “não oferece ferramentas para quem está começando” afirmando, ainda, que o contexto de origem dos alunos ser de escolas públicas ou instituições mais privilegiadas impacta diretamente no nível de familiaridade com esses gêneros. Esses relatos ecoam minha própria experiência e evidenciam que a universidade parece assumir que os alunos já chegam com uma base sólida para lidar com os gêneros acadêmicos, quando na verdade muitos, especialmente aqueles vindos de escolas públicas, como eu, naquela ocasião, nem sempre têm essa preparação prévia. Com isso, vale a pena considerar as seguintes reflexões: a Universidade está de fato preparada para receber nossos estudantes e mantê-los nesse ambiente? A Universidade é realmente inclusiva?

Por outro lado, as respostas positivas dos estudantes quanto ao ensino de gêneros discursivos me surpreenderam, pois, durante o período em que fui aluno, esse aspecto era tratado de forma insuficiente. As críticas das informantes, que percebem a abordagem como limitada ou ineficiente, refletem um problema de longa data no curso de Letras da UFRJ: a distância entre a teoria e a prática pedagógica.

Essa lacuna no ensino dos gêneros acadêmicos, apontada tanto por mim quanto pelas informantes, revela uma continuidade de uma prática pedagógica que ainda não foi plenamente resolvida. Enquanto algumas turmas parecem demonstrar satisfação com o ensino de gêneros, outros alunos, principalmente aqueles sem uma educação prévia mais estruturada, se deparam com dificuldades significativas ao tentar produzir textos

acadêmicos. Esse cenário sugere que o curso poderia se beneficiar de um trabalho mais inclusivo e aprofundado no que tange ao ensino dessas ferramentas discursivas.

Considerações finais

Este artigo buscou trazer um olhar crítico, respeitando as relações de poder, identidade e epistemologia que se estabelecem no ambiente acadêmico, por meio das vivências dos licenciandos do curso de Letras - Português/Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo realizado foi tanto qualitativo quanto quantitativo, pois trouxe não apenas reflexões profundas sobre o tema, mas também dados concretos sobre o contexto acadêmico, gerados ao longo do curso.

A articulação teórica apresentada aqui permitiu um diálogo relevante com os debates sobre letramento acadêmico, expostos ao longo da trajetória dos estudantes. Ao nos concentrarmos nas questões 8 e 11, direcionadas aos desafios recentes enfrentados pelos alunos, priorizamos uma abordagem que complementa o estudo anterior que ainda será publicado, no qual focamos nas questões 3 e 4, voltadas às práticas acadêmicas.

Outro aspecto importante a ser destacado é o questionamento do discurso do déficit. Como docentes, é fundamental que debatamos esse tema e, sempre que possível, busquemos amparar nossos estudantes, oferecendo *feedbacks* construtivos e articulando a teoria à prática. É fundamental reconhecer e legitimar as realidades sociais dos estudantes, valorizando suas vozes como parte do processo de construção do conhecimento acadêmico.

Em um trabalho futuro, esperamos contrastar as práticas com os desafios, o que permitirá uma compreensão mais abrangente das dificuldades e estratégias adotadas no ambiente universitário. Que este estudo possa contribuir para futuras reflexões não só no campo da Linguística Aplicada, mas, sobretudo, no ensino de línguas adicionais e nas práticas de letramento acadêmico, no curso de Letras/ Português-Espanhol e em outras áreas das universidades.

Referências bibliográficas

Anzaldúa, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-23, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> Acesso em: 21 fev. 2025.

Bakhtin, M. O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 207-310.

Campos, Isabele Fontenele de Santiago et al. Síndrome do impostor e sua associação com depressão e burnout entre estudantes de medicina. Rev. Bras. Educ. Med. [online]. 2022, vol.46, n.2, e068. Epub 10-Maio-2022. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v46.2-20200491>.ing.

Evaristo, C. Da Grafia-Desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org.) **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p.16-21.

Falcão, J. T. da R.; Régnier, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

G1. ONU lança cartilha de ensino de português para refugiados no Brasil. **G1**, São Paulo, 29 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/12/onu-lanca-cartilha-de-ensino-de-portugues-para-refugiados-no-brasil.html> Acesso em: 21 fev. 2025.

Lillis, T.; Scott, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. **Journal of Applied Linguistics**, London, v. 4, n.1, p. 5-32, 2007. Disponível em: https://oro.open.ac.uk/17057/1/JAL_Lillis_and_Scott_pdf.pdf Acesso em: 21 fev. 2025.

Munduruku, D. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. **Acervo Racismo Ambiental**, 29 de julho de 2012. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/07/29/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade-por-daniel-munduruku/> Acesso em: 21 fev. 2025.

Sito, L. R. S. Ensaando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 18, n. 4, p. 821–852, 18 out. 2018.

Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/YDQX7sMdVsxjnDmGVgHNYVS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 fev. 2025.

Street, B. V. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos.

Perspectiva, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 541-567, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2010v28n2p541/18448/63490> Acesso em: 21 fev. 2025.

Wikipédia. **Pôster da websérie Porta dos Fundos**. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Porta_dos_Fundos#/media/Ficheiro:Porta_dos_Fundos.jpg Acesso em: 21 fev. 2025.

Zavala, V. Quem está dizendo isso? Letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior. In: VÓVIO, C.; SITO, L.; GRANDE, P. de (Orgs.). **Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 71-95.

A Inteligência Artificial no Letramento Acadêmico: Percepções, Ética e Práticas no Ensino Superior

Flávia Teixeira Paixão de Farias

RESUMO

Neste artigo, investigamos como um grupo de estudantes de ensino superior percebe os impactos do uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) no desenvolvimento do seu letramento acadêmico. O objetivo central é analisar os usos e as percepções dos alunos em relação ao uso dessas tecnologias nesse contexto. Em nossa fundamentação, recorremos aos conceitos de letramento acadêmico e digital; analisamos a evolução dos assistentes virtuais e refletimos sobre a ética. Justificamos a relevância do estudo diante do crescimento do acesso a tecnologias de IA e de suas implicações para o ensino superior. A pesquisa segue uma abordagem mista, com caráter exploratório e desenho fenomenológico, inspirada no trabalho de Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023). Coletamos dados de 23 alunos de uma universidade pública do Rio de Janeiro, por meio de um Google Forms. Os resultados apontam que os estudantes utilizam IA principalmente para organizar ideias, buscar informações e corrigir textos, embora tenham preocupações éticas e reconheçam limitações, como a dependência tecnológica e a qualidade das respostas. Concluímos que as IA possuem potencial para auxiliar o processo de desenvolvimento de leitura e escrita, mas seu uso exige desenvolvimento de habilidades críticas e éticas. O papel do professor é essencial na mediação desse uso consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial; Letramento acadêmico; Letramento digital.

ABSTRACT

In this article, we investigate how a group of higher education students perceives the impacts of using artificial intelligence (AI) tools on the development of their academic literacy. The main objective is to analyze students' uses and perceptions regarding these technologies in this context. In our theoretical framework, we draw on the concepts of academic and digital literacy, analyze the evolution of virtual assistants, and reflect on

ethical considerations. We justify the relevance of this study given the increasing access to AI technologies and their implications for higher education.

The research follows a mixed-methods approach, with an exploratory nature and a phenomenological design, inspired by the work of Díaz-Cuevas and Rodríguez-Herrera (2023). We collected data from 23 students at a public university in Rio de Janeiro through a Google Forms questionnaire. The results indicate that students primarily use AI to organize ideas, search for information, and proofread texts, although they express ethical concerns and recognize limitations such as technological dependence and the quality of responses. We conclude that AI has the potential to support the development of reading and writing skills, but its use requires the development of critical and ethical abilities. The role of the teacher is essential in mediating this conscious use.

KEYWORDS: *Artificial Intelligence; Academic Literacy; Digital Literacy*

Introdução

Saber ler, escrever, interpretar, compreender o contexto no qual determinado texto se encontra e reconhecer seu gênero são algumas características do letramento de um indivíduo.

Segundo Kleiman (1995, p.18), letramento seria “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”, ou seja, algo que vai além da habilidade de ler e escrever, que envolve questões sociais, culturais e históricas de uma comunidade.

Uma vez que envolve contextos específicos, com seus respectivos objetivos, é possível compreender que o letramento desenvolvido na educação básica é diferente daquele necessário para o ensino superior. Pesquisadores têm observado, há algumas décadas, determinadas dificuldades que os discentes de faculdades demonstram em relação as habilidades de leitura, compreensão e escrita necessárias neste contexto (Zavala, 2009; Navarro, 2019; Días-Cuevas e Rodríguez-Herrera, 2023).

Viñas et al. (2023, p. 3) relatam que os avanços tecnológicos desde 2019 provocaram transformações nos hábitos de leitura e processos de escrita. Segundo os autores, leitura e escrita passaram a ser desenvolvidas através de reinvenções e novos

modos de compreensão e/ou abordagem. Com o desenvolvimento das tecnologias digitais e aprimoramento de ferramentas de inteligência artificial (IA), estamos passando por mudanças sem precedentes no âmbito da educação. Elas acrescentam, então, a importância de refletir sobre essa transição que afeta o ambiente acadêmico, e sobre como as IA impactam esse contexto. As autoras destacam que, enquanto alguns demonizam essas tecnologias por possíveis impactos negativos, outros as encaram como uma oportunidade para repensar e adaptar práticas acadêmicas.

Neste artigo, temos como objetivo observar, analisar e refletir como um grupo de estudantes de graduação em Letras de uma universidade pública do Rio de Janeiro tem utilizado ferramentas de IA em suas práticas acadêmicas e quais são suas percepções sobre esse uso em relação à sua formação. Para isso, discutimos os conceitos de letramento, letramento digital, evolução dos assistentes virtuais, os possíveis impactos que trazem para o contexto educativo, os desafios e as potencialidades dos usos de IA generativas.

Para coletarmos os dados, elaboramos um formulário no Google Forms e 23 alunos responderam. Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa objetivando responder às seguintes perguntas:

- i) Em que medida os alunos utilizam ferramentas de IA para melhorar sua escrita acadêmica e organização de ideias?
- ii) Para quais atividades os alunos recorrem a essas ferramentas e com qual frequência?
- iii) Como os alunos percebem os impactos do uso de IA no desenvolvimento de suas habilidades de pensamento crítico e escrita?
- iv) Quais preocupações eles têm em relação ao uso ético dessas ferramentas?
- v) Como eles percebem que o uso frequente de IA pode influenciar a sua autonomia de aprendizagem?
- vi) Quais potencialidades e desafios eles veem no uso das IA?

Através dessa pesquisa, buscamos compreender não apenas as dinâmicas de uso dessas ferramentas pelos alunos, mas, também, os desafios e potencialidades que elas oferecem, segundo eles, para sua formação no ensino superior.

Fundamentação Teórica

Street (1984, apud KLEIMAN, 1995) ao tratar de letramentos apresenta dois conceitos: o modelo autônomo e o modelo ideológico.

No modelo autônomo, o letramento é compreendido como uma habilidade neutra, universal e independente do contexto social. A escrita é vista como um produto completo e autônomo, desvinculado do contexto em que foi produzida. Nesse modelo, considera-se a oralidade como distinta e menos sofisticada, mantém-se uma visão dicotômica entre letrados e não letrados, sugerindo que o letramento conduz automaticamente ao progresso, correlacionando a aquisição da escrita ao desenvolvimento cognitivo e vendo as sociedades letradas como superiores.

Já o modelo ideológico considera que as práticas de letramento são social e culturalmente determinadas. Não há um único tipo de letramento neutro; ele será plural e contextual, dependendo do ambiente em que for adquirido. Também estará relacionado às estruturas de poder e às diferenças sociais, como classe e autoridade.

A autora relata que se começou a usar o conceito de letramento no ensino superior com o objetivo de distinguir os estudos que tratavam sobre o impacto social da escrita dos que analisavam a alfabetização. Essa estaria mais relacionada aos contextos escolares enfatizando as competências individuais no uso e prática da escrita.

Nesse contexto, pesquisadores se empenharam e se empenham para refletir sobre os letramentos, Lillis e Scott (2007, p.1) relatam que os estudos voltados aos letramentos acadêmicos se desenvolveram a partir da década de 90 no Reino Unido. As autoras citam que o termo letramento acadêmico (no singular ou plural), às vezes, era utilizado de forma mais simplificada se referindo a leitura / escrita / textos em contextos acadêmicos, mas que um dos objetivos chaves do seu artigo era estabelecer um espaço onde o termo fosse tratado como campo de investigação. Lillis e Scott (2007) trazem, então, questões sobre como surgiu a preocupação com o letramento no ensino superior, quais fatores levaram a isso e como estavam os estudos sobre o tema.

Segundo as autoras, a preocupação com o letramento acadêmico começa em resposta à expansão do ensino superior a partir das décadas de 1970 (nos Estados Unidos), 1980 (Reino Unido) e 1990 (África do Sul), o que ocasionou um aumento significativo no número de estudantes ingressando nas universidades, incluindo grupos historicamente excluídos, resultando em uma maior diversidade linguística, social e cultural dos

discentes, o que trouxe desafios para as práticas acadêmicas tradicionais. A partir desse momento, a escrita dos alunos passou a ser vista como um reflexo das “quedas nos padrões educacionais”, gerando discursos públicos e institucionais focados no déficit linguístico dos estudantes.

Lillis e Scott (2007) relatam que a abordagem inicial para lidar com os problemas percebidos na escrita acadêmica era frequentemente remediativa e técnica, o que poderíamos relacionar à visão de letramento autônomo de Street (1984, apud KLEIMAN, 1995). No entanto, pesquisadores começaram a questionar essa visão, propondo que a escrita acadêmica deveria ser analisada como uma prática social complexa e situada, e não apenas como uma habilidade técnica, o que podemos relacionar com o letramento ideológico (Street, 1984, apud KLEIMAN, 1995).

Ainda neste contexto de letramento acadêmico, Navarro (2019, p.3) cita Carlino (2013) para tratar dessa expansão do acesso à universidade na América Latina que fez com que se multiplicassem as iniciativas de ensino e leitura no contexto acadêmico, além da criação e expansão de programas e unidades de apoio ao aprendizado. Com base nos artigos de Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023), que tratam sobre a Colômbia, Navarro (2019), que analisa a América Latina, e Zavala (2009), que aborda a realidade no Peru, observamos que as dificuldades na escrita, no letramento acadêmico, ainda são uma realidade, que segue sendo estudada e que especialistas e pesquisadores estão analisando e fazendo propostas para mudar e melhorar esta realidade.

Com esta preocupação de como auxiliar os estudantes do ensino superior a desenvolverem seu letramento acadêmico e a constante evolução das tecnologias digitais, Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023) realizam uma pesquisa analisando se o uso de inteligências artificiais (IA) poderia auxiliar estes alunos. Os autores, por meio de formulários e entrevistas, analisam o conhecimento e uso desse tipo de ferramenta por alunos que fazem parte de uma disciplina voltada para auxiliar o desenvolvimento da sua leitura e escrita na Universidade Nacional da Colômbia (Curso Nivelatorio de Lectoescritura). Através das suas observações, os autores levantam reflexões sobre as potencialidades e dificuldades que as IA poderiam trazer ao serem usadas pelos alunos do ensino superior.

A evolução dos assistentes virtuais

Segundo Gatti (2024, p.55), toda revolução tecnológica induziu mudanças cognitivas. Ele traz o exemplo do princípio alfabético criado pelos gregos, que desenvolveria o sistema de escrita, e menciona, entre as críticas de Sócrates, que escrever seria enfraquecer a memória, uma vez que já não teria mais o exercício de memorização das histórias, aprendizados, ao ser possível recorrer ao que tivesse sido escrito. Segundo o autor, através do conhecimento sobre plasticidade neuronal que se tem atualmente, pode-se inferir que a escrita teria provocado uma diminuição da capacidade de armazenamento da memória semântica. Isso teria acontecido por ter ocorrido uma delegação cognitiva, ou seja, o trabalho que o cérebro tinha de memorizar passou para a escrita. A pessoa já não teria a preocupação de memorizar, pois sabia que quando quisesse recordar, bastaria ler o que foi escrito. Entretanto, assim como ocorreu com o surgimento da escrita – que, ao delegar parte da memória à palavra escrita, também fortaleceu o cérebro – o uso das inteligências artificiais generativas pode levar ao desenvolvimento de novas formas de pensar. O autor cita, também, a invenção da imprensa que possibilitou a massificação do acesso à cultura escrita, até chegar às inteligências artificiais.

Pareja Arredondo, Carrasco Taipe e Aquino Cruz (2024) trazem em seu artigo “*Revisión sistemática de la evolución de los asistentes virtuales: desde los primeros Chatbots hasta la IA conversacional*” como se deu a evolução dos assistentes virtuais. Os autores fazem uma tabela mostrando os assistentes, quando foram criados e quais eram suas capacidades e inovações.

Figura 1 – Evolução dos assistentes virtuais, capacidade e inovações

Asistente	Año de Lanzamiento	Tecnología Clave	Capacidades	Eficiencia de Respuesta
ELIZA	1966	Patrones de coincidencia de palabras	Respuestas predefinidas y básicas	Baja (limitada a scripts preprogramados) [9]
PARRY	1972	Modelado emocional básico	Simulación de pensamiento paranoico	Moderada (limitada a contexto psiquiátrico) [11]
ALICE	1995	AIML (Artificial Intelligence Markup Language) Procesamiento del lenguaje natural y aprendizaje automático	Procesamiento de lenguaje natural limitado	Moderada (reglas predefinidas) [12]
Siri	2011	Redes neuronales profundas y aprendizaje continuo	Interacción contextual y comandos	Alta (aprendizaje supervisado) [13]
Alexa	2014	Transformers y modelos de IA generativa	Aprendizaje y adaptación a usuarios	Muy alta (aprendizaje no supervisado) [14]
ChatGPT	2020		Conversación coherente en tiempo real	Muy alta (respuestas personalizadas) [10]

Fonte: Pareja Arredondo, Carrasco Taipe e Aquino Cruz (2024, p. 34 e 35)

Como é possível observar, a tabela traz um panorama dessa evolução tecnológica, começando com a ELIZA criada em 1966 chegando ao que temos de mais atual que é o ChatGPT e seus similares. Segundo os autores, ELIZA foi o primeiro programa criado com o objetivo de simular uma conversa focada numa conversa terapêutica, ela simulava ser uma psicóloga para o usuário. Foi a primeira tentativa em fazer uma máquina processar a linguagem natural, entretanto, com uma tecnologia bem básica existente na época, como padrões de coincidência de palavras limitando sua eficiência e aplicação a contextos específicos, predeterminados e limitados. Já ALICE, lançado em 1995, trouxe uma linguagem de marcação de inteligência artificial que permitiu um processamento de linguagem natural mais avançado, mas ainda restrito a regras predefinidas.

Em 2011, com a chegada da Siri, e, em 2014 com a da Alexa, os autores retratam que houve uma transição para modelos de aprendizado automático e redes neurais profundas, que tornaram os assistentes virtuais mais adaptáveis e eficientes. Esses avanços culminaram no desenvolvimento de modelos de IA generativa, como o ChatGPT em 2020, que são capazes de produzir respostas personalizadas e conversações mais naturais em tempo real.

Gatti (2024), pensando nas IA generativas, citando sempre o ChatGPT, traz reflexões sobre se essas ferramentas são capazes de habilitar, restringir ou modificar nossa mente de alguma forma. Para o autor, uma das principais preocupações é a delegação de tarefas cognitivas à IA. À medida que as pessoas confiam cada vez mais na IA para escrever e analisar, existe o risco de externalizar o pensamento crítico e a reflexão. Isso poderia levar a uma diminuição do envolvimento com processos cognitivos complexos que são essenciais para uma compreensão profunda e aquisição de conhecimento

Entretanto, assim como no processo do surgimento da escrita, onde ao mesmo tempo que houve uma delegação cognitiva, ocorreu, também, um empoderamento do cérebro, com os usos das inteligências artificiais generativas outras formas de pensar poderão ser desenvolvidas. Segundo Gatti (2024), o envolvimento com ferramentas de IA pode levar os usuários a repensarem suas abordagens de resolução de problemas e criatividade. Essa interação pode encorajar os usuários a exercitarem suas habilidades cognitivas de novas maneiras, potencialmente aprimorando suas habilidades de

pensamento. Para ele, ao participar de conversas com a IA, os usuários são solicitados a articular seus pensamentos, questionar suposições e explorar diferentes perspectivas. Essa interação incentiva um envolvimento cognitivo mais profundo e uma reflexão sobre suas ideias. E, pode promover, também, habilidades metacognitivas, nas quais os usuários refletem sobre seus próprios processos de pensamento. Por exemplo, quando os alunos comparam suas respostas com as geradas pela IA, eles podem avaliar a eficácia de seu raciocínio e identificar áreas de melhoria. Essa prática reflexiva pode aumentar sua capacidade de pensar criticamente sobre seu próprio trabalho e as informações apresentadas a eles.

Contudo, para que essas habilidades sejam desenvolvidas e / ou fortalecidas, faz-se necessário que o usuário saiba utilizar essas ferramentas e tenha orientações para realizar essas reflexões e análises. Gatti (2024, p. 57) diz que o avanço da cultura digital deve funcionar como um convite a reflexão sobre a prática docente. Ele pergunta se “faz sentido exigir a presença de um aluno em uma aula expositiva que não promove a participação dos alunos entre si e com o docente.¹” (Gatti, 2024, p. 57, tradução própria), ou seja, com as IA podendo escrever textos pelos discentes, é preciso, cada vez mais, incentivá-los para que debatam, argumentem, reflitam, desenvolvendo assim seu senso crítico, sua argumentação, sua capacidade de refletir e encontrar respostas. Dessa forma, o aluno vai se capacitando para usar as ferramentas de IA de forma consciente.

Letramento digital

Para que os alunos possam lidar melhor com os usos de ferramentas digitais, faz-se necessário que, além do letramento acadêmico, eles desenvolvam um letramento digital.

Gilster (1997, apud Souza, 2007, p.59), define o termo “letramento digital” como “habilidade de entender e usar informação em formatos múltiplos de uma vasta gama de fontes quando esta é apresentada via computadores” (p.1). O autor deixa claro que o objetivo era dominar ideias, e não apenas o uso do computador e suas teclas.

No mesmo livro, o autor apresenta quatro competências necessárias para um letramento digital que seriam: a) fazer uma avaliação crítica das informações encontradas na internet; b) desenvolver a capacidade de ler em um modelo não linear ou hipertextual;

¹ No original: “¿tiene sentido exigir pre sencialidad a un alumno cuando asiste a una clase expositiva que no promueve la participación de los alumnos entre ellos y con el docente?”

c) saber relacionar as informações das diferentes fontes, gerando um aprendizado; d) ter a habilidade de fazer buscas no que o autor denomina como “biblioteca virtual”. Observamos, portanto, que o autor já trazia uma noção de criticidade ao termo do letramento digital.

O autor traz o foco no uso da internet como um todo, mas podemos relacionar com o uso das IA generativas, uma vez que o aluno precisa, sim, fazer uma avaliação crítica do texto criado ou informações fornecidas, precisa, além de ler o que foi dado, relacionar com seus conhecimentos, com outras leituras (sejam físicas ou virtuais), não utilizar apenas uma IA, mas conferir as informações em outras fontes e saber lidar com todo o conteúdo recebido.

Entretanto, para se desenvolver no aluno mais este letramento, o docente também terá que tê-lo e, para isso, é preciso que o professor saiba lidar com estas ferramentas. Como é algo muito recente, o ideal seria que formações continuadas sobre o tema fossem oferecidas ao grupo de docentes e que professores compartilhassem suas experiências de uso para que juntos aprendessem de forma colaborativa.

Potencialidades e desafios do uso das IA no campo da educação

Para Farias (2023, p. 80), a tecnologia dos assistentes virtuais, iguais ao ChatGPT, “tem o potencial de revolucionar positivamente a escrita acadêmica.”, entretanto, ele ressalta a importância maior do que nunca de sermos éticos ao usar essas ferramentas em auxílio a nossa produção acadêmica. O autor elenca potencialidades e desafios atrelados ao uso das IA.

Tabela 1 – Benefícios e desafios do uso de IA (Farias, 2023)

Potencialidades	Desafios
Pesquisar e escrever artigos.	Manter a ética ao usar a ferramenta.
Identificar e agrupar fontes relevantes.	Possibilidade de manipular resultados de pesquisa.
Auxílio na revisão e edição de texto.	Manter a veracidade, autenticidade, originalidade e integridade científica.

Geração de conteúdo automatizado
(resumos de artigos científicos, resenhas de
livros).

Análise de dados e identificação de
padrões.

Fonte: Elaboração própria

Ao apresentar as potencialidades, o autor destaca o ganho de tempo que o aluno teria com a utilização dessas ferramentas e, também, a melhoria que o texto teria. Entretanto, esclarece que é necessário deixar transparente os usos feitos, para que seja algo ético e responsável. Ressalta que a IA não pode substituir a escrita acadêmica humana, o acadêmico precisa ser o responsável pela veracidade dos dados e originalidade dos conteúdos.

No final do texto, o autor afirma que estamos vivendo o futuro e que não é necessário pânico, o que nos parece interessante, porque de fato, algo tão revolucionário e novo, pode assustar a muitos e fazer com que rechacem esta tecnologia. Contudo, acreditamos que seja fundamental conhecer estas ferramentas, aprender a lidar com elas e utilizá-las de forma consciente.

Viñas et al. (2023, p. 10) também trazem diversas vantagens no uso do ChatGPT tanto na escrita quanto na leitura, entretanto, ressaltam uma outra questão muito importante que é o risco do usuário ficar dependente da tecnologia e confiar apenas nas respostas do assistente virtual que nem sempre são de fato confiáveis e podem não ter caráter científico e acadêmico. Segundo as autoras, é preciso que o uso seja feito com o desenvolvimento das próprias noções de pensamento crítico, criatividade e habilidades de escrita e leitura.

A ética no uso das inteligências artificiais

Em muitos ambientes nos quais participamos, trabalho, igreja, sala de aula, até em redes sociais, fala-se sobre ser ético, e os textos citados sobre o uso das ferramentas de inteligência artificial também relacionam esse termo a esse contexto. Segundo o dicionário Michaelis Online, uma das definições de ética é:

Ramo da filosofia que tem por objetivo refletir sobre a essência dos princípios, valores e problemas fundamentais da moral, tais como a finalidade e o sentido da vida humana, a natureza do bem e do mal, os fundamentos da obrigação e do dever, tendo como base as normas consideradas universalmente válidas e que norteiam o comportamento humano.

Quais devem ser, portanto, os princípios e valores que devem nos nortear ao usar uma ferramenta de IA? Qual o nosso dever diante desse uso? Como seria um bom ou mal uso? Em quais situações utilizá-la? Quando citar que a utilizamos? O texto que o chat gera através do meu pedido é meu? Ele tem dono?

Segundo Gómez Cárdenas, Fuentes Penna e Castro Rascón (2024, p. 3253), o principal desafio ético relacionado ao uso da IA na educação e na pesquisa é garantir que ela seja empregada como uma ferramenta para alcançar objetivos educacionais e científicos, sem substituir a capacidade humana de aprender ou investigar. Além disso, os autores destacam que o uso ético da IA no aprendizado e na geração de conhecimento exige atenção, especialmente diante do aumento de práticas como plágio e fraude acadêmica, que têm se tornado mais comuns nesses contextos.

Diante da facilidade de ter um texto todo gerado pela IA, muitos usuários podem acabar decidindo por utilizar o texto por completo, assumindo que foi escrito por ele e não pela máquina. Ao ser questionado poderia responder que não copiou de um ser humano, contudo, se não foi o cérebro dele que fez todas as conexões para gerar aquele texto, o material apresentado não é de sua autoria.

Viñas et al. (2023, p. 11) tratam sobre o tema e relatam que as inquietudes que trouxeram eram um convite para refletir se o uso da IA será para auxiliar e ser usada de maneira ética ou se será empregada para fazer plágios, falsificações ou manipular informações de um trabalho acadêmico.

Na tabela apresentada acima com potencialidades e desafios do uso das ferramentas de IA, também mostramos que Farias (2023) levanta essas questões exatamente como preocupações fundamentais sobre esses usos: possibilidade de manipular resultados de pesquisa; preocupação em manter a veracidade, autenticidade, originalidade e integridade científica.

Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023, p. 37) também apresentam a questão da ética em seu artigo e mostram que os participantes da pesquisa demonstraram essa preocupação, com frases como “*Me parece desonesto*”, e “*podría verse un poco como plagio o algo simplemente copiado y no redactado por mí*”.

Concluímos, então, a parte de fundamentação teórica deste trabalho, ressaltando a importância de se tratar sobre ética ao trabalhar o tema em questão e observar qual a visão que os participantes da nossa pesquisa têm sobre isso. O avanço tecnológico é algo que, provavelmente, nenhum professor ou instituição conseguirá parar, mas debater com os alunos sobre isso, fazê-los refletir é algo fundamental e faz parte do letramento digital que devemos desenvolver também no ensino superior.

Metodologia

A escrita deste artigo foi inspirada no artigo “*Usos de la Inteligencia Artificial en la escritura académica: experiencias de estudiantes universitarios en 2023*”, em que Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023) analisam o uso das IA em um contexto colombiano. A partir de sua leitura, decidimos analisar como estaria esta questão em uma universidade pública do Rio de Janeiro. Sobre sua pesquisa, as autoras ao tratarem sobre a metodologia relatam:

Esta investigación se constituye como un estudio mixto con un diseño fenomenológico, dado el interés en indagar las experiencias de los estudiantes de los CNLE en torno al uso y apropiación de las Inteligencias Artificiales en la escritura. Además, se perfila con un alcance exploratorio (Hernández et al., 2014), en atención a examinar las posibilidades de uso de las Inteligencias Artificiales en los contextos de escritura académica universitaria dado que, tal como lo evidenció la literatura, las experiencias en el tema todavía son pocas y se ubican principalmente en el escenario preuniversitario (Schmohl et al., 2020). (Díaz-Cuevas; Rodríguez-Herrera, 2023, p. 30)

Assumimos neste trabalho o mesmo perfil de estudo, pois será um estudo misto, analisando os dados de forma quantitativa e qualitativa, com desenho fenomenológico, ou seja, onde observamos o fenômeno (uso das IA) através das percepções dos seres

envolvidos. Além disso, mantendo o caráter exploratório, uma vez que, no Brasil também há poucos estudos sobre o tema.

Para realizar nossa pesquisa, elaboramos um questionário do Google Forms com diferentes tipos de perguntas com objetivos distintos:

i) Recolher dados pessoais, com intuito de saber quais características teria o grupo analisado.

ii) Saber se eram alunos que tinham dificuldades com o letramento acadêmico, uma vez que diferente do estudo supracitado, no nosso, o público não cursava uma disciplina específica para alunos com dificuldades na leitura e escrita nesse contexto.

iii) Identificar qual o conhecimento que tinham das ferramentas de IA.

iv) Mensurar com qual frequência utilizavam IA e com quais objetivos.

v) Analisar percepções sobre o impacto da IA no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, do seu aprendizado e da sua autonomia para aprender.

vi) Analisar opiniões sobre ética, plágio e limitações percebidas no uso de ferramentas de IA.

Após a elaboração do questionário, divulgamos seu link em grupos de alunos da graduação, solicitando respostas. Dessa forma, obtivemos 23 participações.

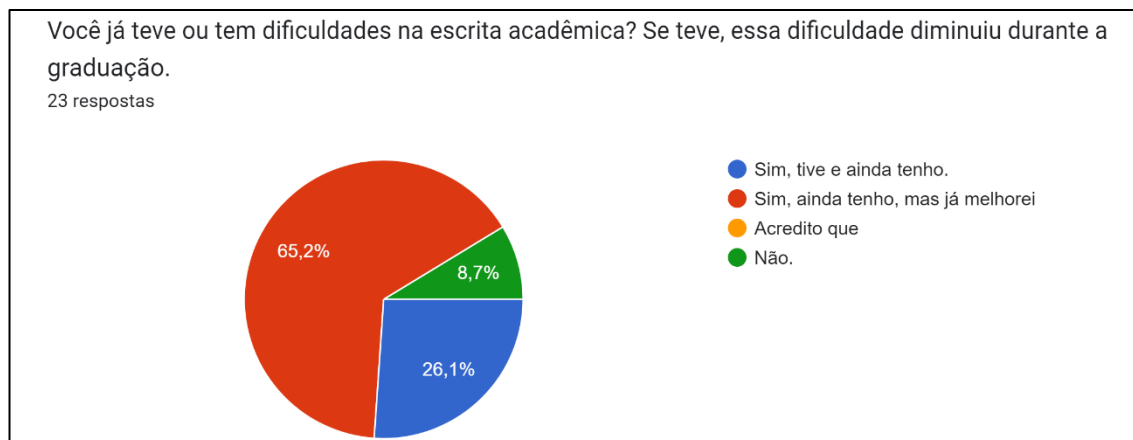
Dessas 23 pessoas, 17 eram mulheres, 4 homens e 2 que se identificaram como tendo outro gênero. As idades variaram entre 18 e 29 anos, sendo 6 pessoas com 19 anos. Apenas uma pessoa não era da graduação de Letras Português-Espanhol, era do curso Português-Francês.

Resultados

1. Dificuldades com a escrita

Como supracitado, no formulário, colocamos perguntas que pudessem nos fornecer dados em relação aos alunos terem ou não dificuldades com a escrita acadêmica.

Gráfico 1 – Dificuldades na escrita acadêmica

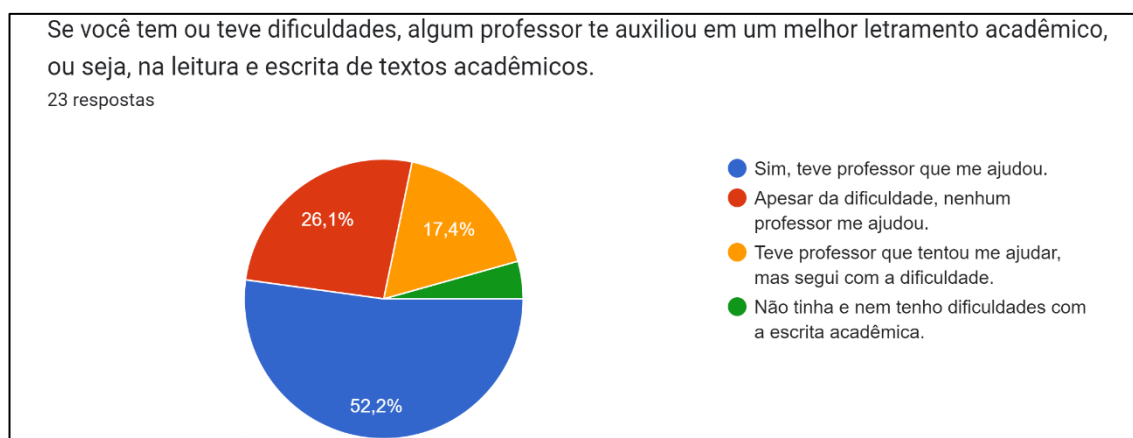


Fonte: Google Forms

Sabemos que o número de pessoas que responderam o formulário é pequeno, entretanto, diante deste nosso pequeno retrato dessa faculdade, conseguimos confirmar o que os estudos citados (Días-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023); Navarro (2019); Zavala (2009)) traziam, que a grande maioria dos alunos enfrentam ou já enfrentaram dificuldades na escrita acadêmica. Como podemos ver, apenas 8,7% disseram que nunca tiveram dificuldades, o que, em números reais, equivale a apenas dois discentes. Já 65,2% têm e seguem tendo e 26,1% acreditam já ter melhorado².

Ainda pensando nas dificuldades, fizemos a seguinte pergunta:

Gráfico 2 – Auxílio do docente na melhoria da escrita



Fonte: Google Forms

² Ao fazer a análise, encontramos uma falha no questionário em relação a esta pergunta: uma opção de resposta estava incompleta e deveria ter sido excluída, ficou apenas aparecendo “acredito que”.

Observamos que a maioria, 69,6% dos alunos, teve auxílio de algum professor para melhorar sua escrita, entretanto, 17,4% relatam que, mesmo com a ajuda, seguiram com suas dificuldades. Seis alunos (26,1%) relataram que, apesar de suas dificuldades, nenhum professor os auxiliou³.

Ruiz-Miranda (2023), ao fazer uma resenha sobre o ChatGPT, afirma:

É possível sinalizar que uma das principais possibilidades de utilização em sala de aula é para melhor a atenção individualizada no ensino, pois a ferramenta pode se adaptar ao ritmo de aprendizado dos alunos, proporcionar explicações adicionais caso não compreendam um conceito específico explicado pelo professor, ou reformular as explicações tornando-as mais compreensíveis, reduzindo a complexidade das respostas sempre que solicitado. (Ruiz-Miranda (2023, p. 157, tradução própria)⁴.

Esse poderia ser, talvez, um dos usos aos quais os alunos que seguiram com dificuldades ou que não tiveram ajuda, teriam a possibilidade de recorrer. Entretanto, o autor, também, traz algumas dificuldades que seriam a necessidade de um treinamento adequado da IA e possíveis limitações que ela pode apresentar na compreensão de algum tema ou conceito muito específico.

É interessante ressaltar que na primeira pergunta, dois alunos responderam que não tinham dificuldades com a escrita acadêmica, entretanto, apenas um deles manteve a resposta de que nunca teve problema com a escrita acadêmica. O outro disse que já teve dificuldades e que o professor ajudou. Contudo, na segunda pergunta, nos referimos a leitura e escrita, então, não conseguimos identificar se a resposta foi contraditória ou se a ajuda oferecida foi em relação apenas a leitura acadêmica.

³ Talvez, poderíamos ter perguntado, também, a percepção deles em relação a disposição dos professores a ajudarem nesse quesito, entretanto, como o foco maior era saber sobre o uso das ferramentas de IA generativas, acabamos não aprofundando mais sobre o tema.

⁴ No original: “es posible señalar que una de las principales posibilidades de utilización en las aulas es para mejorar la atención individualizada de la enseñanza, esto debido a que puede adaptarse al ritmo de aprendizaje del alumnado y proporcionar explicaciones adicionales si no comprende un concepto específico explicado por el docente, o reformular las explicaciones haciéndolas más comprensibles, disminuyendo la complejidad de las respuestas cada vez que se le pida.”

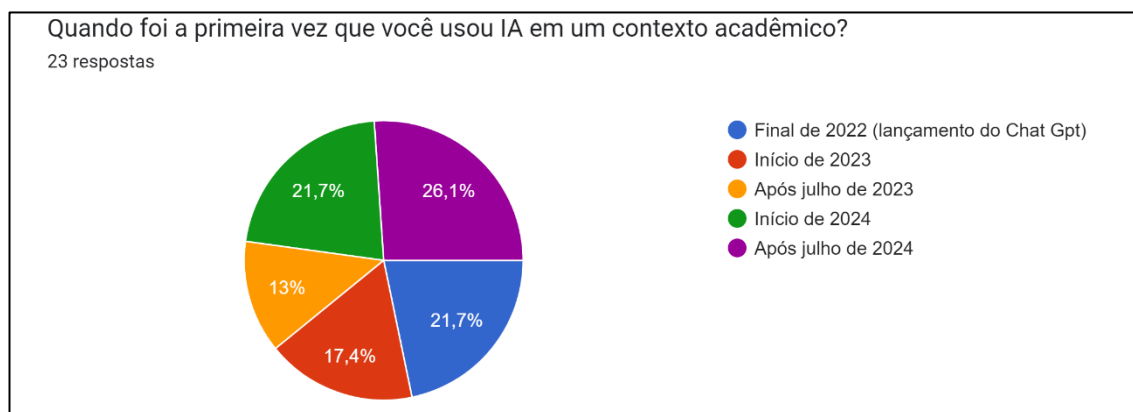
2. Conhecimento das ferramentas, finalidades e frequência de uso

Sobre o conhecimento que tinham dos assistentes virtuais de inteligência artificial, apenas uma pessoa disse não conhecer o ChatGPT, conhecendo apenas o Gemini, que é a IA do Google. Já 69,6% além do ChatGPT também conheciam o Gemini, uma pessoa conhecia o Copilot que é da empresa Microsoft e uma conhecia a Meta que é a assistente virtual da empresa Meta (que engloba o Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger).

Ao serem questionados sobre como conheceram essas ferramentas, colocamos quatro possibilidades de resposta: pelas redes sociais, colegas, professores ou “outros”. 60,9% disseram que através das redes sociais, 58,5% através de colegas, 4,3%, apenas um aluno conheceu através de professor. Já na opção “outros”, tivemos 8,6% conhecendo através das mídias e 4,3% (uma pessoa) o namorado que indicou.

Perguntamos, em seguida, quando o discente teve o primeiro contato com uma dessas IA em contexto acadêmico. Observamos que o ChatGPT foi lançado em 30 de novembro de 2022, o Copilot em 7 de fevereiro de 2023, a Meta AI em setembro de 2023 e o Gemini em dezembro de 2023.

Gráfico 3 – Data do primeiro uso em contexto acadêmico



Fonte: Google Forms

É interessante observar que o número de alunos que usaram uma IA logo no lançamento é o mesmo de quem usou apenas no início de 2024, já 26,1% só foi utilizar em contexto acadêmico após julho de 2024. Como não tivemos tempo hábil para entrevistar esses discentes, não conseguimos identificar o que os levou a utilizar as ferramentas em determinado momento. Pressupomos, a princípio, que talvez aqueles que

iniciaram o uso apenas em 2024 não estivessem na faculdade quando as IAs foram lançadas. Entretanto, entre os que começaram a usar já no lançamento, temos alunos de 19, 20, 21 e apenas um de 25, o que sugere que até os mais novos já poderiam estar cursando a graduação em 2022. Dessa forma, não há um indicativo real que relacione o momento de uso com ainda não estar cursando a faculdade.

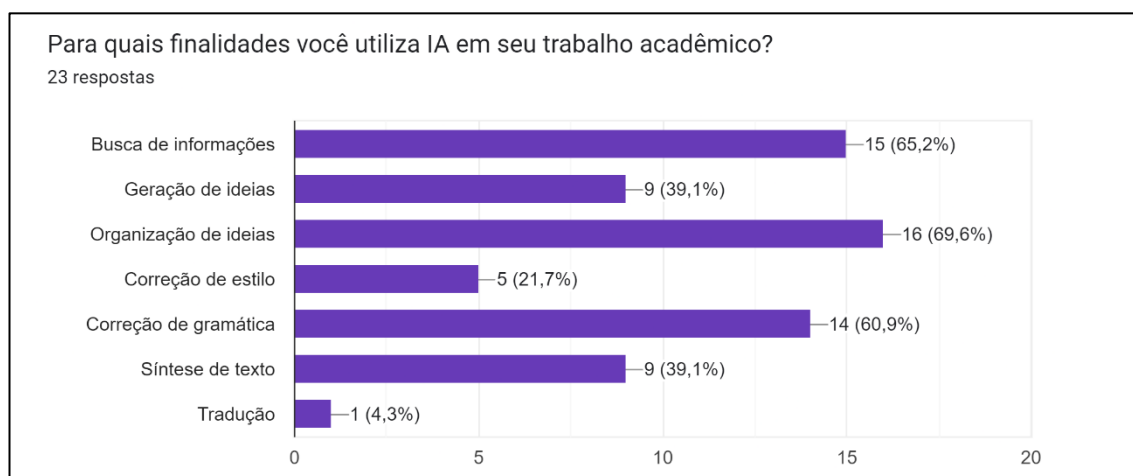
Acreditamos que possíveis motivos seriam: ainda não estava na faculdade, não conhecia a ferramenta, não sabia ou tinha receio de como utilizá-la ou não havia vontade de usá-la.

Quando questionados sobre quem incentivou esse primeiro uso, 56,5% disseram que eles mesmo tiveram essa iniciativa, a 26,1% um colega que sugeriu, 13% responderam que foi outra pessoa e apenas um aluno utilizou por indicação de um professor.

Observamos que, tanto na pergunta de quem apresentou a ferramenta para o aluno, quanto na que trata sobre quem sugeriu o primeiro uso, apenas um participante respondeu que foi o professor. Esse pequeno recorte, aqui analisado, sugere, portanto, que os docentes ainda não estariam trabalhando com seus alunos o uso consciente das ferramentas de inteligência artificial, desenvolvendo o letramento crítico deles.

Um dos nossos principais objetivos era analisar para quais finalidades os alunos utilizavam as ferramentas de IA e com qual frequência.

Gráfico 4 – Finalidades de uso das IA

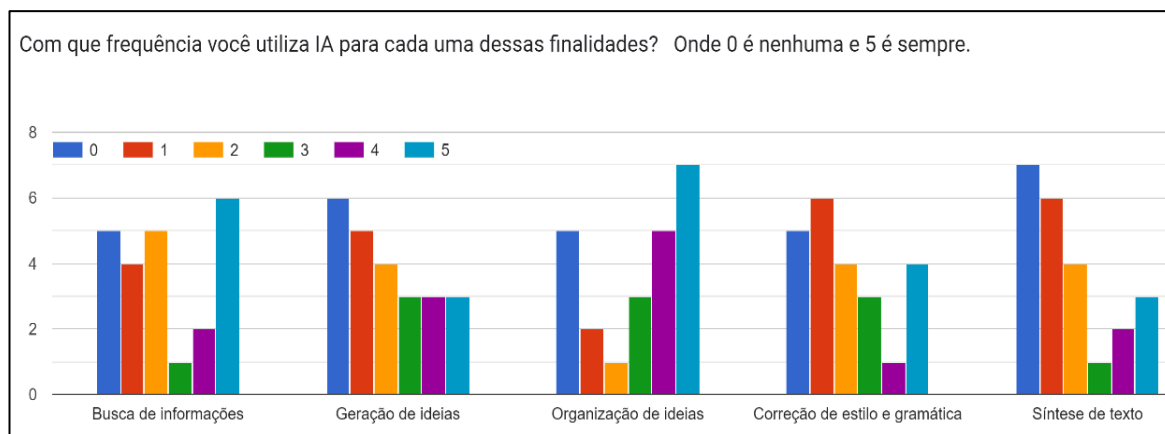


Fonte: Google Forms

Ao prepararmos esta questão do formulário, selecionamos opções de uso que haviam sido citadas nos textos que lemos sobre o tema e o discente poderia marcar quantos quisessem. Oferecemos sete opções de resposta, sendo a última “outros”. Apenas um participante escolheu esta e escreveu que utilizava para traduções. Em Días-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023), a autora também encontra essa possibilidade em número reduzido entre as respostas de sua pesquisa.

Como podemos observar no gráfico, os usos mais citados são para: organização de ideias, busca de informações e correção de gramática, contudo, se analisarmos a frequência desses usos, concluímos que oscila muito de um participante para outro.

Gráfico 5 – Frequência de uso



Fonte: Google Forms

Quando montamos essa escala, consideramos o 0 como nenhum uso, 1 como muito pouco, 2 seria pouco, o 3 retrataria que as vezes usa, 4 seria com frequência e o 5 quem utiliza sempre.

Ao analisarmos a finalidade que mais marcaram na questão anterior, organização de ideias, observamos que esse também é a finalidade que os participantes usam com mais frequência, uma vez que sete responderam que usam sempre, cinco com frequência, três utilizam às vezes, um pouco e dois muito pouco. É válido sinalizar que duas dessas pessoas que usam pouco, sequer marcaram essa opção na questão anterior, já que neste gráfico somam 18 pessoas e no de finalidades constavam apenas 16 participantes.

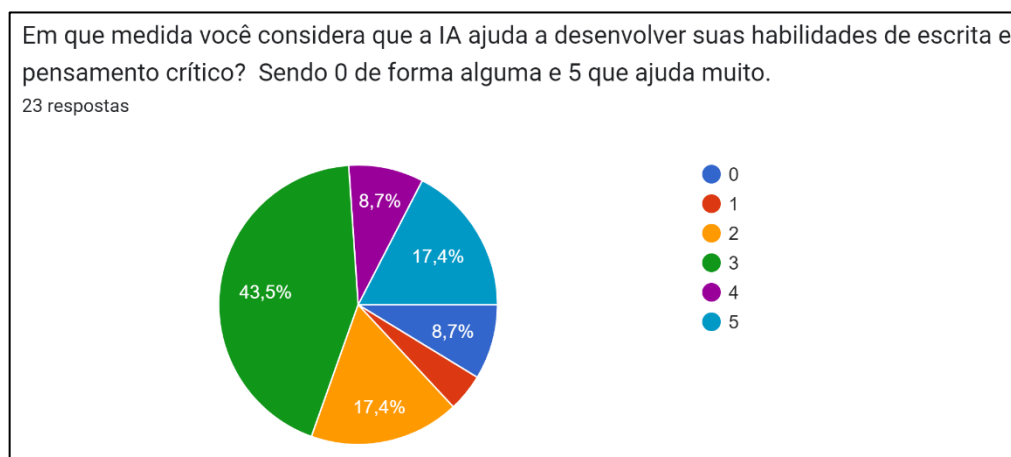
O mesmo ocorreu com os outros objetivos de uso. Na busca de informações, 15 pessoas marcaram que usaram, entretanto, ao marcar a frequência foram 18 que

declararam ter algum tipo de uso. A opção com maior discrepância foi a de síntese de texto, na qual nove participantes sinalizaram este uso, entretanto, 16 marcaram algum tipo de frequência, sendo apenas seis o número de alunos com utilizam mais. Supomos que essas diferenças de número entre as duas respostas ocorreram porque a pessoa marcou na questão anterior as opções que utiliza realmente com frequência, contudo, quando foram marcar sobre todas as opções disponíveis, levaram em consideração as que já tinham utilizado pelo menos uma vez. Uma vez que não conseguimos ter o desdobramento da pesquisa entrevistando esses discentes, não foi possível confirmar nossa hipótese.

3. Percepções do impacto da IA no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, do aprendizado e da autonomia para aprender

As próximas perguntas foram feitas com o intuito de analisar as percepções sobre o impacto da IA no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, do aprendizado e da autonomia para aprender.

Gráfico 7 – A influência do uso das IA no desenvolvimento das habilidades de escrita e pensamento crítico



Fonte: Google Forms

Ao analisarmos o gráfico, observamos que mais de 66% dos participantes acreditam que a IA pode auxiliar, ainda que nem sempre, a desenvolver as habilidades de escrita e pensamento crítico. Já dentre os que acham que ajuda muito pouco ou nada, apenas dois participantes (P15 e P21) marcaram o 0.

A questão seguinte era para que explicassem a sua resposta. Dentre as pessoas que responderam a partir do número 3, temos explicações como: a IA abrir a mente ao trazer diferentes perspectivas (P5); a IA desafiar a fazer debates (P8); auxilia ao apresentar diferentes pontos de vista e dar dicas (P22). É válido ressaltar que dentre essas respostas, algumas destacaram que para que essas habilidades sejam desenvolvidas, o usuário precisa ter algum conhecimento prévio ou saber lidar corretamente com a ferramenta: *“ajuda bastante se você já tem um tipo de pensamento crítico e faz as perguntas certas.”* (P22).

Já os dois participantes que colocaram que o uso da IA não desenvolveria em nada, deram breves explicações, sem aprofundar sua opinião. O participante 15 disse, apenas, que não utiliza esta ferramenta com este intuito. Ao observar para quais finalidades ele usa, observamos que marcou “busca de informações”, “correção de gramática” e em uma de suas respostas disse usar para tradução também. É válido destacar que o aluno afirma ter dificuldades na escrita acadêmica e que nenhum professor o auxiliou; contudo, ele não explora a ferramenta em busca de auxílio nesse aspecto. Seria interessante ter conseguido saber por que não houve essa tentativa e comparar com os motivos de abstenção de uso que os participantes da pesquisa de Días-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023) apresentaram⁵.

Já o P21 opina que o uso da IA não desenvolve as habilidades de escrita e pensamento crítico porque todas as informações já são geradas pela IA. O aluno relata utilizar a ferramenta apenas para busca de informações e, mesmo com essa finalidade, a utiliza com pouca frequência. O aluno diz ter problemas com a escrita, mas mesmo sem auxílio de algum professor, ele já melhorou em relação a isso.

Para verificar o impacto da IA no aprendizado dos participantes, fizemos duas perguntas abertas sobre este tópico: *“Você acha que o uso frequente de IA pode prejudicar o aprendizado autônomo? Por quê?”* e *“Você acredita que o uso de IA influencia no seu aprendizado?”* Apesar de as perguntas serem parecidas, na primeira o foco era o prejuízo em relação ao aluno aprender sozinho, realizar as tarefas sem auxílio seja humano ou de um assistente virtual. Já na segunda, era saber se traz alguma mudança no aprendizado como um todo, seja positiva ou negativa.

⁵ Sabemos que o P15 não se abstém de utilizar o IA, entretanto, talvez não a use com as outras finalidades por um dos motivos dados pelos participantes da outra pesquisa para se absterem do uso destas ferramentas.

Sobre o aprendizado autônomo, 15 participantes afirmaram que há prejuízo, 5 falaram que não, 3 disseram que depende. Os que responderam positivamente, em sua maioria, justificaram que isso ocorre devido à dependência que o usuário cria da ferramenta, ocasionando: *“o aluno fica inseguro em realizar estudos de forma independente”* (P2); *“a pessoa pode acabar não sabendo mais fazer as coisas sem o auxílio de algo ou alguém”* (P13); *“nos leva a não querer pensar”* (P16); *“esse ato de ter uma resposta muito rápida desestimula o pensamento crítico e a busca por outras fontes”* (P20); *“você não treina seu cérebro”* (P21); *“a gente aprende muito a como mandar a IA fazer e não a fazer nós mesmos”* (P22).

Já dos cinco que responderam que não há prejuízo, três relacionaram ao fato de que é preciso saber usar a ferramenta para que ela funcione e, por isso, não prejudicaria. Os outros dois justificaram relatando que a IA auxilia em tudo que eles pedem, acreditamos que aqui, talvez, possa não ter tido uma total compreensão de que a pergunta estava relacionada a um aprendizado autônomo, e, por isso, relataram em como a ferramenta os auxilia a aprender mais: *“Não. Porque o chat ajuda mais no ensino. Eu sempre tenho alguma dúvida e ele tira essa dúvida”* (P8); *“não sinto que me prejudica, pois ajuda a me sinalizar erros na fluidez, gramática, coerência, coesão, reduzir meus parágrafos, muitas vezes faço parágrafo muito grande”* (P14).

Entre os que responderam que depende, eles acreditam que haverá prejuízo se houver um uso excessivo: *“Eu acredito que o uso frequente de IA possa prejudicar o aprendizado, caso o usuário possua uma dependência excessiva”* (P9).

Em relação a IA influenciar no aprendizado, 18 participantes responderam que sim e explicaram de que forma influenciava, dando exemplos dos usos que fazem da ferramenta: *“consigo ver diversos assuntos com mais rapidez adiantando meu processo de pesquisa”* (P1); *“me ajuda a compreender melhor diversas regras gramaticais”* (P4); *“me permite gastar meu vocabulário e aprender palavras novas”* (P16); *“me ajuda a entender as coisas de forma mais simples”* (P19).

Um participante respondeu não saber se influenciava ou não: *“Não sei. Pode ser que com alguma informação que saia dali, eu busque mais coisas e me interesse, mas não tenho certeza.”* (P7).

Os outros quatro disseram que não influenciava, apenas um justificou porque não relatando que usa muito pouco esse tipo de ferramenta.

4. A ética e o uso das ferramentas de IA

As próximas perguntas tinham como objetivo analisar opiniões sobre ética e plágio no uso de ferramentas de IA.

Fizemos três perguntas objetivas sobre o tema: i) “*você já teve preocupações sobre a possibilidade de plágio ou sobre autenticidade de seus textos ao usar IA?*”; “*Em algum momento, um professor ou colega questionou a ética do uso de IA em seus trabalhos acadêmicos?*” e “*Na sua opinião, usar um texto gerado totalmente por uma IA deve ser considerado plágio?*”.

Em relação à primeira, 60,9% responderam que nunca tiveram essa preocupação. Infelizmente, não fizemos um desdobramento dessa pergunta, para saber quais tipos de preocupações os 39,1% que responderam sim já tiveram. Se já houve essa reflexão ou receio, será que a pessoa teria copiado um texto todo? Será que acredita que já copiando algo, sem ser transparente do uso ao futuro leitor, seria plágio ou algo sem ética? São questões interessantes para uma pesquisa futura.

Esse incômodo com o pedido de justificativa da resposta também se deu em relação à pergunta se algum professor ou colega já questionou a ética do uso da IA no trabalho do participante. Apenas 8,7% responderam que sim, o que seriam 2 participantes. Contudo, seria interessante saber em qual cenário houve esse questionamento.

Já em relação a se usar um texto gerado totalmente por IA deveria ser considerado plágio, pedimos explicação, contudo, não foi obrigatório, então, apenas sete alunos justificaram. Como resultado, 78,3% consideram que isso seria plágio.

Gómez Cárdenas, Fuentes Penna e Castro Rascón (2024, p. 3254 e 3255) tratam especificamente sobre a questão do plágio ao usar uma IA e traz toda a complexidade do tema que envolve questões relacionadas a: se o plágio é copiar algo de alguém, seria plágio copiar algo de um não humano?; a IA produz, reproduz, cria ou copia? citar a IA como geradora do texto bastaria para não ser plágio?; a IA cria trabalhos originais ou simplesmente reproduz estilos e ideias existentes?

Os autores, em suas conclusões (p. 3259), argumentam que a IA é “um meio e não um fim”, ou seja, é uma ferramenta para auxiliar na produção de textos, não um substituto para o talento humano. E que, se alguém apresenta textos gerados por IA como próprios pode ser considerado plágio sim.

Dos sete participantes da nossa pesquisa que justificaram sua resposta em relação ao tema, seis disseram que seria plágio e justificaram falando que a pessoa não produziu, não interveio, não analisou o texto, não há originalidade da parte do “autor”, portanto, seria plágio.

Uma das pessoas que marcou “sim”, trouxe a seguinte justificativa: *“Apesar de marcar “sim”, considero algo em aberto. Inclusive, a prova de inglês instrumental do mestrado falava exatamente sobre isso: por que um texto de IA seria considerado plágio, se efetivamente não plagiou nenhuma pessoa em específico?”*. O P23 traz a dúvida que Gómez Cárdenas, Fuentes Penna e Castro Rascón (2024) trabalham em seu artigo, a ideia de que se não foi um humano que fez, não se caracteriza plágio. Contudo, ela mesmo marcou que seria, demonstrando que ainda não tem sua opinião formada sobre a questão.

Sobre essa questão, ficamos com a conclusão que os autores trazem de que se a IA foi um fim e não um meio de auxílio, se o texto foi apenas copiado, caracterizaria sim plágio.

A única pessoa que justificou o seu “não” opina que: *“Não é considerado plágio porque a base de dados é do próprio criador, então dependendo da IA que você escolhe, não é de um endereço de internet. Muitas coisas são inventadas pela IA por correlações”*. Aqui, podemos analisar que o participante (P19) não considera o texto gerado pela IA plágio porque não teria copiado de ninguém. Contudo, caberia levá-lo a reflexão se, ao copiarmos esse texto da IA, nós não estaríamos cometendo plágio, já que utilizamos um texto já pronto, o que seria diferente da IA que pelo menos juntou diferentes informações da sua base de dados. Como argumentaram os outros participantes, se o usuário não interfere em nada, não traz outras ideias, informações, não faz mudanças, adequações, o texto não pode ser considerado seu.

Ainda sobre o tema da ética, fizemos a seguinte pergunta aberta: *“Em sua opinião, é ético usar IA para ajudar na redação de trabalhos acadêmicos?”*. Onze participantes responderam que sim (vários com restrições para esse “sim”), cinco responderam que não, seis responderam colocaram “depende” ou “sim e não”. Um participante deu uma resposta que consideramos um pouco sem sentido: *“Para buscar⁶ de informações com fontes”* (P21), não conseguimos afirmar se o participante não entendeu a pergunta ou se ele acha ético apenas quando usada com esse objetivo de buscar informações.

⁶ Mantivemos o erro de digitação do participante.

Dentre os participantes que responderam sim, temos diversas restrições para que de fato o uso seja considerado ético: “*com tanto que não faça a IA formular totalmente as respostas*” (P4); “*quando seja usada como uma ferramenta e não como uma geradora integral de texto*” (P6); “*se o usuário enxerga-la como uma ferramenta de apoio e não de base*” (P9); “*se utilizamos a IA para mostrar os erros*” (P14); “*desde que o texto seja de sua autoria, usar a IA para corrigir a ortografia é algo válido*” (P16); “*se for para ajudar a organizar ideias, contextualizar um texto*” (P17). Observamos que a ética está ligada ao uso da IA como suporte, sem substituir a contribuição do usuário.

Pareceu-nos interessante a justificativa do participante 1: “*Sim, pois você utilizar aquilo como base para sua construção é o que muitas vezes foi feito com livro no passado, porém a cópia é um problema de plágio.*” Aqui, ele deixa bem claro o uso da IA como fonte de pesquisa, o que tanto fizemos com os livros por séculos e séculos, entretanto, qualquer tipo de cópia seria plágio.

Válido, também, destacarmos a resposta do participante 23: “*Se ela servir como um suporte e não como uma fazedora de trabalhos acadêmicos, não vejo problema. Como dito, cabe ao aluno dominar o processo próprio de escrita e ter um pensamento crítico em relação à IA*”. Vemos que ele traz questões fundamentais para o uso das IA que é o usuário desenvolver suas habilidades de escrita (“*dominar o processo*”) e seu pensamento crítico, ou seja, mais uma vez, a IA como ferramenta, para auxiliar o ser humano e não para substituí-lo ou prejudicar sua criatividade e suas habilidades de ler, escrever, compreender.

Com relação aos cinco que responderam não, dois não justificaram. Um justificou de forma um pouco confusa: “*não exatamente, apenas quando não há outra opção, porque não é justo*” (P12). Ao analisarmos seu formulário, checamos que ele assume usar a ferramenta para busca de informações, organização de ideias e correção da gramática, o que sugere que, provavelmente, o que não acha ético está relacionado à parte de escrita. Contudo, na pergunta sobre a IA ajudar a desenvolver suas habilidades de escrita e pensamento crítico, de 0 a 5 ele respondeu 3, e, ao justificar, disse: “*Nem sempre ajuda, as vezes só estou com pressa*”. Dessa forma, não conseguimos entender exatamente o que ele quis dizer.

Outro participante justificou que não, pois o aluno fazer o próprio trabalho também é uma forma de aprendizado. O último a dizer “não” diz que não é ético a IA

gerar um trabalho sozinho e o indivíduo assumir como trabalho próprio, diz ser plágio e algo que não seria honesto com o professor. Entretanto, este mesmo participante diz que se for auxílio na correção ortográfica, ele não vê problemas éticos neste uso.

Os últimos seis participantes responderam “depende” ou colocaram “sim” e “não” na mesma resposta. E as justificativas envolviam para quais finalidades seria ético ou não: *“Na redação, sim e não. Acredito que somente na correção, proposta de redação, citações, etc. Mas não “ajudar” fazendo uma redação.”* (P8); *“se a IA for utilizada para especificar um tópico ou ajudar a compreender algo que não ficou muito claro, acho válido; mas se toda a redação for feita por meio de uma IA, já não acho válido”* (P20); *“não é ético se você pede ela pra fazer a redação pra você. Mas se você pergunta por exemplo: me diga um sinônimo de tal palavra. Eu acho ok.”* (P22).

Ao analisar esta última questão, podemos concluir que os participantes, em sua maioria, não condenam o uso das ferramentas de IA, não acreditam que seja algo antiético, contudo, o usuário precisa usá-la como auxílio e não como substituto de si mesmo, para fazer todo o seu trabalho. Confirmando o que vemos nos estudos já citados, a IA veio com a potencialidade de auxiliar significativamente alunos e até professores, no entanto, precisa ser utilizada com consciência, cuidado, honestidade, transparência, criticidade, para não ser antiético, cometer plágio ou prejudicar o desenvolvimento de suas habilidades de letramento acadêmico. Desenvolver o letramento acadêmico é um passo fundamental para alcançar esses objetivos.

Perguntamos aos nossos participantes se eles evitam o uso da IA em certas tarefas acadêmicas e que se a resposta fosse afirmativa, relatassem quais seriam e o porquê de evitarem. A maioria disse evitar, no total foram 16 participantes, 5 relataram não evitar, 2 não responderam “sim” ou “não”, apenas relataram quais usos fazem desta ferramenta, o que deixa em aberto se os outros usa ele evita por algum motivo ou simplesmente porque não vê necessidade de utilizar nos outros contextos.

Entre as justificativas para evitar determinados usos, temos respostas relacionadas:

a) tarefas que o chat não teria “capacidade”, não teria êxito em realizar: *“evito em artigos científicos e trabalhos literários, pois muitos termos acadêmicos não são compreendidos pela IA”* (P2); *“em matérias de Português, pois normalmente as respostas*

são imprecisas e parcialmente desconexas com o conteúdo” (P5); *“Há tarefas que não tem como utilizar a IA”* (P9).

b) não querer ficar dependente da IA, não prejudicar seu aprendizado: *“gosto de fazer sozinha”* (P12); *“busco aprender o conteúdo de fato ao invés de utilizar a IA”* (P17); *“acredito que sem auxílio consigo desenvolver e aprender”* (P18); *“porque acredito que muito uso da IA faz com que vc fique preso em usar sempre.”* (P21)

c) autenticidade: *“criação de texto (por conta da autenticidade)”* (P10); *“Faço isso porque acredito que essas questões deveriam apresentar as minhas opiniões, o meu ponto de vista, e não um relato de uma ferramenta artificial”* (P20).

d) evitar a IA de uma forma geral: *“Evito sempre, só uso quando realmente estou correndo contra o tempo na entrega de trabalho. É melhor do que não fazer e tirar zero”* (P22); *“Sim. Em todas”* (P23).

Houve cinco participantes que relataram não evitar o uso, como a questão pedia que apenas quem respondesse “sim” explicasse, apenas dois participantes justificaram o seu “não”. Um dos participantes relatou: *“Eu uso em tudo que eu preciso praticar exemplo: espanhol; uso pra me explicar matérias de forma mais resumida ou focando em um assunto que eu não entendi bem a matéria, etc. E assim vai. Uso com consciência.”* (P8). Já o outro disse: *“Não evito, pois sei até que ponto eu posso utilizar a IA”* (P9). Observamos que os dois trazem questões que envolveriam ter consciência do uso que se faz da ferramenta, como se pensassem *“uma vez que sei até que ponto é adequado utilizar, não precisaria evitar o uso em alguma atividade, e sim, utilizar em todas da forma correta, de forma consciente”*. Uma vez mais trazemos a questão da importância do letramento digital, pois quanto mais soubermos o que envolve este contexto das IA, o que seria ético ou não, de onde vem esses dados, o que pode acontecer com os dados que forneço, mais usaremos de forma mais adequada estas ferramentas.

5. Limitações das ferramentas de IA

Para verificar as percepções dos alunos em relação as limitações das ferramentas de IA, perguntamos se já tinham encontrado erros e limitações nos resultados gerados pela IA. Apenas seis alunos responderam não ter encontrado, os outros 18 disseram que sim e relataram quais tipos. Erros e limitações como: *“tenta deixar uma ideia coerente e acaba modificando aquela ideia tornando-a incorreta ou superficial”* (P2); *“podem ser*

vagos, eu incompletos, confusos, equivocados” (P3); “Respostas confusas e sem sentido” (P4); “informações não verídicas, traduções não precisas” (P5); “nem sempre me dá o que eu peço, por mais que eu tente explicar parece que tem limites” (P6); “na contabilização de palavras e caracteres” (P10) “se confunde com alguns comandos” (P16); “Erros de informação” (P21); “ela só fala sobre os assuntos de forma superficial e generalizada. quando não sabe uma resposta, ela inventa” (P22).

Gostaria de destacar uma resposta: *“Sim, vários. Ele erra bastante, até. Se vc não tiver uma base sobre algo ele te dá a resposta errada. Por isso uso ele mais pra me auxiliar, e coisas que peço pra ele me explicar eu vejo se tá de acordo com a matéria do dia, por exemplo.” (P8).* Aqui, o participante ressalta aquilo que viemos repetindo durante o trabalho, a IA não deve substituir o ser humano, se o usuário não tiver algum conhecimento, não tiver criticidade, ele irá produzir informações erradas. Como observam Viñas et al. (2023, p. 10, tradução própria), *“é conveniente o emprego do ChatGPT sem perder a oportunidade de desenvolver as próprias noções de pensamento crítico, criatividade e desafio de escrita ou leitura. É fundamental avaliar as respostas geradas pelo sistema e revisar a exatidão do que expressa.”*⁷, os participantes da pesquisa puderam demonstrar que realmente é necessário ter esse tipo de uso dessas ferramentas de IA.

Conclusão

Neste artigo, tentamos entender como as ferramentas de inteligência artificial (IA) estão mudando a forma como vemos o letramento acadêmico no ensino superior. Observamos que os estudantes usam essas ferramentas principalmente para organizar ideias, procurar informações e corrigir textos. No entanto, enquanto alguns alunos parecem conseguir aproveitar bem as potencialidades da IA, outros ainda enfrentam desafios, como temer se tornar dependentes das respostas geradas, ter prejuízos em seus aprendizados ou ter dificuldades em avaliar a qualidade e a precisão do que a ferramenta produz. Isso reforça a necessidade de práticas pedagógicas que orientem os alunos a

⁷ No original: *“Es conveniente el empleo del ChatGPT sin perder la oportunidad de desarrollar propias nociones de pensamiento crítico, creatividad y desafío escritural o lector. Es clave evaluar las respuestas generadas por el sistema y revisar la exactitud de lo que expresa.”*

utilizar essas ferramentas como suporte, e não como substituto, para suas capacidades intelectuais.

Sobre a frequência de uso, notamos que, embora muitos estudantes utilizem a IA regularmente, a intensidade do uso varia conforme o objetivo. Por exemplo, a organização de ideias foi mencionada como a finalidade mais recorrente, com uma parcela significativa de alunos utilizando a IA “sempre” ou “com frequência” para essa tarefa. Em contraste, finalidades como a síntese de textos apresentaram oscilações maiores, indicando que o uso está condicionado às necessidades e níveis de confiança dos estudantes na ferramenta.

Quando olhamos para os resultados da nossa pesquisa, vimos que há preocupações com um uso ético pela maioria dos participantes. Muitos questionam a originalidade dos textos gerados pela IA e como isso impacta o seu desenvolvimento acadêmico. Pensando nisso, é interessante relacionar os conceitos de letramento autônomo e ideológico, como discutido por Street (1984, apud KLEIMAN, 1995). O uso da IA parece, muitas vezes, seguir o modelo autônomo, onde a escrita é tratada como uma habilidade técnica e universal. Mas, na prática, percebemos que o uso efetivo dessas ferramentas depende de uma abordagem mais ideológica, que considera os contextos sociais e culturais dos estudantes e incentiva uma postura crítica e reflexiva.

Comparando com os resultados de Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2023), percebemos que os nossos não estão tão distantes. Eles também identificaram que, sem a orientação adequada, as IA podem acabar reforçando práticas pouco reflexivas. Reforçando, uma vez mais, a importância de desenvolver o letramento digital e acadêmico, que ajude os alunos a usar essas ferramentas de forma consciente e ética.

Refletimos sobre como as transformações tecnológicas estão impactando o ensino superior. Como Gatti (2024) apontou, tecnologias como a IA estão seguindo o mesmo caminho de mudanças que a escrita e a imprensa causaram no passado. Concluimos, então, que a IA tem muito potencial para ajudar no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, mas só se for usada com responsabilidade. O letramento autônomo, isoladamente, não é o suficiente. Precisamos incentivar o letramento ideológico, que valorize o contexto, a ética e a reflexão crítica. Além disso, professores têm um papel indispensável como mediadores desse processo, ajudando os estudantes a equilibrarem o uso da IA com o desenvolvimento da autonomia e da criatividade.

Neste artigo, tratamos um grupo bem pequeno de estudantes e acreditamos que é necessário que esse estudo se expanda mais e mais, com mais participantes e de forma mais aprofundada. Desejamos que haja mais estudos, debates e formações sobre esse tema, porque ainda há muito o que entender e melhorar para um uso realmente positivo, efetivo e ético dessas ferramentas de inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

DÍAZ-CUEVAS, Adriana Patricia; RODRÍGUEZ-HERRERA, Julián David. Usos de la Inteligencia Artificial en la escritura académica: experiencias de estudiantes universitarios en 2023. **Cuaderno de Pedagogía Universitaria**, v. 21, n.42, p. 25-44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29197/cpu.v21i42.595>. Acesso em: 22/01/2025

FARIAS, Salomão Alencar. Pânico na Academia! Inteligência Artificial na construção de textos científicos com o uso do ChatGPT. **Revista Interdisciplinar De Marketing**, 13(1), 79-83, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rimar.v13i1.66865>. Acesso em: 22/01/2025

GATTI, Alberto. Alfabetización e inteligencia artificial. JONED. **Journal of Neuroeducation**. 2024; 5(1): 52-58.

GÓMEZ CÁRDENAS, Raúl; FUENTES PENNA, Alejandro; CASTRO RASCÓN, Aristeo (2024). El Uso Ético y Moral de la Inteligencia Artificial en Educación e Investigación. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, 8(5), 3243-3261. Disponível em: https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v8i5.13801. Acesso em: 23/01/2025.

KLEIMAN, Angela. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995

LILLIS, Theresa; SCOTT, Mary (2007). Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. **Journal of Applied Linguistics**, 4(1) pp. 5–32, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1558/japl.v4i1.5>. Acesso em: 23/01/2025.

NAVARRO, Federico. Aportes para una didáctica de la escritura académica basada en géneros discursivos. **DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 1-32, 2019. Disponible em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/vXJm5CXhH3cYSCwFf6kZjWk/?lang=es>. Acesso em: 23/01/2025.

PAREJA ARREDONDO, Flor; CARRASCO TAIPE, Jaime; AQUINO CRUZ, Mario. Revisión sistemática de la evolución de los asistentes virtuales: desde los primeros Chatbots hasta la IA conversacional. **Micaela Revista De Investigación** - UNAMBA, 5(2), 33-39, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.57166/micaela.v5.n2.2024.154>. Acesso em: 23/01/2025

RUIZ-MIRANDA, Everardo. La revolución de la inteligencia artificial en la educación: una reseña de ChatGPT: <https://chat.openai.com/>. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, 10(1), 156-160, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/reipe.2023.10.1.9594>. Acesso em: 23/01/2025

SOUZA, Valeska Virgínia Soares. Letramento digital e formação de professores. **Revista Língua Escrita**, v. 2, p. 55-69, 2007. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/revista%20lingua%20escrita/LinguaEscrita_2.pdf. Acesso em: 23/01/2025

VIÑAS, Rossana; SECUL GIUSTI, Cristian; VIÑAS, Mariela; CAMMERTONI, Marisol. La escritura académica y el rol de la Inteligencia Artificial (IA). **Primer Congreso Internacional WEDUCI de Wikimedia, Educación y Culturas Digitales**. Universidad Nacional de La Plata, LA PLATA. 2023. Disponível em: <https://www.aacademica.org/marisol.anahi.cammertoni/46.pdf>. Acesso em: 23/01/2025

ZAVALA, Virginia. ¿Quién está diciendo eso? Literacidad académica, identidad y poder en la educación superior. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2008.

O Impacto da Inteligência Artificial na Escrita Acadêmica: Reflexões sobre Letramento, Ideologias Linguísticas e Políticas de Linguagem

Alice Marques Nicolao

Resumo

Este artigo explora o uso da Inteligência Artificial (IA), especificamente a ferramenta ChatGPT-4, na escrita acadêmica, com ênfase em seu possível impacto na propagação de políticas linguísticas e sua ação enquanto agente político. A partir da biografia trabalhada ao longo do semestre e de uma análise crítica do tema, no trabalho se aborda como a IA pode moldar a produção textual e as práticas discursivas, incluindo a sua influência na avaliação da linguagem, especialmente em relação a variações regionais de uso do espanhol em fenômenos como o *laísmo*, *leísmo* e *loísmo* (Martín, 2005). Además, se reflete sobre o conceito de letramento acadêmico, compreendido como práticas sociais de leitura e escrita que vão além de competências técnicas (Kleiman, 1995), bem como sobre as ideologias subjacentes ao que é considerado "escrever bem", frequentemente associado a padrões reguladores impostos por contextos acadêmicos (Lillis & Scott, 2007). Também se discute os desafios éticos e inclusivos relacionados ao uso dessas ferramentas no contexto universitário, destacando o papel das instituições de ensino na mediação do uso responsável da IA. Na pesquisa se propõe uma reflexão crítica alinhada à glotopolítica, perspectiva que reconhece o papel de todos os falantes na negociação e normalização linguística, indo além da intervenção de instâncias tradicionais, como os Estados e instituições educacionais (Zavala, 2020).

Palavras-chave: Letramento Acadêmico; Inteligência Artificial; Glotopolítica.

Abstract

This article is a final course paper for the Academic Literacies subject, taught by Professors Dr. Maria Mercedes Sebold and Dr. Astrid Johana. It explores the use of

Artificial Intelligence (AI), specifically the ChatGPT-4 tool, in academic writing, with an emphasis on its potential impact on the dissemination of language policies and its role as a political agent. Based on the bibliography studied throughout the semester and a critical analysis of the topic, the paper examines how AI can shape textual production and discursive practices, including its influence on language assessment, particularly regarding regional variations in Spanish usage, such as *laísmo*, *leísmo*, and *loísmo* (Martín, 2005). Additionally, it reflects on the concept of academic literacy, understood as social practices of reading and writing that go beyond technical skills (Kleiman, 1995), as well as the underlying ideologies of what is considered “good writing,” often associated with regulatory standards imposed by academic contexts (Lillis & Scott, 2007). Furthermore, the paper discusses the ethical and inclusive challenges related to the use of these tools in the university setting, highlighting the role of educational institutions in mediating the responsible use of AI. The research also proposes a critical reflection aligned with *glotopolitics*, a perspective that recognizes the role of all speakers in negotiating and normalizing language, going beyond the intervention of traditional entities such as states and educational institutions (Zavala, 2020).

Keywords: Academic Literacy; Artificial Intelligence; Glottopolitic.

1. Introdução

Letramento: o que é?

Você já escreveu hoje? A escrita é frequentemente associada a atos artísticos, poéticos, acadêmicos, entre outros, enquanto a comunicação cotidiana, como mensagens de texto e postagens nas redes sociais, muitas vezes não é legitimada como uma forma de escrita. No entanto, ao responder a um "bom dia", anotar tarefas diárias, elogiar uma amiga nos comentários de uma foto ou interagir com *stories*, estamos, na verdade, praticando a escrita. Essas formas de interações digitais são frequentemente subestimadas, sem considerar seu valor como práticas discursivas. A partir de uma concepção ampliada de escrita, somos conduzidos ao conceito de letramento, que

caracteriza a escrita não apenas como uma decodificação de palavras, mas como a capacidade de compreender e produzir textos em diversos contextos sociais (Kleiman, 1995). O letramento é, portanto, um processo dinâmico, que abrange as múltiplas formas de interação e expressão que acontecem no dia a dia, seja em um e-mail profissional, uma legenda de rede social ou um texto acadêmico.

Ao escrever uma mensagem de feliz aniversário a um amigo, quantos de nós não nos questionamos se o texto está “bem escrito”, se “escrevemos bem”? Quando compreendemos as práticas discursivas como um conjunto de práticas sociais que variam conforme o meio, o contexto comunicativo e outros fatores, entendemos a arbitrariedade do conceito de “escrever bem” e reconhecemos essas práticas em seus contextos específicos (Lillis & Scott, 2007). A esfera acadêmica, por sua vez, é marcada por um conjunto de exigências que contribuem para a percepção de que existe um padrão único e ideal de escrita, muitas vezes desconsiderando a pluralidade de contextos e vozes marginalizadas. O “escrever bem” se torna um ideal regulador, carregado de ideologias que priorizam a clareza, a objetividade e a formalidade como critérios principais de validação. Essa perspectiva ignora o fato de que essas características são construções sociais, sujeitas às necessidades e às práticas discursivas de cada comunidade acadêmica (Zavala, 2020).

A pressão para atender aos padrões associados à boa escrita pode gerar bloqueios criativos e aumentar a ansiedade, especialmente entre estudantes e pesquisadores em formação, levando muitos a recorrerem ao uso de ferramentas de inteligências artificiais para suprir as demandas. Paralelamente, o uso de ferramentas como o ChatGPT intensificam o debate sobre o que é considerado plágio no processo de escrita acadêmica, as questões éticas e morais de seu uso pela academia como parte do processo de produção escrita. Enquanto alguns defendem que a inteligência artificial pode democratizar o acesso a modelos de escrita e apoiar na organização das ideias, ao oferecer modelos menos avançados de forma gratuita, outros argumentam que seu uso pode mascarar dificuldades na construção de textos e reforçar padrões homogêneos de escrita, perpetuando preconceitos linguísticos e acadêmicos (Viñas et al., 2023).

Neste trabalho se explora especificamente a ferramenta Chat GPT-4 na escrita acadêmica, com ênfase em seu possível impacto na propagação de políticas linguísticas e sua ação enquanto agente político. Se delineiam os enfoques teórico-metodológicos, cujo foco é a análise dos processos de normatização da língua a partir de testes no Chat GPT, sob uma perspectiva glotopolítica (Zavala, 2020). Diferentemente das políticas linguísticas tradicionais, que focam na legislação das línguas por entidades como o Estado ou instituições educacionais, a abordagem glotopolítica considera que todos os falantes participam ativamente da normatização e negociação dos sentidos das línguas. Metodologicamente, no estudo, se combina a análise multimodal dos elementos linguísticos e paralinguísticos presentes nas respostas obtidas.

A escrita acadêmica e a Inteligência Artificial (IA)

A relação entre escrita acadêmica e Inteligência Artificial (IA) é um tema em ascensão nos trabalhos recentes sobre educação e produção de conhecimento científico, considerando suas implicações epistemológicas, pedagógicas e sociolinguísticas. Entre os trabalhos analisados ao longo da disciplina, destacam-se as contribuições de Viñas et al. (2023), Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2024), Navarro (2019), Zavala (2020) e Farias (2023), que abordam a relação entre a IA e a escrita acadêmica sob diferentes perspectivas. De acordo com Navarro (2019), a escrita acadêmica deve ser compreendida como um processo que envolve gêneros discursivos específicos e um conjunto de práticas discursivas que variam conforme o campo do saber. Nesse contexto, a IA atua não apenas como ferramenta, mas também como uma agente que influencia a produção e a normatização do discurso acadêmico. Os agentes glotopolíticos são os atores que participam ativamente dessas práticas, incluindo falantes comuns e entidades formais. Nesse contexto, as ferramentas de IA atuam como agentes glotopolíticos, uma vez que, por meio de suas respostas e produções, promovem a visibilidade e valorização de determinados padrões linguísticos. Essa visão converge com Lillis e Scott (2007), que destacam o caráter ideológico da escrita e sua vinculação com processos de exclusão e hierarquização linguística.

Díaz-Cuevas e Rodríguez-Herrera (2024) relatam experiências de estudantes universitários que utilizam IA para estruturar textos acadêmicos, revisar gramática e melhorar a coerência textual. No entanto, os autores alertam para o risco de dependência dessas ferramentas, que podem limitar o desenvolvimento de habilidades críticas de escrita e reforçar padrões linguísticos normativos. Esse ponto também é ressaltado por Zavala (2020), ao discutir como as políticas linguísticas acadêmicas muitas vezes excluem formas de expressão que não se encaixam nos padrões de prestígio.

Políticas linguísticas e Inteligência Artificial

Na glotopolítica, as instâncias são os espaços onde ocorrem práticas de regulação e normatização linguística, como governos, instituições educacionais (Guespin, Marcellesi, 1986), essas instâncias podem ser governamentais (como academias de língua, ministérios da educação e cultura) ou não governamentais (como ONGs e associações culturais), um exemplo citado ao longo desse trabalho é a Real Academia Española (RAE). Essas instâncias glotopolíticas contam com agentes glotopolíticos, que são quaisquer indivíduos ou grupos que, de forma ativa, influenciam direta ou indiretamente as políticas linguísticas, mesmo que não tenha um papel institucionalizado, para normalização dessa normatização linguística. A perspectiva glotopolítica abordada por Zavala (2020), permite visualizar a IA como um agente que participa da normalização e normatização linguística, reforçando as normas hegemônicas em detrimento de outras, uma vez que as respostas são geradas com base em dados selecionados.

Laísmo, *leísmo* e *loísmo* são fenômenos linguísticos que ocorrem em variedades do espanhol e estão relacionados ao uso dos pronomes átonos de terceira pessoa (lo, la, los, las, le, les), esses fenômenos envolvem uso diferente ao posto pela norma gramatical tradicional. No estudo realizado, observa-se que o ChatGPT-4 tende a classificar fenômenos linguísticos como *laísmo*, *leísmo* e *loísmo* (Martín, 2005) como erros, mesmo quando são aceitáveis em determinados contextos regionais. Viñas et al. (2023) apontam que essas ferramentas são programadas para priorizar padrões normativos, o que pode resultar na homogeneização da escrita acadêmica, na marginalização de variantes

linguísticas e na geração de problemas de autoestima e escrita por parte dos alunos e pesquisadores em formação.

Para além destes problemas, Farias (2023) adverte que o uso não crítico de IA pode levar a um "pânico acadêmico", no qual a autenticidade e a autoria dos textos são questionadas. O autor discute o impacto que o uso irrestrito da IA na produção de textos científicos e na construção de conhecimento, sugerindo que o uso dessas ferramentas deve ser acompanhado de reflexão crítica e orientação didática. Expondo que o problema não está no uso, mas sim no não letramento e na não normatização do uso.

Escrita acadêmica e Inteligência Artificial

O letramento acadêmico não se resume ao domínio técnico da língua, ele está diretamente ligado a práticas sociais, culturais e ideológicas que moldam o que é considerado “escrever bem” (Kleiman, 1995) dentro de seu campo social (Bourdieu, 1996). Estas práticas refletem ideologias e valores acadêmicos que, por muitas vezes, privilegiam certas formas de expressão em detrimento de outras, gerando pressões significativas para acadêmicos em formação. De acordo com Lillis e Scott (2007), as ideologias linguísticas que impactam e pressionam estudantes e acadêmicos são responsáveis pelo reforço e manutenção de práticas glotopolíticas favoráveis à homogeneização e hierarquização da língua. No contexto do uso da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta da escrita acadêmica, essas questões se refletem na forma como as ferramentas são programadas para priorizar determinados padrões de escrita, muitas vezes ignorando variações linguísticas regionais e culturais, ou até mesmo, colocando-as como um uso errado da língua. Sob a perspectiva glotopolítica, as ferramentas de IA, como o ChatGPT, não apenas reproduzem normas linguísticas, mas também atuam como agentes que influenciam práticas discursivas e processos de padronização dos usos da língua, participando, ativamente, da negociação de sentidos e normas da linguagem, mas enquanto tecnologia global, como um acréscimo de força ao amplificar ou silenciar determinados grupos. Como é o caso dos fenômenos avaliados neste estudo, em que o *laismo*, *leismo* e *loismo* (Martín, 2005) são definidos pelo ChatGPT-4 como um erro linguístico-gramatical e são corrigidos pela ferramenta. Isso evidencia a necessidade,

conforme posto por Viñas et al. (2023), como a implementação dessas tecnologias nas práticas educacionais requer uma reflexão crítica sobre seu impacto na formação de estudantes e no respeito às diversidades culturais e linguísticas

2. Metodologia

O *laísmo*, *leísmo* e *loísmo* (Martín, 2005) são fenômenos linguísticos de variações no uso dos pronomes no espanhol, frequentemente associados a contextos regionais e culturais. Essas variações foram escolhidas para servir como base para a análise das normas linguísticas programadas na ferramenta ChatGPT, que ao oferecer respostas “corretas”, pode reforçar o preconceito linguístico ou até mesmo silenciar essas práticas linguísticas. Metodologicamente, para analisar como a Inteligência Artificial (IA) lida com fenômenos como o *laísmo*, *leísmo* e *loísmo* (Martín, 2005), foi utilizada a versão ChatGPT-4, que é amplamente utilizada para a produção de textos acadêmicos e comunicação em contextos multilíngues. A escolha dessa ferramenta se deve à sua capacidade de gerar textos em espanhol, à possibilidade de acesso gratuito e ao fato de ser, atualmente, uma das ferramentas de IA mais populares. As perguntas foram elaboradas para explorar a forma como o ChatGPT-4 lida com os pronomes em diferentes cenários comunicativos e em um cenário gramatical. Os exemplos incluem: “o que é *laísmo*, *leísmo* e *loísmo*”, “a frase ‘¿Qué le dijo María a su hermana?’ está correta?”, buscando entender como a ferramenta define, entende e corrige o fenômeno. As respostas do ChatGPT serão analisadas em termos de sua adequação às normas gramaticais padrão do espanhol, considerando se a ferramenta reconhece e aceita as variações regionais associadas ao *laísmo*, *leísmo* e *loísmo* (Martín, 2005). Além disso, será observado se o modelo corrige automaticamente essas variações ou apresenta explicações sobre sua aceitabilidade. Os resultados serão interpretados à luz da perspectiva glotopolítica (Zavala, 2020), considerando o papel da IA na normatização linguística, bem como no reforço de ideologias que determinam o que é considerado “espanhol padrão”. Abaixo, pode-se observar, os *prompts* e *outputs* utilizados neste trabalho:

Prompt	Output

o que é laísmo, leísmo e loísmo?

1. Laísmo

- Ocorre quando o pronome "la" (ou ***"las""lá")"le" (ou"les").
- É mais comum em regiões como Castela e Leão e Madri.
- **Exemplo de laísmo:**
 - Incorreto: *Dije que viniera.*
 - Correto: *O que você disse que viniera.*
 - Explicação: "Le"é o pronome correto

2. Leísmo

- Consiste no uso de "le" (ou ***"les")"eis"(ou "la").
- O leísmo é aceito pela Real Academia Espanhola (RAE) em alguns casos, especialmente quando "le" é
- **Exemplo de leísmo:**
 - Aceitável: *Le vi ayer.* (*Nós te amamos hoje .*)
 - Não aceitável: *Les vi a las chicas.*
Correto: *Las vi a las chicas.*
 - Explicação: O pronome direto correto para objetos femininos ou plurais é "la" ou ***"las""las" , não ***"le""le" ou ***"les""les" .

3. Loísmo

- É o oposto do laísmo. Ocorre quando "lo" (ou ***"los""os")"ele"(ou"les").
- É menos comum
- **Exemplo de loísmo:**
 - Incorreto: *Eu disse que viniera.*
 - Correto: *O que você disse que viniera.*
 - "le" de

As frases são corretas? <i>Maria la dijo que llegó tarde/A mi hermana, ~~la~~ compré un regalo/A Juan le via ayer no mercado./ Le llamé para felicitarle por su cumpleaños./ A mi amigo, lo di las gracias./ Lo dije a Carlos que no viniera tarde.</i>	Aqui está uma análise de cada frase: 1. A Maria disse que foi tarde. ● Incorreta(exemplo laísmo). ● Explicação: "<i>Dije</i>"ex"<i>le</i>" , e não "<i>lá</i>") ● Forma correta: *Maria le dijo que llegó tarde
	2. Compre um presente para minha irmã. ● Incorreta (exemplo delaísmo). ● Explicação: "<i>Compré</i>"ex"<i>ele</i>") ● Forma correta: *<i>LeLe compre um presente para minha irmã.</i>
	3. Um Juan entrou no mercado. ● Aceitável (exemplo leísmo aceito). ● Explicação: Em algumas variedades do espanhol, especialmente na Espanha, o uso de "<i>le</i>" como complemento ● Alternativa correta: <i>A Juan lo vi ayer no mercado.</i> (Preferida fora de regiões com leísmo.)
	4. Le llamé para felicitarle por su cumpleaños. ● Aceitável (exemplo de leísmo aceito). ● Explicação: O uso de "<i>le</i>" para complemento direto no caso de pessoas, especialmente no masculino, é aceito pela RAE em contextos como este. ● Alternativa correta: <i>Lo llamé para felicitarle por su cumpleaños.</i> (Principalmente em regiões que não utilizam o leísmo.)
	5. A mi amigo lo di las gracias.

	● Incorreta (exemplo de loísmo). ● Explicação: "<i>Dar las gracias</i>" exige um complemento indireto ("<i>le</i>" , e não "<i>lo</i>"). ● Forma correta: <i>A mi amigo le di las gracias.</i>
	6. Dije a Carlos que não viniera tarde. ● Incorreta (exemplo de loísmo). ● Explicação: "<i>Dije</i>" exige um complemento indireto ("<i>le</i>" , e não "<i>lo</i>"). ● Forma correta: <i>Le dije a Carlos que no viniera tarde.</i>
As frases são corretas? leve em consideração o espanhol da Colômbia <i>Maria la dijo que llegó tarde/A mi hermana, la compré un regalo/A Juan le via ayer no mercado./ Le llamé para felicitarle por su cumpleaños./ A mi amigo, lo di las gracias./ Lo dije a Carlos que no viniera tarde.</i>	Vou corrigir as frases considerando o espanhol da Colômbia: 1.  Maria la dijo que llegó tarde.  María le dijo que llegó tarde. (O verbo <i>decir</i> exige o pronome de objeto indireto <i>le</i> e não <i>la</i>.) 2.  A mi hermana, la compré un regalo.  A mi hermana, le compré un regalo. (<i>Comprar</i> usa <i>le</i> para o objeto indireto.) 3.  A Juan le vía ayer no mercado.  A Juan lo vi ayer en el mercado. (<i>Ver</i> é um verbo transitivo direto, então usa <i>lo</i> e não <i>le</i>.) 4.  Le llamé para felicitarle por su cumpleaños. (Essa frase está correta no espanhol da Colômbia, pois o <i>leísmo</i> de pessoa é aceito.) 5.  A mi amigo, lo di las gracias.

	☒ A mi amigo, le di las gracias. (Dar exige o pronome <i>le</i>, pois é um verbo de objeto indireto.) 6. ☒ Lo dije a Carlos que no viniera tarde. ☒ Le dije a Carlos que no viniera tarde. (O verbo <i>decir</i> pede o pronome <i>le</i> para o objeto indireto.)
Se considerar o loísmo de cortesia, alguma das frases está correta?	Sim! Se considerarmos o loísmo de cortesia, que ocorre em algumas regiões e registros formais do espanhol, especialmente na Colômbia e em partes da Espanha, algumas frases poderiam ser aceitas. Esse fenômeno consiste em usar <i>lo</i> (em vez de <i>le</i>) para se referir a homens quando há um tom de respeito ou formalidade. Vamos revisar suas frases sob essa perspectiva: ☒ A Juan lo vi ayer en el mercado. (Essa frase já estava correta, pois <i>ver</i> exige <i>lo</i>, independentemente do loísmo de cortesia.) Le llamé para felicitarle por su cumpleaños. - No espanhol padrão, esta frase já é aceita. - Se quisermos aplicar o loísmo de cortesia: ☒ Lo llamé para felicitarlo por su cumpleaños. (Aqui, o loísmo de cortesia poderia ser aplicado, pois <i>llamar</i> pode ser visto como um ato de contato direto e respeitoso.)

	3.  A mi amigo, lo di las gracias.  A mi amigo, le di las gracias. (<i>Dar</i> exige <i>le</i>, e o <i>loísmo</i> de cortesia não se aplica a verbos que pedem objeto indireto.) 4.  Lo dije a Carlos que no viniera tarde.  Le dije a Carlos que no viniera tarde. (<i>Decir</i> exige <i>le</i>, então o <i>loísmo</i> de cortesia não se aplica.)

3. Análise dos Dados

A análise dos dados, obtidos a partir das interações com o *chatbot* ChatGPT-4, revela a tendência ao reforço das normas linguísticas padrão (Guespin, Marcellesi, 1986), especialmente aquelas estabelecidas pela Real Academia Española (RAE). Evidenciado pela correção automática dos fenômenos de *laísmo* e *loísmo*, classificados como "erros" ou "inadequados" em relação ao espanhol padrão, enquanto o *leísmo* recebe um tratamento mais flexível.

Muito embora a ferramenta reconheça que o *leísmo* é aceito em algumas regiões, como na Espanha, ela ainda sugere alternativas preferidas fora dessas áreas, reforçando a ideia de que o espanhol padrão é a forma "correta" de comunicação e os "desvios da norma" ocorridos na Espanha são aceitáveis, mas quando ocorridos em outras regiões são "erros" ou "inadequados". O *loísmo* colombiano de cortesia, ao contrário do *leísmo* espanhol, precisa ser inserido de forma direta no prompt para ser considerado pela IA. O que pode ser um indicativo de que a IA sugere correções alinhadas às normas estabelecidas pela Real Academia Española (RAE), uma vez que outras variedades do espanhol sequer são consideradas ao corrigir e abordar o fenômeno.

Essa postura normativa do ChatGPT-4 pode ter implicações significativas para a diversidade linguística. Ao priorizar a correção gramatical de acordo com as normas tradicionais, a ferramenta pode silenciar ou desvalorizar variações regionais e culturais do espanhol. Isso reflete uma tendência a homogeneizar a língua, ignorando e fortalecendo o apagamento de distintas práticas linguísticas que existem em diferentes comunidades de fala (Viñas et al., 2023). Em um contexto acadêmico, onde a pressão para seguir normas linguísticas rígidas já é significativa, o uso de ferramentas como o ChatGPT-4 pode reforçar preconceitos linguísticos, aumentar a ansiedade entre estudantes e pesquisadores que utilizam variedades não padronizadas e gerar uma insegurança na escrita a ser compensada com o uso de IA para revisão, correção e reescrita de textos. A análise dos dados também sugere que o ChatGPT-4 atua como um agente glotopolítico, influenciando a normatização da língua e reforçando ideologias linguísticas que privilegiam o espanhol “padrão” (Zavala, 2020). No contexto da escrita acadêmica, onde a pressão para seguir normas linguísticas rígidas não apenas é uma questão de prestígio social, mas também de acesso e ascensão, isso se mostra particularmente relevante, pois ferramenta pode perpetuar a ideia de que apenas o espanhol padrão é “correto”, marginalizando práticas linguísticas regionais e culturais que não se enquadram nesse padrão, e gerar um apagamento desses fenômenos linguísticos ao sugerir e efetuar correções. Vale destacar que há diferenças na forma como a IA justifica suas correções. Em alguns casos, ela apenas sugere a forma “correta”, enquanto em outros apresenta uma explicação mais detalhada. Essa inconsistência pode impactar o entendimento dos usuários sobre a variedade linguística e reforçar uma perspectiva prescritiva.

4. Conclusão

A partir da análise dos dados, é possível concluir que o uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), como o ChatGPT-4, na escrita acadêmica, tem implicações importantes para a normatização da língua e para a diversidade linguística, uma vez que os resultados indicam que o ChatGPT-4 opera como um reforçador da normatividade linguística, promovendo a padronização baseada na norma da RAE. A ferramenta tende

a reforçar as normas linguísticas padrão, ao corrigir automaticamente variações como o *laísmo* e *loísmo* sem quaisquer abordagens sobre a ocorrência do fenômeno em diversas regiões hispanófonas para além da região peninsular e sugerir alternativas "corretas" de acordo com o espanhol "padrão", e corrigir o *leísmo* agregando notas sobre sua aceitabilidade por parte da RAE.

Embora isso possa ser útil para a correção gramatical e a organização de ideias, também pode contribuir para a marginalização de fenômenos linguísticos estigmatizados, levando à invisibilização de variedades regionais e, possivelmente, à homogeneização linguística.

Essa postura normativa do ChatGPT-4 reflete uma tendência a homogeneizar a língua, ignorando a diversidade de vozes e expressões que existem em diferentes comunidades de falantes. Isso tem implicações importantes para o letramento acadêmico, que não se resume ao domínio técnico, mas envolve práticas sociais e culturais que moldam o que é considerado "escrever bem". Portanto, é necessário um debate crítico sobre o papel das ferramentas de IA na educação e na normatização linguística. Embora o ChatGPT-4 possa ser útil para a correção gramatical e a organização de ideias, seu uso deve ser acompanhado de uma reflexão sobre suas limitações e impactos nas práticas linguísticas. As instituições educacionais têm um papel importante na mediação do uso dessas ferramentas, garantindo que os estudantes sejam conscientizados sobre as implicações glotopolíticas e éticas do uso da IA. Como a IA está cada vez mais presente na escrita acadêmica, é essencial que os usuários desenvolvam estratégias para interpretar e avaliar as correções propostas, evitando uma adesão automática à norma imposta pela tecnologia. Além disso, é essencial promover uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade linguística, reconhecendo que a língua é um fenômeno dinâmico e plural, que reflete as práticas sociais e culturais de suas comunidades de falantes.

Diante desse cenário, propõe-se que pesquisas futuras explorem como diferentes ferramentas de IA lidam com variações linguísticas e de que forma os usuários percebem essas correções. Além disso, torna-se fundamental que instituições educacionais

promovam uma formação crítica sobre o uso de IA na escrita, para que os falantes possam utilizar essas ferramentas de maneira consciente e reflexiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

DÍAZ-CUEVAS, Adriana Patricia; RODRÍGUEZ-HERRERA, Julián David. Usos de la Inteligencia Artificial en la escritura académica: experiencias de estudiantes universitarios en 2023. *Cuaderno de Pedagogía Universitaria*, v. 21, n.42, p. 25-44, 2024.

FARIAS, S. A. de. (2023). Pânico na Academia! Inteligência Artificial na Construção de Textos Científicos Com o Uso do ChatGPT. *Revista Interdisciplinar De Marketing*, 13(1), 79-83. <https://doi.org/10.4025/rimar.v13i1.66865>

GUESPIN, L., & Marcellesi, J. B. (1986). Glottopol: Revue de sociolinguistique politique.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. *Journal of Applied Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 5-32, 2007.

MARTÍN, C. Los pronombres: Clases y usos. [s.l.] Liceus, Servicios de Gestió, 2005.

NAVARRO, F. Aportes para una didáctica de la escritura académica basada en géneros discursivos. *DELTA*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 1-32, 2019. Disponible em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

VIÑAS, M. et al. Inteligencia Artificial y educación: desafíos y oportunidades. *Revista de Educación*, v. 45, n. 2, p. 123-145, 2023.

ZAVALA, V. Glotopolítica y educación: reflexiones desde el sur. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2020.

Como a audiodescrição reverbera no processo de letramento em língua adicional de pessoas sem deficiência: narrativa de um estudante de espanhol

Maria Roselene Soares Marques

Resumo:

Este artigo apresenta a análise de uma entrevista realizada com um aluno do segundo período do curso de Letras português-espanhol da UFRJ. O estudo pauta-se na teoria dos letramentos para compreender os processos de formação do estudante e utiliza como principal metodologia a análise narrativa, buscando entender como suas construções sociais e identitárias atravessam sua trajetória acadêmica e profissional. O objetivo desta pesquisa é traçar, a partir da narrativa do discente, uma reflexão acerca da formação docente com relação às práticas de letramento utilizadas no Ensino Superior. Para além disso, este artigo busca investigar também como metodologias inclusivas, em especial a audiodescrição, atuam no processo de letramento em língua adicional.

Palavras-chave:

Teoria dos letramentos; análise de narrativas; audiodescrição.

Abstract:

This article presents the analysis of an interview conducted with a student from the second period of the Portuguese-Spanish course at UFRJ. The study is based on the theory of literacies to understand the student's formation processes and uses as main methodology narrative analysis, seeking to understand how their social and identity constructions cross their academic and professional trajectory. The objective of this research is to draw, from the student's narrative, a reflection about teacher training in relation to literacy practices used in higher education. In addition, this article also seeks to investigate how inclusive methodologies, especially audiodescription, act in the process of literacy in additional language.

Keywords: Theory of literacies; analysis of narratives; audio description.

1. Introdução

Dentre os assuntos mais debatidos pelos pesquisadores das áreas de educação e licenciatura, um dos que mais se destaca é a busca por transformações metodológicas em salas de aula. Autores como Nóvoa (2019) e Paulo Freire (1987) discutem a estagnação da sala de aula, na qual professores e alunos são vistos como meros transmissores e receptores de conhecimento. É frequente, por exemplo, representações que comparam a sala de aula com um consultório médico, em que os consultórios apresentam diversas evoluções, com novos métodos e aparatos tecnológicos, enquanto no ambiente educacional, a configuração física e estrutural ainda é a mesma de séculos passados: um lugar fechado, um professor no centro e alunos organizados de maneira enfileirada. Apesar de alguns avanços tecnológicos, os métodos de ensino continuam análogos aos de antigamente, as mudanças foram apenas em relação ao veículo, por exemplo, o texto escrito no quadro negro foi substituído por textos projetados em slides - isso, nos ambientes que dispõem de projetores, do contrário, o método é o tradicional. Nesse sentido, de acordo com uma ótica freiriana, é importante que, seja através de quadro negro, slides ou tecnologias de última geração, o aluno possa deixar de ser um receptáculo de conhecimento e passe a ser um construtor do saber.

É a partir desta perspectiva que se baseiam as teorias de letramentos, as quais focam, fundamentalmente, na produção e construção de ideias, levando em consideração as vivências e experiências dos alunos. Nesse sentido, após a criação de cotas raciais, sociais e para pessoas com deficiência, pode-se observar que o Ensino Superior está passando por um processo de transformação em suas salas de aula, marcado pela presença de discentes provenientes de contextos físicos e sociais distintos. Esse cenário, em teoria, amplia as possibilidades de um ambiente educacional mais diversificado. No entanto, é possível perceber um paradoxo, pois enquanto o perfil dos estudantes tem se diversificado, as práticas docentes permanecem, em grande parte, estáticas e pouco adaptadas a essa nova realidade. Como resultado, as individualidades dos alunos e suas diferentes visões de mundo nem sempre encontram espaço para serem acolhidas ou valorizadas.

Por isso, este artigo se propõe a analisar a narrativa oral de um estudante do segundo período do curso de letras português-espanhol da Universidade Federal do Rio

de Janeiro, fornecida através de uma entrevista de pesquisa. O intuito é compreender como as vivências e experiências escolares e acadêmicas do aluno atuaram na construção de sua identidade enquanto professor em formação, bem como sua percepção acerca de atividades que propõem novas dinâmicas em sala de aula, como o uso da audiodescrição (recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual) como ferramenta pedagógica. É importante ressaltar que a análise desta entrevista faz parte do estudo que estou realizando durante o mestrado, o qual trata da audiodescrição como um instrumento didático.

Durante a entrevista do aluno, um dado que pareceu importante e que gerou o interesse pelo desenvolvimento deste artigo foi a dificuldade narrada pelo estudante em relação ao início de sua graduação. Ele destaca a dificuldade em compreender certos conteúdos que lhe pareceram complexos e distantes de suas leituras e conhecimentos prévios. É um fato que o nível universitário é diferente e mais complexo do que costumava ser o nível básico, porém, a questão que surge da narrativa centra-se justamente nessa transição entre os distintos níveis de ensino, em que os desafios acadêmicos muitas vezes encontram os alunos despreparados para lidar com demandas mais abstratas e técnicas. A adaptação ao Ensino Superior envolve não apenas o domínio de conteúdos mais profundos, mas também o desenvolvimento de novas habilidades, como novos padrões de escrita, gestão autônoma do tempo e a familiaridade com discursos acadêmicos. Nesse sentido, a trajetória de muitos estudantes, principalmente aqueles oriundos de escolas públicas, acabam sendo marcadas por um choque, visto que o sistema básico nem sempre consegue dispor das condições para ofertar bases sólidas para as exigências universitárias. Dessa forma, a análise dessa narrativa permite, portanto, não apenas compreender a experiência singular do estudante, mas também refletir como os desafios da transição para o nível superior podem ser mitigados por práticas de letramento inclusivas e alinhadas às necessidades dos discentes ingressantes.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa considero importante agregar algumas reflexões pessoais que, mais que informações biográficas, atuam como elementos epistemológicos, intrínsecos à presente investigação. Graduei-me em 2023 no curso de Letras (português-literaturas), no

entanto, durante a graduação o meu interesse pela língua espanhola sempre foi bastante latente. Por isso, em 2019 resolvi cursar algumas disciplinas de espanhol e, foi nesse momento, ainda na graduação, que o meu tema de dissertação começou a surgir sutilmente. Sou pessoa com deficiência visual e esse talvez seja um dos dados mais importantes, já que ele por si só indica muito da minha construção identitária social e acadêmica. Ao inscrever-me em espanhol I em 2019,¹, deparei-me com um curso que era sobretudo imagético, já que abordava o gênero descrição, o qual é utilizado para introduzir os alunos no aprendizado da língua espanhola. No primeiro dia a então professora do curso conversou comigo no fim da aula e perguntou como poderia adaptar os materiais, já que muitos envolviam elementos visuais. Eu disse que ela não precisava eliminar as imagens, apenas era necessário torná-las acessíveis. Foi então que essa professora teve a ideia de utilizar a audiodescrição (ferramenta de inclusão que servia para auxiliar-me com as imagens em sala de aula) como um recurso que também atuava de forma didática, sendo utilizado pelos alunos que não possuíam deficiência. Ela propôs uma atividade na qual cada aluno deveria trazer uma foto de sua família e audiodescrevê-la em espanhol, de forma que todos os outros estudantes conseguissem visualizar a imagem mentalmente. Essa atividade proporcionou não apenas uma inclusão efetiva, na qual eu pude participar integralmente do exercício, como também propiciou uma tarefa didática, em que diversos elementos da língua puderam ser explorados. Assim, foi a partir dessa experiência de aproximação ao campo que o tema da audiodescrição como uma ferramenta didática se mostrou relevante, despertando o meu interesse para explorar sua atuação em sala de aula, seus limites e possibilidades dentro do processo de ensino/aprendizagem.

Diante desse cenário, torna-se fundamental recorrer a um aporte teórico que nos permita compreender, de maneira mais aprofundada, como as práticas de letramento se articulam aos processos formativos no ensino superior, especialmente quando atravessadas por experiências de inclusão e de diversidade. A seguir, apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam esta pesquisa.

2. Referencial Teórico

Será abordado, neste capítulo, os pressupostos teóricos que fundamentam a análise proposta neste estudo, com a finalidade de contextualizar e embasar as discussões subsequentes. Assim, serão explorados três eixos principais, os quais estão divididos em subcapítulos. O primeiro trata dos letramentos acadêmicos, destacando seus principais conceitos, bem como sua importância e atuação na trajetória universitária dos discentes. O segundo eixo examina a audiodescrição, compreendida nesta pesquisa como uma ferramenta pedagógica, a qual pode repercutir de forma positiva no processo de formação docente e de aquisição de língua espanhola. Por fim, o terceiro ponto centra-se na análise de narrativas, enfatizando suas contribuições metodológicas para a investigação de experiências pessoais e construção de processos identitários.

2.1 Letramentos Acadêmicos

Por muito tempo, o ambiente acadêmico foi restrito à apenas uma pequena parcela da população, aquela cunhada como elite, formada, geralmente, por homens brancos, de condição econômica favorável e sem deficiência. No entanto, com a criação de ações afirmativas e a tentativa de democratização do saber, o espaço universitário foi se tornando cada vez mais inclusivo e abrangente, acolhendo em seu corpo discente alunos de diversas realidades, raças e culturas. Porém, apesar da imensa riqueza que a pluralidade cultural e social apresenta, a permanência desses estudantes no Ensino Superior ainda é um desafio, já que o meio acadêmico ainda ecoa vozes de segregação e preconceito, tornando a formação desses alunos bastante difícil e conturbada.

Como defende Sito (2018) as ações afirmativas são extremamente importantes por garantirem o acesso à universidade, porém, não garantem ainda uma inclusão real, já que outras atitudes também se fazem necessárias, como bolsas para estudantes oriundos de situações econômicas vulneráveis, adaptação de espaços e materiais para pessoas com deficiência e projetos que abordem pautas como a inclusão, o racismo, a homofobia, entre outras questões que permeiam a convivência acadêmica. Para além disso, é importante romper também com a colonialidade do conhecimento existente no meio acadêmico, valorizando outras epistemologias que não sejam apenas as pré-

estabelecidas pelo poder eurocêntrico, integrando e respeitando, assim, outros saberes e práticas culturais.

Nesse sentido, é possível observar, com relação as práticas de leitura e escrita, que existe uma tensão entre alunos e professores no que diz respeito às práticas de escrita acadêmica, pois os alunos quando não desejam ou não conseguem se encaixar no padrão hegemônico de escrita pré-estabelecido por uma visão normativa excludente, são lidos a partir do discurso do déficit (Lillis; Scott, 2007). Isso implica que suas produções textuais são frequentemente avaliadas não pelo seu conteúdo ou criatividade, mas pela conformidade a normas gramaticais e estilos considerados "corretos", desconsiderando as experiências e contextos culturais que os alunos trazem consigo. Assim, a dificuldade de alguns docentes em lidar com a escrita de determinados estudantes está ligada, de forma muito mais íntima, a aspectos relacionados à identidade, à epistemologia e ao poder (Zavala; Córdova, 2010).

Na perspectiva do letramento acadêmico, é fundamental reconhecer que existem múltiplas formas de expressar conhecimento, e que essas formas são legítimas em suas próprias realidades. Sendo assim, compreendendo o letramento como uma prática social que utiliza a escrita como objeto em contextos específicos para objetivos particulares (Kleiman, 1995) podemos compreender que a escrita não deve ser, necessariamente, parâmetro de classificação ou julgamento acerca das capacidades de desenvolvimento intelectual de um estudante, já que ela configura-se como parte de um processo contínuo, em que leitura, escrita e oralidade se desenvolvem enquanto mecanismos comunicacionais, utilizados de acordo com fins específicos. Dessa forma, a prática do letramento acadêmico visa propiciar ao ambiente universitário um maior diálogo entre docentes e discentes, em que a leitura e a escrita não consistam apenas na decodificação de códigos, mas sim na construção de um ensino crítico e reflexivo.

Portanto, tendo em vista que as formas de leitura e escrita são indissociáveis dos contextos históricos, sociais e culturais de cada indivíduo, é importante que o espaço de expressão seja oferecido aos alunos, uma vez que, quando oprimidos, impedidos de manifestar sua própria subjetividade, são conduzidos à privação do desenvolvimento e da construção de suas identidades e potencialidades. Essa privação gera nos alunos, muitas vezes, o sentimento de frustração e não pertencimento ao meio universitário, o

que acaba resultando, por vezes, na desistência dos cursos e na inibição do crescimento intelectual desses estudantes. Frases como "você não aprendeu isso na escola?" ou "universidade não é lugar para ensinar a ler e escrever." são exemplos de discursos que reforçam a sensação de fracasso nos discentes, aprofundando desigualdades e prejudicando o processo formativo no Ensino Superior.

Assim, ainda que as ações afirmativas tenham contribuído de forma significativa para o acesso à universidade, a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de contextos menos favorecidos dependem de mudanças estruturais mais profundas. Isso inclui não apenas a adoção de políticas públicas que garantam apoio financeiro, acessibilidade e inclusão, mas também a valorização de epistemologias plurais e a ruptura com padrões hegemônicos normativos excludentes. Dessa forma, faz-se importante pensar em um espaço acadêmico que acolha as subjetividades dos alunos, fomentando a construção coletiva do saber.

2.2 A audiodescrição como recurso didático

Arelada à perspectiva dos letramentos acadêmicos, observa-se a necessidade de refletir e relativizar o paradoxo entre a diversidade do público discente e as práticas docentes, ainda tradicionais e estáticas, buscando compreender como métodos de ensino que dialoguem com essa diversidade podem favorecer a participação ativa dos alunos. Nesse cenário, práticas que estimulam o compartilhamento de diferentes visões de mundo e o diálogo entre perspectivas começam a ganhar espaço. Ferramentas de inclusão, como a audiodescrição, têm se destacado não apenas por ampliarem a acessibilidade para pessoas com deficiência, mas também por enriquecerem as práticas pedagógicas. A audiodescrição pode contribuir para a criação de uma nova sensibilidade, promovendo a empatia ao nos imaginarmos no lugar do outro, ou ainda, ao fornecer explicações que acrescentam camadas de significado às imagens.

Nos últimos anos, o recurso de audiodescrição tem alcançado cada vez mais novos espaços, consolidando-se como uma ferramenta inclusiva quase indispensável para a adaptação de conteúdos imagéticos para pessoas com deficiência visual. A ferramenta consiste em uma atividade de mediação linguística, em que imagens são transformadas em palavras. O ato de descrever imagens para pessoas com deficiência

visual, mesmo sem qualquer conhecimento formal, é algo quase que involuntário para aqueles que se preocupam com a inclusão desse público nos diversos ambientes visuais. Por isso, audiodescrever de maneira informal é uma atividade que permeia a nossa história desde os tempos mais remotos.

No entanto, a audiodescrição como técnica surgiu na década de 70, nos Estados Unidos, quando Gregory Frazier introduziu algumas ideias sobre o assunto em sua dissertação de mestrado. Porém, foi apenas a partir da década seguinte, com os trabalhos de audiodescrição de peças teatrais e da criação das primeiras gravações de audiodescrição em fita k7 elaboradas por Margarete Rockwell e Cody Pfanstiehl que a audiodescrição começou a ganhar destaque (Franco; Silva, 2010). Já no Brasil, a audiodescrição chegou por volta do ano de 2003, através de iniciativas que visavam a acessibilidade e adaptação de produções culturais, como peças teatrais, sessões de cinema, filmes e apresentações. Esse recurso começou a ganhar mais força após a promulgação de leis que garantem a audiodescrição como um direito, como a lei 10.098 e a portaria nº310 de junho de 2006, que regulamentam a audiodescrição como forma de acessibilidade nos setores de comunicação. Atualmente, a audiodescrição é foco de diversas pesquisas e um recurso cada vez mais presente nos espaços culturais e nas produções audiovisuais.

No âmbito educacional, esse recurso entra em cena, geralmente, para possibilitar a participação plena de estudantes com deficiência visual em aulas que apresentem conteúdos imagéticos. Porém, alguns estudos, como os de Holsanova (2020) e Silva (2024), demonstram que esta ferramenta pode transcender à inclusão, atuando também como um instrumento didático mesmo em salas de aula que possuam apenas pessoas videntes. Nesse sentido, entendendo que a audiodescrição compreende uma forma de tradução intersemiótica (Motta, 2010) em que signos verbais traduzem o visual, produzindo assim uma transmutação entre sistemas para tradução de um mesmo conteúdo (JAKOBSON, 1959) esse recurso pode ser utilizado como uma excelente estratégia pedagógica no ensino de línguas. Isso, porque assim como toda tradução, a elaboração de audiodescrições exige um preparo e cuidado. Alguns fatores precisam ser considerados para o desenvolvimento de uma tradução, como o léxico escolhido, os objetivos da imagem, o público alvo, a estrutura textual, etc.

Sendo assim, é possível observar que a estruturação de uma audiodescrição pode atuar diretamente no aprimoramento das diversas habilidades linguísticas, visto que o processo de construção de audiodescrição demanda um nível elevado de reflexão em relação à construção do texto, dado que envolve decisões vocabulares, coesão textual, coerência narrativa, interpretação de imagens e uma série de análises críticas a respeito do conteúdo descrito. Todos esses fatores demonstram que a audiodescrição pode ser utilizada, não apenas como um recurso inclusivo, mas também como um instrumento didático para o letramento crítico e acadêmico, já que, além de possuir uma função crucial na formação docente conscientizando e sensibilizando os professores sobre a importância da adaptação e acessibilidade de materiais, ainda impulsiona o desenvolvimento de atividades cognitivas e organização discursiva. Assim, o papel da audiodescrição vai além do papel de tradução inclusiva, transformando-se em uma prática que potencializa o desenvolvimento das capacidades de argumentação, síntese e interpretação de quem a utiliza, seja como audiodescritor ou ouvinte.

2.3 A análise de narrativas como forma de compreender a construção de identidades

Contar e ouvir histórias sempre foi uma prática essencial para transmitir tradições, memórias, costumes e culturas, perpetuando elementos marcantes da experiência humana ao longo do tempo. No entanto, o ato de narrar está mais intimamente relacionado ao narrador que descreve a história do que ao evento em si. Conforme Mishler (2002), as narrativas não apenas (re)constroem os eventos narrados, mas também orientam o público a uma interpretação desejada. Nesse processo, o narrador organiza os eventos de maneira estratégica para atingir um propósito específico, ajustando sua performance ao contexto e ao público (Melo; Moita Lopes, 2002). As escolhas do narrador, como a entonação, o tom de voz e as expressões linguísticas utilizadas não são neutras, pelo contrário, elas refletem posicionamentos e visões de mundo. Esses elementos indexam perspectivas subjetivas sobre os fatos narrados, revelando dimensões sociais e culturais subjacentes às histórias contadas. Assim, a análise de narrativas configura-se como uma ferramenta importante para

compreender não apenas os eventos relatados, mas também os significados e as construções identitárias que emergem através do ato narrativo.

Como defende Santos (2022, p.92) ao analisarmos narrativas, não estamos analisando apenas experiências e histórias individuais, mas também processos e construções ideológicas coletivas. Isso ocorre porque as narrativas atuam como um espaço de articulação entre a subjetividade do narrador e os contextos sociais, culturais e históricos que o cercam. Ao narrar, um indivíduo não apenas relata acontecimentos, como também organiza e interpreta os eventos de maneira a atribuir-lhes significados que dialogam com valores, crenças e discursos compartilhados em sua comunidade. Essas construções coletivas, por sua vez, evidenciam como as narrativas são atravessadas por relações de poder e ideologias dominantes, refletindo e, por vezes, reproduzindo estruturas e discursos sociais padronizantes. No entanto, as narrativas também possuem o potencial de desafiar essas estruturas, permitindo que vozes marginalizadas expressem suas perspectivas, demonstrando sua resistência às narrativas hegemônicas.

Muitos teóricos, como Labov (1972), Polkinghorne (1988), Bastos (2005), dentre outros, já dissertaram sobre as definições possíveis para o termo narrativa, destacando suas diferentes nuances. No entanto, Misheler (1999) prefere tratá-la como um conceito "guarda-chuva", tendo em vista a multiplicidade de perspectivas que sua metodologia pode abranger. Nesse sentido, a análise de narrativas nesta pesquisa centra-se na compreensão da narração de histórias, não somente como descrições de eventos, mas como formas de construção e (re)construção de identidades e significados. Como ressalta Santos (2022, p.93) citando Riessman (1993, p.2) "Indivíduos constroem eventos passados e ações em narrativas pessoais para reivindicar identidades e construir vidas". Assim, ao analisar a narrativa do estudante, pretende-se entender e interpretar como sua fala é elaborada a partir das vivências e experiências que moldaram sua trajetória.

Como trata-se de uma narrativa realizada a partir de uma entrevista de pesquisa, toda a narração é coconstruída entre entrevistador e entrevistado. O protagonismo maior é, certamente, do narrador, no entanto, como destaca Santos (2013) a participação do ouvinte através de frases que demonstram interesse, de sinais retroalimentativos e de

sinais de ratificação são formas de construir um diálogo mais fluido, em que o narrador percebe que sua narrativa está fazendo sentido. Esse caráter interacional revela a natureza dialógica das narrativas, em que o narrador conduz seu discurso de acordo com as reações do interlocutor, selecionando vocabulário, expressões linguísticas e expondo o conteúdo de maneira a enfatizar pontos que apresentem maior engajamento ou relevância. Esse fator demonstra que a elaboração de narrativas implica em um processo de negociação de significados, uma vez que a narrativa não é apenas um relato espontâneo de acontecimentos, mas sim uma construção colaborativa que emerge do entrelace entre as intenções do narrador e as expectativas do ouvinte.

Assim, tendo em vista que a análise de narrativas envolve um processo de interpretação, não só da fala, mas de todos os fatores que compõem a elaboração do discurso, esta pesquisa utiliza a narrativa com o fim de observar e entender como o estudante reorganiza eventos, seleciona detalhes e expõe suas vivências para construir significados que dialogam com os valores e crenças que permeiam sua formação pessoal e profissional. Essa abordagem permite identificar não apenas os aspectos linguísticos da narração, mas também elementos sociais, culturais e históricos que influenciam a forma como o discente se posiciona e dá sentido à sua trajetória. Ao organizar suas experiências de forma estratégica, o narrador busca legitimar sua identidade, ao passo em que projeta uma visão de si mesmo como um agente em constante transformação, inserido em uma comunidade discursiva complexa: o ambiente acadêmico. Dessa forma, entende-se que a narrativa possibilita um trabalho de valorização da memória da experiência (Reis. Santos, (2015), explorando, de forma detalhada, a riqueza comunicacional e as múltiplas dimensões imbricadas no processo de interação social.

3. Metodologia

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, detalhando as etapas de elaboração da entrevista e os critérios que levaram a escolha do aluno entrevistado.

3.1 Perspectiva metodológica

A perspectiva metodológica utilizada para a realização desta pesquisa pauta-se na análise qualitativa com viés interpretativista, o qual busca, a partir dos dados coletados, ler e compreender as práticas discursivas para além do momento da interação. Como defende Santos (2013), a construção da análise articula-se a uma ampla teia de significados que permeiam o processo comunicacional, considerando elementos como expressão corporal, contexto e escolhas linguísticas. Alinhado a isso, optou-se pelo estudo narrativo, devido ao seu caráter de coconstrução de identidades sociais, em que todos os participantes atuam de forma cooperativa para um resultado único.

No caso deste estudo, o método de entrevista adotado foi a entrevista não estruturada, a qual enfoca, não em perguntas objetivas, mas sim em questionamentos que permitam a reflexão do participante, possibilitando que ele possa expressar sua subjetividade, sem respostas necessariamente concretas. Nesse sentido, de acordo com Labov (1972), as técnicas de perguntas podem produzir narrativas de experiência pessoal, já que o narrador se envolve significativamente na revivificação de acontecimentos de seu passado, reconectando-se com memórias e experiências marcantes. Por isso, para a realização da entrevista, foi levada em conta a perspectiva de que existem vários fatores que implicam na realização de um bom diálogo, como por exemplo, o ambiente, o contexto, a abordagem, o conforto do participante, dentre outros. Assim, para que o estudante entrevistado se sentisse à vontade para compartilhar sua história de vida, que é algo de cunho tão pessoal, foi fundamental estabelecer um contato prévio antes de iniciar a entrevista propriamente dita. Essa aproximação foi importante, não só para possibilitar um diálogo mais aberto e agradável, como também para garantir que a entrevista não ocorresse de maneira rígida e fechada.

Conforme Mishler (1999), a linguagem não é uma ferramenta lógica como a matemática que pode ser usada de forma precisa e, por isso, todas as respostas em uma entrevista estão intrinsecamente relacionadas à forma como as perguntas foram elaboradas. É por esse motivo que a entrevista foi vista por muito tempo como uma forma complexa de análise de dados. Por isso, na abordagem não estruturada, busca-se oferecer protagonismo ao entrevistado, possibilitando que ele tenha os maiores momentos de fala. Dessa forma, o entrevistador atua como uma espécie de mediador,

garantindo que o narrador se sinta seguro para expor suas histórias. No caso desta entrevista, o processo ocorreu da seguinte forma: primeiro, foi pensado qual era o objetivo central da pesquisa; em seguida, algumas poucas perguntas iniciais para orientar o diálogo e, por fim, a entrevista foi realizada, transcorrendo de maneira fluida.

3.2 Escolha pelo estudante

O primeiro contato com o aluno se deu através de uma observação participante que realizei em sua turma como parte de um trabalho de campo para minha dissertação de mestrado. A aula em questão foi na disciplina de Espanhol I, pertencente ao primeiro período do curso de língua espanhola. A disciplina centra-se na aquisição da língua, introduzindo conceitos linguísticos e trabalhando com gêneros textuais descritivos. A aula em que realizei a observação participante consistia em uma atividade que abordava a audiodescrição como um recurso didático, propondo que os alunos trouxessem uma foto de sua família e audiodescrevessem de forma que as outras pessoas conseguissem visualizar a imagem em suas mentes. O exercício foi bastante produtivo de um ponto de vista pedagógico, pois o professor conseguiu explorar diversos assuntos em relação à língua espanhola, como variação linguística, localizadores espaciais, uso do "muy" e "mucho", além de sanar dúvidas e introduzir novos elementos vocabulares.

Acompanhei outras turmas, mas essa em específico me chamou muito a atenção, uma vez que eram muito participativos e engajados. Dentre os alunos que demonstraram bastante interesse com o tema da audiodescrição estava o aluno participante desta pesquisa. Durante a aula ele foi bastante proativo, dando sugestões em relação à audiodescrição dos colegas e utilizando seu próprio exercício para solucionar dúvidas de vocabulário e pronúncia com o professor. A postura do estudante despertou o interesse por entrevistá-lo e entender se e como a atividade proposta pelo professor atuou em suas práticas de letramento em língua adicional.

Devido ao tempo, não consegui contactar o estudante logo após a aula, mas entrei em contato com ele alguns meses depois. Elogiei sua participação e perguntei se ele poderia me conceder uma entrevista, pois suas contribuições em aula foram muito produtivas e certamente sua trajetória de vida refletiria muitos aspectos importantes em

relação a forma como ele se colocava no mundo. O discente prontamente se dispôs e combinamos o dia e horário da entrevista.

4. Análise da entrevista

Neste capítulo, será apresentada a análise da entrevista, iniciando com uma descrição em relação ao contexto em que ocorreu, incluindo elementos como organização, local e dinâmica. Em seguida, será realizada a análise propriamente dita, com foco nas estratégias discursivas do participante, nas escolhas narrativas e nos significados construídos ao longo do relato.

4.1 Contexto da entrevista

Como mencionado anteriormente, esta entrevista surge a partir de sessões de observação participante realizadas na turma do estudante, com o objetivo de investigar como o uso da audiodescrição enquanto ferramenta didática atua no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, como eu e o aluno não havíamos estabelecido um contato mais próximo durante o trabalho de campo, inicialmente fiquei apreensiva quanto à fluidez da entrevista, temendo dificuldades em criar uma conexão que favorecesse um diálogo produtivo e espontâneo. Esse temor, entretanto, rapidamente se desfez ao encontrar o aluno, já que desde o primeiro momento ele se mostrou bastante comunicativo e receptivo. Sua disposição em compartilhar experiências e reflexões contribuiu significativamente para a construção de uma entrevista rica, evidenciando o interesse genuíno do discente em colaborar com a pesquisa.

A entrevista foi marcada na mesma universidade. Perguntei a ele em que local ele gostaria de realizar a conversa, se em uma sala de aula ou um café, pois queria que ele se sentisse a vontade. Como defende Labov (1972), todo o ambiente influencia para a construção de um bom diálogo. Optamos então por um café, pois todas as salas de aula estavam ocupadas. Um ponto muito interessante a ser destacado foi o cuidado e atenção com que o estudante me guiava e me audiodescrevia cada lugar por onde passávamos enquanto caminhávamos para o local escolhido. Essa atitude inclusiva do discente demonstrou o quanto ele estava atento na aula sobre audiodescrição e que a aplicabilidade dessa ferramenta em sala de aula não contribuiu apenas para o ensino de

língua espanhola, mas também para sua formação docente e conscientização social. Contextualizada a entrevista, sigamos agora para sua análise.

4.2 Entrevista com o aluno

Para uma melhor compreensão, a entrevista será dividida em 4 pontos principais, a saber: experiência no Ensino Fundamental, experiência no Ensino Médio, chegada no Ensino Superior e atividade com audiodescrição. A transcrição apresenta as estruturas linguísticas exatamente como elas foram produzidas, objetivando manter a fidelidade do discurso e a naturalidade da linguagem oral. Além disso, quando a fala possuir alguma reação ou sentimento específico, como risos, empolgação, lamentação, etc., estará sinalizado entre parênteses para que o leitor possa acompanhar a intensidade da fala. Por fim, todos os nomes, incluindo o do aluno, foram substituídos ou representados por xx, afim de assegurar a proteção e a privacidade de todos os dados envolvidos na pesquisa.

4.2.1 Experiência no Ensino Fundamental

Neste item, é analisada a narrativa do estudante sobre sua experiência nos anos iniciais de sua trajetória escolar. Neste trecho, o estudante aborda suas vivências, destacando os desafios, limitações e possibilidades que envolve estudar em um colégio público.

Entrevistadora: Conta para mim... Assim de início, né? Um pouquinho da sua história, como que você chegou aqui na letras? Como que foi a sua... o seu ensino fundamental, o seu ensino médio?

Aluno: Ah, sim, bom. O meu ensino fundamental, digamos assim, pro bairro onde eu morava, foi até que um ensino fundamental bom. Eu era uma criança bem imperativa, bota imperativa nisso aí! E a minha professora já identificou isso e me mandou para o psicólogo. Eu morava com a minha avó e minha avó já me encaminhava para o psicólogo. O que eu acho, pra época, até hoje, na verdade, uma dádiva, né? Porque a gente vê muitos pais que negligenciam isso. (...) Desde então, eu virei uma criança muito mais tranquila.

Entrevistadora: AI, que legal!

Aluno: Só que a partir daí, a escola não tinha muita estrutura, então o ensino não era muito bom, com exceção de alguns professores que realmente tinham paixão pelo que faziam. Então tipo assim, eu tinha um professor de história,

até hoje eu lembro dele. Sou muito grato a ele! Ele falava: "olha, vou ser sincero com vocês. A escola não tem estrutura. Vocês não vão sair preparados para prestar vestibular, prestar concurso, mas vocês não desistam, vocês estudem, vocês procurem, estudem em casa, corram atrás". Tipo, paizão! Enquanto os outros professores só: "tá ruim. Não posso fazer nada por isso, só vou seguir". Professor Austin, cara, respeito ele pra caraca! Ele levava violão para a sala de aula para tocar

Entrevistadora: Nossa, que legal! O professor de história?

Aluno: É! Geralmente professores de história são muito bons! Aí tipo, ele foi um total diferencial na minha vida, ele que me incentivou a desenvolver um pensamento crítico sobre as coisas. (...) Professora Tasha de artes (empolgação). Ela era de artes, mas ela cobrava até escrita de português da gente. Se escrevesse errado, ela fazia a gente ficar depois da hora: "não, tá errado, olha, é assim ó que se faz" (...). Eu acho que se não tivesse essa base de incentivo, eu não teria conseguido chegar no ensino superior.

O estudante inicia sua narrativa pontuando, indiretamente, sua condição social, ao descrever que seu Ensino Fundamental foi até bom para o bairro onde ele morava, indicando que o colégio superava as expectativas de sua região. Após esse primeiro ponto, o estudante destaca outro tema muito importante, o diagnóstico de condições específicas ainda na infância. Ao enfatizar a atitude da professora e qualificar a identificação de sua imperatividade como uma dádiva, ele reconhece como essas questões influenciam no processo de ensino/aprendizagem e que, portanto, devem ser percebidas e tratadas. Nesse sentido, ele revela também uma crítica aos pais que negligenciam o comportamento de seus filhos e evidencia a relevância do acompanhamento psicológico, "Desde então, eu virei uma criança muito mais tranquila".

Na continuação da entrevista, o estudante entra nos detalhes em relação as dificuldades enfrentadas para estudar em uma escola pública. Nesse momento, ele enfatiza as aulas de seu professor de história e de sua professora de artes que, apesar de todos os percalços, buscam oferecer um ensino de qualidade dentro de suas possibilidades. Ele, no entanto, atribui um forte destaque ao seu professor de história, que apresentava formas dinâmicas de conduzir suas aulas, introduzindo elementos como a música, ao trazer o violão para a sala de aula. É perceptível como a prática de

letramento utilizada pelo docente impactou o entrevistado, pois ao associar o contexto musical com seus conteúdos, o professor insere fatores culturais e sociais em sua aula, permitindo que os alunos estabeleçam relações e compartilhem conhecimentos e experiências de vida. Essa prática do professor rompe com práticas de letramento ideologicamente determinadas, incentivando a participação dos alunos e explorando seus potenciais (Kleiman, 1995).

O apoio e dedicação dos professores, revificado (Labov, 1972) de forma gratificante pelo discente demonstra que as práticas de ensino utilizadas de fato fizeram diferença em sua trajetória, sendo esse fato enfatizado pelo próprio aluno no trecho: "Eu acho que se não tivesse essa base de incentivo, eu não teria conseguido chegar no Ensino Superior". Assim, percebe-se que, embora houvesse uma defasagem de cunho estrutural em sua escola, o aluno conseguiu dispor, ainda em seu Ensino Fundamental, de práticas de letramento que contribuíram, de forma significativa, para sua formação.

4.2.2 Experiência no ensino médio.

Neste trecho, o estudante relata sua experiência no Ensino Médio, destacando a importância de iniciativas de incentivo educacional e narrando como a atitude de alguns professores influenciou para as atividades que ele desenvolve atualmente.

O meu ensino médio já foi bem mais razoável. A escola também não tinha muita estrutura, mas tentava o máximo que podia. O diretor fez 2 simulados, no terceiro ano, de Enem para preparar a gente. Ele conseguiu montar meio que um pré-vestibular social com um outro amigo dele. Aí eles conseguiram, tipo, só conseguiram, se eu não me engano, umas 20 vagas só. Mas aí eles sorteavam para os alunos.

Entrevistadora: Na própria escola? Ou fora?

Aluno: Era ele e um amigo dele, que inventaram esse pré-vestibular. Aí, tipo, reservava algumas vagas para o pessoal do colégio, porque o diretor também ajudou a montar e era social. As outras vagas eram sorteadas. Professores também que me desenvolveram pensamentos críticos. Tive espanhol, que foi um incentivo a eu vim fazer letras espanhol aí, tipo, cara, eu devo muito a esses professores também, sempre incentivaram, sempre tiveram ali. e tipo... Eu estou fazendo um trabalho de... monitoria. Na comunidade da maré, que ajuda a crianças que estão em idade avançada a desenvolver leitura.

Entrevistadora: Legal!

Aluno: Tipo, e eu percebo que eu estou ensinando... quando a gente vai para ensinar na sala de aula que não é fácil ensinar, aí só serve para admirar mais eles. Tipo, eu fico pensando, meu Deus, como é que era difícil para eles ensinar a gente com aquelas condições e eles conseguiam fazer. Eu até vejo como um incentivo para mim, porque às vezes eu estou lá na Maré, eu tento ensinar, mas tipo a gente não tem, não consegue, infelizmente, ter material suficiente ou adequado. E a gente vê a dificuldade. Mas eu penso, eles conseguiram, eu vou conseguir. Se eles conseguiram me colocar no prumo, eu consigo ajudar essas pessoas também a chegar no Prumo.

No fragmento acima, o aluno marca mais uma vez as limitações enfrentadas no ensino público, agora em uma escola diferente. Apesar de serem colégios distintos, os desafios e a realidade parecem ser bastante próximos, um ambiente com poucos recursos e professores que buscam, em meio a tantas carências, ofertar igualdade de condições a esses estudantes. O aluno relata que o diretor da escola criou um pré-vestibular social com o intuito de atender tanto estudantes da própria escola quanto a comunidade externa, propiciando oportunidades e a possibilidade de grupos menos favorecidos ocuparem espaços acadêmicos, os quais também lhes pertencem. Percebe-se, assim, que o aluno ainda que tenha enfrentado dificuldades durante sua formação, traz com si um sentimento de agradecimento e orgulho em relação à sua trajetória, evidenciando, inclusive, que as aulas de espanhol em seu colégio influenciaram sua escolha acadêmica.

Ao relatar sua experiência atual em um projeto que ensina crianças em idade avançada a ler na Maré, o discente estabelece uma narrativa de continuidade e retribuição, entrelaçando sua experiência com a de seus professores, assumindo agora uma identidade de educador. O desejo veemente de que seus alunos possam romper com as barreiras existentes demonstra que ele se posiciona no mundo como um agente de transformação, inspirado por suas vivências na educação básica. Alinhado a isso, o projeto em que o jovem atua está diretamente ligado às práticas de letramento, o que indica sua preocupação em relação a formação de pessoas oriundas de setores menos favorecidos, visando, enquanto aluno do Ensino Superior e proveniente de escolas com

baixa estrutura, reduzir ao máximo as possíveis dificuldades que estes estudantes possam enfrentar no meio acadêmico.

A experiência narrada pelo discente destaca a importância de romper com o letramento autônomo, o qual considera o texto como um produto completo, totalmente independente do contexto de sua produção (Kleiman, 1995) e propagar práticas que explorem o letramento ideológico (Street, 1984), que leva em consideração aspectos sociais e culturais para a construção do saber letrado. Nessa perspectiva, a educação é vista, não como uma mercadoria, mas sim como uma forma libertadora de aprendizagem, (Freire, 1987), em que alunos e professores atuam de forma conjunta, visando o compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Em vista disso, vejamos agora como foi para o aluno a transição entre Ensino Médio e Ensino Superior.

4.2.3 Chegada do estudante ao nível superior

Neste momento da entrevista, o estudante narra sua chegada ao Ensino Superior, destacando os pontos positivos e negativos que impactaram esse primeiro contato com o meio universitário.

Aí, depois de me formar, eu prestei vestibular, não consegui nota suficiente, continuei estudando.

Entrevistadora: Você fez o Enem?

Aluno: É.

Entrevistadora: A UERJ também?

Aluno: Não, o Enem Só. não consegui nota suficiente, consegui para outra disciplina. De ciências biológicas, se não me engano. Não fui para Letras. Aí eu refiz, estudei o ano todo, fiz pré vestibular, consegui o pré-vestibular do CECIERJ. Aí, prestei vestibular ano passado, consegui nota, entrei na universidade. Quando a gente chegou aqui, outro banho de Água Fria. Cara, era muita dificuldade para entender disciplina, como teoria literária, como linguística, entendeu? A única matéria que eu conseguia, que eu tinha facilidade, porque nada é fácil. Era espanhol e... produção de texto, porque eu estudei muito produção de texto para Enem, gêneros literários, é, produção de texto, redação, gêneros de texto, etc. Mas foi uma água fria. Ao mesmo

tempo em que foi ruim, foi algo muito bom também, porque a gente sempre tem contato com muita coisa boa na universidade.

Entrevistadora: É, a gente já conhece um Mundo Novo, né?

Aluno: muito conhecimento. Tipo uma coisa que eu reparo a cada aula de qualquer disciplina que eu vou, a gente, a gente já sai aprendendo muita coisa, muito conhecimento, muita coisa que a gente aprende, que a gente usa no dia a dia, matérias que se conversam. Eu pego exemplos de obras que eu aprendo em Fundbras e falo em teoria literária e obras que eu aprendo em teoria literária eu falo em Fundbras.

A narrativa do discente em relação à sua chegada no nível superior reflete uma série de fatores significativos que envolvem os desafios e oportunidades da transição entre os diferentes âmbitos educacionais. Primeiro, o discente encontra desafios antes mesmo de ingressar na universidade, pois, devido a uma formação permeada de lacunas e a um exame que evidencia as desigualdades, a entrada no Ensino Superior se mostra bastante desafiadora. No entanto, ainda que o resultado inicial não tenha sido o esperado, o estudante não se limita às crenças ideológicas de impossibilidade que serpeavam sua formação. Ao contrário, ele buscou um pré-vestibular e deu continuidade ao desejo de cursar sua faculdade escolhida, reconstruindo-se e reafirmando sua identidade enquanto sujeito autor de sua própria trajetória.

Ao conseguir aceder ao meio acadêmico, o estudante se depara com sentimentos que indicam uma certa decepção ou frustração, expresso pelo trecho: "Quando a gente chegou aqui, outro banho de água fria". Essa expressão utilizada pelo narrador demonstra como a transição entre diferentes níveis de ensino foi impactante. As disciplinas que o aluno destaca como mais difíceis de entender são teoria literária e linguística. Essa é uma observação importante, tendo em vista que esses cursos possuem uma abordagem teórica que exige conhecimentos prévios e o desenvolvimento de certas habilidades linguísticas, como leitura e interpretação de conteúdos abstratos. Introduzir um aluno à teorias tão complexas sem qualquer tipo de preparação é uma forma de propagar desigualdades e reforçar estigmas em relação a esses estudantes, reduzindo-os a uma classificação deficitária (Zavala; Córdova, 2010), incapazes de redigir, ler e compreender textos.

Por outro lado, o discente destaca a disciplina de espanhol como mais "fácil", no sentido de que ele não encontrou grandes obstáculos de compreensão. Esse apontamento, é interessante, pois reforça a importância de uma introdução a temas mais avançados, visto que a matéria de língua espanhola I consiste justamente na aproximação entre aluno e língua adicional. Essa perspectiva permite propiciar práticas de letramento que considerem as identidades sociais e culturais dos indivíduos, bem como valorizem os diálogos entre as diferentes formas de pensar e construir conhecimento. É como defende Sito (2018, P.828) em relação ao espaço acadêmico:

Deste modo, ao compreender a linguagem em sua pluralidade e conexão com os valores sociais, nossa abordagem nos permite entender a esfera acadêmica como espaço de diálogo entre discursos que refletem (e refratam) formas de se reconhecer, identificar, relacionar e de construir conhecimento com o outro.

Contudo, o estudante direciona sua narrativa em busca de um olhar equilibrado, destacando também os pontos positivos e as possibilidades de ampliação do conhecimento que o ambiente acadêmico oferece. Nesse sentido, o discente demonstra suas habilidades de interligação de conteúdos, mesmo em uma das disciplinas em que ele qualificou como difícil. Esse fato evidencia que o aluno constrói um repertório acadêmico integrado, necessitando apenas de estratégias pedagógicas que potencializem ainda mais seu desenvolvimento e valorizem sua bagagem intelectual.

Assim, percebe-se que o trecho analisado é atravessado pelos contextos sociais do aluno, destacando os desafios que estudantes egressos de escolas públicas enfrentam. Nesse sentido, o discurso do discente se articula como uma teia de entrelaces entre limitações e possibilidades que emergem do período de transição entre âmbitos de ensinamentos diametralmente opostos. Dessa forma, a narrativa do aluno expõe, indiretamente, a importância de práticas letradas que valorizem a diversidade e que considerem, como fator fundamental, os contextos sociais e culturais do corpo discente, com o fim de amenizar os impactos das teorias complexas no primeiro período de graduação.

Dito isso, analisemos agora sua fala sobre a experiência com uma atividade de letramento em língua adicional que envolve o recurso da audiodescrição.

4.2.3 Atividade com audiodescrição

Neste item, o aluno narra sua experiência com a atividade de audiodescrição. Como esse é um tema que acaba se interligando a outros, como as questões de inclusão, alguns trechos foram suprimidos para que a análise caiba neste artigo.

Entrevistadora: que que você achou assim da atividade que a gente fez da audiodescrição?

Aluno: Achei ela muito interessante, muito inclusiva e que saiu um pouco fora da casinha. Bem diferente, porque geralmente a gente trabalha atividades em espanhol já com uma folha lá, tá no slide ou imprime. E a gente teve um novo contato com o mundo, né? (...) Tipo, achei bem legal. O Pablito tem umas ideias muito boas. Não sei se foi dele, mas a ideia foi boa.

Entrevistadora: Nossa, muito legal, né? E você já conhecia a audiodescrição antes?

Aluno: Não. Conheci aqui. Essa, essa, dentre outras, eu conheci aqui. Já tinha ouvido falar, mas nunca praticado. (...)

Entrevistadora: você sentiu que a audiodescrição te ajudou a organizar alguma coisa?

Aluno: Ajudou a decorar a questão de vestimenta em espanhol na própria disciplina, porque a gente tinha que especificar bastante coisa. Está usando, usando aahn... una pantalón... (...)

Entrevistadora: Mas eu percebo que você incorporou bem assim a questão da audiodescrição, porque desde quando a gente se encontrou você tá fazendo a audiodescrição do lugar, de você. Isso é bem legal!

Aluno: Sim, porque assim, a gente, pelas dificuldades do dia a dia, acaba meio que automatizando as nossas decisões e experiências com relação ao mundo, meio que se fechando dentro de uma bolha e se excluindo de coisas externas. isso é uma merda! Então, a todo momento eu tento quebrar a bolha. Por isso que eu tento, que faço amizade com bastante pessoa para tentar... entendeu, sair da bolha, ver se eu uso os olhares, outras experiências; Ter contato Com outras culturas, outras pessoas, outras vias de pensamento que eu acho importante, entendeu?

No fragmento acima, o aluno descreve a audiodescrição como "uma atividade fora da casinha", apontando seu caráter moderno em relação a métodos tradicionais, como slides e textos impressos. Já com relação ao conteúdo, o estudante destaca a atuação da atividade com respeito ao vocabulário, especificamente, em relação a termos que tratam de vestimenta. Nesse sentido, o discente afirma que a audiodescrição ajudou nesse ponto, porque ela exige um detalhamento minucioso daquilo que está sendo descrito. Consonante a isso, é interessante perceber a reflexão que entrevistado e entrevistadora coconstroem em relação a atitude inclusiva do discente. O discurso construído é permeado, ainda que inconscientemente, pelas fundamentações das teorias dos letramentos, já que a ideia de dialogar, interagir e intercambiar conhecimentos, aprendizados e culturas, explicita uma visão plural, que valoriza e respeita a diversidade que o cerca.

Dessa forma, a audiodescrição é descrita como um recurso interessante para a aquisição de língua adicional, pois explora diversos níveis linguísticos e sociais do aprendiz de um novo idioma. Além disso, uma vez que um discurso é interpretado, ele deve ser considerado também a partir de fatores que vão além do nível da fala (Santos, 2013); o que implica avaliar contexto, expressões corporais, dentre outros aspectos que ultrapassam o âmbito linguístico. Desse modo, as audiodescrições realizadas pelo aluno e sua construção identitária enquanto sujeito que visa a troca e ampliação dos saberes, demonstra que a atividade repercutiu não apenas em seu processo de aprendizado de língua, mas também em sua formação profissional e social que se atenta à inclusão de pessoas com deficiência.

Assim, a partir da narrativa construída, pode-se compreender que no contexto do aluno a audiodescrição contribuiu para o seu letramento em língua espanhola, mas, também, para o contato com métodos inclusivos que permitiram a ampliação de seus conhecimentos e o desenvolvimento de novas práticas sociais, como autodescrever-se ao encontrar uma pessoa cega ou com baixa-visão.

5. Considerações Finais

A partir da análise exposta, pode-se perceber que a trajetória do estudante é atravessada por seu contexto social que, desde os desafios vivenciados na escola até sua

chegada ao nível superior, influenciaram sua forma de agir e pensar, impulsionando-o a romper com crenças ideológicas limitantes que permearam sua formação. Além disso, as experiências positivas foram um ponto muito importante para a formação da identidade profissional do aluno, uma vez que ele possui como referência docentes que apresentavam visões otimistas e que, apesar dos empecilhos, buscavam desenvolver aulas de excelência, incentivando o crescimento dos estudantes. Esse sentimento de inspiração fez com que o entrevistado construísse sua identidade enquanto professor que busca compartilhar ensinamentos e, principalmente, ser um diferencial na trajetória dos alunos, motivando-os a seguirem seus sonhos.

Nesse sentido, a narrativa do participante permite perceber que a construção de uma identidade pessoal e profissional se estabelece através de diversos fatores. No caso do discente entrevistado, compreende-se que seu processo de formação se constitui de maneira contínua e multifacetada, em que muitas de suas experiências são entrecruzadas com práticas de letramento, seja em relação as aulas dinâmicas que certos professores ministraram em seu Ensino Fundamental, seja em relação a sua forma plural de ler o mundo. Alinhado a isso, utilizar a entrevista não estruturada propiciou um a construção de um discurso espontâneo, em que entrevistadora e entrevistado constituem, de forma dialógica, o processo narrativo. A fala livre do participante o proporcionou estruturar a narração de forma desprendida, formulando e reformulando os eventos narrados. Esse aspecto contribuiu, em diversos momentos, para que o narrador repensasse sua performance, buscando as palavras e expressões que melhor transmitissem a mensagem desejada. Conforme Santos (2013, p.26)

Dessa forma, a narrativa pode ser considerada uma performance situada (cf. Mishler, 1999), na qual, como observa Bastos (2004, p. 121), "o narrador lida com as circunstâncias da situação e a estrutura social normativa" e constrói um mundo de ações e personagens que são postos em relação com ele mesmo e com aqueles para quem realiza a narração.

Nesta perspectiva, os relatos apresentados pelo discente fazem parte de uma performance, atribuindo sentido e significado a todo o percurso narrativo construído. Ao expor as limitações, desafios e possibilidades que enfrentou ao longo de sua trajetória, o

estudante enfatiza como a construção de uma identidade social e acadêmica é moldada a partir de diversas camadas, dentre elas a socioeconômica, a cultural e a de crenças ideológicas.

Em vista disso, a prática dos letramentos acadêmicos alinhado a metodologias de ensino que valorizem a diversidade e explorem novas dinâmicas em sala de aula pode representar uma transformação em relação às formas de ensino/aprendizagem, vislumbrando aspectos sociais silenciados, delineando, dessa forma, espaços acadêmicos mais igualitários. Além disso, a inserção de práticas de letramentos acadêmicos possibilita uma ruptura com o ensino normativo, o qual é baseado, tão somente, em regras e padrões. Permitir que os alunos possam expressar suas individualidades, expondo visões interculturais, é uma forma de promover alteridades respeitadas (Sito, 2018) e contrapor o discurso do déficit (Zavala, 2010), reafirmando identidades e propiciando um diálogo de saberes.

Do mesmo modo, por tratar de um gênero descritivo e enquadrar-se em uma forma de tradução, a audiodescrição como atividade de letramento em língua adicional se revela como um método de interação favorável ao aprendizado de conhecimentos linguísticos, como vocabulário, localizadores espaciais e variação, além de incentivar a discussão sobre temas sensíveis e importantes para a formação docente, como diversidade e inclusão de pessoas com deficiência. Por isso, tendo em vista os resultados positivos expostos na narrativa do estudante, faz-se relevante pensar no desenvolvimento de novos estudos que continuem a experimentação dessa ferramenta como metodologia de ensino, principalmente, em casos que envolvem descrições como a disciplina de Espanhol I da UFRJ.

Assim, conclui-se que a análise de entrevista do estudante propiciou reflexões necessárias sobre o Ensino Superior, revelando seu caráter, muitas vezes, excludente, que prioriza uma forma de aprendizado engessada, pautada em tradições colonizadoras, as quais prezam por padrões de leitura e escritura predeterminadas por uma elite consolidada. No entanto, contrastar esse sistema e introduzir novas propostas que promovam o diálogo entre culturas, principalmente nos primeiros períodos de graduação, demonstrou ser algo que acolhe os alunos e torna o processo menos dificultoso. Portanto, pensar e repensar práticas educacionais, bem como reformular

currículos de cursos do Ensino Superior, adotando metodologias mais dialógicas, pode atuar de maneira eficiente, não só para o desenvolvimento dos discentes, mas também para sua construção identitária enquanto profissionais em formação. Dessa forma, com um corpo discente cada vez mais engajado e com práticas pedagógicas que contemplem todas as pluralidades, será possível construir um espaço acadêmico de fato equitativo e, principalmente, fonte de troca e aprendizado mútuo, em que o exercício de ler o outro e reler-se a si mesmo confere uma atividade de conhecimento e reconhecimento na qual cada sujeito constrói sua própria identidade individual a partir de experiências coletivas e significativas.

6. Referências Bibliográficas

BASTOS, Liliana Cabral; DOS SANTOS, William Soares (Org.). Capítulo 1: Os níveis de interpretação na entrevista de pesquisa de natureza interpretativa com narrativas. In: BASTOS, Liliana Cabral; DOS SANTOS, William Soares (Org.). *A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação*. São Paulo: Quartet, 2013. p. 21-37.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. In: MOTTA, L. M. V.; ROMEU FILHO, P. (Org.). *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

JAKOBSON, Roman. Sobre os aspectos linguísticos da tradução. In: BASSNETT, Susan (Org.). *A tradução: teorias e práticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1959. p. 121-129.

KLEIMAN, A. B. (Ed.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. 1. ed. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras, 1995.

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. *Journal of Applied Linguistics and Professional Practice*, p. 5–32, 14 set. 2015.

MISHLER, Elliot G. *Entrevista de pesquisa: contexto e narrativa*. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo et al. *Estudos Queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe social*. São Paulo: Parábola, 2022.

MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello. *A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo*. Campinas: Pontes Editora, 2022.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, William Soares dos. *O longo caminho até Damasco: quatro narrativas de conversão religiosa*. 1. ed. Prefácio de Maria da Graça Dias Pereira. Campinas, SP: Editora Pontes, 2022.

SITO, L. R. S. Ensaando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 4, p. 821–852, 18 out. 2018.

ZAVALA, V.; CÓRDOVA, G. *Decir y callar: lenguaje, equidad y poder en la universidad peruana*. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2010.

A DUBLAGEM E LEGENDAGEM COMO FERRAMENTAS DIDÁTICAS NO LETRAMENTO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS

Sabrina Moraes

RESUMO

Este artigo explora como a dublagem e legendagem podem ser utilizadas como ferramenta didática de letramentos da língua espanhola em escolas públicas através da tradução audiovisual como material didático. Dessa forma, por intermédio dos estudos de letramentos (KLEIMAN, 2022), buscarei analisar dados de duas cenas em versão dublada em espanhol colombiano e português do Brasil e legendada no espanhol colombiano do filme *Encanto* (2021), produzido pela Disney. O filme conta a história de uma família que passou por um processo migratório, e que precisou encontrar força nos dons concedidos aos familiares. Tenho a intenção de demonstrar como habilidades, como a oralidade, podem ser estimuladas pelo contato do aluno com diferentes variedades da língua, e comparar com a funcionalidade da legendagem no processo de letramento. Os resultados demonstram que na dublagem há mais referências como a voz, taxa de elocução e sotaque, o que pode possibilitar uma maior interação com as variedades orais, ao proporcionar uma melhor percepção auditiva do alunado, sem negligenciar os benefícios da legendagem para o ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Letramentos; Dublagem; Ensino; Espanhol; Variação Linguística.

ABSTRACT

This article explores how dubbing and subtitling can be used as educational tools for Spanish literacy in public schools by incorporating audiovisual translation as didactic material. Drawing on literacy studies (KLEIMAN, 2022), I aim to analyze data from two scenes of the film *Encanto* (2021), produced by Disney, in its dubbed versions in Colombian Spanish and Brazilian Portuguese, as well as its subtitled version in Colombian Spanish. The film tells the story of a family that underwent a migratory process and needed to find strength in the gifts bestowed upon its members. I intend to demonstrate how skills such as oral expression can be stimulated by students' exposure

to different language varieties and compare this to the role of subtitling in the literacy process. The results show that dubbing includes more features such as voice, speech rate, and accent, which may enable greater engagement with oral varieties by enhancing students' auditory perception, while also acknowledging the pedagogical benefits of subtitling.

KEYWORDS: Literacies; Dubbing; Teaching; Spanish; Linguistic Variation.

Introdução

Com a revogação da obrigatoriedade pela reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), o espanhol passou a ser ofertado de forma facultativa, o que gerou um impacto direto na sua presença curricular. No entanto, sua relevância permanece, especialmente devido à proximidade geográfica do Brasil com países hispano-falantes e à crescente demanda por comunicação em contextos acadêmicos, culturais e econômicos.

O ensino de espanhol no Brasil foi impactado, sendo assim a necessidade de metodologias inovadoras para manter o interesse dos alunos se mostra cada vez mais necessária. E, destaco que nas escolas públicas, sua importância pode se dar pelo contexto migratório em que o Brasil se encontra, ao receber diversos alunos hispanofalantes. Muitas comunidades fronteiriças mantêm um contato diário com o Brasil, onde oportunhol e o bilinguismo fazem parte do cotidiano. Além disso, com a crescente presença de imigrantes de países como Venezuela, Bolívia e Peru, o ensino do espanhol pode contribuir para uma maior integração social e compreensão intercultural. O contato com a língua e a cultura ajuda a combater preconceitos e incentiva uma postura mais aberta e respeitosa com a diversidade.

Assumo que o conceito de multiletramentos pode ser incorporado ao processo de letramento no momento da aprendizagem de línguas, já que o aluno é inserido em um ambiente semiótico que possibilita a aprendizagem por meio da interação entre som, texto e imagem. Por isso, neste artigo abordo a relevância de explorar estratégias didáticas que considerem tais elementos.

A dublagem e a legendagem são recursos multimodais que podem contribuir para o desenvolvimento da oralidade, compreensão auditiva, e percepção das variações linguísticas. Então, vejo a importância de compreender como esses recursos podem ser

utilizados e qual a melhor forma de aliá-los no momento de letramento. Abordarei um filme em caráter de animação que introduz elementos do cenário latinoamericano, a escola se deu no contexto do filme que aborda questões sobre migração que vão ao contrário da imagem cristalizada da Colômbia ao mundo. Com isso, apresentarei trechos do filme que possam elucidar o tratamento de cada ferramenta no ensino.

O objetivo deste artigo é analisar e comparar a dublagem e a legendagem como estratégias didáticas no ensino de espanhol. E, a partir disso, investigar como essas modalidades podem favorecer o ensino do espanhol, cultura e variação linguística no contexto escolar. A metodologia utilizada será a qualitativa baseada em análise de trechos selecionados do filme.

A intenção não é estabelecer algo rígido e inflexível para a melhor forma de letrar alunos, mas sim explorar as novas possibilidades que surgem com o avanço tecnológico. A tecnologia tem sido uma aliada poderosa na educação, oferecendo recursos e metodologias que podem ser adaptadas às necessidades específicas de cada aluno. Nesse contexto, é fundamental compreender que o processo de letramento não deve seguir um único caminho predeterminado, mas sim ser moldado conforme as diversas ferramentas disponíveis e as características do grupo de estudantes. O uso de legendagem, dublagem e o acesso a materiais multimodais, abre novas possibilidades para enriquecer a experiência de aprendizado, proporcionando ao aluno um aprendizado contextualizado.

Além disso, é preciso considerar que o papel do educador se transforma de transmissor de conhecimento para facilitador do processo de aprendizagem. Sendo mais do que impor uma metodologia fixa, os professores devem estar atentos às inovações e explorar recursos que, quando bem aplicados, insiram seus alunos dentro do processo de letramento, respeitando seu ritmo e necessidades. O desafio, portanto, é integrar as ferramentas tecnológicas de forma criativa e crítica, ampliando as formas de letramento e proporcionando aos alunos experiências que vão além da tradicional sala de aula.

O ensino de línguas nas escolas públicas brasileiras enfrenta desafios significativos, sendo assim a dublagem e a legendagem podem surgir como recursos pedagógicos capazes de proporcionar uma aprendizagem dinâmica. Contudo, surge a questão central desta pesquisa: como a dublagem e a legendagem podem ser utilizadas como estratégias didáticas no ensino de espanhol em escolas públicas, contribuindo para o

desenvolvimento dos multiletramentos? A análise dessas modalidades permitirá compreender como os alunos podem se beneficiar da interação entre som, imagem e texto, ampliando seu repertório linguístico e cultural, e facilitando a aprendizagem de uma língua estrangeira.

O ensino de espanhol antes obrigatório nas escolas públicas de todo país, principalmente nos currículos do ensino médio, hoje, torna-se mais uma vez, marginalizado, sendo negado aos discentes o direito de optar pelo idioma ao qual queiram aprender. Aspecto interessante, pois o governo que retira o espanhol da grade curricular das escolas é o mesmo que obriga os estudantes a optarem pelo espanhol ou pelo inglês no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (NEVES, 2018, p. 2)

Diante disso, o artigo foi dividido em seções, sendo assim, no primeiro capítulo fiz uma revisão de literatura que explorou os conceitos norteadores do trabalho. No segundo capítulo, abordei a metodologia escolhida para analisar o corpus. No terceiro capítulo, realizei uma análise do filme onde irei expor como essas duas ferramentas podem auxiliar no fortalecimento das habilidades linguísticas dos alunos. E, no quarto capítulo, pude concluir as análises juntamente com as ideias abordadas no texto.

1. Revisão da Literatura

Neste capítulo realizei a revisão da literatura para abordar e explorar conceitos e teorias que serão utilizadas no trabalho investigativo sobre a dublagem e legendagem com fins educacionais. Portanto, explorarei os multiletramentos no ensino de línguas, a dublagem e legendagem como ferramenta educacional e identidade linguística no ensino.

Multiletramentos no ensino de línguas

O letramento é um conceito que por muitas vezes se mostrou multifacetado, pela densidade de trabalhos que o utilizam a partir de observações distintas. Com isso, houve trabalhos que relacionavam o estudo de letramentos a partir de uma análise de indivíduos alfabetizados e de analfabetos, mas também estudos que abordaram o desenvolvimento de uma língua em determinado contexto social. Considerando a definição da noção de letramento proposta por Kleiman (2022) entendo que letramento é toda situação social ao qual o indivíduo consegue aprimorar sua escrita e oralidade.

Nesse sentido, ainda que as escolas sejam referenciadas como responsáveis por fazer o letramento dos seus alunos, muitas das práticas domésticas podem ser entendidas como modos de letramentos. Kleiman (2022) expõe que

Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, qual seja, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. (KLEIMAN, 2022, p. 20)

Podemos lembrar de Paulo Freire (1987) que, com a sua pedagogia, utilizava métodos presentes no cotidiano para alfabetizar pessoas como modo de empoderamento e expressão cultural. E, destaco que a alfabetização na escola faz parte da dimensão dos letramentos, porém, no estudo de Carraher e Schliemann (1988) é demonstrada como a situação de crianças que participavam do comércio familiar auxiliou no letramento matemático. Logo, fazer parte de uma comunidade e estar inserido em diversos contextos sociais fazem parte do processo de letramento de cada ser humano, assim como uma abordagem mais humana no ensino.

A partir disso, deve ser ampliado o conceito de multiletramentos e a sua relação com o ensino do espanhol. O New London Group na década de 90 foi o pioneiro ao publicar uma nota que questionava os novos modos de ensinar em um ambiente globalizado. Esses educadores e pesquisadores foram responsáveis pelo conceito de multiletramentos ampliando a visão tradicional de letramento para incluir a diversidade cultural e a multiplicidade de modos semióticos. Abordaram a importância do uso da multimodalidade no desenvolvimento das competências comunicativas no letramento. E, com isso, atualmente, o uso de estratégias que envolvem texto, som e imagens é cada vez mais utilizado como ferramenta adequada ao ensino.

O multiletramento possibilita a inclusão do aluno em um ambiente semiótico onde os significados são construídos, transmitidos e interpretados por meio da combinação de diferentes signos. Filmes, séries e vídeos tornam-se aliados no ensino, pois oferecem um

conjunto de signos linguísticos de maneira interativa. Além de contribuir para a apreensão de variedades linguísticas, já que o espanhol é considerado uma língua pluricêntrica¹.

Também é notável dizer que fazermos o letramento dos alunos a partir de um ambiente multimodal possibilitamos um maior contato com outras culturas. Sendo assim, é gamificada a compreensão não apenas linguística, mas também de sociedade, ao formar sujeitos políticos e engajados. E, ao conhecerem novas dimensões, são expostos às diversas formas de expressões ao redor do mundo e aprendem sobre o respeito às diferenças.

Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar. (BNCC, 2017, p. 61)

Dublagem e Legendagem como ferramenta educacional

Ao refletir sobre o multiletramento é notório como objetos multimodais podem fazer parte do ensino de línguas estrangeiras. A tradução audiovisual pode ser vista como aliada dos profissionais de educação de línguas estrangeiras, pois possibilita ao aluno um entendimento linguístico amplo. Assim, dentro dessa perspectiva temos as modalidades da dublagem e legendagem.

Na dublagem, é colocada uma nova camada de significado na primeira versão. Deste modo, contrata-se um estúdio de dublagem que realiza a tradução do filme e seleciona os dubladores que irão colocar suas vozes em cada personagem. A imagem se

¹ O espanhol é uma das línguas pluricêntricas mais centralizadoras em sua expansão colonial e pós-colonial (MUHR, 2012). Desta maneira, as regiões mais afastadas dos centros econômicos de poder (Madri, Cidade de México e Buenos Aires) são pouco descritas e, na maioria das vezes, não se consideram representativas do espanhol. Essas variedades consideradas não dominantes do espanhol raramente estão representadas no ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE) e/ou como língua adicional (E/LA). (FIGUEIREDO, 2021)

mantém, porém, o texto é traduzido e posto com uma nova voz. Por outro lado, na legendagem é realizada a transcrição do que foi dito na cena, porém realizada com cautela obedecendo às diretrizes que informam o tempo de leitura de cada país do mundo, sendo mais sintético. A imagem e voz são mantidas, mas o texto é traduzido (ou não, se for da primeira versão) respeitando as diretrizes.

Ambas modalidades oferecem benefícios pedagógicos distintos já que cada uma possui suas características e funções. Segundo Agost (1999), o texto audiovisual de forma ampla tem sua função comunicativa que pode abranger o entretenimento, a transmissão de informações, a persuasão. Sobre a legendagem, Diaz-Cintas (apud CAYUELA, 2001, p.160) aborda sobre a importância para o ensino e sua função de ampliar o vocabulário.

Sem dúvida nenhuma, ver e ouvir filmes legendados pode contribuir não só para o desenvolvimento de habilidades lingüísticas, mas também para o aprendizado de elementos culturais de um modo bastante lúdico. A imagem permite observar elementos reais de comunicação como a relação entre língua e gestos. A informação sonora contribui tanto para a entoação como para a pronúncia de palavras, as quais são importantes em idiomas como o inglês. As legendas, por sua vez, são redundantes na dimensão semântica e ajudam a ampliar o vocabulário do aprendiz (CAYUELA, 2001, p.160).

E, a dublagem, ainda que pouco estudada em contexto educacional, segundo Díaz-Cintas (2001, p. 49-50), é um processo no qual o indivíduo segue com a história sem se distrair da imagem, pois se mantém na oralidade. Enfim, sua função é facilitar a imersão do espectador na história, garantindo a compreensão linguística e cultural enquanto mantém a fluidez da experiência audiovisual.

Em conclusão, traduzir é um ato de negociação que, ao se corporificar, se faz necessária a compreensão de que existem negociações de poder (AUTOR, 2023). No caso de modalidades como a dublagem, essa negociação de poder se torna ainda mais evidente. Portanto, compreender a tradução como um ato de negociação é fundamental para avaliar criticamente seu impacto, linguístico, cultural ou pedagógico. Essa percepção permite reconhecer as camadas de poder que permeiam o processo tradutório e reforça a necessidade de abordá-lo de maneira consciente e reflexiva, especialmente em contextos educacionais que buscam desenvolver letramentos críticos.

Identidade linguística no ensino

Prosseguindo na discussão, a *Base Nacional Comum Curricular* (2023) expõe que as capacidades orais e auditivas dos alunos devem ser exploradas a partir do contato com diferentes linguagens e formas de expressão. Esta afirmação está organizada exclusivamente para o componente curricular de inglês, porém sabe-se que a dublagem e legendagem permitem aos estudantes interagirem com a língua em situações reais ou simuladas no ensino de outras línguas, contribuindo para a construção de um conhecimento mais aplicado e contextualizado.

Ao falar sobre identidade, entendo que cada ser humano em seus círculos sociais contribui para a construção de sua própria identidade. À luz das produções audiovisuais pode-se dizer que existe um papel de evidenciar a identidade presente no enredo da trama nas versões criadas. Por outro lado, em algumas produções há a propagação de estereótipos e reforçam representações cristalizadas na sociedade.

Segundo Rajagopalan “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” (1998, p. 41). Sendo assim, a identidade linguística está presente em contextos mediados pela fala, e, nas obras cinematográficas, a linguagem possibilita a construção e a afirmação da posição social e cultural no mundo, tanto por meio do que é expresso quanto do que permanece implícito de modo semiótico. No que tange a identidade linguística, Rodrigues (2012, p. 11) explica que

Toda língua, antes de pertencer ao indivíduo, pertence a um grupo que a transmite ao indivíduo. E os membros do grupo, para se diferenciarem de outros grupos, farão da língua seu principal símbolo identitário: quem não conhece a língua está fora do grupo, quem a domina, pertence ao grupo, ou pelo menos faz um esforço considerável para aceder ao grupo. A língua não é apenas a ferramenta própria de cada membro da sociedade, mas sua posse significa pertencer ao grupo (RODRIGUES, 2012, p. 11).

Sendo assim, no contexto educacional, os audiovisuais podem servir como peça fundamental no ensino sobre comunidades sociais mediadas pela fala. Além de permitir que haja um pensamento crítico a depender da tradução das versões disponibilizadas para outros contextos sociais. Então, é necessário considerar os aspectos linguísticos, culturais e ideológicos envolvidos no momento do letramento dos alunos.

Um dos conceitos que podem auxiliar no ensino é a expressividade vocal. Madureira (2020) relata que ela “permite aos ouvintes atribuírem aos falantes, a partir das características de suas falas, estados afetivos, características físicas, biológicas e sociais”. Dessa forma, as configurações vocais, faciais e corporais fornecem pistas essenciais que os falantes utilizam para se comunicar entre si e estabelecer conexões com o mundo ao seu redor. Fazendo assim, que os alunos possam se conectar com contextos sociais distintos através desse segmento sem precisar sair de um local físico.

Além disso, AUTOR (2023) explica que

Por fim, entendemos que as configurações vocais, faciais e corporais geram pistas que são utilizadas pelos usuários das línguas para a comunicação e conexão com o mundo à sua volta, é um sistema de fala que produz sentido (MADUREIRA, 2020).

Desse modo, trabalhamos a qualidade de voz nas traduções audiovisuais, mais especificamente dublagens (AUTOR, 2023)

Diante do exposto, a multimodalidade aliada com a qualidade de voz tem a possibilidade de auxiliar os docentes, na prática do seu exercício profissional. Uma das formas é utilizar esses recursos como ferramentas pedagógicas capazes de explorar as relações entre linguagem, cultura e poder. E, mostrar como os significados são construídos, negociados e transformados em diferentes comunidades sociais ao expor as comunidades ligadas através da fala e suas relações. Através dessa prática pedagógica, os estudantes podem ir além da simples exposição à língua, mas serem letrados criticamente ao ampliar a visão sobre as dinâmicas culturais.

2. Percurso metodológico

A metodologia deste estudo baseia-se na análise comparativa da dublagem e legendagem do filme *Encanto* (2021), a fim de perceber através dos dados levantados formas de utilização para o letramento de espanhol. O artigo segue uma abordagem qualitativa, que explora as relações entre linguagem, cultura e multimodalidade, conforme discutido pelos teóricos dos multiletramentos, que enfatizam a importância da diversidade de práticas comunicativas no aprendizado de línguas (*The New London Group*, 1996). A análise será estruturada em categorias que consideram elementos linguísticos, culturais e pedagógicos presentes nas versões dubladas e legendadas,

identificando mediante três aspectos, como leitura, escuta e interpretação crítica o modo no qual cada uma dessas ferramentas pode contribuir no desenvolvimento de diversas habilidades.

Com base na perspectiva dos multiletramentos, que reconhece a necessidade de integrar diferentes formas de expressão e tecnologia ao ensino (COPE E KALANTZIS, 2009), o artigo examina como a dublagem pode facilitar a oralidade e a compreensão auditiva, enquanto a legendagem estimula a leitura e a percepção da estrutura textual do espanhol. A comparação entre as versões permitirá refletir sobre como cada modalidade pode ser explorada em sala de aula para potencializar a aprendizagem do idioma, respeitando diferentes perfis de alunos e incentivando práticas de ensino mais dinâmicas e inclusivas. Assim, o estudo busca demonstrar que a dublagem e a legendagem não são apenas formas de adaptação audiovisual, mas também ferramentas pedagógicas eficazes para o ensino de línguas em um contexto de multiletramentos.

3. Análise

Cabe dizer que o uso da dublagem e legendagem possui objetivos diferentes. Sendo assim, partirei para a comparação de ambas as ferramentas a partir do filme escolhido: *Encanto* (2021).

Figura 1: Pôster oficial do filme *Encanto* (2021)



Fonte: https://www.imdb.com/title/tt2953050/?ref=ttmi_tt

O filme *Encanto* (2021) compõe o imaginário da Disney com seu enredo latinoamericano. A família Madrigal é responsável pela proteção dos habitantes do vilarejo com seus dons mágicos, mas Mirabel Madrigal é a única que não foi abençoada com tais poderes. Originalmente em inglês, o longa expõe a vida de uma família colombiana, sendo assim, diversos objetivos tiveram que ser realizados - ainda no original - para que a identidade não se perdesse. Apesar do corpus envolver um cenário hispanofalante, acredito que o uso dessa ferramenta pode auxiliar docentes línguas estrangeiras no processo de ensino-aprendizagem.

É perceptível que o espectador precisa estar conectado à identidade latina em todo o filme. Então, pelo fato do filme ser em inglês, originalmente, o uso do *code-switching*² (Tabela 1) foi uma maneira de gerar a identificação linguística. E, ao analisar a dublagem do filme para o espanhol, as vozes dos atores colombianos que compuseram as dublagens são um recurso fundamental para o ensino da língua. As vozes dubladas refletem a cultura colombiana e impactam a percepção da cultura pelos alunos, em contraste com a legendagem. Assim, a entonação, o ritmo e a expressividade vocal podem apoiar a compreensão oral e a prática da pronúncia no espanhol.

Ao utilizar atores colombianos na dublagem, o filme proporciona uma imersão linguística. E, contribuiu na representação da sociedade do país, utilizando elementos significativos como as arepas e vozes reconhecíveis (na comunidade colombiana). Para o ensino, a dublagem pode expor os estudantes à diversidade linguística do mundo hispânico, ajudando a compreender melhor as variações fonéticas e lexicais presentes em diferentes regiões.

² O code-switching (CS) refere-se à mistura, por parte dos bilíngues(ou multilíngues), de duas ou mais línguas no discurso no discurso, muitas vezes sem mudança de interlocutor ou de tópico. (POPLACK, 2001, p. 2062)

Tabela 1 – Primeira cena analisada de "*Encanto*" (2021)

Personagem	Legendagem (ESP)	Dublagem (PT)	Dublagem (ESP)
Mirabel Madrigal	Y puede que no sea superfuerte como Luisa o perfecta sin tener que esforzarse como la señorita perfecta Isabela que nunca tuvo un mal día.	E eu posso não ser super forte que nem a Luisa, ou incrível sem forçar que nem a “Señorita Perfecta” Isabela que nunca acordou com o cabelo torto.	Y tal vez yo no sea super fuerte como Luisa, o divinamente perfecta como la “Señorita Perfecta” Isabela y su hermoso cabello de sueño.

Fonte: Elaboração da autora

Por outro lado, a legendagem conecta a leitura com a audição do idioma original, promovendo a associação entre grafia e som que pode estimular habilidades de leitura e vocabulário. E, esse recurso pode parecer não ser necessário caso o idioma original não seja o mesmo da legenda, já que a legendagem pode manter o áudio original, permitindo que os alunos escutem a sonoridade de outra língua. Todavia, se utilizado juntamente da dublagem, pode auxiliar aprendizes a aperfeiçoarem a escrita e a leitura consoante o tempo de leitura estipulado pelo estúdio de legendagem, estimulando a habilidade de leitura e interpretação do texto.

Outro benefício que se dá na legendagem é a percepção de como a linguagem falada difere da escrita, contribuindo para a compreensão de registros linguísticos distintos. Assim como, a leitura das legendas pode auxiliar alunos que ainda não possuem um nível avançado de escuta em espanhol. E, na Tabela 2, nota-se que a legenda mantém a estrutura e o conteúdo original da fala, respeitando a gramática e a semântica do espanhol.

Por outra ótica, no português são colocadas adaptações para fluidez oral, como a eliminação do pronome “nós” (*No digamos nada* → *No diga nada*), mudanças no tempo verbal (*nadie lo sabrá* → *ninguém vai saber*) e inserção de frases adicionais (*fica entre a gente, ouviu?*). Diferentemente, na dublagem ao espanhol, há pequenas reformulações que reorganizam a informação, como “*mientras estén los Guzman’s*” no lugar de “*hasta que no se vayan los Guzman*”, alterando a frase. Por isso, a dublagem em espanhol aliada com a legendagem pode oferecer recursos significativos onde os alunos possam comparar as escolhas lexicais de cada ferramenta, ampliando seu vocabulário.

As ferramentas trabalham de forma distinta: a legendagem mantém a essência textual, enquanto a dublagem reinterpreta e adapta para melhor fluidez oral e compreensão cultural. Na dublagem em português, há uma modificação de sentidos e estruturas linguísticas, o que reduz a exposição direta ao espanhol, sendo menos produtivo. Nas escolas públicas, esses recursos podem ser usados para explorar variações linguísticas, adaptações de discurso e os impactos da tradução na comunicação intercultural.

Tabela 2 – Segunda cena analisada de “*Encanto*” (2021)

Personagem	Legendagem	Dublagem	Dublagem
	m	(PT)	(ESP)
	(ESP)		

Agustín	No decimos	Não diga nada.	No digamos
Madrigal	nada. La abuela quiere que esta noche sea perfecta. Hasta irem. Você não estén los Guzman's, que no se vayan invadiu a torre do los Guzman no te Bruno, a magia não está acabando, a magia no se dom da Luisa não derrumba la casa, el muere. La casa no está desaparecendo. don de Luisa no se se rompe. El don Ninguém vai saber, pierde, no deben de Luisa no se va. ninguém tem que saberlo, solo actúa Nadie lo sabrá. saber, fica entre a como siempre, será Actúa con gente, ouviu? nuestro secreto. normalidad. Nadie tiene que saberlo.		

Fonte: Elaboração da autora

Além das questões linguísticas, o uso do filme pode auxiliar os alunos a perceberem visualmente a cultura do país. Com isso, a percepção das vestimentas, do ambiente e comida podem suscitar ideias para exercícios do espanhol básico para aprendizagem de léxico. Sendo assim, o visual contribui tanto na dublagem quanto na legendagem, pois influencia diretamente como o público percebe e compreende a mensagem.

A partir do exemplo na Tabela 2, a versão original, em espanhol, é a forma mais próxima do que seria uma imersão real no idioma, onde o aluno tem a oportunidade de ouvir o idioma falado com naturalidade, incluindo a entonação, o ritmo, o sotaque e as expressões culturais próprias do espanhol. Esse tipo de exposição auditiva oferece aos alunos uma compreensão mais profunda da língua em um contexto autêntico. Utilizando a legenda, há um contexto escrito, o que facilita a decodificação do vocabulário e a

compreensão de expressões culturais que, de outra forma, poderiam ser difíceis de entender apenas pela escuta. E, a dublagem pode ser interessante para trabalhos de análise de tradução ou para estudos culturais, uma vez que permite discutir escolhas linguísticas feitas pelos dubladores, como adaptações culturais e a transposição de expressões.

Portanto, a versão original em espanhol ajuda a desenvolver habilidades auditivas e a familiaridade com o idioma em um contexto de autenticidade, essencial para alunos avançados ou aqueles que buscam uma imersão mais completa. A legendagem em português é uma ferramenta intermediária, que oferece um ponto de apoio visual e textual para alunos em níveis iniciais ou intermediários, ajudando na compreensão do vocabulário e nas estruturas gramaticais, sem perder o contato com a língua original. A dublagem em português, por outro lado, pode ser usada como um ponto de partida para alunos iniciantes, oferecendo uma compreensão imediata, que auxilia no aprimoramento da habilidade de interpretação do contexto.

Figura 2: Mirabel Madrigal e Julieta Madrigal em *Encanto* (2021)



Fonte: <https://www.disneydining.com/arepas-con-queso-recipe-lg2/>

Na dublagem, o aspecto visual desempenha um papel importante ao garantir a sincronia labial e expressiva dos personagens. Isso requer adaptações linguísticas que respeitem o ritmo e os movimentos da boca dos falantes. Além disso, a imagem também orienta a entonação e a emoção dos dubladores, assegurando que o tom de voz esteja em harmonia com as expressões faciais e os gestos dos personagens. No contexto do ensino,

essa dinâmica favorece a compreensão auditiva e o aprimoramento da oralidade, já que os alunos conseguem relacionar sons a gestos e contextos específicos.

Por outro lado, na legendagem, o aspecto visual oferece suporte à compreensão da mensagem, fornecendo informações contextuais que complementam a leitura das legendas. Dada a necessidade de concisão, as legendas devem ser breves para facilitar o acompanhamento do filme, e os espectadores dependem das expressões faciais, dos cenários e das ações para captar nuances de significado que não estão claramente explicitadas no texto. No ensino de espanhol, a legendagem se torna uma ferramenta útil, permitindo que os alunos pratiquem a leitura e façam a associação entre a forma escrita e a oralidade, ao mesmo tempo em que têm acesso a estruturas gramaticais e vocabulário autêntico.

Elementos visuais, como gestos e ambientação, enriquecem a interpretação, pois ajudam a evidenciar falas que passaram por adaptações ou mudanças na tradução. Sendo assim, a semioticidade é indispensável no ensino de línguas, principalmente por manter os alunos em contato com *inputs* que facilitam diversas melhorias nas habilidades, no que facilita a compreensão e melhora o aprendizado tornando eficiente. O uso combinado dessas modalidades pode ser altamente eficaz, permitindo que os alunos desenvolvam competências em diversas áreas, como compreensão auditiva, leitura, vocabulário e interpretação crítica.

Figura 3: Mirabel Madrigal e Agustín Madrigal em *Encanto* (2021)



Fonte: https://encanto.fandom.com/wiki/Mirabel_Madrigal

4. Conclusões

Embora não seja mais uma exigência nacional, muitas escolas continuam oferecendo o ensino de espanhol devido à sua importância prática e ao interesse dos alunos. Além disso, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) reconhece a importância das línguas estrangeiras dentro da formação integral do estudante. Nesse contexto, a valorização do ensino depende do esforço de professores, gestores escolares e políticas educacionais locais, que podem incentivar sua oferta por meio de projetos pedagógicos inovadores, incluindo o uso de metodologias ativas, materiais multimodais e recursos audiovisuais, como a dublagem e legendagem de filmes, para fortalecer o aprendizado.

A integração de tecnologias e recursos audiovisuais no ensino de línguas é uma tendência crescente e tem mostrado um impacto positivo no envolvimento dos estudantes. Nota-se como o audiovisual pode tornar o ensino mais cativante aos alunos, pois a modernização faz com que os professores tenham que adaptar o modo de ensinar. Filmes, séries e programas de televisão devem ser vistos como aliados ao processo educacional, ao serem ferramentas essenciais para o ensino de letramentos, como a leitura, escrita, entre outros. Enfim, garantir a permanência e valorização do espanhol nas escolas públicas é um modo de preparar os estudantes para um futuro multicultural.

Portanto, a pergunta de pesquisa foi positivamente respondida através das diversas formas em que o contato com o espanhol falado e escrito pode ser aprendido. Por favorecer o desenvolvimento dos multiletramentos através dessas duas modalidades, sendo que a dublagem possibilita a imersão auditiva, e a legendagem que promove uma relação do som e texto, fortalecendo as habilidades de leitura e escrita. Essas duas modalidades não apenas aprimoram a competência linguística dos alunos, mas também desenvolvem sua capacidade de interpretar e refletir criticamente sobre os conteúdos apresentados. Assim, ao integrar no ensino, os docentes fomentam uma experiência de aprendizado alinhada aos multiletramentos.

É necessário sempre analisar como as novas tecnologias podem ajudar no ensino de novas línguas, como no desenvolvimento de habilidades orais, de compreensão auditiva, leitura, interpretação, escrita e ampliação de vocabulário. Além de preparar os alunos para uma comunicação mais autêntica e intercultural para a sua formação como ser humano. Enfim, a dublagem e a legendagem não são apenas formas de entretenimento, mas ferramentas pedagógicas para o ensino de espanhol na contemporaneidade.

Portanto, deve-se reconhecer que as tecnologias educacionais não devem ser vistas como uma fórmula única para o sucesso no letramento, mas como uma multiplicidade de recursos que podem ser utilizados. Cada recurso, seja ele audiovisual, digital ou interativo, deve ser escolhido e adaptado com base no contexto educacional e nas características do estudante. O papel da tecnologia é oferecer novas alternativas para o ensino de línguas, sem a necessidade de seguir métodos unidimensionais. Essa abordagem possibilita que o processo de letramento seja mais inclusivo e diversificado, alinhando-se às exigências e desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOST, Rosa. **Traducción y doblaje: palabras, voces e imágenes**. Barcelona: Ariel, 1999.

AUTOR (2023). 54 p. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/lingua-portuguesa-no-ensino-fundamental-anos-finais-praticas-de-linguagem-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>>.

CAZDEN, Courtney et al. A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. **Harvard educational review**, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.

CAYUELA, Maria H. Subtitulado intralingüístico con fines didácticos (Speak Up). In: LORENZO. L.G. & RODRÍGUEZ, A.M.P. **Traducción subordinada II: el subtitulado (inglês-español/galego)**. Vigo: Universidade de Vigo, Servicio de Publicaciones. 2001. p.147-167.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. New media, new learning. In: **Multiliteracies in motion**. Routledge, 2009. p. 99-116.

DÍAZ CINTAS, Jorge. **El subtitulado**. Salamanca: Ediciones Almar, 2001.

ENCANTO. Direção: Jared Bush e Byron Howard. Produção: Yvette Merino e Clark Spencer. EUA: Walt Disney Studios Home Entertainment, 2021. Disponível em: <<https://www.disneyplus.com/pt-br/movies/encanto/33q7DY1rtHQB>>.

FIGUEIREDO, Natalia. A variação prosódica no ensino de espanhol como língua pluricêntrica. (2021). **Revista Abehache**, 18, 81-107.

<https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/342>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KLEIMAN, Angela. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. WAC Clearinghouse, 2022.

MADUREIRA, Sandra. 2020. Fala e expressividade. In: **Verbetes LBASS**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/lbass/>.

NEVES J. da S. **Reflexões sobre o ensino de línguas adicionais no Brasil de hoje e a sua importância para a formação do cidadão**. In *Anais do II Congresso Brasileiro sobre Letramento e Dificuldades de Aprendizagem*. 2018.

POPLACK, Shana. **Code-switching (linguistic)**. 2001.

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. Atitude, imaginário, representação e identidade linguística: aspectos conceituais. **XVI CNLF. Anais... Cadernos do CNLF**, v. 16, n. 04, p. 362-373, 2012.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (org.). **“Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado”**. Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: Fapesp, 1998.

Artigos

Sentenças judiciais e dinâmicas institucionais em julgamentos de homicídio no Tribunal do Júri da comarca de Dourados, Mato Grosso do Sul

André Luiz Faisting e Vitória Gontijo Britto

Resumo

Este capítulo apresenta resultados de uma pesquisa que analisou sentenças, discursos e práticas desenvolvidas no plenário do Tribunal do Júri da Comarca de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS). A pesquisa, além de constatar uma alta prevalência de condenações, também identifica um padrão nas fundamentações das sentenças que, frequentemente, desconsidera as especificidades de cada caso, dificultando a aplicação do princípio da individualização da pena. A análise fundamenta-se nas teorias da sujeição criminal de Michel Misse, incorporando contribuições como “estigma” de Erving Goffman e “rótulo” de Howard Becker. Desse modo, conclui-se que o Tribunal do Júri da Comarca, objeto do estudo, não apenas reflete desigualdades, assim como reproduz narrativas que reforçam preconceitos e estereótipos.

Palavras chaves: Tribunal do Júri; Sentenças Judiciais; Sujeição Criminal; Estigma; Rótulo.

Abstract

This chapter presents results of a research that analyzes sentences, speeches and practices developed in the plenary session of the Jury Court of the District of Dourados (MS). The research, in addition to noting a high prevalence of convictions, also identifies a pattern in the reasoning behind sentences which often disregards the specificities of each case, making it difficult to apply the principle of individualization of punishment. The analysis is grounded in Michel Misse's theories of “criminal subjection”, incorporating contributions such as Erving Goffman's “stigma” (Goffman) and Howard Becher's “label”. Consequently, it is concluded that the Jury Court of the district studied not only reflects inequalities, but also reproduces narratives that reinforce prejudices and stereotypes.

Palavras chaves: Jury Court; Judicial Sentences; Criminal Subjection; Stigma; Label.

Introdução

O Tribunal do Júri é responsável por julgar crimes dolosos contra a vida, conforme estabelece o artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal de 1988. A composição do júri, integrada por jurados sem aparato jurídico, espelha o ideal democrático de participação popular no sistema de justiça. No entanto, também evidencia as tensões e desigualdades estruturais inerentes à sociedade brasileira.

Os julgamentos realizados no Tribunal do Júri não se restringem à análise objetiva dos fatos, sendo permeados por narrativas que moldam as percepções dos jurados, os quais são frequentemente influenciados por preconceitos e estigmas. Misse (2010) argumenta que a criminalização não se limita à punição de atos específicos, mas envolve um processo de construção social do sujeito “criminoso”. Esse processo, que ele denomina “sujeição criminal”, atua como mecanismo de legitimação de práticas de exclusão e estigmatização. Nesse contexto, Goffman (1981) também descreve o “estigma” como uma marca que desqualifica e marginaliza socialmente o indivíduo, e Becker (2008) argumenta que o desvio é uma construção social resultante de rótulos atribuídos por grupos dominantes que definem o que é considerado “normal” ou “desviante”.

Com base nos conceitos de sujeição criminal, estigma e rótulo, foram analisadas sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri na Comarca de Dourados/MS. A pesquisa identificou um padrão recorrente nas fundamentações das sentenças, indicando a adoção de modelos padronizados pelos juízes que, frequentemente, desconsideram as particularidades de cada caso. Essa padronização, reflete uma lógica institucional que reforça preconceitos e compromete a efetiva aplicação do princípio da individualização da pena.

As análises quantitativas indicam uma maior prevalência de condenações especialmente entre indivíduos em maior situação de vulnerabilidade, evidenciando a reprodução de desigualdades pelo Tribunal do Júri. Além disso, as observações das sessões de julgamentos desse tribunal demonstrou como os discursos de promotores e advogados no plenário empregam apelos emocionais e narrativas simbólicas para persuadir os

jurados. Esses discursos frequentemente reforçam estereótipos e desviam o foco do julgamento dos fatos para a identidade social do réu.

1. Sujeição criminal, estigma e rótulo

Os conceitos de sujeição criminal, estigma e rótulo são fundamentais para compreender como as condenações no Tribunal do Júri são influenciadas por discriminações e preconceitos. Para Misse (2010), mais do que punir ações, a criminalização é um processo de construção social do sujeito como criminoso. O indivíduo rotulado como “bandido” é estigmatizado como alguém que carrega o crime em si, representando uma ameaça constante à sociedade. Tal processo se desenvolve em três dimensões: a percepção do sujeito como inevitavelmente criminoso, a atribuição de experiências sociais vinculadas ao crime, como passagens pelo sistema prisional, e o autorreconhecimento como “bandido”. Assim, a sujeição criminal legitima práticas de exclusão e violência, refletindo-se em discursos como “bandido bom é bandido morto”.

Aqui a sujeição criminal poderia ser compreendida, ao mesmo tempo, como um processo de subjetivação e o resultado desse processo para o ponto de vista da sociedade mais abrangente que o representa como um mundo à parte. Por exemplo, “o mundo do crime” (Ramalho, 1983), que representa pessoas que “fazem parte” desse mundo (como “malandros”, “marginais”, “traficantes”, “bandidos”) como sujeitos criminosos (Misse, 2010, p. 21).

Neste contexto, pode-se conceber o “sujeito bandido” como os acusados que ocupam o banco dos réus diante dos jurados. Estes, pessoas comuns e sem formação jurídica, fundamentam suas decisões em experiências e percepções pessoais, frequentemente influenciadas pela dicotomia simbólica entre “certo” e “errado”. No plenário, os argumentos apresentados pelo promotor e pelo advogado de defesa constantemente recorrem a elementos emocionais, pois compete aos jurados — os “juízes” do caso — decidir a condenação ou absolvição com base no que consideram justo.

O veredicto, portanto, está sob a responsabilidade de pessoas com vivências, valores e concepções distintas acerca da justiça. Para muitos jurados, o mero fato de o réu

estar sendo submetido a julgamento já é um indicativo de sua culpabilidade. Nesse sentido, prevalece a ideia de que o réu deve “pagar” por seus atos, uma vez que aos olhos da sociedade, ele é identificado como o “bandido”.¹ Essa perspectiva se alinha à teoria do estigma proposta por Goffman (1981), a qual caracteriza o estigma como uma marca que desqualifica e exclui socialmente o indivíduo. Segundo o autor, o estigma é definido como uma *marca*, um *sinal* que existe na pessoa. No contexto do Tribunal do Júri, as decisões tendem a reforçar tais estigmas, fazendo com que os réus sejam julgados não apenas pelo crime cometido, mas também com base em sua identidade socialmente construída.

Um estigma é, então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? (Goffman, 1891 p. 6).

O estigma não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim relacionado à conduta em determinados contextos nos quais as pessoas estão inseridas. Trata-se de relações sociais que geram novos significados para as condutas, ou seja, o indivíduo é estigmatizado pelas pessoas de acordo com suas atitudes, o ambiente que estão inseridos e com quais pessoas se relacionam (Goffman, 1891, p. 43). Assim, no Tribunal do Júri o réu pode ser associado ao “mundo do crime” com base em suas relações sociais ou locais de convivência. Esses vínculos reforçam estereótipos e narrativas preconcebidas, influenciando os jurados a julgarem o réu mais pela sua identidade social do que pelos fatos objetivos que lhe foram imputados, o que contribui para a perpetuação de desigualdades e preconceitos.

¹ A rápida formulação das sentenças e a internalização da punição (Ribeiro, *apud* Lima, 2021, p. 57) demonstram que a cor da pele e a idade influenciam as decisões judiciais, resultando em maior discriminação contra réus jovens, pretos e pardos. Isso aumenta as chances de condenação a penas mais severas, o que evidencia as desigualdades estruturais do sistema de justiça penal

A sociologia de Becker (2008) complementa as análises anteriores ao destacar que o desvio e o rótulo também são construções sociais, sendo resultado das expectativas de grupos acerca de condutas alheias. Para o autor, a criminalidade não é inerente à ação, mas ao rótulo que a sociedade atribui ao indivíduo. O desvio ocorre quando o grupo rotula alguém como “*outsider*”, criando um ciclo de exclusão e marginalização. No âmbito do Tribunal do Júri, essa dinâmica também se manifesta na construção do réu como um sujeito desviante, baseado mais nos preconceitos sociais e raciais do que nos fatos atribuídos às condutas.

Venho usando o termo “outsiders” para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo. Mas o termo contém um segundo significado, cuja análise leva a um importante conjunto de problemas sociais: os “outsiders”, do ponto de vista da pessoa rotulada como desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cujas violações ela foi considerada culpada (Becker, 2008, p.27).

Desse modo, a teoria de Becker possibilita compreender como a rotulação social contribui para a formação da identidade desviante e evidencia a influência dos padrões grupais na percepção dos indivíduos como *outsiders*. Esta abordagem é essencial para a análise das dinâmicas de exclusão e marginalização, oferecendo subsídios críticos para a reflexão sobre os impactos sociais e jurídicos da rotulação de pessoas como ‘criminosos’ ou ‘desviantes’.

Em resumo, as teorias de Misse, Goffman e Becker contribuem para evidenciar como a sujeição criminal, o estigma e rótulo/desvio moldam as dinâmicas do sistema penal, especialmente no contexto do Tribunal do Júri, onde as decisões refletem os preconceitos e estereótipos.

2. Metodologia

A pesquisa combina métodos quantitativos e qualitativos para analisar as sentenças relativas a homicídios dolosos e tentativas de homicídio em Dourados/MS ocorridos entre 2017 e 2019. Conforme o Atlas da Violência 2024, Dourados ocupou a primeira posição no *ranking* estadual de homicídios. A proximidade da fronteira com o Paraguai e a forte

presença de facções criminosas tornam a cidade de Dourados um cenário relevante para a análise das dinâmicas criminais e da atuação da justiça criminal, especialmente do Tribunal do Júri.

Para obter a lista dos processos de homicídios dolosos julgados pelo Tribunal do Júri em Mato Grosso do Sul, foi inicialmente enviado um requerimento ao Tribunal de Justiça do estado (TJMS) por meio do sistema E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). Nesse documento, foram apresentados os objetivos da pesquisa e justificada sua relevância acadêmica. Entretanto, foi necessário dialogar pessoalmente com o juiz responsável pelo Tribunal do Júri de Dourados, para oferecer informações complementares. Além disso, a análise do pedido foi condicionada ao envio de um Termo de Confidencialidade assinado. Todo o material foi encaminhado ao TJMS por e-mail e, após quatro meses de espera, foi disponibilizada a lista de processos solicitada. Esta experiência evidenciou os desafios burocráticos enfrentados para acessar dados do sistema de justiça, mesmo estando amparada nos parâmetros legais da transparência garantida à pesquisa acadêmica.

A obtenção da referida lista possibilitou a análise de variáveis quantitativas importantes para a pesquisa, tais como a data dos fatos, o perfil dos réus (incluindo cor, idade e gênero), o tipo de defesa utilizada (particular ou Defensoria Pública) e os desfechos das sentenças (condenatórias, absolutórias ou desclassificações). A análise qualitativa foi realizada a partir da leitura das sentenças e do acompanhamento das sessões do Tribunal do Júri em 2024, observando como jurados, promotores e advogados interagem e constroem suas narrativas. Foram observados fatores como a influência dos estereótipos raciais e sociais, o impacto dos argumentos emocionais e a percepção dos jurados sobre os réus, muitas vezes associando características pessoais a uma identidade criminosa. As sentenças escritas foram analisadas com ênfase na fundamentação utilizada pelos juízes para a quantificação das penas, evidenciando a padronização das decisões como uma prática recorrente, mesmo no âmbito do procedimento do Tribunal do Júri.

Para o levantamento dos dados quantitativos, foram considerados dois períodos: o primeiro correspondente à quantidade de homicídios ocorridos em Dourados (MS) entre os anos de 2017 e 2019. No entanto, como os julgamentos desses homicídios podem

ocorrer muito tempo depois, o segundo período refere-se ao julgamento desses homicídios, ou seja, compreendendo os anos de 2017 a 2022, devido ao intervalo temporal entre os fatos e suas respectivas sentenças.² O trabalho de observação das sessões do júri ocorreu em 2024.

3. Anotações sobre o número de homicídios e de julgamentos do Tribunal do Júri na comarca de Dourados, MS

O homicídio é o crime com a pena mais alta prevista no ordenamento jurídico brasileiro: se for simples, a pena varia de seis a vinte anos de prisão; se for qualificado, a pena oscila entre doze e trinta anos.³ De acordo com o Atlas da Violência (2024), a taxa de homicídios no Brasil manteve-se relativamente estável entre 2012 a 2015, tendo acréscimo nas taxas em 2016 e 2017. Posteriormente, observou-se uma diminuição até 2019, ano a partir do qual as taxas se mantiveram estáveis até 2022. Um aspecto que contribuiu para o aumento das taxas de homicídio foi a expansão das facções criminosas, especialmente a partir dos anos 2000, com a intensificação das disputas pelo controle do mercado de drogas.

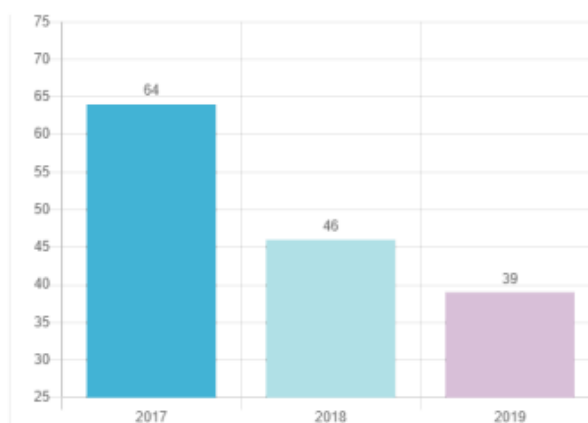
No período delimitado e analisado nesta pesquisa, o Mato Grosso do Sul apresentou as seguintes taxas de homicídios: 24,9 em 2017, 21,4 em 2018 e 18,1 em 2019. Em valores absolutos, houve 659 homicídios em 2017, 572 em 2018 e 491 em 2019. Ainda de acordo com o Atlas da Violência (2024), Dourados liderou o *ranking* estadual de homicídios. Entre os principais fatores apontados estão a proximidade com o Paraguai e o conflito frequente entre facções criminosas. Em 2017, Dourados registrou a maior

² De acordo com dados do CNJ extraídos do DATAJUD, em 21/01/2025, há atualmente 6.027.333 processos criminais pendentes no Brasil. A média de duração de um processo criminal na Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul de 1º grau no procedimento do Tribunal do Júri, desde a denúncia ao primeiro julgamento, é de 1.158 dias (3 anos, 2 meses e 3 dias) para serem concluídos. Os dados são de janeiro de 2021 até dezembro de 2024.

³ “Matar alguém: pena – reclusão, de seis a vinte anos”. Esse é um tipo penal que nosso Código Penal, no enunciado do seu artigo 121, dispõe. É uma categoria jurídico-penal que visa descrever um modelo de conduta proibida (matar alguém), dispondo-a como um dos crimes contra a vida elencados em sua parte especial (Lima, 2021, p. 29).

taxa de homicídios no estado, com 64 ocorrências. Em 2018, essa quantidade reduziu para 46 e, em 2019, para 39, segundo dados da SEJUSP⁴.

Gráfico 1 – Número de homicídios em Dourados, MS, entre 2017 a 2019



Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de MS (SEJUSP)

Os homicídios ocorridos entre 2017 e 2019 foram submetidos ao julgamento pelo Tribunal do Júri no período de 2017 a 2022, considerando o tempo de tramitação processual e os prazos legais. Dos 149 homicídios ocorridos neste período, houve 96 julgamentos e 146 réus julgados no Tribunal do Júri da Comarca de Dourados. O número de réus supera o número de sessões realizadas porque algumas delas têm mais de um acusado. Dentre os 146 réus julgados, 15 foram absolvidos, em 11 casos ocorreu a desclassificação para crime não doloso contra a vida e em um caso teve condenação de medida de internação.⁵ Ou seja, 119 réus foram condenados por homicídio ou tentativa de homicídio, o que representa 81,5% das condenações, conforme ilustrado no gráfico 2.

⁴ Em artigo do jornal Dourados News, a cidade foi destacada com a maior taxa de homicídios entre as grandes cidades de Mato Grosso do Sul em 2017. Na época, o delegado regional explicou que grande parte desses homicídios estava relacionada a disputas entre facções criminosas dentro dos presídios, com um foco particular em criminosos transferidos de outras regiões. Ele ressaltou ainda que "é muito raro em Dourados ocorrer um crime ocasional, como brigas entre vizinhos ou de trânsito" <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/dourados-lidera-taxa-de-homicidios-entre-maiores-cidades-de-ms>.

⁵ A medida cautelar de internação é uma restrição imposta provisoriamente pelo juiz, destinada a adolescentes infratores ou pessoas que representam risco à ordem pública. Utilizada de forma excepcional, tem como justificativa a garantia da segurança pública e a continuidade do processo até o julgamento.

Observa-se que das 96 sessões do Tribunal do Júri realizadas entre 2017 a 2022, 48 referem-se a homicídios cometidos em 2017, 30 em 2018 e 18 em 2019.

Gráfico 2 – Resultado dos julgamentos no Tribunal do Júri de Dourados, MS



Fonte: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de MS (SEJUSP)

Em 2017, entre os 70 réus julgados, 57 foram condenados, o que representa um total de 81,43%. Destes, 47 (67,14%) receberam pena em regime fechado, 6 (8,57%) em regime semiaberto e 4 (5,71%) em regime aberto. No ano de 2018, dos 48 réus julgados, 39 foram condenados, totalizando 81,25%. Entre esses, 30 (62,50%) receberam pena em regime fechado, 4 (8,33%) em regime semiaberto e 5 (10,42%) em regime aberto. Para o ano de 2019, 23 dos 28 réus julgados foram condenados, representando um total de 82,14%. Destes, 19 (67,9%) foram condenados em regime fechado e 4 (14,3%) em regime semiaberto. Para esse ano não houve registros de condenações em regime aberto.⁶

Destaca-se um dado relevante referente à situação socioeconômica dos réus. Dos 96 julgamentos analisados, 79 dos réus foram defendidos pela defensoria pública, ou seja, em 82,3% dos julgamentos os réus não possuíam condições financeiras para custear um advogado particular, dependendo, assim, da representação por defensores públicos para defendê-los.

⁶ O regime de cumprimento de pena define o local e as condições em que o condenado deverá cumprir sua sentença, variando conforme a gravidade do delito e o tempo da pena. Os principais regimes são: fechado, onde o condenado permanece em estabelecimento prisional; semiaberto, que permite trabalho externo durante o dia com retorno ao estabelecimento prisional para pernoite; e aberto, caracterizado por liberdade restrita, geralmente com recolhimento noturno e monitoramento.

4. Anotações sobre as dinâmicas das sessões do Tribunal do Júri realizadas na comarca de Dourados

A Constituição Federal determina que os crimes dolosos contra a vida, tentados e consumados, sejam julgados pelo Tribunal do Júri, formado por cidadãos da sociedade civil. Nesse procedimento, o Júri Popular é responsável pelo veredicto, enquanto o Juiz Presidente formula a sentença com base nos critérios de aplicação da pena estabelecidos pela legislação penal. Para Santos (2005), o Tribunal do Júri é uma instituição com raízes históricas profundas na religião, originando-se do juramento, que era uma forma antiga de comunicação com o divino. Embora tenha evoluído para um órgão de caráter democrático e popular, o Tribunal do Júri no Brasil tem sido alvo de críticas desde sua regulamentação pelo Código de Processo Penal em 1832. Apesar das controvérsias, mesmo nos períodos mais rigorosos da ditadura, o tribunal permaneceu ativo. Como explica Kant de Lima (1999):

É um procedimento que se aplica apenas aos crimes intencionais contra a vida humana e se inicia por uma sentença judicial proferida por um juiz (pronúncia), após a realização da produção de informações, indícios e provas, durante o inquérito policial e a instrução judicial, comum a todos os processos judiciais criminais e também regida pelo contraditório e pela ampla defesa, em um processo que exige a presença do réu e que termina pelo veredito dos jurados (Kant de Lima, 1999, p. 30).

De acordo com Santos (2005, p. 172), cada ator no Tribunal do Júri desempenha um papel essencial. O juiz representa um ponto de equilíbrio entre os interesses do indivíduo e da sociedade, representando tanto o réu quanto a vítima. Por sua vez, o Ministério Público rompe com a rotina ao atribuir a responsabilidade de um ato ilícito a um membro específico da sociedade, podendo, inclusive, requerer a absolvição do acusado quando julgar adequado. A interação entre esses papéis evidencia e reforça as estruturas de poder que permeiam o ambiente do Tribunal do Júri. Kant de Lima (1999) ressalta não apenas o caráter inquisitorial do Tribunal do Júri no Brasil, mas aponta as diferenças com o *trial by jury* dos Estados Unidos:

O julgamento, aqui, verifica-se, em geral, em uma sala especialmente preparada, diante de uma plateia, que se senta de frente para o juiz, sobre cuja cabeça está, tradicionalmente, um crucifixo católico, representando a humanização da justiça. O promotor localiza-se, ora à direita, ora à esquerda do juiz, de frente para a plateia, e um escrivão senta-se do outro lado do juiz. Sentados em duas filas, junto a uma parede lateral, ficam os jurados, geralmente vestidos com uma espécie de pequena beca, à maneira dos outros serventuários da justiça. Junto à parede oposta, de frente para os jurados, senta-se o advogado, acima do réu, acomodado, também diante dos jurados, no chamado “banco dos réus”. (...) Embora possa apresentar variantes, dependendo das orientações particulares de cada Juiz Presidente do Tribunal do Júri e da época em que o espaço do Tribunal foi construído, esta disposição inquisitorial do espaço contrasta fortemente com disposição adversarial do *trial by jury*, onde o acusado e sua defesa sentam-se lado a lado à acusação, de frente para o juiz e de costas para a plateia, tendo a um de seus lados os jurados, sentados na *jury box*. Caracteriza-se, assim, especialmente, a igualdade ideológica entre as partes, considerando-se a promotoria como uma parte igual às outras, o que reforça a presunção ideológica de inocência, só passível de alteração por uma *reasonable doubt* (dúvida razoável), reconhecida pelos jurados (Kant de Lima, 1997, p. 178).

O Tribunal do Júri no Brasil evidencia, assim, as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade. Essa constatação decorre da observação direta das dinâmicas dessa instituição, permitindo uma compreensão mais aprofundada de como essas desigualdades se manifestam. Em um dos julgamentos observados, no qual um homem negro era acusado de homicídio doloso qualificado, o Conselho de Sentença contou com apenas uma mulher parda entre os sete jurados.⁷ Durante o julgamento, a promotora de justiça enfatizou o histórico criminal do réu, reforçando sua imagem como um indivíduo “desviante”, atribuindo-lhe vários estereótipos. Por outro lado, a defesa centrou sua argumentação em atenuantes, como a confissão espontânea e a forte emoção vivenciada pelo réu no momento do crime. No entanto, apenas a confissão foi aceita, culminando na condenação do acusado por motivo torpe.

⁷ O julgamento ocorreu no dia 04/04/2024 no Tribunal do Júri de Dourados/MS. A Defensoria Pública representou o réu, que foi condenado a dezesseis anos e onze dias de prisão.

Observou-se que a acusação utilizou discursos carregados de valores morais para persuadir os jurados, enquanto a defesa encontrou obstáculos para desconstruir as narrativas estigmatizantes. Esse cenário reflete não apenas a desigualdade social que está presente no sistema de justiça no Brasil, mas também o racismo estrutural que permeia esse sistema, no qual o processo de criminalização incide mais sobre os sujeitos do que sobre os atos praticados.

Nesse sentido, o Tribunal do Júri se torna um espaço de disputa simbólica, no qual as narrativas da acusação e da defesa misturam jargões jurídicos e apelos emocionais para influenciar os jurados. Schritzmeyer (2007) aponta que a presença de jurados leigos nos conselhos de sentença exige que advogados e promotores adaptem suas argumentações, mesclando terminologia técnica com narrativas acessíveis e apelos emocionais. Essa abordagem transforma o Tribunal do Júri em um espaço de construção de significados coletivos sobre justiça, onde diferentes indivíduos podem expressar suas vivências e valores. Dessa forma, o julgamento transcende a mera aplicação da lei, transformando-se em um processo de negociação de significados sociais relacionados ao crime e à punição. De acordo com a autora,

O júri, todavia, destaca-se, diante de outros espaços judiciais dos quais leigos não participam como julgadores, enquanto obra imaginativa mais fortemente polifônica, fruto de complexa co-autoria. A presença de leigos nos conselhos de sentença exige dos operadores técnicos arguições mais ricas em uma espécie de matriz que combina jargão técnico-jurídico, imagens de uma “sociologia selvagem” e um vocabulário de sentimento. Portanto, penso o júri como um espaço social privilegiado de produção de significações coletivas ao possibilitar que diferentes pessoas organizem e expressem estratégias simbólicas por meio das quais lidam com a vida (Schritzmeyer, 2007, p. 126).

No julgamento mencionado anteriormente, a promotora, durante sua sustentação oral, afirmou que “*o réu irá voltar a delinquir porque é da natureza dele*”. Tal afirmação reflete um preconceito baseado em uma visão essencialista. Do ponto de vista sociológico, essa perspectiva desconsidera as complexas condições sociais, econômicas e culturais que moldam as ações dos indivíduos. Ao perpetuar esse tipo de narrativa, a acusação não apenas reforça estigmas e preconceitos sobre o réu, mas também transmite

a ideia de que sua suposta inclinação para o crime é intrínseca e imutável, desconsiderando as possibilidades de (re)inserção social.

Em outra sessão do Tribunal do Júri observada,⁸ a acusação enfatizou repetidamente as condenações anteriores do réu, argumentando que “*ele tem passagem no sistema*”. Essa abordagem reforçou um estigma que desviou o foco do julgamento do fato para o indivíduo, qualificando-o como um criminoso em potencial. Embora o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proíba referências a antecedentes criminais durante um julgamento, a acusação utilizou esse recurso para influenciar os jurados e atribuir ao réu uma predisposição para o crime. Além disso, ao colocar o réu como alvo, julgando sua pessoa mais do que o crime que ele cometeu, desrespeitou-se o princípio da individualização da pena, previsto no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal de 1988.

Este caso, em contraste com o antecedente, envolveu um réu branco, jovem, pai de uma criança recém-nascida e foi representado por um advogado particular. Em resposta, a defesa destacou inconsistências nas provas alegadas pela acusação e argumentou que o histórico criminal do réu não deveria ser usado para prejudicá-lo. Assim, ao contrário do julgamento anterior no qual o réu foi condenado, esse teve como resultado a desclassificação do crime de tentativa de feminicídio para invasão de domicílio. Nesse caso, portanto, o conselho de sentença reconheceu a fragilidade das provas e acatou a argumentação da defesa no sentido de que os antecedentes do réu não poderiam ser considerados no julgamento. Esse desfecho reforça como as narrativas construídas em plenário podem redefinir o foco do julgamento e influenciar a percepção dos jurados sobre o réu e de sua conduta.

⁸ O julgamento ocorreu no dia 09.04.2024 no Tribunal do Júri de Dourados/MS. O réu estava sendo representado por advogado particular.

5. ANOTAÇÕES SOBRE AS SENTENÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI DE DOURADOS

A pesquisa que fundamenta esse capítulo permitiu constatar que casos semelhantes podem resultar em decisões judiciais desiguais, refletindo a desigualdade jurídica que caracteriza o sistema de justiça criminal brasileiro (Kant de Lima, 2010). Essa dinâmica, combinada à padronização de sentenças, desconsidera as particularidades dos casos e, conseqüentemente, contribui para a reprodução de desigualdades estruturais, sobretudo contra réus de grupos mais vulneráveis. Para Garland (1999), a punição, como uma instituição social, é constituída também por discursos. Assim, o impacto de discursos estigmatizantes por parte da acusação, aliado à subjetividade dos jurados, reforça a reprodução de preconceitos e estereótipos. Dessa forma, o Tribunal do Júri, ao invés de garantir equidade, por vezes pode perpetuar desigualdades.

No que se refere à padronização das sentenças, recorremos à pesquisa de Garau (2021) sobre decisões proferidas em uma Vara Criminal da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. O estudo revelou que muitas sentenças seguem modelos previamente estruturados, frequentemente elaborados antes de uma análise detalhada dos fatos pela juíza titular. A autora denomina esse fenômeno de "procedimentalização", ressaltando como elementos objetivos e subjetivos se articulam na aplicação da pena, contribuindo para decisões que reforçam padrões automatizados de julgamento.

Após o término do julgamento e a resposta aos quesitos pelos jurados, o juiz dispõe de, aproximadamente, 10 a 15 minutos, ou até menos em algumas comarcas, para redigir a sentença. Em outras palavras, a maior parte das decisões já está previamente estruturada e exige apenas o preenchimento de informações específicas ao caso concreto, como o número do processo, o nome do réu e o relato dos fatos (Garau, 2021, p. 106).⁹

Durante a pesquisa, a autora constatou que decisões são tomadas antes mesmo da denúncia dos fatos, refletindo uma dinâmica decisória preestabelecida. Essa prática

⁹ A autora também aponta que, ao buscar peticionar pela concessão de liberdade provisória no gabinete da juíza onde fazia sua pesquisa, deparou-se com uma pasta com modelos de decisões, mas nenhuma que contemplasse a concessão. Isso demonstra uma predisposição ao viés condenatório (Garau, 2021, p. 92).

também foi observada no Tribunal do Júri na Comarca de Dourados, onde o juiz lê a sentença ao final do julgamento, adotando o que popularmente chamamos de “modelão”. Contudo, no caso dessa pesquisa, foi possível identificar a presença de um estilo próprio de cada magistrado, que imprime certa personalidade às suas decisões. Ao comparar a dosimetria da pena de três juízes diferentes que presidiram sessões do júri às quais foram acompanhados, ficou evidente que cada um segue padrões próprios na redação das sentenças.

Diante desse contexto, torna-se essencial a compreensão da dosimetria da pena, regulada pelo artigo 68 do Código Penal, como um método dividido em três fases. Inicialmente, ocorre a fixação da pena-base, com referência nas circunstâncias judiciais descritas no artigo 59 do Código Penal, tais como culpabilidade, antecedentes, conduta social, entre outras. Na segunda fase,¹⁰ são aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes que podem reduzir ou aumentar a pena provisória. Por fim, a terceira fase¹¹ consiste na aplicação das causas de aumento e de diminuição da pena previstas na parte especial do Código Penal ou em leis penais específicas.

A aplicação da pena pelo juiz deveria ser, acima de tudo, individualizada, cumprindo o disposto no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal.¹² No entanto, esse princípio muitas vezes passa despercebido no processo de formalização, uma vez que o juiz dispõe de poucos minutos após a decisão condenatória dos jurados para formular a sentença. Desse modo, será possível, nesse curto tempo, individualizar cada

¹⁰ A segunda fase da dosimetria da pena consiste na aplicação de atenuantes e agravantes para ajustar a pena provisória. As atenuantes (como confissão espontânea ou menoridade) reduzem a pena, enquanto as agravantes (como reincidência ou abuso de autoridade) aumentam a pena. Essa fase permite adaptar a pena às características específicas do caso, mas sem ultrapassar os limites mínimo e máximo previstos para o crime.

¹¹ A terceira fase da dosimetria da pena envolve a aplicação das causas de aumento e de diminuição, conforme previsto na parte especial do Código Penal ou em leis penais específicas. As causas de aumento elevam a pena, como ocorre com o uso de arma de fogo em certos crimes, enquanto as causas de diminuição reduzem a pena, como no caso do arrependimento posterior. Essa fase ajusta a pena final com base em fatores específicos do crime, podendo exceder os limites mínimo e máximo estabelecidos para o tipo penal.

¹² A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes medidas: (a) a privação ou restrição da liberdade; (b) perda de bens; (c) multa; (d) prestação social alternativa; (e) suspensão ou interdição de direitos.

réu, especialmente ao analisar os requisitos subjetivos que compõem a primeira fase da dosimetria?

A hipótese adotada pressupõe que a primeira fase exerce maior influência na determinação da pena, pois nessa fase o juiz precisa avaliar oito circunstâncias previstas no artigo 59 do Código Penal: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias, consequências do crime e comportamento da vítima. Embora essa fase defina a pena-base, o artigo 59 é considerado um “diamante” para outros aspectos da pena, uma vez que permite ao juiz definir o regime inicial de cumprimento da pena; decidir sobre a substituição da pena privativa de liberdade; considerar os fins de prevenção e reprovação e aplicar medidas de atenuação ou agravamento. Nas fases segunda e terceira, relativas à aplicação das circunstâncias agravantes e atenuantes, o magistrado deve observar o que a lei determina. Essas circunstâncias são objetivas e parte delas encontra-se implícita nas decisões dos jurados, como ocorre no caso da escolha de uma qualificadora específica.¹³

Nas sentenças analisadas na pesquisa, verificou-se a presença de um modelo padrão nas decisões, embora tenham surgido variações que refletem o entendimento individual de cada juiz ao proferir sua sentença. Esse ponto se destaca na pesquisa pois evidencia que, mesmo com a aplicação de modelos, ainda existe espaço para singularidades. Como observado por Mendes (2012, p. 449), o campo jurídico brasileiro caracteriza-se como semiautônomo, é organizado a partir de um saber com características próprias e hierarquizado. No ápice dessa hierarquia estão os juízes, detentores da autoridade para interpretar e decidir sobre o direito. Essa autoridade é exercida por meio do princípio do “livre convencimento motivado”.

As sentenças analisadas pelos três juízes, embora estejam em conformidade com o padrão legal do artigo 68 do Código Penal, apresentam diferenças. O *Juiz 1* utiliza uma

¹³ Um aspecto relevante na discussão sobre a dosimetria da pena é a limitação das atenuantes quando a pena atinge o mínimo legal. Por exemplo, em um caso no qual dois réus primários e com circunstâncias favoráveis, acusados de homicídio simples, recebem a mesma pena de seis anos, o mínimo legal, apesar de um deles possuir duas atenuantes (confissão e menoridade relativa). Isso ocorre porque a legislação impede a redução da pena abaixo do limite mínimo na segunda fase da dosimetria, evidenciando uma restrição ao Princípio da Individualização da Pena.

fundamentação detalhada e técnica, citando jurisprudências e realizando cálculos precisos para justificar cada etapa da pena. Já o *Juiz 2* opta por uma abordagem mais concisa e objetiva, limitando-se à indicação das circunstâncias sem aprofundamento. Por fim, o *Juiz 3* apresenta um modelo intermediário, com estrutura clara, porém menos técnica que o *Juiz 1* e mais detalhada que o *Juiz 2*.

O estudo de Garau (2021) analisou as decisões de uma única magistrada, acompanhando, por meio de visitas periódicas, o processo de elaboração das sentenças e decisões por alguns meses. Sua pesquisa revelou uma padronização nas sentenças dessa juíza em específico. No presente artigo, amplia-se essa observação e constatando-se que, embora exista um modelo geral de sentença, cada juiz adota particularidades próprias na fundamentação, na redação e na estruturação da decisão. Dessa forma, constata-se que há um modelo padronizado, mas que cada magistrado imprime seu estilo e preferências no momento de redigir.

Todavia, embora esse princípio assegure autonomia ao magistrado, a fundamentação das decisões segue um padrão previamente estabelecido. A repetição de justificativas e argumentos indica uma diminuição da análise individualizada dos casos. Certamente, um estudo mais aprofundado nos gabinetes dos três juízes mencionados revelaria a existência de uma pasta com "modelos de decisões do Tribunal do Júri", semelhante ao que Garau apontou em sua pesquisa. Para a autora, a padronização das decisões visa possibilitar a concretização do elemento punitivo do direito penal, *procendimentalizadas* para atender a objetivos específicos, orientados por um processo de sujeição criminal. Ao internalizar que a "punição" é necessária para o réu ou que a justiça exige a penalização de quem foi condenado pelo Conselho de Sentença, esses juízes recorrem e utilizam os mesmos parâmetros para interpretar, fundamentar a lei e determinar a pena (GARAU, 2021, p. 2021). Como argumenta Mendes (2012), os julgadores expressam o seu desejo de fazer justiça, acreditando ser o seu dever concedê-la a quem merece. Contudo, adverte:

O percurso mental seguido pelos julgadores tem um componente subjetivo que, embora de maneira rara, tem sido expresso no campo do direito através da discussão de temas como a imparcialidade e a neutralidade dos julgadores, o

que, aliás, como aqui demonstrado, não escapa do tratamento doutrinário (Mendes, 2012, p. 479).

Ao abordar a construção social do criminoso, que coincide com o início do “processo de incriminação”, Misse (2010, p.22) argumenta que esse processo “é sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado ‘normal’ ou ‘desviante’ se produz nesse mesmo processo e não antes dele”. Assim, é possível afirmar que essa perspectiva relaciona-se aos estudos sobre sentenças do Tribunal do Júri, nos quais a padronização das decisões frequentemente reforça estereótipos e preconceitos, negligenciando a individualidade; as particularidades de cada caso e contribuindo para a manutenção das desigualdades estruturais no sistema de justiça.

Considerações Finais

O Tribunal do Júri desempenha um papel fundamental na interação entre o sistema de justiça e a sociedade. Contudo, sua dinâmica não está isenta das desigualdades e estigmas que permeiam as estruturas sociais e institucionais do Brasil. A análise dos julgamentos realizados na Comarca de Dourados/MS, no período de 2017 a 2022, permitiu constatar a existência de padrões de decisórios que reforçam preconceitos e estereótipos. A pesquisa evidenciou que o Tribunal do Júri transcende a análise técnica e objetiva dos fatos, constituindo-se também como um espaço de disputa simbólica, em que discursos emocionais frequentemente moldam as percepções dos jurados. Tais narrativas, apresentadas tanto pela acusação quanto pela defesa, encontram terreno fértil em preconceitos e rotulações, desviando o foco do julgamento da ação concreta para a identidade social do réu. Essa dinâmica contribui para a reprodução de desigualdades, evidenciada pelos elevados índices de condenação de réus pertencentes a grupos marginalizados e pela imposição de penas que muitas vezes desconsideram a necessária individualização.

As contribuições teóricas de Misse, Goffman e Becker ofereceram ferramentas cruciais para compreender como a sujeição criminal, o estigma e os rótulos se manifestam no Tribunal do Júri. Misse (2010) destaca que a criminalização não é apenas a punição

de condutas, mas a construção social de sujeitos como "criminosos", legitimando práticas de exclusão e violência. Por sua vez, Goffman (1981) complementa ao identificar o estigma como uma marca que desqualifica socialmente o indivíduo e Becker (2008) demonstra como o desvio é um fenômeno social construído a partir de rótulos impostos por grupos dominantes. Tais perspectivas foram fundamentais para compreender o impacto das narrativas do "mundo do crime" e como elas influenciam o julgamento realizado no plenário do Tribunal do Júri, onde os réus são muitas vezes julgados não apenas por seus atos, mas também por estereótipos socialmente construídos.

Além disso, a padronização das sentenças, observada nas análises, evidencia a dificuldade em aplicar o princípio da individualização da pena. A lógica institucional que guia as decisões judiciais frequentemente prioriza a celeridade e a previsibilidade. e embora cada magistrado tenha um estilo próprio na fundamentação, as decisões seguem um modelo preestabelecido, reproduzindo padrões que reduzem a análise específica de cada caso. Essa prática não apenas limita a justiça para o réu, mas também enfraquece a credibilidade do Tribunal do Júri enquanto espaço democrático e equitativo para distribuição de justiça.

A rápida formulação das sentenças e a internalização da punição como elemento central do direito penal contribuem para a repetição de discursos estigmatizantes. Como apontado por Misse (2010), o processo de incriminação é construído no contexto jurídico, especialmente no Tribunal do Júri, essa construção frequentemente reforça desigualdades e estereótipos. A pesquisa evidencia a necessidade de reformular as práticas discursivas nos julgamentos, visto que a acusação e defesa frequentemente recorrem a elementos emocionais que reforçam preconceitos.

Constata-se, assim, que embora o Tribunal do Júri seja uma ferramenta importante para a participação popular no sistema de justiça, ele reflete e reproduz desigualdades, estigmas e preconceitos. Para que o Tribunal do Júri cumpra seu papel democrático, é necessário um esforço contínuo para desconstruir narrativas preconceituosas, garantir maior equidade nos julgamentos e promover uma fundamentação das sentenças que respeitem a individualidade de cada réu. Somente assim será possível caminhar em

direção a um sistema de justiça que seja verdadeiramente comprometido com os princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana.

Referências Bibliográficas

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Brasília: IPEA: 2024

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Brasília: IPEA: 2019

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de André Szapiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Painel de Estatísticas** - Justiça em Números. <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

GARAU, M. G. R. Os modelões e a mera formalidade: produção de decisões e sentenças em uma Vara Criminal da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 51, 2021.

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. **Revista de Sociologia Política**, n. 13, p. 59-80, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, maio 1997.

MENDES, Regina Lucia Teixeira. Verdade real e livre convencimento: o processo decisório judicial brasileiro visto de uma perspectiva empírica. **Dilemas**, v. 5, n. 3, p. 447-448, jul./set. 2012.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Etnografia dissonante dos tribunais do júri. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 111-129, 2007.

SANTOS, Luís Cláudio Almeida. O sagrado e o profano no tribunal do júri brasileiro. **Prisma Jurídico**, São Paulo: Universidade Nove de Julho, n. 4, p. 161-179, 2005.

**“A MULHER CONDENADA TERÁ ENSINO PROFISSIONAL ADEQUADO À
SUA CONDIÇÃO”: EMPREENDEDORISMO DE SOBREVIVÊNCIA PARA
MULHERES ENCARCERADAS**

Karen Gabriely Sousa Santos

RESUMO

Essa investigação parte da experiência com o projeto “Realize”, um acordo de cooperação institucional entre a Vara de Execução Penal de Belém (VEP), a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará (SEAP) e a Faculdade Estácio. O acordo está voltado para o empreendedorismo no cárcere como proposta de reinserção social, por meio da realização de palestras, oficinas e ações formativas, voltadas para a remissão da pena de mulheres do Centro de Reeducação Feminino (CRF), localizado na região metropolitana do Estado do Pará. A mentalidade das instituições jurídicas e de controle, aliada ao discurso de autogestão de si e ao pensamento empreendedor difundido pela educação formal, suscita questões sobre como o discurso empreendedor tornou-se uma máxima institucional para reinserção social. A investigação busca compreender até que ponto o esse discurso, direcionado às mulheres privadas de liberdade, coloca-se como alternativa pós-cárcere. Byung-Chul Han (2020) diz que o capital no modelo neoliberal explora o sentimento de liberdade do indivíduo, modificando o trabalhador e transformando-o em empreendedor. Diante disso, questiona-se: até que ponto essa lógica é estendida à ideia de ressocialização, vendida no sistema de administração penitenciário? Mais ainda, como vender a exploração da liberdade a quem está privada dela? Nas palavras de Han, “A atual crise da liberdade consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora” (p.27). Por fim, constatou-se a exploração da expectativa de liberdade de mulheres custodiadas, face à biografia pessoal do juiz da Vara de Execução Penal de Belém. Os atendimentos às mulheres encarceradas, previstos inclusive na lei de execução penal, além de restritos, limitam-se aos parâmetros normativos da divisão sexual do trabalho, associados a um empreendedorismo de sobrevivência e de manutenção da hierarquia de gênero.

Palavras-chaves: Encarceramento feminino; Gênero; Empreendedorismo

ABSTRACT

This research is related to the professional experience in the “realize” project, which is an institutional cooperation agreement between the Criminal Enforcement Court of Belém (VEP), the State of Pará Penitentiary Administration Secretariat (SEAP) and Estácio College. The agreement focuses on entrepreneurship in prison as a proposal for social reintegration, in which the college develops lectures, workshops and training actions and for the remission of sentences of women from the Female Reeducation Center (CRF) located in the metropolitan region of the State of Pará. The mentality of legal and control institutions, added to the discourse of self-management and entrepreneurial thinking spread by formal education, raised questions about how the entrepreneurial discourse became an institutional maxim for social reintegration. The idea was to investigate to what extent the entrepreneurial discourse for women deprived of liberty is presented as a post-prison alternative. Byung-Chul Han (2020) states that capital in the neoliberal model exploits the individual's sense of freedom, changing the worker and transforming him/her into an entrepreneur. To what extent does this extend to the idea of resocialization sold in the prison administration system? Furthermore, how can the exploitation of freedom be sold to those who are deprived of it? In the words of the Korean author, “The current crisis of freedom consists of being faced with a technique of power that does not reject or oppress freedom, but exploits it” (Han, p-27, 2020). The exploitation of the expectation of freedom of women in custody was observed in light of the personal biography of the judge of the Belém criminal enforcement court. The services provided to incarcerated women, even as provided for in the criminal enforcement law, in addition to being restricted, are limited to the normative parameters of the sexual division of labor, associated with an entrepreneurship of survival and maintenance of the gender hierarchy.

KEYWORDS: Female incarceration; Gender; Entrepreneurship

Introdução

O contexto histórico deste projeto de pesquisa relaciona-se com a vivência profissional no projeto “Realize”, um acordo de cooperação institucional entre a Vara de Execução Penal de Belém (VEP), a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e

a Faculdade Estácio do Pará. Atualmente, sou professora na instituição e exerço a função de coordenadora do Núcleo de Responsabilidade Social, o que me possibilitou o contato direto com as ações do “Realize”.

Esse acordo institucional tem como foco o incentivo ao empreendedorismo no cárcere, configurando-se como uma proposta de reinserção social. Nesse contexto, a faculdade desenvolve palestras, oficinas de negócios e ações formativas voltadas à remissão de pena de mulheres custodiadas no Centro de Reeducação Feminino (CRF), localizado no município de Ananindeua.

A mentalidade apresentada pelas instituições jurídicas e de controle, somada ao discurso de autogestão de si e ao pensamento empreendedor capilarizado pela educação formal, suscita questões instigantes sobre o discurso empreendedor como uma solução “mágica” para a redução da criminalidade e a não reincidência de delitos.

De forma crítica, essa proposta caminha para uma inflexão do papel do empreendedorismo, em uma retroalimentação da estrutura neoliberal no cárcere. Da mesma forma que a ideia de empreendimento formativa no sistema carcerário prioriza funções precarizadas e de baixo retorno financeiro, o recorte de gênero de um centro feminino, com a conotação de empreendimentos de cuidado, beleza e limpeza reforçam um discurso subalternizado de empreendedorismo como hierarquia de gênero.

A proposta da investigação se volta para o discurso empreendedor como ferramenta de reinserção social de mulheres custodiadas pelo sistema prisional, em conexão com o discurso neoliberal de precarização do trabalho e de autogestão de si. Isentando, assim, a estrutura coletiva de políticas sociais, minimização das desigualdades e abismos sociais e econômicos que influenciam na criminalidade e na violência.

O Empreendedorismo, como política de reinserção social e prevenção à reincidência no sistema penitenciário, é um discurso que vem tomando conta dos projetos educacionais no Brasil. A liberdade, nesse caso, torna-se uma insígnia de troca altamente valorizada, pois, para além da possibilidade de adquiri-la, ela tem sido explorada com uma política de autogestão do próprio sujeito (ou da própria sujeita) dentro do sistema de detenção. Dessa maneira, a concessão de acesso à educação por meio de uma instituição de ensino privado, consiste na delegação de atividades relacionadas à ocupação e à

produtividade das internas durante o cumprimento da pena. Espera-se, assim, uma reintegração social e econômica, a partir de uma perspectiva empreendedora.

Apesar de representarem menos de 10% da população prisional brasileira, um olhar atento e específico sobre as mulheres privadas de liberdade, dentro do sistema prisional, se faz necessário. De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (Infopen), o Brasil registrou, em 2017, um total de 726.354 pessoas presas, sendo que o sistema conta com 303.112 vagas (Brasil, 2019). Estatisticamente, houve um aumento de 600% da população carcerária feminina no Brasil. Um dos aspectos cruciais a ser investigado nesse cenário é a associação entre o tráfico de drogas e a feminização da pobreza. (GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018).

A proposta da investigação traz, de forma crítica, a relação entre três elementos importantes: a) o empreendedorismo; b) a ressocialização; c) o discurso neoliberal no cárcere para mulheres. A ideia é investigar até que ponto o discurso empreendedor, voltado para mulheres privadas de liberdade, se coloca como saída da criminalidade. Ao passo que a construção da violência se dá dentro de um modelo desigual no sentido de raça, classe e gênero na Região Metropolitana de Belém.

Embora o Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua seja o único estruturado da Região, ele abriga também mulheres provenientes do interior do estado, que, devido ao distanciamento geográfico, ficam privadas dos laços sociais que são importantes na construção de um retorno social em liberdade.

Observa-se, ainda, um aumento encapsulado dos estudos de gestão sobre o tema do empreendedorismo, os quais, pela própria natureza profissional, não desenvolvem críticas contundentes quanto a desregulamentação do trabalho e a precarização da vida. Aliando os temas do encarceramento e da ressocialização de mulheres, esta pesquisa pretende transversalizar os estudos de neoliberalismo e psicopolítica no Estado.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu em uma unidade prisional da Região Metropolitana de Belém. Trata-se do Centro de Reeducação Feminino (CRF), em Ananindeua, onde foram realizadas visitas contínuas no ano de 2022 a 2024. As visitas tiveram autorização dos

setores responsáveis, a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do Estado do Pará e a Vara de Execução Penal de Belém. Nessas visitas, algumas entrevistas e conversas foram realizadas, dentre elas o diálogo individual com 10 mulheres do regime fechado. O roteiro de entrevista continha 11 perguntas semiestruturadas. Em alguns momentos, rodas de conversa foram realizadas para que algumas questões fossem debatidas coletivamente.

Vale esclarecer que o regime fechado é uma modalidade de cumprimento de pena na qual, de acordo com a Lei de Execução Penal 7.210/1984, é acatada em instituições — que podem ser cadeias públicas, penitenciárias, ou centros de reeducação — de segurança máxima ou média. Difere dos regimes semiaberto e aberto, já que, no primeiro, a execução da pena ocorre em colônias agrícolas ou industriais, onde são realizadas atividades laborais. No regime aberto, por sua vez, há maior flexibilidade do cumprimento da pena, que pode ser efetuada em casas de albergados — estabelecimentos prisionais que abrigam pessoas de baixa periculosidade ou condenadas por crimes de baixo potencial ofensivo — ou, se deferido pelo Juiz, na própria casa do indivíduo (BRASIL, 1984).

O objetivo da entrevista foi de compreendê-las por elas mesmas, entender as narrativas dessas mulheres privadas de liberdade e de suas trajetórias. Partir da visão de si e de suas necessidades e saudades. Apesar das perguntas sobre idade, escolaridade e delito serem relativas ao perfil social, e estarem disponíveis em suas fichas e registros institucionais, optou-se por ouvi-las, contando sua história, sendo que a forma como se conta também é reveladora. Para além dos dados numéricos — etários e criminais —, há uma história e uma trajetória. Portanto, vocalizá-las faz parte do processo de compreensão dos sujeitos e de suas escolhas. No sistema-mundo moderno-colonial, é necessário problematizar as condições de produção de conhecimentos sobre e para sujeitos que são, ao mesmo tempo, objetos (CURIEL, 2020).

Além da pesquisa de campo, as investigações de documentos institucionais e de performances públicas foram orientadas pela Análise Arqueológica do Discurso (AAD), fundamentada por Michel Foucault (1987). O método parte da profundidade das coisas e de quem diz. O autor explicita as dinâmicas de poder construídas em torno de objetos

científicos, destacando os discursos de verdade e as formas de “governamentalidade” capazes de determinar o que é socialmente aceito.

O método arqueológico consegue revelar, em profundidade, a constituição do objeto científico. Diferentemente da história da ciência, seu objetivo não é narrar de forma linear a validade acadêmica de uma área de estudo, mas, no caso do terceiro plano estadual de políticas para as mulheres, revelar o discurso político de validade, passível de dominação tanto corporal quanto mental.

Consoante o autor, a prática discursiva é indispensável na constituição de uma ciência. Antes de adquirir posição científica, um determinado conhecimento é um saber, entendido como um conjunto de singularidades e condutas atreladas ao tempo. Nesse sentido, o saber, nas palavras de Foucault (1987), consegue coordenar e se apropriar da realidade. “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 1987, p. 205).

Essa referência teórico-metodológica possibilitou o questionamento acerca da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.964/1984), que traz em seu artigo 19 a seguinte orientação: “O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição” (BRASIL, 1984, p. 23).

Diante disso, a pergunta que se coloca é: qual condição? A de ser mulher? Não fica explícito, no decorrer do texto legal, o que se entende por ensino “adequado”. Contudo, ao que parece, a lei estabelece uma clara distinção entre o ensino profissional voltado às mulheres e aquele destinado aos homens, indicando que o sistema penal traz, em sua estrutura, características da divisão sexual do trabalho vigente na sociedade. Da mesma forma, o método foucaultiano permitiu analisar criticamente a postura do Juiz responsável pelo projeto “Realize”.

Desenvolvimento

No levantamento bibliográfico preliminar desta proposta de pesquisa, ficou evidente a dificuldade de encontrar artigos transversais que concentram neoliberalismo, empreendedorismo e cárcere. A partir do trabalho de Carmo *et al.* (2021), fez-se um

resgate semântico e conceitual de empreendedorismo. Neste ensaio crítico, é analisada, portanto, sua evolução até o momento atual, em que há uma conexão com o modelo social neoliberal. Ao traçar essa trajetória e, ao mesmo tempo, observando a realidade brasileira, é destacado pelos autores um empreendedorismo de subsistência.

Cabe ressaltar que, apesar de se conectar com modelo neoliberal, o conceito de empreendedorismo passou por três momentos históricos distintos: “1) 1870-1940: era econômica; 2) 1940-1970: era das ciências sociais; 3) 1970 aos dias atuais: era dos estudos de gestão” (ASSIS; JÚNIOR; TEXEIRA, 2021). Os autores, ao final, estimulam o seguinte questionamento: segundo o GEM Brasil (2018), o empreendedorismo brasileiro é considerado de subsistência, como categoria informal, sustentado por pequenos negócios, em grande parte de cunho individual. Dessa forma, como considerar o modelo de gestão de sucesso do ser e do viver em um contexto de sobrevivência?

Permanecendo na discussão acerca do conceito de empreendedorismo e neoliberalismo no cárcere, o trabalho de Amorin, Moda e Mevis (2021) destaca a ausência de textos mais críticos que concentrem reflexão sobre a ideia de classe dentro do empreendedorismo como movimento de produção e reprodução social. Destacam ainda o papel da educação e do trabalho nesse processo. Os autores fazem uma releitura do termo “americanismo” de Gramsci (2001) sobre o discurso de autogestão do eu contidas no termo. Uma relação dialética intimamente imbricada, nesse amalgama estão gestados trabalho e o modo de ser no mundo (AMORIM; MODA E MEVIS, 2021)

O modelo atualizado do empreendedorismo, segundo os autores indica, de forma aparente uma liberdade de escolha mais acurada ao indivíduo. A proatividade, autonomia e escolha nesse caso, devem estar atreladas as adversidades sociais encontradas. Nesse caso, há um cabo de guerra entre as qualidades do sujeito empreendedor em comparação as relações de reprodução social e subsistência (AMORIM et al., 2021, p. 04) como contribuição a esta temática entre empreendedorismo e neoliberalismo os autores destacam que para além da acumulação de riquezas o vencedor dentro dessa dinâmica social é aquele que “capaz de valorizar o seu capital humano” (AMORIM et al., 2021, p. 06)

Nesse contexto trazido por Gramsci, compreende-se a triangulação entre capital, estado e educação, assim como a admissão da entrada da função educacional no sistema carcerário, no desenvolvimento do “eu empreendedor”. Na leitura sobre Gramsci (1975), feita pelos autores, o empreendedorismo seria uma forma organizada e articulada na qual, a partir do viés político, uma classe dominante se impõe sobre o social e todos os outros desdobramentos de vida. A educação, nesse sentido, dispõe de um papel importante na capilaridade dos modos operandi técnico e mental do comportamento de precarização do sujeito.

Como salienta Wendy Brown (2019), o neoliberalismo, cunhado em 1938, se traduz em uma mordação social imposta ao trabalhador e ao mundo do trabalho. Não à toa, a primeira política formal desse Estado é desenhada em um contexto político de violação democrática no Chile, por Augusto Pinochet, em 1973. Nessa disritmia da democracia na América Latina, foi possível uma reestruturação forçada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo território de teste foi a América do Sul, até se estender para o norte com uma nova roupagem. As características do Estado-nação são, então, suplantadas pela lógica dos órgãos supranacionais.

Quando Byung-Chul Han (2020) afirma que o capital, no modelo neoliberal, explora o sentimento de liberdade do indivíduo — modificando o trabalhador e transformando-o em empreendedor —, até que ponto isso se estende à ideia de ressocialização vendida pelo sistema de administração penitenciária? Mais ainda: como vender a exploração da liberdade àqueles que estão privados dela? Nas palavras do autor coreano: “A atual crise da liberdade consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora” (HAN, 2020, p. 27).

Segundo Julião (2010), no processo de reinserção social, a educação e o trabalho são protagonistas em qualquer parte do mundo ocidental. Incorre-se ainda na ideia de que o ato criminoso, em si, parte de uma lógica de ausência de ofício e não necessariamente de ausência de oportunidade. Daí o momento em que essas duas categorias se fundem na educação para o trabalho, sendo, no caso da educação empreendedora, um processo de instrumentalização voltado para a não reincidência. A finalidade de ressocialização da pena guarda direta correlação com as condições oferecidas nos estabelecimentos

prisionais, tanto no sentido formal quanto no informal. De modo que, se os estabelecimentos prisionais não oferecem condições mínimas para garantir as disposições da Constituição e as leis regulatórias do Sistema Prisional Brasileiro, não é possível chegar a soluções.

Se tratando de um centro feminino, os atravessamentos para essa vulnerabilidade se incorporam à precarização da vida, trazida pelo contexto neoliberal. Da mesma forma que na sociedade “livre” existe um contexto de hierarquização de gênero, essa reprodução se repete na detenção. Desse modo, o impacto da divisão sexual do trabalho nas democracias atuais, no Brasil e no mundo, deve-se ao descompasso entre o trabalho remunerado (produtivo) e o não remunerado e/ou precarizado (reprodutivo).

O reflexo disso está no aumento das tensões da vida familiar – historicamente tratados como dilemas privados – que tem transbordado para o espaço público. Fraser e Jaeggi (2020, p. 16) salientam que o endividamento familiar tem reorganizada as dinâmicas de criação dos filhos e tudo que envolve cuidado e reprodução social, da mesma forma que interfere e provoca o esvaziamento das democracias contemporâneas.

Assim sendo, os projetos de desenvolvimento para as mulheres, distantes de uma discussão feminista, tendem a pensar a autonomia e a independência exclusivamente de forma econômica.

Nesse cenário, Mulheres no Desenvolvimento (WID); Mulheres e Desenvolvimento (WAD); e Gênero e Desenvolvimento (GAD) são siglas que indicam a inserção da categoria mulher como sujeito – ou, no último caso, do gênero – nas discussões e nos projetos históricos acerca do desenvolvimento. O conceito em si é carregado de controvérsias, pois denota superação, evolução ou mesmo um cenário positivo para a sobrevivência. Entretanto, as ações desenvolvimentistas têm passado ao largo do “bem viver” enquanto plena realização do sujeito, de suas potencialidades e conexão com o meio ambiente.

Assim, a crítica feminista insurge como pensamento integral e reflexivo dos projetos imperialistas, que universalizam um único sujeito: homem, cis, hetero, branco, adulto, localizado no Norte global e no mundo ocidental. Da mesma forma, joga luz sobre a priorização economicista e generalista da evolução das instituições humanas. O bem

viver, tratado pelos movimentos sociais e pela teoria feminista, é diametralmente oposto ao desenvolvimento. Os programas de reconstrução econômica e estabilidade financeira das décadas de 1970 e 1980 ignoravam as relações de poder no interior das famílias, na mesma medida que naturalizavam as funções do cuidado ligadas ao sexo biológico.

A introdução do conceito *Women in Development* (WID) ocorre após a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 2 de julho de 1975, no México. A compreensão se desenvolve dentro do feminismo liberal e propõe a inclusão da mulher nos recursos materiais e no mercado do trabalho, isto é, *mulheres no desenvolvimento* acaba por não inferir críticas sobre o sistema capitalista, grande aliado do sistema patriarcal no processo de exploração da divisão sexual do trabalho. Além de não destinar críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento, essa perspectiva acabava por reforçar a naturalização de uma “mística feminina” do cuidado.

Com isso, essa compreensão justifica políticas destinadas à inclusão da mulher ao sistema de crédito por uma maior capacidade de administrar recursos com mais eficiência familiar. Minimizar as desvantagens das mulheres no setor produtivo é o objetivo da WID, estreitando a relação entre desenvolvimento e modernidade. Nesse período, a corrente pedagógica tecnicista cuidava da ampliação de um sistema educacional especializado, responsável por fornecer um exército de reserva e mão de obra qualificada para o mercado.

Como observa Eva Rathgeber (1990), no artigo *WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice*, a corrente concentrava-se nos aspectos produtivos do trabalho, ignorando o trabalho invisível ou reprodutivo no espaço doméstico. “A suposição comum é que o acesso à renda será um estimulante suficientemente poderoso para encorajar as mulheres de alguma forma a fazer malabarismos com seu tempo de forma a participar de mais uma atividade.” (RATHGEBER, 1990, p. 492).

Desse modo, políticas de microcrédito, de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho tornam-se as marcas políticas da corrente liberal do feminismo, que ofereceu pouca defesa contra as relações sociais básicas de gênero.

É questionando o modelo de desenvolvimento e a perspectiva liberal do feminismo que surge, na segunda metade de 1970, *Women and Development* (WAD), sigla que

denomina a abordagem neomarxista do feminismo inspirada na teoria da dependência, como crítica ao sistema de exclusão do Terceiro Mundo. Apesar de essa abordagem, de metodologia marxista, não aprofundar significativamente os debates de gênero, o que se evidencia é que as mulheres sempre foram agentes econômicos, realizando no espaço doméstico a função de reprodução social necessária para a manutenção do mercado.

A proposta caminha de maneira mais analítica quanto à desproporcionalidade entre países do Sul e do Norte, concentrando-se na escala global de exploração e na centralidade da classe como objeto de desvelamento do sistema global. As questões interseccionais ou de gênero são tangenciadas nesse movimento. Em nível teórico, a WAD reconhece uma visão mais crítica sobre o lugar das mulheres no modelo capitalista, mas foge de uma visão mais combativa à exploração patriarcal.

Na prática, a gestão da corrente acaba por adotar a mesma visão estratégica da WID, bem como políticas de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, quando as estruturas globais forem equitativas, a situação das mulheres, por tabela, também terá uma melhora. Ou seja, não há uma atenção sobre a desigualdade de gênero ou sobre o patriarcado, uma vez que homens e mulheres são colocados em posição desigual a nível internacional e de classe (RATHGEBER, 1990, p. 492).

O Gênero e Desenvolvimento (GAD), além de concentrar sua crítica na construção de gênero, que transcende o sistema capitalista, também critica ambas as abordagens anteriores pela preocupação singular com o setor produtivo, em detrimento do reprodutivo e do cuidado. Despontando na década de 1980, o GAD toma forma a partir da visão das feministas socialistas, que apontam a multiplicidade de opressões na constituição histórica da mulher. O objetivo é compreender a inferioridade atribuída sistematicamente às mulheres, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo.

A preocupação aqui está na construção da categoria gênero e nos papéis socialmente atribuídos, observando as naturalizações, julgamentos, expectativas e cristalizações que a colocam a mulher em um lugar de “cidadã de segunda classe”. A esfera privada é o lócus inicialmente priorizado nas discussões sobre as opressões de gênero. É importante frisar o convergir de cada movimento com a ampliação da epistemológica do sujeito mulher. A palavra gênero foi inserida em um documento jurídico importante: a

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979, posteriormente denominada Convenção da Mulher, que está em vigor desde 1981 e é o primeiro tratado internacional a dispor amplamente sobre os direitos humanos da mulher.

Portanto, são duas as frentes propostas: promover os direitos das mulheres na busca pela igualdade de gênero e reprimir quaisquer formas de discriminação contra elas nos Estados-parte. A abordagem do GAD supera os limites das duas anteriores, uma vez que não se contenta com a inserção das mulheres nos espaços econômicos, educacionais e sociais mais amplos. Pelo contrário, ela critica, questiona e leva-nos ao reexame fundamental das estruturas e instituições sociais programadas para a exclusão sumária de certos corpos. Desse modo, é a partir de uma discussão crítica de empreendedorismo, como discurso de liberdade e autogestão de si para mulheres privadas de liberdade, que se pretende determinar os limites de tensões dessa estratégia como reinserção social, atravessada por gênero, raça, classe e demais demarcadores.

Resultados

A escrita e a percepção acadêmica deste artigo são frutos da vivência no projeto “Realize”, um acordo de cooperação institucional entre SEAP, VEP e a Faculdade Estácio, situadas no Estado do Pará. Um dos primeiros impactos na relação entre os atores à frente do projeto é o discurso empreendedor, trazido de maneira central pelo representante do poder Judiciário. As reuniões de alinhamento, quanto aos assuntos que deveriam ser abordados nas oficinas e palestras, eram orientadas para um plano de negócios ou “case de sucesso”. O ideal seria que as internas do CRF se tornassem donas de “pequenos negócios”.

Antes da execução do projeto foi realizada uma visita guiada ao CRF e ao Complexo Penitenciário de Santa Izabel, na Vila de Americano, que abriga a maior população carcerária do estado do Pará, contando com 9 unidades prisionais e mais de 6 mil presos. Uma de suas unidades é o Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III (CRPP III), na região metropolitana de Belém. Em abril de 2018, a unidade sofreu uma “tentativa de fuga em massa” que resultou na morte de 21 pessoas.

Primeiramente, a visita, ocorrida em maio de 2022, foi direcionada a 4 instituições de ensino superior do Estado, representadas por professores e coordenadores de curso. O objetivo desse reconhecimento espacial foi propagandístico: uma forma da SEAP e da VEP prestarem contas sobre a estrutura do espaço e a segurança no desenvolvimento de projetos educacionais em parceria com universidades e faculdades locais. Nesse encontro, chamou atenção a frase final do Juiz sobre as ações que visam a ressocialização: “a gente precisa proporcionar ao preso que eles sejam donos do próprio negócio, essa coisa de bolsa família, bolsa esmola, faz com que ele queira cometer crime mesmo”.

Ademais, ainda em contato com o discurso institucional do “eu empreendedor”, no ano de 2022, realizei uma escuta sociojurídica com 10 internas do CRF, a qual resultou na publicação de um artigo científico sobre as conexões entre maternidade, vulnerabilidade e recrutamento para o tráfico de drogas. Em *“Estou Sendo Presa pela Terceira Vez Doutora, mas Prefiro Traficar do que Ver Meu Filho Fazendo”*: feminização da pobreza, vulnerabilidades e encarceramento, Santos (2023) tensiona a relação entre a feminização da pobreza, as vulnerabilidades e aumento do encarceramento das mulheres no Pará (Santos, 2023).

Além disso, quando perguntadas sobre os cursos de profissionalização oferecidos, as respostas foram as seguintes: a) panificação; b) jardinagem; c) design de sobancelhas; d) coach; e) serviços gerais; e) fabricação de sabão; e) artesanato.

Essas respostas, por sua vez, confirmam a diferenciação descrita na lei de Execução Penal quanto à proposta de adequação das atividades profissionalizantes às mulheres. De modo particular, Serviços gerais e artesanato remetem à lógica do cuidado doméstico e da feminilidade natural. No aspecto geral, denota-se um perfil de trabalho voltado a atividades manuais. O que se destaca dentre os cursos oferecidos são o de design de sobancelhas e de Coach. Quanto a este último, não ficou explícito nas falas qual seria a proposta dessa atividade, embora, em um olhar geral sobre a instituição, o discurso do empreendedorismo seja uma máxima que se repete nas intervenções e propostas de sobrevivência pós sistema penal.

O mesmo juiz, que carrega suas falas e ações com o foco no empreendedorismo do cuidado e da sobrevivência, oferece cursos como Coach do Método CIS e, além disso,

se auto intitula Coaching Integral Sistêmico. Trata-se de um treinamento de quatro dias que visa desenvolver a inteligência emocional e a capacidade de integrar a razão e a emoção. O objetivo, conforme suas próprias palavras *“é reprogramar a raiz dos problemas de uma pessoa, ajudando-a a mudar o estilo de vida e alcançar seus sonhos”*. Por fim, a Figura 1 ilustra o discurso empregado pelo juiz da VEP de Belém.

Figura 1- Método CIS 2030 dentro do Centro de Reeducação Feminino.



Fonte: Instagram do Juiz https://www.instagram.com/p/CodWtV1uYLZ/?img_index=1

O Método CIS foi desenvolvido pelo empresário Paulo Vieira e é considerado um dos maiores treinamentos de inteligência emocional do mundo. O treinamento promete ajudar os participantes a: reprogramar suas crenças, sair da zona de conforto, mudar a comunicação, alcançar alta performance pessoal e profissional, e integrar todas as áreas da vida. Vale destacar, porém, que esse método é baseado em religião, sem comprovação científica das questões relatadas na Bíblia. Esse mesmo método tem sido aplicado como mecanismo de ressocialização em presídios masculinos do Estado, sendo ainda utilizado como vitrine de sucesso nas redes sociais do magistrado à frente da Vara de execução Penal da capital.

Essa imagem, dentre inúmeras outras iguais, suscitam debates importantes sobre a biografia pessoal do magistrado e a utilização da imagem de pessoas privadas de liberdade. Afinal, será que ele foi autorizado a utilizar essas pessoas como vitrine? O tribunal de justiça do Estado do Pará está em consonância com essas práticas? Esses cursos foram vendidos de que maneira para o Estado, via licitação? Outro ponto relevante é a descrição da imagem, para se referir a instituição, “centro de recuperação feminino”. O CRF de Ananindeua desde 2018 é considerado um “Centro de Reeducação Feminino”, cuja função é aplicar os dispositivos da LEP, dentre eles o direito à saúde, à educação e à assistência social.

Considerações Finais

O Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua é o único estruturado do Estado do Pará com a proposta de formação educacional e para o trabalho (Pará, 2019). Lá, mulheres do interior e de Estados vizinhos estão custodiadas. A própria lógica de distanciamento geográfico, portanto, impossibilita a manutenção dos laços sociais e afetivos, que são importantes na reinserção social e na construção da liberdade. O território, como conceito polissêmico, ultrapassa as características físicas e se assenta nas múltiplas relações que deixam de existir pelo distanciamento afetivo. Então, trata-se de um território de muitas incertezas e pontos vazios.

O espaço do cárcere, atravessado pela perspectiva de gênero, é carregado de elementos materiais, que implicam na desconexão dos laços responsáveis pela reinserção social — o que é um contrassenso. Tratando-se de um centro feminino, as múltiplas vulnerabilidades se incorporam à precarização da vida, agudizada pelo contexto neoliberal. Da mesma forma que na sociedade “livre” existe um contexto de hierarquização de gênero, essa reprodução se repete na detenção, agora vivida com maior dramaticidade e disciplinamento.

Em relação à formação para o trabalho e à educação formal, vale destacar a presença do discurso empreendedor às mulheres privadas de liberdade, apresentado pela instituição como uma saída para a criminalidade. A mentalidade das instituições jurídicas e de controle, somadas ao discurso de autogestão de si e ao pensamento empreendedor,

capilarizado pela educação formal, suscita questões instigantes acerca do empreendedorismo como uma solução “mágica” para diminuição da criminalidade e para a não incidência de delitos.

Os atendimentos às mulheres encarceradas, previstos inclusive na lei de Execução Penal, além de restritos, limitam-se aos parâmetros normativos da divisão sexual do trabalho. Exemplo disso são os cursos oferecidos: cuidado, beleza e limpeza, todos associados a um empreendedorismo subalterno de manutenção da hierarquia de gênero. Esse discurso neoliberal, que implementa um “empreendedorismo de sobrevivência”, não reconhece a histórica precarização do trabalho e, ao mesmo tempo, visa justificar o fim de políticas voltadas à minimização das desigualdades sociais e econômicas que influenciam na taxa de criminalidade e de violência. Isto é, aquilo que tenciona é, ao mesmo tempo, necessário na manutenção da democracia neoliberal, mas também o que causa a sua ruptura.

Dessa forma, constatou-se a exploração da expectativa de liberdade de mulheres custodiadas, face à biografia pessoal do juiz da Vara de Execução Penal de Belém. Os atendimentos às mulheres encarceradas, previstos inclusive na Lei de Execução Penal, além de restritos, limitam-se aos parâmetros normativos da divisão sexual do trabalho, associados a um empreendedorismo de sobrevivência e de manutenção da hierarquia de gênero. Vale destacar que o projeto “Realize” é apenas um dos muitos projetos encabeçados pelo juiz da VEP e que, apesar de se dizer humanizado, é um dos magistrados que opta pela manutenção de prisões preventivas em audiências de custódia.

Referências bibliográficas

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? Cadernos CRH, Salvador, v. 34, p. 1- 16, 2021.

BRASIL. Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm. Acesso em: (data de acesso)

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres. 2º ed. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen>.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARMO, Luana; ASSIS, Lilian; JÚNIOR, Admardo; TEIXEIRA, Marcela. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, Jan./Mar. 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 8. ed. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

GERMANO, Idilva Maria Pires, MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes e LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. Criminologia crítica, feminismo e interseccionalidade na abordagem do aumento do encarceramento feminino. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, . v. 38, n. spe2, p. 27-43, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310>. Acesso em: 6 out. 2022.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ayné, 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. Revista

Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 529-543, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300010>. Acesso em: 6 out. 2022.

RATHGEBER, Eva. WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice. The Journal of Developing Areas, Tennessee, v. 24, n. 4, p. 489-502, Jul. 1990. Published by: College of Business, Tennessee State University.

SANTOS, Karen Gabriely Sousa. “Estou sendo presa pela terceira vez doutora, mas prefiro traficar do que ver meu filho fazendo”: feminização da pobreza, vulnerabilidades e encarceramento. Revista Científica Gênero na Amazônia, Belém, v. 2, n. 24, p. 349, 14 dez. 2023. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v2i24.15628>

Três gramas de maconha na marmita do detento, e daí? Contribuições para análise da decisão do STF sobre o artigo 28 da Lei de Drogas¹

Tatiana Calandrino Maranhão

Resumo

Em decisão definida pela maioria dos ministros que compunham o plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, publicada em junho de 2024, o artigo 28 da Lei 11.343/2006, que estabelece o crime de posse de drogas para uso pessoal, foi declarado como inconstitucional. O referido artigo trata do crime caracterizado pelas condutas de “adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem a devida autorização” (BRASIL, lei nº 11.343, 2006). A aplicação do artigo em casos concretos demanda alto grau de discricionariedade, considerando a ausência de parâmetros legais para a diferenciação entre uso e tráfico. Desta forma, além de declarar a inconstitucionalidade, os ministros definiram uma quantidade para caracterização e diferenciação do uso/tráfico de drogas. O presente trabalho pretende contribuir para a análise dos sentidos e das consequências jurídicas e sociais da decisão do STF, que pode ser considerada histórica por tratar de uma temática debatida calorosamente há décadas, porém, não modifica totalmente a aplicação desigual da lei, observada em números oficiais e diversas pesquisas acadêmicas. O título do artigo busca reforçar que toda a discussão sobre a constitucionalidade do referido artigo não paira no ar, como muitas vezes parece ser tratada pela teoria do Direito, mas gera efeitos concretos. O conflito ultrapassa a esfera judicial, envolvendo atores públicos e privados com distintos interesses no tratamento da questão.

Palavras-chave: maconha, antropologia do Direito, mercados, arbitrariedade, controle de constitucionalidade.

¹ Trabalho apresentado no GT 02 " Os efeitos da Inquisitorialidade no Campo do Direito e da Segurança Pública" do I Seminário Internacional Encarceramento e assimetrias federativas em perspectiva comparada no Brasil e no exterior/ IX Encontro de pesquisas em administração de conflitos do Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (PPGD/UVA), como parte das atividades do projeto CAPES IMPACTOS DA PANDEMIA - Assimetrias Federativas em Tempos de COVID-19: Diagnósticos e Impactos da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça nos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Abstract

In a decision determined by the majority of the justices of the Supreme Federal Court (STF), published in June 2024, Article 28 of Law 11.343/2006, which establishes the crime of drug possession for personal use, was declared unconstitutional. The referred article addresses the crime characterized by the actions of “acquiring, storing, keeping in deposit, transporting, or carrying drugs without proper authorization for personal use” (BRAZIL, Law No. 11.343, 2006). The application of this article in specific cases requires a high degree of discretion, given the absence of legal parameters to differentiate between use and trafficking. Thus, in addition to declaring its unconstitutionality, the justices established a quantity threshold to distinguish between personal use and drug trafficking. This paper aims to contribute to the analysis of the meanings and the legal and social consequences of the STF’s decision, which can be considered historic, as it addresses a topic that has been intensely debated for decades. However, it does not entirely change the unequal enforcement of the law, as observed in official data and various academic studies. The article’s title seeks to emphasize that the entire discussion on the constitutionality of the referred article is not merely theoretical, as it often seems in legal doctrine, but rather has concrete effects. However, the conflict extends beyond the judicial sphere, involving public and private actors with distinct interests in addressing the issue.

Keywords: Marijuana, Legal Anthropology, Markets, Arbitrariness, Constitutional Review.

1. Introdução

O consumo de drogas é uma prática social que foi tipificada como crime pelo Estado brasileiro. No entanto, a conduta de consumir recebeu tratamento diferenciado da venda e distribuição ilegal de substâncias entorpecentes, estas caracterizadas como tráfico pela legislação penal, e considerado ato mais gravoso. Sob tal diferenciação, a lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, retirou a pena de prisão para o crime de posse para consumo pessoal, modificando o sistema anteriormente implementado pela lei nº 6368/1976. Na época, a proposta que obteve ampla aceitação no processo legislativo,

que atualizou a política nacional sobre drogas, visava justamente aumentar o rigor da lei para o crime de tráfico e diminuir ou atenuar as penas para o consumidor.

Contudo, a classificação como usuário ou traficante seguiu tão problemática quanto antes - ou até mais. Já que o artigo 33 da nova lei, que trata sobre o tráfico, utiliza os mesmos verbos ou ações que o artigo 28, que trata do consumo: “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo” (BRASIL, lei nº 11.343, 2006). Assim, o enquadramento da conduta passou a depender da análise feita pelos agentes públicos, em cada caso, sobre os fins a que se destinava a substância: se para uso pessoal ou se para fornecer a terceiros. No texto da lei de 2006, justamente no parágrafo 2º do famigerado artigo 28, está previsto que:

Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL, lei nº 11.343, 2006)

A discricionariedade na aplicação da lei, muitas vezes, se apresenta como arbitrariedade, embasada por preconceitos de raça e classe social. Cabe à autoridade policial - porta de entrada do sistema processual - o “desenrolo”, ou a negociação da classificação, de acordo com diversos critérios além da avaliação da situação flagrada (GRILLO et al., 2011). Considerando que o inquérito policial comumente é parte do processo penal, podemos notar a manutenção de, no mínimo, resquícios de inquisitorialidade na seara processual. (KANT DE LIMA, 2013).

Cabe considerar que, apesar da lei regulamentar os crimes referentes às drogas, não se encontra no texto legal quais substâncias são consideradas drogas ilícitas, cabendo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) listar quais são os entorpecentes ou substâncias psicoativas consideradas ilegais, tais como a Cannabis Sativa, conhecida popularmente no Brasil como maconha, cujo uso gerou a discussão sobre a qual proponho tratar. Em muitos países, o uso da maconha foi descriminalizado, enquanto no Brasil, como vemos, a discussão ainda enfrenta muita resistência de setores mais conservadores, contrários à descriminalização.

Desde 2013, algumas substâncias encontradas na planta, como o Canabidiol ou CBD, tiveram seu uso permitido pela ANVISA para fins medicinais. A possível associação da planta com seus fins medicinais já conhecidos pelo mercado ou mesmo pelos efeitos mais amenos em comparação a outras “drogas”, o uso da maconha foi tratado de forma diferenciada pelo Judiciário brasileiro.

De acordo com o novo entendimento firmado em 2024, a previsão do artigo 28 da lei de drogas contraria princípios assegurados pela Constituição de 1988, como a “inviolabilidade da intimidade e da vida privada”. Por isso, não deve mais ser aplicado pelo Poder Judiciário em processos penais que envolvam o consumo de maconha. Segundo o relator do Caso Ministro Gilmar Mendes, em voto apresentado em 2015, “a criminalização da posse de drogas para uso pessoal conduz à ofensa à privacidade e à intimidade do usuário. Está-se a desrespeitar a decisão da pessoa de colocar em risco a própria saúde”. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE 635659/SP, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>)

Um dos pontos considerados mais relevantes da recente decisão do STF foi a definição de um parâmetro mais objetivo para a classificação do usuário, de “até 40 gramas de *cannabis sativa* ou 6 plantas-fêmeas”. A definição da quantidade levou em consideração dados e informações levantados ao longo da discussão do recurso, que levou quase 10 anos para ser julgado, incluindo a participação de inúmeras entidades que atuam na temática com experiência no plantio e na luta pela legalização da maconha.

Desta forma, pretendo compreender os sentidos de liberdade apropriados pelos diferentes atores envolvidos na discussão levada ao STF a partir de um caso bastante específico, - mas nada incomum - no qual foi apreendida uma quantidade ínfima de maconha na cela dividida por vários detentos, sendo que um deles se declarou proprietário da substância.

Os resultados foram obtidos a partir de uma pesquisa empírica, que incluiu leitura do processo judicial, vídeos do julgamento disponíveis na internet, reportagens publicadas em jornais de grande circulação e instrumentos normativos, além de estudos acadêmicos sobre o tema. O título do artigo busca reforçar que toda a discussão sobre constitucionalidade não paira no ar, como muitas vezes parece ser tratada pela teoria do Direito. Há uma lógica jurídica que organiza as disputas na esfera pública, mas não se

pode perder de vista as consequências concretas das políticas, como as que envolvem a “guerra às drogas” geram na vida dos cidadãos. Em uma sociedade que apresenta traços de uma organização hierárquica como o Brasil, há níveis de cidadania que correspondem a acessos diferenciados a direitos, assim, a liberdade e seus instrumentos de garantia como o *habeas corpus* não funcionam igual para todos. Neste sentido, o presente artigo contribui para a identificação e análise dos efeitos da inquisitorialidade (KANT DE LIMA, 2013) no Campo do Direito e da Segurança Pública.

2. O caso que gerou a discussão

Em julho de 2009, em uma vistoria em uma cela do presídio de Diadema, com mais de 30 homens, um policial encontrou uma trouxinha com 3g de maconha. Francisco Benedito de Souza, cearense, se declarou o dono da substância e foi condenado a dois meses de serviços comunitários, com base no artigo 28, além dos outros em que já havia sido enquadrado (assalto à mão armada, receptação e contrabando).

A Defensoria Pública, após ter o último recurso indeferido, entrou com Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, alegando que o artigo aplicado feria princípios constitucionais assegurados ao cidadão, que se encontrava sob custódia do Estado. O recurso de Francisco foi autuado em 22 de fevereiro de 2011, sendo sorteado como relator o Ministro Gilmar Mendes. Em novembro do mesmo ano, foi declarada a repercussão geral do tema. A partir de então, diversas entidades ingressaram no processo, apresentando argumentos contrários e favoráveis ao recurso levado a um julgamento que durou mais de 13 anos para chegar a uma sentença, com alcance aplicável a todos os demais cidadãos.

Em entrevista² publicada no jornal O Globo em 2015, há a informação de que Francisco Benedito só soube naquele ano (5 anos depois de sua condenação pela posse dos 3g de maconha) que seu caso tinha gerado um debate tão amplo, que mobilizou quase toda a sociedade. Na mesma reportagem, há o relato atribuído a Francisco de que a substância ilícita encontrada na cela era utilizada comumente pelos presos, mas que, naquele dia, coube a ele confessar que era para seu uso pessoal. Há um relato ainda de

² <https://oglobo.globo.com/brasil/assumi-para-evitar-confusao-diz-reu-no-caso-do-stf-que-pode-descriminalizar-porte-de-drogas-1-17192416>

que o preso que confessou ter praticado o crime de uso de drogas recebeu um castigo e ficou sem visita ou banho de sol por 30 dias, mas ele não poderia imaginar outros desdobramentos de sua confissão.

2.1 A Lide ou o Processo de julgamento

Em abril de 2011, o relator do Recurso Extraordinário enviou o processo para parecer da Procuradoria Geral da República. No mês seguinte, o Ministério Público Federal apresentou uma manifestação assinada pelo subprocurador Geral da Justiça, entendendo que o recurso era tempestivo, ou seja, dentro do prazo previsto no Código de Processo Penal, porém, deveria ser desprovido, apresentando como um dos argumentos:

No caso, o bem jurídico tutelado é a saúde pública que fica exposta a perigo pelo porte da droga proibida, independentemente do uso ou da quantidade apreendida. A conduta daquele que traz consigo droga de uso próprio, por si só contribui para “a propagação do vício no meio social”. O uso de entorpecente não afeta apenas o usuário em particular; mas também a sociedade como um todo. (PGR. Manifestação processual. In: BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP, 2011)

A manifestação inclui citação do jurista Vicente Greco Filho no livro “Tóxicos – Prevenção”, publicado em 1982:

A razão jurídica da punição daquele que adquire, guarda ou traz consigo (a droga) para uso próprio é o perigo social que sua conduta representa. Mesmo viciado, quando traz consigo a droga, antes de consumi-la, coloca a saúde pública em perigo, porque é fator decisivo da difusão dos tóxicos. Já vimos ao abordar a psicodinâmica do vício que o toxicômano normalmente acaba traficando, como forma de obter dinheiro para a droga, além de psicologicamente estar predisposto a levar outros ao vício, para que compartilhem ou de seu paraíso artificial ou de seu inferno. (Greco Filho, 1982, apud PGR. In: BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP, disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>)

Apesar de citar publicação de cunho teórico anterior à lei debatida e não trazer dados oficiais atualizados, a manifestação contribuiu para delimitar a importância do assunto como de interesse mais amplo, abarcando toda a sociedade. Em novembro de 2011, foi declarada pelo relator a repercussão geral da questão debatida, prevista como requisito para admissão do recurso.

No mês seguinte, diversas entidades pediram o ingresso como “*amicus curiae*”³, entre elas: Viva Rio, em conjunto com a Comissão Brasileira Sobre Drogas e Democracia (CBDD); a Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos (ABESUP); o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM); o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); e a Conectas Direitos Humanos (OSCIP), juntamente com o Instituto Sou da Paz, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL/Brasil) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ADGLT).

Neste contexto, os tribunais superiores brasileiros ainda iniciavam a prática de ouvir entidades em julgamentos considerados de “repercussão geral” ou que exigissem conhecimentos especializados. Cabe ainda pontuar que, na época, o acesso aos autos era mais restrito, já que os processos eram físicos e, mesmo que a consulta fosse pública, para obter uma cópia de processo em julgamento pelo STF seria necessário ir até Brasília.

Posteriormente, em petição conjunta protocolada no dia 12/08/2015 às 22h, poucas horas antes da primeira audiência marcada, entraram em bloco: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDF), a Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD), a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família (PRÓ-VIDA-FAMÍLIA), a Central de Articulação das Entidades de Saúde (CADES) e a Federação de Amor-Exigente (FEAE). O pedido em bloco teve como justificativa a necessidade de “reequilíbrio do jogo informacional”. Segundo o advogado que representava todas as entidades: “considerando que dez dos onze *amici curiae* admitidos irão sustentar a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, os

³ Expressão latina que pode ser traduzida literalmente por “amigo da Corte”. É adotada no Direito brasileiro para se referir a intervenção de alguém (em geral, uma pessoa jurídica que representa um coletivo) que não é parte no processo, mas oferece informações relevantes para o julgamento do caso. A intervenção de “*amicus curiae*” tem sido incentivada para garantir maior participação da sociedade, especialmente em ações de grande repercussão, como no caso analisado neste artigo.

requerentes visam a defender a constitucionalidade da norma impugnada, reequilibrando o jogo informacional”.

Entre as primeiras entidades que se juntaram ao processo, a ADEPOL era a única manifestamente contrária ao pedido de declaração da inconstitucionalidade. Segundo a manifestação da entidade:

[...] sob o ponto de vista da segurança pública, é de sabença comum que descriminalizar o uso das drogas é fazer o consumo crescer. E mais usuários significarão mais traficantes de drogas e de armas pesadas. Mais traficantes, mais violências, no cotidiano, com verdadeira "guerrilha urbana" nas grandes cidades” [...] O uso eventual e o vício das drogas têm torça suficiente para desestabilizar o sistema vigente. (ADEPOL. Manifestação processual In: BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>)

Entre as outras associações, havia muitos argumentos para reforçar o pedido de Francisco, tanto em relação aos danos causados aos usuários, (que incluem preconceito, principalmente em relação às pessoas negras e LGBTs e até perda da liberdade pela classificação como traficante) como em relação aos danos à sociedade causados pela chamada “guerra às drogas”. Um dos documentos juntados ao processo foi o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, publicado em 2011, pelo Conselho Federal de Psicologia como resultado de inspeções em unidades de acolhimento de usuários de álcool e outras drogas promovidas após inúmeras denúncias feitas ao Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos da autarquia. Foram visitadas 68 instituições de internação de dependentes químicos em 24 estados e no Distrito Federal e constatadas as mais variadas violações de direitos.

Um ano após a entrada do recurso, o processo já possuía 3 volumes e mais de 500 páginas. Em agosto de 2015, já com 10 volumes e 4 apensos, houve a primeira audiência, na qual foi lido o relatório e ouvidas as sustentações orais dos *amicus curiae*.

No final do dia anterior à audiência, as entidades que entraram em bloco para defender a constitucionalidade do artigo 28 protocolaram petição pedindo a retratação da decisão que reconheceu a repercussão geral da questão debatida, utilizando como

argumento a matéria publicada no jornal O Globo em que Francisco explica que se declarou dono da substância “para evitar confusão”.

Assim, a (re)delimitação da discussão para o caso específico foi a estratégia adotada pelo bloco conservador a fim de evitar o avanço da discussão sobre a constitucionalidade do artigo. Na manifestação, houve ainda o questionamento em relação à situação de detento do Recorrente:

pode um preso invocar o direito constitucional à intimidade e vida privada para justificar o porte de drogas, para uso pessoal, dentro de uma unidade prisional? A resposta é não(!), dada a legitimidade de restrições a direitos fundamentais nas relações de sujeição pessoal, como é o caso dos presos, condição vivida pelo Recorrente em 21.7.2009” [...]

“Como ensina Paulo Gustavo Gonet Branco, há pessoas que se vinculam aos poderes estatais de forma marcada pela sujeição, submetendo-se a uma mais intensa medida de interferência sobre os seus direitos fundamentais.(BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP, vol. 10, I p. 2179, 2015.)

As questões levantadas foram afastadas pelo Relator, que manteve sua decisão e prosseguiu com o processo, proferindo voto favorável à declaração de inconstitucionalidade. Após o início do julgamento, os pedidos de ingresso para sustentação oral foram negados, sendo possível apenas a apresentação de memoriais, ou seja, manifestações por escrito.

2.2 Os votos dos Ministros

Após o voto do relator, houve pedido de vistas do Ministro Edson Fachin, que, em seu voto, delimitou a discussão para a maconha, considerando que o caso tratava desta substância. A proposta foi adotada pelo relator e demais ministros, considerando que as informações trazidas aos autos se referiam à maconha, havendo carência de maiores estudos sobre outras substâncias.

Ainda em 2015, o Ministro Luiz Roberto Barroso votou a favor da descriminalização do uso da maconha, propondo parâmetros adotados em Portugal: 25g e 6 plantas fêmeas. A definição de critérios objetivos foi considerada importante para reduzir o tratamento desigual, já reconhecido em pesquisas acadêmicas e números oficiais

citados. O ministro esclareceu a diferença entre “descriminalizar”, que segundo ele, significa deixar de tratar como crime; “despenalizar”, que seria não punir com pena de prisão, mas punir com outras medidas, que, segundo explicou, seria o sistema em vigor atualmente e, por fim, “legalizar” significa que o direito considera um fato normal, insuscetível de qualquer sanção, mesmo que administrativa. Em seu voto, defendeu descriminalizar, mas não legalizar, o que posteriormente afirmou que não seria uma “posição conservadora”, mas “uma posição de quem quer produzir um avanço consistente”, afirmou à BBC⁴.

Em 2016, o ministro Teori Zavascki pediu vistas do processo e seria o quarto a proferir voto, todavia, o mesmo morreu em um acidente aéreo em janeiro de 2017, o que levou ao adiamento do julgamento por quase sete anos.

Só em 2023, o julgamento foi retomado, com o voto do ministro Alexandre de Moraes, que foi transmitido ao vivo pela TV Justiça e distribuído pelo próprio por escrito. O ministro enfatizou a necessidade de considerar casos empíricos, incluindo as experiências em outros países, tal como fez o ministro Barroso, mas que o julgamento da questão exigia manter foco na realidade brasileira. Em sua fundamentação, foram utilizados muitos números, em parceria com a “Associação Brasileira de Jurimetria”. Como exemplo, considerou que, entre 2006 e 2013, triplicou o número de presos por tráfico, especialmente mulheres, sem que houvesse qualquer evidência de que o volume de tráfico tenha realmente triplicado. Desta forma, questionou o tratamento do uso de drogas, considerando a classificação do crime de tráfico como um dos pontos mais relevantes para o sistema prisional, já que em torno de 25% dos presos no Brasil foram acusados pelo crime de tráfico. Alegou ainda que “hoje não temos uma aplicação igualitária da lei”, explicitando diferenças de tratamento em relação à classe, cor da pele e grau de instrução identificada em diversas pesquisas que apontam para o que chamou de “abuso policial seletivo”. Desta forma, defendeu a adoção pelo Tribunal de quantidade que não fosse nem muito pequena, pois poderia gerar uma espécie de inversão do ônus da prova, em que o usuário precisaria provar que não é traficante e nem muito grande, para evitar impunidade. Neste sentido, questionou aos presentes: “Vale a pena absolver

⁴ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150914_drogas_barroso_ms

pequenos traficantes para não prejudicar o usuário? Quantos? Tem que se estabelecer uma curva”. Por fim, sugeriu o parâmetro de 60g, ao invés de 25g, proposto pelo ministro Barroso.

O ministro Cristiano Zanin, recém empossado no STF por indicação do presidente Lula, foi o primeiro a votar contra a declaração de inconstitucionalidade. Tal fato foi noticiado pela imprensa⁵ como contribuindo para um descompasso na base governista, tendo em vista que sua nomeação foi realizada dentro do campo político, considerado mais liberal em relação à política de drogas. Por outro lado, o mesmo concordou com os parâmetros propostos de 25g e 6 plantas fêmeas como critério para diferenciação entre uso e tráfico.

Na mesma sessão, a ministra Rosa Weber decidiu antecipar seu voto antes de se aposentar, votando pela inconstitucionalidade do artigo e concordando com a quantidade de 60g proposta por Moraes. Como parte de sua fundamentação, citou as péssimas condições das unidades prisionais brasileiras, que verificou pessoalmente através de inspeções realizadas quando era presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os dois ministros nomeados durante o governo Bolsonaro votaram contra o provimento do recurso extraordinário, defendendo a constitucionalidade do artigo em questão. O ministro André Mendonça, afirmando os malefícios da maconha em voto com pouco embasamento, propôs a quantidade de 10g para caracterizar tráfico. No mesmo sentido, Kassio Nunes Marques justificou a manutenção da criminalização como forma de restringir o acesso e o uso de drogas, especialmente por crianças e adolescentes e reforçou a tese de que caberia ao Legislativo tratar do assunto.

Ministro Dias Toffolli propôs o que seria uma “terceira via”, votando pelo desprovimento do recurso, mas considerando que a legislação atual já teria despenalizado o consumo pessoal de drogas, cabendo interpretar a “vontade do legislador” no sentido de descriminalizar a prática. Em seu voto considerou as políticas adotadas em países, como Portugal, que tiveram êxito em retirar o assunto da Justiça Penal e tratar como Política de saúde. Porém, sugeriu estipular um prazo de 180 dias para que o Poder Legislativo e Executivo criassem uma política pública de drogas interinstitucional e

⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/voto-de-zanin-sobre-maconha-eleva-pressao-sobre-lula-para-proxima-vaga-no-stf/>

multidisciplinar, com a definição de critérios objetivos para caracterização do tráfico. Citando trabalho acadêmico publicado no consultor jurídico, considerou os gastos públicos com o sistema prisional, agravado pela política de drogas:

A política de repressão às drogas no Brasil revelou-se ineficaz e dispendiosa. Segundo dados da Senappen, em 2023, o custo do sistema prisional para abrigar mais de 700 mil presidiários alcançou R\$ 2,1 bilhões, sendo que 31% dos presos estavam encarcerados por crimes ligados ao tráfico de drogas. O custo médio mensal do preso equivale a R\$ 3.000,83. Isso representa cinco vezes o valor gasto pelo Brasil em 2023 com a educação básica por aluno, no qual foi investido apenas R\$ 683,33 ao mês por aluno. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP, 2024)

Por fim, os ministros Luiz Fux e Cármen Lúcia também votaram favoravelmente ao recurso extraordinário, chegando a um placar final de oito votos favoráveis e três contra o provimento do Recurso. Assim, a maioria decidiu pela inconstitucionalidade do artigo 28 da lei de drogas, que doravante deverá ser aplicado sem efeitos penais para os casos de porte de maconha para uso pessoal. Para tanto, os ministros chegaram a um acordo sobre parâmetros objetivos, estipulando em 40g ou 6 plantas fêmeas. A decisão do recurso extraordinário nº 635.659 foi publicada em 02/08/2024 como tema 506 de repercussão geral, ou seja, de observância obrigatória por todos os órgãos do Poder Judiciário. Segundo o Conselho Nacional de Justiça⁶, haverá mutirões para revisão de prisões por tráfico que se encaixem nos parâmetros estabelecidos.

3. Algumas questões para uma reflexão sobre o caso

O processo de julgamento alavancado pelo recurso de Francisco Benedito abordou o direito fundamental à liberdade, garantido a todos os cidadãos pela Constituição de 1988, entre outras temáticas. Todavia, tal como questionado pelas entidades que defenderam a constitucionalidade do artigo 28, precisamos considerar que há liberdades diferenciadas, como a de um preso. Se apenas a liberdade de um detento estivesse em questão, obviamente, o julgamento não teria tamanha repercussão.

⁶ <https://www.cnj.jus.br/cnj-fara-levantamento-para-cumprir-decisao-do-stf-sobre-descriminalizacao-da-maconha-para-uso-pessoal/>

Uma questão a se pontuar como um marco deste julgamento foi o amplo reconhecimento do tratamento desigual na aplicação da lei, evidenciado em números, como nos votos dos ministros Barroso e Alexandre de Moraes, que citaram pesquisas e trabalhos acadêmicos como parte da fundamentação jurídica de sua decisão.

Como se sabe, o Brasil apresenta uma das maiores populações carcerárias do mundo, com grande parte dos presos (cerca de 1/3) respondendo por crimes previstos na lei de drogas. Como forma de evitar o cerceamento da liberdade, o número de *habeas corpus* relativos aos crimes previstos na lei de drogas vem crescendo exponencialmente. Em 2018, foram concedidos 642, dos quais 317 (49,4%) eram sobre uso e/ou tráfico. No ano seguinte, o número de medidas concedidas e a proporção aumentaram: das 923 ordens deferidas, 492 (53,4%), referiam-se a processos envolvendo drogas (FERREIRA, 2020).

A busca por medidas individuais gerou, inclusive, um nicho de mercado para advogados contratados para obter a medida de forma preventiva, ou seja, antes que haja prisão em flagrante, o que tem sido utilizado como estratégia de “legalizar” o plantio, especialmente em casos de pacientes que têm prescrição de tratamento com substâncias legalizadas da Cannabis Sativa, como o Canabidiol. (POLICARPO, VERÍSSIMO & FIGUEIREDO, 2017). Segundo a publicação “Anuário da Cannabis Medicinal no Brasil 2023”, produzido pela Kaya Mind, cerca de 3 mil pacientes já tinham autorização para plantar Cannabis com fins medicinais, o que demonstra que o mercado da Cannabis vem crescendo de forma exponencial.

A condenação moral do uso de drogas, especialmente por parte de movimentos ligados a instituições religiosas aparece como empecilho ao avanço da legalização e/ou da descriminalização, mas a patologização do usuário, por sua vez, movimenta outros mercados, como as comunidades terapêuticas.

Os usuários de drogas possuem acesso diferenciado a estratégias e recursos, como o *habeas corpus* preventivo. Francisco, que se declarou proprietário da maconha apreendida na cela e que gerou toda a discussão no STF, foi absolvido pelo crime de uso de drogas, mas seguiu cumprindo pena por roubo (e depois explicou que foi obrigado a se declarar o dono da droga por ser sua vez em um rodízio de confissões estabelecido no

presídio⁷). Outros milhares de presos seguem cumprindo pena por quantidades ínfimas de maconha e/ou outras substâncias ilícitas. Assim, importa compreender melhor o que permanece apesar das mudanças.

3.1 Além da esfera judicial

Como visto, há diferentes interesses e mercados em jogo, sendo certo que o julgamento no STF foi palco de uma disputa mais ampla, que envolve também a discussão sobre os poderes do Estado.

A clássica divisão tripartite do Estado tem sido questionada nas diferentes democracias modernas (GARAPON, 1996). Se, por um lado, o Poder Judiciário assumiu a responsabilidade de garantir os direitos das minorias, mesmo em situações de omissão legislativa, na ideia de uma função “contramajoritária”, há uma hiper judicialização de questões éticas, com consequências políticas por vezes inesperadas (MARMELSTEIN, 2016)

Em paralelo ao processo de julgamento no STF, quando o julgamento estava em 4x0 em prol da inconstitucionalidade do artigo 28, foi apresentada uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC 45/2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que inclui a criminalização da posse e do porte de drogas, em qualquer quantidade, no artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre direitos e garantias individuais:

Art. 5º, LXXX – a lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário por todas as circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicáveis ao usuário penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência. (BRASIL, PEC 45/2023)

⁷ <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2024/06/o-presidiario-que-deu-origem-a-decisao-de-descriminalizar-maconha-no-brasil.ghtml>

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril de 2024 e pelo plenário do Senado, com apenas 9 votos contrários e seguiu para a Câmara dos Deputados. O relator da PEC, senador Efraim Morais (União-PB), disse em entrevista concedida logo após a votação no plenário do Senado que “o Brasil não está preparado para a descriminalização do porte ou posse de drogas, nem mesmo da maconha”. No entanto, em consulta pública aberta na página do Senado⁸, a maioria foi contrária à proposta da PEC, sendo 21.463 votos favoráveis, contra 23.021 contrários.

Na justificação da PEC, há menção expressa ao julgamento do Recurso interposto por Francisco, entendido como causador de uma possível interpretação equivocada das normas asseguradas na Constituição de 1988 que, segundo Pacheco, criminalizou o tráfico de entorpecentes em nome da saúde, que é direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, a lei de 2006 seria totalmente constitucional ao criminalizar o tráfico e também o uso, já que, para ele:

“O motivo desta dupla criminalização é que não há tráfico de drogas se não há interessado em adquiri-las. Com efeito, o traficante de drogas auferir renda – e a utiliza para adquirir armamento e ampliar seu poder dentro de seu território – somente por meio da comercialização do produto, ou seja, por meio da venda a um usuário final.” (BRASIL, PEC 45/2023)

Assim, segundo o autor da PEC, “esta Proposta de Emenda à Constituição visa conferir maior robustez à vontade do constituinte originário”. Em suma, há uma disputa em torno da legitimidade para interpretar a Constituição. Em relação ao entendimento jurídico acerca da separação de poderes, citou como parte de sua argumentação trecho de decisão de relatoria do Ministro Luiz Fux em Ação declaratória de Inconstitucionalidade - ADI 5105/DF, julgado em 1/10/2015, acerca de “superação legislativa da interpretação conferida pelo STF”. Neste caso, houve aprovação da legislação, após o julgamento do plenário que declarou a inconstitucionalidade da previsão legal que impedia acesso ao Fundo Partidário e tempo de propaganda eleitoral (direito de antena) aos novos partidos políticos, criados após a eleição, com o mesmo teor. No meio jurídico, esse retorno de

⁸ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160011>

uma legislação contestada pela Jurisprudência tem sido chamada também de “*leis in your face*”; “ativismo congressional” ou efeito “*backlash*”.

As mobilizações sociais que visam reverter decisões judiciais sobre questões de ampla repercussão social e que geram insatisfação de determinados grupos sociais podem ser consideradas, segundo Marmelstein (2016), como “contra-ataque político ao resultado de uma deliberação judicial.” Segundo o autor, alguns casos de ampla repercussão geraram notórios esforços no sentido de “retroceder” avanços em liberdade, como o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas pelo STF, que gerou a apresentação e o fortalecimento de manifestações favoráveis ao Estatuto da Família, projeto de lei que pretendia restringir o reconhecimento e proteção estatal às uniões heteroafetivas.

Outro exemplo que ficou conhecido no Brasil pela rápida efetividade do “contra-ataque” foi a regulamentação da prática desportiva conhecida como “Vaquejada”. Em julgamento do STF, finalizado em outubro de 2016, a prática foi considerada ilegal, por causar maus-tratos aos animais. Todavia, um mês depois, foi aprovada a lei federal nº Lei Federal nº 13.364/2016, que reconheceu a prática como “bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro” e através da emenda constitucional - EC 96/2017 foi acrescentado o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, que estabelece que não se consideram cruéis as práticas desportivas que usem animais, desde que sejam reconhecidas como manifestações culturais. Em uma síntese, segundo Marmelstein (2016):

“O que se nota, nesses casos, é que a postura liberal do STF tem contribuído, curiosamente, para a ascensão do conservadorismo. Mas isso não é necessariamente paradoxal. Em verdade, a mudança jurídica decorrente da decisão judicial obriga que os conservadores explicitem seus pontos de vista claramente e, nesse processo, um sentimento de intolerância que até então era encoberto pela conveniência do *status quo* opressivo tende a surgir de modo menos dissimulado.” (Marmelstein, 2016)

Desta forma, podemos questionar se o uso da via judicial seria uma forma realmente eficaz de realizar uma discussão mais ampliada acerca da garantia de direitos fundamentais, tendo em vista o grande risco de retrocesso através de práticas como o “ativismo congressional”.

4. Considerações Finais

A decisão paradigmática, por si só, não muda totalmente o tratamento da questão, já que as mesmas sanções que estavam previstas na lei de drogas, como advertência e medidas educativas, poderão ser aplicadas na esfera administrativa. Como a Cannabis continua sendo uma substância considerada ilícita, o usuário poderá ser submetido a tais sanções, além da apreensão da substância ou das plantas. Considerando que a decisão ainda não foi plenamente regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Juizados Especiais Criminais continuam tendo competência para a aplicação destas sanções, mas sem efeitos penais.

Reforçando a ideia de permanência, os ministros decidiram pela declaração da inconstitucionalidade “sem redução de texto”, ou seja, sem retirar o artigo do texto legal ou alterar sua previsão como parte do ordenamento jurídico. Além disso, a decisão do STF deixa claro que os parâmetros definidos não devem ser considerados de forma absoluta ou exclusiva.

Tais parâmetros foram considerados “presunção relativa”, sendo certo que as autoridades policiais poderão realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas, mesmo para quantidades inferiores ao limite acima estabelecido, quando presentes elementos que indiquem “intuito de mercância”, tais como:

A forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substâncias apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes; (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, RE nº 635659/SP)

Desta forma, a classificação da conduta como criminosa continua dependendo de uma avaliação subjetiva, cabendo questionar ainda os efeitos da permissão de uso de uma substância que não tem sua produção nem circulação legalizada e/ou regulamentada no país. O cultivo, apesar de descriminalizado até 6 plantas fêmeas, ainda é ilegal e restrito a poucos, já que exige espaço físico, conhecimento e investimento financeiro, assim como

a importação das substâncias legalizadas, como o CBD. Neste sentido, cabe questionar se a discussão sobre o uso pode ser feita independentemente do comércio.

No espaço público brasileiro, a ilicitude da substância é um fator importante para que usuários de drogas sejam socialmente mais tolerados que outros, haja vista a ampla aceitação do consumo de bebidas alcoólicas. Gradativamente, com a legalização de componentes da maconha, como o CBD, nota-se um aumento da tolerância em relação aos usuários e cultivadores da Cannabis para fins medicinais. Porém, o uso considerado não-medicinal ou “recreativo” ainda é considerado “desviante” e, até mesmo, perigoso, especialmente se o usuário for negro e/ou marginalizado.

A história de vida de Francisco Benedito é muito comum, sendo mais um brasileiro que cresceu em condições de privação material; criado pela mãe, com cinco irmãos, todos sem reconhecimento e/ou cuidado paterno; que saiu do Nordeste nos anos 1980 em busca de condições melhores de vida na cidade de São Paulo. Sem ter oportunidade de estudo (O Globo, 2015), acabou se envolvendo em comércio ilegal de mercadorias de valores relativamente baixos (no caso, automóveis roubados), sendo preso e condenado pelos agentes do Estado.

Mas, não é a liberdade dos “Franciscos” que está em discussão no julgamento do STF e/ou na aprovação da PEC, se trata de uma disputa de mercados e também de concepções sobre as relações entre sociedade e o Estado, que, por sua vez, orientam a interpretação e aplicação das normas constitucionais. Na ementa do julgamento, está expressa como parte da fundamentação jurídica a preocupação dos ministros em afastar o “risco de estigmatização do usuário”, mas a manutenção da ilicitude e da possibilidade de aplicação de penalidades como medidas educativas e obrigação de frequentar programas/cursos/tratamentos permanecem produzindo tais efeitos. A discricionariedade - e por muitas vezes arbitrariedade - na aplicação do artigo 28, que passou a ser considerado inconstitucional nos casos de porte de maconha nas quantidades definidas, ultrapassa a esfera judicial, envolvendo diferentes interesses no tratamento da questão.

Referências

BRASIL. Senado. **Projeto de Emenda Constitucional nº 45 de 2023**. Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9459629&disposition=inline>. Acesso em: 10/01/2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. **RE nº 635659/SP**, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>. Acesso em 13/10/2024.

BRASIL. **Lei nº 11.343/2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm?hidemenu=true Acesso em: 16/11/2024.

FIGUEIREDO, Emilio; POLICARPO, Frederico & VERÍSSIMO, Marcos. **A “fumaça do bom direito”**: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. In: Revista Platô, 2017.

GARAPON, Antoine. **O Guardador de Promessas**: Justiça e Democracia. São Paulo: Instituto Piaget, 1996.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico & VERÍSSIMO, Marcos. (2011). **A “dura” e o “desenrolo”**: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, 19(40), 135-148. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300010>

KANT DE LIMA, Roberto. **Sensibilidades jurídicas, moralidades e processo penal**: Tradições judiciárias e democracia no Brasil contemporâneo. Revista de Estudos Criminais, Vol. 11, nº 48, pp. 7-33.

PEDRINHA, Roberta Duboc. **A Efetivação da (in) segurança pública: o combate às drogas engendrado no Brasil.** Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

MARMELSTEIN, George. **Efeito Backlash da Jurisdição Constitucional: reações políticas ao ativismo judicial.** Texto-base de palestra proferida durante o Terceiro Seminário Ítalo-Brasileiro, proferida em outubro de 2016, em Bolonha-Itália. Disponível em: https://cjf.jus.br/caju/Efeito.Backlash.Jurisdicao.Constitucional_1.pdf. Acesso em: 20/12/2024.

SOUZA, Rafael Ferreira. **A política de drogas no Brasil e o Habeas Corpus no Supremo.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-03/pensando-habeas-politica-drogas-brasil-habeas-corpus-supremo/> Acesso: 21/08/2024

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social.** 8º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Do tratamento da vulnerabilidade da pessoa presa diante de eventos extremos: um estudo de caso a respeito da observância às diretrizes do CNJ pelo Poder Judiciário do Rio Grande Do Sul

William de Quadros da Silva

Resumo

O presente artigo analisar o tratamento conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul às pessoas presas em dois períodos de eventos extremos: a pandemia de Covid-19 (2020-2023) e, mais recentemente, as fortes chuvas que alagaram todo o território gaúcho (maio 2024), causando sérios transtornos em todos os setores da sociedade, inclusive, o Poder Judiciário. Em ambas as oportunidades, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resoluções que serviriam de orientação à magistratura, especialmente como proceder em relação à justiça criminal e aos acusados privados de liberdade. Desde já, é possível concluir que as decisões proferidas pouco seguiram as referidas diretrizes, logo, o objeto desta pesquisa é analisar o que foi sustentado pelo CNJ em suas recomendações e comparar algumas decisões do Poder Judiciário rio-grandense. O trabalho divide-se em três itens. No primeiro, far-se-ão algumas considerações sobre a vulnerabilidade da pessoa privada de liberdade e o papel do Judiciário como garantidor de seus direitos fundamentais; no segundo, proceder-se-á a um exame de conteúdo das orientações do Conselho Nacional de Justiça e, por fim, pretende-se analisar esses resultados e comparar a algumas decisões gaúchas, a fim de se compreender se o porquê da não observância do Tribunal Regional. Trata-se de um estudo de caso, focado no estudo de jurisprudência da justiça estadual do Rio Grande do Sul, cujas técnicas de pesquisa empregadas serão a análise de conteúdo, de Laurence Bardin; revisão bibliográfica, relativa aos temas em comento e exame de julgados.

Palavras-chave: eventos extremos; pandemia de covid-19; população carcerária; Conselho Nacional de Justiça; análise de conteúdo.

Abstract

This article analyzes the treatment given by the Court of Justice of the State of Rio Grande do Sul to people arrested during two periods of extreme events: the Covid-19 pandemic (2020-2023) and, more recently, the heavy rains that flooded the entire state (May 2024), causing serious disruption to all sectors of society, including the Judiciary. On both occasions, the National Council of Justice (CNJ) issued resolutions to guide the Judiciary, especially in relation to criminal justice and defendants deprived of their liberty. It can already be concluded that the decisions handed down did little to follow these guidelines, so the purpose of this research is to analyze what was supported by the CNJ in its recommendations and to compare some decisions of the Rio Grande do Sul Judiciary. The work is divided into three sections. The first section will address some considerations regarding the vulnerability of individuals deprived of their liberty and the role of the Judiciary as guarantor of their fundamental rights; the second section will examine the content of the guidelines issued by the National Council of Justice and, finally, the aim will be to analyze these results and compare them with some decisions from Rio Grande do Sul, in order to understand why the Regional Court has not complied with them. This is a case study focused on the case law of the state justice system in Rio Grande do Sul, using the following research techniques: content analysis by Laurence Bardin; bibliographical review on the topics under discussion; and examination of judgments.

Keywords: extreme events; covid-19 pandemic; prison population; National Council of Justice; content analysis.

Introdução

O texto irá abordar, por meio de um breve comparativo, o tratamento conferido pelo Estado à pessoa privada de liberdade em contextos críticos como a pandemia de Covid-19 e o recente evento climático que assolou o Estado do Rio Grande do Sul em 2024, em um desastre ambiental que atingiu fortemente estabelecimentos prisionais, muitos deles superlotados, causando alvoroço na população carcerária ante o receio de que ficassem à mercê de alagamentos e em evidente risco de óbito.

Os indivíduos, duplamente vulneráveis, já que pessoas privadas de liberdade e inseridas em locais inseguros, acabam por ver-se vítimas de diversas violações de direitos, assegurados pela Constituição Federal em tempos de afirmação mundial dos direitos fundamentais como núcleo da proteção da dignidade da pessoa humana. O que se observou é que, quando das enchentes, a resposta estatal foi semelhante àquela da pandemia de Covid-19, motivo pelo qual se justifica um estudo comparativo na tentativa de questionar a postura sempre tardia no enfrentamento da questão penitenciária brasileira.

O artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, fez-se uma breve consideração acerca do conceito de vulnerabilidade e de sua aplicação às pessoas privadas de liberdade, bem como do papel do Estado enquanto garantidor de seus direitos fundamentais. Na segunda, procedeu-se a uma análise de conteúdo da Recomendação n.º 62/2020/CNJ, que tinha como objeto orientar a atuação do Poder Judiciário no período de pandemia, em especial, conferir tratamento especial à justiça criminal e às pessoas presas, bem como das diretrizes editadas pelo CNJ em relação ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, devido às fortes chuvas que assolaram esta unidade da federação em maio 2024, no mesmo sentido. Por fim, na terceira parte, busca-se compreender por que tais orientações não tiveram forte observância por parte dos juízes e desembargadores gaúchos, comparando-se e analisando-se algumas decisões.

O presente artigo é uma pesquisa qualitativa, que possui natureza exploratória e efetuada por meio de estudo de caso (Yin, 2010), no qual se fará uma revisão bibliográfica dos temas abordados, um exame documental das normas publicadas, com objetivo de aprofundar o conhecimento e verificar os principais pontos de tensão existentes entre a normativa e a realidade. Os documentos oficiais, tais como as diretrizes do CNJ, bem como as decisões judiciais escolhidas, serão examinadas por meio de análise do conteúdo (Bardin, 1977).

Da vulnerabilidade da pessoa presa e da tutela de seus direitos fundamentais

O presente texto começa com a seguinte provocação: por que dispensar tratamento diferente às pessoas presas em situações de eventos extremos? O que justificaria elas serem “melhor tratadas” do que as pessoas em gozo da plena liberdade?

A resposta, admite-se, não é fácil em um primeiro momento porque precisamos romper com séculos de uma cultura que considerava o criminoso uma pessoa de menor valor e que a punição cruel serviria de exemplo para coibir novos delitos. Os ideais de ressocialização jamais foram alcançados, tratando-se de mera retórica política; pelo contrário: a cadeia acaba por ser um ambiente extremamente criminógeno. Ambas as premissas foram reconhecidas há muito tempo por juristas que têm se empenhado em defender um sistema carcerário mais humano e com respeito à pessoa do preso, cujo único direito que lhe é negado é o da liberdade plena de locomoção (Lins e Silva, 1998).

Ao sofrer a privação da sua liberdade, assume o criminoso o status de condenado e entre ele e a administração penitenciária se estabelece uma relação jurídica, com reciprocidade de direitos e obrigações. Em outros termos, conserva todos os direitos reconhecidos ao cidadão pelas leis vigentes, salvo aqueles cuja limitação ou privação façam parte do conteúdo mesmo da pena que lhe foi imposta (Leal, 1998, p. 69).

Entretanto, a realidade do sistema prisional é única, se pensarmos nos modelos europeus e norte-americano que embasaram as críticas e teorias que buscamos replicar no Brasil. Ainda é comum de se encontrar estabelecimentos prisionais país afora sem um mínimo de condições para a custódia de um ser humano. Quando falamos em superlotação, estamos nos referindo à manutenção de várias pessoas adultas, em especial, homens, absolutamente enclausuradas, sem qualquer possibilidade de se mexer. Uma cela que deveria contar com 2 presos, é habitada por muitos mais. Além disso, sob custódia do Estado, que mantém o monopólio exclusivo de punir, essas pessoas mal possuem acesso a qualquer tipo de assistência mínima, como alimentação digna, e que deveria ser fornecida por quem as mantém presas. Prédios velhos, sem manutenção, com acúmulo de sujeira, mal ventilados e sem saneamento são ambientes ideais para a proliferação de doenças, ratos, baratas e outros animais nocivos à saúde. E, não havendo assistência estatal suficiente, cria-se um governo paralelo que controla internamente o dia a dia

prisional. Presos primários ou que estão cumprindo pena por crimes menos graves dividem a cela com condenados mais perigosos, sem qualquer identidade (Leal, 1998).

Passados quase 30 anos do relato acima, muitas unidades prisionais brasileiras ainda possuem essas características. O Brasil é um país grande, extremamente heterogêneo, de modo que cada estado tem um sistema prisional com suas próprias características. E não existem perspectivas de mudanças (efetivas) a curto ou médio prazo porque não existe o interesse real na mudança desse cenário, aliado à ausência de compreensão da própria sociedade civil a respeito das consequências extramuros de um sistema prisional deficiente como o nosso.

A concorrer para essa ultrajante realidade estão a incúria do governo, a indiferença da sociedade, a lentidão da justiça, a apatia do Ministério Público e de todos os demais órgãos da execução penal incumbidos legalmente de exercer uma função fiscalizadora, mas que, no entanto, em decorrência de sua omissão, tornam-se cúmplices do caos (Leal, 1998, p. 69).

Voltando-se às questões iniciais, podemos encontrar, ainda que parcialmente, alguns pontos de reflexão com Pavarini. O autor italiano denuncia a incapacidade da dogmática penal em justificar o chamado “direito penal do inimigo” e suas vertentes, isto é, como se dá o processo de flexibilização de direitos de uma parcela da população em detrimento da outra. Contudo, a seu ver, a criminologia foi capaz de observar, a partir da realidade social, esses movimentos, cujas premissas replicam-se ao sistema carcerário:

Estamos, portanto, na hipótese explicativa: por que “necessariamente” ocorre este processo de construção social do inimigo e por que ocorre no confronto na estratificação social? Jakobs não o diz e, nisto, descobre-se um mau sociólogo do Direito; mas a Criminologia, e não só a [Criminologia] crítica e radical, há muito tempo presume conhecer a razão da seletividade penal. O cárcere e o sistema penal são destinados à produção material da ordem social (juntamente com as funções simbólicas de prevenção-integração) mediante a seleção e, portanto, neutralização daqueles que o sistema social não é capaz, ou faz crer de não ser capaz, de incluir. E hoje, mais do que ontem, esta finalidade vem explicitamente declarada como idônea de per a legitimar o sistema de justiça criminal (Pavarini, 2012, p. 176).

As teorias tradicionais da pena, originadas no Iluminismo humanistas e que se desenvolveram ao longo do século XIX, não são capazes de justificar o movimento de encarceramento em massa que se apresenta no ocidente, em especial, nos Estados Unidos da América e Brasil, países que lideram o número de presos mundialmente, em números absolutos. Uma nova teoria da pena há de ser pensada ou ressignificada as tradicionais.

A realidade prisional brasileira, e da América Latina como um todo, é distinta do cenário europeu. Aqui, historicamente, a pobreza e a miséria foram criminalizadas; delitos patrimoniais possuem penas mais elevadas se comparadas a delitos contra a vida, por exemplo. Mas a discussão não se encerra aí. A sociedade brasileira é deveras heterogênea em vários sentidos, não havendo um fio condutor mínimo no que tange a valores ou cultura nacional. A instabilidade política que se verifica na mudança constante de governos, as ditaduras militares que estiveram no poder décadas atrás, a economia volátil e os índices educacionais são fatores que ajudam a compreender porque, no Brasil, não é fácil se explicar ou justificar a sanção criminal com as teorias clássicas. Para cada visão de governo, o Direito Penal possui um viés próprio e, por consequência, o preso é tratado de uma forma distinta. Contudo, pode-se verificar uma tendência comum a qualquer ideologia política: o Direito Penal serve para punir os seus inimigos, não da sociedade, mas do governo. Ou do pensamento que domina, na época, a mentalidade governamental. No país, contudo, diante dos números e das estatísticas da população prisional, a grande parcela de pessoas pobres, negras, condenadas por crimes patrimoniais e/ou tráfico de drogas, com baixa escolaridade é uma prova da incapacidade do Estado de atender e concretizar políticas públicas sociais efetivas. Aqueles que se desviam precisam ser controlados com força e violência, porque o Estado não pode demonstrar não ter autoridade: policial nas ruas e pelos agentes penitenciários (hoje, policiais penais) no interior das prisões. O desrespeito aos direitos dos presos é uma mostra de força, de demonstrar que (a vida do) o apenado está sob controle do Estado. Até mesmo a coexistência de grupos criminais é aceita e não coibida (Carvalho, 2020).

Portanto, como seria possível, nesse quadro de caos social, considerar a população prisional como vulnerável e merecedora de um tratamento específico?

Ora, não se pode desconsiderar a pessoa privada de liberdade como uma pessoa cidadã, titular de direitos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado, sendo inclusive esse o seu fundamento de existência na sociedade contemporânea (Sarlet, 2024).

Essa conclusão é fruto de uma lenta mudança cultural e de mentalidade por parte daqueles a quem incumbe a tutela de seus direitos. Em que pese a Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210/1984) já significar um avanço no reconhecimento de direitos aos presos, ainda faltava um movimento mais concreto de efetivação desses direitos por parte do Estado. Desde a redemocratização em 1988, diversos partidos políticos e ideologias governaram o país, assim como as demais unidades da federação, mas sem nunca terem tomado medidas mais fortes no tocante ao enfrentamento da crise do sistema prisional. Havendo a omissão por parte do Executivo, competia ao Judiciário esse papel, sem que isso configure qualquer forma de ativismo judicial ou violação da competência de outro Poder, em virtude da normatividade inerente aos direitos fundamentais, que não podem ser flexibilizados ou limitados por leis e outras disposições (Oliveira, 2018).

A vulnerabilidade da população prisional pode ser inferida quando do julgamento da Ação de Descumprimento de Direitos Fundamentais (ADPF) n.º 347, ajuizada pelo partido político PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). A ação foi protocolada em 2013 e o mérito foi julgado, em definitivo, em 2023, oportunidade em que foi confirmado o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro:

1. Há um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos. Tal estado de coisas demanda a atuação cooperativa das diversas autoridades, instituições e comunidade para a construção de uma solução satisfatória (...).

A procedência, ainda que parcial da ADPF, impôs ao Poder Executivo federal e estaduais, bem como ao Judiciário local, algumas medidas, tais como: a) a realização de audiências de custódia; b) incremento da fundamentação das prisões preventivas; c) criação de um plano de melhoria do sistema prisional por ambos os entes federados em 6 meses. Logo, ao reconhecer que os direitos das pessoas privadas de liberdade eram massiva e sistematicamente violados e que demandaram uma resposta rápida, pode-se concluir que os presos se encontravam em uma situação de extrema vulnerabilidade,

implicando a adoção de medidas urgentes de tutela por parte do Estado, como qualquer outra parcela vulnerável da sociedade. Hoje (janeiro 2025), o plano de reestruturação federal, denominado “Pena justa” foi homologado pelo STF, cabendo aos estados elaborarem os seus planos regionais, com base no plano federal e evitar pontos de atrito (BRASIL, STF, 2025).

Aqui, nos interessa examinar como o Estado, em especial, o Poder Judiciário, respondeu a esses dois episódios, na tentativa de proteger as pessoas privadas de liberdade em um contexto de risco aumentado, visto que a atuação executiva federal pode ser considerada comprometedora sob o ponto de vista de gestão pública, ficando a cargo dos administradores locais (estados e municípios) adotar medidas que consideram válidas, eis que não havia um plano nacional de enfrentamento à Covid-19. A principal política pública foi o distanciamento social, com o fechamento de estabelecimentos não essenciais e restrição de locomoção a estabelecimentos essenciais. Tal medida não visava “enfrentar” a doença, mas sim evitar que ela continuasse de propagando, além de buscar meios de mitigar os danos decorrentes desse isolamento social (prejuízos à economia, educação, saúde mental etc) e que acabaram por agravar a vulnerabilidade de algumas parcelas da população, dentre elas, a prisional. Durante meses, as visitas foram terminantemente proibidas e, como se sabe, este é um dos poucos direitos garantidos às pessoas presas e que serve não apenas para facilitar a dita ressocialização, mas também a sua dignidade humana (Proença, 2022).

A tutela dos direitos das populações vulneráveis, como visto, não se limita às pessoas privadas de liberdade. O Ministério Público Federal sustentou que, durante o período de pandemia de Covid-19, buscou os meios legais a sua disposição para garantir a proteção das populações indígenas e quilombolas, em especial, daquelas tribos mais isoladas, reforçando as barreiras sanitárias. A proteção especial a esses grupos foi justificada em virtude de normas constitucionais que atribuem à União esse dever e não aos Estados. Assim, diferentemente dos Estados, a quem incumbem a tutela da população carcerária, por exemplo, estes grupos precisam de proteção federal e, quando da omissão deste ente, coube ao Ministério Público Federal a demanda judicial na concretização desses direitos (MFP, 2023). O MPF teve que tomar alguma providência após a divulgação dos dados relativos ao contágio na população indígena, fruto da ausência de

qualquer política federal. Um elevado número de pessoas indígenas encontrava-se doente e com alta taxa de mortalidade (Lemos, 2021).

Recomendação CNJ N.º 62/2020 e diretrizes: uma análise de conteúdos a partir de Laurence Bardin

Conforme referido anteriormente, o principal objeto desta pesquisa é tentar compreender os motivos pelos quais, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, durante o período de pandemia de Covid-19 (2020-2023), bem como durante e após as enchentes que assolaram o estado, culminando, inclusive, na decretação de situação de calamidade pública (RIO GRANDE DO SUL, 2024), tal como antes, não observaram a Recomendação n.º 62/2020/CNJ e as respectivas diretrizes editadas. Para tanto, é preciso, em um primeiro momento, analisar-se o teor dessas orientações, não sendo suficiente a leitura de seus dispositivos e itens objetivos.

O teor dessa Recomendação foi inspirado nas declarações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que destacou a necessidade de se conferir atenção especial à população privada de liberdade, pois ela representava um grupo de risco em caso de contágio, não apenas para si, mas como também a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente a ela (servidores públicos do sistema penal, familiares etc), de modo que era preciso haver protocolos sanitários específicos para a manutenção saudável da justiça criminal, sem inviabilizá-la completamente (Oliveira, 2020; Proença, 2022).

O posicionamento da OMS não foi isolado. Outros órgãos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), também emitiram declarações no sentido de que, diferentemente das pessoas naturalmente vulneráveis, como idosos ou com comorbidades, havia grupos em situação “especial” de vulnerabilidade, devido a circunstâncias econômicas, geográficas, sociais etc, incluindo-se a população privada de liberdade. Parte desses textos possui teor semelhante, ou seja, há a defesa de medidas genéricas, como a redução da população carcerária, atendimento prioritário àquelas pessoas doentes ou que façam parte dos grupos de risco, evitar prisões quando for possível outra medida cautelar e afins, contudo, ações concretas e detalhadas ficariam a cargo de

cada governo local e suas especificidades, sempre se respeitando os direitos humanos. Coube à Recomendação n.º 62/2020 dar contornos determinados a essas orientações gerais ao contexto brasileiro (Oliveira, 2020).

No âmbito estadual, cada unidade da federação emitiu suas próprias orientações no plano executivo e judiciário, em especialmente, pelas secretarias responsáveis pela administração prisional, como a Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (Susepe), através de sua Nota Técnica n.º 01/2020 (Rio Grande do Sul, 2020). Conforme levantamento de Oliveira, a maioria das determinações do Poder Judiciário, nacionalmente, citaram a Recomendação, enquanto que ela foi ignorada pelos estados (2020). A NT 01/2020, recém mencionada, é um exemplo. Ela faz menção, tão somente, às orientações do Ministério da Saúde e do Departamento Penitenciário Nacional, de modo que é possível se perceber uma divergência entre as medidas concretas a serem observadas no dia a dia prisional pelos servidores, que estão em contato direto com os presos, e as decisões a serem proferidas por magistrados, visto que, “sempre que possível” e dentro das limitações físicas de cada unidade prisional, o que afastaria eventuais responsabilidades futuras.

Antes de tudo, busca-se entender quais são os objetivos e pressupostos que fundamentaram essas diretrizes para que, no terceiro item, se possa comparar as decisões proferidas pelo Judiciário gaúcho, ou seja, se os motivos, por exemplo, da manutenção das prisões preventivas possuíam uma justificação racional e legítima juridicamente ou configuravam uma espécie de resistência ideológica e institucional ao CNJ.

Aqui, ambas as diretrizes do CNJ serão examinadas por meio da técnica da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), abaixo descrita. Mas, antes de tudo, o que seria a análise de conteúdo, como forma de interpretação dos dados e por que empregar esta técnica? Tais perguntas são essenciais como preparação do que virá a seguir.

Embora o presente artigo tenha como plano de fundo uma situação jurídica, ou seja, o exame de decisões judiciais, não estamos analisando a justiça dogmática dos julgados, mas sim o conteúdo do que foi expresso nas decisões: o que foi dito e como foi dito; quais eram os pressupostos materiais tanto do CNJ, ao editar as suas recomendações, assim como do posicionamento do Poder Judiciário gaúcho frente a tais eventos extremos.

A respeito do tema, a posição de Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021, p. 99):

Em Ciências Sociais as pesquisas podem ser realizadas utilizando-se de um rico arcabouço metodológico. A escolha do melhor método dependerá, dentre outras coisas, da natureza do objeto de pesquisa e dos objetivos da investigação. Dentre esses métodos, a Análise de Conteúdo pode ser uma excelente opção quando o objetivo for analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum.

Como toda técnica de pesquisa, ela possui um passo a passo que lhe confere rigor metodológico. Nas palavras da própria Bardin (1977, p. 42):

Definitivamente, o terreno, o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo, podem resumir-se da seguinte maneira: atualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo: um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A metodologia desenvolvida pela sociológica francesa, portanto, não se resume a um único tipo de técnica, mas sim em 5, cada qual destinado a obter um resultado diferente, consoante as finalidades da pesquisa, a saber: a) análise categorial; b) análise de avaliação; c) análise de enunciação; d) análise de expressão e; e) análise das relações.

Neste artigo, optou-se pela análise categorial que, em breve síntese, diz respeito ao conteúdo temático do objeto pesquisado em virtude das limitações desta pesquisa, além de se mostrar mais adequada aos objetivos propostos, como será desenvolvido.

Nosso *corpus* de trabalho, aqui, é a Recomendação n.º 62/2020 e as diretrizes relativas às enchentes. Para tanto, antes de se proceder à análise categorial, é preciso se proceder alguns passos iniciais: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e sua interpretação.

Nesta pré-análise, após a escolha dos materiais (*corpus*), o pesquisador faz uma leitura flutuante dele, consistente em “estabelecer contato com os documentos a analisar

e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977, p. 96). A exploração do material é uma etapa mais administrativa, de gestão do *corpus*, ao cabo que, no tratamento dos resultados, o pesquisador irá organizar essas impressões iniciais e demais informações pertinentes de modo mais prático em tabelas, mapas mentais e afins.

Quando utilizados a análise de conteúdo como metodologia, é importante e fundamental diferenciar as unidades de registro (UR) das unidades de contexto (UC):

- a) A unidade de registro – é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e contagem frequencial. (...) b) A unidade de contexto – A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (Bardin, 1977, p. 104).

Dessa forma, após a leitura flutuante do material que compõe o nosso *corpus*, percebeu-se que o núcleo fundamental dele não são as disposições concretas, as orientações em si, mas o texto que serve de introdução, de justificativa jurídica do restante do documento.

Na análise categorial, as UR e as UC não são escolhidas aleatoriamente pelo pesquisador, mas sim devem ter, por base, pressupostos científicos e da literatura especializada a respeito dos temas em comento. Neste trabalho, novamente, por força da delimitação espacial, não será feito o contraponto científico que embasa as categorias desenvolvidas, contudo, não há objeções diante da própria evidência dos temas agrupados. Vide.

A Recomendação n.º 62/2020, por exemplo, orientou-se por quatro eixos principais, e que fundamentaram as suas disposições: 1) a Covid-19, enquanto doença; 2) a manutenção da saúde, em resposta ao coronavírus; 3) o reconhecimento institucional do estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário nacional e da ADPD 347; 4) a necessidade de uma resposta do poder público a essas questões anteriormente

mencionadas. Ou seja, por exemplo: diante da pandemia de Covid-19 (1), e com base na precariedade do sistema prisional (3), que políticas adotar (4) para tutelar a saúde dos presos e dos demais servidores envolvidos (2)?

Esses quatro eixos podem ser considerados como nossas unidades de registro (UR), sendo uma unidade de contexto (UC) a seguinte expressão “alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus”, como uma das formas de se dar concretude às medidas que justifiquem a manutenção da saúde, por meio das ações a seguir tipificadas.

Isto é, quando o CNJ recomendou a saída antecipada dos presos em regime fechado e/ou semiaberto que se encontrassem em excesso de execução, nos termos da súmula vinculante n.º 56, ele tinha em mente proteger os presos em virtude do alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus em espaços de grande aglomeração de pessoas, de forma genérica e preventiva, eis que, caso viessem a se contaminar, não iriam dispor de serviço de saúde adequado, além de poderem causar grande contágio no ambiente no qual se encontravam.

Um dos objetivos da Recomendação, como visto, era disciplinar a preservação da administração da justiça criminal, eis que os processos deveriam continuar tramitando, sem prejuízo aos acusados. Nem todo o serviço poderia ocorrer de forma remota, porque algumas funções exigiam contato físico-presencial, como aquele realizado pelos policiais penais, oficiais de justiça, defensores técnicos (públicos ou privados) e demais servidores. E, apesar das diretrizes estaduais, houve uma forte denúncia da precarização da função dos agentes penitenciários durante a pandemia, relatando ausência de treinamento específico, equipamentos de proteção individual (EPIs) e outras orientações (Azevedo; Vasconcellos, 2020). É preciso destacar, novamente, a situação e vulnerabilidades deste grupo social. Devido ao seu trânsito extra e intramuros, em caso de contágio, um policial penal poderia servir de vetor à unidade prisional onde estava lotado, colocando em risco os colegas e presos, bem como seus familiares, na via oposta, o que exigia um cuidado especial e que não tiveram.

Por sua vez, no tocante às diretrizes decorrentes das enchentes, a lógica foi a mesma. O alto índice de chuvas, por consequência, teria colocado em risco a manutenção da própria administração prisional devido a danos materiais e impossibilidade do oferecimento de serviços básicos, inclusive, humanos. Algumas casas prisionais

encontravam-se praticamente ilhadas, sem acesso terrestre. Os presos, assim como os policiais penais, não dispunham de meios para sair dessas unidades, com poucos recursos para a sua manutenção, portanto, a lógica seria impedir novas prisões e buscar esvaziar as prisões, reduzindo-se o risco já existente.

Em ambos os casos, verifica-se que o texto do posicionamento do CNJ era quase que idêntico, com leves alterações e adaptações. Procurou-se atendimento especial às mães com filhos menores de 12 anos, fruto de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal e alterações legislativas; incentivar a aplicação de medidas cautelares diversas à prisão quando se tratar de delitos cometidos sem violência ou grave ameaça, porque, no entendimento das Cortes Superiores, não estaria configurado o requisito legal do risco à ordem pública (art. 312, CPP), e antecipar o deferimento de direitos carcerários, sempre com o fito de tutelar a vida e a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, no próximo item, iremos perceber que há uma grande divergência, um desencontro entre essas premissas do Conselho Nacional de Justiça e as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nestes cenários extremos.

Do posicionamento da Justiça Criminal Gaúcha frente a eventos extremos: um exame jurisprudencial

Nesta seção, a escolha dos julgados analisados foi feita da seguinte forma. Tratando-se de pessoas presas, o objeto de exame era a decisão que decretou ou manteve a sua custódia prisional e, diante da impossibilidade de se acessar as decisões proferidas pelos juízes atuantes nas comarcas, procurou-se a análise das decisões colegiadas proferidas quando do julgamento de *habeas corpi* junto ao Tribunal de Justiça estadual.

Segundo a legislação brasileira, o *habeas corpus* é o instrumento jurídico adequado para se impugnar decisões que limitem a liberdade pessoal de locomoção (art. 5º, LXVIII, Constituição Federal e art. 647 e seguintes, Código de Processo Penal). Todavia, essas mesmas decisões poderiam ser atacadas por meio do recurso em sentido estrito (RSE), mas essa medida também pode ser empregada para combater decisões que concedam a liberdade (art. 581, V, CPP), motivo pelo qual não se mostrou viável o exame de decisões proferidas quando do julgamento deste recurso.

A pesquisa foi feita utilizando-se os critérios abaixo, tendo sido delimitada a busca ao período de 31/03/2020 a 31/05/2023:

Quadro 1: resultados busca TJRS

palavras-chave	resultados
“covid-19” e “ordem concedida” e “CNJ”	43
“covid-19” e “ordem denegada” e “CNJ”	2128
“pandemia” e “ordem concedida” e “CNJ”	19
“pandemia” e “ordem concedida” e “CNJ”	1983

Fonte: o autor (2025)

Verifica-se uma ausência de adesão à Recomendação n.º 62/CNJ por parte do Judiciário gaúcho, podendo-se inferir que a vulnerabilidade deste grupo social não era argumento suficiente e capaz de conferir uma nova postura frente ao cenário até então vigente, contudo, o objetivo é compreender o porquê dessa inobservância.

Antes de adentrar, especificamente, no exame das decisões judiciais, cabe fazer algumas considerações da literatura pós-pandemia, quando da análise de todo o contexto durante e depois desse evento extremo. Muito foi escrito e estudado nessa época.

Uma das primeiras questões que foram objeto de estudos foi: o limite à restrição de direitos fundamentais por parte do Estado. Quais direitos poderiam ser restritos e em quais medidas? A declaração e o reconhecimento de uma pandemia implicaram uma resposta jurídico-constitucional distinta de cada país, diante da excepcionalidade do quadro. Não estávamos em cenário de guerra ou de catástrofe natural, com danos materiais evidentes, como ocorreu quando das inundações em maio no Rio Grande do Sul. A Covid-19 era uma doença nova, sem diagnóstico ou medidas de enfrentamento conhecidas, ao mesmo tempo que se tratava de uma enfermidade com elevada taxa de transmissão, contágio e óbito. Por isso, diante desse cenário, cada país respondeu de uma forma distinta, consoante as permissões de seu ordenamento constitucional no tocante à restrição de direitos fundamentais de forma legítima: estado de exceção, estado de calamidade pública e afins, todas medidas de cunho executivo e por prazo determinado, a princípio. Cada

uma dessas medidas implica diferentes níveis de restrição a direitos fundamentais, contudo, essas limitações se mostraram suficientes para responder às demandas impostas pela pandemia. A resposta é negativa, porque essas medidas, antes previstas por tempo determinado, tiveram que ser revistas em virtude do estado de indeterminação impostos pelo prolongamento da crise sanitária. Contudo, quando essas medidas se mostraram abusivas ou desproporcionais, elas foram questionadas na Justiça: algumas foram mantidas, outras suavizadas ou endurecidas. Estava em discussão a tutela do direito à saúde pública vs. direitos fundamentais individuais e, eventualmente, outros direitos paralelos, como a segurança pública. No Chile, por exemplo, uma lei envolvendo o perdão de penas, com vistas à redução da população carcerária, foi objeto de exame de constitucionalidade pelo respectivo Tribunal (Cavallo, 2021). Ou seja, o próprio Poder Judiciário, em qualquer parte do mundo, se encontrou diante de uma situação excepcional e que exigiu uma postura, um comportamento único para a qual não estavam preparados.

A par do hipotético isolamento social no qual as pessoas privadas de liberdade se encontravam e da Recomendação n.º 62/CNJ, os números demonstram que as medidas sanitárias adotadas pelos Estados, para evitar ou amenizar o ingresso do vírus no sistema prisional, se mostraram insuficientes. Em menos de 6 meses de pandemia, quase 35 mil casos de infecção foram registrados no meio carcerário, número que quatro triplicou em 18 meses, bem como um elevado número de policiais penais. O número de falecimentos também é significativo em ambas as populações. A primeira medida para a contenção desse alastramento, e amplamente criticada por alguns setores da sociedade civil, foi priorizar a vacinação dos presos e agentes penitenciários, eis que eles serviam como vetores para a propagação da doença para outros grupos, em especial, seus familiares (Almeida; Pimentel; Caciado, 2023).

Pode-se afirmar que não havia uma política nacional de combate e prevenção epidemiológico no sistema prisional, capitaneado pelo Ministério da Justiça e/ou Ministério da Saúde, motivo pelo qual coube ao CNJ a iniciativa da Recomendação n.º 62. Cada unidade da federação ficou responsável pela adoção e implementação de suas próprias políticas, visto que, novamente, cada estado reagiu de uma forma diferente à pandemia. Devido a restrições orçamentárias, humanas e materiais, a principal das medidas estaduais foi limitar e/ou proibir visitas, suspender transferências e outras

atividades em grupo no interior das casas prisionais (ex: trabalho para remição), além das quarentenas, quando do ingresso de novos presos, em razão da inexistência de exames para diagnóstico. Porém, essa quarentena não foi suficiente para impedir que, eventualmente, doentes assintomáticos não fossem detectados e viessem a contaminar outras pessoas. Havendo a confirmação do contágio, as cadeias não dispunham de recursos médicos suficientes para dispensar o tratamento. Na América Latina, a posição não foi diferente, pois a qualidade das unidades prisionais é muito semelhante à do Brasil, bem como da população carcerária (Rêgo; Pimentel, 2023).

A proposta do uso de contêineres para servirem de celas provisórias, durante a quarentena, por parte do Departamento Nacional Penitenciário (Depen), é mais um exemplo da ausência de políticas públicas nacionais nesse período. Ao invés de auxiliar os estados, com recursos financeiros, humanos e/ou materiais, a União mostrou-se confusa e perdida. A proposta foi rechaçada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, além de criticada pelo CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e entidades civis. O Poder Executivo federal restou omissos no enfrentamento à pandemia, bem como adoção de alternativas ao seu enfrentamento (Lemos, 2021).

Dados empíricos demonstraram o desacerto do Poder Judiciário, visto que muitos dos presos agraciados com a soltura, portanto, que não precisaram utilizar um *habeas corpus* para obter a sua liberdade, eis que eles se enquadravam nos critérios da Recomendação (idade, natureza do delito, condições pessoais etc) não voltaram a delinquir e retornaram ao sistema. Isto é: a prisão cumpriu a sua finalidade em um primeiro momento e o próprio cenário de tragédia sanitária serviu como um equalizador social (Azevedo; Vasconcellos, 2020).

A Recomendação n.º 62/2020 teve baixa adesão por boa parte dos Tribunais Regionais em todo o país. Santos e Caciado (2023), analisando o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, criticaram o ínfimo número de decisões proferidas em consonância com a Recomendação, porém, não foi feito um exame individual, concreto, das razões de decidir. Aqui, existe um agravante institucional. A Corte paulista é notoriamente conhecida por não se alinhar à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e/ou Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de sua independência funcional de julgar, logo, maior era a probabilidade desse Tribunal em não observar uma

recomendação administrativa e sem qualquer poder normativo, mantendo o seu padrão decisório (Santos; Caciado, 2023).

Um dado importante é digno de destaque. Nossas próprias Cortes Superiores, dentre elas, o Supremo Tribunal Federal, não seguiu as recomendações do CNJ, tendo negado inúmeros pedidos de liberdade fundamentados na Recomendação n.º 62/2020 (Almeida; Pimentel; Caciado, 2023). Logo, não haveria motivos, diretos ou indiretos, para que os Tribunais Regionais e os juízes de 1ª instância seguissem a normativa em tela.

O próprio Conselho Nacional de Justiça não ficou imune a críticas durante a pandemia. Embora tenha recebido muitos elogios pela Recomendação n.º 62/2020, ele foi seriamente questionado sobre a edição da Resolução n.º 329/2020, em julho. O mesmo órgão que orientava os juízes e tribunais a decretar prisões preventivas em últimas circunstâncias foi o mesmo órgão que, contraditoriamente, proibiu a realização de audiências de custódia de forma virtual. Ou seja, diante de um caso de prisão em flagrante, ao invés de analisar a situação pessoalmente, ainda que de forma retoma, inclusive, comunicar-se com a pessoa detida, vê-la e saber de suas condições de saúde e possibilitar eventual observância da recomendação, o CNJ proibiu esse tipo de atividade. Esta Resolução, obviamente, foi prontamente seguida pelos Tribunais, mas derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. E, em decorrência dessa decisão judicial, o CNJ revogou a Resolução n.º 329/2020 e a substituiu pela Resolução n.º 357/2020, permitindo audiências de custódia na forma remota (Lorena; Moura, 2023).

Um tema pouco explorado, quando do exame da postura do Poder Judiciário nessa época de Covid-19, é os grupos de risco. Uma das bases norteadoras da Recomendação n.º 62/2020, como visto, era o incentivo à soltura de pessoas que integrassem grupos de risco que eram mais suscetíveis ao contágio e, caso viessem a contrair a doença, tinham mais probabilidade de vir a óbito. Ou seja, trata-se de um argumento puramente médico e de prevenção, sem qualquer fundamento jurídico-penal. Essa parcela especial da população em geral, incluindo a carcerária, deveria ter proteção especial por parte do Estado. As poucas ordens de soltura, ou observância à Recomendação, foram prolatadas sob este motivo, eis que foi reconhecida a vulnerabilidade dessa parcela, quando analisada a sua situação e risco no sistema prisional. No entanto, os próprios estados, por meio de suas secretarias de administração prisional, não tomaram providências suficientes, ex

officio, em prol desses grupos. Cada caso teve de ser resolvido individualmente na justiça (Silva *et al*, 2023).

Agora, voltando-se às decisões do TJ gaúcho. Por quais motivos foram concedidas as ordens de soltura e por quais motivos elas foram negadas? Quais foram os principais fundamentos, em resposta às recomendações do CNJ sobre a matéria?

Na época (junho de 2020), a população carcerária brasileira contabilizava cerca de 760 mil presos, sendo 39 mil no Rio Grande do Sul (BRASIL, Senappen, 2020).

O ideal seria um exame pormenorizado de cada uma das decisões proferidas, no entanto, em razão das limitações desta pesquisa, optou-se por uma leitura flutuante, segundo Bardin, das ementas dos acórdãos. Quando foi necessário um esclarecimento maior, procedeu-se à leitura dos votos integrais, em razão das peculiaridades do caso concreto.

Nem todos os *writs* que tiveram a ordem concedida tinham como objeto a soltura do paciente, mas sim outras questões de natureza processual e que foram influenciadas pela pandemia: excesso de prazo na tramitação; cumprimento de obrigações assumidas anteriormente e que, agora, restaram prejudicadas; necessidade das mães ficarem junto aos filhos recém nascidos, quando não havia espaço na maternidade prisional, pois a enfermaria foi destinada à Covid-19; violação a outros direitos fundamentais, como o da ampla defesa e contraditório, que não poderia ser limitado pelas restrições sanitárias.

Com relação ao coronavírus e à Recomendação n.º 62/2020 especialmente, esta foi a cadeia de pensamento do TJ gaúcho. Primeiro, analisou-se a lisura da prisão preventiva: se ela poderia ser revogada ou mantida, nos termos do art. 312, CPP. Questão normativa e legal. Em caso de soltura, não havia a necessidade de menção à Recomendação. Depois, verificou-se o caso concreto, ou seja, se o paciente integrava os grupos de risco ou atendimento especial. Posterior a isso, cabia à parte comprovar que a unidade prisional não dispunha de meios de dispensar atendimento médico à pessoa presa, colocando a sua saúde em xeque, porque, no entender da Corte Regional, a Recomendação não implicava uma ordem de soltura irrestrita a todos os presos que atendessem a qualquer um dos requisitos previstos. Logo, ao contrário do que ocorreu em outras unidades da federação (Santos, Cacicdo 2023), a falta de poder normativo da Recomendação não foi um argumento para a sua não observância.

A mesma Recomendação serviu para justificar a prisão. O isolamento físico compulsório no regime fechado seria uma forma de evitar o contágio potencial, caso o preso viesse a ser solto; em outro caso, devido ao atendimento prioritário, em virtude da vacinação, a pessoa presa estaria imunizada, logo, não fazia jus à liberdade.

Portanto, fazendo-se uma comparação entre os fundamentos da Recomendação n.º 62/2020, e que também serviram para embasar as diretrizes relacionadas às enchentes, e os argumentos principais das decisões que concederam e denegaram as ordens pleiteadas via *habeas corpus*, verifica-se que o Tribunal de Justiça gaúcho não deixou de observar tais orientações; pelo contrário: ele expôs as brechas existentes no próprio texto dessas normativas e que, não se pode negar, acabaram por criar “falsas esperanças” na advocacia e boa parte da população prisional.

Assim, a partir dos cenários em comento, podemos concluir que a atuação defensiva, em casos semelhantes, deve ser pautada pela excepcionalidade e exame individual da situação, sem o recurso a fórmulas mágicas ou genéricas.

Os julgamentos acima estudados foram proferidos em processos de conhecimento, quando ainda se discutia a culpa da pessoa e, nesses feitos, foi baixo o número de decisões favoráveis à defesa, entretanto, um episódio peculiar merece destaque neste trabalho. Poucos dias depois da declaração nacional de pandemia e da edição da Recomendação, a mídia gaúcha noticiou que quase 4 mil presos haviam ganho a liberdade em decorrência da pandemia. Tratava-se de apenados em cumprimento de pena, logo, as decisões foram proferidas pelos juízes da execução penal e não presos provisórios (Guedes, 2020; Martins, 2020).

Duas respostas estatais a esse episódio ilustram a postura dos Poderes frente ao cenário em tela. O juiz corregedor não criticou abertamente essas decisões, mas pediu prudência no exame dos novos pedidos, um olhar mais atento ao caso concreto; por outro lado, na época, o então deputado federal Sanderson protocolou o projeto de lei n.º 1.331/2020, buscando modificar o código de processo penal e proibir a soltura de presos em razão da pandemia, uma medida claramente populista e oportunista, combatendo a Recomendação n.º 62/2020. Em caso de infecção, o preso deveria ser tratado em unidade hospitalar dentro do sistema prisional. Apenas em dezembro de 2024, o projeto foi

arquivado e aguarda o fim do prazo recursal para ser arquivado em definitivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Conclusão

Recentemente, o Estado do Rio Grande do Sul passou por dois eventos extremos, absolutamente imprevisíveis, e que podem servir de exemplo a respeito de como o Estado reage frente a esses episódios, quando provocado a agir na emergência. Além da pandemia de Covid-19, estamos nos referindo às fortes chuvas que ocorreram durante o mês de maio de 2024 e que praticamente inundaram parte significativa do território gaúcho, com danos materiais e, especialmente, estruturais, diferente do que se sucedeu na pandemia.

Em ambos os eventos, com o fito de amenizar o seu impacto sobre a população carcerária, eis que ela foi considerada um grupo de risco, o Conselho Nacional de Justiça, visando à tutela da população prisional, emitiu algumas orientações destinadas ao Poder Judiciário [Recomendação n.º 62/2020 (Covid-19) e diretrizes gerais (enchentes)]. Entretanto, essas orientações tiveram baixa observância pelos Tribunais país afora.

O objetivo desta pesquisa não foi criticar esse posicionamento, mas sim compreender o seu porquê, eis que a literatura especializada justifica esse comportamento como sendo mais um exemplo da cultura punitivista brasileira.

Por isso, em um primeiro momento, pretendeu-se justificar o *status* de vulnerabilidade da população carcerária. O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro é a declaração oficial de que diversos direitos fundamentais dos apenados são recorrentemente violados e sem quaisquer perspectivas de melhoria.

A vulnerabilidade da população carcerária foi defendida não apenas no Brasil, mas por diversos órgãos internacionais igualmente. Por consequências, a Recomendação n.º 62/2020/CNJ tinha como objetivo a tutela da saúde pública, não apenas dos presos, mas de todos aqueles que fizessem parte da justiça criminal (juízes, servidores públicos, agentes penitenciários), porque, em caso de contágio por qualquer membro desses grupos, o risco de disseminação da doença era um perigo concreto a ser evitado, já que afetaria terceiros, alheios a esse cenário. O CNJ buscou orientar a não decretação de prisões

preventivas e incentivar a aplicação de outras medidas cautelares, em especial, naqueles crimes sem violência ou grave ameaça e conceder liberdade aos presos que integrassem os grupos de risco, bem como antecipar direitos previstos na Lei de Execuções Penais.

Um exame das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça gaúcho apontou para uma 3ª via. Naquelas situações em que prisão preventiva foi mantida porque atendidos os requisitos legais, logo, inafastáveis, efetuou-se uma análise dos casos concretos e sua adequação à Recomendação, pois ela não implicava uma ordem de soltura geral e irrestrita. Era necessária a comprovação do risco real de contágio no interior daquela unidade prisional devido a condições médicas pessoais e/ou ausência de atendimento adequado, conforme as diretrizes do CNJ. No âmbito da execução penal, contudo, ela teve maior impacto, eis que se tratava de presos definitivos e não provisórios; pessoas em cumprimento efetivo de suas condenações.

Logo, o estudo dos acórdãos proferidos em processos reais, em situações concretas, demonstrou outras falhas do sistema penal como um todo. Assim como se critica prisões preventivas decretadas por meio de fundamentações genéricas e abstratas, para a sua revogação, o sistema faz um exame mais minucioso do caso específico, pois, justamente, criou-se, no imaginário da advocacia em geral, que a Recomendação, por si só, implicaria a soltura de todos os presos cuja situação estivesse ali prevista. O mesmo se deu quando das enchentes, cujas hipóteses eram praticamente idênticas.

Dessa forma, a vulnerabilidade da população prisional, agravada e perpetuada em períodos de eventos extremos, por si só, não é um argumento jurídico capaz de flexibilizar a manutenção de sua prisão, mas sim deveria servir de matéria-prima para a execução de políticas públicas e melhorar o sistema, especialmente agora, após a recente decisão proferida pelo STF, que cobrou uma resposta efetiva por parte do Poder Executivo.

Nenhuma lei, por melhor que seja, será respeitada, ou política pública será executada se, no censo popular, assim como no próprio Estado, persistir a ideia de que as pessoas privadas de liberdade não possuem direitos, devendo serem tratadas como não-pessoas, um inimigo a ser combatido e vencido. É preciso se respeitar a lenta, mas latente, mudança cultural.

A realidade brasileira, a exemplo da gaúcha, é diferente da realidade europeia, portanto, precisamos encontrar soluções adequadas aos nossos próprios problemas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruno Rotta; PIMENTEL, Elaine; CACIEDO, Patrick. Covid-19 e prisões no Brasil: gramáticas e enfrentamentos. *In: _____* (orgs.). **Restos da pandemia**: punição, controle e direitos. São Paulo: Max Limonad, 2023, p. 11-16.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Pandemia, encarceramento e democracia. *In: GIACOMOLLI, Nereu José* (org.). **Ciências criminais e Covid-19**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 141-157.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1.331. Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242529>.

Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Diretrizes para atuação do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul nos âmbitos penal e socioeducativo durante o estado de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/enchentes-no-rs-cnj-emite-diretrizes-para-sistemas-penal-e-socioeducativo/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de processo penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 jan. 2025

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). **Relatório de Informações Penais (RELIPEN)**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/RS>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). **Relatório de Informações Penais (RELIPEN)**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-jun-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 347. Pleno. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator p/ acórdão: Min. Luís Barroso, j. 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p.98-111, 2021.

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CAVALLO, Gonzalo Aguilar. Las restricciones a los derechos humanos em tempos de covid-19 en Chile. In: ROTHENBURG, Walter Claudius (org.). **Direitos fundamentais, dignidade e constituição**: estudos em homenagem a Ingo Wolfgang Sarlet. Londrina/PR, 2021, p. 317-338.

GUEDES, Gabriel. Quase 3 mil detentos foram soltos desde o começo da pandemia no RS: Medida atende à recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Correio do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/quase-3-mil->

detentos-foram-soltos-desde-o-começo-da-pandemia-no-rs-1.459516. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEAL, César Barros. **Prisão**: crepúsculo de uma era. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

LEMOES, Eduardo Xavier. Do açoite ao calabouço, da casa de correção à superlotação carcerária: revisitando o sistema punitivo brasileiro em tempos de covid-19. In: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de; RAMPIN, Talita Taciana Dias; AMARAL, Alberto Carvalho (orgs). **Direitos humanos e covid-19**: grupos sociais vulnerabilizados e o contexto da pandemia. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021, p. 331-356.

LINS E SILVA, Evandro. Prefácio. In: LEAL, César Barros. **Prisão**: crepúsculo de uma era. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 19-25.

LORENA, Letícia Francielly; MOURA, Marina Mozzillo de. Análise da aplicação do instituto da audiência de custódia durante a pandemia de covid-19 no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Bruno Rotta; PIMENTEL, Elaine; CACIEDO, Patrick (orgs.). **Restos da pandemia**: punição, controle e direitos. São Paulo: Max Limonad, 2023, p. 197-217.

MARTINS, Cid. Quase um terço dos presos soltos durante a pandemia no RS pertence a grupo de risco da covid-19: Levantamento do Tribunal de Justiça mostra que 2,2 mil presos foram liberados entre final de março e maio para evitar contaminação. **Zero Hora**, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/06/quase-um-terco-dos-presos-soltos-durante-a-pandemia-no-rs-pertence-a-grupo-de-risco-da-covid-19-ckb6s2jll005l0l5ntgxxdrom.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Ações que salvam**: como o Ministério Público se reinventou para enfrentar a COVID-19 - PGR/CNMP 2020-2023. Brasília: MPF, 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. A pandemia da Covid-19 no cárcere: impactos e intervenções democráticas esperadas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). **Ciências criminais e Covid-19**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 41-65.

OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. **Juízo e prisão**: ativismo judicial no Brasil e nos EUA. Porto Alegre: Boutique Jurídica, 2018.

PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos**: criminalidade, exclusão e insegurança. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Aliana Cirino Simon. Curitiba: LedZe Editora, 2012.

PROENÇA, Ana Carolina da Luz. **Entre celas e muros**: a luta das visitantes do sistema prisional para garantir suas relações afetivas e a dignidade de seus familiares. Curitiba: CRV, 2022.

RÊGO, Martin Ramalho de Freitas Leão; PIMENTEL, Elaine. O impacto da pandemia de covid-19 no sistema prisional: uma revisão comparada de literatura nacional e estrangeira. *In*: ALMEIDA, Bruno Rotta; PIMENTEL, Elaine; CACIEDO, Patrick (orgs.). **Restos da pandemia**: punição, controle e direitos. São Paulo: Max Limonad, 2023, p. 17-31.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual n.º 57.596/2024. **Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, COBRADE 1.3.2.1.4, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024.** Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Administração Penitenciária. Superintendência dos Serviços Penitenciários. Nota técnica n.º 01/2020. **Orientações para a prevenção do contágio por coronavírus – Covid-19.** Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/nota-tecnica-publicada-v16.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTOS, Ana Carolina Cartillone dos; CACIEDO, Patrick. A crise do sistema prisional paulista sob a crise sanitária da Covid-19: legalidade e racionalidade neoliberal no Tribunal de Justiça de São Paulo. *In*: ALMEIDA, Bruno Rotta; PIMENTEL, Elaine; CACIEDO, Patrick (orgs.). **Restos da pandemia**: punição, controle e direitos. São Paulo: Max Limonad, 2023, p. 135-145.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 14. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

SILVA, Mariana Dantas de Oliveira *et al.* Covid-19 e cárcere: uma análise do acesso ao direito à saúde das pessoas presas durante a pandemia. *In*: ALMEIDA, Bruno Rotta; PIMENTEL, Elaine; CACIEDO, Patrick (orgs.). **Restos da pandemia**: punição, controle e direitos. São Paulo: Max Limonad, 2023, p. 147-158.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Republicação

REPUBLICAÇÃO

LIMA, Roberto Kant de. A disciplina pela forma. *In*: LIMA, Roberto Kant de. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. – 2. ed. rev. ampl. Niterói: EDUFF, 1997. p. 27-37.

Nota dos editores:

É com grande satisfação que a Revista Campo Minado republica o texto "A disciplina pela forma", terceiro capítulo da obra "A antropologia da academia: quando os índios somos nós", do antropólogo Roberto Kant de Lima. Publicado originalmente em 1985, este texto completa, por ocasião da publicação da presente edição, quarenta anos de sua primeira aparição, mantendo-se, ainda hoje, de uma relevância ímpar para a compreensão das dinâmicas acadêmicas, das interações sociais que as permeiam, e sobre a produção de conhecimento na área das ciências sociais.

A republicação deste trabalho adquire um significado ainda mais profundo diante do recente falecimento do professor Roberto Kant de Lima, ocorrido em maio de 2025. Sua partida representa uma perda inestimável para a antropologia, mas seu legado, perpetuado por meio de obras como esta, continua a inspirar e a provocar reflexões críticas sobre o fazer antropológico e a própria sociedade.

"A disciplina pela forma" oferece uma análise perspicaz sobre as experiências do autor em um ambiente acadêmico estrangeiro, realizando etnografia contrastiva entre os Estados Unidos e o Brasil. O texto explora como as normas de redação e as expectativas de comunicação acadêmica nos EUA, com sua ênfase na clareza, objetividade e estrutura formal (como a 'topic sentence' e a necessidade de exemplos concretos), contrastam com as práticas brasileiras. Essa análise aprofundada das 'disciplinas da forma' revela não apenas distinções estilísticas, mas também diferentes concepções de letramento e de produção de conhecimento. Kant de Lima nos convida a refletir sobre como essas 'formas' de escrita moldam o pensamento, a comunicação e até mesmo a percepção da realidade, evidenciando o impacto cultural e social das práticas de letramento acadêmico. Ao revisitar este ensaio, somos convidados a refletir sobre as permanências e transformações nas instituições de ensino e pesquisa, bem como sobre a construção do conhecimento e a formação de identidades no campo acadêmico. A leitura deste texto, quarenta anos após

sua concepção e no ano em que nos despedimos de seu brilhante autor, é um convite à imersão em um pensamento que transcende o tempo e as fronteiras, enriquecendo o debate antropológico contemporâneo.

A DISCIPLINA PELA FORMA

Durante o primeiro ano atribuí grande parte de minhas dificuldades de interação com a comunidade acadêmica à minha condição de estrangeiro. Pouco a pouco fui-me apercebendo de que meus problemas, ou pelo menos parte deles, eram comuns a todos os meus colegas. Eram eles de outros estados, moravam sozinhos, não eram antigos colegas nem interagiam entre si, ressentiam-se de mais discussões acadêmicas e convívio social, etc. Culpavam muitas vezes a instituição em que estávamos, caracterizando-a como extremamente formal. Entretanto, não pareciam muito dispostos a transformá-la, discutindo sua estrutura e organização, como é hábito no Brasil. Os inconvenientes eram como que parte necessária ou mesmo indispensável de sua formação (*education*).¹

Participei de situação exemplar desta atitude quando de uma discussão sobre a distribuição dos *offices* entre os alunos. Os nossos escritórios estavam situados em dois dos andares do prédio que ocupávamos. No andar de cima havia gabinetes de professores, a sala de aula para seminários, escritórios de alunos e o *lounge*, espécie de salão de recreação onde ficava a máquina de fazer café, o telefone para recados, sofá e poltronas. Neste local, todas as quintas-feiras realizavam-se *beer hours*, sessões de beber cerveja, paga pelo Departamento, encarregadas de promover e institucionalizar nossa interação social, contando com a presença de professores, alunos e convidados (minha mulher, por exemplo). Neste andar os *offices* eram mais espaçosos e claros, sendo ocupados por dois alunos. No andar inferior, que era dividido com o Departamento de Sociologia, os *offices* eram menores e alguns não tinham janela. A praxe era que os espaços de cima fossem destinados aos alunos mais adiantados, ou àqueles que, de volta do campo, estavam

¹ Para exemplificar o que digo, narro um fato ocorrido no final do primeiro ano. Ao entrar no prédio onde tinha meu escritório, encontro um dos colegas com quem o dividia. Ele está acompanhado por outro rapaz e, apresentando-o como seu irmão, diz que sou seu melhor amigo na Universidade. Disse-lhe que me sentia muito lisonjeado, embora surpreso, pois havíamos conversado apenas três ou quatro vezes *durante o ano todo*. Ele retrucou que era verdade, mas que eu havia sido a pessoa da Universidade com quem ele havia mais e proveitosamente conversado naquele ano!?!

redigindo suas dissertações. Os de baixo ficavam para os mais modernos, que os ocupavam aos dois e três.²

Certa vez, tendo sido aprovado um projeto da área de Antropologia Biológica, disseram-nos que teríamos de desocupar os *offices*, pois nem mesmo direito a eles tínhamos, enquanto estudantes, sendo a permissão para seu uso mera concessão departamental. Tratou-se logo de fazer uma reunião, onde se discutiu a questão de como encaminhar nossas reivindicações, uma vez que os alunos não tinham assento nas reuniões departamentais. A distribuição dos *offices* era considerada uma tarefa administrativa, realizada pela secretária do Departamento. À brasileira, quis politizar e ampliar a questão, começando por reivindicar nossa representação no Departamento, o direito adquirido pelo costume de nos darem os *offices*, o arbítrio implícito na medida, a impossibilidade de nos deslocarmos para outros espaços, etc. Meus colegas, com condescendência, explicaram-me que concordavam comigo, mas que isso era outro assunto, e eu devia ser mais “objetivo”. Outras reuniões foram feitas, tendo eu ido a algumas e a outras não. Religiosamente, entretanto, era informado por um colega, membro de uma comissão de representantes, “para assuntos de *office*”, do que havia sido discutido. Mais, se eu tinha alguma restrição às decisões tomadas, quando não havia podido comparecer, era como se minha ausência não implicasse sanções ou perda de direitos, pelo contrário, em seu respeito e conservação obrigatórios.³

Depois de muita discussão, chegou-se a uma comissão mista de professores e alunos que negociou a distribuição dos espaços. Foram criados vários Laboratórios, que tiveram seus espaços distribuídos pelos andares e ocupados pelos alunos e pelos membros do projeto. A estrutura e organização do Departamento continuaram as mesmas, é claro.⁴

² A disposição interna e uso social do espaço dos *offices* obedecia àquela já referida por Hall (1959, p. 200) para os escritórios americanos em geral. Dado um certo espaço, este é dividido igualmente entre seus participantes. Os recém-vindos têm *direito* à ocupação de seu espaço, que deve ser cedido voluntariamente, mesmo que seja necessário efetuar deslocamentos de antigos ocupantes. Distribuem-se ao longo das paredes escrivaninhas e estantes, deixando-se o centro livre para eventuais encontros.

³ Isto é exatamente o oposto do que ocorre em nossa prática política; se eu não estiver presente, “danço”, quer dizer, perco todo o direito de discordar. Os indivíduos só existem enquanto grupo, atualizando-se este independentemente daqueles. Sobre essas práticas holísticas veja-se o irônico artigo de Walzer (1977).

⁴ Sobre o papel e as características contraditórias da escola americana na promoção dos ideais de individualização e estímulo à criatividade e da necessidade de padronização, em função de prover oportunidades iguais para todos - sendo a diferença fruto de mérito individual - e de socializar os indivíduos

Do ponto de vista das discussões, os cursos não apresentavam maior novidade se comparados com os que realizei na graduação e pós-graduação brasileiras. A bibliografia era mais ou menos a mesma, talvez com a característica de ser mais clássica, isto é, voltada para dar a visão já cristalizada dos progressos e trajetória da disciplina antropológica, sem enfatizar aspectos contemporâneos controversos. Tal característica se expressava na proporção muito maior de livros nas relações de bibliografia e de bem menor número de artigos do que os daquelas da pós-graduação brasileira.

A área coberta pela bibliografia era bem vasta, tanto teórica como geograficamente falando. Os alunos faziam questão de ser expostos ao maior número de correntes e experiências possíveis, para que pudessem com eficácia realizar sua formação profissional.⁵

Apesar destas características, surpreendente para mim como brasileiro era a falta de referências à sociedade americana. Acostumada à nossa sociologia e antropologia autocentradas, estranhava que essa reflexão fosse considerada como do domínio exclusivo da Sociologia, mesmo porque esta, nos Estados Unidos, não incorpora na maioria de sua produção a crítica metodológica à reprodução de conhecimentos de forma etnocêntrica e positivista, já acatada por certas correntes da Antropologia lá radicadas (GEERTZ, 1978 ; SAHLINS, 1976, por exemplo). Por outro lado, tal divisão de competências revelava algo que acredito seja também existente aqui. Tanto em um como em outro caso, a partição das Ciências Sociais atende precipuamente a interesses políticos de divisão do trabalho. Ou seja, isto é “sociologia” ou “antropologia” para que Departamentos, professores, recursos escassos ou abundantes possam ser distribuídos com algum critério explícito de limites da concorrência, associando e implementando interesses comuns.

para integrá-los à classe média (*mainstream*), considerada a utópica realização da igualdade, veja-se Garretson (1976).

⁵ Nada daquele “não li e não gostei” brasileiro, que olha sempre com suspeição o que não é coerentemente apresentado como parte de um pensamento já definido em suas premissas. Esta última postura, de necessidade de “coerência”, como se sabe, tem sistematicamente levado a experiências repressoras em nosso meio acadêmico, por parte de seus membros mais radicais. É como se, no fundo, a diferença fosse desorganizadora por definição, alunos querendo ouvir-se *nos* professores e vice-versa.

Um exemplo dessa aversão pela explicitação do “próximo” ocorreu quando, no final de outubro, tivemos uma nevada fora de época: a neve, que “inicia” o inverno, só era esperada em dezembro. No dia seguinte, um coro de vozes no Departamento, que ecoava o clamor dos veículos de comunicação locais: “*Ridiculous!*”, “a neve veio cedo demais”, etc., embora já houvesse parado de nevar e o tempo tivesse melhorado. Comecei então a observar a meus colegas e professores que não parecia haver nenhuma diferença substancial entre aquela sociedade e a dos Nuer, na questão das divisões ecológicas do ano e na regulação do seu tempo social pelas estações, marcadas por eventos meteorológicos, no que pesassem as diferenças estruturais e tecnológicas entre as duas sociedades. À parte sorrisos amarelos, não recebi nenhum incentivo pela originalidade e caráter antropológico de meus comentários eruditos. Tais situações, que passei com frequência sistemática a repetir, comprovaram o tácito acordo existente de dirigir o olhar antropológico para coisas “realmente” longínquas.

Tal postura é reforçada pela convicção arraigada na sociedade americana de que ela não possui “cultura” no sentido antropológico do termo, já referida, entre outros, por Marshall Sahlins (1976). Tudo, assim, é “natural”, ou seja, a maneira como se faz é a “melhor” maneira porque é a mais “saúdável” ou a mais “simples” ou mais “racional”. Quando os assuntos são comida, bebida, estética corporal e relações sexuais, bem se vê o grau de confusão a que um estrangeiro terá que se submeter para compreender quais os modos mais “salutares” e “simples” nessas questões.⁶

Minhas intervenções nos seminários marcavam-se por diferentes perplexidades, que eu atribuía às deficiências do meu inglês. Com o tempo, no entanto, ao constatar que o que eu dizia era entendido com perfeição em outras situações e só causava surpresa nos seminários, é que percebi que as *questões* que estava acostumado a endereçar aos textos é que eram diferentes das questões consideradas relevantes pelos meus colegas. Outra circunstância também me confundia: a bibliografia dos cursos, a ser discutida em cada seminário, me parecia enorme, especialmente para quem a via pela primeira vez, o que não era, quase sempre, o meu caso, mas era o de meus colegas. Fichavam e separavam com premonitória exatidão as questões que o professor lhes iria perguntar, quase que de

⁶ Neste sentido, veja-se também Garretson (1976).

cor respondidas de imediato, como se estivessem ensaiadas, quando para mim eram extremamente inesperadas e difíceis. Outro ponto que me intrigava era o porquê de meus colegas só lerem em inglês, quando todos tinham obrigatoriamente conhecimento de pelo menos uma língua considerada “acadêmica” não-inglesa, como francês, italiano, alemão, etc. O fato de que todos também estudavam sua “língua de campo”, isto é, a língua que iriam usar em sua pesquisa de campo na região do mundo onde a efetuariam (chinês, árabe, swahili, etc.), tornava a questão ainda mais pertinente, pois meus colegas não tinham, com certeza, dificuldades relevantes no aprendizado de outras línguas.

Com o prosseguimento dos estudos, chegou, no primeiro semestre, a época da entrega dos trabalhos escritos. Um colega meu, nativo, prestativo ao extremo, prontificou-se a “editar” meu primeiro trabalho (*to edit*). Foi um terror! Estava tudo, literalmente, “fora do lugar” e “unclear”, “vague” e outros adjetivos que atestavam a extrema confusão mental em que eu deveria me encontrar, apesar de toda a minha impressão em contrário. Fiz como pude este primeiro texto, ao qual se sucederam os exames escritos. Estes, em geral, constavam de questões a serem escolhidas pelo aluno em um elenco dado e que consistiam em comparar por semelhança ou por diferença (*compare and contrast*) abordagens de vários autores de posições teóricas distintas. Pareciam-me, à primeira vista, questões impossíveis de serem respondidas no espaço de tempo e papel dados – cada resposta não podia ultrapassar cinco laudas datilografadas, com espaço dois, a serem produzidas em um dia para cada questão, três a quatro para cada exame. Acima de tudo, comparar, em uma mesma questão, Malinowski, Durkheim, Marx, Gadamer, Weber, Bateson, Laroui e Bloch me pareciam tarefas gigantescas.

Conversando com meus colegas, vi que isso em nada os admirava, sendo suas eventuais críticas dirigidas a outros aspectos dos exames, como o fato de ter havido pouca discussão sobre um ou outro “ponto” ou autor, etc. Para fazer os exames, observei que se serviam de suas anotações, não voltando aos livros para efetuar nova leitura dos autores. Isto em muito me beneficiava, porque, como não havia discussões informais, o *único* acesso aos autores eram os *textos* e, embora a biblioteca fosse estupenda, não dispunha sempre de muitos exemplares do mesmo livro, aliás, como política de economia de espaço. A maneira de resolver o problema do acesso democrático e universal à bibliografia era reservando os exemplares disponíveis para os estudantes daquele curso e

de permitir seu uso por três horas de cada vez. O que é que eu ia fazer com três horas para ler *Coral Gardens and Their Magic, Knowledge and Human Interests, The Gründrisse* ou *The Protestant Ethic and The Spirit of Capitalism*?

Aparentemente minha condição de estrangeiro em um Departamento de Antropologia e minha prévia e razoável formação na disciplina deram-me alguns privilégios e suficiente jogo de cintura para que me saísse bem da experiência inicial. Com tolerância, fui advertido de que os três primeiros meses eram os piores, quando não se entende muito e não se é entendido; que após seis meses já poderia me fazer entender razoavelmente e que após o primeiro ano meu inglês se normalizaria. Isto acontecia com todos os estrangeiros...

Para acelerar este processo, matriculei-me em curso de redação (*composition*), ministrado pela própria Universidade e pago por meu Departamento. Tais cursos, freqüentados com exclusividade por estrangeiros, destinavam-se a iniciá-los na redação de textos em inglês necessários à expressão de sua produção intelectual. Em contato com esses colegas, também alunos da Universidade em sua maioria, pude constatar que meu Departamento era bastante tolerante quanto a essa questão da expressão escrita. Meus colegas pareciam sofrer toda a sorte de vexames em função de sua “ignorância do idioma”. O que escreviam nem mesmo era algumas vezes lido ou considerado por seus professores, estando o ápice desta relação etnocêntrica situado na *Business School* (Escola de Administração de Empresas).

Nestes cursos, que freqüentei durante dois anos consecutivos, tive oportunidade de discutir as questões que estou levantando aqui com colegas oriundos da África, Ásia e América Latina, assim como da Europa não-inglesa. Apliquei-me ao estudo das regras da *composition* e aos poucos fui-me apercebendo de determinados aspectos da socialização acadêmica antes sequer vislumbrados por mim. Aprendi, por exemplo, que, “em inglês”, a primeira ou a última sentença de um parágrafo é a mais importante, devendo sintetizar a idéia principal que nesse parágrafo se quer exprimir. O recheio é mero qualificativo desta sentença principal, que recebe o nome de *topic sentence*. Assim também em cada parágrafo se deve desenvolver uma idéia e apenas uma. Se há mais de uma idéia, deve-se fazer tantos parágrafos quantas estas forem. Cada lauda deve ter de dois a três parágrafos, e em cada capítulo, ou parte do trabalho, o primeiro e o último parágrafos devem sintetizar

seu conteúdo por inteiro. Se se trata de um livro ou trabalho de maior envergadura, a Introdução e a Conclusão terão o mesmo papel.

Deve-se escrever sempre utilizando conscientemente as operações lógicas de classificar, contrastar, comparar, estabelecer correlações, relações de causa e efeito e, em especial, fazendo-se sempre referência a exemplos concretos (*examples, evidences*), sem os quais o texto se torna “abstrato” e “genérico demais”, perdendo o sentido. Como explicitava um dos manuais utilizados no curso, as relações antes mencionadas são relações lógicas que não vale a pena conhecer profundamente para que não nos vejamos envolvidos em esotérica discussão sobre Lógica. O aluno de redação, ainda segundo esse manual, deve aprender a operar com essa lógica, mas não deve ser estimulado a discutir-lhe as premissas, sob pena de perder-se a “objetividade do curso”. Devo frisar que tais manuais não são específicos para estrangeiros, mas são livros utilizados nos cursos secundários (*high school*) e também nas Universidades.⁷

As aulas de redação eram bastante ricas em discussão e talvez porque eu fosse o único antropólogo cabia-me sempre a parte comparativa da conversa. Como os professores eram todos americanos com experiência no exterior, a discussão tornava-se bastante interessante e aos poucos fui-me apercebendo de que meu inglês não estava tão mau quanto eu julgara e que o principal problema era a maneira como estava acostumado a organizar meu pensamento. Tal circunstância se esclareceu mais ainda quando contrastada com a evidência de que essa “forma” havia sido há pouco incorporada à “língua” inglesa, pois Shakespeare definitivamente não escrevia assim.⁸

Nesse íterim passei a escrever como estava aprendendo. De imediato fui agraciado com comentários de que meu “inglês” estava melhorando muito. Descobri, porém, que se estava sendo melhor compreendido, não havia ganhos substanciais no conteúdo de minha comunicação escrita. Aprendera a expressar-me em inglês de forma

⁷ “Many of the logical relationships overlap, of course. Classification is a form of contrast; prediction is a kind of cause-and-effect inference; chronological order and causality are related. The teacher can point out these interrelationships to the students. It is not necessary, however, to become involved in an elaborated, esoteric discussion of logic. In fact, such discussions are to be avoided as they detract from the writing practice. The students must, however, master the meta-language of the course, that is to say, they must be able to identify and name the logical methods they are practicing” (LAWRENCE, 1972, p. 6).

⁸ Ocorre-me que, contemporaneamente, Henry Miller também não escreve assim, sendo esta, talvez, a razão do “escândalo” que provoca, ligado mais à forma como se expressa do que ao conteúdo de seus trabalhos.

adequada e podia ser explícito a mais não poder sobre aquilo que pensava conhecer. Entretanto, minhas dificuldades eram imensas para expressar minhas perplexidades ou mesmo para exprimir o que me parecia como a complexidade do meu assunto, a vida humana em sociedade. A clareza me tornara mais “simples”, mas de certa forma simplificara o objeto sobre o qual escrevia. Tal percepção foi reforçada quando, em uma das muitas sessões de *editing* com o colega já referido, perguntei-lhe, diante de uma situação para mim indecomponível em operações analíticas exigidas pelos manuais de estilo, o que ele faria diante da mesma situação. Após uma longa explanação sobre gramática (?!), ele respondeu-me que preferiria não escrever sobre o tema enquanto não estivesse totalmente “claro” em sua mente (*clear*).

Não é demais ressaltar nesse contexto o papel que a língua inglesa tem no contexto mundial e o papel que a academia americana desempenha na sociedade americana enquanto produtora de cérebros e saberes úteis. Minha experiência mostrou que as características formais a que me estou referindo para qualificar a comunicação escrita “acadêmica” são válidas em instituições como a Business School, Law School e School of Government (Faculdade de Negócios, Direito e de Governo!?) e outras similares. Estas regras vão permear e orientar a expressão de executivos das áreas dos negócios, do planejamento, do direito, da economia – e não só de nacionalidade americana, dada a posição que as Universidades e a sociedade americanas ocupam no cenário mundial. Cheguei mesmo a observar que as *Business Schools*, por exemplo, são muito mais rígidas na aplicação dessas regras, estendendo-as a treinamentos de executivos, preparação de reuniões, etc. Nesses casos, o papel que tais “formas” desempenham é maior ainda, na medida em que a clientela a que se aplicam está ávida de aprendê-las e apropriar-se de seus benefícios colaterais, tornar-se um dos membros dessa fechada comunidade. As conseqüências desta disciplina formal estão, portanto, diretamente vinculadas às formas de negociar, pensar e organizar assuntos referentes ao comércio internacional de trigo, petróleo e café, às negociações diplomáticas entre Estados, à formulação de políticas econômicas e à atuação do FMI...

Não se deve também esquecer o papel da língua inglesa enquanto meio privilegiado de difusão de informações em nível mundial. Tal posição transmite especial *status* aos trabalhos publicados em inglês, visto que amplia seu campo de influência e

contato, com todas as conseqüências que isso possa representar em termos de maior acesso a recursos do mercado intelectual.

Na medida em que a padronização dos estilos e das formas de expressão escrita são condição *sine qua non* para a penetração neste mercado, algumas conseqüências são evidentes.

A primeira é que a padronização dos estilos, além de domesticar outras lógicas, reduzindo-as a padrões preestabelecidos quando expressas nesse inglês acadêmico, tem também o efeito de domesticar as traduções consumidas em língua inglesa. Essa, aliás, é a maneira dominante de consumo de literatura estrangeira nos Estados Unidos, mesmo quando o leitor conhece o idioma original, fato que os distancia bastante dos consumidores brasileiros, em especial quanto aos textos classificados como técnicos ou científicos. Isto ocorre porque o que interessa nessas comunicações não é seu “estilo”, mas seus “pontos” (*points*) fundamentais, mais compreensíveis quando despidos das “impurezas” estilísticas. Nunca me esqueço de como fica mais “fácil” ler Weber na tradução inglesa, o mesmo acontecendo com Foucault, Marx e outros ilustres estrangeiros...

Mas é bom notar que não me estou referindo simplesmente a uma “traição” de versões originais, implícita no trabalho de quaisquer tradutores em quaisquer idiomas. O caso aqui é que, de maneira semelhante ao *Reader's Digest*, com raríssimas exceções, passando os autores estrangeiros por esse tipo de “dominação” estilística, sofrem uma *distorção uniforme*, implícita, de seu pensamento. Os estilos estrangeiros sofrem, mesmo (ou principalmente) por parte dos intelectuais, rotulações que denunciam os preconceitos envolvidos na questão e reforçam a necessidade de ler traduções. Assim, a sociologia francesa é muito “frouxa”, “metafísica”, “geral” e “repetitiva”; a alemã, muito “densa” e “complexa”, com seus “parágrafos intermináveis”; a latino-americana, muito “prolixa” e “pouco objetiva”.⁹ Tal discriminação atua também contra autores em língua inglesa que

⁹ Veja-se este trecho inicial da Introdução de Mary Douglas à edição inglesa (Paladian) do *Homo Hierarchicus* de Louis Dumont: “A challenge from across the Channel is issued to contemporary thought. This has been a regularly recurring event. Usually the English-speaking people ignore it for the first twenty years. The problems as initially posed in Europe seem either too metaphysical, too local, too remote from our professional concerns, or, if relevant, too lax in the manner of their posing. It takes time to anglicize the basic ideas. As they are often subversive, either of government or of religion, it also takes time to neutralize their explosive power. So we might easily have been tempted to shrug off Professor Dumont's

se afastam dos padrões desse inglês acadêmico: Clifford Geertz, por exemplo, é considerado excessivamente literário, no sentido pejorativo de não ter o necessário rigor estilístico-científico adequado à produção acadêmica. Tal é o sentido da terceira epígrafe deste trabalho, sobre a crítica ao estilo “brasileiro” de tese.

A segunda consequência da padronização é que ela facilita o consumo. Pode-se absorver muito mais informações *isoladas* sabendo com exatidão onde procurá-las. Desenvolvem-se técnicas de leitura onde se lêem apenas trechos selecionados do texto, de antemão conhecidos como significativos: prefácio ou introdução, conclusão, algum capítulo central, primeira e última sentença dos parágrafos iniciais e finais, etc. Aperfeiçoa-se a técnica dos fichamentos (*abstracts*), auxiliada pela consulta sistemática aos índices de assuntos e autores citados, no final dos livros (*Index*), no destaque e identificação de certos autores a certos *pontos* considerados expressivos de seu pensamento. A possibilidade da diversificação das informações diminui, tornando muito difícil a realização de *várias leituras de um mesmo texto*. A concepção do conhecimento como um processo cumulativo e linear ganha força. É um pouco como se as *versões consagradas* fossem a matéria-prima sobre a qual se edifica a atividade intelectual, que se limita a “avançar” a partir daí, sem contestar seus próprios alicerces.

A terceira consequência é a previsibilidade dos efeitos da comunicação acadêmica. É muito mais fácil, então, escrever, pois sei que meu trabalho será julgado dentro de regras rígidas de pertinência ao passado da disciplina, quanto a seu conteúdo e, quanto à sua forma, por sua adequação aos rígidos modelos já expostos. Se colocar bem o meu “ponto”, isto é, se puder formalizá-lo com adequação, meu trabalho sempre será defensável. Se eu não tiver a pretensão de construir grandes teorias ou mesmo de contestá-las ou alterar-lhes a estrutura profunda, garanto meu lugar ao sol como mais um produtor intelectual. Compartmentalizando, individualizando o conhecimento, sempre posso escrever sobre algo ou, quando instado, sempre posso criticar algo. Não tenho compromissos com uma “obra” enquanto um *todo*, mas apenas com os pontos que queria discutir, dos quais posso sempre aceitar alguns e rejeitar outros. Essa técnica, responsável

Homo Hierarchicus as just another French gauntlet flung down. But this particular challenge cannot be dismissed” (DOUGLAS, 1975, p. 181).

pela imensa produção intelectual americana, se resume na expressão com que se julgam, afinal, os trabalhos e argumentos: alguém tem ou não tem um ponto (*to have or to have not a point*), conjugada àquela que compara constantemente a atividade científica com a decifração de quebra-cabeças (*puzzles*), ou sua montagem, sempre referindo o todo pelas suas partes.¹⁰

Referências Bibliográficas:

DOUGLAS, Mary. *Implicit meanings*. London : Routledge and Kegan Paul, 1975. p. 185-192: Louis Dumont's structural analysis.

GARRETSON, Lucy R. *American culture: an anthropological perspective*. Dubuque: C. Brown Company Publishers, 1976.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. p. 13-44: Uma descrição densa : por uma teoria interpretativa da cultura.

HALL, Edward T. *The silent language*. New York : Doubleday, 1959.

LAWRENCE, Mary S. *Writing as a thinking process*. Ann Arbor : The University of Michigan Press, 1972.

PAGLIA, Camille. *Sexo, arte e cultura americana*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

WALZER, Michael. *Das obrigações políticas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1977. p. 197-205: Um dia na vida de um cidadão socialista.

¹⁰ A polêmica Camille Paglia, em conferência proferida no Massachusetts Institute of Technology (MIT), discute e confirma a presença deste estilo de avaliação de produtividade na academia dos Estados Unidos (PAGLIA, 1993).

Monografias

As apreensões de droga no Mato Grosso do Sul: significados da produtividade policial¹

Ana Clara Pinheiro Figueiredo Rangel²

RESUMO

Em territórios fronteiriços com um alto índice de circulação de mercadorias ilícitas, as apreensões de droga integram o cotidiano da atuação policial. A prática, que repercute de diversas formas, sugere uma polícia produtiva na medida que gera um suposto prejuízo às organizações criminosas e indica um desempenho positivo das forças de segurança. Nesta pesquisa, realizo um estudo das apreensões de drogas realizadas no Mato Grosso do Sul (MS) entre os anos de 2018 e 2021. Para tanto, são utilizados os dados de apreensão de maconha e cocaína, divulgados pela Polícia Federal (PF), bem como a análise de notícias que permitem compreender as dinâmicas que cercam as apreensões. Abordo o protagonismo do MS nas apreensões de drogas e uma de suas implicações: a superlotação do sistema prisional., decorrente da “produtividade policial”.

Palavras-chave: Apreensões de droga; Mercadorias Ilícitas; Atuação policial.

ABSTRACT

In border territories with a high rate of circulation of illicit goods, drug seizures are part of everyday police activity. The practice, which has repercussions in different ways, suggests a productive police force insofar as it generates supposed damage to criminal organizations and indicates a positive performance by the security forces. In this research, I study drug seizures made in Mato Grosso do Sul (MS) between 2018 and 2021. To this

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (InEAC UFF), como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública. Orientador: Prof. Dr. Daniel Ganem Misse. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado, as professoras Klarissa Platero (UFF) e Luana Martins (UFF).

² Bacharel em Segurança Pública.

end, I use data on marijuana and cocaine seizures released by the Federal Police, as well as news analysis to understand the dynamics surrounding the seizures. I address the role of the MH in drug seizures and one of its implications: the overcrowding of the prison system as a result of “police productivity”.

Keywords: Drug seizures; Illicit goods; Police operations

Introdução

O Brasil é considerado um país de trânsito e consumo dos ilícitos transfronteiriços. Por sua extensa fronteira, escoam-se mercadorias para diferentes regiões do país e do mundo (UNODC, 2023). Em territórios com um alto índice de circulação de mercadorias ilícitas, como o Mato Grosso do Sul (MS), as apreensões de drogas se apresentam como parte do cotidiano da atividade policial. Essa prática, que repercute de múltiplas maneiras, sugere um desempenho positivo das polícias estadual e federal, ao gerar um suposto prejuízo às organizações criminosas. No entanto, uma de suas consequências, incide diretamente sobre o sistema prisional estadual.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surge da minha atuação como Auxiliar de Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Desde junho de 2022, integro o projeto “Dinâmicas da Violência e Criminalidade nas Regiões Brasileiras”, fruto de uma parceria entre o Ipea e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Essa oportunidade permitiu que eu pudesse ter contato com temáticas que fogem à realidade carioca, por meio do estudo das regiões Norte e Centro Oeste do país. Diversos aspectos das dinâmicas particulares que se dão nessas localidades me chamaram a atenção. Senti a necessidade de que esse conhecimento fosse direcionado, de alguma forma, para o meu TCC. Afinal, para compreender essas dinâmicas por vezes me baseei em artigos apresentados em sala de aula pelos meus professores. Além disso, o extenso material de pesquisa coletado traz questões que não são aprofundadas nos relatórios porque fogem de seu objetivo - trazer uma abordagem geral das dinâmicas de violência e

criminalidade nas UFs brasileiras, não cabendo, por exemplo, aprofundar as apreensões que pouco reverberam nos índices de homicídios e outros dados criminais³.

Ao iniciar a “Etapa Centro-Oeste” do projeto, fiquei responsável pela coleta de dados, levantamento bibliográfico e de notícias, além do mapeamento de interlocutores no estado do Mato Grosso do Sul. Seu forte vínculo com o agronegócio, histórico de desterritorialização institucional de povos indígenas e sua localização geográfica me impulsionaram a aprofundar nas dinâmicas de violência locais, que apesar dessas características mencionadas, apresentam taxas de homicídios abaixo da média nacional⁴ (FBSP, 2023; Ipea, no prelo). Dentre todos os temas trabalhados nessa etapa do projeto, um me chamou especial atenção para ser desenvolvido posteriormente: as apreensões de droga no estado.

Desta maneira, visando explorar aspectos das apreensões de droga no MS e uma de suas implicações, utilizarei da abordagem quanti-quali - conhecida como método misto, onde o problema de pesquisa pode ser melhor observado pela combinação das abordagens quantitativas e qualitativas e suas potencialidades (Creswell e Plano Clark 2013). Para esses autores, essa metodologia, apesar de exigir um esforço maior do pesquisador, entendem que o método misto permite uma observação mais completa e qualificada de alguns fenômenos - como é o caso das apreensões de droga. Estas, geralmente, são observadas a partir do quantitativo apreendido pelas forças de segurança, mas só podem ser compreendidas em sua totalidade a partir de uma análise qualitativa de seus significados, desdobramentos e dinâmicas.

Inicialmente, serão analisados os dados de apreensão da Polícia Federal (PF).⁵ Esses dados, de acesso público, abrangem o período de 1995 a junho de 2022, organizados em planilhas com separação por ano, linhas divididas pelas Unidades Federativas (UFs)

³ No decorrer do projeto, diversas publicações e participações em seminário foram realizadas pelas bolsistas do projeto com o intuito de disseminar os achados da pesquisa.

⁴ Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), no ano de 2022, o Mato Grosso do Sul registrou uma taxa de 18 homicídios dolosos a cada 100 mil habitantes (inclusive as mortes decorrentes de intervenção policial), enquanto a média nacional ficou em 19,5 homicídios dolosos a cada 100 mil habitantes.

⁵ **DROGAS apreendidas por UF – Série histórica de 1995 a 2022 (até junho).** Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/drogas_apreendidas_por_uf.pdf/view. Acesso em:

e colunas com o tipo de droga encontrada⁶. Das informações disponíveis, me atendo aos anos de 2018 a 2021 e as colunas “Cocaína (KG)” e “Maconha (KG)” que agregam as diferentes formas que a mercadoria é encontrada. Essa etapa quantitativa visa mensurar a localização das apreensões de maconha e cocaína no território nacional.

Na sequência, serão observadas notícias jornalísticas sobre as apreensões, coletadas com o uso de palavra-chave (apreensão; mato grosso do sul) e categorizadas em “operação” “apreensão” e “rota”. A coleta foi realizada por meio da aba “Notícias” do Google, a partir da ferramenta “Classificados por data” que permite filtrar os anos das notícias. Neste caso, optou-se por expandir a análise para o ano de 2022. É importante frisar que existe certa opacidade nesta coleta, seja em decorrência do algoritmo, que traz o que é considerado mais ou menos relevante para determinado usuário, quanto da seleção de notícias de maior repercussão.

Posto essa ressalva, esta etapa qualitativa propicia uma compreensão geral das dinâmicas que cercam as apreensões, bem como um entendimento de como estas são representadas pelos veículos de mídia. Assim, com esta análise, objetiva-se captar o contexto geral das apreensões.

Além disso, este trabalho contempla algumas das observações feitas no projeto “Dinâmicas de Violência nas Regiões Brasileiras” da DIEST do IPEA, com destaque para as entrevistas realizadas com atores estatais, acadêmicos e de movimentos sociais. As entrevistas, ocorreram na cidade de Campo Grande (RS), entre os dias 11 e 15 de setembro de 2023, além de encontros virtuais no segundo semestre do mesmo ano⁷, totalizando dez entrevistas, sendo quatro online e seis presenciais.

Para este trabalho, utilizei as entrevistas realizadas com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado; a Gerência de Inteligência do Sistema Prisional; o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e Divisas; a Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico e com a Agência Brasileira de Inteligência -

⁶ No decorrer dos anos, as colunas com o registro de “tipo de droga” apreendida são alteradas. Neste trabalho, utilizamos apenas a coluna “Cocaína (KG)” e “Maconha (KG)”, disponível em todos os anos analisados (2018 - 2022).

⁷ As entrevistas presenciais foram conduzidas pela Camila Dias (professora da Universidade Federal do ABC) e as demais, realizadas na modalidade online, foram conduzidas por mim e por Maria Paula Santos (Técnica de Planejamento e Pesquisa - Diest/Ipea). O roteiro das entrevistas (semiestruturado) foi elaborado por mim.

Unidade de Mato Grosso do Sul - todas presencialmente. Para elucidar, este TCC tratará do termo “droga” conforme é comumente compreendido no senso popular, isto é, como toda substância psicoativa ilícita alvo de regimes de controle e proibição. Parte-se da compreensão de que essas “drogas” são, antes de tudo, produtos históricos e culturais, conforme argumenta Simões (2008).

A partir dessa perspectiva, a proposta do trabalho, portanto, é analisar, explorar e problematizar o contexto das apreensões de drogas no MS. Para isso, no primeiro capítulo, apresento brevemente a discussão acadêmica sobre fronteiras no Brasil, com atenção ao meu objeto de pesquisa e a partir de autores como Machado (2003; 2007; 2009; 2013), Costa e Oliveira (2011; 2013) e Cardin e Albuquerque (2018), e nos resultados de pesquisas realizadas no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), como marco para os estudos contemporâneos sobre a fronteira brasileira. Também neste capítulo, situo o Brasil no cenário do tráfico internacional de drogas ilícitas a partir de recentes publicações do CdE (2021) e apresento características específicas do MS que o coloca em situação favorável à circulação de ilícitos transfronteiriços, o que não só justifica a escolha por esta UF, como também deixa claro ao leitor os motivos da centralidade desse estado nessas dinâmicas.

No segundo capítulo, localizo as determinações legais que caracterizam as apreensões de droga no Brasil. Explícito, a partir do texto de Vargas et al. (2016), a atuação específica das forças de segurança no MS, que aparece voltada ao controle sobre a circulação de pessoas e mercadorias. Articulo as apreensões, a partir de Rolim e Pereira (2022), como um dos símbolos da eficiência policial. Nas subseções deste capítulo, abordo a importância do MS nas apreensões frente ao cenário nacional, utilizando dados públicos da Polícia Federal, apresentando, também, as limitações analíticas ao se trabalhar com este tipo de dado. Além disso, traço considerações acerca da forma como estas apreensões são divulgadas na mídia, por meio de elementos que auxiliem a compreender a dinâmica das apreensões.

Por fim, já no terceiro capítulo, apresento uma das consequências de um estado “produtivo” - isto é, com altos índices de apreensão - que é a superlotação do sistema prisional. Essa consequência pôde ser observada a partir de dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), em que revela a razão preso/vaga na UF

encontrava-se em 1,7 no ano de 2022. Em um sistema prisional superlotado, indivíduos privados de liberdade têm os seus direitos humanos desrespeitados. Para lidar com isto, o estado tem investido na construção de unidades prisionais, prevendo o aumento de 70% do quantitativo de vagas no sistema até 2030. No entanto, como será demonstrado, a preocupação não está em realocar os detentos em um espaço adequado para o indivíduo, mas sim em perpetuar as apreensões como política de segurança pública, voltadas para o combate ao tráfico de drogas.

1. Um breve panorama das discussões sobre fronteira no Brasil

Cardin e Albuquerque (2018) situam os estudos da fronteira como algo relativamente recente, motivado por fenômenos interligados: uma maior preocupação com a segurança e defesa nacional; a intensificação dos fluxos migratórios entre países; os circuitos das mercadorias ilícitas; discussões sobre a globalização e seus efeitos para o Estado-nação e outras razões que instigam o estudo das chamadas zonas fronteiriças. Para os autores, a fronteira é um espaço singular, produzido a partir de distintas relações de trânsito e pertencimento (Cardin e Albuquerque, 2018). Neste trabalho, interessa pensar os desdobramentos do espaço fronteiriço para o território nacional a partir dos trânsitos que marcam a região e se traduzem, dentre diversas dinâmicas, nas apreensões.

No Brasil, as pesquisas sobre o tema ganharam força no início do século XXI, impulsionadas pela crescente demanda e pela subsequente agenda de pesquisa nacional a partir da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON (2011)⁸. A ENAFRON surge com o objetivo de articular atores governamentais e enfrentar ilícitos penais típicos de regiões fronteiriças. Um dos eixos orientadores do programa foi o investimento em diagnósticos e pesquisas que sustentassem a reflexão e atuação política nestas localidades, onde o projeto “Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira” (2016), consistiu-se como um marco no estudo da fronteira⁹. Este trabalho

⁸ A ENAFRON é um programa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e surge no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras. Para saber mais, ver: SANTOS, G. ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS: UM DEBATE RECENTE. Revista Movimentação, v.02, n.01, pp. 50-61, 2015.

⁹ A pesquisa, realizada pelo grupo RETIS-UFRJ, teve por objetivo “subsidiar as ações do Governo Federal no âmbito do Programa ENAFRON” (MJSP, 2016, p.25) e é composta por duas partes: “A Parte I consiste num relatório analítico que apresenta aspectos demográficos, socioeconômicos e de criminalidade na faixa de fronteira, utilizando como base espacial os Arcos Norte, Central e Sul” e “A Parte II busca integrar o

apresenta aspectos demográficos, socioeconômicos e de criminalidade presentes em toda a faixa da fronteira brasileira. A partir de seus resultados, é possível compreender questões afetas à criminalidade local dos estados e municípios fronteiriços, bem como as particularidades decorrentes de sua situação de fronteira e de seus mercados ilegais.

Anteriormente a essas publicações, foi lançado o “Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” (BRASIL, 2005), que já demonstrava um esforço de caracterização desta região em todo o Brasil. O Programa reestruturou o modo de se pensar esses espaços, a partir de suas características econômicas, culturais e relação com os países vizinhos. Outros trabalhos produzidos no início deste mesmo século versam sobre as redes ilegais, os mercados da fronteira e a inserção do Brasil nos fluxos do tráfico internacional de drogas (Machado, 2003; 2007; 2009; 2013; Costa e Oliveira, 2011; 2013; Salla et al. 2014) Com relação aos estudos sobre a fronteira do Mato Grosso do Sul (MS), Oliveira (2013) buscou compreender o comércio de drogas a partir das bocas de fumo existentes na cidade de Corumbá (MS). Lamoso (2013) sintetizou aspectos gerais da segurança pública no MS, destacando a fronteira com o Paraguai. Vargas et al. (2016), destacaram que, no MS, as instituições de segurança possuem uma atuação voltada para o controle da circulação de pessoas e mercadorias. Outros trabalhos mais abrangentes, como os livros “A Rota Caipira” (Abreu, 2017), “A Guerra” (Dias e Manso, 2018) e “Cabeça Branca: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil” (Abreu, 2021), auxiliam na compreensão das dinâmicas criminais que se dão na fronteira, a partir das histórias de atores específicos. Em trabalhos mais recentes, têm-se destacado a chegada de facções do sudeste brasileiro - como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) - nas regiões de fronteira, o que teria reconfigurado a ordem criminal local (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022; Costa e Oliveira, 2022).

Nas dinâmicas do tráfico internacional de drogas ilícitas, o Brasil tem ocupado, segundo o CdE (2021), dois espaços principais: (1) na logística da cocaína proveniente dos países andinos, é transportada para diferentes regiões do mundo (Europa, África e, em menor medida, Ásia); e (2) a importação de maconha oriunda do Paraguai para

levantamento socioeconômico e demográfico e os dados secundários sobre criminalidade e violência disponíveis para os 588 municípios da Faixa de Fronteira” (MJSP, 2016, p.25).

consumo interno. Além disso, dentro do território nacional, é possível encontrar zonas de plantio da maconha¹⁰ e laboratórios clandestinos para o refino da cocaína (CdE, 2021).

1.1 O caso do Mato Grosso do Sul

O estado do Mato Grosso do Sul (MS) localiza-se no Arco Central da faixa de fronteira, junto de Rondônia (RO) e Mato Grosso (MT)¹¹. Definida pela Lei nº6.634/1979, essa faixa, designada como a “faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional”¹², é composta por três grandes arcos (norte, sul e central), os quais contemplam 11 Unidades de Federação (UFs) e 588 municípios.

Em relação ao MS, suas fronteiras internacionais o conectam a países distintos, como o Paraguai e a Bolívia. De acordo com o World Drug Report (2023), o Paraguai é a principal fonte de cannabis para o Brasil, além de ter significativa participação na produção dessa droga que corre em diferentes localidades do mundo. A Bolívia possui relevante produção de folhas de coca que alcança mercados globais, em especial das Américas¹³.

Nestas fronteiras estão localizadas sete cidades-gêmeas - isto é, cidades de países distintos que, cortadas pelas linhas das fronteiras nacionais, são integradas tanto culturalmente quanto economicamente. Conforme descrito por Cardin e Albuquerque (2018), nessas cidades fronteiriças existe um grande fluxo de pessoas e mercadorias, além de trocas culturais e simbólicas entre os moradores. O cotidiano dos indivíduos é partilhado de forma que, por vezes, a pessoa “mora em um país e trabalha no outro, compra na cidade vizinha por um preço mais barato ou ainda busca serviços de saúde, educação e outros benefícios sociais do outro lado da fronteira, conforme a

¹⁰ Em especial, no chamado “Polígono da Maconha”, localizado, sobretudo, na região do Vale do São Francisco, no Nordeste do Brasil (Fraga e Iulianelli, 2011).

¹¹ O Arco Norte compreende a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O Arco Central compreende a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, por fim, o Arco Sul compreende a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005).

¹² Ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm.

¹³ Segundo o World Drug Report (2023) “Cocaine shipped from the Plurinational State of Bolivia was reported in 31 countries, including Chile, Uruguay, Paraguay, Panamá, Argentina, as well as Italy and Lebanon. Approximately 60 per cent of all reported cocaine trafficking routes from the Plurinational State of Bolivia were reported as reaching countries in the Americas, as compared with 20 per cent to Europe and 11 per cent to Asia” (World Drug Report, 2023, p.85).

disponibilidade, acesso, preço ou qualidade desses serviços” (Cardin e Albuquerque, 2018, p.120). A forte presença de cidades-gêmeas no MS coloca o estado em integração significativa com seus países vizinhos, em especial o Paraguai.

Tabela 1 - Cidades Gêmeas no Mato Grosso do Sul

Município (BR)	Município (País Vizinho)
Bela Vista	Bella Vista Norte - Paraguai
Coronel Sapucaia	Capitán Bado - Paraguai
Corumbá	Puerto Quijarro - Bolívia
Mundo Novo	Salto del Guairá - Paraguai
Paranhos	Ypejhú - Paraguai
Ponta Porã	Pedro Juan Caballero - Paraguai
Porto Murtinho	Capitán Carmelo Peralta - Paraguai

Fonte: ¹⁴2022)¹⁵

No território nacional, o MS faz divisa com os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Sua localização interna é estratégica, uma vez que permite o escoamento das mercadorias (legais e ilegais) para diferentes regiões do país (com ênfase para o Sul e Sudeste), a partir do modal rodoviário.

Para tanto, o MS conta com uma extensa malha rodoviária significativa, composta por sete rodovias federais e outras estaduais¹⁶ que ligam o estado a diferentes regiões do país¹⁷. Essa característica é importante para um estado cuja a economia é vinculada ao agronegócio exportador, uma vez que as rodovias são utilizadas para escoar a produção de *commodities*, impulsionando um incentivo constante dos setores políticos e

14

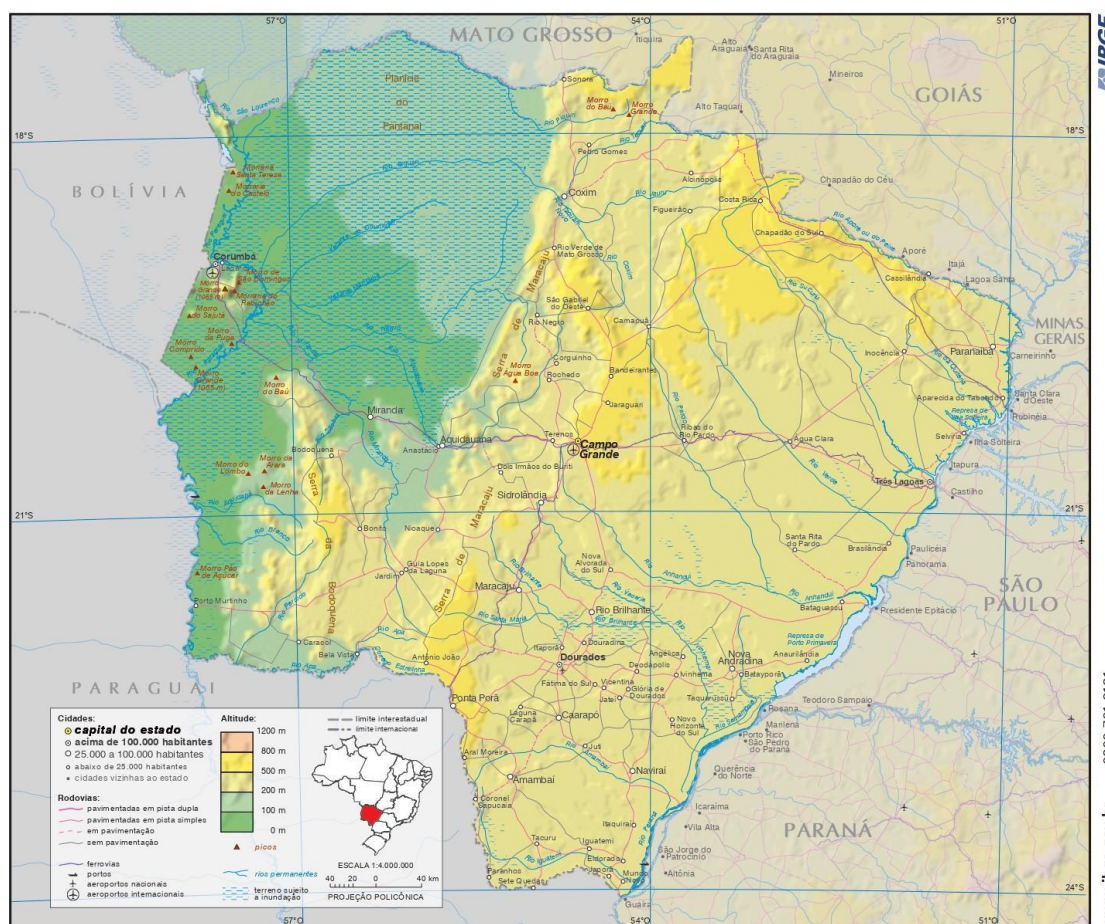
15 IBGE. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: mar. 2024.

16 Segundo a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEILOG, Mato Grosso do Sul possui 145 rodovias estaduais. Disponível em: https://www.agesul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/SRE_MS_2024.pdf. Acesso em: set. 2024.

17 Por exemplo, a BR-376 que liga Dourados (MS) à Garuva (SC), atravessando todo o estado do Paraná; a BR-262 que tem início em Vitória (ES) e termina em Corumbá (MS) e a BR- 267 que conecta Leopoldina (MG) à Porto Murtinho (MS).

econômicos para o aprimoramento desta rede. Além disso, o MS contém diversas cabriteiras que se constituem enquanto “(...) vias de acesso improvisadas pela rota do tráfico” (Lamoso, 2015, p.234).

MAPA 1 - Mapa Físico – Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE. Mato Grosso do Sul. Mapa Físico, 2024.

Enumeradas suas características (1. sua fronteira internacional com países produtores de drogas distintas; 2. a forte presença de cidades gêmeas que amontoam fluxos de pessoas e mercadorias; 3. suas divisas nacionais e 4. rede de rodovias integradas) a UF se apresenta em posição favorável — e estratégica — à entrada e circulação de ilícitos transfronteiriços no território nacional.

Além destas características estratégicas, o MS possui um vasto território com baixa densidade populacional, com uma densidade demográfica de 7,72 hab/km² (IBGE,

2019) em que dos 357.142,082 km² de extensão total do estado, apenas 841,85 km² estão urbanizados. Segundo uma pesquisa divulgada em 2017 pelo Atlas Agropecuário, 92% do território do MS é de propriedades privadas, das quais 83% são latifúndios (Sanchez, 2017). Essa configuração latifundiária pode dificultar a fiscalização das forças de segurança, além de se configurar possíveis rotas clandestinas e/ou locais onde a mercadoria é “¹⁸OBJ¹⁹”.

No mais, o MS tem ganhado importância no cenário internacional, especialmente para os mercados da América Latina, em decorrência da implementação da Rota Bioceânica - em andamento. Esta rota, que irá conectar o Atlântico ao Pacífico, tem como ponto de entrada no Brasil a cidade de Porto Murtinho (MS) e Santos (SP) como ponto final. A rota promete encurtar distância e tempo para exportações e importações brasileiras entre mercados potenciais; aumentar a integração entre os países (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) e transformar o MS em um *hub* logístico²⁰. Contudo, há preocupações de que a Rota Bioceânica facilite a logística do tráfico internacional, com a possível utilização da nova infraestrutura para o escoamento de produtos ilícitos (Escher e Frias, 2023).

Segundo o Diagnóstico Segurança Pública nas Fronteiras (2016), alguns municípios do MS fazem parte das rotas de entrada de drogas ilícitas no Brasil, como Ponta Porã e Corumbá, enquanto outros servem como base de apoio à distribuição destas drogas, como Três Lagoas e Campo Grande. Este mesmo relatório afirma a importância do estado como uma das principais portas de entrada de ilícitos para consumo interno no Brasil. Nesse sentido, ressalta-se que:

Nos fluxos de mercadorias ilegais, é fundamental distinguir, por um lado, entre circuitos de distribuição para os grandes centros consumidores fora da Faixa de Fronteira e os circuitos de abastecimento interno e, por outro lado, entre esquemas que operam no atacado e esquemas que operam com pequenas

¹⁸ Expressão utilizada para se referir a uma localidade onde a mercadoria ilícita fica por um tempo até que seja levada para outra localidade. A menção dessa categoria ocorreu durante as entrevistas realizadas no âmbito da Diest/Ipea.

¹⁹ Polícia apreende 525 quilos de pasta base enterrada em fazenda de MS. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/02/10/policia-apreende-525-quilos-de-pasta-base-enterrada-em-fazenda-de-ms.ghtml>. Acesso em: set de 2024.

²⁰ Ver em: <https://rotabioceanica.com.br/>.

quantidades. Esquemas como esses revelam formas diferentes de circulação e distribuição, monopolizadas por alguns agentes ou fragmentadas em diversos atores e circuitos (MJSP, 2016c, p.26).

Costa e Oliveira (2012; 2014), baseados em trabalhos etnográficos, demonstraram como o comércio varejista ocorre na cidade de Corumbá, estruturado a partir das bocas familiares e os bares, que funcionam como redes internas de distribuição de drogas. De acordo com os autores, existe na região duas lógicas operantes: (a) local, que organiza o comércio em torno das “bocas familiares” e a (b) nacional, que tem relação com a chegada e atuação de comandos criminais, sobretudo o PCC. Essas duas lógicas têm operado com certa harmonia e respeito. Conforme sugerem os autores, “a consolidação desse mercado local de venda de drogas tanto no atacado quanto no varejo, se deu a partir das relações informais entre esses atores sociais transfronteiriços” (Costa e Oliveira, 2012, p.144).

Já na fronteira com o Paraguai, Dias e Paiva (2022) sugerem que a conformação dos mercados ilícitos na região está historicamente ligada a atores vinculados a grupos de base familiar que tradicionalmente se constituíram enquanto figuras importantes naquele território. Devido à sua histórica atuação nos mercados ilícitos e lícitos e ao exercício de controle social em determinados territórios, esses grupos adquiriram poder econômico, social e político. Os autores afirmam, ainda, que Ponta Porã (MS) tem assumido uma importância crescente não apenas como rota de comércio de produtos provenientes do Paraguai, mas também como entreposto das rotas de distribuição dos derivados da coca, provenientes do Peru e da Bolívia. Por fim, o dinâmico, diverso e complexo fluxo de circulação das mercadorias ilícitas no MS torna o estado ponto estratégico para as rotas do tráfico (inter)nacional, o que incide de maneira direta nas volumosas apreensões de droga que se dão ali, como será detalhado no próximo capítulo.

2. Apreensões de droga na fronteira do Mato Grosso do Sul: entre números e notícias

As apreensões de drogas referem-se a ações de confisco de substâncias ilícitas²¹ e está prevista na Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas)²². Esta legislação, reprime toda produção não autorizada de drogas, bem como ao tráfico desses ilícitos. Conforme previsto no Título IV (“DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS”) da lei, as apreensões constituem um esforço policial no combate ao tráfico de ilícitos. Estas ações têm como agente as forças de segurança, com respaldo em legislações e normas que estabelecem o que é ou não é permitido pelo Estado (MJSP, 2016b).

No capítulo seguinte da mesma lei, o transporte destas mercadorias é considerado crime passível de reclusão de 5 a 15 anos e pagamento de 500 a 1.500 dias-multa. As drogas apreendidas, conforme Lei nº12.961, de 4 de abril de 2014²³, devem ser queimadas em um prazo de 15 dias, com a presença de um membro do Ministério Público e de autoridade sanitária. Uma quantia deve ser reservada como amostra, a qual somente será destruída após o encerramento do processo penal e/ou arquivamento do inquérito.

Segundo o relatório do MJSP (2016b), as apreensões realizadas na faixa de fronteira podem ser divididas, de grosso modo, em dois grupos de ilícitos. O primeiro abrange mercadorias cujo comércio e uso são considerados ilegais pela legislação do país, como é o caso das drogas de origem orgânica e sintética. O segundo grupo refere-se àquelas mercadorias legais que são comercializadas de forma ilegal, como as armas, cigarros e outros em forma de contrabando e/ou descaminho²⁴. Neste trabalho, o foco

²¹ Em nota, o Relatório do MJSP (2016b) destaca que “Não existe clareza sobre a diferença entre ilícito e ilegal na maior parte dos países. É suficiente aqui mencionar que a origem etimológica do termo ilícito é ‘não permitido’ enquanto o termo ilegal designa tudo aquilo que é ‘contrário às leis estabelecidas’” (MJSP, 2016b, p.533, nota 79).

²² **BRASIL.** Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em:

²³ **BRASIL.** Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014. Altera as Leis nºs 6.634, de 2 de maio de 1979, e 7.183, de 5 de abril de 1984, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira e sobre a concessão de habilitação para piloto privado, comercial e de linha aérea. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112961.htm. Acesso em:

²⁴ Quanto à prática de contrabando, o artigo 334-A da Lei nº 13.008, de 26 de junho de 2014, o define como: “Importar ou exportar mercadoria proibida”. No mesmo artigo, também se caracteriza o crime de descaminho, descrito como: “Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela

recai sobre o primeiro grupo de ilícitos com destaque a duas drogas específicas: a maconha e a cocaína.

Conforme exemplificado pelo CdE (2021), o fluxo das apreensões pode se dar de distintas maneiras, tanto pela polícia ostensiva, quanto pela judiciária. Os dados de apreensão aqui analisados referem-se ao exercício da Polícia Federal, que atua, no geral, em apreensões ligadas ao tráfico internacional e interestadual. Ainda, conforme observado em algumas notícias levantadas e dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), pode ocorrer de estas diferentes instâncias policiais atuarem em conjunto em algumas ações.

Uma apreensão pode ser feita por uma polícia ostensiva (Polícia Militar ou Polícia Rodoviária Federal) ou por uma agência de fiscalização (Receita Federal, Ministério da Agricultura etc.) e ser encaminhada para uma polícia judiciária (Polícia Civil ou Polícia Federal), que irá prosseguir na investigação e/ou trâmites para oferecer denúncia ao Ministério Público. Outro cenário possível é que uma polícia judiciária realize a apreensão e, a partir disso, dê prosseguimento aos trâmites investigativos que subsidiarão o sistema de justiça criminal (CdE, 2021, p. 25).

Com relação à atividade policial, Vargas et al. (2016) destacaram que, em decorrência de algumas características específicas do MS, as forças de segurança possuem uma atuação prioritariamente voltada para o controle de circulação de pessoas e mercadorias. Essa atuação específica decorre de uma necessidade particular do estado, o que eleva os índices de apreensão na UF, pois a atuação dos policiais está voltada a esse tipo de controle. É nessa direção que Rolim e Pereira (2022), ao discutir os critérios para se medir a eficiência policial, observaram que “as polícias brasileiras consideram como indicadores de eficiência, além das ocorrências criminais, o quantitativo de atividades policiais, com destaque para o número de pessoas presas e a quantidade de drogas apreendidas.” (Rolim e Pereira, 2022, p.326).

entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”. Durante anos, esses crimes foram tratados como uma única tipificação penal; no entanto, a Lei nº 13.008/2014 os transformou em tipos penais autônomos.

A literatura utiliza os dados de apreensão de três principais formas sendo: (1) para identificar possíveis (novas e/ou velhas) rotas utilizadas para escoamento da droga; (2) para mensurar a atuação repressiva das polícias no combate ao tráfico de drogas; e (3) para compreender a participação do Brasil no fluxo internacional de distribuição de mercadorias ilícitas (Machado, 2013, 2009, MJSP, 2016b; CdE, 2021; UNODC, 2023).

2.1 Análise dos dados de apreensão

Neste subcapítulo, serão analisados os dados de apreensão de droga disponibilizados pela Polícia Federal, a fim de que se tenha uma compreensão da dinâmica geral destas apreensões e a relevância do MS dentro do cenário nacional. Este subcapítulo está dividido em outras duas, sendo elas: **3.1.1. Apreensões de Maconha** e **3.1.2. Apreensões de Cocaína**. Optou-se por fazer desta maneira uma vez que a circulação destas drogas no território apresenta características próprias da sua forma de produção, escoamento e consumo.

Os dados da PF referem-se, no geral, às apreensões relacionadas ao tráfico internacional e interestadual²⁵, disponibilizados pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR) para o período de 1995 a junho de 2022. Cruz (2021), em um esforço a partir de técnicas de análise de dados (como a limpeza do banco de dados, o text mining, a criação de algoritmos e dashboards), observou alguns limites nos dados disponibilizados pela PF, como dados faltantes e divergências entre as variáveis apresentadas para os anos disponíveis. Além disso, foi observado que, no geral, apreende-se quantidades maiores de maconha por ação policial do que de cocaína.

Segundo Machado (2013), apesar de as apreensões se constituírem enquanto um indício de pressão da oferta de drogas no mercado nacional, isto não é válido para o mercado regional e/ou local, uma vez que não é possível determinar com precisão a origem e destino das apreensões. Além disso, a autora destaca que a eficácia das ações da PF e Polícia Federal Rodoviária Federal (PRF) não é a mesma nos diferentes estados do país, podendo estar atrelado à corrupção e/ou incompetência. Tais disparidades refletem-

²⁵ É importante destacar que “(...) esses dados não se referem apenas ao que foi apreendido pela PF: uma vez que temos, no Brasil, diferentes atribuições de polícias administrativa e judiciária, outras instituições de segurança pública podem encaminhar suas apreensões à polícia judiciária federal” (FBSP, 2024, p.265).

se nos levantamentos sobre as rotas de tráfico de ilícitos em território nacional. Em outras palavras, estados com um contingente policial bem treinado e/ou equipamentos modernos são capazes de flagrar uma maior quantidade de mercadorias ilícitas, o que, ao serem registradas naquele território, sugere um protagonismo do estado nas rotas de tráfico e/ou um combate efetivo à essa atividade.

Nessa mesma direção, o relatório do MJSP (2016b) destacou que não existem estimativas confiáveis sobre a quantidade total de droga apreendida por todos os órgãos de segurança pública em relação ao tráfico de drogas. Assim, é preciso reconhecer que os dados da Polícia Federal representam um recorte do todo. Essa perspectiva é reforçada em recente publicação do FBSP (2024), em que os autores Marques e Bohnenberger destacam que o Brasil não possui uma harmonização entre as diferentes instituições de segurança pública e de controle sobre os registros de apreensão de drogas no país.

Partindo dessas considerações e reconhecendo as limitações práticas de análise, a opção por utilizar os dados sistematizados pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (Dicor/PF), em detrimento de outras possíveis fontes²⁶, justifica-se pela disponibilidade pública desses dados, pela existência de uma série histórica consolidada e pela sistematização por UF e tipo de substância apreendida.

Por fim, para analisar os dados de apreensão, é importante pontuar algumas diferenças estruturais entre o comércio de maconha e cocaína, notadamente em relação: (1) aos grupos envolvidos na atividade; (2) aos respectivos modelos de produção (3) aos modais de transporte associados e (4) à rentabilidade do produto (Ipea, no prelo). Como apontado no projeto da Diest/Ipea, os atores envolvidos no comércio da maconha variam desde compradores independentes até grupos organizados vinculados à lavagem de dinheiro e outros negócios criminais. Além disso, esta droga é comumente transportada pelo modal rodoviário. Em contraste, o comércio da cocaína, dada a complexidade de sua produção e transporte, dificilmente será comercializada por compradores independentes - a não ser em sua distribuição final. Seu modal envolve especialmente as aeronaves de

²⁶ Os dados de apreensão podem ser encontrados em outras fontes, como: o Mapa da Segurança Pública (Sinesp, 2024); sites de algumas Secretarias de Segurança Pública estaduais e via Lei de Acesso à Informação (LAI), como mostra o “Fiquem Sabendo” (<https://news.fiquemsabendo.com.br/>), no que diz respeito às apreensões realizadas pela PRF, disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Pl6NiF8jDv1ZnqRoNZoSjVrOanBP8J-k>.

médio e pequeno porte e grupos organizados em uma rede complexa de negócios legais e ilegais.

2.1.1 Apreensões de Maconha

Na tabela a seguir temos as apreensões de maconha registradas pela Polícia Federal por UF e por ano (em toneladas). Foram considerados somente os 10 estados com o maior volume apreendido em cada ano.

Tabela 2. As 10 principais UFs do Brasil com o maior registro de apreensão de maconha por ano (toneladas)

UF	2018	UF	2019	UF	2020	UF	2021
MS	98,33	MS	79,12	MS	302,71	MS	116,44
PR	52,96	PR	57,52	PR	144,55	PR	70,48
SP	36,19	GO	23,63	SP	34,88	SP	67,17
GO	13,32	MG	23,51	MG	28,92	SC	61,91
MG	12,69	SP	23,06	RS	10,45	MG	25,81
RS	12,05	RJ	15,49	GO	6,56	RS	16,23
AM	9,42	PE	11,35	ES	3,74	SE	13,7
SC	9,09	RS	9,08	MT	3,31	PE	8,86
DF	5,02	BA	8,07	PE	2,8	RJ	8,81
RJ	4,34	CE	2,53	AM	2,05	BA	8,18
Total	268,08	Total	265,99	Total	546,44	Total	410,22

Fonte: Polícia Federal. **Elaboração da autora.** **Nota¹:** Soma de maconha, haxixe e Skank.

De início, é possível observar que alguns estados se repetem em todos os anos analisados, tais como: Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS). Dentre esses, São Paulo se destaca como um dos

principais centros consumidores, além de desempenhar papel logístico para a exportação da droga, a partir dos aeroportos internacionais e do Porto de Santos, a ser levada para outros países. Assim, parte da mercadoria que adentra o Brasil por suas fronteiras é levada para São Paulo. Com relação ao MS e PR, ambos fazem fronteira com o Paraguai, país colocado como a principal fonte de cannabis para o Brasil (UNODC, 2023, p.79), tal proximidade pode explicar a quantidade de apreensões da mercadoria nestas localidades.

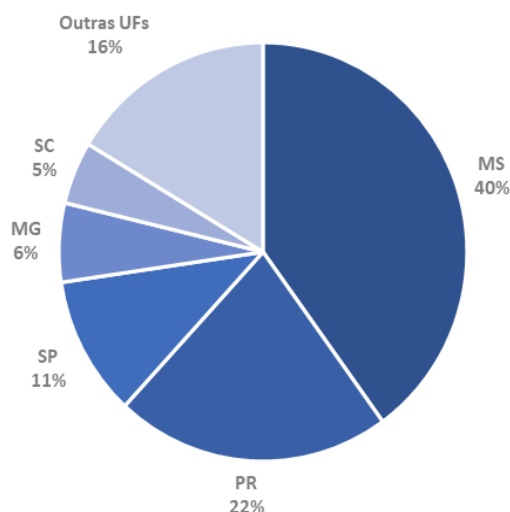
Outra possibilidade, segundo o FBSP (2024), é de que a atuação da Polícia Federal nestas localidades é pautada por um trabalho de inteligência, com foco em investigações longas focalizando grupos específicos e/ou rotas cobiçadas. Assim, localidades como o Mato Grosso do Sul e o Paraná registram um grande volume de apreensões em decorrência, por vezes, de um único evento (apreensão) fruto de uma investigação de maior complexidade da PF.

Apesar da relevância da maconha produzida no Paraguai para o mercado consumidor brasileiro, é válido citar a produção nacional de *cannabis*. Registros apontam a existência de cultivo de cannabis em alguns estados do Nordeste brasileiro (CdE, 2021). Fraga e Iulianelli (2011) analisam esta produção na região do Vale do São Francisco. Dados recentes da PF²⁷ indicam a realização de operações de erradicação de maconha a partir da Operação Terra Livre (I e II), que ocorreu em em diferentes regiões de Pernambuco e no Maranhão.

Conforme expresso na tabela 1, o MS aparece com a maior quantidade de registro de apreensões em todos os anos contemplados na análise. O pico de apreensões foi registrado em 2020, ano marcado pelo isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Neste ano, as apreensões realizadas no MS representaram 55,4% do total apreendido pela Polícia Federal. Segundo entrevistados pelo CdE (2021), durante os períodos mais rigorosos das restrições sanitárias, houve suspensão das operações de erradicação de plantações de maconha no Paraguai, o que teria contribuído para o aumento da produção e, por conseguinte, para a intensificação da circulação da substância.

²⁷ **POLÍCIA FEDERAL (Brasil).** Maconha_erradicada_2024.ods. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/maconha_erradicada_2024.ods/view. Acesso em:

Gráfico 1. Participação das UFs no total das apreensões de maconha realizadas pela Polícia Federal entre os anos de 2018 e 2021.



Fonte: Polícia Federal. **Nota¹:** Soma de maconha, haxixe e Skank. **Nota²:** Para fins de uma melhor visualização do gráfico, o rótulo de dados aparece somente para os 5 mais relevantes na participação do total de apreensões realizadas entre 2018 e 2021 e o rótulo “Outras UF” é a soma das outras 22 UFs.

O MS teve uma participação de 40% no total apreendido entre 2018 e 2021. A sua proximidade com o Paraguai - especialmente com as zonas produtoras - e a relação de proximidade destas fronteiras a partir das cidades-gêmeas, parecem ser a razão para tamanha relevância. Além disso, o fato da maconha circular majoritariamente pelo modal rodoviário, aliado à extensa malha viária do MS, implica em maior tempo de permanência da substância no território, o que aumenta as chances de apreensão.

2.1.2 Apreensões de Cocaína

Na tabela a seguir temos as apreensões de cocaína registradas pela Polícia Federal por UF ao ano, em toneladas. Foram considerados somente os 10 estados com o maior registro para cada ano.

Tabela 3. As 10 principais UF's do Brasil com o maior registro de apreensão de cocaína por ano (Toneladas)

UF	2018	UF	2019	UF	2020	UF	2021
SP	32,8	SP	36,52	SP	29,56	SP	22,79
PR	11,84	PR	24,45	BA	11,42	MT	12
MT	5,91	MS	6,68	PR	10,27	PR	11,65
BA	5,85	RN	5,79	MT	8,88	RJ	8,92
MS	4,07	MT	5,69	SC	5,83	SC	5,89
RJ	3,49	SC	5,19	RJ	5	RS	5,23
PA	3,08	BA	4,74	MS	4,94	MS	4,54
AM	2,52	PA	3,42	RS	2,03	CE	3,61
MG	2,02	MG	2,36	RO	1,43	BA	3,19
RN	1,73	CE	2,01	CE	1,42	PA	2,78
Total	79,17	Total	104,58	Total	91,23	Total	93,42

Fonte: Polícia Federal. Elaboração da autora. **Nota¹:** Soma de cloridrato, pasta base e crack.

Os estados que se destacam de forma recorrente no período analisado são: São Paulo, Paraná, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim como no caso da maconha, São Paulo figura-se como estado com o maior número de apreensões de cocaína, o que pode estar ligado à sua importância como um centro logístico distribuidor (a partir do Porto de Santos e aeroportos internacionais) e grande consumidor da mercadoria (MJSP, 2016b).

Em 2018, o MS foi o 5º estado do Brasil no registro destas apreensões. O ano em que MS registra a maior quantidade de apreensão da mercadoria é 2019, com um total de 6,68 toneladas, ano em que, no recorte estabelecido, houve maior apreensão da droga em todo o território nacional. Em 2020 e 2021, o MS aparece em 7º lugar. Alguns estudos apontam que o comércio de cocaína no MS é realizado em partes pelo modal aéreo, o que

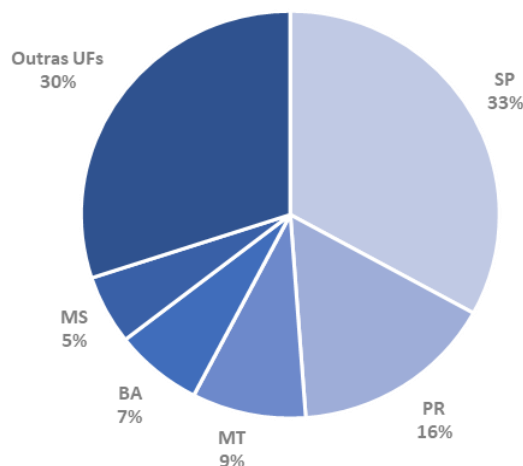
implica em menor tempo de permanência da droga no território (Abreu, 2017; Ipea, no prelo).

Apesar do recorte estabelecido nesta pesquisa, estudos anteriores já haviam apontado certa importância do MS nas apreensões de cocaína realizadas entre os anos de 2000 e 2012 pela PF, ao lado dos estados de Mato Grosso, Paraná, Amazonas e Roraima (MJSP, 2016c).

No caso da cocaína, é preciso considerar que parte da mercadoria apreendida ainda passará por alguns processos que visam aumentar seu volume e torna-lá mais lucrativa. A cocaína é derivada da folha de coca, que, a partir de um processo químico inicial de extração dos alcaloides, transforma-se em pasta base. Essa pasta, por sua vez, passa por um processo de cristalização que gera o cloridrato de cocaína, uma das substâncias destinada ao consumo final. A partir do cloridrato de cocaína, com a adição de algumas misturas, é possível obter o crack. Todos os produtos obtidos durante as etapas possuem valor comercial e alimentam diferentes nichos do mercado ilegal.

Conforme observado nas tabelas 1 e 2, existe uma diferença entre a quantidade de cocaína apreendida frente aos registros volumosos de apreensão da maconha. Para compreender essa discrepância no volume, é importante considerar que os dados da PF amontoam as apreensões de pasta base, cloridrato de cocaína e crack. Assim, quando consideradas as formas de manipulação e uso da *coca*, temos que 1 kg de pasta base apreendida na fronteira do MS pode se transformar em [muitos] kgs de crack em São Paulo.

Gráfico 2. Participação das UF's no total das apreensões de cocaína realizadas pela Polícia Federal entre os anos de 2018 a 2021



Fonte: Polícia Federal. **Nota¹:** Soma de cloridrato, pasta base e crack. **Nota²:** Para fins de uma melhor visualização do gráfico, o rótulo de dados aparece somente para os 5 mais relevantes na participação do total de apreensões realizadas entre 2018 a 2021 o rótulo “Outras UF” é a soma das outras 22 UF's.

A participação do MS no total de cocaína apreendida entre 2018 e 2021 foi de 5%, enquanto seu estado vizinho, Mato Grosso, registrou 9%. Ambos os estados estão localizados na fronteira com a Bolívia. Ademais, o Paraguai tem sido colocado como entreposto da droga produzida na Colômbia e no Peru que alcança o Brasil para ser escoada para a Europa, África e Ásia (Dias e Paiva, 2022; UNODC, 2023)²⁸. Ainda, Dias e Paiva (2020) destacam que o Paraguai possui uma localização estratégica no continente sul- americano, uma vez que “é o principal entreposto entre as áreas de produção da coca e o maior mercado consumidor nacional – localizado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro – e uma das mais importantes portas de saída para o além-mar, via portos ou aeroportos.” (Dias e Paiva, 2020, p.222).

Na fronteira de Mato Grosso do Sul com a Bolívia, localiza-se a cidade de Corumbá. Segundo Couto e Oliveira (2011), desde os anos 80 do século XX, Corumbá participa das redes ilegais do tráfico de drogas, inicialmente como “uma “cidade corredor” ou ponto de conexão dos grandes cartéis da droga para o abastecimento dos

²⁸ “Cocaine shipped from the Plurinational State of Bolivia was reported in 31 countries, including Chile, Uruguay, Paraguay, Panamá, Argentina, as well as Italy and Lebanon” (UNODC, 2023, p.85).

grandes centros urbanos” (Costa e Oliveira, 2011, p.143). No decorrer dos anos, essa porção da fronteira Corumbá/Ladário com Concepción-Puerto, Quijarro-Puerto e Suárez transformou-se em uma das principais rotas de escoamento da produção de pasta base colombiana e boliviana (Couto e Oliveira, 2013).

2.2 Análise das notícias

Neste capítulo, trarei algumas notícias de jornal com o objetivo de alcançar uma compreensão qualitativa dos dados analisados e trazer indicativos das formas de atuação tanto dos grupos que organizam o transporte de ilícitos quanto das forças de segurança nas ações que resultam em apreensões. A coleta foi realizada por meio do mecanismo de busca Google, utilizando a aba “Notícias” com filtros temporais. O recorte temporal foi expandido até 2022, mantendo-se o foco no estado do Mato Grosso do Sul.

É importante frisar que existe certa opacidade nesta coleta, influenciado pelo funcionamento de algoritmos que priorizam conteúdos com maior relevância ou repercussão para determinado usuário ou por notícias de maior repercussão. Os veículos mais recorrentes foram o G1 - jornal de grande circulação; e notícias veiculadas no site da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP-MS) - que demonstra o interesse do estado em divulgar a sua atuação repressiva frente ao enfrentamento aos ilícitos transfronteiriços.

Das 35 notícias encontradas com a palavra-chave “apreensão” para o Mato Grosso do Sul, no período de referência (2018 a 2022), 24 descrevem apreensões realizadas por distintas forças de segurança²⁹, cinco referem-se a operações específicas da PF/PRF e seis informam possíveis rotas do tráfico de drogas e seus desdobramentos. Essas 34 notícias já excluem aquelas duplicadas - que se referiam a um mesmo episódio.

Para fins de organização analítica, importante ressaltar que as notícias foram previamente coletadas a partir da mesma palavra-chave, no entanto, por focalizarem em diferentes questões, foram organizadas nas categorias “apreensão” (24); “operações” (5) e “rota” (6). Para análise neste capítulo, as 24 notícias com teor descritivo das ações

²⁹ Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), Polícia Militar (PM), Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), da Sejusp.

policiais foram organizadas em planilha de Excel, com colunas específicas que registram: título, local de ocorrência; local de destino; volume apreendido; agente envolvido; esconderijo da mercadoria; contexto da apreensão; preso em flagrante; turno; detalhe; ano e link, conforme mostra o exemplo abaixo:

Tabela 4. Modelo de organização das notícias

Título	Local de Ocorrência	Local de Destino	Volume Apreendido	Agente Envolvido	Esconderijo da Mercadoria
Suspeito é preso em MS com quase 1 tonelada de maconha e 18 kg de cocaína em carro clonado de SP	BR-267, altura do km 470. Município de Guia Lopes de Laguna	Campo Grande	Quase 1 tonelada de Maconha e 18 kg de cloridrato de cocaína	Interceptação feita pela PRF; Droga e veículos encaminhados à Polícia Civil da UF	No veículo

Contexto da Apreensão	Preso em flagrante	Turno	Detalhe	Ano	Link
Um jovem que dirigia carro clonado, com placa de Aquidauana, foi interceptado e na abordagem a polícia constatou que a placa original era de Olímpia, interior de São Paulo e encontrou a mercadoria.	Sim	Manhã. Por volta das 09h	A investigação aponta que um ‘batedor’ dava suporte ao tráfico de drogas, pois foi encontrado um sistema de comunicação clandestino de rádio.	2018	https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/suspeito-e-preso-em-ms-com-quase-1-tonelada-de-maconha-e-18-kg-de-cocaina-em-carro-clonado-de-sp.ghtml

Fonte: Organização da autora a partir das notícias coletadas.³⁰

³⁰ O material organizado pela autora pode ser visualizado na íntegra por meio do seguinte link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hqoSyNGw-T7Yc1epH3Oq-Cm0CDY6sBPBFP7xaA-en5g/edit?usp=sharing>

Das notícias coletadas, o menor volume apreendido foram 97 kg de cocaína, em 2018, e o maior volume 36,4 toneladas de maconha, em 2021. Os dados analisados no subcapítulo 3.1 corroboram essa tendência: a qual a maconha é apreendida em volumes superiores ao da cocaína. Foi observado que os jornais costumam divulgar notícias que trazem alguma singularidade, como o “maior volume apreendido no ano”. Lamoso (2013) sugere que isto se dá em decorrência da banalidade do fato na região que, por se tratar de um território com grande circulação de mercadorias ilícitas, tem as apreensões como parte do cotidiano da atividade policial. Conforme títulos abaixo:

1. **Maior apreensão de maconha do ano em MS:** Carreta de milho levava mais de 10 toneladas da droga (Dau, 2018, grifo meu).
2. PF e PRF fazem **maior apreensão de drogas do país:** 28 toneladas de maconha (G1, 2020, grifo meu).
3. PRF apreende 29 toneladas de maconha em MS: **maior número de 2021 e da história da unidade** (Cruz, C. Godoy, J, 2021, grifo meu).

Nota-se, nos títulos, a quantidade de droga apreendida notificada como a “maior” do ano, estado ou unidade, é sempre maior do que o ano anterior. Em 2018, foram 10 toneladas, enquanto em 2021, 29 toneladas. Esses títulos podem levar a interpretações equivocadas, como a ideia que a polícia passou a ser mais produtiva com o tempo, quando, na realidade, é preciso considerar outros fatores como: uma maior circulação da droga no território, maior ou menor frequência na realização de operações policiais, mudança nas rotas - dentre outros.

De modo geral, as apreensões analisadas foram fruto de: denúncias anônimas³¹; operações policiais de rotina; operações de fiscalização de fronteiras e abordagem de veículos suspeitos, sendo esta última a ocorrência mais comum. Quanto ao local das apreensões, quase todas ocorreram em rodovias federais e estaduais do MS e os destinos informados pelo condutor do veículo foram distintos, sendo municípios do próprio estado,

³¹ A única notícia que retrata uma denúncia anônima indica que esta teria sido realizada por um traficante na tentativa de prejudicar os negócios de seu rival (Konchinski, 2019).

como Campo Grande e Três Lagoas e cidades de estados vizinhos quanto o Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul. Segundo o CdE (2021):

(...) na região de fronteira, a estratégia dos carregamentos via caminhão ocorre por entreposto. Entre o polo produtor e o consumidor, o transporte é feito em volumes menores para serem descarregados e acumulados em entrepostos posicionados em pontos estratégicos na região. (...). Segundo os interlocutores da região, há maior probabilidade de se efetuar apreensões nas proximidades da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Por esse motivo, o tráfico de drogas tem como estratégia acumular a droga em um ponto mais distante dessa faixa para retomar seu transporte posteriormente. A estratégia dos entrepostos também é uma forma das organizações criminosas se adaptarem ao trabalho de repressão da polícia (CdE, 2021, p.58).

Ademais, Machado (2013) reforça que não é possível confiar integralmente na declaração dos indivíduos detidos sobre o destino final da droga, assim, se torna “difícil estabelecer a relação das apreensões com o mercado regional ou local, pois não em todos os casos é possível determinar a origem e destino das apreensões nem confiar nas declarações dos indivíduos detidos em cada uma das atuações feitas por operações policiais” (Machado, 2013, p.7).

Quanto ao local onde a droga se encontrava, grande parte das notícias analisadas indicam carros e caminhões, além de depósitos e aviões. Nestes locais, os esconderijos empregados pelos traficantes variam significativamente, demonstrando criatividade por parte dos envolvidos. Nos casos retratados, foram frequentes as ocorrências em que a droga estava amontoada no carro - prática conhecida como “cavalo doido”³², escondidas em fundos falsos de carreta, entre cargas de milho e, ainda, em esconderijos singulares, como em latas de massa corrida ou misturadas às sementes de pastagem.

Poucas notícias indicam o valor recebido pelo motorista para transportar a carga. Em uma notícia de 2018, o motorista do caminhão receberia R\$ 60 mil para que a droga chegasse até São Paulo, enquanto outros dois passageiros, em um veículo que

³² A prática do “cavalo doido” consiste em amontoar uma grande quantidade de drogas dentro do veículo, sem se preocupar em esconder a mercadoria. Neste caso, o motorista dirige em alta velocidade contando em não ser pego pelas autoridades policiais. Esta categoria apareceu no decorrer das entrevistas realizadas no âmbito do projeto da Diest/Ipea.

acompanharia esse caminhão até Três Lagoas, receberiam R\$ 15 mil (cada) pelo serviço (Dau, 2018). Em outra notícia de 2020, o motorista receberia cerca de R\$ 40 mil para transportar a droga até o Rio Grande do Sul (G1, 2020). Em 2021, um motorista afirmou que receberia o caminhão utilizado no transporte como pagamento pelo serviço (Cruz, C. Godoy, J., 2021).

No que se refere aos tipos de prisões, verificou-se a indicação de presos em flagrante em 16 das 24 notícias analisadas. Em algumas delas, a apreensão realizada gera a prisão de mais de um indivíduo, um exemplo é o de uma apreensão realizada em uma propriedade rural que resultou na prisão de quatro pessoas em flagrante quatro pessoas que se encontravam na propriedade, das quais apenas duas confessaram estar no local com o objetivo de realizar o transporte da droga³³. Tais prisões se dão através da justificativa de tráfico de entorpecentes, conforme previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei de Drogas:

Capítulo II. DOS CRIMES. Art. 33. **Importar, exportar**, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, **ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar**, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, *grifo meu*).

Além desses apontamentos, algumas notícias divulgam o suposto prejuízo que aquela apreensão (ou a soma das apreensões realizadas por algum departamento no ano) ocasionará aos grupos criminosos. Desde prejuízos bilionários até a menor circulação de drogas nas ruas, essas notícias reforçam a importância dada às apreensões no que se refere ao "combate ao tráfico de drogas" e a ideia de que a polícia está sendo produtiva na medida em que gera prejuízos financeiros às organizações envolvidas na atividade ilegal. Nos títulos abaixo, esse apontamento fica explícito:

³³ “Na entrada da propriedade, duas pessoas foram abordadas e, durante a entrevista, confessaram aos policiais que estavam no local para carregar a droga no avião. (...) Outras duas pessoas que estavam na propriedade também foram presas.” Ver em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/02/10/policia-apreende-525-quilos-de-pasta-base-enterrada-em-fazenda-de-ms.ghtml>; Acesso em: set de 2024.

1. Crime organizado leva **prejuízo de R\$ 40 milhões** com apreensões de drogas no Estado (SEJUSP, 2020, grifo meu).
2. DOF apreendeu mais de 195 toneladas de drogas em 2021, **prejuízo ao crime supera R\$ 400 milhões** (SEJUSP, 2022, grifo meu).

Mensurar esses prejuízos, no entanto, não é uma tarefa simples. As organizações criminosas (orcrims) têm buscado diversificar suas atividades criminais. Assim, o impacto financeiro de uma apreensão pode não ser tão danoso quanto as notícias indicam, uma vez que algumas orcrims atuam em diferentes frentes, sendo estas por vezes, consorciadas ao tráfico de drogas, como o narco garimpo (Ipea, 2024). Além disso, no “negócio da droga” as apreensões são esperadas e, apesar de serem um inconveniente, fazem parte da dinâmica do negócio, tendo o grupo uma rápida capacidade de se adaptar rapidamente a esta realidade a partir de mudanças de rotas/estratégias.

3 - Superlotação do sistema prisional: o ônus de um Estado produtivo

No decorrer das entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Dinâmicas da Violência nas Regiões Brasileiras” conduzido pela Diest/Ipea, agentes do sistema prisional e da polícia estadual enfatizaram o papel estratégico do MS para escoamento de ilícitos, em virtude de suas fronteiras internacionais. Sua situação de fronteira aliada às características pontuadas no capítulo 2, auxiliam a compreensão da importância da UF nas apreensões de drogas, como visto no capítulo 3.

Entretanto, esta condição traz algumas consequências significativas para o estado que incide em seu aparato de segurança pública - como a superlotação do sistema prisional. Para os interlocutores da Diest/Ipea, esta superlotação é considerada tão somente o ônus de sua localização geográfica, pois indivíduos de diversos estados do Brasil e de países vizinhos vão até o MS para trabalhar no “negócio da droga” e, uma vez flagrados, são detidos e permanecem no sistema carcerário local. Lamoso (2015) já havia chamado atenção para esta característica de estados que funcionam como passagem das drogas:

As apreensões em flagrante contribuem para a superlotação dos estabelecimentos penitenciários gerando uma situação de fácil comprovação: que os estados de passagem das drogas, quando têm um serviço mais eficiente de apreensão, são onerados pela quantidade de presos que o sistema tem que suportar (...) (Lamoso, 2015, p.222).

Vide exemplo, um entrevistado da Gerência de Inteligência do Sistema Prisional (GISP/MS) contou que um foragido do Rio de Janeiro foi preso na região de Ponta Porã. Suspeito por estar na fronteira para cometer um homicídio, o entrevistado observou que, a princípio, consideravam que o foragido poderia ser um membro do Comando Vermelho (CV), no entanto, constataram ser um membro de outra facção carioca, o Terceiro Comando Puro (TCP). Esse caso evidencia a complexidade dos atores que regem o cotidiano da fronteira.

Informações disponibilizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) indicam que o MS possuía, em 2022, uma população prisional de 21.566 indivíduos, para uma capacidade de 12.536 vagas³⁴. Isso resulta em uma taxa de ocupação de aproximadamente 1,7 preso por vaga. Ainda, o Mato Grosso do Sul apresentou, neste mesmo ano de 2022, uma taxa de 793,8 pessoas presas a cada 100 mil habitantes, ocupando a terceira posição entre as unidades federativas com a maior taxa de encarceramento do Brasil em 2022 – atrás apenas do Distrito Federal (971,9) e de Rondônia (932,1).

Tabela 5. Dados do Sistema prisional sul- mato-grossense (2022)

População prisional	Capacidade do sistema	Razão preso/vaga	Taxa de pessoas privadas de liberdade
21.566	12.536	1,7	793,8

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário de 2023 - Dados de 2022). *A cada 100 mil habitantes

³⁴ O total de pessoas encarceradas considera também os presos em unidades federais, sendo 549 em 2021 e 499 em 2022. As unidades federais são: Penitenciária Federal, em Brasília (DF), **Penitenciária Federal, em Campo Grande (MS)**, Penitenciária Federal, em Catanduvas (PR), Penitenciária Federal, em Mossoró (RN), e Penitenciária Federal, em Porto Velho (RO).

Tabela 6. Os 10 estados com a maior taxa de pessoas privadas de liberdade no ano de 2022

UF	Taxa de pessoas privadas de liberdade (2022)
Distrito Federal	971,9
Rondônia	932,1
Mato Grosso do Sul	793,8
Paraná	761,8
Acre	724,8
Roraima	720,9
Espírito Santo	604,6
Pernambuco	552,8
Mato Grosso	544,6
São Paulo	441,4

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário de 2023

- Dados de 2022). *A cada 100 mil habitantes.

Além disso, grande parte dos presos responde por tráfico de drogas (Sisdepen, 2023), o que reflete a representação dos entrevistados. O MS conta ainda com a terceira maior população estrangeira, atrás apenas de São Paulo e Roraima (Sisdepen, 2023). Não existem dados sobre o estado de origem dos presos de nacionalidade brasileira, no entanto, uma notícia divulgada pelo Correio do Estado em 2015 informava que, à época, mais da metade dos detentos do MS vinham de outros estados e países (Correio do Estado, 2015). Apesar de quase uma década da notícia, essa realidade foi reafirmada no campo realizado pela Diest/Ipea.

A superlotação prisional traz consigo a violação dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, ao impedir condições mínimas de higiene, alimentação e saúde - favorecendo, até mesmo, a proliferação de doenças. Exemplo disso ocorreu em 2024, o

MS registrou um surto de sarna e furúnculo entre presos da Penitenciária Estadual de Dourados (PED), cuja capacidade é de 700 presos, mas que, no entanto, atualmente comporta mais de 2,5 mil homens. Na ocasião, a Defensoria Pública estadual denunciou a redução do tempo de banho de sol e a negligências no atendimento médico aos presos (G1, 2024).

Em entrevista concedida à imprensa, Rodrigo Rossi, diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) da UF, pontuou que os policiais do MS estão entre aqueles que mais realizam apreensões de drogas no país (Aguiar et al., 2023). Para ele, assim como expresso pelos interlocutores da Diest/Ipea, o problema reside na “ida do criminoso” para o estado para atuar no “negócio da droga” que, ao ser “pego em flagrante com a mercadoria” aumenta, cada vez mais, o número de presos que a UF precisa suportar. Para os entrevistados, essa é, na verdade, uma consequência negativa de um estado produtivo. A preocupação, neste caso, não reside na vida das pessoas privadas de liberdade, mas sim no fomento necessário para construção de mais presídios e continuidade no emprego deste tipo de política.

Como reflexo da superlotação, o governo do MS tem investido na expansão de sua infraestrutura prisional. Em 2017, foi construída a Penitenciária Estadual Masculina de Regime Fechado da Gameleira I, que ganhou uma irmã em 2020 - a Gameleira II. Segundo os interlocutores, estas são unidades de segurança máxima que simulam o Sistema Penitenciário Federal (SPF) e aparecem enquanto uma alternativa estadual para lidar com lideranças e faccionados. Em 2023, a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) do MS divulgou, por meio do seu canal institucional, a construção de quatro novas unidades prisionais na UF, fruto de um investimento de R\$ 60 milhões, em uma parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais) e o Governo do Estado, o que resultará em mais 1.600 vagas (Agepen, 2023). Além disso, em meados de 2024, foi anunciada uma obra de ampliação da Penitenciária de Dois Irmãos do Buriti, cuja capacidade será aumentada em 78%, com a criação de 186 novas vagas, mediante um investimento de R\$ 13 milhões e 186 novas vagas (Oliveira, 2024).

Além destas ações, o Plano Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul³⁵ informa que de 2012 para 2022, a capacidade do sistema penitenciário da UF cresceu em 79,7% da sua capacidade. No entanto, neste mesmo período, o número de pessoas presas apresentou um aumento de 90,9%. Uma das metas previstas no PESP/MS para os próximos anos (até 2030) é o acréscimo no quantitativo de vagas oferecidas no sistema prisional sul- mato-grossense. O PESP/MS propõe um acréscimo de 70% neste quantitativo.

Neste sentido, considera-se relevantes as observações de Thiago Rodrigues (2008) acerca da política proibicionista. O autor indica que o proibicionismo é, sobretudo, “uma prática moral e política” que gera demandas pela sua reforma (vide exemplo, a construção de mais presídios). O proibicionismo, longe de alcançar a erradicação da comercialização e do consumo de substâncias psicoativas, reforça a lógica da chamada “guerra às drogas”, que justifica as apreensões e prisões, ao perseguir e criminalizar tipos sociais específicos³⁶. Segundo Rodrigues (2008):

Na guerra interminável que atravessa a sociedade, o combate ao narcotráfico, ou “às drogas” de forma genérica, emerge como um importante instrumento de sustentação para a eficácia dessa guerra. A contenção de grupos ou classes “perigosas” é potencializada pela repressão ao tráfico, atividade amplamente recriminada do ponto de vista moral por eleitorados cada vez mais amedrontados que clamam por “mais Estado”, o que hoje quer dizer, lembrando Bauman (2005), mais polícia e mais repressão (Rodrigues, 2008, p.102).

O que se observou, tanto nas notícias quanto nas entrevistas, foi uma preocupação que não se concentra na superlotação dos presídios, mas, sobretudo, na ideia de que existem poucos presídios para suportar a quantidade de presos que um estado de fronteira

³⁵ O PESP/MS é um “instrumento operacionalizador para garantir a articulação, a integração das ações na área de segurança pública e o alcance dos objetivos propostos pelas políticas nacional e estadual” (Sejusp, 2024, p.9). O Plano traça metas estaduais na área de Segurança Pública para 2030 e tem, dentre outros, o objetivo de estabelecer ações estratégicas de prevenção e propor metas de redução da criminalidade e da violência.

³⁶ Michel Misse (1999) auxilia a compreender este processo a partir do conceito de Sujeição Criminal, em que “A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um « mundo à parte » e o « mundo do crime ». Há sujeição criminal quando há reprodução social de « tipos sociais » representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos” (Misse, 1999, p.71).

- em decorrência de sua localização - “precisa” suportar. Dessa forma, a preocupação dos gestores acerca do problema não reside no encarceramento em massa, mas sim a uma suposta “falta de prisões”.

Nesse contexto, as contribuições de Wacquant (1999)³⁷, em sua obra “As prisões da Miséria”, auxiliam a observar a réplica penal presente nestes discursos. O sistema penitenciário brasileiro, no geral, e sul-mato-grossense, em específico, têm sido alvos de constantes investimentos dos governos estadual e federal. Na discursiva da “guerra às drogas”, os presídios têm apresentado situações cada vez mais avassaladoras, agravadas pela superlotação, do contínuo incentivo a política proibicionista e ao encarceramento de tipos sociais específicos. Problemas como a precariedade das condições de higiene, a falta de espaço físico, a escassez de alimentos, a negação de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, propagação de doenças^[OBJ], os maus-tratos e outras violações são apenas alguns dos aspectos que caracterizam a realidade enfrentada pelas pessoas privadas de liberdade - tudo isso sob o discurso da “ressocialização”.

Considerações Finais

Neste trabalho, busquei trazer elementos para pensar as apreensões de drogas como política de segurança pública voltada à uma lógica de produtividade policial, cujo principal ônus desta atuação é a retroalimentação de um sistema prisional superlotado e violador de direitos humanos. Como recorte geográfico, o estado do Mato Grosso do Sul é simbólico nestas relações, uma vez que por ele circulam grandes quantidades de mercadorias ilícitas vindas de países vizinhos e se constitui como polo de atração para aqueles que, pelas mais diversas razões, atuam no mercado da droga. Entre 2018 e 2021, esta UF foi responsável por 40% do total de apreensões de maconha e por 5% das apreensões de cocaína realizadas pela Polícia Federal.

No capítulo 1, foram apontadas algumas razões pelas quais posicionam o MS enquanto localidade estratégica para o tráfico internacional (e transnacional) de maconha e cocaína, destacando as características da UF que corroboram esse cenário, tais como:

³⁷ Apesar de Wacquant (1999) retratar a realidade estadunidense, as reflexões do autor contribuem para pensar acerca do (in)conformismo da lógica penal.

sua fronteira internacional com países produtores de drogas distintas; a forte presença de cidades- gêmeas; suas divisas nacionais e rede de rodovias integradas.

Já no capítulo 2, a partir da análise dos dados da PF e de algumas reportagens jornalísticas, tivemos uma visão geral de como estas apreensões incidem no território nacional, e, em específico, no MS. Apesar das ressalvas feitas acerca dos dados de apreensão disponibilizados pela PF, estes permitem uma visão geral do cenário nacional, a partir da mensuração de onde se está “apreendendo mais”. Já as notícias de jornal, por sua vez, trouxeram indicativos gerais das dinâmicas em torno das apreensões e da forma como esses eventos são percebidos pelos diferentes sujeitos sociais.

No capítulo 3, temos uma implicação do grande volume de apreensões realizadas por uma polícia “produtiva”, qual seja: o seu sistema prisional. O estado, objeto de estudo, comporta presos de diferentes localidades que se aventuram no negócio da droga. Desta maneira, o que tem sido visto é o reforço às apreensões como política de combate ao tráfico de ilícitos, e, para suas consequências que recaem sobre o estado, mais prisões sendo construídas em parceria com o Governo Federal.

Levado à cabo pelo proibicionismo, o dinheiro utilizado para construir presídios, custeá-los e fomentar operações de combate ao tráfico de drogas que retroalimentam esse sistema, são justificados no suposto prejuízo que estas ações policiais causam aos grupos criminosos. Insustentável a longo prazo e com danos reais sobre a vida das pessoas privadas de liberdade, as consequências destas volumosas apreensões, que no MS se traduz (dentre diversas dinâmicas), na superlotação de seus presídios, é apenas uma das facetas que a “guerra às drogas” recobre sobre o status de “combate ao crime organizado”.

Referências bibliográficas

ABREU, Allan. **Cabeça Branca: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

ABREU, Allan. **Cocaína - A Rota Caipira**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

AGUIAR et al. **Sistema prisional de Mato Grosso do Sul tem superlotação devido déficit de vagas**. Primeira Notícia, 2023. Disponível em:

<https://www.primeiranoticia.jor.br/cidades/deficit-de-vagas-leva-a-superlotacao-no-sistema-prisional-de-mato/2003/> Acesso em: jul. 2024.

CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Fronteiras e deslocamentos**. Revista Brasileira de Sociologia, vol. 6, núm. 12, 2018, -, pp. 114-131.

Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). **Covid-19 e tráfico de drogas no Brasil: a adaptação do crime organizado e a atuação das forças policiais na pandemia**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2021.

COSTA, G; OLIVEIRA, G. “**Nós somos o Crime na Fronteira**” **As Bocas Familiares e o PCC “correndo junto” em Corumbá-MS**. Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 322–346, 2022. DOI: 10.22228/rtf.v14i2.1088. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosedefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1088>> Acesso em: mai. 2024.

COSTA, G; OLIVEIRA, G. **Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal**. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 2, p. 207–232, 2014.

COSTA, G; OLIVEIRA, G.. **REDES ILEGAIS E TRABALHO ILÍCITO: COMÉRCIO DE DROGAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA DE CORUMBÁ/BRASIL – PUERTO QUIJARRO/BOLÍVIA**. Boletim Gaúcho de Geografia, 38: 137-156, maio, 2011.

CRESWELL, J.; PLANO CLARK, V. L. A natureza da pesquisa de métodos mistos. In: **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-32.

CRISE sanitária: detentos vivem surto de sarna e furúnculo com superlotação em maior presídio de MS. G1, 2024 Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/02/01/crise-sanitaria-detentos-vivem-surto-de-sarna-e-furunculo-com-superlotacao-em-maior-presidio-de-ms.ghtml> Acesso em: jul. 2024.

CRUZ, C. GODOY, J. **PRF apreende 29 toneladas de maconha em MS: maior número de 2021 e da história da unidade.** g1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/02/08/prf-apreende-29-toneladas-de-maconha-em-ms-maior-numero-de-2021-e-da-historia-da-unidade.ghtml>

Acesso em: jul. 2024.

CRUZ, T. **Plano de dados abertos da Polícia Federal: apreensão de drogas.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Estatística, 2021.

DAU, M. **Maior apreensão de maconha do ano em MS: Carreta de milho levava mais de 10 toneladas da droga.** G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/12/23/maior-apreensao-de-maconha-do-ano-em-ms-carreta-de-milho-levava-mais-de-10-toneladas-da-droga.ghtml> Acesso em: jul. 2024.

DIAS, C. PAIVA, L. **Facções prisionais em dois territórios fronteiriços.** 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.191220>> Acesso em: out. 2023.

ESCHER D. FRIAS, S. **Novas rotas em MS podem favorecer a logística a serviço do narcotráfico.** Campo Grande News, 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/novas-rotas-em-ms-podem-favorecer-logistica-a-servico-do-narcotrafico> Acesso em: mai. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de segurança pública.** São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>> Acesso em: out. 2023.

FBSP, 2024. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024.** - Dados de 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

FRAGA, Paulo. IULIANELLI, Jorge. **Plantios ilícitos de ‘cannabis’ no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação.** Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, RJ, v. 4, n. 2, p. 11-39, 2011.

IPEA, no prelo. **“Dinâmicas da Violência e Criminalidade nas Regiões Brasileiras - Etapa Centro Oeste: Mato Grosso do Sul”.**

IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional: **Dinâmicas da Violência na Região Norte.** Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024. ISSN 2237-6208. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36>.

KONCHINSKI, 2019. **Traficantes se deduram entre si e ajudam a elevar apreensão de drogas em MS.** Uol, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/11/traficantes-se-deduram-entre-si-e-ajudam-a-elevar-apreensao-de-drogas-no-ms.htm> Acesso em: jul. 2024.

LAMOSO, Lisandra. **Segurança Pública nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul.** In: Fronteiras e relações internacionais. 2013, p.213-238. Curitiba: Íthala, 2015.

MACHADO, L. **Ambiguidade entre legal e o ilegal: Redes de tráfico de drogas ilícitas e território.** Trabalho apresentado no 31 Coloquio de Antropologia e História Regionales. Michoacán, México: outubro de 2009. Publicado em: Martha Chávez y Martín Checa (eds.). El Espacio en las Ciencias Sociales. Vol.1, p.315-327, 2013.

MACHADO, L. **Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XXI, N 1, 2007, p. 9-31.

MACHADO, L. REGIÃO, CIDADES E REDES ILEGAIS: **Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional.** São Paulo: Ed.UNESP, 2003, p.695-707.

MACHADO, L. **Tráfico de drogas ilícitas e o território: o caso do Brasil.** Artigo publicado em Colectivo Maloka (ed.) La Economía de las Drogas Ilícitas. Escenarios de conflictos y Derechos Humanos. Barcelona: Fundación CIDOB/Generalitat de Catalunya, 2009.

MANSO, Bruno P. DIAS, Camila N. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MISSE, M. 1999. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj.

MJSP. **Segurança pública nas fronteiras - Arco Central.** MJSP, 2016a. Disponível em: <<http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2672>> Acesso em: mai. 2024.

MJSP.. **Segurança pública nas fronteiras - Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico.** MJSP, 2016b. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2668>> Acesso em: mai. 2024.

MJSP.. **Segurança pública nas fronteiras - Sumário Executivo.** MJSP, 2016c. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2666>> Acesso em: mai. 2024.

OLIVEIRA, K. **Obra ampliará em mais de 78% capacidade da Penitenciária de Dois Irmãos do Buriti.** Agência de Notícias do MS, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/obra-ampliara-em-mais-de-78-capacidade-da-penitenciaria-de-dois-irmaos-do-buriti/> Acesso em: jul. 2024.

PF e PRF fazem maior apreensão de drogas do país: 28 toneladas de maconha. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/05/20/pf-e-prf-fazem-maior-apreensao-de-drogas-de-ms-28-toneladas-de-maconha.ghtml> Acesso em: jul. 2024.

Polícia apreende 525 quilos de pasta base enterrada em fazenda de MS. GI, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/02/10/policia->

[apreende-525-quilos-de-pasta-base-enterrada-em-fazenda-de-ms.ghtml](#) Acesso em: set. 2024.

PRESOS de outros locais custam R\$ 16 mi a Mato Grosso do Sul. Correio do Estado, 2015. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/presos-de-outros-locais-custam-r-16-mi-a-mato-grosso-do-sul/263098/> Acesso em: jul. 2024.

RODRIGUES, T. **Tráfico, Guerra, Proibição. In: Drogas e cultura: novas perspectivas.** Salvador, EDUFBA, 2008.

ROLIM, M; PEREIRA, V. **A eficiência policial e seus indicadores.** Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 314–331, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1445>. Acesso em: mai. 2024.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; OI, Amanda; ROCHA, Thiago. **Violência e a Gestão das Fronteiras do Brasil.** Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, v. 8, p. 9-28, 2014.

SANCHEZ, I. **Com 92% do território privado, MS tem maior concentração de terras particulares do país.** De Olho Nos Ruralistas, 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/11/com-92-territorio-privado-ms-tem-maior-concentracao-de-terras-particulares-pais/> Acesso em: mai. 2024.

SEJUSP. **Plano Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.** Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://www.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/planoestadual_sejusp_nov-23_-_digital_2-assinado-1-1.pdf Acesso em: jul. 2024.

SIMÕES, J. **Prefácio. In: Drogas e cultura: novas perspectivas.** Salvador, EDUFBA, 2008.

SISDEPEN, 2023. **Relatórios de Informações Penais (RELIPEN)** - RELIPEN 2o Semestre de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>> Acesso em: jul. de 2024.

SISTEMA prisional de MS recebe armamentos, viaturas e terá construção de quatro presídios. Agepen, 2023. Disponível em: <https://www.agepen.ms.gov.br/com-r-60-milhoes-em-investimentos-ms-ganhara-mais-quatro-presidios-de-regime-fechado/> Acesso em: jul. 2024.

UNODC. **World Drug Report - (Contemporary Issues on Drugs)**. 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr-2023_booklet-2.htm> Acesso em: jul. de 2024.

VARGAS, Joana et al. **Avaliação de Operações da Força Nacional de Segurança Pública**. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/63154742/Avaliacao_de_Operacoes_na_Forca_Nacional_de_Seguranca_Publica20200430-19676-15s5kj2.pdf Acesso em: jul. 2024.

Wacquant, Loic. 1999. **As Prisões da Miséria**. Tradução: André Telles (2004)

Os miliconheiros: observações sobre o consumo de maconha entre militares no interior de um quartel do Exército Brasileiro¹

Eduardo Kaynan Quintaes Souza²

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso observa o consumo de maconha entre militares dentro de um quartel do Exército Brasileiro, focando na categoria dos "Miliconheiros". Utilizando a observação participante e entrevistas com ex-militares, o estudo busca compreender as dinâmicas sociais, as motivações para o consumo e as percepções dos militares sobre o uso da substância. A pesquisa explora como os "Miliconheiros" aprendem e praticam o consumo de maconha, bem como as técnicas e locais utilizados. O trabalho contribui para o debate sobre o uso de drogas em ambientes militares, trazendo insights sobre um tema sensível e pouco discutido.

Palavras-chave: Militares; maconha; consumo de drogas; Exército Brasileiro; Miliconheiros.

Abstract

This Undergraduate Thesis investigates marijuana use among military personnel within a Brazilian Army barracks, focusing on the category known as "Miliconheiros". Using participant observation and interviews with former soldiers, the study aims to understand the social dynamics, motivations for consumption, and perceptions of military personnel regarding drug use. The research explores how "Miliconheiros" learn and practice marijuana use, as well as the techniques and locations employed. The work contributes to the debate on drug use in military environments, providing insights into a sensitive and rarely discussed topic.

Keywords: Military; marijuana; drug use; Brazilian Army; Miliconheiros.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC) da Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Segurança Pública e Social defendida no ano de 2025. Trabalho orientado pela Prof.^a. Dra. Danieli Machado Bezerra. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado os professores Gladson Paulo Milhomens Fonseca e Marcos Verissimo.

² Bacharel em Segurança Pública e Social pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução

O consumo de maconha entre militares do Exército Brasileiro é um tema sensível e pouco explorado. Este Trabalho de Conclusão de Curso visa observar as dinâmicas sociais que envolvem os chamados Miliconheiros, categoria de militares que consomem maconha dentro de um quartel. As motivações para a escolha desse tema são oriundas da experiência pessoal do autor, que, durante oito anos (2016-2024) de serviço militar, observou a existência desse fenômeno, o que despertou questionamentos sobre como e por que isso acontece, mesmo diante de acordos informais, como valores e éticas militares, além das sanções previstas pelo Código Penal Militar.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: como o consumo de maconha ocorre entre os militares do Exército Brasileiro dentro de um quartel e quais são as percepções dos próprios militares em relação a essa prática? A partir dessa questão central, busca-se entender os fatores que levam à formação da categoria dos Miliconheiros, a iniciação dos novos Miliconheiros, as técnicas utilizadas para o consumo, a administração dos conflitos relacionados a maconha e as diferentes percepções, tanto dos consumidores, quanto dos não consumidores dentro do ambiente militar.

Como é a trajetória do Miliconheiro? Como surge a categoria? Quem são os Miliconheiros? Como torna-se um Miliconheiro? Como são os primeiros passos? aprendendo as técnicas e locais ideais para o consumo, quais as percepções dos Miliconheiros e de terceiros envolvidos na trama? São questões que surgem antes e durante a pesquisa e busco, não as responder, mas apresentá-las nessa monografia.

Para a realização desta pesquisa, foi adotada a observação participante como método principal, alinhada à abordagem etnográfica. Este método permitiu ao autor inserir-se no ambiente estudado e participar das atividades cotidianas dos militares, possibilitando uma compreensão profunda das dinâmicas internas. Além disso, foram realizadas entrevistas com cinco ex-militares, todos consumidores de maconha, que contribuíram com suas experiências e percepções sobre o consumo da substância dentro do quartel. As entrevistas forneceram dados qualitativos que enriqueceram a análise e permitiram um entendimento mais amplo do fenômeno.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo eles:

Capítulo I: O Teatro de Observação - Neste capítulo, apresenta-se o contexto da pesquisa etnográfica, detalhando o bairro de Jurujuba, em Niterói, onde localiza-se o quartel onde foi feita a pesquisa. Descrevem-se as instalações do quartel, seus alojamentos e os locais comumente utilizados pelos Miliconheiros para o consumo de maconha.

Capítulo II: Tornando-se um Militar do Exército Brasileiro - Este capítulo explora as diferentes formas de ingresso no Exército Brasileiro, com ênfase no Serviço Militar Obrigatório (SMO). Discute-se o processo de formação dos militares e as instruções recebidas durante o treinamento, destacando como esses fatores influenciam a formação de identidade dos militares e a prática de consumo de maconha.

Capítulo III: Como Acessar o “Miliconheiro” - Aqui, o autor detalha o percurso metodológico utilizado para acessar e compreender o fenômeno dos Miliconheiros. Descreve as experiências observadas no quartel, as interações com os militares consumidores de maconha e as dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa.

Capítulo IV: O “Miliconheiro” e Sua Trajetória - Neste capítulo, o foco é a trajetória dos Miliconheiros, desde o primeiro contato com a maconha até a consolidação da prática de consumo dentro do quartel. Discute-se como esses militares aprendem as técnicas de consumo, as percepções dos próprios consumidores e as reações dos não consumidores.

Assim, o autor espera que esse trabalho possa contribuir para o debate sobre o consumo de maconha em ambientes militares, trazendo à tona uma discussão ainda pouco abordada na literatura acadêmica e na sociedade em geral.

1. O teatro³ de observação: detalhes do espaço da pesquisa etnográfica.

Neste capítulo apresentamos o Bairro onde se localiza o quartel estudado e brevemente apontamos as suas características estruturais. De antemão, afirmamos que

³ Em contextos militares, a expressão "teatro de operações" ou "teatro de guerra" se refere a uma área geográfica onde ocorrem ou estão em andamento eventos militares significativos. Esse conceito abrange o espaço aéreo, terrestre e marítimo que pode estar envolvido em operações de guerra. A expressão é amplamente utilizada em formaturas e é uma categoria bem conhecida entre os militares, pois ajuda a definir e coordenar as operações dentro de uma região específica de conflito. Usamos esta categoria neste trabalho com o intuito de fazer uma analogia entre o trabalho de campo e o teatro de operações.

reconhecemos a sensibilidade do tema abordado e seus possíveis desdobramentos, porém não temos a intenção de difamar a instituição através deste trabalho.

Sendo assim, não será realizada menção direta ao quartel no qual ocorreram as observações. Relembramos que por não se tratar de uma graduação de história, não há pretensão de realizar um estudo profundamente historiográfico sobre a instituição Exército Brasileiro.

Os dados apresentados neste capítulo são informações públicas ou referências de trabalhos acadêmicos já publicados. As informações que partem das observações do autor são cautelosas e visam manter a segurança do quartel. Em relação ao anonimato do quartel, é ínfima qualquer tentativa, pois qualquer pessoa com acesso à internet e em posse do nome completo do autor consegue ingressar no site do portal da transparência do Governo Federal⁴ e pesquisar em qual quartel foi sua atuação.

O que justifica a dedicação de tempo ao abordar o ambiente que engloba o Miliconheiro é o trabalho de Malinowski (1978)⁵, em que o autor busca compreender o sistema de economia e de trocas das ilhas Tobriand. Porém, o autor faz constantes referências a rituais mágicos, à organização social e ao local que realiza seu trabalho, entre outras informações que são inseridas ao longo de seu texto. De igual forma, antes de realizar abordagens acerca dos Miliconheiros, descrever sobre as características do local que acolhe o objeto enriquece o trabalho.

Figura 1 - Instrução durante o Curso de Formação de Cabos.



Fonte: Imagem do autor, 2019.

⁴ <https://portal.datransparencia.gov.br/servidores>

⁵ Argonautas do Pacífico Ocidental, publicado em 1922.

1.1. O bairro de Jurujuba, onde se localiza o Quartel estudado.

O Quartel estudado está localizado em Jurujuba, bairro do município de Niterói no estado do Rio de Janeiro. Este bairro é reconhecido por sua zona gastronômica e pelas festas de São Pedro. A principal fonte de renda da população local provém do setor primário, através da pesca.

A paisagem do bairro é caracterizada pela Baía de Guanabara, a Ponta do Cavalão, Morro do Pico, Morro da Viração, praias e várzeas com um fluxo movimentado de pescadores, incluindo as praias da Eva, de Adão e o Forte Rio Branco. [...] espaços sociais, resultantes das contínuas interações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas no cotidiano da sociedade" (Caxias & Vasconcelos, 2020, p. 355 *apud* Silva, 2023, p. 2).

Figura 2 - Bairro de Jurujuba visto de cima.



Fonte: imagem do autor, 2020.

O nome Jurujuba é de origem tupi, *aîuruûba*, como relatado por Ritter (2007, p.26):

Nome indígena, Jurujuba ou Ajurujubas significa “papagaios amarelos” (Wehrs, 1984:202), “pescoço amarelo ou barba amarela” (Backheuser, 1994), pois era assim que os índios Tamoios chamavam os franceses, primeiros

invasores das águas da Baía de Guanabara, que eram louros e estavam sempre a falar.

Figura 3 - imagens de satélite dos limites territoriais do Bairro Jurujuba.



Fonte: captura de tela do Google Maps, 2024.

Figura 3 - foto da fazenda de mariscos.



Fonte: Denise Caxias, 2020.

O bairro possui localização estratégica, situado em uma península cercada pelas águas oceânicas e pela Baía de Guanabara. Considera-se uma área "isolada", uma vez que existe uma única via de acesso terrestre, a partir do bairro de Charitas. Conforme observa RITTER (2007, p.27) “Jurujuba localiza-se em uma península na entrada da Baía de Guanabara, cercado pelas águas do mar e pelas águas da Baía.”

Figura 4 - Operários retiram terra que deslizou de morro em Jurujuba, ocasionando o total fechamento da única via de acesso terrestre.



Fonte: Pablo Jacob, Agência O Globo, acesso em 2024

Ainda, nota-se formação descontrolada de moradias nos morros do Peixe-Galo (mais próximo do quartel) e a do Preventório (mais distante).

Figura 5 - Morro do Preventório



Fonte: Jornal Enfoco, acesso em 2024.

A geografia, uma das características do local, delimita os espaços influenciando na organização social dos moradores. O bairro conta hoje com aproximadamente 5.000 habitantes distribuídos pelos morros e baixadas, os quais o dividem nas regiões do Peixe-Galo (antigamente, Morro do Freixegal), Samanguaiá (Sambagoiá, Sambaguaiá ou Sambagaiá), Salinas, Várzea (praia da Vargem), Cascarejo, Lazareto, Ponta da Ilha, Cangunga, Brasília, Jurujuba ou Ponto Final e Pau Ferro. Estes nomes estão relacionados à história do lugar, mas também às suas características. Estas áreas não são muito bem definidas para quem é de fora, mas apresentam características próprias em termos visuais e socioambientais. (RITTER, 2007, p.27)

Verifica-se a presença do tráfico varejista de drogas na região, sendo uma área dominada pelo Comando Vermelho. Não há relatos de conflitos entre o Exército e o tráfico de drogas, apesar de o Exército ter realizado algumas operações no local. Há relatos de tentativas de invasão ao quartel, porém não serão exploradas pelo autor.

Figura 6 - Operação do Exército no Morro do Preventório



Fonte: Jornal A TRIBUNA RJ, acesso em 2024.

1.2. “Minha segunda casa”: observações sobre os laranjeiras, os fumódromos e estrutura do quartel.

Neste momento, abordaremos aspectos físicos das instalações do quartel, personagens importantes para o contexto do trabalho, além de apontar locais utilizados para o fumo. Relembramos que algumas informações relacionadas ao espaço físico serão omitidas por questão de segurança.

1.2.1. O Laranjeira

O laranjeira é um personagem importante para o contexto deste trabalho. Em suma, o Laranjeira é uma categoria nativa bastante utilizada pelos militares para identificação daqueles que por algum motivo pessoal, moram no quartel. Nota-se que não há distinção de patente, e os motivos são diversos⁶. As principais características deste

⁶ No entanto, a situação mais comum é a tentativa de economizar dinheiro. Alguns militares adotam essa postura devido à distância de suas residências, enquanto outros o fazem porque enfrentam dificuldades financeiras ao final do mês. Para evitar faltar ao expediente, muitos acabam optando por se tornar "laranjeiras". Além disso, há casos de militares que, devido a um convívio familiar complicado, preferem morar no quartel.

personagem são: dormir no quartel ao menos quatro vezes por semana, realizar todas as refeições no quartel, utilizar a academia do quartel, utilizar a lavanderia frequentemente, entre outras.

Foi a partir da vivência do autor como laranjeira, durante período de 2017-2019, que se observa os miliconheiros com mais frequência.

1.2.2. Os Alojamentos

Os alojamentos são os locais onde os militares têm seu armário, um banheiro coletivo e a área de dormitório. Os alojamentos são divididos entre as patentes, logo, existem os alojamentos de recruta, os de Soldados antigos, os de Cabo, o alojamento de Sargento, os de oficiais subalternos e o alojamento de oficial superior. Além desses, que são voltados inteiramente para o segmento masculino, existem os alojamentos voltados para o segmento feminino, e nesse caso, oficiais e Sargentos dividem o mesmo local. Vale lembrar que até o momento desta escrita não existia no quartel estudado a presença de Cabos e Soldados do segmento feminino.

Existem dois alojamentos de recruta, um deles é uma estrutura mais antiga que remonta desde a época da construção do forte e, por óbvio, foram feitas reformas e mudanças ao longo do tempo. É uma construção de três andares, na qual o primeiro andar tem o *hall* de entrada, a área de armários e o banheiro, e no segundo andar tem o dormitório. Os armários são de concreto e porta de ferro, todos os chuveiros são de água gelada. O terceiro andar desse alojamento é um local que, por não ser funcional, é utilizado para guardar materiais antigos, e é por onde se acessa o telhado da instalação, local escolhido pelos Miliconheiros para o consumo da maconha. O outro alojamento de recrutas é mais moderno, uma construção inaugurada em 2018, mas que já apresenta diversas falhas estruturais. Ele possui um andar somente e a partir da entrada, do lado direito estão os dormitórios, no meio os armários de ferro desmontáveis, e a esquerda o grande banheiro com alguns chuveiros elétricos que a princípio não funcionam, e uma área de serviço com máquina de lavar, outro local escolhido por Miliconheiros para consumo de maconha. No segundo pavimento dessa instalação encontra-se o alojamento de Sargento, oficiais superiores e Cabos. É possível acessar o telhado desta estrutura

através de uma escada que passa em frente ao alojamento de Sargentos, no qual também se observou o consumo de maconha.

Durante a trajetória o autor notou locais caracterizados por serem “apropriados” para o fumo, comumente chamados de fumódromos. O mais conhecido é o que fica na beira da praia, porém, existem outros, como por exemplo, nas retaguardas dos alojamentos, e não ironicamente, na frente da seção de saúde, entre outros.

Há locais tradicionalmente voltados para o fumo da maconha, e através das observações, constatou-se que em alguns momentos os Miliconheiros optam por locais escondidos e em outros momentos elegem locais mais explícitos, como, por exemplo, esses naturalizados para o fumo do cigarro convencional. Estes locais serão desenvolvidos *a posteriori*.

2. Tornando-se um militar do Exército Brasileiro: Formas de ingresso, com ênfase no Serviço Militar Obrigatório (SMO)⁷

Este capítulo descreve três⁸ formas de ingresso no Exército Brasileiro, sendo elas: duas como militar de carreira e uma como militar temporário. O autor opta por mencionar brevemente as formas de ingresso para Sargento e Oficiais, e enfatiza o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Sines (2018) explica que a incorporação de novos militares se dá pela necessidade de preenchimento dos quadros de pessoal. Esses novos militares irão compor o efetivo, que é uma categoria usada no âmbito militar que se refere ao número de militares que compõem uma Força.

Deve ser obedecida uma política de composição dos efetivos das Forças, bem como devem ser observados os aspectos específicos para cada cargo existente. Para preenchimento dos quadros de pessoal, cada FA possui peculiaridades em seus processos de seleção, mas, de modo geral, utilizam-se de diversos concursos para civis que desejam ingressar nas fileiras das Forças para

⁷ Sigla que representa Serviço Militar Obrigatório.

⁸ São as formas mais comuns de ingresso, além de serem as formas mais divulgadas e incentivadas entre os militares que prestam o serviço militar obrigatório. Para conhecer outras formas ver SINES (2018)

seguirem carreira, bem como concursos para cargos temporários que necessitam de pessoal especializado em determinadas funções. (SINES, 2018, p.14)

O detalhamento dessas questões é essencial, pois reflete a perspectiva única que cada militar possui sobre o mundo. Na dinâmica de poder estabelecida pelas hierarquias, compreender a origem, a identidade (raça, classe, gênero) e os alicerces de cada indivíduo revela muito sobre o tipo de militar que ele poderá se tornar e como lidará com a questão dos Miliconheiros. No entanto, essa não é a única variável em jogo. Há também aspectos mais sutis, porém igualmente importantes, que influenciam a postura de um militar, a condução de sua carreira e seu comportamento diante de situações envolvendo o consumo de maconha no ambiente do quartel.

O Serviço Militar Obrigatório tem por função principal suprir a necessidade de um corpo de tropa capacitado para cumprimento das missões e planejamentos dados pelo **corpo de Oficiais e Praças de uma Força**, sendo estes últimos formados pelas diversas Escolas Militares, que possuem o **concurso público como forma de ingresso, formando militares de carreira**. Há também diversos tipos de concursos para cidadãos que possuam nível técnico ou superior, oferecendo a oportunidade de formar militares temporários que já possuem determinada capacitação para desempenhar funções específicas. Explicarei neste momento a forma de ingresso para as pessoas interessadas em se tornar um oficial do exército brasileiro. (SINES, 2018, p.27)

2.1. Formas de ingresso Oficiais e Sargentos de carreira: Uma breve descrição

2.1.1. Os Oficiais

A principal via para se tornar um oficial combatente é ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) através do concurso público da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx).

A EsPCEEx foi criada em 1939, e desde então tem sido a porta de entrada para a formação de oficiais do Exército Brasileiro. A AMAN, fundada em 1810, é a instituição responsável pela formação dos cadetes que se tornam oficiais.

O processo de Ingresso na AMAN funciona da seguinte forma: Exame Intelectual (provas escritas), em que o candidato deve prestar um exame intelectual abrangendo matérias como matemática, português, física, química, história, geografia, inglês e redação. Após aprovação na prova escrita, o candidato passa por uma inspeção de saúde, e se a avaliação médica verificar que o candidato está apto, ele passa para a terceira etapa, que é o exame de Aptidão Física, que são testes físicos para avaliar a capacidade física do candidato. O candidato também passa por uma avaliação psicológica e uma revisão dos seus requisitos biográficos e avaliação de idoneidade moral.

O concurso da EsPCEEx é nacional, com provas aplicadas em diversas cidades em todos os estados do Brasil, garantindo que candidatos de todas as regiões possam participar. Em 2023, a taxa de inscrição para o concurso da EsPCEEx foi de aproximadamente R\$ 100,00. O valor pode variar a cada ano.

A disputa pela vaga na EsPCEEx é altamente competitiva. Em 2023, por exemplo, mais de 40.000 candidatos se inscreveram para cerca de 400 vagas, resultando em uma concorrência de aproximadamente 100 candidatos por vaga. Os fatos supracitados revelam que a aprovação nesse concurso está relacionada a uma base educacional muito forte, geralmente encontrada em colégios de elite, em sua maioria, da rede particular de ensino. Isso sugere que o candidato aprovado possui uma condição financeira privilegiada.

Os candidatos aprovados no concurso ingressam na EsPCEEx, onde passam um ano em regime de internato. Após concluírem esse período, seguem para a AMAN, onde cursam quatro anos de formação militar. Durante o curso na AMAN, os cadetes recebem formação acadêmica, militar e física, além de realizarem estágios e treinamentos.

A carreira de um oficial do Exército Brasileiro progride através das seguintes patentes: Aspirante a Oficial; Segundo-Tenente; Primeiro-Tenente; Capitão; Major; Tenente-Coronel; Coronel; General de Brigada; General de Divisão e General de Exército⁹.

⁹ Postos mais altos do Exército, para chegar a esse posto os militares, além das notas e cursos que são feitos durante sua carreira (meritocracia) tem que contar com apoio “político” de outros generais, em suma, a chegada até esses postos contam com a meritocracia do mesmo e principalmente de indicação de outros Generais. Essa situação também é observada, salvo as devidas proporções, entre as praças que tentam ascender ao oficialato, será discutido *a posteriori*.

As observações em campo apontam que mesmo com as ações afirmativas, que buscam aumentar a representatividade de negros e pardos, o quadro de Oficiais é dominado por homens brancos. Entre os Oficiais-Generais, apenas onze são negros ou pardos, desde a fundação do Exército Brasileiro, em 1822¹⁰. No geral, os oficiais vêm de famílias financeiramente abastadas e são filhos de militares, o que difere das outras formas de ingresso que serão explicadas *a posteriori*.

O Exército afirma que “não há qualquer seleção pautada na cor ou raça de uma pessoa, desde o seu ingresso nas Forças Armadas até o instante em que o militar é transferido para a inatividade”. A progressão na carreira militar segue critérios diversos, como concurso público, antiguidade, experiência medida por pontuação e escolha direta de superiores hierárquicos. (O GLOBO)

Desde 1992, as mulheres têm sido admitidas em diversas áreas, incluindo a AMAN. Porém, a presença feminina entre oficiais, observada na tropa, ainda é limitada às áreas de saúde e administração.

A aposentadoria dos militares segue regras específicas, distintas do regime geral da previdência social. Em geral, os militares podem se aposentar após 30 anos de serviço, com variações conforme a carreira e a legislação vigente.

2.1.2. Os Sargentos

A principal via para se tornar um Sargento combatente é ingressar na Escola de Sargentos das Armas (ESA).

Para ingressar na ESA, o candidato deve primeiro passar pelo concurso público, que envolve várias etapas seletivas, incluindo exames intelectuais, inspeções de saúde, exames de aptidão física, avaliações psicológicas e comprovação de requisitos biográficos. A taxa de inscrição para o concurso é de aproximadamente R\$ 95,00 (dados da prova de 2023).

Os candidatos aprovados no concurso ingressam na ESA e, após cerca de dois anos de formação intensiva, tornam-se Sargentos. Durante a carreira, os Sargentos podem

¹⁰ Artigo publicado pelo jornal o globo disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/epoca/exercito-teve-apenas-11-generais-negros-ao-longo-de-sua-historia-25061372>

progredir através das patentes, iniciando como 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, com os salários variando conforme a patente. É importante sinalizar que é possível chegar ao oficialato, atingido a patente de capitão, porém as vagas são limitadas, nem todos da mesma turma alcançarão este posto. Há uma ideia entre os próprios militares de que existe um funil, no qual a porcentagem de agraciados é limitada.

A rotina diária dos alunos na ESA inclui treinamentos físicos, aulas teóricas e práticas, estágios e exercícios de campo, e atividades de disciplina militar. A formação é projetada para desenvolver tanto habilidades militares quanto técnicas que serão colocadas em prática no corpo de tropa (quartéis e batalhões).

Através das observações feitas em campo, é nítido que o número de Sargentos não brancos é proporcionalmente maior que o observado entre os Oficiais, observação também válida em relação ao segmento feminino. Como disse anteriormente, este é um debate de suma importância e observar os motivos pelo qual isso acontece é enriquecedor, porém não é o caminho que buscamos neste trabalho.

No final da formação, o Oficial e o Sargento são enviados para quartéis de sua escolha (a prioridade é definida por notas obtidas na formação) onde desenvolverão tudo que foi aprendido nas Escolas de formação. Em geral, como visualizado em campo, os Sargentos têm contato mais próximo com os Cabos e Soldados. Sendo assim, o autor teve contato direto e mais frequente com Sargentos¹¹ durante oito anos, e algumas falas foram marcantes, algumas com um tom de decepção com a carreira, outras mais motivadas com o universo militar, visando promoções, condecorações etc. Por fim, outros satisfeitos com a carreira, como foi possível observar na fala de um Sargento mais novo: *“se eu morrer sub¹²Tá bom!”*. (informação verbal)¹³.

O parágrafo anterior não indica a inexistência de diálogos informais com oficiais, mas ressalta que esses eram menos frequentes e geralmente limitados a assuntos militares ou abordados de maneira superficial. Em contrapartida, debates mais acalorados sobre temas como maconha, aborto e questões políticas eram comuns entre Sargentos, Cabos e

¹¹ A realidade vivida pré militarismo pelos Sargentos, geralmente, é mais próxima das vividas por Cabos e Soldados, para muitos Cabos e Soldados ser Sargento não é um sonho impossível. esse fato pode explicar a proximidade entre as carreiras, além é claro, da proximidade profissional e hierárquica entre as patentes.

¹² Categoria nativa utilizada para abreviar a palavra subtenente.

¹³ Fala de um Sargento durante uma conversa informal em 2023.

Soldados. No entanto, em rodas de conversa com a presença de oficiais, havia uma tendência a evitar esses temas ou a omitir opiniões pessoais mais contundentes.

Das diversas oportunidades de conversas informais com um Sargento mais experiente, este afirmou considerar a carreira de Sargento "decepcionante e desanimadora". Entre os motivos citados estão a lentidão nas promoções, as limitadas oportunidades para alcançar o oficialato e a necessidade de "babar ovo"¹⁴ de oficiais. Por isso, muitos que ingressam no Exército por meio da prova da ESA utilizam a instituição como um trampolim¹⁵ para outras carreiras. Afinal, o aluno formado pela ESA obtém um diploma de tecnólogo, além de desfrutar dos benefícios de ser um funcionário público e de ter um salário atrativo. Este é, sem dúvida, mais um debate relevante que o autor opta por não aprofundar, mas que fica como sugestão para possíveis leitores interessados em explorar o tema.

2.2. O SMO e a Observação Participante

Neste ponto do trabalho abordaremos o ingresso no Exército Brasileiro através do Serviço Militar Obrigatório, além das informações formais e de praxe, o autor inclui relatos da sua experiência como militar da reserva oriundo do SMO.

O Serviço Militar Obrigatório (SMO) é uma etapa da vida pela qual a maioria dos nascidos com o sexo biológico masculino, que possuem de dezessete a dezoito anos, passa. Para alguns, é um momento muito aguardado; para outros, é temido; e, para os demais, indiferente. O que se pode afirmar é que este momento marca a vida de qualquer jovem, pois as experiências são parecidas. Relatos de pessoas com mais de quarenta anos de idade foram ouvidos, e estes lembram exatamente como foi o processo de apresentação e alistamento. Um dos relatos mais marcantes (e engraçados) foi o do pai do autor. Ele

¹⁴ Trata-se de uma categoria nativa, baba ovo seria o militar que faz mais que o necessário, com o intuito de chamar a atenção de um superior, suas intenções são puramente individuais. Há quem julgue essa ação como uma postura negativa.

¹⁵ Por ser um concurso, mais fácil em comparação ao de oficiais, alguns optam por fazer o concurso da ESA não por ser um sonho em ser militar do Exército, mas por proporcionar os benefícios que facilitarão no ingresso em outra instituição ou fornecem uma base econômica para o início de uma vida no ramo empresarial, como é o exemplo de cinco ex-Sargentos que o autor pode trabalhar, dois deles passaram na prova da polícia rodoviária federal, um passou para a polícia judiciária e outros dois seguiram na carreira empresarial, em comum todos eram Sargentos formado na ESA e buscavam salários e condições melhores.

não serviu, mas passou por todas as fases até ser dispensado por excesso de contingente¹⁶.

Em sua fala ele relata o seguinte:

*No meu tempo foi sinistro, não podia nem encostar no muro, lembro que fiquei tão nervoso que esqueci meu nome, o Soldado que me entrevistou perguntou tudo sobre a minha vida, se eu usava drogas e na época eu fumava né [risos] e no final perguntou meu nome novamente, mas estava tão nervoso que simplesmente só lembrava do meu apelido, foi aí que ele me fez passar por tudo (todas as etapas) para no fim me dispensar. (informação verbal)*¹⁷

Essa etapa da vida que a maioria dos homens experimentaram ou vão experimentar está prevista na Constituição Federal (CF/88), como aborda Sines.

Outra forma de composição do efetivo das FA é o Serviço Militar Obrigatório, previsto na CF/88 no Art. 143, onde todo cidadão do sexo masculino, de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano em que completa 18 anos de idade, deve se apresentar em uma Junta de Serviço Militar (JSM) para participar do processo de alistamento militar. Os que não se apresentarem ou que não cumprirem com alguma das fases do alistamento serão considerados, respectivamente, refratários ou insubmissos, ficando sujeitos à Justiça Militar. (SINES, 2018, p.14)

O militar que inicia sua jornada militar através do SMO tem a possibilidade de permanecer na força por apenas oito anos. As possibilidades de ascensão na breve carreira são: Soldado antigo, Cabo e Terceiro Sargento. Não há outro mecanismo interno que possibilita a este militar alcançar outras patentes e consiga a sonhada estabilidade. Ou seja, a não ser que o militar faça uma prova externa, aberta ao público geral, ele nunca irá alcançar os itens citados acima.

[...] o sistema de dupla entrada da PM prevê o ingresso na organização policial militar pelo quadro de oficiais ou pelo quadro de praças. Para os candidatos

¹⁶ isto é, na sua região a quantidade de alistados é bem maior que as vagas para servir o quartel

¹⁷ Fala do pai do autor durante uma conversa informal.

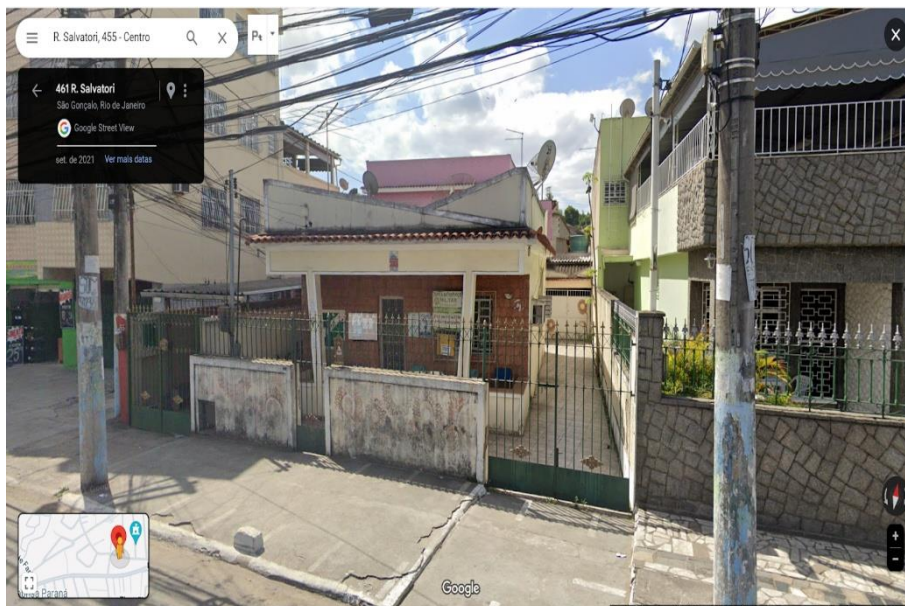
que iniciam a sua carreira policial como Oficial PM, está aberta a oportunidade para galgar os postos mais elevados da corporação, que se traduzem nas prestigiadas posições superiores de comando e planejamento, quase sempre distantes do trabalho nas ruas. O mesmo não ocorre com aqueles policiais que “vêm de baixo” da pirâmide hierárquica (MUNIZ,1999. p 233)

2.2.1 Relatos da experiência vivida pelo autor

Em 2015, quando chegou o momento de me alistar, não foi diferente. O primeiro passo foi perguntar aos meus amigos mais velhos sobre suas experiências, quais documentos tinha que levar, qual o melhor horário para chegar, com que tipo de vestimenta ir, se ficava pelado na frente de todo mundo, se iria fazer algum teste físico, entre outras dúvidas que surgiram naquele momento. As respostas não eram as mais agradáveis, a começar pelo horário que deveríamos estar no local para conseguir pegar a senha de atendimento. Após conseguir a senha, passaria pelo atendimento dos servidores civis, que não era do mais cortês, e terminaria no tratamento ríspido dos militares.

Não me recordo de datas exatas, mas lembro que estava concluindo um curso técnico no SENAI e tive que pedir autorização para faltar a algumas aulas. A primeira vez que me apresentei foi na 18ª Junta de Serviço Militar em São Gonçalo, a mais próxima da minha casa. Lembro de sair de casa às 04:00 da manhã e chegar no local por volta das 05:00. A fila já estava enorme, e me recordo de um amigo ter avisado que eles distribuem apenas cem senhas por dia, sendo que a distribuição das senhas só começa por volta das 08:00. Ou seja, a menos que o interessado saísse na fila contando quantas pessoas tinham na sua frente, nós só descobriríamos nossa posição no momento da entrega. Por sorte recebi o número 82 e fui atendido no mesmo dia.

Figura 7 - Local no qual ocorreu o primeiro contato com o alistamento



Fonte: captura de imagem *Google Maps*, 2024.

Algo que me marcou bastante foi o fato de estar apenas com meus documentos originais. Foi recomendado levar uma cópia de cada e eu não levei, então tive que sair da fila para tentar fazer as cópias. Foi algo rápido, porém fiquei com medo de perder meu lugar na fila, mesmo já estando com a senha que foi distribuída.

Figura 8 - Fila de jovens para o alistamento militar em 2012.



Fonte: site do G1, acesso em 2024.

Após essa entrevista, recebi meu CAM¹⁸, documento expedido pelo MD¹⁹, que identifica e registra as etapas que o jovem passa durante seu recrutamento, carimbado. Nesse carimbo estava a hora e o local que eu deveria me apresentar futuramente.

MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR

EDUARDO HAYNAN QUINTAES SOUZA

03 12 1997 **20 12 2015**

03 12 1997 **20 12 2015**

PORTO VELHO **SAO GONCALO**

20 12 2015 **SAO GONCALO**

X2010 **ESTUDANTE** **1** **Solteiro**

PAI: NORIVAL ALVES SOUZA JUNIOR

MÃE: MAPRUCIA CHAGAS QUINTAES SOUZA

XXXX **XXXX**

ISM 018 **UNTA MILITAR DE SAO GONCALO**

SAO GONCALO **03 02 2015**

Emido em 03 de fevereiro de 2015

ASSINATURA DO SECRETARIO
ASSINATURA DO ALESTADO

03 02 2015

2 ZONA JUDICIARIA

PARA USO EM CASO DE TRANSFERENCIA

02 018 488738 - 8 **02 018 488738 - 8** **02 018 488738 - 8**

¹⁸ Certificado de apresentação militar.

333

Figura 10 - Verso do CAM

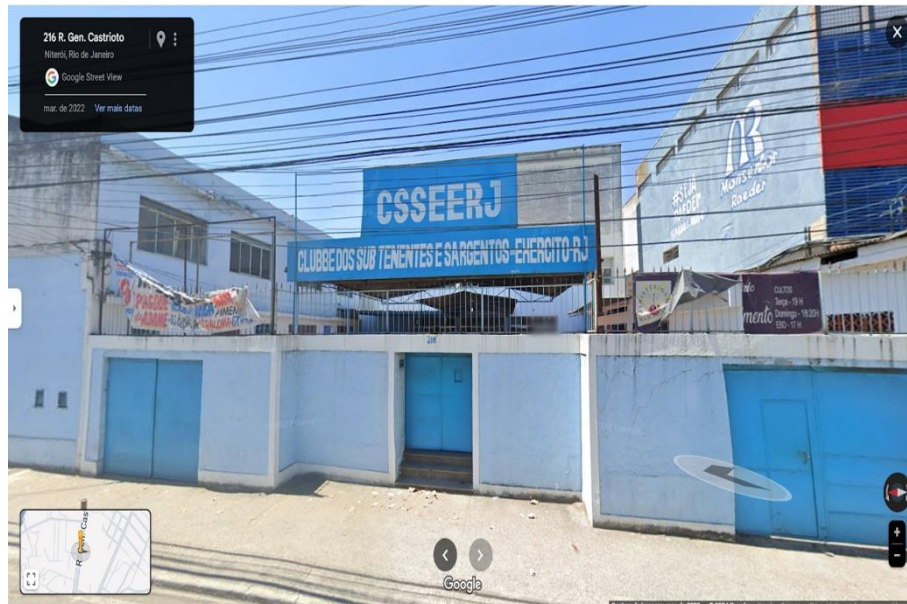
Fonte: Imagens do autor, 2024.

Tempos depois me apresentei no CSSEERJ²⁰ Barreto, desta vez sai de casa ainda mais cedo, pois sabia que neste local o contato iria ser com os militares. Cheguei ao local por volta das 04:40 da manhã e novamente me deparei com uma fila enorme, porém menor que a encontrada na JSM²¹. A presença dos militares se iniciou por volta das 06:30 da manhã.

²⁰ Clube dos subtenentes e Sargentos do Exército do Estado do Rio de Janeiro.

²¹ Junta de Serviço Militar

Figura 11 - Faixada do CSSEERJ



Fonte: Captura de tela do *Google Maps*, 2024.

As ordens iniciais foram: colocar a camisa para dentro das calças, retirar acessórios (boné, cordões, anéis, óculos escuros, relógio, brincos e *piercing*), falar baixo, desligar os celulares e não encostar nas paredes. Nos foi perguntado, inicialmente, se todos estavam com os documentos previstos, e caso contrário, poderíamos voltar para casa (em tom sarcástico).

Figura 12 - Interior do local



Fonte: Captura de tela Facebook do CESSEERJ.

Aos poucos começaram a chamar na ordem de chegada e foram nos encaminhando para cadeiras, que não poderiam ser mudadas de local, como bem ordenou um militar que nos guiava. Só depois que todos que estavam do lado de fora entraram e se acomodaram, iniciaram o segundo passo. Começaram a chamar por ordem alfabética, como meu nome inicia com a letra “E”, não demorou muito. A **primeira** etapa era uma entrevista menos elaborada, perguntando se eu tinha interesse de servir ou não (novamente neguei). A **segunda** etapa foi um teste intelectual, todos foram colocados em posição em cadeiras com mesa do tipo escolar, nessa mesa tinha um caderno de questões e uma folha em que deveríamos colocar o gabarito, um lápis preto e uma borracha que não apagava. A prova funcionava da seguinte maneira: o militar daria um sinal e deveríamos fazer a página um, após um determinado tempo ele dava um novo sinal e deveríamos parar de fazer a página um e iniciar a dois. Não poderíamos voltar nem avançar, me recordo de terem mais de vinte páginas. Apesar das orientações, tiveram jovens que fizeram errado: além de não respeitarem essa sequência das páginas, colocaram as respostas no caderno de questões e não no gabarito, como foi indicado. Nesse momento o militar guia esbravejava com eles, ainda civis. Esse fato pareceu-me ser bem recorrente, pois meu caderno já tinha marcas de respostas. O **terceiro** passo foi similar ao segundo, porém ao invés de questões de

matemática, raciocínio lógico, português e história, foram perguntas no estilo teste vocacional: cada página tinha quatro figuras de atividades das FA²² e deveríamos escolher uma por página. Após a realização dos testes, voltamos para as cadeiras do início, fomos chamados novamente e recebemos o nossos CAM carimbados com uma nova data de retorno.

No mesmo local, em outro dia, ocorreu o **quarto** passo, que era o mais temido entre muitos: o exame de saúde. Nesta etapa também éramos chamados por ordem alfabética. O ambiente era um corredor bem comprido com apenas uma tapagem, que visava limitar a visão de quem via de fora do corredor. A ordem era para fazermos uma fila, voltados para o fim do corredor, até o primeiro chegar próximo da parede. Depois, todos viraram para frente, ficando lado a lado, e em seguida, foi dada a ordem para descermos as calças e a cueca. Todos juntos, em movimento uniforme, agachamos enquanto um médico passava observando. A seguir, individualmente, tínhamos que levantar o pênis com uma mão e assoprar o pulso da outra mão. Após o exame de hérnia, tivemos o exame de vista, que era bem simples: tapávamos o olho e o médico pedia para falarmos os números, só que os números eram os mesmos, e quem estava na fila conseguia ouvir. Por fim, foi feita uma anamnese e novamente fomos perguntados sobre uso de drogas. Desta vez também foi perguntado sobre relações sexuais. Assim foi realizada a avaliação médica. Vale ressaltar que os exames médicos reprovavam de imediato, logo, caso não fosse aprovado, o conscrito pegava seu CAM com uma nova data para pegar o certificado de reservista. O **quinto** e último passo foram as entrevistas com os próprios militares. No meu caso, passei por dois militares, o primeiro fez perguntas focadas no profissional, sobre minhas experiências e habilidades. Ele também perguntou sobre meu relacionamento familiar e se eu tinha interesse em servir (neguei novamente). O segundo entrevistador iniciou fazendo piada sobre meu nariz “*com esse narigão é impossível que você não goste de cheirar um pó*” (informação verbal²³), o que neguei, e ele novamente questionou sobre o uso de drogas. Em seguida, perguntou meu endereço, sobre a localidade, sobre a presença de tráfico de drogas, se eu era de alguma religião, etc. No final, perguntou se eu queria servir e novamente neguei. Então, ele perguntou: “e se você

²² Forças Armadas

²³ Diálogo entre o autor e o militar que fazia parte do recrutamento em 2015.

não tivesse opção, qual força escolheria?” respondi “Marinha” e ele indagou “*mas você sabe nadar?*” (informação verbal) e respondi “*mais ou menos*”, novamente ele retrucou “*mais ou menos igual uma sereia ou mais ou menos igual uma piranha?*” (informação verbal). Confesso que não esperava por essa pergunta, respondi então que não sabia nadar e que preferia o Exército. Após essa entrevista, foi indicado voltar para mesmo local do início do processo e aguardar. Lá esperamos por muito tempo, até que começaram a chamar em ordem alfabética, como de praxe. Quando recebemos o nosso CAM, que tinha o carimbo com duas opções: dispensado por excesso de contingente ou o nome do quartel em que deveríamos nos apresentar e a data. No meu, estava o nome do quartel e o horário. Na saída tinha um quadro com o endereço dos quartéis.

Atentando-se para as oportunidades de melhoria em seus sistemas gerenciais e com o intuito de aprimorar os métodos de alistamento militar, desde janeiro de 2018 o EB disponibilizou o alistamento online. Neste processo o conscrito evita algumas etapas citadas acima. De acordo com o SINES:

nessa nova modalidade de alistamento o jovem poderá ter a comodidade de realizar o seu alistamento militar utilizando o mais moderno meio de acesso (computadores e smartphones), no conforto de sua residência, evitando a permanência indesejável em eventuais filas. Este procedimento visa melhorar a situação da ida à JSM, objetivando ainda mais o processo, uma vez que os não-voluntários já são identificados de forma online, podendo acelerar o trâmite para dispensa destes conscritos como excesso de contingente. (SINES, 2018, p.41)

2.2.2. A ida ao Quartel

Imagine-se entrando pela primeira vez em um quartel do Exército, uma “Instituição total” segundo explica Erving Goffman (1974). Local em que a partir de um determinado momento, todas as suas atividades, como dormir, tomar banho, praticar esportes, comer, e receber instruções serão realizadas com horários pré-definidos e controlados por funcionários que exercem certa relação de poder. Trata-se de pessoas de locais e características diferentes que passarão a ter um comportamento uniforme, que tem como objetivo final formar o Soldado do Exército Brasileiro.

Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados) (GOFFMAN, 1974, p.17)

A sensação de não pertencimento, militares com olhar de rapina²⁴, tom de voz nas alturas, postura e marcialidade em cada movimento, fazem a atenção aos detalhes ser encoberta pelo medo. No dia que me apresentei no quartel lembro de estar fazendo muito frio e o Soldado que estava nos recepcionando ordenou que todos tirassem o casaco e todos os acessórios do corpo. Não nos foi informado como seria o procedimento no quartel, se já iríamos ficar direto, se retornaríamos para casa, nenhuma informação foi passada. Apenas dois amigos tinham passado para essa fase e eles já estavam no quartel, ou seja, não tinha como fazer contato para perguntar como foram suas experiências. Munido de desinformação, resolvi levar na mochila cinco cuecas, uma escova de dente, um rolo de papel higiênico, uma toalha, um caderno pequeno, um pacote de bananada, uma caneta e uma Bíblia. Ao total, fomos ao quartel durante duas semanas. Cada dia tinha uma etapa diferente, diversas entrevistas, muitas palestras e alguns vídeos institucionais nos motivando a servir. Em todas as oportunidades em que era questionado se eu queria servir, eu negava. Em pelo menos três entrevistas com militares diferentes fui perguntado sobre o uso de drogas²⁵. Esse questionamento incisivo me chamou muita atenção e então já criei a percepção de que o uso de qualquer substância no interior do quartel seria inadmissível. Os dias foram se passando e todo dia alguém era dispensado e eu continuava lá, todos os dias perguntavam quem era voluntário e eu não levantava a mão, mas sempre recebia o carimbo para voltar no dia seguinte. No penúltimo dia antes da incorporação, mudei minha decisão, decidi que queria servir, pelo menos para ver como seria, afinal de contas seria um ano de emprego garantido. No dia seguinte estava medindo tamanho da farda, raspando o cabelo, recebendo um número que me identificaria no decorrer do ano

²⁴ Referente a aves de rapinas, aves conhecidas por serem predadoras.

²⁵ É perceptível que durante as entrevistas existe uma tentativa, através do constrangimento e medo, de filtrar e descartar qualquer jovem que faça uso de alguma substância, ao mesmo passo que já tentam impor uma mentalidade de que o consumo no interior do quartel é algo inadmissível.

e aprendendo a marchar (sinais de homogeneização da tropa, métodos para tornar todos iguais) e no dia primeiro de novembro de 2016 minha turma incorporou nas fileiras do Exército.

Perpassados todos os longos processos da Seleção Geral, é efetuada a incorporação, este sendo o ato de inclusão do jovem em uma OM das FA como recrutas. Os primeiros dias destinam-se a familiarizar o recruta com a rotina e as práticas comuns ao ambiente militar. Nesse período, o jovem inicia a prática controlada de atividades físicas, adquire noções de hierarquia, disciplina e civismo; habitua-se aos horários rígidos e começa a desenvolver um sadio espírito de camaradagem, essencial ao trabalho em equipe. Ao longo do ano, prosseguem com as atividades inerentes a cada Força e de cada OM singular na prestação do SM. (SINES, 2018, p.46)

O internato durou quatro semanas. Nós fomos liberados na sexta-feira da segunda semana e retornávamos no domingo antes das 22:00. Foram semanas complicadas que moldaram minha mentalidade em vários aspectos, começando pela valorização do sono e da água. Também aprendi sobre camaradagem, muito valiosa para o trabalho, pois através dela se originam alguns casos do objeto de estudo, Os Miliconheiros. Além disso, é através da camaradagem que se “aprende técnicas” (BECKER, 2019, p.57) e cria-se confiança nos seus pares.

O período do internato tem o intuito principal de desconectar o agora recruta da sua antiga vida de paisano²⁶ (SINES, 2018, p.52). Este é um momento que requer esforço físico exacerbado, além de testar as condições psicológicas do recruta.

A formação no Período Básico se inicia pelo temido Internato, onde os Soldados ficam aquartelados durante quatro semanas seguidas sem sair da unidade, tendo todos os horários e quaisquer ações reguladas e amarradas pelos instrutores, recebendo instruções que envolvem diversos aspectos. Visando o desenvolvimento de habilidades e atributos inerentes a todo Soldado e a desconexão com a antiga rotina que os jovens possuíam, eles são submetidos a um intenso e controlado programa de treinamento militar.

²⁶ Gíria para identificar o público civil, ou seja, qualquer um que não seja militar.

No decorrer do período básico, o militar atravessa várias instruções para aprender, principalmente, sobre como deve ser sua conduta como militar. Além disso, aprende diversas técnicas que devem ser empregadas em um possível conflito em defesa da nação. Para desenvolver esta seção o autor escreve sobre algumas dessas instruções pertinentes a esta monografia. O autor decidiu fazer esse recorte pensando no objeto do trabalho, que são Os Miliconheiros. É uma escolha do autor deixar de falar sobre algumas etapas da formação, falar de cada instrução trazendo as experiências de campo seria trabalhoso e nem todas as informações competem ao tema. Julgo que para um trabalho sobre a formação do militar, esmiuçar sobre os detalhes que os manuais não contam seria imprescindível. Porém, para este trabalho, que fala sobre os Miliconheiros, citar, por exemplo, a instrução de boas maneiras na hora refeição, ou falar sobre a instrução de tiro seria inútil, além das informações sigilosas que naturalmente não seriam explicitadas. Apesar de serem relatos interessantes e curiosos, em nada acrescentariam no conteúdo final da atividade.

Uma das principais instruções é a de Justiça e Disciplina, que é uma instrução de “banquinho²⁷”. Nesse momento, Soldados conhecem o que podem e não podem fazer, e o artigo 290 (Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar) do Código Penal Militar (CPM), é abordado. Aqui, o artigo será tratado de maneira mais ampla *a posteriori* e conseqüentemente será falado sobre a maconha e seu consumo no interior do quartel. Nesta instrução é ensinado que o militar não deve consumir nenhum tipo de droga, principalmente no interior do quartel. É explícito o apelo para que se “cagete²⁸”, caso seja observado o consumo entre os pares. Inclusive, caso ocorra, o militar que dedurar será agraciado de alguma forma. Apesar de se tratar de uma instrução com apelo jurídico, o assunto drogas é mencionado com um teor moral, até mesmo religioso. Não me recordo, enquanto instruído e instrutor, de existir algum tipo de debate voltado para redução de danos no uso recreativo ou uso terapêutico da maconha, por exemplo.

²⁷ De banquinho, pois é uma instrução 100% teórica, no qual o militar passa todo o tempo sentando-se em uma cadeira ouvindo seu instrutor. Geralmente esse tipo de instrução ocorria no período noturno.

²⁸ O ato de caguetar é uma categoria nativa que significa entregar alguém que esteja cometendo um ato ilícito, também podemos observar a expressão dedurar, que significa a mesma coisa.

JUSTIÇA E DISCIPLINA – Destinada para identificar e destrinchar todos os regulamentos internos aos quais os Soldados estão sujeitos, como o Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG) e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Código Penal Militar (CPM), conceituando denominações como Transgressões disciplinares, identificar as causas de justificação, circunstâncias agravantes e atenuantes; Reconhecer o significado da punição disciplinar; citar os requisitos de classificação do comportamento, bem como citar as condições previstas para melhoria de comportamento; Conceituar crime militar e descrever os casos de deserção, insubmissão e insubordinação. Tem por função principal demonstrar aos militares quais são as consequências do não cumprimento dos regulamentos, desde a advertência até a prisão, reforçando que o militar deve sempre agir conforme o regulamento, pois inclusive sua liberdade pode ser cerceada caso descumpra ordens. (SINES, 2018, p.61)

Durante a permanência no campo, tive contato com informações e folhetos que eram divulgados em grupos de *Whatsapp* e colocados em quadros de aviso a respeito da valorização da vida, além de informações e contatos telefônicos objetivando a prevenção de suicídio. De igual forma, pude observar folhetos sobre consumo abusivo de álcool e sobre direção segura. Não vi essa mesma divulgação de informações a respeito de consumo de drogas, apenas tenho relatos de divulgação de trechos de uma portaria que aprova as Instruções Gerais para as Medidas de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas Ilícitas no âmbito militar. Essas informações foram divulgadas em grupos de Cabos e Soldados com intuito de comunicar de forma cômica sobre possíveis exames toxicológicos e surgiam constantemente, pelo menos uma vez no ano. Nessas ocasiões, o comentário entre Cabos e Soldados é quase unânime: “*não vão fazer porque vai ter muito oficial que vai rodar e eles sabem disso*” (informação verbal). Se é de fato por esse motivo, não posso afirmar, porém não observei nenhum exame toxicológico durante esses oito anos, seja por sorteio ou inopinado.

Existem as instruções voltadas para o emprego tático dos militares, voltadas para ensinar sobre serviços, defesa do aquartelamento e terrenos em que serão realizadas suas atividades. Estas informações são importantes para o contexto do trabalho, pois é durante

os serviços que ocorrem alguns dos casos envolvendo Miliconheiros, seja por estarem de serviço, ou por envolverem diretamente outros militares de serviço.

SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS – Busca identificar aos jovens militares os diversos tipos de escala a que este concorre em sua OM²⁹, bem como o modo de tomada de conhecimento da escala de serviço. Visa também demonstrar os deveres, atribuições e responsabilidades do militar de serviço. (SINES, 2018, p.63)

Alguns dos entrevistados relatam que consumiam maconha durante o serviço, pois ajudava na concentração e a fazia a hora passar mais rápido. Já outros relatam que preferiam consumir em dias normais, quando não tinham exigências de uma pronta resposta em caso de invasão ou algo assim, tendo em vista que estavam cumprindo apenas o expediente administrativo.

DEFESA DO AQUARTELAMENTO – Visa promover orientações sobre as Missões do Soldado que exerce a função de Guarda ao Quartel, descrevendo os pontos sensíveis da OM - como Reservas de Armamento, Paiol de Munições, Viaturas etc. – e quais os procedimentos de segurança caso algum destes estivesse tendo algum tipo de alteração, executando o Plano de Defesa ao aquartelamento (PDA) corretamente. (SINES, 2018, p.62)

Durante a formação os Soldados recebem instruções sobre técnicas militares, que são utilizadas ao longo da carreira em diversas atividades, como acampamentos, estágios, cursos, treinamentos, e por fim, em operações (missões reais). Estas instruções são importantes para o contexto do trabalho, pois através das entrevistas e observações nota-se o emprego dessas técnicas por Miliconheiros.

UTILIZAÇÃO DO TERRENO – Visa orientar o militar sobre a importância do terreno para quaisquer cumprimento de missão: dá mais simples até a situação de extrema sobrevivência e necessidade de defesa da própria vida, utilizando-se do terreno para: observação; progressão diurna e noturna; para progredir e atirar; acuidade visual

²⁹ Organização Militar, similar a Quartel ou Batalhão.

e auditiva (intuito de desenvolver a avaliação de distância, de objetos, sons e/ou luzes), bem como o valor militar da possível utilização dos acidentes no terreno e cobertas e abrigos para proteção da tropa. **TÉCNICAS DE CAMUFLAGEM** – Visa demonstrar a importância da camuflagem no terreno para quaisquer tipos de operação, bem como os tipos de camuflagem pessoal e de localidades ou viaturas, utilizando-se de meios artificiais ou naturais da própria vegetação do local. **TÉCNICAS ESPECIAIS** – Instrução que possui diversas ramificações, todas com o objetivo de demonstrar técnicas específicas de combate e sobrevivência militar. Possui instruções como silenciamento de sentinela inimigo, pista de cordas, nós e amarrações, construção de abrigos com materiais da natureza; transposição de cursos d'água; flutuação com equipamento individual e peças de uniforme; acuidade visual e auditiva, entre outros. (SINES, 2018, p.63)

As informações supracitadas são confirmadas pelo relato de um dos entrevistados, que receberá a alcunha de Mané Galinha. Em sua fala é possível observar que o Soldado utilizou as técnicas aprendidas em sua formação para consumir maconha em um acampamento.

[...] até quando eu fui rádio operador; minha primeira membeca³⁰ que eu fui, caralho, eu levei um dolão³¹ de vinte, mano, primeira membeca, eu nunca tinha ido, fui pra um lugar que era mato pra caralho, mano, sumi numa cota daquela lá, apertei um baseado, eu tinha, pra você ver, fui pra instrução de camuflagem do recruta, eu vi como é que era o bagulho de camuflagem, tipo, um isqueiro aceso até mil km, uma marca de tiro a não sei quantos metro, um cigarro aceso a não sei quantos metros, pô, aí, então a gente aprendeu a camuflar, né, saber que podia ver, então já levava uma paradinha, pegava meu gorro, assim, acendia atrás do gorro, de cima da cota, ia lá voltar a fazer meu serviço, fui lá, o melhor rádio operador de 2016. (entrevista cedida pelo Soldado Mané Galinha via Whatsapp)

Após as instruções do período básico, os Soldados são submetidos ao Campo básico. Neste momento, eles passam por um intenso teste de resistência e concentração. O campo é a última prova do Soldado antes de receber a boina.

³⁰ Acampamento militar que promove o treinamento da tropa em uma simulação de guerra, geralmente ocorre em Resende (RJ) com duração que pode ultrapassar duas semanas.

³¹ Maconha do tipo prensado, neste caso custava R\$20,00. Não consigo precisar a quantidade em grama.

[...]entrega da boina verde-oliva, conquista que representa a dedicação, esforço e comprometimento com as atribuições do militar do EB. Nesta formatura, os familiares dos recrutas são chamados sem que os militares saibam, causando uma sadia surpresa e uma emocionante solenidade, uma vez que são os familiares que entregam as boinas aos jovens. A boina representa, ainda, um ritual de passagem final do recruta. A partir daquele momento, ele deixa de ser um recruta e se torna um Soldado do Exército Brasileiro. (SINES, 2018, p.67)

As atividades exigem um elevado esforço físico e mental, e são colocadas em prática todas as instruções aprendidas durante o período básico como.

Durante todo o campo o militar é posto em situações adversas onde sua capacidade cognitiva, equilíbrio emocional e resistência física são testados a todo momento, fazendo com que o recruta busque em seus conhecimentos adquiridos em todas as instruções informações que se complementam de modo a sanar as situações adversas apresentadas para ele ao longo da semana do campo. (SINES, 2018, p.65)

Não foi observado o uso de maconha por recrutas durante o campo, pois o militar mal tem tempo para fazer suas necessidades fisiológicas, quem dirá “apertar” um baseado de maconha e fumar em um local no qual todos os olhos estão apontados para ele. O consumo de maconha por outros militares envolvidos no Campo, como instrutores ou como apoio logístico também não foi observado. Esse fato ocorre porque os militares que estão instruindo estão a todo tempo ocupados com diversas atividades, enquanto são observados por militares mais antigos que supervisionam as instruções. Contudo, não é possível dizer que não existe o consumo de maconha durante o campo.

Conclui-se as informações relacionadas a formação do Soldado. Os não ditos, aprendizados de práticas rotineiras, posturas e outras informações serão esmiuçadas *a posteriori*, quando forem inerentes ao objeto Miliconheiros, e o uso de maconha dentro de um quartel do Exército.

3. Como acessar o “Miliconheiro”: comentários acerca do percurso metodológico

A obra que foi o estopim para a escrita desta monografia foi a leitura do trabalho de Cruz e Costa (2021) intitulado “É tudo ganso? A (in)distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro”, que aborda o uso de drogas por policiais militares e a relação com outros policiais a partir da análise da categoria nativa “ganso”, termo usado para estigmatizar, ou seja, explicitar um conjunto de comportamentos considerados deteriorados e reprováveis. O contato ocorreu durante uma palestra na Universidade Federal Fluminense em que uma das autoras, policial militar, contou sobre como foi escrever sobre sua própria profissão e as situações que fazem parte do meio militar no qual está inserida.

Inspirado no trabalho citado acima, o autor começa a analisar sob outras perspectivas as questões do seu dia a dia dentro do quartel. Um dos pontos desconstruídos é o consumo de maconha por militares no interior do quartel. Para desnaturalizar o que vemos no dia a dia o autor segue as orientações de VELHO (1978, p.123): “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido”.

O recorte ocorre primordialmente pela proximidade do autor com os envolvidos com o tema. O autor, por ser militar da ativa (durante maior parte da escrita deste trabalho), tem facilidade de circular entre os Miliconheiros. Desta maneira, o autor opta pela instituição Exército Brasileiro e define que usará apenas o quartel em que serviu como campo de pesquisa. A antropóloga Haydeé Caruso defende a importância da observação *in loco* na sua dissertação de mestrado.

É importante frisar que priorizei a observação *in loco* justamente porque entendia que seria a partir desta experiência de campo que as problemáticas obrigatórias, em torno do tema escolhido, seriam explicitadas e poderiam ser posteriormente exploradas em entrevistas individualizadas (CARUSO, 2004 p. 55).

3.1. Como chego na maconha?

Ao longo de oito anos de serviço no Exército, o pesquisador inseriu-se diretamente no ambiente estudado, vivenciando o cotidiano dos militares e observando as práticas relacionadas ao consumo de maconha. Essa imersão prolongada permitiu uma coleta de dados rica e detalhada, característica essencial de uma abordagem etnográfica. Através da observação participante, foi possível documentar não apenas os comportamentos observáveis, mas também os significados atribuídos pelos próprios militares ao consumo de maconha dentro do quartel.

Neste período em que estive a serviço do Exército, o autor pôde observar o consumo de quatro substâncias, duas lícitas: cigarro e álcool; e duas de ilícitas: maconha e cocaína. Estas substâncias estão descritas na ordem de maior consumo “explanado³²” no dia a dia do interior do quartel.

Em relação ao consumo de cigarro: é a substância com mais adeptos (quando digo mais adeptos me refiro aos que consomem no interior do quartel). Em comparação com o álcool, tem mais militares que consomem bebida alcoólica do que militares que fumam cigarro, mas nem todos que bebem, bebem no quartel, diferente dos que fumam. Aliás, tem quem fume somente no quartel, como bem foi observado. Por ter um caráter lícito, é permitido o uso dentro do quartel, onde as únicas limitações são os locais fechados e durante os serviços, e ainda assim existem “desenrolos³³” para o consumo. Apesar de ter bastante material sobre o consumo de cigarro, optei por não dar destaque a esta substância.

Em relação ao álcool, a substância mais consumida no Brasil, segundo o II Relatório Brasileiro sobre Drogas, datado de 2021, não realizei uma pesquisa quantitativa para determinar quantos militares o consomem dentro do quartel. Uma das maneiras de observar este fato é durante confraternizações e eventos no interior do quartel, momentos nos quais a bebida alcoólica é liberada. Esta liberação tem suas características, digo, é uma liberação controlada: O militar tem que se portar entendendo que ainda está em um

³² Gíria que se refere a algo que é exposto ou de conhecimento da maioria.

³³ Prática de tentar convencer uma autoridade, seja para fazer vista grossa para uma situação ou para não puni-la, prática ocasionalmente observada em diferentes contextos e situações.

ambiente de trabalho. Apesar de várias problemáticas observadas, ainda não era o objeto que iria me debruçar para esta pesquisa.

Figura 13 - Festa no interior de um Quartel do Exército



Fonte: Autor desconhecido, captura de tela de reprodução do vídeo no *Instagram*, 2024.

Por fim, chego à maconha, a substância que observei diversas vezes o consumo. Consegui observar, principalmente, as estratégias usadas para o uso no interior do quartel e as maneiras como os conflitos envolvendo a prática eram/são administrados.

Dentre essas substâncias, o autor nunca presenciou o uso da cocaína, apesar de encontrar, por vezes, alguns “pinos³⁴” e ouvir relatos de consumo por terceiros não praticantes. Por este motivo, não será o tema do trabalho, afinal, seria uma pesquisa investigativa. Desta forma, acarretaria possíveis problemas ao autor no âmbito militar.

³⁴ Embalagem cilíndrica utilizada para armazenar cocaína.

3.2. Relato sobre o primeiro contato com o Miliconheiro

Em uma noite fria de um dezembro quente no ano de 2016, era pouco mais de 03:00 da manhã, estava de pé, quase terminando meu último quarto de hora³⁵ em um dos meus primeiros serviços de guarda³⁶. O posto era o de garagem, que naquela época era desarmado (sem armamento letal). Nessa noite, eu pensava em alguns pontos estratégicos, que durante o dia imaginei como possíveis abrigos³⁷ caso houvesse uma invasão. Era colocado em nossas cabeças que a qualquer momento o quartel seria invadido. Por isso, me esgueirava entre as viaturas, lutando contra o medo, contra o sono, e principalmente, contra o Rodante³⁸. Enquanto dava voltas e mais voltas naquele perímetro, olhava para o relógio e parecia que estava sem bateria, pois a hora não passava. Às 04:00 eu seria rendido³⁹ e poderia dormir até pelo menos 05:00 da manhã (horário que o comandante da guarda iria dar a alvorada para a faxina). Eis que surge um vulto fardado passando de forma lenta e acenando para mim. Naquele momento, pensei que estava vendo coisas, mas não, o vulto era real e irei chamá-lo neste trabalho de Soldado Mané Galinha. Ele veio na minha direção exclamando em voz baixa, quase como um sussurro, que na madrugada silenciosa soava como tiro de fuzil, a seguinte frase: *“coé recruta, pode ficar tranquilo, sou eu, o Mané Galinha! Tô indo ali fumar uma paradinha, mas pode ficar tranquilo que não vai dar nada para você e se eu rodar eu assumo sozinho”* (comunicação verbal). De repente, uma explosão na minha mente: e agora, o que eu faço? Naquele momento, pensei em várias coisas. Lembrei das instruções que diziam como deveria ser o procedimento correto, e em nenhuma das opções iria aparecer um Soldado maconheiro bem no meu quarto de hora. Pensei em informar ao superior imediato, mas senti um certo tipo de firmeza na fala do Soldado Mané Galinha. Algo me dizia para ignorar a situação, então acreditei que aquilo não era um teste. Enquanto eu ainda pensava no que fazer, ele volta, com seus belos dentes brancos que pareciam um farol acesso,

³⁵ Um serviço é dividido em 24h, para cada posto existem três militares que revezam entre si. Cada militar permanece em pé “na hora” (categoria nativa usada) por duas horas, um rodízio completo entre os militares dura 6h, 6h é ¼ de 24h, ou seja, o “quarto de hora” é parte que um militar vai cumprir deste rodízio.

³⁶ Guarda é o serviço aramado que protege o quartel, não entrarei em detalhes por questões de segurança.

³⁷ Local para se esconder

³⁸ Militar da guarnição de serviço responsável por fazer ronda inopinadas, verificando as condições de saúde e bem-estar do soldado que está no seu “quarto de hora”.

³⁹ Outro soldado iria assumir o meu local e eu iria descansar.

sorrindo e agradecendo a minha confiança. A hora passou, fui rendido e segui minha rotina ordinária.

Ao mesmo tempo que entendi a lógica conservadora do militarismo e aprendi as regras e leis do jogo, eu tinha um juízo de valor na época e não era contra o consumo de maconha. Esta situação me deixou perplexo, não pelo fato de pessoas fumarem maconha, ou até mesmo militares usarem maconha, mas por ser no interior do quartel. Foi este recorte que me deixou reflexivo por vários dias. Esse não foi o único contato que tive com militares usando maconha dentro do quartel, ou conflitos que tiveram seu estopim causados pelo uso ou posse da maconha no interior do quartel. Então, me questioneei: se há regulamentos militares e uma crença compartilhada entre a sociedade civil e entre os próprios militares de que o uso de maconha por militares do Exército não deveria existir, por que existe? A resposta do porquê existe não será respondida neste trabalho. O intuito é demonstrar, através de elementos empíricos, que há um evento que ocorre com regularidade no ambiente estudado.

A regularidade observada em meu estudo foi constatada através da observação participante, uma metodologia consagrada por Bronislaw Malinowski em sua obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978). Malinowski defende que, para se compreender profundamente uma cultura, é essencial que o pesquisador se insira diretamente no grupo estudado, participando de suas atividades cotidianas enquanto observa e coleta dados. Seguindo essa abordagem, que enfatiza a imersão total no local de pesquisa, utilizei minha experiência de oito anos de serviço no mesmo batalhão para adotar este método. Ao observar as dinâmicas internas, práticas comuns e os não ditos, como o consumo de maconha por militares, pude perceber que esses eventos não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas devem ser analisados dentro do contexto social e cultural específico em que ocorrem. Essa perspectiva, alinhada com a abordagem de Malinowski, permite uma compreensão mais profunda das motivações e significados atribuídos a essas práticas dentro do grupo de militares que não consomem e os que consomem maconha, ou como irei denominar, *Os Miliconheiros*, categoria que será explorada ao longo dos próximos capítulos.

Uma das dificuldades que o autor encontrou neste processo foi a de estranhar o objeto, tendo em vista que algumas “observações⁴⁰” ocorreram em 2016, antes de iniciar a graduação em 2018 e esse trabalho começa a ser escrito em 2024. Os eventos continuaram acontecendo, independentemente do tempo. Não tem como pausar os acontecimentos que envolvem meu objeto de pesquisa, sendo assim, na medida em que desenvolvia meu entendimento acadêmico, eu também naturalizava cada vez mais o ato de fumar maconha dentro do quartel, ao ponto de o objeto não ser mais exótico. Desta forma, eu tive que fazer um esforço de lembrar como foi o estranhamento do início da carreira militar. Segundo Roberto Da Matta em "O Ofício do Etnólogo ou como Ter *'Anthropological Blues'*", “é necessário que o etnólogo transforme o que é exótico em algo familiar e o que é familiar em algo exótico”. Neste caso, transformarei algo familiar em algo exótico, pois minha percepção de observação, ainda que pequena, ocorre quando já estou familiarizado com o objeto.

3.3. Entrevistas

As entrevistas qualitativas complementaram a abordagem, oferecendo narrativas pessoais que enriqueceram a análise. Essas entrevistas permitiram explorar as percepções dos militares sobre o consumo de maconha, as técnicas utilizadas para minimizar os riscos e os desafios enfrentados no ambiente militar.

Um percalço encontrado foi o fato de que alguns dos meus interlocutores saíram do quartel (por motivos e em períodos diferentes) e, por isso, foi perdida a oportunidade de observar mais vezes o consumo e práticas através deles. Para preencher esta lacuna, averiguar os fatos e determinar sentimentos e opiniões de quem viveu por algum tempo a vida de um Miliconheiro, realizei a coleta de dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas, com cinco interlocutores.

O critério usado na escolha dos entrevistados foi a aproximação pessoal com eles e a ciência de que todos já foram Miliconheiros, ou seja, não precisei percorrer um caminho de dúvidas, incertezas e uma possível falsa acusação. Nenhum deles é militar da

⁴⁰ Uso o termo observações entre aspas, pois neste período ainda não era algo estruturado e proposital. Somente depois em 2018 quando início a graduação é que essas observações ocorrem de forma mais pragmática

ativa e as entrevistas ocorreram através do aplicativo de bate papo *Whatsapp*. A abordagem inicial não foi similar nos cinco casos.

Com dois deles (Cabo MD e Soldado sobrinho do capitão), o autor previamente teve uma conversa, informal, pessoalmente, e nesta conversa falou sobre o tema e demonstrou interesse em entrevistá-los. Nas duas circunstâncias, tiveram aprovação e ficou combinado de fazer de forma *online* em tempo oportuno, e assim se sucedeu, enviei uma mensagem no aplicativo perguntando quando poderíamos falar “sobre aquele assunto”. A ideia inicial era fazer por vídeo chamada uma entrevista aberta sobre o tema, porém não foi possível encontrar um dia que entrevistado e entrevistador estivessem disponíveis. Desta forma, um deles sugeriu que o autor enviasse as perguntas e ele respondesse por escrito, então, propus ao outro a mesma coisa e ele aceitou. Neste caso, foram enviadas perguntas estruturadas padronizadas, que apesar de serem “fechadas”, o entrevistado poderia, se quisesse, explorar mais os detalhes. Não foi o que ocorreu e ambos se limitaram a responder apenas o que estava escrito, o que serviu de aprendizado para futuras entrevistas. No desenrolar da conversa com o Soldado Sobrinho do capitão, fiz mais três perguntas, buscando mais detalhes sobre as respostas que ele havia dado anteriormente e ele respondeu de forma cômica perguntando se eu era da investigação social da polícia militar.

A abordagem dos outros três entrevistados foi totalmente *online*, ou seja, sem uma conversa prévia. Logo, tive cautela ao abordar pela primeira vez. Antes de falar sobre o tema, perguntei como estavam, se estavam podendo falar e que desejava entrevistá-los para um trabalho da faculdade cujo tema envolvia o quartel e só depois que eles me responderam pela primeira vez, introduzi o verdadeiro tema. Após a aprovação dos entrevistados, enviei uma mensagem de áudio pedindo que eles contassem um pouco sobre suas experiências como Miliconheiros, de forma aberta. Neste caso, introduzi apenas alguns pontos e os entrevistados desenvolveram suas falas, contaram casos, técnicas, etc. O Soldado GB 14 respondeu prontamente, achou a categoria Miliconheiro interessante e, sem questionar se realmente o que eu estava fazendo era para a faculdade, me enviou algumas mensagens de áudio. Ele não apresentou nenhuma ressalva, apenas ocultou nomes de terceiros que faziam parte da sua história. O Soldado Mané Galinha apresentou receio no início da entrevista, e após eu apontar minhas perguntas, ele se

incomodou com o fato de eu ter pedido informações que envolviam outras pessoas. Ele, a princípio, duvidou que se tratava de um trabalho acadêmico que não tinha vínculo com o Exército, então tive a paciência e perseverança de explicar novamente. Esclareci que não tinha nada vinculado ao Exército, e depois disso, posso afirmar que este entrevistado foi o que mais contribuiu com informações. Soldado Mané Galinha falou coisas que eu não havia perguntado, o que me ajudou a estranhar algumas questões não observadas antes. Por fim, com o Soldado Felipe, a abordagem inicial foi similar as duas anteriores, porém, por motivos alheios a vontade do entrevistado e entrevistador, não foi possível fazer a entrevista de forma aberta e por videoconferência. Neste caso, utilizei as mesmas perguntas fechadas usadas com o Cabo MD e o Soldado Sobrinho do capitão, e de forma similar ao ocorrido na entrevista com o Soldado Sobrinho do capitão, fiz perguntas após a resposta dada por ele, e desta vez consegui obter êxito, o Soldado Felipe trabalhou mais as suas respostas.

Os trechos das entrevistas serão usados ao longo do trabalho.

Abaixo temos uma tabela com o nome dos entrevistados e as datas das entrevistas.

Entrevistado	Data da entrevista via <i>Whatsapp</i>
Soldado Mané Galinha	5 de julho de 2024
Soldado GB 14	3 de julho e 10 de agosto de 2024
Soldado Felipe	10 e 11 de agosto de 2024
Soldado Sobrinho do Capitão	10 de agosto de 2024
Cabo MD	14 de agosto de 2024

Para efeito desta monografia, o autor decidiu trabalhar apenas com dados qualitativos, pois a inclusão de dados quantitativos estaria diretamente ligada à sua exposição, o que poderia acarretar possíveis problemas com superiores hierárquicos. Da mesma forma, não foi possível acessar dados do setor jurídico, para, por exemplo, fazer um levantamento sobre as punições que envolveram o uso ou posse da maconha.

Quando o campo, as entrevistas e as observações não conseguem responder algumas questões, recorro às bibliografias. Nestas eu busco a fundamentação teórica necessária para consolidar ou comparar com o que o campo fala. As bibliografias trazem

informações disponibilizadas em manuais militares, Códigos Penais, artigos, livros e textos disponibilizados na internet.

O acesso à internet foi primordial para as consultas bibliográficas, através de sites como: Periódicos CAPES, google acadêmico, SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Repositório de informação acessível da UFRN, além do google. Este texto não contém informações retiradas de todos os sites supracitados, mas essas fontes foram primordiais para pesquisar sobre o tema estudado e verificar se já existem trabalhos a respeito do que pretendo explorar. Todavia, não encontrei, exatamente, uma pesquisa voltada exclusivamente para o consumo de maconha por militares dentro do quartel. Porém, o não ter ou não encontrar com facilidade algumas informações, já é por si só uma informação de grande valia.

4. O “Miliconheiro” e sua trajetória

4.1. O “Miliconheiro”, como surge a categoria?

A categoria "Miliconheiro" é um neologismo que resulta da fusão das palavras "militar" e "maconheiro". Essa categoria foi pensada, pelo autor, para definir os militares que fazem uso da maconha dentro do quartel (podendo, em outro momento, se estender para além dos muros do quartel, situação que será pouco explorada neste trabalho). A combinação dos dois termos visa refletir uma “carreira desviante” (BECKER, 1973, p.38), que é observada na unidade militar estudada.

Embora "Miliconheiro" não seja uma categoria amplamente reconhecida ou utilizada, ela foi adotada devido à reação positiva dos interlocutores que pertencem e alguns que não pertencem⁴¹ ao grupo de militares que consomem maconha no interior de um quartel do Exército Brasileiro. Estes acharam a ideia interessante e identificaram-se com a nova denominação, o que justifica a sua inclusão e exploração como objeto deste trabalho.

Ao evocar a categoria “Maconheiro” iremos utilizar a mesma abordagem que o antropólogo Marcos Veríssimo utiliza em sua tese “Maconheiros, Fumóns e Growers: o

⁴¹ Trata-se militares que não consomem a maconha, mas fazem parte do círculo militar e tem conhecimento do uso por terceiros.

estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires” (2017).

O termo “maconheiro” (ou “xinxeiro”) [...], serão também utilizados aqui sob a condição de categorias nativas, a partir das quais os consumidores de maconha se reconhecem e se referem uns aos outros. Assim posto, não necessariamente correspondem às formas correntes e antigas de entender tais palavras em seus respectivos contextos, ou seja, como categorias de acusação, através das quais os que se declaram não adeptos deste consumo rotulam os adeptos: maconheiros[...]. (VERISSIMO, 2017, P.14)

Maconha será o termo utilizado no decorrer do trabalho. A escolha por essa categoria advém do fato de ser o termo mais utilizado pelos militares que interagem de alguma forma com essa monografia. Em alguns momentos da observação e entrevistas, também surgiram outros termos para nomear a maconha, como, por exemplo, “baseado”, que é a maconha já “enrolada⁴²” e pronta para o consumo. Houve outras poucas ocorrências das seguintes expressões: “a braba”, “paradinha” e ao seu nome científico, *Cannabis*, por esse motivo, usaremos a palavra Maconha.

Em relação ao ato de consumir a maconha, a categoria mais utilizada é “fumar”. Outros termos aparecem nas observações e entrevistas, como por exemplo, “dar um dois” e em menor frequência “dar uma aliviada”. Essas expressões, na maioria das vezes, vieram acompanhado de um convite ou um aviso do tipo: “vou ali (...)” ou “vamos ali (...)?”

Utilizar o Código Penal Militar (CPM/69) foi a forma que encontramos para definir a categoria “militar”. Ele diz, no artigo 22º que a pessoa considerada militar é:

Para efeito da aplicação deste Código, qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada a instituições militares ou nelas matriculada, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.

⁴² O ato de “enrolar” ou “bolar” um cigarro de maconha refere-se ao processo manual de preparação do cigarro, em que a maconha é disposta sobre um papel específico, comumente de seda, que então é cuidadosamente moldado e enrolado. Esse procedimento é realizado com o intuito de formar um cilindro uniforme, facilitando a combustão e o consumo da substância.

Há uma diferença entre o militar da ativa e o militar da reserva. A classificação do que é o militar da ativa é sugestiva, trata-se do militar que ainda está atuando em alguma Força, seja qual for. Quando tratamos do militar da reserva, estamos falando do militar que se aposentou por tempo de serviço ou doença, também chamado de militar da reserva remunerada. Ainda, existe o indivíduo que faz parte da reserva não remunerada. Geralmente, são os que serviram através do serviço militar obrigatório. O segundo exemplo será o mais usado neste trabalho.

4.2. Quem são os Miliconheiros?

O Miliconheiro é o indivíduo que, enquanto militar da ativa do Exército Brasileiro, consumiu maconha no interior de um quartel. Essa prática configura crime militar, conforme o artigo 290 do Código Penal Militar: "Importar, exportar, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, fornecer, ter em depósito ou trazer consigo, para uso próprio ou de outrem, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica" (BRASIL, 1969).

Por se tratar de um crime militar, nesta pesquisa, optou-se por não incluir informações e relatos de Oficiais, concentrando-se exclusivamente no grupo de praças, que inclui Recrutas, Soldados, Cabos e alguns Sargentos. Essa decisão foi motivada, em parte, pela maior familiaridade e acesso ao grupo de praças, mas, principalmente, pelo receio de sofrer represálias e possíveis punições, considerando a natureza sensível do tema.

A hierarquia militar, marcada por rígida estratificação, torna o diálogo sobre o uso de maconha especialmente delicado, sobretudo quando envolve oficiais, que ocupam posições de poder superiores e poderiam encarar as abordagens como uma grave ofensa à ética Militar. Durante a maior parte da elaboração deste trabalho, o autor ainda estava vinculado a instituição Exército Brasileiro, o que intensificou a dificuldade de abordar o tema com o grupo especificado.

O fato de o autor não abordar o consumo de maconha por oficiais não nega a existência dessa prática entre os membros desse grupo, prática essa que, inclusive, foi

presenciada por alguns dos entrevistados (praças), mas que por hora não serão desenvolvidas neste trabalho.

O autor entende que o diálogo com este grupo acrescentaria de forma significativa o conteúdo do trabalho. Todavia, Malinowski (1978) destaca que a inserção do pesquisador no campo é atravessada por dilemas éticos e estratégicos, exigindo adaptações para garantir sua segurança, continuação e a viabilidade da pesquisa. Nesse sentido, a não tentativa de entrevistar os oficiais sobre o consumo de maconha deve ser compreendida não como uma falta, mas como uma evidência das dinâmicas de controle e poder presentes em qualquer ambiente militar.

Em síntese, os Miliconheiros são Recrutas, Soldados, Cabos e alguns poucos Sargentos (recorte escolhido por ocasião deste trabalho), que são homens jovens, com idade entre 18 e 27 anos. No entanto, em relação a fatores como raça, situação econômica, local de residência e nível de escolaridade, as observações indicam que não há um padrão uniforme. O consumo de maconha surge como um ponto de convergência entre jovens provenientes de realidades sociais distintas. Esse fenômeno é reflexo da sistemática do Serviço Militar Obrigatório⁴³.

4.3. Como tornar-se um “Miliconheiro”?

O processo de tornar-se um Miliconheiro envolve uma trajetória que começa antes do ingresso no Exército e se desenvolve ao longo da vivência militar. A primeira questão a ser considerada é a relação do jovem com o consumo de maconha antes de sua incorporação às Forças Armadas. Alguns já consumiam a maconha antes de ingressar no quartel, conforme revela a fala de dois entrevistados:

Então, comecei fumar (maconha) a primeira vez que eu fumei tinha uns 15 pra 16 anos, saía com a rapaziada que já fumava e eu não fumava, até um dia eu bêbado, fumei, e desde então sempre que a gente saía, eu fumava também,

⁴³A partir das observações do autor podemos citar como exemplo, uma turma que une jovens que com o salário de recruta são provedores do lar e outros jovens que gastam todo o salário em uma noite de festa, jovens que dormiam no quartel, pois não tinham o que comer em casa e jovens que com dezoito anos já eram donos de concessionárias de carro. Além disso, foi possível observar o início de uma amizade entre jovens que moravam em locais próximos, mas com facções diferentes. Fatos que revelam disparidade entre as realidades dos militares que prestam o serviço militar obrigatório.

entendeu? Fumava mais com essa rapaziada mesmo, lá perto de casa. Soldado GB14 (entrevista cedida via Whatsapp)

Com 15 anos para 16 comecei a consumir, entrei no exército já havia 3 anos usando Cannabis. Soldado Felipe (entrevista cedida via Whatsapp)

Este é, para BECKER, (p.73) chamado de “usuário regular”, aquele que fuma maconha de forma sistemática há algum tempo, em geral diariamente.

Enquanto outros são introduzidos ao consumo durante sua experiência militar, como relatou o Cabo MD: “*Não consumia antes, por incrível que pareça, foi durante o período militar*” (trecho de entrevista feita pelo aplicativo *Whatsapp*). Nesta ocasião, o entrevistado não consome maconha pela primeira vez no interior do quartel, mas quando faz o uso da maconha pela primeira vez em sua vida, ele já era militar da ativa. Trata-se de um “usuário ocasional, cujo consumo é esporádico e depende de fatores fortuitos” (BECKER, p.73, 1973).

A partir da observação participante, verificaram-se alguns casos de militares que tiveram a primeira experiência com a maconha no interior do quartel, como foi o caso do Soldado PTJ, que fumou maconha no alojamento de recrutas durante um pernoite obrigatório⁴⁴, em decorrência de uma formatura de grande vulto que aconteceria no dia seguinte.

Dentro do grupo pesquisado, observou-se que a maior parte dos Miliconheiros já eram jovens que fumavam maconha e se tornaram militares, e uma menor porção era de jovens que se formaram militares e durante sua trajetória militar se tornaram maconheiros.

Independentemente da trajetória anterior ao SMO, algumas questões são comuns aos Miliconheiros: **1.** A primeira vez que fuma maconha no interior do quartel; **2.** O ato de saber desfrutar a experiência e aproveitar os efeitos em um ambiente no qual essa atitude é reprovável, ou seja, aproveitar a onda em um ambiente “hostil”; **3.** Aprender as técnicas para fumar o baseado de maconha; **4.** Aprender com os mais experientes as

⁴⁴ Com intuito de que não haja atrasos ou faltas, é comum nos quartéis a aplicação do pernoite obrigatório, nessa ocasião todos os militares envolvidos na atividade têm um horário limite para chegar nas dependências do quartel e em seguida devem dormir, de maneira arbitrária, nesta dependência.

técnicas para camuflar o uso e os melhores locais para fumar maconha no interior do quartel com intuito de fugir das possíveis sanções.

Não necessariamente essas questões se desenvolvem cronologicamente da forma escrita acima. Isto é, o Miliconheiro, antes mesmo de fumar pela primeira vez, pode já conhecer os locais, saber apertar um baseado e saber camuflar o cheiro, pelo processo de imitação e repetição de um Miliconheiro experiente.

4.3.1. A primeira vez

Como observado em campo, para que o primeiro consumo de maconha no interior do quartel ocorra é necessária uma combinação de acontecimentos. Primeiramente, a maconha tem que estar disponível para o uso. Depois, deve haver ao menos um maconheiro regular que conheça as técnicas necessárias para apertar um baseado e fumá-lo. Além disso, deve existir, por parte do experimentador, uma inclinação para usar pela primeira vez⁴⁵. Por fim, tudo deve acontecer em um local seguro para o consumo. Há casos que a primeira experiência foi junto a um militar mais experiente⁴⁶, em outros a primeira vez foi sozinho, por este indivíduo ser o próprio maconheiro regular citado acima.

A experiência da primeira vez é parecida entre os entrevistados: tensão, adrenalina e medo são sentimentos que atingem o agora Miliconheiro. O receio provém das possíveis punições e repreensões que o militar sofrerá se for pego fumando maconha dentro do quartel. Estas emoções são descritas pelos entrevistados, como podemos observar nos trechos abaixo:

Confesso que senti medo na primeira vez que fumei na minha vida. Fumei quatro baseados como primeira experiência. Quando fumei pela primeira vez no quartel, também todas as vezes que fumei, senti medo. Mas fumei mesmo

⁴⁵ Essa inclinação ocorre por diversos fatores, não será discutido neste trabalho os motivos que levam ao consumo, porém de forma rasa observamos que a primeira vez ocorre em três ocasiões: embriaguez por bebida alcoólica; o experimentador sente-se influenciado pelo grupo e fuma a maconha e por fim por pura curiosidade. Estes pontos não foram explorados profundamente entre os entrevistados e observados.

⁴⁶ Neste caso o militar mais experiente, não necessariamente é um maconheiro mais experiente, mas sim alguém mais antigo, com mais tempo de serviço ou patente superior, que ao invés de sancionar estes Miliconheiros que estão cometendo um desvio, este o comete junto, o que serve como incentivo e proteção.

assim. Soldado sobrinho do Capitão (trecho de entrevista feita pelo aplicativo Whatsapp).

Por eu fumar há bastante tempo não era nada anormal, um pouco de adrenalina por estar em um ambiente que era de tensão, poderia acarretar problemas, mas felizmente não aconteceu. Soldado Felipe (trecho de entrevista feita pelo aplicativo Whatsapp).

Foi bastante tensa pois o receio de ser pego incomodava demais. Não consegui relaxar. Cabo MD (trecho de entrevista feita pelo aplicativo Whatsapp).

Um dos entrevistados, Soldado GB 14, descreve como ocorreu o passo a passo da primeira vez e como ela gradua para uma rotina de fumo. Na sua fala, o GB14, que já era um maconheiro regular, expõe que o estopim para o uso no interior do quartel foi conhecer outra pessoa que também já fumava maconha do lado de fora. Além disso, apresenta como entra com a substância no quartel, mostra conhecimento de um local seguro para o consumo e aponta a presença de um Miliconheiro mais antigo e mais experiente que o aconselha em relação ao uso no quartel.

*“E quando entrei pro quartel eu pensei que ia diminuir um pouco, né? Eu falei: caralho, mano, agora eu vou ficar tranquilo, que não sei o que, vou parar, entrei no quartel, Exército, né, a gente fica naquela...E daí quando você entra você vê que o Exército não é nada daquilo que você esperava. Cé entra numa turma com um monte de maconheiro *risadas*. E logo assim fiz amizade com um garoto ali perto de casa, por acaso ele morava perto da minha casa, mas a gente não se conhecia, né, porque a gente morava numa área que... eu morava numa área que era uma facção (comando vermelho) e ele numa outra (amigos dos amigos), então a gente não tinha contato, a gente não ia na área dos outros, por mais que a gente não fosse envolvido. E lá no quartel ele caiu na minha turma, e eu logo em seguida comprei um carro, e ele ia comigo direto, né, dando carona, inteirando no combustível e tudo mais, e aí a gente já ia fumando o dia todo, fiz. Na maioria das vezes eu chegava no quartel chapado. Ele até falou que ele fumava e tudo mais, aí eu falei que eu tava com um baseado no carro, que eu entrava de carro no quartel, né, e tudo mais, aí então às vezes deixava já no tênis, pra passar mais batido, mas a revista era rolha, passava o que quisesse. E lá dentro na seção a gente fumava sempre*

dentro do ônibus, engraçado que os outros chamavam o ônibus de “maconhão”, porque o ônibus fumava muito no cano de descarga, né. Mas pra gente era outro sentido. Já me pegaram fumando. Tava eu e mais dois fumando. Sendo que o cara que viu a gente também fumava, né, então... Não deu em nada. Ele só deu conselho pra gente, né, pá, pra não ficar ali dentro do quartel, não dar esses moles..., mas não deu em nada”. Soldado GB14 (trecho de entrevista feita pelo aplicativo Whatsapp)

4.3.2. Aprendendo as técnicas de consumo: Curtindo a onda em meio ao clima tenso e a exploração de locais seguros.

Novamente, a experiência com o fumo da maconha anterior ao ingresso nas fileiras do Exército será um diferencial. Para os militares que já faziam uso de maconha antes de ingressar no Exército, o consumo já é familiar e o estranhamento acontece quando observa que é possível manter a rotina de consumo dentro de um ambiente militar, como uma espécie de brecha. Ao contrário disso, para o “usuário iniciante” o estranhamento está no fato de fumarem maconha, independentemente do local. Sendo assim, o tempo que se leva na transição entre uma experimentação tensa e amedrontadora para uma experiência prazerosa e relaxada, está vinculado a práticas anteriores ao SMO do usuário.

O fato observado direciona como será a carreira desviante deste Miliconheiro, já que aquele que consome pela primeira vez e não aprecia a onda, tende a fumar uma única vez no interior do quartel e não repetir a experimentação. De acordo com BECKER (1973, p.58), “Se nada acontece, é manifestamente impossível para o usuário desenvolver uma concepção da droga como um objeto que pode ser consumido por prazer, e, portanto, o uso não continuará”. Observa-se que a não continuação ocorre por alguns fatores: o indivíduo não supera o medo de ser pego e/ou não consegue aproveitar o efeito que a maconha proporciona, ou simplesmente não gosta do efeito. Admite-se que há questões morais e religiosas que podem impedir a continuação do uso, porém não são exploradas neste trabalho, tendo em vista que a maioria dos observados e entrevistados foram Miliconheiros plenos⁴⁷ durante a prestação de serviço à pátria.

⁴⁷ Foram analisados dois casos em que o então Miliconheiro, ao encerrar seu serviço militar, converteu-se ao cristianismo e abandonou o consumo de maconha, alguns cessavam o consumo pois pretendiam fazer

Com a iniciação de uma rotina de fumo, o Miliconheiro passa a se tornar mais resistente aos sentimentos de medo e tensão, ou atento para evitar as possíveis formas de ser pego, ou “plotado”⁴⁸. Desta maneira, ele torna o ato de fumar maconha uma experiência prazerosa. Em alguns casos, beneficia-se dos efeitos causados para fugir da realidade que o ambiente militar proporciona, como é descrito pelo Soldado Mané Galinha em um trecho da entrevista cedida via *Whatsapp*.

Ah sim mano, poxa, eu das vezes que eu fumava, eu sempre fui muito cuidadoso, entendeu? Porque como eu já sabia que eu tava num lugar que não, porra, nem podia pensar numa coisa daquela ali. Mas, cara, pra mim a maconha lá já me aliviou de muito estresse, de muitos problemas, de até de saber lidar com situações ali, entendeu? Tinha vez em que a gente não tinha uma válvula de escape e tinha muita gente ali que, porra, ia pra casa tranquilão, poxa, eu já passei um sufoco, já fiquei seis meses de laranjeira, tá ligado? Você imagina, mano, era praticamente uma prisão. Então, porra, não tinha como eu levar uma coisa que não me relaxava, então às vezes eu pegava e fumava um baseado assim, entendeu? Por causa do dia a dia era serviço, era missão, correria, entendeu? Não to dizendo que aquilo ali era demais pra mim, o que acabava comigo era o cotidiano que os próprios militares colocavam ali pra gente. Tipo assim, porra, às vezes a gente ia numa faxina fazendo aquilo tudo ali pra os caras pegava a gente, porra, churrascava⁴⁹ a gente no serviço, porra, às vezes mandava fazer faxina desnecessário, mandava a gente cumprir ordem que não tinha necessidade e, porra, você imagina, a gente que veio de comunidade, a gente trabalhava em um lugar que porra tinha armamento, tinha entendeu, porra, munição de fácil acesso, todo mundo andava municiado, às vezes os caras não sabiam a mente dos outros e os caras acabavam com nossa carreira lá, mas tipo assim, cara, se vocês fossem dentro do padrão tentando formar um homem militar, é uma coisa, às vezes eles queriam meter como se fossem tipo escravidão, tá ligado? Os caras tinham que falar, você não podia argumentar, se você argumentar, você ia

algum concurso que fazia o exame toxicológico ou tirar a habilitação categoria “D” que também é obrigado a fazer o exame toxicológico.

⁴⁸ Categoria nativa que define o ato de ser pego no flagra.

⁴⁹ Gíria para definir uma cobrança exacerbada

tomar o FATD⁵⁰, podia ser preso, já forjaram coisa pra mim, entendeu? Então em vez de eu querer chutar o balde igual muitos desertaram e o caramba, a minha válvula de escape era baseado, mano. Soldado Mané Galinha (entrevista cedida via Whatsapp)

Nesse caso, a relação com a maconha tende a ser mais fácil, tendo em vista que o Soldado já conhece os efeitos da droga e vai apenas aprimorá-los. Esse fato colabora em alguns pontos.

O Miliconheiro com experiência já conhece seu próprio organismo e sabe o momento em que os efeitos estão o deixando “chapado”. É nesse instante que ele cessa o consumo, para que consiga continuar com suas tarefas rotineiras, fato observado na fala do Soldado Mané Galinha.

Então, porra, ah não, porque maconha é uma droga, se você olhar é uma planta, e uma planta, é natural, você tá fumando bagulho natural que não tem química nenhuma, não tem nada aquilo ali, então, imagine se fosse uma planta lá e você, ‘ah, mas aí o cara fica grog,’ aí vai depender da pessoa, eu particularmente nunca fiquei grog não, mano, sempre fiquei de boa, então, pra mim não fazia muita diferença não, mas era aquilo, sempre com cautela, nunca fui de fumar muito pra poder não ficar também com cheiro, porque a gente passava, porra, vira e mexe, a gente tava passando pelos oficiais e o caramba, então a gente tinha que se moldar, né, passar aquele creme, bá, o caralho, então, tipo assim, tudo é saber andar na risca, mas ali eu fumei muito, mano, fumei muito e nunca me prejudicou não, pelo contrário. (relato enviando por mensagem de áudio via Whatsapp)

Outra vantagem que a experiência traz é a sabedoria de disfarçar os efeitos dos pós fumo, o que foi relatado nas entrevistas. Quando perguntado o que fazia para disfarçar o uso, o Soldado Felipe respondeu da seguinte forma:

⁵⁰ Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar: é uma criação do Regulamento Disciplinar do Exército, que garante ao suposto transgressor o direito de apresentar sua defesa por escrito, podendo produzir provas, arrolar testemunhas e anexar documentos.

Geralmente depois de usar tomava um banho, escovava os dentes, já era o suficiente ou perfume. Como eu falei, fumo a muito tempo, então não aparecia muito no meu semblante. (relato enviando por mensagem via Whatsapp)

Já para aqueles que começam a fumar dentro do ambiente militar, o consumo de maconha se insere em um contexto de adaptação, no qual o quartel e a cultura militar influenciam diretamente a forma como se desfruta dos efeitos e a percepção sobre o ato.

Novamente, recorremos ao exemplo do Soldado PTJ, que fumou maconha pela primeira vez dentro do quartel, ele diz não se lembrar de nada e sua experiência é até hoje (oito anos depois), motivo de brincadeiras no grupo de *Whatsapp* da turma. Os Miliconheiros regulares, por já conhecerem os efeitos, perceberam com mais facilidade a mudança do semblante e atitudes do Soldado PTJ, enquanto ele não percebia. Um exemplo parecido é abordado no texto de Howard BECKER (2019, p.59).

Mesmo depois de aprender a técnica adequada de fumar, o novo usuário pode não ter um barato e não formar uma concepção da droga como algo que pode ser usado por prazer. Um comentário feito por um usuário sugeriu a razão dessa dificuldade para ter um barato e indicou o passo seguinte no caminho que leva alguém a se tornar usuário. ‘Na verdade, vi um cara que estava no maior barato e não sabia disso. Bom, é muito estranho, eu reconheço, mas eu vi. O sujeito [...] afirmava que nunca tinha ficado no barato[...] e ele ficou completamente doidão. E continuava insistindo que não estava no barato’.

O próximo passo da carreira do Miliconheiro iniciante é aprender a apertar seu próprio baseado de maconha. Após o novo aprendizado, o Miliconheiro iniciante conquista sua independência, ou seja, ele tem a capacidade de adquirir sua própria maconha, apertar seu próprio baseado e, conseqüentemente, o poder de decisão de fumar sozinho ou com outro Miliconheiro. Inclusive, este outro Miliconheiro pode ser ainda mais inexperiente que ele.

Além disso, podemos observar que há um desenvolvimento de novas formas de consumo para além do baseado de maconha tradicional, geralmente por Miliconheiros

experientes. O Soldado Mané Galinha relata uma ocasião em que outro Soldado desenvolveu uma ferramenta que possibilitava o consumo da maconha por vaporização:

Lembrei de um aqui também... tu dá pra botar aí mano, tinha um parceiro meu mano, que ele ficou preso tá ligado, aí ele falou assim: “caraca mano, eu tava tanto tempo aqui sem fumar, vou sair de punição, já vou entrar de serviço, pô tô de cara”, aí eu tinha arrumado um baseado pra ele lá tá ligado, aí ele falou assim: “cara como é que eu vou fazer?”, ele foi e fez tipo um boing mano, de garrafa dentro do quartel tá ligado, e botou o nome de “fumora”, que ele fumava na hora, que ele, quando ele tava de plantão né, de madrugada, aí todo mundo ia dormir né, aí ele tipo assim acendia o troço, botava dentro da garrafa, sendo que a fumaça só saía pra dentro dele e não tipo assim ficava saindo por fora, ele puxava ali e assoprava pra dentro da garrafa de novo, e fumava e soltava ali, fumava e soltava pra dentro da garrafa, como ele fez aquilo eu não sei mano, mas eu lembro que ele fez, caralho eu ria muito, mas eu fui pegar uma vez pra fumar aquela porra caralho, pior que o troço funcionava né, eu não sei o que que ele fez lá, porque o boing tipo assim né, a fumaça fica ali dentro, mas você traga, você tem que soltar a fumaça pra algum lugar, como é que a fumaça retornava pra dentro da garrafa de novo? Caralho mó doideira mano. Soldado Mané Galinha (entrevista cedida via Whatsapp)

4.3.2.1. Locais

Durante as observações e entrevistas, notou-se a indicação de locais para o fumo da maconha no interior do quartel. Estes locais foram citados mais de uma vez por pessoas diferentes, o que revela uma rede de comunicação entre os Miliconheiros que perdura por gerações. A rede funciona de forma oral, de maneira que o Miliconheiro experiente transmite a informação para o novato e assim sucessivamente.

Um destes locais comuns é a caixa d’água do quartel, localizada no meio da área de preservação ambiental e destacada do restante do quartel, além de contar com uma vista privilegiada de quem se aproxima. Desta forma, o Miliconheiro cessa o consumo antes de ser pego.

O autor, enquanto militar exercendo a função de Condutor turístico do parque histórico do Quartel, passou por um dilema envolvendo um Miliconheiro e um Coronel

da reserva e sua esposa. Na visitação a pé, existe um trecho próximo desta caixa d'água. Naquele dia, perto de terminar a visitação, o autor sentiu o forte cheiro da causado pela queima do baseado. Ele fingiu que não estava acontecendo nada, porém a esposa do Coronel exclamou: “*Amor, isso é cheiro de maconha!*”. O Coronel, que até então não tinha percebido, interpelou e perguntou de onde estava vindo aquele cheiro e quem estava fumando. O autor logo correu para o meio do mato, seguindo uma direção contrária à da caixa d'água, para não entregar a posição do Miliconheiro e retornou sem respostas. Indignado com a situação, o Coronel seguiu seu caminho, porém ordenou que o Soldado (autor) procurasse o maconheiro e o entregasse. Apesar de saber exatamente quem era o Miliconheiro, o autor manteve sua posição em não o entregar, e, por fim, o Coronel foi para casa e a história se findou. Tratava-se de um Miliconheiro experiente e regular, um dos mais conhecidos entre o grupo desviante.

Figura 14 - Baseado de maconha sendo fumado no interior do quartel.



Fonte: Imagens do autor, 2018.

Embora existam locais “comuns”, como a caixa d'água citada acima, ou o ônibus apelidado de “maconhão”, citado anteriormente no relato do Soldado GB14, foram observados outros locais escolhidos para o consumo, relatados nas entrevistas abaixo.

“Então, eu não sei se falando da praia, já descreve muito sobre o quartel, né? Apesar que tem outros quartéis que tem praia. E não falei de que eu fumava na época dentro de algumas seções, né?”

“Geralmente ao ar livre pois o cheiro dispersava.”

“[...] Mano, tinha que ver, antigamente eu fumava ali, mano, de malucão, passava de noite, no serviço, fumava naquela estrada que nós fazia corrida aí, na PTC (pista de treinamento em circuito), em frente à praia, tá ligado, eu rodava a porra toda, mas eu tipo assim, não tinha aquela maldade de que alguém podia chegar e me plotar, desde o dia que o tenente chegou, filho. Aí eu comecei a fazer o que, “não... agora eu vou ficar mais na infra”. Então depois que eu entrei pra divisão, filho, o pico era meu setor”.

Além dos relatos das entrevistas, as observações em campo também mostram uma preferência dos Miliconheiros por optarem por ambientes abertos com circulação de ar, para espalhar o cheiro. Um deles é a praia que banha o quartel. Há também relatos de consumo no fumódromo, local destinado para o consumo de cigarro convencional. Por ser um local muito visado, os Miliconheiros usam estrategicamente, tendo em vista que os outros militares julgariam impossível que alguém consuma maconha neste local óbvio. Isto pois, no senso comum, o usuário de maconha vai optar por locais escondidos.

Figura 15 - Ponto de vista do fumódromo



Fonte: Imagens do autor, 2024.

Pensando na segurança do quartel, o autor optou por não adicionar imagens dos outros locais citados, tampouco detalhar minuciosamente esses espaços. Ainda sobre as observações realizadas em campo, durante seu tempo de serviço, o autor identificou outros pontos de encontro para o consumo de maconha, como os telhados dos alojamentos e o interior da Guarda.

O consumo no interior da Guarda foi observado apenas uma vez. Trata-se de um local fechado e ocupado exclusivamente por militares em serviço e qualquer flagrante poderia resultar em prisão imediata. Esse fator torna o interior da Guarda o local mais arriscado observado durante a realização deste trabalho, evidenciando a alta exposição dos Miliconheiros que fumam maconha nesse espaço.

Os telhados eram escolhidos por serem de difícil acesso, oferecendo uma vantagem estratégica para vigiar a aproximação de outras pessoas. Além disso, eram também utilizados por militares que desejavam dormir durante o expediente. Essa escolha permitia justificar a presença no local de forma plausível caso fossem surpreendidos, pois alegar que estavam descansando implicava em uma punição mais branda do que ser pego portando ou consumindo maconha. Assim, a escolha por estes locais é uma estratégia para mitigar os riscos associados ao consumo da maconha.

4.3.3. O produto

Em relação ao tipo (qualidade) e formas de obtenção da maconha consumida no interior do quartel, dividiremos em dois tipos e duas origens.

O primeiro tipo é o “prensado”, geralmente obtido nas chamadas bocas de fumo⁵¹. Foi observado que esse é o tipo de maconha mais consumido no interior do quartel, primordialmente pelo preço mais barato.

Nas cidades do Sul e do Sudeste do Brasil, prevalece nesse mercado o chamado “prensado”, canabis colhida em latifúndios paraguaios e colocada numa prensa para depois seguir na forma de pedra para os mercados brasileiro, argentino e uruguaio. Não raro, o maconheiro fica temporariamente sem o produto, a maconha, ou de posse de um produto de qualidade duvidosa. “Malhada”,

⁵¹ Categoria nativa usada pelos usuários para definir o local onde é comprada a maconha.

“palha”, “velha”, “mofada”, algumas com muita amônia, além de outros tipos de impurezas (tais como inseticidas usados na plantação), muitas vezes colhida há mais de um ano e mantidas por força de reagentes químicos (VERÍSSIMO, P.277, 2016).

Dividindo o mesmo espaço, nos deparamos com o tipo de maconha que irei nomear de “flor”. A flor é uma maconha de melhor qualidade que foi colhida sem ser exposta a impurezas, ao contrário do prensado, e ocasionalmente, são oriundas de cultivo doméstico. Apesar de ser encontrada nas bocas de fumo, majoritariamente o acesso a esse tipo de maconha ocorre nos moldes das dinâmicas⁵² apresentadas na dissertação da pesquisadora Carolina Grillo⁵³ (2008), neste caso ocorre o tráfico de “pista” onde não há a presença armas como mecanismos de persuasão e controle, ainda, há a presença de um personagem que faz esse “adianto” entre o fornecedor e o usuário final. Geralmente, a maconha que advém dessa fonte é consumida por militares pertencentes a classes mais privilegiadas. Porém, isso não impede que seja consumida por militares de outras realidades econômicas, da mesma forma que militares de classes mais abastadas também podem consumir o prensado, tendo em vista que o consumo pode acontecer de forma coletiva, com maconha de diversas fontes.

Foi observado pelo autor, apenas duas vezes, a situação de revenda da maconha. Em uma das ocasiões, um militar pertencente à classe média revendeu a maconha de melhor qualidade para outro militar. Na outra, um militar proveniente de classe mais baixa revendeu o prensado para um Miliconheiro iniciante que tinha medo de ir à boca de fumo. Não foi possível observar os valores em reais cobrados pelos revendedores e não se sabe ao certo se houve a troca envolveu dinheiro.

⁵² No caso apresentado, me refiro a forma como é acessada esse tipo de maconha, entendo que o texto citado se refere a própria maconha prensada que poderia ser comprada nas bocas de fumos e revendidas entre os jovens de classes médias e alta.

⁵³ Dissertação da Pesquisadora Carolina Grillo, intitulada “Fazendo um doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média”, defendida em 2008 na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.4. Os Miliconheiros e suas próprias percepções em relação ao consumo de maconha no interior do quartel

Ao investigar as percepções dos *Miliconheiros* sobre o consumo de maconha dentro do quartel, percebe-se similaridade nas respostas dos informantes. No geral, o ato de fumar maconha é visto de maneira pragmática. O uso da maconha não é encarado como uma atividade de rebeldia ou subversão⁵⁴, mas sim como uma forma de lidar com as pressões e tensões do cotidiano militar.

Quando questionado sobre o impacto do consumo em suas tarefas diárias, o Soldado Felipe respondeu da seguinte forma:

Geralmente usava em momentos que sabia que ia descansar, utilizava, mas como algo relaxante então não ocorria de estar usando em momentos que tinha alguma atividade ou missão. grosso modo não ajudava nem atrapalhava.
(entrevista cedida via *Whatsapp* data...)

Já o Cabo MD respondeu assim:

Ajudava a relaxar. Eu não me sentia pressionado, logo, desempenhava bem.
(entrevista cedida via *Whatsapp*)

De forma parecida respondeu o Soldado sobrinho do Capitão:

O consumo não atrapalhava o meu trabalho no quartel. (entrevista cedida via *Whatsapp*)

O Soldado Mané galinha descreve bem a relação dele com a maconha e o trabalho, ao mesmo tempo que revela certa frequência no consumo diário, que será abordado a seguir.

⁵⁴ Entendo que “subversão” é uma categoria política, e mais que cometer um ato infrator, está relacionado ao posicionamento político do agente que o faz, nas observações (através das redes sociais dos entrevistados) é perceptível que mesmo cometendo esse ato, os atores, se posicionam politicamente a favor de personagens que abominam o consumo de maconha e qualquer hipótese.

Então muitas das vezes, porra, igual você via lá como eu trabalhava, porra, eu fumava baseado, mano, eu corria, nunca fiquei pra trás em TAF⁵⁵, entendeu? Fazia meus trabalhos certinho, cumpria meu expediente, tirava meu serviço, conhecia todo mundo, ia pras missões externas, tanto interna, fazia tudo [...]Mano só tenho o que falar, nunca me atrapalhou em nada, sempre trabalhei tranquilo, fumando brabo. Se falar também, fô, tá me dizendo nada não, tinha nego que sabia que eu fumava aí, mas nunca deixei a peteca cair, sempre tava como, fazendo meu papel. Sai do quartel tranquilo, não sai com problema, graças a Deus tô aí na ativa, mas é engraçado, mano, po uma pesquisa da faculdade sobre miliconheiro, caralho. (entrevista cedida via Whatsapp)

Além das respostas obtidas nas entrevistas, as observações também apontam para a afirmação de que o uso de maconha não afeta o desempenho dos militares nas atividades, porque conseguem cumprir suas obrigações com eficiência, sem que o consumo interfira diretamente no trabalho. Além disso, para outros, há uma percepção de que o uso, especialmente em momentos de estresse, pode proporcionar um alívio temporário, permitindo uma sensação de relaxamento que facilita o enfrentamento das exigências da rotina.

Em relação à frequência do consumo da maconha, as respostas das entrevistas não seguem um padrão. Algumas revelam o uso diário e outras o uso esporádico, alguns optam por consumir no caminho para chegar no quartel, e outros dentro do quartel, por exemplo. Da mesma forma podemos observar essa dissonância nos casos observados *in loco*: há casos de Miliconheiros que fumavam quase todos os dias, alguns só fumavam por ocasião de serviços ou pernoites obrigatórios e alguns quando lhes era conveniente. Abaixo apresentamos algumas das respostas cedidas na entrevistas.

O Soldado GB 14 relata o seguinte:

A gente já ia fumando o dia todo, fô. Na maioria das vezes eu chegava no quartel chapado”. [...]Eu já ia fumando, né. Lá dentro eu evitava um pouco. Claro que tinha hora que a gente fumava mermo, fumava dentro do ônibus, subia lá pra caixa d’água pra fumar, mas... dentro do quartel eu evitava, até porque quando a gente saía que eu já ia pra casa, aí sim eu fumava mais

⁵⁵ Teste de Aptidão física

tranquilo dentro do carro, não ficava naquela pressão de alguém querer ver, sentir cheiro. (entrevista cedida via *Whatsapp*)

Quando perguntado sobre a frequência do consumo o Soldado Sobrinho do Capitão respondeu da seguinte forma:

Começou esporadicamente, depois foi aumentando a frequência. (entrevista cedida via *Whatsapp*)

A fala acima revela que inicialmente o Soldado Sobrinho do Capitão havia medo e receio de ser pego, mas quando adquiriu experiência na tarefa aumentou a frequência do uso, situação comumente observada *in loco*. É necessário fazer um adendo, o Soldado Sobrinho do Capitão ficou apenas três anos na corporação e pode-se afirmar que ele saiu no ápice do consumo, quando o Miliconheiro já tem as técnicas citadas anteriormente, porém ainda não tem uma visão estabelecida sobre sua carreira e não considera as possíveis problemáticas que pode enfrentar. Em relação aos militares que permaneceram por mais tempo, é comum observar que há um cuidado maior com a breve carreira, mesmo que não cesse o consumo, há uma redução no uso e o principal motivo é a preocupação com o trabalho⁵⁶. Nas falas do Cabo MD e Sd Felipe é possível observar isso.

Bem pouca, não gostaria de comprometer meu trabalho tendo em vista que usar não me atrapalhava nas minhas atividades. Eu sabia dos riscos, logo, preferi evitar diversas vezes (entrevista cedida via *Whatsapp*).

Poucas vezes. (entrevista cedida via *Whatsapp*).

Foi feita uma pergunta aos Miliconheiros que já faziam o uso da maconha antes de incorporar ao Exército sobre o aumento ou diminuição no período em que esteve em SMO e as respostas que o Sd Felipe e o Sd GB14 deram foram as seguintes:

⁵⁶ Nota-se que o militar mais experiente tende a valorizar o seu emprego por ter que honrar seus compromissos financeiros, que geralmente não são feitos nos primeiros anos de incorporação.

Era bem relativo por conta dos plantões 24 horas e missões, tinha mês que consumia uma quantidade considerável, mas em outros nem dava tempo a rotina militar e bem aleatória. (entrevista cedida via *Whatsapp*).

Durante minha passagem no quartel? aumentou. Muitas amizades que também usava, também fumava. Hoje mesmo já fumei um, Kaynan. (entrevista cedida via *Whatsapp*).

Em relação a esse tópico não é possível afirmar, através somente da observação participante se há um aumento ou diminuição do uso da maconha durante o período em que o jovem está em SMO. Como não foram feitas pesquisas quantitativas, essa lacuna permanecerá em aberto.

A questão da visibilidade do consumo é crucial para os Miliconheiros. Embora a prática seja, em alguns casos, conhecida entre outros militares, ela precisa ser mantida oculta dos superiores para evitar punições ou questionamentos sobre sua competência. Miliconheiros mais experientes relatam que, apesar de seu consumo, seus superiores continuam a confiar em seu trabalho, possivelmente devido ao bom desempenho demonstrado em outras atividades ou à percepção de que o consumo não afeta diretamente suas responsabilidades. Ainda assim, a necessidade de esconder esse hábito é constante.

Nas entrevistas, os relatos de Miliconheiros que foram pegos em situações de consumo revelam uma gama de reações. Alguns falam sobre o temor de represálias imediatas, mas destacam que, devido ao seu desempenho anterior, algumas vezes são "perdoados" ou têm as consequências minimizadas. Outros mencionam que, quando pegos, a situação é tratada de forma quase rotineira, como se o consumo fosse apenas mais uma transgressão leve dentro do contexto de um ambiente disciplinado, e não necessariamente um ato que comprometa sua imagem de forma irreparável. Como podemos ver nas falas do Soldado Felipe, Soldado Gb14 e Soldado mané galinha:

Já fui plotado sim, por um Cabo da minha bateria, mas eu já tinha um bom tempo de quartel e era bastante conhecido, nunca fui um militar alterado, sempre respeitei a todos cumpria minhas missões, então pedi ao Cabo que não levasse essa situação para os superiores, e mesmo ele sendo contra o uso de Cannabis, eu expliquei meus motivos o que se passava na minha vida na época estava com uma situação financeira em casa ruim e eu era a única renda em

casa e se ele relatasse ao superior com certeza eu seria preso e depois não renovariam meu contrato, então o próprio tirou as conclusões sobre todo o tempo de serviço que havia trabalhado comigo e não levou ao superior, e sou muito grato a ele por ter sido humano antes de militar e hoje concluir meus 8 anos e sair de cabeça erguida. Isso não seria possível sem essa atitude de camaradagem. Soldado Felipe (entrevista cedida via Whatsapp).

Já me pegaram fumando, sim. Tava eu e mais dois fumando. Sendo que o cara que viu a gente também fumava, né, então, não deu em nada, ele só deu conselho pra gente, né, pá, pra não ficar ali dentro do quartel, não dar esses mole, mas não deu em nada. Soldado GB14 (entrevista cedida via Whatsapp).
you tem que dar o exemplo pra ser respeitado, eu dei o exemplo pra ser respeitado por muita gente fumando, pô, entendeu, mesmo que eu fumava, muita gente me respeitava ali, teve uma vez que eu já fui pego no quarto de hora fumando, do Cabo me plotar e perguntar assim, qual é Mané galinha, tá fumando aí, mano, que ele já sabia que eu fumava, eu falei, pô, to mano, qual é, mano, o cheiro tá vindo aqui embaixo, pá, foi erro do cara? Sim, ao visto de muita gente fala assim, pô, era pra ele ter plotado, ter prendido, era pra ser, ele foi coerente com a atitude dele, mas, olha só, ele me falou em gerar um problema maior, porque ele também tinha essa visão do que, que aquilo ali não podia me prejudicar, mas podia me prejudicar no trabalho, o que que eu fiz? Fui lá, apaguei, pum, acabou, morreu o assunto, o serviço continuou, vida que segue, acabou, mas infelizmente não é assim, tem muita gente que enxerga a maconha como se fosse um bagulho que vai mudar a cabeça da pessoa, opiniões sobre aquilo ali, e não é, pô, hoje em dia tem muita gente que conhece a maconha e fala assim, po, eu achava totalmente diferente, mas hoje em dia é aquilo, cara, cada um usa o que quer, ninguém oferece a pessoa, quando passou dos 18, já tem livre arbítrio pra fazer o que quiser, então, filho, no quartel, acho que também não deveria ter essa hipocrisia de ficar, ah, que sei o quê, maconha, o caralho, não, mano, pelo meu ponto de vista, eu falo assim, pô, cara, cigarro, cigarro essa porra mata mais do que maconha, mano, e nego vendia lá dentro, [...]teve um que parou comigo no fumódromo, de noite, e eu crente que não tinha ninguém até... o caralho, o cara veio do nada, só vi o vulto, tinha acabado de tragar, viado. Coé, quando eu olhei pro lado, o tenente do meu lado. Mano, não tinha o que fazer, viado. Eu fui, soltei a fumaça, o vento da praia jogou tudo na cara dele. Aí ele virou pra mim e falou assim: “é... meu filho também gosta disso daí”. Aí eu, mano, caralho, sabia nem o que falar, viado. Falei: “é, tenente?” Falei: “pô, vou mentir pro senhor não,

caralho aí, viajei aqui né, pô, fumando o bagulho aqui, o senhor, po, ah, o senhor sabe o que pode fazer né”. Aí ele: “não, pode ficar tranquilo, vou fazer nada contigo não. Só vou falar pra você pra você tomar cuidado que imagina se é outro. Meu filho fuma isso daí, eu também não vou ser hipócrita de te cobrar um negócio, até porque, meu filho não mata, não rouba, não cheira”. Aí ele falou assim: “você mata? Você rouba?”, falei: “não”. Aí ele: “aí, tá aqui, olhando pra praia...”. Mano, assim mermo. Fui, apaguei, bá, o caralho, falei porra, agora... Mano, tinha que ver, antigamente eu fumava ali, mano, de malucção, passava de noite, no serviço, fumava naquela estrada que nós fazia corrida aí, na PTC, em frente à praia, tá ligado, eu rodava a porra toda, mas eu tipo assim, não tinha aquela maldade de que alguém podia chegar e me plotar, desde o dia que o tenente chegou, filho. Aí eu comecei a fazer o que, “não... agora eu vou ficar mais na infra. Soldado Mané Galinha (entrevista cedida via Whatsapp).

Essas percepções revelam uma complexa interação entre a necessidade de manter uma imagem de competência e a dificuldade de conciliar o consumo de uma substância ilegal com as exigências da disciplina militar. O medo de ser descoberto, junto com a confiança adquirida por meio do bom desempenho e sua antiguidade⁵⁷ no quartel, cria um equilíbrio delicado para esses militares, que precisam navegar entre o cumprimento das suas funções e o risco de ver seu comportamento exposto, comprometendo sua posição dentro da instituição.

Esse equilíbrio não é observado em militares mais novos ou recrutas, tendo em vista que estes ainda não criaram laços de confiança suficientes para que um crime militar seja relevado ou tratado de forma leniente. Como podemos observar na fala do Soldado Sobrinho do capitão, que revela que houve tentativas de prejudicar os militares envolvidos:

Fui plotado com um colega de turma saindo do local que havíamos acabado de fumar. Porém, não havia mais flagrante. O responsável pelo alojamento o qual nós estávamos tentou nos prejudicar, mas se não há flagrante, o auto do

⁵⁷ Antiguidade é o tempo de serviço que este militar está prestando, nota-se que quanto mais antigo, mais lenientes são as represálias, digo leniente, pois há “desenrolas” informais que assim os tornam.

inquérito não tem efeito. Então, não recebemos nenhum tipo de represália.
(entrevista cedida via *Whatsapp*)

Além desta fala, a observação participante revela outros casos no quais o Soldado novato foi pego com maconha e não conseguiu o mesmo êxito em *desenrolar* com o mais antigo presente. Essa questão é corriqueira e acontece pelo menos uma vez em cada turma.

Relataremos a seguir um caso de um Cabo que foi pego fumando maconha, não sofreu sanções naquele momento, porém este fato foi utilizado por superiores para minimizar um caso de assédio.

O militar em questão, que era antigo e possuía um bom histórico de trabalho, foi flagrado consumindo maconha dentro do quartel. Apesar da infração, o Cabo não foi punido, em virtude de sua trajetória dentro da instituição e pelo reconhecimento de seu bom desempenho em funções anteriores.

Em outro episódio, esse mesmo Cabo foi vítima de assédio por parte de um superior. Quando ele tentou denunciar o ocorrido, sua fala foi minimizada pelos superiores, que desconsideraram sua denúncia. O assediador, por sua vez, usou o incidente envolvendo o consumo de maconha para desacreditar a versão do Cabo, diminuindo a gravidade do relato e afetando a credibilidade da vítima.

Este conjunto de situações culminou em um surto de estresse no Cabo, que, diante da negligência às suas queixas e da falta de apoio, decidiu desertar do exército e nunca mais retornar à unidade. Em contraste, o superior envolvido no assédio se aposentou por tempo de serviço e os demais superiores que ignoraram o caso, mantiveram suas posições dentro da hierarquia militar.

O caso revela que nenhum Miliconheiro, independentemente da sua trajetória, está a salvo das diversas formas de punições e represálias, e que nem sempre essa punição será de maneira formal, através das normas em vigor.

4.5. Como o “Miliconheiro” é visto por não usuários: O lerdão, o usuário silencioso, o careta e o explanado

No subcapítulo anterior foi desenvolvido o ponto de vista do Miliconheiro em relação a ele mesmo e seus companheiros de desvio. Neste momento do trabalho, abordaremos a percepção do não Miliconheiro, ou seja, daquele que não consome a maconha no interior no quartel, mas está ciente de que esse comportamento existe. Será realizado um cruzamento teórico entre os exemplos observados no trabalho de campo e os quatro tipos de comportamento desviante elaborados por BECKER. Essa classificação é o cruzamento entre as percepções de terceiros (não usuários) pertencentes ao grupo de militares⁵⁸ e o tipo de comportamento do desviante (p.35).

Conforme observado, o Miliconheiro é um típico desviante (BECKER, 2019). Entende-se por desviante aquele que tem um comportamento que foge das regras de um determinado grupo, porém mais do que ter um comportamento desviante, o indivíduo é encarado, ou seja, acusado como um desviante, julgado por outras pessoas que fazem parte deste grupo. Esse julgamento acontece a partir de um processo de rotulação. Ainda, este indivíduo desviante se entende neste lugar. O militar também considera seus comportamentos inadequados para aquele determinado grupo, entretanto o Miliconheiro não cessa seu hábito.

Considera-se a partir da leitura de BECKER que:

O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’, o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2019, p.24)

Além de cometer um ato considerado crime, pois infringe uma lei formalmente promulgada (BECKER, 2019, p.17), o Miliconheiro também se desvia dos acordos

⁵⁸ Relembro que o dia a dia no quartel é como qualquer empresa, no qual os funcionários se relacionam entre si, trabalham juntos, ajudam um ao outro, tem seus conflitos etc., no universo militar não é diferente, o fato do militar ser um Miliconheiro não o exclui das outras atividades e por vezes o militar que não é maconheiro mantém sua relação com o Miliconheiro

informais traduzidos como valores militares (BECKER, 2019, p.18). É importante salientar que BECKER entende que, para que o indivíduo se caracterize como desviante, é necessário o cruzamento entre a percepção do desviante enquanto desviante e da percepção de terceiros. Ambos fazem parte do mesmo grupo e entendem que existem comportamentos desviantes que “fogem” às regras previamente estabelecidas, sejam regras morais ou regras com poder de lei.

Apenas declarar que existe um tipo de comportamento desviante é negligenciar o estudo de BECKER. Neste subcapítulo refletimos sobre a complexidade que envolve o processo de rotulação dos militares que consomem maconha no interior do quartel, ou aqueles que são rotulados dessa forma, apesar de não serem de fato Miliconheiros.

4.5.1. O Lerdão

O lerdão ou falsamente acusado, segundo BECKER seria “A pessoa é vista pelos outros como se tivesse cometido uma ação impropria, embora de fato não o tenha feito” (BECKER, 2019, p. 34). O processo de rotulação pode não ser infalível, algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem terem de fato infringido uma regra, ou seja, o militar pode ser acusado de macoheiro sem sequer ter experimentado a maconha.

Poderíamos encerrar a explicação sobre “o lerdão” no parágrafo anterior; porém, esse tipo de rotulação baseado no comportamento do sujeito revela algo mais implícito que foge do simplismo encontrado na frase escutada no quartel: “*ele é meio lerdão, deve fumar muita maconha*”. Mas o que estaria por trás dessa afirmação? Seria apenas um comentário sobre a característica psicológica do militar, tendo em vista que ele é um sujeito mais calmo, que fala de forma amena, com um sorriso no rosto e, por isso, foge do estereótipo do militar bruto e entra no estereótipo do macoheiro? Ou haveria algo mais, como características físicas e sociais (tipo de roupas, se é praça ou oficial, se o estilo musical preferido é *funk* ou *rap*, se fala muitas gírias, se é negro, se mora na favela, se tem pouco estudo, se é pobre)? E, ainda, por que essas características seriam motivos para rotular o militar. Estas reflexões podem ser encontradas na teoria de sujeição criminal de Michel MISSE.

A sujeição criminal não é apenas um rótulo arbitrário, ou o resultado de uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima. Há estruturação na produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se “fizer sentido” para muitos indivíduos, inclusive para o próprio acusado. (MISSE,2010, p.24)

Ou seja, por trás destas afirmações “inocentes” há um processo social que acusa um sujeito e o coloca em uma posição subjugada, o que no âmbito militar pode levá-lo a lugares indesejáveis. Primeiramente, podem atribuir ao indivíduo funções que não demandam responsabilidade, por não creditarem confiança nele. Ainda, este militar, por muitas vezes, vai ouvir piadas relacionadas as suas características. Por fim, como critério de desempate para uma possível vaga, ele pode não ser escolhido, por lhe atribuírem características de um maconheiro, ou nas palavras de MISSE, salvas todas as proporções: o Bandido.

O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como ‘bandido’, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. (MISSE,2010, p.17)

No âmbito militar não vão matá-lo, mas vão deixá-lo de lado, atribuir missões de pouca importância e responsabilidade, acusá-lo caso haja alguma suspeita de consumo no interior do quartel, escolher seu armário para revistas rotineiras, fazer a revista diária para entrar no quartel com mais cautela e quando possível vão demiti-lo, isso sem que o sujeito sequer tenha encostado na maconha. Esses transtornos são desagradáveis para aquele que pretende seguir uma carreira militar, ainda que breve.

4.5.2. O Usuário silencioso

O Usuário silencioso, ou nas palavras de BECKER, o desviante secreto, é aquele que tem o comportamento infrator, mas não é percebido como desviante.

Aqui, um ato improprio é cometido, mas ninguém o percebe ou reage a ele como uma violação das regras. Como no caso da falsa acusação, ninguém sabe realmente em que medida o fenômeno existe, mas estou convencido de que a quantidade é bastante grande, muito mais do que pensamos (BECKER, 2019, p. 34)

Devemos fazer algumas pontuações a respeito do usuário silencioso. Partindo do ponto de vista do não Miliconheiro, a explicação é muito simples, esse militar é apenas mais um careta⁵⁹. A maioria dos observados e entrevistados são usuários silenciosos. Podemos problematizá-lo, por que diferente do falsamente acusado ninguém o percebe como maconheiro? Primeiramente, pode-se afirmar que, por ter conhecimento dos efeitos, o usuário silencioso fica atento para não os deixar amostra ou então, tenta mitigá-los. Nesse caso, posso me usar de exemplo, quando estou tendo alguma crise alérgica coço bastante o nariz e fico “fungando”. Por saber que essas ações também são típicas de usuários de cocaína, mesmo não sendo um, eu evito ao máximo fazê-los na frente de outros para não ser falsamente acusado.

O recorte acima ainda é muito superficial. Pode se dizer que o usuário silencioso não é falsamente acusado, pois não entra no perfil do indivíduo que passa por uma sujeição criminal. Trata-se de um militar branco, com condições boas condições financeiras, que mora em local mais privilegiado. Em relação à vestimenta e estilo musical, por muitas vezes é o mesmo do falsamente acusado.

Conclui-se que o usuário silencioso tem, além dos aparatos “técnicos” para esconder o seu consumo, características que são observadas por terceiros como não sendo as de um maconheiro. Para o restante do grupo ele não é um maconheiro.

4.5.3. O Careta

O Careta, ou aquele que tem um comportamento apropriado, “é simplesmente aquele que obedece à regra e que outros percebem como tal” (BECKER, 2019, p. 33), ou seja, ele não é percebido como maconheiro e de fato não é.

⁵⁹ Irei falar sobre o careta *a posteriori*.

Algumas observações devem ser feitas a respeito do Careta. Seria o Careta um possível usuário silencioso? Tendo em vista que o usuário silencioso, nada mais é, na visão de outros não Miliconheiros, um careta. Não é possível quantificar ou afirmar esta hipótese. Outra questão que levantamos é a seguinte: se o militar consome maconha apenas fora do quartel, enquanto no interior do quartel ele não fuma, no ponto de vista de outros caretas, ele seria mais um careta ou, nas definições de BECKER, um desviante secreto?

Outro ponto que se deve observar é que consequentemente esse indivíduo é um impositor de regras (BECKER, 2019, p.162), X-9, dedo duro ou um acusador. Todavia, nem todo acusador é um indivíduo totalmente apropriado. Para explicar essa hipótese registrarei um ocorrido no interior do quartel no ano de 2017. Nessa ocasião, em um dia de serviço, o Soldado Marley foi pego fumando maconha. O Cabo Marcelo foi quem o plotou durante o ato. Foi realizado todo o procedimento do flagrante, houve confissão por parte do Soldado e ele recebeu como punição uma prisão. Ao ser solto, foi excluído⁶⁰, a bem da disciplina. Em relação ao Cabo Marcelo, foi homenageado por sua atitude em uma formatura para todo o quartel, colocado como exemplo a ser seguido por seus pares, superiores e subordinados. Anos após esse acontecimento, o Cabo Marcelo foi plotado fumando maconha no interior do quartel. Porém, por estar próximo de renovar seu contrato, não foi punido. Como sanção, foi licenciado um ano antes dos oito que eram possíveis e o caso não teve repercussão.

Com base no que foi observado em campo, este pode ser considerado um exemplo de padrão militar. Em resumo, refere-se àqueles que não consomem maconha dentro do quartel, e podem até ser os responsáveis por rotular e acusar os Miliconheiros, apesar de haver contradições em relação à sua verdadeira conduta.

⁶⁰ A exclusão a bem da disciplina, conforme prevista no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980), é uma sanção disciplinar severa aplicada a militares cujas atitudes sejam consideradas incompatíveis com os princípios e valores das Forças Armadas. Regulamentada por normas específicas, essa sanção resulta na ruptura definitiva do vínculo entre o militar e a Administração Militar, sendo aplicada em casos em que a conduta do indivíduo compromete gravemente a hierarquia, a ordem e a disciplina da instituição. O processo de exclusão é administrativo e ocorre quando o comportamento do militar é tão grave que sua permanência na corporação se torna insustentável. As Forças Armadas estabelecem, por meio de seus Regulamentos Disciplinares, as infrações que podem levar à exclusão e garantem ao militar o direito de defesa durante o processo. Essa punição extrema é adotada em situações de transgressões graves, como crimes, deserções ou atitudes que envolvem desrespeito direto aos valores da instituição, buscando preservar a coesão e a integridade das Forças Armadas.

4.5.4. O Explanado

O desviante puro ou explanado é o militar com comportamento infrator, claramente identificado como desviante, ou seja, é o "Miliconheiro" nato. Sua condição é amplamente conhecida pelos membros do grupo, ou, pelo menos, por alguns deles. Essa identificação ocorre quando o indivíduo é flagrado consumindo maconha ou quando ele mesmo faz uma confissão. Frequentemente, o rótulo de "Miliconheiro" já é atribuído a ele antes da confissão ou da descoberta do ato.

Do ponto de vista dos "não Miliconheiros", existem dois tipos de explanados: o que será criticado e sofrerá sanções devido ao seu desvio; e o que não será criticado, e terá seu comportamento tratado de forma mais leniente. O desvio deste último pode não ser visto como uma violação das regras, o que pode torná-lo mais tolerável aos demais.

Observa-se no campo que, em geral, o explanado que sofre sanções é um militar novato (recruta). Por não ter estabelecido vínculos de proteção e confiança com os militares mais experientes, ele é punido, e o processo descrito no tópico sobre o "falsamente acusado" ocorre. Por outro lado, o explanado que não enfrenta punições é o militar mais experiente, cujo bom desempenho já foi comprovado. Nesse caso, o ato de consumir maconha não afeta suas funções, e a confiança que já havia sido estabelecida entre ele e os outros militares permanece intacta, mesmo após a descoberta de seu desvio.

É importante destacar que isso não é uma regra absoluta, mas uma situação frequentemente observada. Contudo, o militar experiente que foi flagrado e não punido precisa ter cuidado, pois não pode cometer falhas, erros ou descuidos, sob pena de sofrer represálias. Nesse caso, o motivo para a repreensão será frequentemente associado ao consumo de maconha, colocando o militar em uma posição delicada, entre ser considerado um integrante exemplar ou rotulado como "vagabundo". Em alguns casos, ocorreu por parte dos não Miliconheiros certo distanciamento dos Miliconheiros. Em outros, mudança de função (uma troca para uma tarefa com menos responsabilidade), já que foi gerada desconfiança entre as partes.

5. Considerações finais

A presente pesquisa buscou compreender as dinâmicas sociais e as práticas de consumo de maconha entre militares no interior de um quartel do Exército Brasileiro,

focando na categoria dos "Miliconheiros". Ao longo do estudo, ficou evidente que, para muitos desses militares, o consumo de maconha não é percebido como um fator que prejudique suas funções ou sua vida cotidiana. Essa percepção, no entanto, está diretamente ligada à sua experiência. A partir daí, cria-se moderação no uso, elemento que ajuda a minimizar os impactos negativos que poderiam surgir de um consumo descontrolado no interior do quartel.

A abordagem punitivista predominante no ambiente militar em relação ao consumo de maconha contrasta fortemente com a ausência de políticas ou discussões voltadas para a redução de danos. Diferentemente das campanhas preventivas relacionadas ao consumo de álcool, prevenção de suicídio, DSTs e sobre direção segura, não há um esforço similar para educar os militares sobre os riscos específicos do consumo de maconha, especialmente do "prensado", que é conhecido por sua qualidade inferior e potencial para causar danos à saúde. A falta de diálogo sobre o consumo seguro da maconha perpetua a marginalização dos consumidores e impede a implementação de medidas que poderiam diminuir os riscos associados ao consumo.

Outro aspecto que se destacou na pesquisa é a desigualdade na aplicação de punições dentro do ambiente militar. A severidade das sanções parece variar de acordo com o histórico do indivíduo, o que leva a um tratamento mais compreensivo para alguns e rígido para outros. Por vezes, mesmo quando o militar não é punido formalmente, ele passa a ser observado de maneira mais rígida, e não lhe é mais permitido errar. Ainda, é possível observar que o Código Militar, por sua vez, acaba sendo severo com o jovem usuário e tolerante com possíveis militares que estão traficando ou desviando drogas no interior do quartel.

No âmbito civil, as discussões sobre a descriminalização e a regulamentação do uso da maconha têm avançado, ainda que de forma lenta e fragmentada. Em contraste, o ambiente militar permanece rígido e resistente a mudanças, ancorado em uma legislação que não dialoga com as recentes evoluções legais e sociais. A possibilidade de um militar obter um *habeas corpus* para o consumo terapêutico de maconha ou caso o uso recreativo da maconha venha a ser legalizado, levantam questões sobre como as Forças Armadas lidariam com a compatibilidade entre a legislação militar e civil. A ausência de

precedentes claros para esses casos ressalta a necessidade urgente de uma revisão legal e de um alinhamento com as práticas civis emergentes.

Diante dessas questões, conclui-se que o consumo de maconha entre militares não pode ser compreendido apenas sob a ótica punitivista e moralista. É necessário um diálogo aberto que considere as realidades vivenciadas por esses indivíduos, promovendo uma abordagem mais informativa, tendo em vista que alguns conhecem a maconha no interior do quartel. A incorporação de políticas de redução de danos e a revisão das leis militares são passos fundamentais para o desenvolvimento de um Exército mais preocupado com seus militares, principalmente os jovens praças do SMO, que serão “devolvidos” à sociedade civil em breve. Ainda que seja um longo e difícil caminho a ser percorrido.

O presente estudo espera contribuir para a abertura de um diálogo mais inclusivo e fundamentado acerca da desmarginalização da maconha, que reconheça as complexidades e as particularidades do consumo de maconha no contexto militar, ajudando a construir uma compreensão mais abrangente e menos estigmatizante sobre o tema.

6. Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. 2019. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BITENCOURT, Nival Frota et al. Drogas nas Forças Armadas, perfil do usuário e persecução criminal: a questão da inconveniência do artigo 290 do Código Penal Militar. *Revista da Defensoria Pública da União*, n. 10, p. 342-368, 2017.

BRASIL. 2º Relatório Brasileiro sobre Drogas. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2021.

BRASIL. Código Penal Militar. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Artigo 290.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. Das práticas e dos seus saberes: a construção do Fazer Policial entre as Praças da PMERJ. 2004.

CAXIAS, Denise. D., & VASCONCELOS, Maisa. Paisagens da memória jurujubana: a Festa de São Pedro. *Geograficidade*, Rio de Janeiro. 2020.

CRUZ, Fernanda N.; COSTA, Perla A. É tudo ganso? A (in)distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 243-261. 2021.

MATTA, Roberto da. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological blues. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, n. 27, mai., 1978. p.1-12.

GRILLO, Carolina C. Fazendo um doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, 2008.

GRILLO, Carolina C.; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. “A ‘dura’ e o ‘desenrolo’: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro”. *Revista de Sociologia e Política (UFPR)*, v.19. 2011.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos [Asylums]. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GORRILHAS, Luciano M. A incidência do uso de drogas ilícitas nos quartéis das forças armadas. *Justitia*, v. 77, n. 202, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 204-211, 2014.

MUNIZ, Jacqueline. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

RITTER, Paula D. Da roça ao mar: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurububa, Niterói, RJ. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SINES, Guilherme Pires. Da Pátria a Guarda: A formação do Soldado no Exército Brasileiro e as perpetuações no civil que nele habita. Monografia defendida em 2018.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VERÍSSIMO, Marcos. Do Maconheiro ao Canabier: os autocultivos domésticos e outras domesticações. In: MACRAE, Edward, Wagner Coutinho. Fumo de Angola: Cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.

VERÍSSIMO, Marcos. Maconheiros, fumos e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de cannabis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Niterói, 2017.

A gestão do trabalho plataformizado no processo de marginalização e precarização dos entregadores de aplicativo¹

Larissa Alfradique²

Resumo

Essa pesquisa foi inspirada em um projeto de iniciação científica e busca estabelecer uma compreensão e análise acerca da plataformização do trabalho, suas particularidades e desafios, através da óptica do entregador de aplicativo. Associando as literaturas referentes ao tema e os dados empíricos adquiridos em campo, a finalidade deste trabalho é a reflexão acerca de tópicos como: a essencialidade dos trabalhadores de delivery e como esta é colocada em prova constantemente, principalmente no período pós-pandêmico; a relação dos entregadores com os clientes, alvo de seu serviço, bem como a ideia do “empreendedorismo de si” agregada à flexibilidade exacerbada que é prometida e propagada pelas empresas-aplicativo; a gênese e mobilização de movimentos sociais em prol da luta por direitos, garantias e regulamentação. Por fim, relaciono a gestão algorítmica do trabalho, por parte das plataformas, e o processo de marginalização dos entregadores. Dessa forma, o objetivo é compreender de que modo a radicalização do processo de precarização laboral evidencia a transição de “essencial” ao “marginal” sofrida pelos integrantes da categoria mencionada.

Palavras-chave: Capitalismo de plataforma; Essencialidade; Marginalidade; Plataformização do trabalho; Precarização

Abstract

This research was inspired by a scientific initiation project and intends to establish an understanding and analysis about the platformization of work, its particularities and challenges through the application deliverer's perspective. Associating the literature on the subject and empirical data acquired in the field, the purpose of this work is to reflect on topics such as: the essentiality of delivery workers and how it is constantly put

¹ Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, defendida no ano de 2023. Foi orientadora a professora Ludmila Antunes. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado os professores Romulo Labronici e Thiago José da Silva Aguiar.

² Graduada em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense.

intoPandemic; the relationship of the delivery people with the customers, target of their service, as well as the idea of "self-entrepreneurship" added to the exacerbated flexibility that is promised and propagated by companies-application; the genesis and mobilization of social movements in favor of the struggle for rights, guarantees and regulation. Finally, I relate the algorithmic management of work by platforms and the process of marginalization of delivery. Thus, the objective is to understand how the radicalization of the labor precarization process highlights the transition from "essential" to "marginal" suffered by members of the mentioned category.

Keywords

Capitalism of Platform; Essentiality; Marginality; Platforming of work; Precarization

Índice de Siglas

GCM – Guarda Civil Militar

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

F2R – Família 2 rodas

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TIC's - Tecnologias da Informação e da Comunicação

GPS – Sistema de Posicionamento Global (Traduzido)

APP – Aplicativo

AMOBITEC – Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

1. Introdução

Diante das diversas transformações ocorridas no âmbito laboral no século XXI, a uberização se estabeleceu, conforme Ludmila Abílio, como “um amplo processo de informalização do trabalho” (Abílio, 2020). Dessa forma, a autora conceitua essa nova forma de compreender o labor³ como:

³ Para o economista José Dari Krein, o conceito de “labor” é utilizado para se referir ao trabalho como uma atividade que exige muito do trabalhador, colocando-o em uma condição de maior vulnerabilidade e insegurança. Assim, a tensão permanente por emprego e por renda tendem a desgastar profundamente o trabalhador, transformando a atividade em busca da renda em algo árduo e pesado. (Krein, 2017)

Trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um auto gerente subordinado, ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção associados ao trabalho, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho. Podemos defini-la como redução do trabalhador a um trabalhador just-in-time. (Abílio, 2020, p. 114)⁴

Esse modo de informalização do trabalho é mediado pelas empresas-aplicativo as quais possuem “o papel de instituir e executar normas de certificação e fiscalização do trabalho” (Abílio, 2020) transferido do Estado e terceirizado aos consumidores. Assim sendo, surge o fenômeno do capitalismo de plataforma que se baseia, segundo Ricardo Antunes e Vitor Filgueiras, nas seguintes alegações premeditadas pelas organizações gerenciadoras:

1) são empresas de tecnologias digitais; 2) fazem a intermediação de atividades nas quais trabalhadores/as oferecem serviços de forma autônoma; 3) convertem a força de trabalho em clientes; 4) eliminam a subordinação, alegando liberdade para trabalhar quando, onde e como quisessem. (Antunes & Filgueiras, 2020, p. 32)⁵

O estudo acerca da informalidade e uberização é constantemente atualizado, bem como as literaturas que descrevem e conceituam os novos termos referentes a radicalização do processo de exploração de mão de obra, causada pelo surgimento de novas formas de organização trabalhistas. Diante desse cenário, determinadas características das dinâmicas referentes a plataformização do trabalho se acentuaram exponencialmente após o início dos anos 2020, fato agravado pelo fenômeno súbito do vírus da COVID-19.

⁴ ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p.111-126, 2020.

⁵ ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020

Dentre as grandes transformações do presente século que trouxeram consequências para a vida em sociedade, é indispensável citar a pandemia do COVID-19 que teve início em 2020 e causou impactos inestimáveis à população mundial. No contexto brasileiro, instalou-se uma crise sanitária, político-institucional e econômica sem precedentes, ampliando expressivamente os índices de desemprego, informalidade e, consequentemente, de precarização do trabalho.

Nessa conjuntura, o isolamento social se consolidou como uma das principais medidas restritivas de proteção contra o vírus e esse cenário propiciou um aumento acentuado do emprego informal realizado por meio de aplicativos de entrega como iFood, Rappi e Uber Eats. Serviços típicos da economia de plataforma ganharam certa evidência, uma vez que se apresentaram como meios para facilitar a vida do cidadão comum na ocasião, excluindo a necessidade de o cliente correr maiores riscos em relação ao mundo externo.

Em concomitância, a uberização surgiu como um atraente meio de “vínculo” trabalhista, proporcionando autonomia, flexibilidade e quase ausência de regulamentação a seus adeptos. A premissa do empreendedorismo “de si” é fundada na ideia da administração individual de horários, locais e recursos, além da falsa ilusão dos rendimentos instantâneos e de gerência da própria jornada. Segundo Ludmila Abílio, “o empreendedor é, na realidade, o trabalhador solitariamente encarregado de sua própria demanda (ABÍLIO, 2020).⁶

Costumo pensar que a problemática ensaiada na linha de raciocínio dessa monografia veio até mim muito antes de eu delimitar o tema, propriamente dito. Eu literalmente “tropecei” nela no meu último ano de graduação, fato que serviu de suporte e até certa inspiração para os demais acontecimentos da minha trajetória acadêmica, após isso e até então.

Na época, cerca de 1 ano atrás e em uma tarde de segunda-feira comum, andando na rua, me surpreendi com barulhos estrondosos de buzina, vozes em um auto-falante e certa afobação. Percebi que estava nos arredores do fórum de Niterói (Rio de Janeiro) e,

⁶ ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p.111-126, 2020

logo menos, avistei dezenas de motos e bicicletas agrupadas e cerca de 20-30 pessoas. Nesse momento, eu estava presenciando uma pequena amostra da luta do movimento social formado pela categoria dos entregadores e mototaxistas da região.



Figura 1 - Manifestação Mototaxistas e entregadores de Niterói)

O arrancamento de motores e a pequena confusão instaurada tratava-se de uma manifestação devido a insatisfação pela realidade vivida (ou sobrevivida) por tais trabalhadores, bem como a luta pela garantia dos direitos que lhes eram cabidos. O objetivo do posicionamento estratégico frente a um dos mais importantes órgãos municipais da cidade - o Fórum - era a esperança de que algum representante do Poder Público se atentasse ao descontentamento retratado.

Apesar do número significativo de indivíduos, percebi a organização como um aspecto positivo. O microfone era passado pelos líderes de maneira ordenada, sendo constantemente esbravejado pelos mesmos que o ato era protocolado e pacífico. O teor do discurso era baseado principalmente no desagrado ocasionado pela precarização do trabalho, fruto do acentuamento de certas características do capitalismo de plataforma no período pandêmico, bem como a consequente insegurança causada pela problemática da superexploração laboral supracitada. A palavra “covardia” foi dita inúmeras vezes para explicitar o risco sucessivo que esses trabalhadores correm, sem salvaguarda alguma.

“Faça chuva ou faça sol, estamos na rua”: um dos manifestantes proclama; imploram por respeito e o direito de exercer seu serviço sem sofrer com a arbitrariedade

das instituições estatais - na ocasião, a Guarda Civil Municipal. Nesse momento, o ideal de união e de conscientização da mobilização da classe trabalhadora dos entregadores é notório. Os líderes do movimento denunciavam os abusos de poder e a realização de enquadros muitas vezes truculentos, ação que não faz parte da alçada de atribuições da GCM, bem como as apreensões demasiadas de motos e mercadorias.

Na ocasião, eu não fazia ideia, mas essa seria a minha experiência de observação ativa e trabalho de campo. Posteriormente, surgiu a oportunidade de inscrição para uma bolsa de iniciação científica (PIBIC) com o título: “Os trabalhadores de aplicativo: as dinâmicas, os usos e as representações da cidade a partir do trabalho de capitalismo de plataforma do município de Niterói” e, com muito orgulho, eu a conquistei.

Meu objetivo primordial no decorrer desse ano de pesquisa, foi procurar entender as relações desses trabalhadores entre si, com o Estado e suas instituições, com os clientes e as próprias plataformas, mediadoras de suas atividades. Além e a partir disso, busquei compreender a visão dos mesmos acerca de seu trabalho e o entendimento da cidade (no caso, Niterói) a partir de suas rotinas e demandas.

Nos primeiros meses de imersão no campo, percebi o quanto o processo seria complicado e desafiador. Isso porque, em meio aos trabalhadores de aplicativo, o foco de estudo estabelecido previamente foram os entregadores, categoria com uma dinâmica e ritmo de trabalho muito intenso. Diante desse cenário, seria muito complexo estabelecer conexões e acompanhar a evolução dos meus interlocutores, uma vez que existia uma dificuldade de contatá-los “livres” e com disponibilidade de conversar. À vista disso, as mídias sociais se apresentaram como uma forma de ampliar dados empíricos.

A partir disso, estabeleci contato online com a Família 2 rodas, até então um grupo de apoio a mototaxistas e entregadores que mobilizava diversas manifestações de luta coletiva, sendo uma delas a que eu me deparei e descrevi acima. A F2R pregava um ideal muito voltado para o orgulho de ser motoboy/entregador, além do anseio pela união da categoria, o que viria a formar, posteriormente, a identidade de classe.

No decorrer da pesquisa, mantive contato com a Família 2 rodas cujo diretor se tornou meu interlocutor recorrente, bem como integrantes de um grupo de WhatsApp, ao qual, graças a ele, faço parte. Após diversas demonstrações de lutas por melhorias para a

classe de mototaxistas e entregadores, pude acompanhar o reconhecimento do movimento referido como uma associação pela Câmara Municipal de Niterói. A Família 2 rodas se estabeleceu como representante dos entregadores do município e consolidou um ideal de identidade coletiva para a categoria dali, introduzindo e ratificando o aspecto da união que não lhes era proporcionado anteriormente pela alta demanda de atividades e dinamismo do dia a dia, além da assimilação do orgulho de seu trabalho.

À vista disso, o registro formal começou a ser processado e, hoje, a F2R é uma associação nacionalmente legalizada. Tal fato fomentou um discurso ainda mais relacionado a ideia de pertencer a “algo maior”, de modo que o objetivo do trabalho fosse superior a apenas sobreviver. A questão da essencialidade da categoria também foi um aspecto importante ao qual eu pude observar. Sua importância, que aumentou repentinamente na pandemia, diminuiu drasticamente do ponto de vista social. A categoria dos entregadores voltou a um lugar, perante as pessoas que desfrutam dos serviços por ela oferecidos, de desimportância. Esta, que por um lapso temporal, se apresentou e foi consolidada pela sociedade como “categoria essencial”, após o período pandêmico, retorna ao lugar que sempre teve. A situação se agrava ainda mais quando se torna irrefutável o fato de que os entregadores, entre os trabalhadores informais, transitaram de “essenciais” a “marginais” em uma lacuna de tempo pequena.

É interessante observar que, apesar da acentuação da marginalização e precarização da categoria, a visibilidade dos entregadores aumentou concomitantemente. Assim sendo, eles são mais explorados, mais marginais e mais precários, mas, após a pandemia, não são mais invisíveis. Tal conjuntura embasa as sucessivas tentativas de regulamentação do trabalho por meio de aplicativos e o surgimento de inúmeros movimentos sociais na luta por melhorias trabalhistas para a classe.

Os entregadores lutam diariamente contra a negligência fundamentada pelo descaso do governo em vista de suas condições laborais; pelos clientes que, guiados por um discurso de desigualdade social, oferecem, muitas vezes, um tratamento cruel agravado pela prática de atos racistas e preconceituosos; pelas próprias plataformas que desmerecem suas insatisfações acerca de melhorias como o aumento de taxas e maiores explicações dos processos dos aplicativos. Ou seja, a precarização e a marginalização são

apresentadas de diversas formas e reafirmadas por todos os lados. A classe regressa, então, à condição de precarizada, excluída e marginalizada, processo que foi acelerado pela plataformização do trabalho, ao mesmo tempo que aproveita sua posição de certa visibilidade para clamar por direitos mínimos a sobrevivência.

2. Do “essencial” ao “marginal”: “Chega de discriminação, somos a engrenagem!”⁷

O presente capítulo tem como objetivo analisar, primeiramente, a essencialidade proposta socialmente e assimilada pelos entregadores de aplicativo no período de pandemia do COVID-19. Posterior a isso, minha ideia é estabelecer um contraste entre a realidade referida, em que a demanda pelos serviços de delivery aumentou exponencialmente, e os tempos atuais, onde os maus tratos e a negligência experienciada pela categoria retratam um processo de acentuamento da precarização e marginalização do trabalho plataformizado. Com a finalidade de embasar teoricamente a pesquisa realizada neste trabalho, procuro utilizar conceitos referentes à teoria da marginalidade social, bem como busco demonstrar que determinadas características das formas de trabalho informais e marginais foram acentuadas a partir da emergência da economia de plataforma, sendo estas diretamente relacionadas com a desigualdade social e a hierarquização da cidadania vivenciada pela classe dos entregadores de aplicativo.

2.1 Uma categoria essencial

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surgimento de uma nova doença provocada por um vírus do tipo coronavírus – a Covid-19. Sua propagação, que se estabeleceu de maneira intensa e veloz, foi a principal razão para a caracterização da situação, 2 meses mais tarde, como uma pandemia. Diante do cenário pandêmico supracitado, uma crise econômica eminente e o assentamento das plataformas digitais como principal vínculo informal de trabalho, os trabalhadores de

⁷ Fala de um interlocutor.

aplicativo, em especial os entregadores, tornaram-se uma engrenagem fundamental para a circulação e distribuição de itens primordiais diante de um contexto de isolamento social. Nesse momento, a essencialidade da categoria em questão foi definida e reafirmada múltiplas vezes durante todo o período de progressão e expansão do vírus.

No Brasil, instaurou-se uma necessidade exponencial do trabalho por delivery. O aumento da taxa de desemprego agregado ao isolamento social que obrigou milhares de estabelecimentos comerciais e alimentícios a fecharem suas portas se definiram como indicadores fortíssimos para que cerca de 11,4 milhões de brasileiros recorressem ao trabalho por aplicativo para garantir parte ou a maioria de sua renda em prol da própria sobrevivência. Segundo o levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)⁸, indicador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no começo de 2021, os resultados aferiram que o Brasil possuía:

(...) aproximadamente 20% de sua população adulta – o equivalente a 32,4 milhões de pessoas – que utilizam algum tipo de app para trabalhar. Em fevereiro do ano passado (2020) – ou seja, antes do início da pandemia de Covid-19 -, essa fatia era de 13%.⁹

O estudo demonstra que, na ocasião, os aplicativos se tornaram os maiores empregadores no Brasil. De acordo com dados da mesma pesquisa promulgada pelo G1, “Em 2016, 30 mil pessoas trabalhavam para aplicativos de entrega de mercadoria. No segundo trimestre de 2021, esse número chegou a 278 mil”.

O vice-presidente financeiro e de estratégia do aplicativo de entregas iFood, Diogo Barreto, conta que o número de pedidos pelo aplicativo passou de 30

⁸ PNAD: Originalmente publicado como: Lapa, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia de covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ano 27, n. 71, p. 41-57, abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HmmTIs>

⁹ Reportagem do G1: GUIMARÃES, Fernanda. Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda. CNN Brasil, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda/> Acesso em: 27/10/23

milhões, antes da pandemia, para 48 milhões, no fim do ano passado. (G1, 2021)

Um levantamento de dados realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, especialmente criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com foco nas áreas de saúde e trabalho entre os meses de maio a novembro de 2020 mostrou que ao final do período de análise, em novembro de 2020, o quantitativo de entregadores foi de aproximadamente 678.527 trabalhadores, com um crescimento de 8,2% entre os meses observados.

Os entregadores se estabeleceram como trabalhadores essenciais, ao mesmo tempo que a demanda pelo seu serviço cresceu exponencialmente, bem como a quantidade de mão de obra provinda das plataformas digitais circulando nas cidades. Sua essencialidade foi assentada e assimilada pelos mesmos, uma vez que a necessidade repentina instaurada no período pandêmico causou a falsa promoção de valorização do trabalho realizado por meio do delivery.

Destaco aqui que o reconhecimento dado aos entregadores no referido período só existe se comparado a situação de crescente desvalorização vivida por eles, hoje, no contexto pós pandemia. A essencialidade momentânea explicitada não fez com que a visão social no que se refere a esses trabalhadores se estabelecesse, pela primeira vez, de um modo menos preconceituoso e desigual: a carência dos serviços de entrega diante do cenário vivido mascarou a concepção desdenhosa e hierarquizada da sociedade em relação a categoria aqui analisada.

Um certo dia um interlocutor, em uma conversa descontraída, proferiu a seguinte frase: “A gente é valido pelo que faz, não pelo que é”. Ao estabelecer uma cronologia, observa-se de forma muito clara que houve um pico de demanda pelos serviços de entrega na pandemia, fato que fundou a essencialidade da categoria, discutida no presente texto. Dito isso, o trabalhador plataformizado que sempre foi superexplorado e precarizado, se torna ainda mais precário e marginalizado a partir da evidência que os aplicativos ganham durante e após o período pandêmico. Dessa forma, o que em um determinado momento da história foi essencial, se tornou ainda mais precário e marginal. Os “marginais” são essenciais para entender o Estado (DAS & POOLE, 2008) e tudo que engloba esse

conceito. O debate principal se concentra e se deve à hierarquização da cidadania e consequente exclusão social e à desumanização do trabalhador como acentuadores da precarização do trabalho gerado, nesse caso, pelo capitalismo de plataformas.

2.2 Teoria da marginalidade

As primeiras ideias acerca da marginalidade como teoria e, consequentemente, conceito, surgiram no final da década de 50 na América Latina. A discussão referente a problemática se estabeleceu em torno das vertentes cultural e econômica, emergindo do estudo sobre os conflitos urbanos. No livro “Antropologia das margens do Estado”, as autoras Veena Das & Poole (2004) realizam esforços para “desvincular a ideia das margens a partir do território, ou da condição espacial, para dar entrada a outro viés: as margens pela vida precária.”.

O objetivo de Das & Poole é repensar as fronteiras entre centro-periferia, legal e ilegal, questionando a ideia amplamente difundida de que as margens espaciais e sociais de um Estado são puramente territoriais. Desse modo, as margens são “decorrência e implicação necessária do Estado, assim como a exceção é um componente necessário da regra” (Das & Poole, 2004, p. 4)¹⁰.

A análise sobre as margens se dá em três perspectivas distintas: a primeira descreve-as como “territórios naturais” e periféricos para pessoas insuficientemente socializadas na e pela lei. A segunda foca nos conceitos de ilegibilidade e legibilidade que dizem respeito à compreensão (ou não) das regras e regulações estatais, fator que define e constrói simultaneamente o Estado. A terceira perspectiva parte do entendimento das margens como espaços entre corpos e a lei, considerando que o poder não é exercido somente sobre territórios, mas também sobre os indivíduos.

A última concepção supracitada dialoga diretamente com a teoria da marginalidade socioeconômica que, de acordo com a antropologia econômica, “busca analisar as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social”. (DUARTE, 2017)

¹⁰ Das, V. y Poole, D. (Eds.). (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. (pp. 3-33). Santa Fe: SAR Press. Traducción: María Daels y Julia Piñeiro. **Department of Anthropology, John Hopkins University

Tal vertente do estudo da marginalidade é associada a exclusão e consequente desigualdade social de certos indivíduos, problemática que se desenvolve a despeito do aspecto espacial/territorial. Segundo Pedro Henrique Evangelista Duarte, professor do Instituto de economia da universidade federal de Uberlândia:

Nesse sentido, a noção de marginalidade social refere-se a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. (DUARTE, 2016, p. 218). ¹¹

Dentre os estudos, ganharam destaque as teses desenvolvidas por José Nun e Anibal Quijano, grandes pensadores de cunho antropológico da América Latina. A pesquisa de ambos foi influenciada pela teoria marxista da dependência, que tem como principal conceito a ideia de “massa marginal”, sendo essa “o conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo” (DUARTE, 2017). Essa “superpopulação” é formada pelos indivíduos que excederam na dinâmica da relação trabalhadores X meios de produção, após a modernização. De acordo com Andrea Delfino¹², mestre em sociologia e antropologia:

Para la tradición marxista en su versión dependentista, la marginalidad no se entiende ya como un estado, sino como un proceso, y ese proceso de marginalización de amplias capas de la población se atribuye a las leyes de la acumulación capitalista. (DELFINO, 2012, p. 23)¹³

O cerne da questão da marginalidade se daria na incapacidade crescente do processo de industrialização para lidar com o excedente da força de trabalho e, por

¹¹DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. O Desemprego no Brasil, na perspectiva da marginalidade social. Ensaios FEE; Porto Alegre Vol. 38, Ed. 1, (Jun 2017): 215-243.

¹² DELFINO, Andrea. La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad. Universitas Humanística, núm. 74, julio-diciembre, 2012, pp. 17-34. Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá, Colombia

¹³ Tradução: Para a teoria marxista da dependência, a marginalidade não é entendida como um estado, e sim, como um processo e esse processo de marginalização de múltiplas camadas da população é atribuído às leis da acumulação capitalista.

consequência, produtividade. Em vista disso, a “massa marginal” busca formas de se absorver no sistema produtivo, burlando a ideal de qualificação de mão de obra e se adequando a setores mais instáveis, informais e, por conseguinte, precários.

Produce-se, então, um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos (...) organizados a partir da lógica competitiva, é flutuante, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade econômica. Essa mão de obra que ora assume o caráter de sobrança, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada. (DUARTE, 2016, p. 223).

2.3 Marginalizados X Marginais

A teoria explicitada no último subcapítulo, apresenta os aspectos que originam a marginalidade social, condição que condena uma fração substancial da população não apenas a falta de acesso a condições minimamente decentes de trabalho, mas também a um processo latente de exclusão, fator primordial para o fenômeno da desigualdade social. No modo de produção capitalista, aspectos econômicos e sociais são estritamente relacionados uns aos outros

Desde o início da teorização da marginalidade nos anos 50 até os anos 2000, novas análises das dinâmicas sociais foram propostas a fim de tentar aprofundar ainda mais o estudo acerca da marginalização e dos processos de exclusão e desigualdade social. Roberto DaMatta, célebre antropólogo brasileiro, buscou conceituar um processo importantíssimo ao se pensar a sociabilidade na vida urbana: a hierarquização da cidadania.

O conceito é presumido das ideias do livro de DaMatta “Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.” (1997)¹⁴ onde o autor procura compreender as complexidades da cultura e da sociedade brasileira, analisando as

¹⁴ MATTA, Roberto da; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

distinções entre indivíduo e pessoa e como elas são influenciadas por fatores sociais, relacionamentos e dinâmicas de poder.

No capítulo IV: “Você sabe com quem está falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil”, o antropólogo destaca a existência de classes sociais organizadas hierarquicamente, subentendida nos conflitos urbanos. Dessa forma, tais classes se comunicam por meio de relações descontínuas, onde o eixo econômico é sobreposto. Nesses casos, DaMatta examina como o status social e recursos financeiros afetam interações cotidianas no Brasil, bem como agravam a problemática da desigualdade.

O “sabe com quem você está falando?” revela a “preocupação com a posição social e a consciência de todas as regras relativas à manutenção, perda ou ameaça dessa posição” (p.187). A expressão é usada quando a pessoa observa sua autoridade sendo ameaçada, desejar impor o seu poder e perceber de forma inconsciente ou consciente a possibilidade de inferiorizar o interlocutor quanto ao seu status socioeconômico.

Ao estabelecer uma associação entre a hierarquização da cidadania e a teoria da marginalidade, a hierarquia mais alta no cenário urbano são os indivíduos pertencentes a classe dominante, isto é, com maior poder socioeconômico. Esses direcionam o “sabe com quem está falando” para a “massa marginal”, excludente da dinâmica de disputa por status social e às margens, inclusive em relação à própria sociedade e ao modo como ela vê os marginalizados.

Conforme citado anteriormente, o fenômeno da marginalidade é o principal fator para que uma parcela da sociedade, desintegrada do corpo social devido à hierarquização da cidadania, seja praticamente destinada a condições precárias de trabalho e, por conseguinte, sobrevivência e exclusão social.

La estabilidad laboral de la que había gozado buena parte de los trabajadores, se transmuta ahora en informalidad, subempleo, trabajo precario y desempleo abierto. Los incluidos pasan a convertirse ahora en excluidos. (DELFINO, 2012, p. 32) ¹⁵

¹⁵ Tradução: A estabilidade laboral de que gozava boa parte dos trabalhadores transmuta-se agora em informalidade, subemprego, trabalho precário e desemprego. Os incluídos agora tornam-se excluídos./

À vista disso, ao estabelecer uma base teórica, procurarei relacioná-la ao objeto de estudo da linha de raciocínio dessa monografia: os entregadores de aplicativo. As informalidades no âmbito do trabalho, por consequência da dinâmica do modo de produção capitalista, se estabeleceram a partir de uma característica em comum: a superexploração de mão de obra. Tal mão de obra, além de não ser incluída num contexto social, uma vez que os fatores socioeconômicos são complementares, também são excluídas de possíveis qualificações. Por conseguinte, a “massa marginal” se organiza de maneira instável e precária, gerando lucros reduzidos em relação a extensa jornada trabalhada.

La precarización y la flexibilización de las condiciones laborales, los procesos de individuación de los vínculos laborales y el aumento de las desigualdades en el interior del colectivo de trabajadores constituían las transformaciones más visibles en las relaciones de Trabajo. ((DELFINO, 2012, p. 32) ¹⁶

Segundo a teoria da marginalidade, conceituada por alguns dos autores aqui citados, a partir da organização precária dos trabalhadores informais, surgem as formas de trabalho marginais, caracterizadas pela numerosa e intensa jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração. Esses estão às margens, orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Portanto, “o sentido do trabalho, para esses trabalhadores, determina-se, única e exclusivamente, como o meio de sobrevivência.” (PAOLI, p.113)¹⁷

Segundo a socióloga brasileira Maria Célia P. M. Paolli:

DELFINO, Andrea. La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad. Universitas Humanística, núm. 74, julio-diciembre, 2012, pp. 17-34. Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá, Colombia

¹⁶ Tradução: A precariedade e flexibilidade das condições de trabalho, os processos de individualização das relações laborais e o aumento das desigualdades dentro do grupo de trabalhadores constituíram as transformações mais visíveis nas relações laborais.

¹⁷ PAOLI, M. C. P. M. Trabalho e marginalidade: um estudo de caso. RAE - Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 113-134, 1973. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40240>.

(...) Se tal hipótese for correta, a remuneração baixíssima e intermitente desta força de trabalho representaria uma transferência de renda em favor dos setores médios e altos (...) o que implica reconhecer que a marginalidade é essencial para a concentração de renda, e para a expansão do sistema, nos moldes em que está sendo levada. (PAOLI, p. 124)

Ainda de acordo com a autora, o trabalho marginal se caracteriza:

(...) caracteriza-se por ser basicamente força de trabalho disponível, cuja participação no mercado de trabalho se dá pela oferta constante de sua venda, mas não incorporada estavelmente, em termos de exploração regular direta, no processo de produção. A disponibilidade e ofertas constantes da força de trabalho, aproveitadas intermitentemente pelo sistema em áreas e épocas específicas de sua expansão, constituem os marcos da situação marginal (...). (PAOLI, p. 124)

Diante da conceituação de trabalho marginal graças a teoria da marginalidade, os aspectos da precarização do trabalho se estabeleceram. Agregada ao fenômeno da uberização acentuado exponencialmente pela pandemia, as características do trabalho marginal descritas pela autora nos anos 2000, se replicam de maneira muito mais acirrada em certas dinâmicas da economia de plataforma, como por exemplo, o serviço de delivery. Por conseguinte, as informalidades laborais se apresentam como uma problemática renovada e mais complexa para responder.

Estipulando um paralelo com o tema da presente monografia, é inevitável apontar que a figura do entregador é marginalizada tanto economicamente, baseado na teoria da marginalidade pela precarização do trabalho informal, quanto socialmente, uma vez que no processo de hierarquização da cidadania, os integrantes de tal categoria ocupam uma posição baixíssima.

A fim de comprovar tal conclusão, é impossível não citar os inúmeros ataques de violência, racismo e demais preconceitos que os trabalhadores por delivery sofrem diariamente, especialmente após a pandemia, ápice da essencialidade de seu labor. As agressões verbais e/ou físicas, provenientes de clientes e agentes do Estado, são um meio

de demonstrar a hierarquização da cidadania em ação, sendo essa inspirada pela marginalização desse grupo social.

Dos inúmeros casos, cito dois em especial que me chamaram muita atenção nesse meio de pesquisa. Um deles ocorreu em abril de 2023 com um entregador de bike que estava em direção a Icaraí para realizar uma entrega. Ao chegar no local, um condomínio de apartamentos, o porteiro questionou o conteúdo do pedido e o trabalhador respondeu educadamente que não poderia violar a embalagem para informá-lo.

Nesse momento, o porteiro liberou a entrada e, ao sair, esbravejou ao entregador xingamentos como “Folgado! Se eu te vejo na rua, te pego desavisado” enquanto apontava o dedo em seu rosto. O agressor segurou o braço da vítima e começou a enchê-lo de socos, enquanto ela repetia que não havia razão alguma para ser agredido.

Um segundo caso que me tocou e chocou bastante foi a agressão sofrida pelo Leonardo Muniz Soares, entregador motoboy. Na ocasião, o labutador se negou a subir com a entrega ao apartamento do cliente, conforme diretrizes do iFood. Esse, por sua vez, se recusou a descer para buscar o pedido. O motoboy retornou a lanchonete para realizar a devolução e o cliente o perseguiu por 9 km, e, ao chegar ao destino, apontou-lhe uma arma.

Na noite de sábado (10), Leonardo se recusou a subir no apartamento de Adriana, no Condomínio Viamar Residence Club, localizado na Estrada Velha de Maricá, em Várzea das Moças, em Niterói e foi perseguido por ela e pelo marido. Após a breve confusão na portaria do condomínio, Leonardo levou o lanche de volta ao restaurante. Ao chegar no estabelecimento para devolver a encomenda, por volta das 22h, o entregador viu Adriana e o marido na porta do restaurante. Em seguida, Rafael apontou uma arma para a vítima. (O DIA, 15/06/2023)¹⁸

¹⁸ Reportagem do O DIA: QUEIROZ, Thalita. Entregador ameaçado por homem armado não consegue voltar ao trabalho: ‘Estou traumatizado’. O DIA. 15 jun 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/06/6651850-entregador-e-testemunha-entram-com-medida-protetiva-apos-ameacas-de-cliente-armado.html>

Os dois casos demonstram a gama de crueldade e desumanidade presente em inúmeros tratamentos recebidos por entregadores de aplicativo. O fato gerador da problemática supracitada é a associação de hierarquização da cidadania conceituada por DaMatta e a própria ideia de marginalidade social, que se estende há mais de 60 anos. Um dos meus interlocutores proferiu após tais acontecimentos: “O entregador é olhado como se não fosse nada, irmão” e “Precisamos provar que somos tão cidadãos quanto quem tá recebendo o lanche. A gente não é mais nem menos que ele, somos iguais em direitos.”.

As inúmeras situações de violência contra os labutadores de delivery apresentam também uma dicotomia na questão do ser “marginal”. Indicando uma dubiedade e em um tom ainda mais depreciativo, o marginal também é o sujeito vagabundo, preguiçoso e “folgado”, muitas vezes “bandido” e que, com certeza, está às margens tanto do Estado quanto das relações sociais. Dessa forma, há uma ambiguidade do termo que reflete uma moral predominante e hierarquizada a respeito de como a sociedade enxerga esse tipo de trabalhador.

Portanto, a despeito da essencialidade passageira atribuída a classe dos entregadores no contexto pandêmico, é interessante perceber que, após esse período, tais trabalhadores não se encontram apenas – sob o ideal da antropologia econômica – às margens do Estado, mas também vistos como marginais no sentido moral perante a visão social.

Os entregadores de aplicativo são alvos da marginalidade social, sendo isso observado e, muitas vezes, assistido pelo Estado a partir da ideia de exceção. Segundo Das e Poole (2004):

(...) a exceção é necessária para a construção e manutenção da soberania, construindo uma discussão na qual a lei e a sua ausência são parte de um sistema no qual é permitido ao soberano (Estado) suspendê-las em nome de um Estado “excepcional”, ou “emergencial”. Porém, nos contextos

identificados como margens, as práticas consideradas excepcionais são parte da vida cotidiana, a regra. (Das e Poole, 2004)¹⁹

Entende-se que, nesses espaços ou em relação a determinada fração da sociedade (os marginalizados), o Estado é ausente e negligente. Tal situação corrobora para “a criatividade das margens, que criam suas próprias alternativas de ação política. Elas buscam, entre as brechas das leis, suas estratégias de sobrevivência e ‘autogerência’” (Das e Poole, 2004).

É possível investigar os modos de fortalecimento das populações dos contextos marginais, abastecidas pelo ideal da união e identidade coletiva. Na perspectiva dos entregadores, a luta pela categoria e o sentimento de pertencimento é uma maneira de reafirmar e restabelecer a essencialidade um dia atribuída pela sociedade e pelos órgãos estatais a seus serviços, escapando assim, brevemente, da sombra de marginalidade que assola seus dias.

3. Gestão precária do trabalho por meio de plataformas: para quem?

Nesse capítulo, buscarei analisar contrastivamente a precarização do trabalho plataformizado. Para isso, meu objetivo é refletir no que concerne ao discurso do capital e do gerenciamento algorítmico, propagado convenientemente pelas empresas-aplicativo, uma vez que as exime de qualquer responsabilidade trabalhista. A partir dessa perspectiva, procuro estabelecer uma comparação em relação à visão do trabalhador acerca do ideal do “empreendedorismo de si”, característica fundamental para entender o a uberização, agregada a óptica da economia de plataforma partindo da premissa de “parceria” com o trabalhador.

3.1 O trabalhador como “empreendedor de si”

A Indústria 4.0 é um conceito que engloba a automação industrial e a integração de diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e

¹⁹ Das, V. y Poole, D. (Eds.). (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. (pp. 3-33). Santa Fe: SAR Press. Traducción: María Daels y Julia Piñeiro. **Department of Anthropology, John Hopkins University

computação em nuvem com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais melhorando os processos e aumentando a produtividade. Um dos eixos dessa transformação tecnológica são as “TIC’s” - Tecnologias de Informação e Comunicação que tem como objetivo qualificar e estruturar dados como um vetor de informação e gestão de atividades.

A economia virtual surge como uma modalidade de produção de capital que se dá pela troca de bens e serviços pela internet. A partir desse momento, e aliado as tecnologias digitais, o trabalho por meio de aplicativos e as relações laborais uberizadas se apresentam como uma alternativa interessante para sociedades imediatistas, influenciada pela ideia do “aqui” e “agora”, predominante no século XXI.

A uberização é uma forma de organização do trabalho baseada em pilares como compartilhamento (aplicativos que conectam consumidores a provedores de serviço), desregulação (o serviço prestado é responsabilidade de terceiros e não da própria empresa) e precarização do trabalho (são novas relações de trabalho, em que os trabalhadores são considerados “parceiros”, sem vínculo empregatício ou direitos trabalhistas) (SLEE, 2017).²⁰

Os ambientes virtuais inseridos no fenômeno da economia de plataforma possuem o objetivo de estabelecer uma ponte entre os indivíduos que irão fornecer o serviço desejado e os consumidores. Consoante a isso, uma característica primordial da uberização das relações trabalhistas se apresenta: o trabalho sob demanda - just-in-time. A descentralização das atividades exercidas através do meio digital corrobora com a crescente disponibilidade de indivíduos para realizá-las. Dessa forma, a dinâmica presente na constante rotatividade e intensa demanda de mão de obra é proporcional a necessidade dos serviços oferecidos. Segundo Antunes e Filgueiras (2020):

(...) o processo de uberização do trabalho é um modo de ser do trabalho que ocorre nessas plataformas digitais marcados por uma forte individualização dos processos, cuja aparência de prestação de serviço é fomentada por expressões que visam afastar o assalariamento. Transferir custos e riscos para

²⁰ SLEE, Tom. Uberização: A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

os trabalhadores em busca de maior obtenção de lucro sob o manto da flexibilidade, da informalidade e da intermitência, tríade destrutiva da relação de trabalho na nova fase digital-informacional-financeiro (...) (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 32)²¹

Como apontaram diversas literaturas acerca do tema, o trabalhador just-in-time da era digital vive constantemente disponível, sem que haja o conhecimento sobre possíveis formas de seu recrutamento. As empresas nesse ramo de economia consideram seus prestadores de serviços como “parceiros cadastrados”. Essa concepção embasa o ideal de autonomia oferecido e exponencialmente propagado pelo capitalismo de plataformas. À vista disso, os princípios de liberdade e flexibilidade disseminados pelas empresas-aplicativo se resumem na ideia fantasiosa de “trabalhar onde, quando e quanto quiser”. O trabalhador se torna, então, gerente da sua força de trabalho e o gestor da sua demanda.

A “gestão” do trabalho exercida pelo fenômeno da plataformização forja de maneira mentirosa o serviço autônomo para o uberizado. Ademais, protegidos pelo discurso do “empreendedorismo de si”, as plataformas e aplicativos se eximem de responsabilidades trabalhistas em relação a seus colaboradores. Consoante a isso, a filosofia do “seja o seu próprio chefe” se esvai, uma vez que o sucesso ou o insucesso do “empreendimento” só depende do trabalhador.

Tal filosofia se projeta de maneira extremamente injusta visto que os prestadores de serviço em questão não possuem remuneração, jornada ou renda previstas em contrato trabalhista, bem como não gozam de qualquer direito e possuem o dever de arcar com custos fixos referentes à realização de suas atividades laborais. A parceria atribuída à relação empresa X trabalhador de aplicativo faz parte de uma estratégia de desresponsabilização e consequente exímio das responsabilidades das organizações perante sua mão de obra.

²¹ ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Revista Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

Pensado pelos pesquisadores Cristina Maiello, Fabiana Benedito e Paulo Beraldo²², o “Antiglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas” conceitua o “empreendedorismo de si” como:

As narrativas sobre o empreendedorismo criam contornos favoráveis às atuais formas de trabalhar, como nas atividades plataformizadas, e à manutenção de relações desiguais. Uma vez que quem trabalha é supostamente empreendedor e empreendedora, são essas pessoas as responsáveis por todos os custos de execução de suas tarefas e por lidar com os riscos que correm ao fazê-las. (Maiello; Benedito; Beraldo, 2023, p. 15)²³

O sonho da autonomia lança o trabalhador a uma realidade de ausência de proteção, vínculos ou direitos trabalhistas, com o objetivo de baratear o custo de sua mão de obra viabilizar a superexploração do trabalho. Dessa forma, o indivíduo se torna empregador de si próprio ao mesmo tempo que é subordinado, contraditoriamente, à demanda e as condições laborais determinadas pelas empresas-aplicativos. O “empreendedor” não possui jornada e direitos definidos e, apesar disso, é quem gere sua sobrevivência.



Figura 2 – Charge criada e compartilhada pelo instagram @tonidagostinho²⁴

²² O antiglossário foi desenvolvido pelos pesquisadores a partir das leituras, análises e reflexões em uma disciplina de pós-graduação, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) com o objetivo de desconstruir definições distópicas utilizadas recorrentemente para expressar noções – que nem sempre têm amparo na realidade – sobre Comunicação, Trabalho e Tecnologia.

²³ MAIELLO, Cristina; BENEDITO, Fabiana; BERALDO, Paulo. Antiglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas. São Paulo: DigiLabour, 2023.

²⁴ Disponível em: <https://instagram.com/tonidagostinho?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>

Trago a charge para associar o conceito de empreendedorismo de si, assimilado e propagado pela cultura da plataformização do trabalho, ao objeto de estudo desse trabalho: os entregadores de aplicativo. Dentre as características do capitalismo de plataforma que se radicalizaram em meio a pandemia do COVID-19, destaco aqui o aumento da demanda dos serviços de delivery. É interessante destacar que, a gerência e a dinamicidade das atividades do entregador são muito mais relacionadas a ideia de controle do “tempo” do que da própria remuneração em si.

Isso se dá pelo fato de que o entregador recebe proporcionalmente a quantidade de entregas que realiza; não são contabilizados os tempos mortos como de espera, descanso e locomoção. Consoante a isso, o recurso do tempo é de extrema importância no que diz respeito ao cotidiano desses trabalhadores, e, por essa razão, o empreendedorismo se apresenta como não apenas um aspecto individual, mas também como um marcador social de pobreza e precariedade laboral.

3.2 O chefe algorítmico

A uberização, apesar de sofrer forte influência da racionalidade neoliberal, não se resume somente no autogerenciamento e flexibilização do trabalho. Na concepção do capitalismo de plataforma, os trabalhadores cadastrados nos aplicativos são automaticamente submetidos a um controle algorítmico de suas atividades. Assim sendo, o algoritmo presente no ambiente plataformizado exerce de maneira implícita a vigilância e o controle do trabalho realizado.

Os algoritmos funcionam como mediadores e monitores de oferta e procura, através de uma sistematização de informações e dados. Entretanto, na ausência de um “chefe de carne e osso”, a tecnologia aqui discutida se apresenta como reguladora primordial do trabalho realizado por meio de plataformas.

É impossível não mencionar a existência de parcialidade por trás dos softwares, uma vez que estes são administrados por indivíduos e, por essa razão, não são neutros. De acordo com o “Antiglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas”, o conceito de gerenciamento algorítmico se baseia na ideia de que as tecnologias de análise de dados respondem aos interesses de quem as emprega. Funções

que anteriormente eram executadas por interferência humana como gestão e controle de determinados serviços, se tornam da parte da alçada dos algoritmos.

As empresas-plataformas adotam um “imaginário algorítmico” de neutralidade para fazer com que as pessoas ajam de acordo com os interesses da organização (...) a subordinação existe e muitas vezes é mascarada pelo discurso de que a tecnologia é constituída por poderes autônomos. (Maiello; Benedito; Beraldo, 2023, p. 18)²⁵

Após o cadastramento na plataforma, o sistema fará o monitoramento de toda a dinâmica processual do serviço a ser oferecido pelo trabalhador. Diante da perspectiva dos entregadores, a vigilância é ratificada na necessidade de constante disponibilidade por parte dos mesmos, bem como indicação de entregas, acompanhamento da locomoção em tempo real (GPS), definição dos valores, acesso a informações e dados pessoais.

A taxa cobrada é calculada pelo próprio aplicativo e a metodologia utilizada para defini-las não é compartilhada com o entregador, além de não serem apontadas as variáveis essenciais para possíveis aumento ou diminuição da remuneração. As empresas-aplicativos estipulam regras para a retirada de mercadorias do estabelecimento remetente, o tempo de espera e deslocamento para a realização das entregas, o preço do serviço prestado, entre outros. Ou seja, todo o processo produtivo é conduzido, contrariando a ideia de autogerência dos trabalhadores, característica primordial do capitalismo de plataforma.

Segundo a literatura especializada, o trabalho por plataformas também configura um “trabalho vigiado” no qual a “chefia é o aplicativo/plataforma” e é difícil contestar decisões, já que as regras não são claras e não há gerência humana a quem se possa recorrer. (Maiello; Benedito; Beraldo, 2023, p.26)²⁶

²⁵ MAIELLO, Cristina; BENEDITO, Fabiana; BERALDO, Paulo. Antíglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas. São Paulo: DigiLabour, 2023.

²⁶ MAIELLO, Cristina; BENEDITO, Fabiana; BERALDO, Paulo. Antíglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas. São Paulo: DigiLabour, 2023.

O gerenciamento algorítmico, inerente a plataformização do trabalho, possui a plena decisão em relação a todos os processos da cadeia produtiva das atividades, enquanto quem têm a incumbência de realizá-las, não faz ideia dos critérios de avaliação aos quais estão sendo subjugados. A sistematização de dados – entre eles, de localização – gerados pelos entregadores, se insere num contexto de capitalismo de vigilância, que segundo Zuboff (2018)²⁷, mapeia as diferentes etapas do processo produtivo de modo a codificar e transformar as atividades em dados para a produção de novos tipos de subordinação, previsão e indução de comportamentos.

O algoritmo se apresenta, dessa forma, como um mecanismo de controle dos entregadores, objeto de estudo deste trabalho. Tal prerrogativa se reafirma, uma vez que não existe transparência na relação ‘empresa X trabalhador’. A demanda por trabalho se torna motivo de competitividade, a remuneração constante passa a não ser garantida e a possibilidade de pequenas bonificações oferecidas pela plataforma se tornam prêmios a serem almejados.

A gamificação impulsiona os indivíduos a responderem quase que prontamente as demandas do mercado, bem como interfere diretamente na lógica do sistema de avaliação dos entregadores. Esse é outro aspecto das plataformas prestadoras de serviço que contradizem com a concepção de liberdade preconizada pela uberização. Conforme apontou Abílio (2020), o conceito de gamificação no âmbito laboral se dá na:

(...) transferência de riscos e em estímulos à produtividade, que também são novas formas de controle sobre o trabalho, uma forma-desafio lançada a quem se arrisca trabalhando, sem nenhuma garantia, uma vez que cabe à empresa-aplicativo definir as regras do jogo e, possivelmente, o vencedor. (Abílio, 2020, p. 20) ²⁸

²⁷ ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (Orgs.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68

²⁸ Abílio, L. C. (2020). Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? Contracampo, 39(1), 12-26. doi: 10.22409/contracampo.v39i1.38579

Citarei aqui o iFood para exemplificar a metodologia utilizada para avaliar os entregadores. Tal escolha se deve ao fato de que, segundo o relatório *State of Food and Drink on Mobile 2022*, o iFood é o aplicativo mais usado pelos brasileiros na categoria de alimentos e de bebidas —e o sexto em todo o mundo, levando em conta o número de usuários ativos mensais da plataforma.²⁹

Apesar de não serem divulgados os critérios levados em consideração, o iFood classifica seus subordinados através de um sistema de “score”. Diferentemente do método realizado pela empresa “Uber”, cuja nota do motorista é resultado da avaliação direta dos usuários, o score do entregador se dá por inúmeros fatores além da opinião do consumidor.

O ranking influenciado pelo score do trabalhador de delivery citado é proporcional à competitividade da alta demanda. À medida em que a pontuação aumenta, maior é a preferência nas entregas, ou seja, mais chances de receber pedidos e tornar-se empreendedor a partir do recurso do tempo, conforme discutido no subcapítulo anterior.

No decorrer da minha pesquisa, esse sistema de classificação foi citado e discutido em inúmeras ocasiões as quais eu estava presente. Os entregadores compartilhavam cotidianamente dicas de como aumentar o score para fazer o aplicativo “tocar”³⁰ mais. A sugestão em questão era permanecer logado no app por várias horas, sem folgas. É interessante observar que a troca desses tipos de informações são uma forma de subverter a gerência algorítmica realizada pela plataformização do trabalho.

²⁹ Disponível em: <https://www.data.ai/en/insights/market-data/the-state-of-food-and-drink-on-mobile-2022/>

³⁰ O verbo “tocar” é muito utilizado pelos entregadores, uma vez que a notificação que o aplicativo encaminha quando há novas entregas a serem realizadas remete a um toque bem específico referente a marca.



Figura 3 – Charge criada e compartilhada pelo Instagram @tonidagostinho³¹

O fim do score é uma das reivindicações primordiais da classe dos entregadores. Segundo um interlocutor, em uma discussão sobre o tema em um grupo de WhatsApp: “As empresas não têm custos conosco, não tem riscos. Mentem ao dizer que somos autônomos enquanto controlam nosso trabalho com avaliações que nem sabemos de onde vieram, não sabemos os motivos e não temos como retrucar”.

3.3 A gestão não é precária; o trabalho que é

A remuneração dos trabalhadores sob demanda remete a formas antigas de trabalho. O cerne da questão advém de uma técnica de gestão da produção conhecida como “just in time”. Dessa maneira, o pagamento pelo serviço prestado provém não do número de horas referentes à jornada de trabalho, mas sim da quantidade produzida, ou, no caso dos entregadores, de entregas realizadas. É interessante observar que, ao remunerar não pelo tempo, mas pela quantidade de mercadorias entregues, aumenta-se a intensidade da força produtiva de mão de obra.

Procurei estabelecer uma análise acerca da gestão do trabalho plataformizado, em como ele é gerido internamente, mediante algoritmos, bem como a maneira que os

³¹ Disponível em: <https://instagram.com/tonidagostinho?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>

princípios da economia de plataforma são divulgados à sociedade, especialmente a partir do ideal de autonomia, e, por fim, como a agregação dessas duas perspectivas é percebida e assimilada pelos entregadores.

A gestão do trabalho de plataforma, do ponto de vista do modo de produção capitalista, não é ineficiente, muito menos mal concebida. Na verdade, é extremamente eficaz, uma vez que gera mais produtividade e, conseqüentemente, mais lucro. O gerenciamento não é precário, na óptica dos indicadores de eficiência; o trabalho que é.

Com a finalidade de atender às demandas do capital, o trabalhador é obrigado a encarnar uma produtividade nivelada a demanda estabelecida pelo serviço oferecido. Contudo, a exaustão quando o ritmo das atividades se sobrepõe ao alongamento da carga horária mínima de trabalho, afeta outras esferas sociais da vida do sujeito, tornando-o precarizado.

A superexploração do trabalho se amplia a partir do acentuamento de determinadas características do capitalismo de plataforma. As jornadas laborais se ampliam e a ausência de contrato trabalhista que proteja o trabalhador ocasiona uma ruptura entre a remuneração e o valor real da mão de obra.

Ao finalizar esse capítulo, sinalizo um contraste interessante: a plataforma acredita que gere o trabalho de forma eficaz, uma vez que atua como “mediadora” dos serviços de delivery, consolidando-se apenas como um canal de comunicação entre o prestador e o cliente. Entretanto, a resistência e o ativismo contra a precarização laboral, ocasionados pela subordinação implícita aos quais os trabalhadores são submetidos, se intensificam no cotidiano da categoria dos entregadores de aplicativo. O ideal de identidade coletiva influencia diretamente na construção de associativismos e na gênese de movimentos sociais de luta por condições dignas e decentes de sobrevivência.

4. Precários e marginalizados, porém, não invisíveis

Meu objetivo no presente capítulo é procurar analisar de que modo a visibilidade dos entregadores de aplicativo é construída no período pós pandemia, auge de sua essencialidade. No primeiro tópico, discorro sobre a criação de políticas públicas para a regulamentação do trabalho plataformizado, ratificando o aspecto cada vez mais visível

da categoria. No segundo, exponho um pouco a minha experiência de campo onde pude acompanhar a gênese de um movimento de associativismo da classe de trabalhadores de delivery na cidade de Niterói.

4.1 O trabalho nas plataformas digitais como objeto de política pública

4.1.1 A flexibilização do trabalho e a “ameaça” da CLT

O trabalho autônomo e informal preconiza a flexibilização das jornadas trabalhistas, e é causado pela expansão do desemprego, característico do processo de globalização, bem como a influência da visão empreendedora acerca do labor. A flexibilidade possibilita uma certa liberdade ao trabalhador em relação a aspectos espaciais e temporais, além da expansão de alternativas de serviços. Dessa maneira, a autonomia é vendida como fator extremamente positivo para o aumento da renda, uma vez que a remuneração é diretamente condicionada à quantidade de horas trabalhadas.

A radicalização da flexibilização é um ponto primordial para entender o capitalismo de plataforma. O acentuamento desse fenômeno está contribuindo para a superexploração da mão de obra plataformizada, uma vez que, a ausência de garantias ou responsabilidades por parte das empresas-aplicativo em relação a carga de trabalho, obriga o trabalhador a realizar jornadas extensas e abolir dias de descansos.

Diante desse cenário, a premissa instaurada é “trabalhar muito mais para ganhar muito menos”. Esse fato, agregado à constante insegurança experimentada pelos prestadores de serviços aqui destacados, evidenciam ainda mais a exploração da mão de obra. No meio de pesquisa, era recorrente escutar a seguinte frase: “Trabalho em plataforma é escravidão moderna”.

(...) compreende-se que o trabalho análogo ao de escravo cresce no país. Essas “novas” modalidades de trabalho, por meio da plataformização, a exemplo do setor de delivery, remontam tanto à lembrança da hierarquização presente entre os ganhadores/carregadores: escravizados, alforriados e livres, quanto em

algumas situações mais extremas, à escravidão contemporânea, tal como a jornada exaustiva. (VIEIRA; FREITAS; SILVA; MOURA, 2021, p. 102)³²

O trabalho digno nas plataformas digitais se tornou agenda urgente de política pública. O tema é difundido mundialmente e um dos principais vieses da regulação em questão é fiscalizar e reconhecer vínculos laborais informais, bem como a aplicar uma legislação que regule e proteja os trabalhadores.

A regulamentação do trabalho por meio de plataformas é um tópico sensível e contraditório constantemente discutido pela classe dos entregadores. A regulação pelo Estado não está na lista de prioridades e melhorias para a classe, segundo a maioria dos trabalhadores com quem pude dialogar. A rejeição em questão não se dá pela garantia de direitos ou proteção legal; mas à possível subordinação a um sistema de regras, bem como a ideia não ser mais “seu próprio chefe”.

A problemática apresentada por essa contradição é o objeto de estudo de dezenas de pesquisadores. Apesar da precariedade do vínculo trabalhista estipulado pela plataforma, onde o entregador tem que, muitas vezes, trabalhar mais de 10 horas por dia para garantir uma remuneração incerta e injusta, a defesa da liberdade e o monstro da subordinação a algum tipo de regulação são uma influência clássica da interiorização do princípio do “empreendedorismo de si” nesses trabalhadores.

O que a gente tá reivindicando é o que a gente tem como direito, que é as nossas taxas, o fim dos bloqueios indevidos, né, essa forma deles tratarem a gente como se a gente fosse empregado, a gente não é empregado, não tem direito trabalhista...A gente quer lutar pelo quê? Autonomia. A gente quer ter a liberdade de trabalhar à vontade na hora que a gente quiser, do jeito que a gente quiser, da melhor forma possível, partindo de nós e não partindo da empresa. (Fala de um interlocutor, 2023)

³² VIEIRA, Fernando de Oliveira; FREITAS, Lêda Gonçalves de; SILVA, Marcela Soares; MOURA, Flávia de Almeida. PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UBERIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA PARA ALÉM DO CONTEXTO DE POBREZA In: Trabalho, precarização e resistências / Janine Kieling Monteiro... [et al.] (Organizadoras). — São Luís: EDUFMA, 2021.

É interessante observar o quanto a autonomia de decidir quando, quanto e onde trabalhar é crucial para os trabalhadores informais flexibilizados. Entretanto, em uma fala de uma audiência pública na câmara dos deputados, Renan Kalil, doutor em antropologia, pontua acerca da contradição supracitada: “A ideia da flexibilidade funciona até o momento que o trabalhador liga o aplicativo, A partir disso, ele está sujeito a uma série de regras que, se não obedecer, tem menos trabalho e é punido pela plataforma” (Fala de Renan Kalil, 04/10/2023)”.

A discussão se torna ainda mais pertinente quando existe a comprovação que os plataformizados não são detentores de uma plena autonomia da sua força de trabalho, uma vez que estão sujeitos a vigilância, controle e organização pensada pela empresa-aplicativo. A programação algorítmica estabelece implicitamente um volume mínimo de prestação de serviços para manter o usuário ativo, bem como demandam certos tipos de atividades de acordo com ranking de “parceiros” previamente avaliados.

O entregador, por sua vez, tem sua produtividade como critério de punição ou bonificação. É uma roleta russa onde as motivações para quase todos os comandos não são transparentes. Utilizo como exemplo alguns contratempos decorrentes do cotidiano do serviço de delivery por meio de plataformas: caso haja recusa do pedido (por qualquer que seja o motivo), o trabalhador pode ser suspenso ou desligado do app; entregas a km de distância com remunerações baixíssimas; a ocorrência de possíveis infrações de trânsito pode levar a inativação do usuário.

De acordo com o levantamento “Futuro do trabalho por aplicativo” divulgado em maio de 2023, cerca de “75% dos motoristas e entregadores de aplicativo preferem o sistema atual ao regime CLT”. (METROPOLIS, 2023)

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha para a Uber e o iFood mostra que três de cada quatro motoristas e entregadores que trabalham com os aplicativos de mobilidade e entrega preferem manter o modelo atual, em vez de uma eventual contratação pelo regime CLT, mesmo que tivessem acesso aos benefícios trabalhistas previstos na legislação.³³

³³ MATOS, Fábio. Datafolha: 75% de motoristas e entregadores rejeitam contratação via CLT. Metrópolis, 22 maio de 2023.

Diante disso, a regulamentação do trabalho de acordo com os princípios da CLT se torna uma ameaça.

Para 89% dos entrevistados, é importante garantir certos direitos e benefícios, desde que eles não interfiram na flexibilidade do trabalho. Apenas 11% afirmaram ser favoráveis à garantia de todos os direitos trabalhistas mesmo que isso signifique menor flexibilidade.³⁴

É no embaralhamento da noção de autonomia e subordinação que surge o desdém às modalidades formais de trabalho por parte dos plataformizados. Nessa perspectiva, é trocar 6 por meia dúzia; não querem ser suscetíveis a regulação do Estado, mas são controlados velada e implicitamente pelas empresas-aplicativo.

De acordo com o entregador ativista Renato Assad em um vídeo divulgado no Instagram³⁵, “o que outorga a exploração realizada pelos aplicativos perante os entregadores é a atual condição do trabalho formal regulamentado”. Tal argumento que se propaga na categoria dos trabalhadores de delivery é baseado na prerrogativa de que a CLT não se atualiza conforme as necessidades dos novos modos de organização laborais. Dessa forma, segundo muitos interlocutores com quem tive a oportunidade de conversar, a regulamentação nesses moldes só valeria a pena se o salário mínimo aumentasse, bem como o piso salarial da classe. “Ter horário de trabalho vai contra todos os ideais de liberdade e flexibilidade que tanto prezamos” (Fala de um interlocutor); nos parâmetros desse discurso, o trabalhador possui a dívida do tempo a seu favor e, mesmo assim, precisa trabalhar entre 10 a 12 horas para garantir seu sustento.

4.1.2 As tentativas de regulamentação: o Estado como um mediador negligente

Conforme analisado no subtópico anterior, a regulamentação do trabalho por meio de plataformas é objeto de inúmeros debates, principalmente no contexto brasileiro de

³⁴ MATOS, Fábio. Datafolha: 75% de motoristas e entregadores rejeitam contratação via CLT. Metrópolis, 22 mai 2023.

³⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CyLUsthuEAn/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng==>

pós-pandemia que acentuou a precariedade vivenciada por tais trabalhadores. À vista disso, é necessário apontar que a superexploração vivida pelos entregadores, dentre outros uberizados, é responsabilidade não somente da plataformização laboral, mas também do Estado, uma vez que o fenômeno já ultrapassa as fronteiras contratuais trabalhistas e se torna, dia após dia, uma questão legal de política pública.

Assim sendo, uma das agendas prioritárias do governo Lula se estabeleceu nesse objetivo. Em uma das propostas de diretrizes divulgadas no início de seu mandato atual (2023), o presidente afirmou que o trabalho é o centro de um novo modelo de desenvolvimento econômico e reconheceu a necessidade de assegurar direitos básicos aos trabalhadores de plataforma.

Dessa forma, concomitante a inúmeras manifestações por melhores condições laborais por parte dos entregadores e outros plataformizados, é discutido em Brasília mensalmente o projeto de regulamentação do trabalho pelo meio digital. O debate se dá tendo como protagonistas as empresas-plataformas que fazem parte da AMOBITEC³⁶ (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia). Além disso, sindicatos e o Estado (representado por seu órgão incumbente) formam o grupo de discussão acerca da problemática.

É interessante apontar a representatividade inferior dos trabalhadores em relação a quantidade de empresas-aplicativo requisitadas para opinar na decisão. Ou seja, até quando seu trabalho tem a possibilidade de ser regulamentado, a escuta da base das categorias é preterida e negligenciada; as melhorias serão para quem?

Dentre as inúmeras tentativas de negociações, trago como exemplo uma das mais recentes, ocorrida em setembro e organizada pelo projeto de regulamentação do trabalho, agenda prioritária do governo Lula. Na ocasião, a AMOBITEC ofereceu proposta de pagamento de R\$ 10,60 a hora efetivamente trabalhada pelo entregador (produto/cliente); em aspectos como saúde e segurança, a associação de empresas-aplicativo propôs a contratação de seguro, incluindo medidas como ponto de apoio e alimentação.

³⁶ Fundada em 2018, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia – Amobitec é uma entidade de direito privado, que reúne empresas que prestam serviços tecnológicos relacionados à mobilidade de pessoas ou bens, como o aluguel de equipamentos de micromobilidade, intermediação de viagens de transporte individual privado e de serviços de delivery, e aplicativos de dados de mobilidade urbana. A AMOBITEC representa empresas como a Uber, iFood, Rappi, entre outras.

A negociação não foi fechada, uma vez que os tópicos foram negados pela categoria dos entregadores ali minimamente representada. A contraproposta foi apresentada no dia 12/09/23 e os trabalhadores solicitaram o mínimo de R\$35,00 a hora trabalhada; As empresas não cederam e permaneceram firmes, aumentando a remuneração por hora trabalhada de R\$ 10,60 para R\$ 12,00.

É importante estabelecer a distinção entre hora logada X hora trabalhada. Uma vez que o usuário do app está ativo, ele está propenso a aguardar pedidos. A hora trabalhada não conta esse tempo de espera, tão somente o lapso temporal do momento em que o entregador adquire a mercadoria no estabelecimento remetente até o pedido chegar às mãos do cliente. Nessa perspectiva, o trabalhador é responsável também pelos tempos mortos do serviço que presta.

A partir disso, um dos pontos primordiais apontados pela categoria é o pagamento pela hora logada de R\$ 35,76, mantendo os custos fixos de sua força produtiva e seus recursos sob sua responsabilidade. Na ocasião do projeto de regulamentação, também está sendo discutida a inclusão previdenciária (INSS), sendo propostas pelo Estado as alíquotas de 20% para as empresas-plataformas e 7,5% para os entregadores, incididas sobre rendimento mensal.

Na discussão, o Estado tem a função de estabelecer o canal entre as duas instâncias, ou seja, de mediar a negociação. Entretanto, segundo a categoria, o governo federal não demonstra nenhum interesse e compromisso em considerar as reivindicações e necessidades das classes de trabalhadores plataformizados. As empresas, em nome dos aplicativos, apresentam propostas que institucionalizam trabalho escravo digital e o Estado se apresenta como um mediador negligente diante da dinâmica do debate.

À vista disso, pontuo que após o período de pandemia, a visibilidade adquirida pela categoria dos entregadores deu origem a necessidade de criação de políticas públicas com o objetivo de regular as formas de trabalho mediadas por plataformas digitais. Aqui, estabeleço um paralelo com o primeiro capítulo deste trabalho: a ideia de Estado de exceção, presumida por Das e Poole (2004). Entende-se que, em relação a determinada fração da sociedade (os marginalizados), o Estado é ausente e negligente. Tal situação corrobora para “a criatividade das margens, que criam suas próprias alternativas de ação

política. Elas buscam, entre as brechas das leis, suas estratégias de sobrevivência e ‘autogerência’”.

4.2 O ideal de identidade coletiva: visibilidade para a categoria dos entregadores

Citei diversas vezes no decorrer desse trabalho o quanto o contexto pandêmico e suas consequências foram primordiais para evidenciar o trabalho por meio de plataformas digitais como vínculo laboral. No que diz respeito a formação de categorias de trabalhadores, esse cenário permitiu a expansão de diferentes formas de associativismos.

No início do meu ano de pesquisa, encontrei certa dificuldade em conseguir dialogar com interlocutores. O dinamismo e a alta produtividade do serviço de delivery dificultavam a ideia de conversar e permanecer em contato com os trabalhadores. Como meu campo se concentrou em Niterói, - RJ procurei permanecer em locais propícios (como o Plaza Shopping) em horários de grande movimento, como a hora do almoço.

Devido à grande rotatividade desses espaços, era quase impossível encontrar alguém disposto e com tempo para dialogar. Ao mesmo tempo que o aplicativo de um entregador “tocava”, outro estava se dirigindo ao estabelecimento para retirar o pedido e um terceiro estava indo em direção ao local da entrega.

A rapidez da atividade produtiva dos serviços de delivery realizados por plataforma durante a pandemia do COVID-19, bem como a alta demanda e a necessidade de isolamento social foram aspectos que dificultaram, inicialmente, a formação de uma identidade coletiva referente a categoria dos entregadores.

Diante disso, a internet e as redes sociais se apresentaram como um mecanismo de aproximação dos trabalhadores. Para além disso, trouxeram um viés de ativismo que tem como objetivo perpassar as vivências e aspectos individuais, tornando os integrantes da categoria mais próximos e com um sentimento de pertencimento.

Nessa conjuntura, eu conheci a Família 2 rodas. Na ocasião, conforme detalhada na introdução dessa monografia, a F2R era um movimento de entregadores e mototaxistas de Niterói. É importante ressaltar que o auge da minha pesquisa foi no final da pandemia e, por isso, a manifestação a qual tive a oportunidade de presenciar possuía uma

concepção de luta contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores, em comparação a importância atribuída aos mesmos no período pandêmico.

A partir desse dia, passei a acompanhar a F2R e me inserir em seus espaços de debate. Entrei em contato com o diretor do movimento, Leo Família, que prontamente se disponibilizou a dialogar comigo acerca do trabalho de campo ao qual eu estava realizando. O “online” se apresentou, então, como uma forma de ampliar dados etnográficos.

Leo, na época, também me adicionou no grupo de WhatsApp dos entregadores de Niterói. Nesse espaço, pude presenciar discussões e falas pertinentes a respeito do meu objeto de pesquisa. Lembro que reparei e me surpreendi com a organização dos grupos: havia um para informações de trânsito, um outro para oferta de freelances, um terceiro para apoio; Tal característica já demonstrava a ascensão de um associativismo.

Graças à oportunidade que me foi dada pelo diretor da F2R, presenciei inúmeros debates valiosos para entender diversos aspectos que circundavam a realidade dos entregadores. No começo de 2023 e com o fim oficial da pandemia do COVID-19, segundo a ONU, as manifestações lideradas pela F2R em Niterói se tornaram mais frequentes e o principal canal de comunicação e compartilhamento eram os grupos de WhatsApp, bem como outras redes sociais como o Instagram e o Tik Tok.

Dentre as motivações para as manifestações estavam: os destratos dos clientes, os enquadros e a truculência desnecessária da Guarda Civil Militar do Município de Niterói, o desaparecimento da essencialidade estabelecida na pandemia, entre outros. Os atos eram sempre protocolados mediante a Prefeitura e todo o processo era realizado de modo pacífico.

Tive a oportunidade de presenciar algumas manifestações. Em razão de sempre terem agido conforme a lei, reitero que a Família 2 rodas conquistou muitas coisas na cidade de Niterói. Em um evento do maio Amarelo, mês de conscientização do delivery, foram oferecidas várias palestras com temas como educação no trânsito e primeiros socorros. Tal ocasião consolidou a visibilidade ganhada pelos entregadores de aplicativo no período pós pandemia.

Também foi nessa conjuntura que a F2R foi reconhecida pela Prefeitura e Câmara como associação representante dos motoboys e entregadores da cidade de Niterói. A partir disso, iniciaram-se os procedimentos para o registro formal e, hoje, a Família 2 rodas é uma associação nacionalmente legalizada.

A partir disso, considero esse o meu “achado” de pesquisa. Nessa conjuntura, se estabelecia a gênese e a mobilização de um movimento social legalizado. Já existia no município grupos de entregadores que lutavam contra a precarização do trabalho e, consequentemente, por melhorias trabalhistas. Entretanto, até então, não havia uma perspectiva de associativismo da categoria.

Considero que a concepção do delivery como serviço essencial em meio a pandemia agregado a assimilação da essencialidade dos entregadores pela sociedade, no mesmo contexto, foram os aspectos responsáveis pela construção da identidade coletiva da classe, influenciada pelo ideal de união com o objetivo de reaver sua importância diante do contexto social.

Nesse sentido, de acordo com Das e Poole (2004), os indivíduos marginalizados necessitam criar suas próprias alternativas de ação política, embasados pelo princípio da autogerência. Os movimentos sociais se consolidam a partir dessa narrativa, abastecidos pelo fortalecimento das populações marginalizadas em contextos precarizados. Assim sendo, a visibilidade dos entregadores de aplicativo é construída a partir de outro viés: o da luta pela classe.

5. Considerações Finais

“Na pandemia, entregador era herói. Agora é um nada, tirado como otário, cliente e o Estado querem pisar em cima. Nós não somos valorizados, isso tem que mudar.”

Na conjuntura do modo de produção capitalista, acentuou-se a informalidade e a precarização laboral. “A superexploração da mão de obra trabalhadora intensifica-se e arruína a vida de milhões de pessoas pela baixa remuneração e condições degradantes de trabalho (ANTUNES, 2018). À vista disso, o capitalismo de plataforma radicalizou o processo supracitado, uma vez que o trabalho precário assumiu seu auge através do

fenômeno do “empreendedorismo de si”, promovido pela uberização. Dessa forma, uma vez introjetada no aspecto laboral, a condição precária se estabelece em todas as esferas da vida do indivíduo,

O conceito de marginalidade pode ser entendido, além do ponto de vista territorial, pelas margens da vida precária. A partir dessa concepção, a marginalização parte da premissa da desigualdade social e da ausência ou negligência do Estado perante as formas de sobrevivência marginalizadas.

Meu objetivo aqui foi estabelecer uma conexão entre a marginalização experienciada pelos entregadores de aplicativo, especialmente no período pós-pandemia, e a gestão do trabalho precarizado por meio de plataformas. Para isso, a essencialidade sobreposta a esses trabalhadores no contexto supracitado foi de suma importância para a construção de uma falsa ilusão de valorização desses indivíduos perante a sociedade.

Entretanto, acredito que tenha conseguido demonstrar que a promoção de categoria essencial propagada em meio ao cenário pandêmico não fez com que a visão social em relação aos entregadores se estabelecesse de maneira menos hierarquizada, desigual e marginalizada: apenas na ocasião, por razões extraordinárias, a necessidade do serviço de delivery foi exponencialmente expandida.

As formas de trabalho informais sempre foram percebidas a partir de uma óptica de marginalidade perante as moralidades predominantes e da construção de novas formas e sentidos de “ganhar a vida”. Além disso, as informalidades também estão às margens do Estado, devido à ausência de regulamentação.

Diante disso, ao brincar com o conceito e estabelecer uma ambiguidade, o marginal ganha conotações distintas: o entregador às margens do Estado e sobrevivente da vida precária e o malandro, zé ninguém, entre outros adjetivos pejorativos que se referem a um aspecto moral em relação a maneira como esse tipo de trabalhador é visto perante a sociedade, em uma situação de hierarquização da cidadania e exclusão social.

Ao relacionar a passagem do “essencial” ao “marginal” à gestão do trabalho platformizado, foi apontado que o gerenciamento algorítmico propiciado pelas empresas-aplicativo é extremamente eficiente do ponto de vista da promoção da produtividade requerida pelo capital. Ademais, determinadas características do

capitalismo de plataforma propagados pela uberização, subordinam implicitamente o trabalhador sem que haja a necessidade uma gerência direta de suas atividades. A partir dessa constatação, sugeri o seguinte contraste: a gestão não é precária, o trabalho que é. O trabalho informal que sempre foi superexplorado e precário, se tornou ainda mais a partir do fenômeno da plataformização.

No que diz respeito a importância socioeconômica dos entregadores, construída e assimilada na pandemia, não foi totalmente perdida. Diversos pesquisadores estudam o tema e a classe é vista como objeto de política pública e projeto de regulamentação. Entretanto, a categoria voltou a um lugar, perante os indivíduos que desfrutavam dos serviços por ela oferecidos, de desimportância. Dessa maneira, o trabalhador de delivery retorna, em um contexto pós-pandêmico, à sua posição de precarizado, excluído e marginal.

É interessante pontuar que o grau de precarização, exclusão e marginalidade, que sempre fora relacionado aos entregadores, aumentou exponencialmente. Fato que comprova isso é a presença de inúmeros maus tratos e casos de violência na relação cliente X trabalhador, especialmente após o fim da pandemia. Esse tipo de tratamento foi normalizado como mais um aspecto da precarização do trabalho plataformizado pois, após esse contexto, além do sujeito ser o “marginal que trabalha na rua”, também se apresenta como marginal à vista da percepção desigual social.

O trabalhador é mais marginal porque é mais precário e o trabalho por meio de plataformas digitais, que sempre foi precário, se torna mais marginalizado à medida em que a superexploração da mão de obra se acentua. Assim sendo, a plataformização laboral, agregada a uberização, evidenciou o processo constante de marginalização e precarização da categoria dos entregadores de aplicativo, dentre os diversos vínculos informais existentes.

Ou seja, houve um pico de necessidade em meio a pandemia, que fundou uma certa essencialidade dos serviços de delivery, tornando tais trabalhadores visíveis. Consoante a isso, após o período supracitado, os entregadores são constantemente destratados e marginalizados, mas não são mais invisíveis. O ideal de visibilidade da categoria se instaura na mobilização de movimentos sociais de luta por melhorias e

garantias trabalhistas, preservando o princípio da flexibilização. A capacidade de manifestação, de associativismos e resistências, bem como de organização da classe trabalhadora movida por uma identidade coletiva, é um elemento decisivo para a conquista de formas mais dignas e decentes de trabalho, tanto do prisma da regulação estatal, quanto do parecer social.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p.111-126, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341285277_Uberizacao_a_era_do_trabalhador_just-in-time1>

ABÍLIO, L. C. (2020). Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? Contracampo, 39(1), 12-26. doi: 10.22409/contracampo.v39i1.38579. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341094495_Plataformas_digitais_e_uberizacao_a_globalizacao_de_um_Sul_administrado

ANTUNES, Ricardo; **FILGUEIRAS**, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341097250_Plataformas_Digitais_Uberizacao_do_Trabalho_e_Regulacao_no_Capitalismo_Contemporaneo

DAS, V; **POOLE**, D. (Eds.). (2004). Anthropology in the Margins of the State. (pp. 3-33). Santa Fe: SAR Press. Traducción: María Daels y Julia Piñeiro. **Department of Anthropology, John Hopkins University. Disponível em: <https://seketmaaref.files.wordpress.com/2017/10/das-and-poole-the-state-and-its-margins-2004.pdf>

DELFINO, Andrea. La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad. Universitas Humanística, núm. 74, julio-diciembre, 2012, pp. 17-34. Pontificia

Universidad Javeriana - Bogotá, Colombia. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/791/79125420001.pdf>

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. O Desemprego no Brasil, na perspectiva da marginalidade social. Ensaios FEE; Porto Alegre Vol. 38, Ed. 1, (Jun 2017): 215-243. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/3778/3864>

GUIMARÃES, Fernanda. Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda. CNN Brasil, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda/>

KREIN, José. A predominância do trabalho como labor, não como opus, na era da terceirização. Revista IHU On-Line, n. 503, 24/04/2017. Entrevistado por: FACHIN, Patricia. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6828-a-predominancia-do-trabalho-como-labor-nao-como-opus-na-era-da-terceirizacao>.

MAIELLO, Cristina; **BENEDITO**, Fabiana; **BERALDO**, Paulo. Antiglossário da Inteligência “Artificial” e do Trabalho por Plataformas. São Paulo: DigiLabour, 2023. Disponível em: <https://digilabour.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Antiglossario-da-Inteligencia-Artificial-e-do-Trabalho-Por-Plataformas.pdf>

MATOS, Fábio. Datafolha: 75% de motoristas e entregadores rejeitam contratação via CLT. Metrôpolis, 22 mai 2023. Disponível em: Datafolha: 75% de motoristas e entregadores rejeitam contratação via CLT | Metrôpoles (metropoles.com)

MATTA, Roberto da; **BRASIL**, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/28211389-roberto-damatta-carnavais-malandros-e-herois.pdf>

PAOLI, M. C. P. M. Trabalho e marginalidade: um estudo de caso. RAE - Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 113-134, 1973. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40240>

PNAD: Originalmente publicado como: Lapa, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia de covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ano 27, n. 71, p. 41-57, abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HmmTIs>

QUEIROZ, Thalita. Entregador ameaçado por homem armado não consegue voltar ao trabalho: ‘Estou traumatizado. O DIA. 15 jun 2023. Disponível: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/06/6653390-entregador-ameacado-por-homem-armado-nao-consegue-voltar-ao-trabalho-estou-traumatizado.html>. Acesso em: 01/11/23

SLEE, Tom. Uberização: A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br>

VIEIRA, Fernando de Oliveira; **FREITAS**, Lêda Gonçalves de; **SILVA**, Marcela Soares; **MOURA**, Flávia de Almeida. PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UBERIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA PARA ALÉM DO CONTEXTO DE POBREZA In: Trabalho, precarização e resistências / Janine Kieling Monteiro... [et al.] (Organizadoras). — São Luís: EDUFMA, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (Orgs.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68.

Resenhas

Resenha do filme “Tropa de Elite”: As perspectivas da Segurança Pública através de uma Tropa de Elite

Douglas Ribeiro de Faria¹
Eliel Ferreira da Silva²
Luan de S. M. dos Santos³

Ficha técnica

Título: Tropa de Elite - Missão Dada é Missão Cumprida.

Ano da produção: 2007.

Dirigido por: José Padilha.

Estreia: 5 de outubro de 2007.

Duração: 115 minutos.

Classificação: 16 anos.

O filme brasileiro *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha, com roteiro de Bráulio Mantovani e Rodrigo Pimentel⁴, estreou no ano de 2007, é a adaptação ao Cinema do livro de André Batista e Rodrigo Pimentel, em parceria com Luiz Eduardo Soares (antropólogo e cientista político). estreou em 2007 e é uma adaptação cinematográfica do livro de André Batista e Rodrigo Pimentel, em parceria com Luiz Eduardo Soares (antropólogo e cientista político). Narrado em primeira pessoa pelo protagonista, Capitão Nascimento, o filme relata os dilemas enfrentados por um capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), encarregado de “pacificar”⁵ a favela do Morro do Turano para receber a visita do Papa João Paulo II, em 1997, devido ao interesse do pontífice em passar boa parte de sua estadia nesse local. O filme também acompanha a

¹ Graduando em Segurança Pública UFF/CEDERJ, Graduado em Segurança Privada UNICESUMAR, Suboficial do CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS da Marinha do Brasil.

² Tecnólogo em Segurança Privada/Empresarial- Uniban/Anhanguera-SP, Bacharel em Administração Pública UFF/CEDERJ, Pós Graduado em Gestão Pública - UNINOVE - SP e Graduando em Segurança Pública pela UFF, Servidor Público Federal no Poder Judiciário na Secretaria de Segurança Institucional - JFRJ/SSI

³ Graduando em Segurança Pública UFF/CEDERJ, Militar Ativo do QUADRO DE PRAÇAS DA ARMADA da Marinha do Brasil

⁴ Rodrigo Pimentel é pós-graduado em Sociologia Urbana pela UERJ. Foi articulista do Jornal do Brasil e produtor do documentário Ônibus 174. Membro da Polícia Militar do Rio de Janeiro de 1990 a 2001. Foi Capitão do Bope de 1995 a 2000. Ex-integrante do bope. Em 2005. Auxiliou como roteirista. No filme do livro elite da tropa. Em parceria. Com Luiz Eduardo Soares e André Batista.

⁵ Pacificar é um verbo que significa devolver, promover ou restituir a paz, a calma ou a serenidade. Pode também denotar o fim de conflitos, da agressividade ou da agitação. Quando aplicado ao contexto de políticas públicas, pacificar envolve a implementação de medidas que fomentem a harmonia social e a resolução pacífica de conflitos, o que pode incluir políticas de mediação, programas de educação para a paz e iniciativas que busquem a equidade social. O objetivo é criar um ambiente onde todos os cidadãos possam viver em paz, com direitos respeitados e acesso a oportunidades iguais. No entanto, o filme apresenta uma imagem paradoxal desse processo, ao mostrar que, muitas vezes, a pacificação é alcançada por meio de vias violentas.

trajetória de dois aspirantes a oficiais da corporação, Matias e Neto, designados para um batalhão da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro). Esta resenha analisa e problematiza três pontos centrais: primeiro, a representação da polícia no cinema brasileiro; segundo, o papel do baile e da música funk na construção narrativa do filme; e terceiro, a experiência dos policiais militares (PM) na formação universitária."

Sobre o primeiro ponto, a representação da polícia no cinema brasileiro, mais especificamente no que se reproduz na obra cinematográfica no Rio de Janeiro, onde se observa a forma de apresentar versões ou idealizações de como se retrata uma instituição pública bicentenária, por uma narrativa na qual se pretende explorar sua atuação num limite de tempo com informações que podem discriminar, distorcer, ou exaltar, mesmo que de forma estrábica, e ou condescendente a sua atuação diante da população.

Em grande parte do filme, percebe-se uma tentativa sutil de caracterizar a polícia militar como uma instituição completamente corrupta, o que não corresponde inteiramente à realidade. No entanto, o filme revela um paradoxo: embora a polícia esteja moldada por tradições, muitas dessas tradições foram dilapidadas e refletem práticas que jamais deveriam fazer parte de sua atuação, práticas inconfessáveis que espelham o histórico hierárquico e excludente, herdado do passado colonial brasileiro. Esse passado criou uma sociedade piramidal que, embora se veja como democrática, funciona com base em profundas desigualdades. Desde sua criação, a instituição policial carrega uma linguagem institucional rígida que proclama a missão de 'Servir e Proteger', mas cuja estrutura é frequentemente comprometida por práticas que distorcem esses valores. Nesse contexto, a polícia não se apresenta como visionária em sua missão, mas como uma corporação enraizada em uma cultura organizacional inflexível e permeada por contradições históricas que ainda influenciam sua atuação.

É possível observar, no desenrolar das cenas que mostram a chegada dos aspirantes e sua alocação nas atividades da unidade militar, que o personagem Matias é designado ao setor de comunicações e estatísticas. Através de um árduo trabalho de análise e representação gráfica dos dados sobre os crimes na área de atuação do batalhão, o aspirante desenvolve uma projeção estratégica para o posicionamento das viaturas. No entanto, ele recebe ordens expressas para alterar as informações apresentadas, pois os 'dados verdadeiros' poderiam gerar consequências indesejadas para os superiores do

batalhão. A intenção de Matias era direcionar e orientar a atuação policial de acordo com as necessidades da população, utilizando os dados para alcançar melhores resultados. Porém, isso se torna inviável devido a questões obscuras e à visão política distorcida de seus superiores, que priorizam interesses escusos sobre o bem-estar público.

O filme contribui de forma positiva ao expor à sociedade, especialmente àqueles que não passaram por um ambiente de formação militar, uma visão da atuação policial marcada pelo altruísmo e pela abnegação de alguns de seus integrantes. Ainda que esses valores existam e apareçam de forma individualizada diante das dificuldades e desafios retratados, eles revelam o que é valorizado na instituição: o 'espírito de corpo' cultivado entre os membros. As atividades, mesmo fora da rotina, são planejadas com um alto nível de precaução e atenção aos riscos, com o objetivo de priorizar, ainda que de modo indireto, a segurança da população.

O sentimento cultivado no ambiente de formação inicial do policial torna-se uma condição fundamental para a continuidade de sua carreira, sendo, de fato, uma condição *sine qua non* para seu direcionamento a unidades especializadas da polícia, como retratado no filme.

Sobre o segundo ponto, o papel do baile e da música funk na construção narrativa, a trilha sonora de *Tropa de Elite* é composta por diversas músicas do gênero urbano funk. Em uma das cenas iniciais mais marcantes, os espectadores são introduzidos a um baile funk realizado a céu aberto, onde moradores de uma comunidade se reúnem para momentos de diversão e entretenimento. No entanto, o evento é abruptamente interrompido por um confronto com armas de fogo entre a polícia e traficantes da favela, revelando o dilema cotidiano enfrentado pelos moradores, que frequentemente se veem em meio ao fogo cruzado. A escolha do funk como trilha sonora reflete a cultura das favelas, enriquecendo a ambientação e trazendo a energia e identidade desses espaços para as cenas. Com suas batidas intensas e letras que abordam temas sociais e do dia a dia, a música funk complementa a narrativa do filme, acentuando a tensão e emoção das cenas. Essa conexão entre o funk e os eventos na comunidade reforça a autenticidade da produção e aprofunda a imersão do espectador na realidade complexa retratada pelo filme.

O terceiro ponto, a experiência dos policiais militares (PM) na formação

universitária, é abordado no filme através do personagem Matias, um aspirante a policial que decide cursar Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Matias enfrenta diversos dilemas relacionados à sua profissão, especialmente retratados em uma cena de aula de sociologia, onde ele e três colegas devem apresentar o livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault. Como mencionado, o filme usa uma narração em primeira pessoa, pelo personagem Capitão Nascimento, que comenta a decisão de Matias de frequentar a universidade: 'Eu não tinha problema com Matias fazer faculdade, o que me deixava puto era ele não perceber que um policial não é um estudante como os outros'. Essa fala revela a tensão entre a vida universitária e a realidade policial, demonstrando a incompatibilidade que existia entre a polícia e a universidade na época. Matias sente a necessidade de ocultar sua profissão dos colegas, mas isso não o impede de entrar em conflitos devido às suas visões de mundo. Ao se reunir com o grupo em uma ONG localizada em uma favela, onde a presença policial é muitas vezes indesejada, a situação se complica. Durante a exposição, surge um debate acalorado em que a polícia é descrita pelos colegas como uma instituição perversa que exerce relações de poder violentas sobre a população. Todos concordam com esse posicionamento, compartilhando experiências de abordagens policiais violentas; uma colega chega a dizer: 'A polícia primeiro atira para depois saber quem é bandido e quem não é'. Matias, por outro lado, defende a instituição, argumentando que há muitos policiais honestos e, ao final, afirma: 'Vocês não têm a menor noção de quanta criança entra para o tráfico e morre por causa da maconha e do pó; do apartamentinho de vocês aqui da zona sul não dá para ver esse tipo de coisa, não'. Esse argumento moralizante, que associa o consumo de drogas ao ciclo de violência e ao tráfico que atinge a periferia, conduz o filme a uma reflexão sobre as diferentes perspectivas e preconceitos entre os universos da polícia e dos estudantes. A partir desse momento, a turma silencia, e muitos colegas de Matias evitam contato com ele ao longo do filme.

Entre os diversos temas abordados pelo filme, destaca-se o dilema enfrentado pelo policial Matias em sua participação como aluno do curso de Direito na PUC-RJ. Em uma das cenas, Matias sente a necessidade de esconder sua profissão dos colegas universitários, evidenciando a incompatibilidade que, na época da produção do filme, existia entre a polícia e a universidade. Embora seja uma obra de ficção, essa situação

parece refletir uma visão cristalizada e amplamente difundida naquele contexto. Um exemplo disso pode ser encontrado no artigo jornalístico de 2007, ano de lançamento de *Tropa de Elite*, intitulado 'Graduação em segurança pública incita protesto na UFF'. O artigo destaca como a criação do curso de Segurança Pública gerou inconformismo entre os estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF). No entanto, mais de uma década depois, iniciativas como o curso de Tecnologia em Segurança Pública, oferecido pelo consórcio CEDERJ e coordenado pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InCT-INEAC), fundado pelo professor Emérito Roberto Kant de Lima, têm contribuído para modificar esse panorama de incompatibilidade. Essas iniciativas têm aumentado significativamente a presença de policiais militares e outros agentes de segurança pública na universidade, promovendo uma maior integração entre essas esferas.

Esse processo tem sido marcado por uma negociação gradual tanto por parte da universidade quanto dos policiais, que agora ocupam o papel de estudantes universitários. Nos períodos iniciais do curso, observava-se uma dificuldade por parte desses alunos em se enxergarem como integrantes da UFF, o que resultou em diversos conflitos. Esses conflitos foram geridos, em parte, pela criação do LABIAC, um coletivo voltado para a iniciação acadêmica nos diferentes polos do CEDERJ. A partir de oficinas, como a de produção de texto — onde este próprio texto foi produzido —, o LABIAC tem possibilitado que os alunos, majoritariamente agentes de segurança pública, participem ativamente dos habitus acadêmicos universitários e exerçam sua cidadania por meio do acesso e exercício de direitos.

O filme *Tropa de Elite* é marcante ao retratar 'como funciona a Polícia Militar do Rio de Janeiro', abordando, entre outros tópicos, o impacto psicológico sobre cada militar do BOPE. A sanidade mental desses agentes é fundamental, pois seu cotidiano envolve atuar em áreas de risco, combater o tráfico (inclusive utilizando técnicas de combate não convencionais), prender delinquentes, libertar reféns e trocar tiros com criminosos. Ao mesmo tempo, esses policiais devem cumprir rigorosamente o regulamento para evitar erros que possam comprometer sua carreira, a imagem da corporação e, principalmente, sua função de proteger a população e garantir seus direitos. Além disso, após um dia de intensas atividades, eles precisam estar emocional e mentalmente preparados para

retornar a seus lares e conviver com suas famílias como se tivessem tido um dia 'normal'. Manter a sanidade mental nesse ciclo é extenuante: a pressão de ser um herói, um pai, esposo ou amigo em casa, sem demonstrar fragilidade ou cansaço, é imensa. Esse fardo constante pode resultar em problemas psicológicos como estresse pós-traumático, ansiedade e dificuldade em criar vínculos afetivos saudáveis, gerando um peso emocional que afeta todas as áreas de sua vida, 24 horas por dia.

Sobre os três pontos abordados nesta resenha, concluímos com algumas reflexões: de que forma a imagem representada da polícia em *Tropa de Elite* impacta a relação entre essa instituição e a cidadania? A representação da polícia no filme reflete as complexas dinâmicas sociais do Brasil e nos leva a questionar como a visão da polícia — e a percepção que ela gera na sociedade — influencia não apenas a eficácia da segurança pública, mas também a vivência da cidadania. A construção de uma imagem positiva e de uma relação de confiança entre a polícia e a população é essencial para superar as barreiras existentes e para avançar em direção a uma sociedade mais justa e coesa. Somente com a superação dessas tensões e com a humanização do vínculo entre a instituição policial e a população é que se pode vislumbrar uma atuação mais alinhada aos direitos e à proteção de todos os cidadãos.

Qual seria o objetivo, ainda que não exposto, do diretor ao incluir o funk nas cenas ambientadas dentro da comunidade? Entre outras possíveis interpretações, pode-se dizer que o intuito do diretor foi promover uma forma de humanização e de representação da cultura local ao inserir esse gênero musical. O funk, além de retratar a realidade das comunidades cariocas, funciona como um contraponto à violência e à repressão policial, sendo apresentado como símbolo de resistência e de identidade nas favelas. Essa escolha destaca a dualidade entre a opressão e a celebração cultural, oferecendo uma visão mais complexa dos moradores das favelas — pessoas com suas próprias formas de expressão e de alegria, em vez de serem mostradas apenas como vítimas ou criminosos. Ao humanizar os personagens e enriquecer as cenas com um ritmo que é ao mesmo tempo provocativo e crítico, o diretor questiona a estrutura social e a violência do Estado. Dessa forma, o uso da trilha sonora entrelaça-se com a narrativa do filme, trazendo à tona questões sociais, culturais e políticas que aprofundam a compreensão da relação entre a polícia e a comunidade.

Que outras ações podem ser realizadas, além do ingresso da polícia na universidade, para garantir o exercício pleno da cidadania nessa instituição? Apesar das políticas públicas já existentes no Brasil, como as políticas de cotas, que representam um importante passo para a inclusão de indivíduos negros nos bancos acadêmicos e para a conquista da cidadania plena, essa é apenas uma parte de um contexto muito mais amplo. Benefícios e políticas públicas adicionais devem ser desenvolvidos e ampliados para garantir o exercício pleno da cidadania, incluindo o acesso à educação, o empoderamento econômico, a melhoria nas condições de saúde e bem-estar, a participação ativa na política, e o acesso à segurança e à justiça. A implementação dessas políticas contribui de maneira significativa para a promoção da igualdade de oportunidades e para o fortalecimento da coesão social. No entanto, é essencial que essas iniciativas sejam acompanhadas por uma mudança cultural que valorize a diversidade e combata, por exemplo, o racismo estrutural, criando um ambiente onde todos se sintam reconhecidos e incluídos como cidadãos plenos.

Referência Bibliográfica:

FUKUYAMA, Francis. State-building: governance and world order in the 21st century. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1959.

HALL, Stuart. Cultura, mídia e poder. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Jorge. A Polícia Militar e a concepção de pacificação nas favelas. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O que é a segurança pública? São Paulo: Escritura, 2001.

Nota Técnica

**Nota Técnica do Laboratório de Estudos sobre Conflito,
Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF) sobre o Projeto de Lei
Complementar 13/2025 apresentado pelo Prefeito Eduardo Paes e que
cria a Força de Segurança Municipal – FSM/RIO.**

O LAESP

O Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP) é um núcleo de pesquisas criado em 2012 no âmbito do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (DSP/UFF). É parte do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), uma rede nacional e internacional de pesquisadores financiada pelo CNPq e FAPERJ desde 2009. Seus pesquisadores privilegiam a realização de etnografias onde os dados são construídos com os interlocutores da pesquisa a partir de diferentes técnicas qualitativas e quantitativas das ciências humanas e sociais. O LAESP desenvolve estudos relacionados aos conflitos, cidadania e segurança pública, atento às configurações e arquiteturas políticas – formais e informais – presentes em agências estatais, nas dinâmicas que instituem mercados e em distintas práticas voltadas para administrar conflitos. Contextos nos quais se veiculam sentidos de justiça variados.

Esta nota técnica

A presente nota técnica produzida pelos pesquisadores do LAESP busca auxiliar o debate em torno do Projeto de Lei complementar nº 13/2025, se debruçando sobre três dimensões da proposta em tela, entre várias que poderiam ser arguidas tecnicamente. A opção pela redução do escopo visa favorecer a leitura e uma compreensão mais objetiva sobre eventuais limites e potencialidades da proposta.

O primeiro elemento sobre o qual vamos nos deter diz respeito à sua fundamentação. Será analisada a exposição de motivos, confrontando tal exercício com aquilo que está previsto na legislação corrente. Em síntese, opinamos pela conveniência de um diagnóstico mais preciso, lastreado nos números do Instituto de Segurança Pública

e em pesquisas de vitimização (caso existam), mapeando os problemas que se pretende atacar com a nova força.

A segunda dimensão a ser analisada diz respeito aos aspectos práticos relacionados às atividades na área de segurança pública municipal. Nosso objetivo será problematizar, entre outras coisas, como essa nova força se articulará com as agências já existentes, com a ideia de um sistema único, já que o SUSP é citado algumas vezes ao longo do projeto. Considerando aspectos estruturais da proposta - como a precariedade do vínculo funcional de parte da nova força municipal, bem como a prescrição da utilização da arma de fogo - como a criação de uma nova força de segurança pública no âmbito municipal concorrerá para um melhor desempenho de todas as polícias, resultando em benefícios para o cidadão comum? Afinal, dentro de uma lógica desejável, ela possibilitaria, por exemplo, à PM a mudança na alocação dos seus recursos face à atuação da FSA? Como será enfatizado que o enfrentamento à criminalidade fortemente armada não será o objetivo da força municipal, continuando a PM responsável por essa tarefa, constituindo marcos de atuação mais claros?

Consequentemente, ao analisarmos detidamente a introdução do diacrítico “arma de fogo” buscaremos descrever e analisar aspectos estruturais envolvendo os sistemas de segurança pública e de justiça advogando a necessidade de implantação da agência de inteligência que se articule com as existentes no sistema estadual de inteligência, de modo a qualificar a atuação de todas as corporações. Opinamos, portanto, ser o momento também de falar sobre a natureza comunitária do policiamento que se pretende fazer, pois essa foi a novidade inserida pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Isso, somado com a previsão do Conselho Municipal de Segurança previsto na lei do SUSP, devem formar a essência da missão de uma nova força a ser criada, no âmbito municipal.

O PLC 13/2025 – Uma breve apresentação

O Projeto de Lei Complementar 13/2025 foi veiculado pela Prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de apresentar mudanças na área de Segurança Pública. Ele é acompanhado de proposta de alteração da Lei Orgânica do Município, fazendo com que a agência Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO, criada pelo art. 2º da Lei

Complementar nº 100, de 15 de outubro de 2009, passe a ser denominada Força de Segurança Municipal do Rio de Janeiro – FSMRIO. Este último é previsto como dotado de uma Inspeção Geral e Corregedoria. No entanto, a proposta não altera seu *status* frente ao art. 144, § 8º, da Constituição Federal. No escopo do projeto se prevê, fundamentalmente, a criação de uma Força de Segurança Armada – FSA, a qual é dotada de uma Direção e Corregedoria independentes da FSM/RIO. A novidade do projeto é que ele introduz a atuação da Guarda Municipal no policiamento ostensivo, um imbróglio no mundo jurídico que foi sanado pelo Supremo Tribunal Federal. Com isso, o uso da arma de fogo pela agência municipal de segurança pública do Rio de Janeiro, que havia sido negado por decisão anterior da Câmara Municipal, parece ter ganhado impulso a partir da iniciativa do prefeito. Este, por sua vez, diz encontrar fundamentação normativa nas Leis Federais nº 10.826/2003 e nº 13.022/2014, que autorizam o uso de armas de fogo por agentes municipais. No entanto, somente a FSA poderá, se aprovado o Projeto de Lei, ter acesso a tal equipamento; neste caso, seus agentes receberão um adicional substantivo, em relação ao salário base, à guisa de gratificação por uso de arma de fogo. Os agentes vinculados à FSA serão recrutados por concurso público o qual pode ser realizado, eventualmente, por agentes da FSM. Estes últimos são os atuais guardas municipais, que seguirão trabalhando com acesso ao chamado armamento não-letal. Os aprovados nos concursos podem atuar na FSA por um ano, sendo possível a renovação de seus vínculos por até mais cinco períodos, de acordo com as avaliações obtidas. Após esse período, os membros oriundos da FSM voltam às atividades anteriores; já os agentes provenientes de outros contextos sociais deixam o serviço público municipal. O prefeito afirma que a proposta veiculada também está em sintonia com a Lei 13.675/2018, que deu forma ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Feita esta breve apresentação, passamos na sequência à interpretação técnica da proposta.

Sobre a exposição de motivo e a sensação de insegurança

Em sua mensagem à Câmara o prefeito Eduardo Paes apresenta entre seus principais argumentos a existência de pesquisas conduzidas no Município do Rio de Janeiro que mostram, segundo ele, “que sete em dez municípios apontam a segurança como o

principal problema da cidade”. Ele menciona um certo “sentimento de insegurança que afeta a todos”, repercutindo negativamente no desenvolvimento econômico do Município do Rio de Janeiro, “afastando potenciais investimentos, debilitando sua natural vocação turística e impedindo o pleno ordenamento e desenvolvimento urbano”.

Segundo o pesquisador Doriam Borges, em um importante estudo sobre a relação entre sentimento de insegurança e taxas de vitimização (2013), é adequada a construção de um modelo onde variáveis demográficas como sexo, educação, idade e regiões contribuem para compreensão acerca do sentimento de insegurança. Os resultados obtidos com a sistematização desses dados, em seu conjunto, fazem com que o sentimento de insegurança não seja interpretado como uma resposta irracional ou injustificada, mas como uma reação às crenças de um perigo palpável, que acossa a realidade vivenciada pelas pessoas. O que é importante para o dimensionamento das ações do poder público.

A nosso juízo, porém, a proposição da Lei enfrenta uma primeira fragilidade em não se fundamentar em um Plano Municipal de Segurança Pública. Este, aliás, é considerado pelo artigo 8º da Lei 13.675/2018, enquanto meio e instrumento para implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Em especial, ao que está previsto em seu artigo 5º, onde constam entre suas diretrizes principais: planejamento estratégico e sistêmico; fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis; fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica; atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública, entre vários outros aspectos que serão resgatados em outros momentos da presente nota técnica.

É importante frisar também que em momento algum o projeto faz menção ao Conselho Municipal de Segurança, previsto na referida Lei. A nosso juízo, sua previsão aproxima o SUSP da experiência exitosa do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a participação social é sua pedra angular, assim como é indicado que esse seria um dos objetivos do PLC.

Como síntese de nossa análise, fica assentado que a proposta não apresenta as evidências necessárias que contribuam para marcar as distinções entre a atual Guarda

Municipal e a agência que o prefeito deseja fazer existir, a FSM/RIO e, sobretudo, sua Força de Segurança Armada. Olhando para a finalidade do projeto, não basta alicerçá-lo no sentimento de insegurança da população. É necessário acostar os números dos delitos que, prioritariamente, se pretende coibir com a atuação da força de segurança que se pretende criar. Essa relação objetiva e direta deve se mostrar adequada ao uso de armamento letal, especialmente no que concerne ao seu tipo, aos equipamentos de proteção individual dos agentes, além das diretrizes gerais de sua atuação. A Cidade do Rio de Janeiro é extensa e com dinâmicas sociais e criminais bem distintas, o que demanda maior detalhamento dos objetivos e seus focos de atuação, sob o risco de transformarmos a nova força numa panaceia.

Sobre os efeitos práticos: a criação da FSA e os problemas que ela introduz no cenário carioca

No Capítulo II do projeto de Lei ganha substância a Força de Segurança Armada – FSA. Esta integra a estrutura da FSM-RIO enquanto órgão especializado e competente para realizar policiamento ostensivo, preventivo e comunitário, “bem como garantir a proteção dos órgãos, entidades, bens e serviços públicos municipais, autorizado o porte funcional de arma de fogo pelos seus integrantes”. Ocorre, porém, que o Poder Executivo prevê que esta FSA seja constituída por agentes temporários, que podem ficar no cargo por até 6 anos (período de 1 ano, prorrogado por mais 5 anos). Em primeiro lugar, tal prescrição contraria à Lei 13.022 que define, em seu artigo 9º que “A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal”. Ora, conforme a proposta do prefeito, o ingresso para a FSA se daria por concurso distinto, sendo facultado ao agente da FSM participar do mesmo. Neste caso, após concluído o período de trabalho, este voltaria à condição anterior. Os demais estariam, definitivamente, fora dos quadros da Prefeitura. Está flagrante, portanto, que o agente da FSM e da FSA correspondem a *status* distintos de servidores públicos, não configurando participarem de uma mesma estrutura de carreira. O que contraria, portanto, a legislação em vigor.” Este aspecto legalmente frágil pode, caso aprovado, ser alvo de modulação do Poder Judiciário, em especial por medidas

jurídicas de bases contrárias à base da Prefeitura; isto é, uma ação jurídica cujo objetivo seria apenas enfraquecer a proposta, mas que conta com um fundamento legal.

Além disso, tem-se também as declarações de aproveitamento de militares oriundos do Exército, o que introduz uma problemática acerca da formação contrária ao projeto de uma Força de Segurança Municipal, trazendo possibilidades de escalonamento, e não de diminuição, dos conflitos urbanos. Esses profissionais trariam uma cultura de enfrentamento, o que não é apropriado aos princípios e valores de um policiamento comunitário. Essa oposição conceitual não é abordada na construção do projeto e é peça fundamental quando, aparentemente, se pretende utilizar o conhecimento adquirido no Exército Brasileiro para reduzir o tempo de formação dos novos contratados. Obviamente, se não forem "reinventados" esses profissionais irão atuar dentro de suas lógicas aprendidas nas forças armadas que, como sabemos, não contempla as técnicas de policiamento e articulação comunitários.

Por outro lado, as etnografias realizadas por pesquisadores do LAESP, do INCT-InEAC, bem como oriundos de outros ambientes de pesquisa demonstram, em primeiro lugar, que o acesso às armas é considerado como uma credencial para que os profissionais de segurança pública participem dos mercados formais e informais de segurança (RODRIGUES, 2021, 2022; PIRES & ALBERNAZ, 2022;). É de igual conhecimento que ao serem desligados destas forças os profissionais, socializados no manejo especializado de armamentos, podem ser atraídos não só para mercados de baixa formalização, mas mesmo para organizações que se ocupam de negócio ilícitos (PIRES & PIRES, 2024; FERREIRA, 2022; NOGUEIRA, 2013;). Tratam-se, assim, de dois efeitos não desejados, porém, previsíveis a esta altura, se considerarmos o histórico do setor.

O prefeito do Rio de Janeiro parece se valer de uma certa comoção social, diante de dinâmicas sociais complexas envolvendo a chamada criminalidade violenta no município, e assim, por um lado, acaba por precarizar as relações de trabalho no ambiente do serviço público, em uma atividade complexa, onde os profissionais precisam ser cercados do máximo de garantias para o melhor exercício de suas atividades, em prol do público.

Por ocasião da apresentação da proposta, se acaba por proporcionar discussões como as observadas recentemente, nos debates da Câmara Municipal, que lastreiam suas opiniões em preocupações próprias de agências policiais tradicionais. O que demonstra mais uma vez a contaminação do debate público sobre uma Força de Segurança Municipal que se pauta pela lógica do enfrentamento e não pela proximidade com a sociedade, por exemplo, quando se trata da necessidade do acautelamento das armas após o serviço do guarda. Segundo tais discursos, o que seria uma proteção ao Guarda por não ostentar armamento letal fora do serviço, seja preservando-o de acidentes ou de emboscadas criminais na busca de sua arma, torna-se uma suposta “fraqueza”. O agente, assim, estaria “desprovido” de seu instrumento no combate a uma criminalidade “violenta” a qual, sabendo que ele não estaria armado, poderia fatalmente vitimá-lo.

Ora, pode-se argumentar que a utilização de armas por forças de segurança é a regra ao redor do mundo. É fato que uma rápida observação sobre as inúmeras agências policiais das cidades americanas (os Departamentos de Polícia de Nova Iorque e de Los Angeles são imensos), assim como as polícias nacionais européias (a Police National Francesa, a Polícia de Segurança Pública Portuguesa, o Cuerpo Nacional de Policia Espanhol, dentre outras), atesta que todas utilizam armas de fogo em suas atividades diárias. Contudo, naquelas sociedades o diacrítico “arma de fogo”, por si só, não é capaz de contaminar o status civil de atuação de uma força. De fato, o que concorre para isso em nossa sociedade é o viés introduzido pelo militarismo, que flerta continuamente com o belicismo, fenômeno predominante nas agências policiais tradicionais. Sobre o militarismo, este consiste “em uma ideologia segundo a qual a expressão militar do poder de um Estado tem primazia na formulação e condução das políticas públicas, do que resulta a preponderância dos militares em relação aos civis ou a sua forte influência na tomada de decisões” (SILVA, 2014). Fenômeno este que contamina os processos de administrar conflitos, na área de segurança pública, com a doutrina que traduz o “diferente” como o “inimigo” a ser combatido e, frequentemente, eliminado.

Assim, é importante resgatar a Lei 13.022/2014, que vem a ser o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Ela prevê um conjunto de princípios para atuação das guardas municipais, instituição de caráter civil e, portanto, devendo estabelecer diálogo direto

com a sociedade. A proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas se coaduna com a preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas. Logo, o patrulhamento preventivo é o *modus operandi* com que contribui com a evolução social da comunidade, comprometendo-se com o emprego de uso progressivo da força. Com a compartimentação da Guarda Municipal em FSM e FSA, estes princípios encontram-se desconectados uns dos outros e, portanto, se tornam inexecutáveis no modelo proposto.

A FSA revelando uma herança militarista

A Força de Segurança Armada é prevista no Artigo 17-C do PLC como dotada de autonomia funcional, sendo dirigida por um Diretor-Chefe, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo. Tal diretor é prescrito para coordenar a execução das atividades da FSA, respondendo pelos encargos a ela atribuídos. Pode-se argumentar que as realidades são distintas. Afinal, a Força de Segurança Municipal é representada como essencialmente diversa da Força de Segurança Armada. Sobretudo em função da introdução da “arma de fogo” no contexto da municipalidade carioca. Esta é tratada simbólica e materialmente como um diacrítico capaz de produzir, na proposta, a nomeação de um grupo como “elite”. De fato, isso tem o potencial de criar diferenças e embates internos graves, bem como se mostra desvirtuado da premissa legal de ser uma força criada com a natureza de Guarda Municipal, como dito no preâmbulo do projeto. Direções diferentes, Corregedorias diferentes, são determinantes para que, na prática, sejam estruturas apartadas. Opinamos que, a exemplo de outras experiências envolvendo agências policiais, em que distinções análogas foram introduzidas, há um potencial considerável de conflito que pode levar ao enfraquecimento ou mesmo desativação de outras frentes as quais a hoje existente Guarda Municipal – quiçá futura FSM – atende com boa desenvoltura. Quais as possíveis consequências? Isso é difícil de prever. Contudo, um dos riscos mais eminentes é de que haja mais trocas de tiro no espaço público, levando ao enfraquecimento não apenas da FSA, mas de todo o conjunto responsável pelas ações de segurança na esfera municipal. Afinal, como prenuncia a experiência da segurança pública até então – em especial a fluminense –, as dinâmicas

que envolvem a atuação da força policial de repressão armada estão extremamente sujeitas ao desgaste da imagem pública dessas agências de uso da força.

A “arma de fogo” como um diacrítico problemático

Na proposta se percebe uma importante preocupação com o manuseio dos armamentos. A medida de acautelamento da arma é importante, pois se trata de um instrumento de trabalho. Além do compartilhamento entre os agentes, seu acautelamento impede o uso clandestino que se valeria do fato de ser um instrumento regulamentar para esconder formas de particularização do uso da força. No entanto, o PLC não apresenta medidas concretas para a produção de um controle que produza experiência diversa daquela que se observa nas polícias. Em especial, no que concerne ao porte de armas pelos agentes, fora do serviço. Nestas últimas, o acautelamento de armas não impede que os agentes tenham acesso a armas individuais ou mesmo ilegais.

Aqui temos um ponto crítico, pois o projeto impede que os agentes tenham porte de arma fora do trabalho. As etnografias demonstram que é inimaginável que um agente público utilize uma arma ostensivamente no Rio de Janeiro, atuando na repressão à criminalidade, e depois de findo seu turno de serviço, se desloque pela cidade desarmado. Esse quadro se agrava quando esse profissional reside em regiões mais conflituosas da cidade ou da Região Metropolitana. Isso acarretará, como demonstra a prática de outros profissionais, na busca pela aquisição e porte

ilegal de armas não registradas. Não devemos nos iludir quanto a isso, pois os criminosos saberão dessa fragilidade e, considerando os confrontos que opõem policiais e bandidos, no Rio de Janeiro, buscarão utilizá-la.

Em que pese a arma de fogo ser um elemento que, aparentemente, está por ocorrer também no Rio de Janeiro, a exemplo do que já ocorre em outras capitais do país, o Projeto de Lei precisa reforçar e aumentar sua previsão regulamentar sobre o seu uso e, principalmente, sobre a sua importância horizontal e não vertical com outras inovações que auxiliem a segurança pública por parte desta “nova” Guarda. Por outra parte, o treinamento dos agentes deve se pautar para que um eventual uso de armas de fogo seja

o menos frequente possível, dentro de uma lógica de uso progressivo da força, transparência total, comunicação clara com a sociedade e atuação correcional dura e não corporativista.

Uma outra questão que visualizamos é que o projeto, a nosso juízo, se limita a colocar armamento no espaço público, fazendo com que seus agentes possam, por exemplo, autuar prisões em flagrante. Contudo, não apresenta compromissos com o desenvolvimento de unidades de inteligência policial, fazendo com que o uso de tecnologias – como também previsto na Lei 13.022/2014 - seja um diferencial para uma atuação que ofereça menores riscos à vida dos agentes e à população. Tampouco se estabelecem compromissos com protocolos públicos que propiciem uma experiência diferente daquela com que as agências policiais ordinárias brindam e preocupam a sociedade carioca.

Reforça-se aqui, portanto, que seja debatido na Câmara ou mesmo proposto pelo Prefeito a adição de toda sorte de elementos que busquem dar à “nova” guarda o ferramental tecnológico que já vem, comprovadamente, diminuindo as ocorrências criminais, tais como as câmeras corporais, assim como o engendramento com os sistemas informacionais de vigilância já existentes no município. É fundamental, portanto, retirar a arma de fogo do foco central do projeto, ainda que ele tenha assim nascido, por força das próprias preocupações encaminhadas no anexo do PLC.

Conclusão

Diante da análise empreendida nesta nota técnica, torna-se evidente que o PLC 13/2025 apresenta desafios estruturais e conceituais que merecem maior aprofundamento. A proposta, ao introduzir a competência de policiamento ostensivo no escopo de trabalho da Guarda Municipal e ao estabelecer um destacamento armado, carece de fundamentação em um Plano Municipal de Segurança Pública, deixando lacunas importantes quanto aos seus objetivos específicos, à sua articulação com as demais forças de segurança, a sua adequação às diretrizes estabelecidas pela ADPF 635 e as diretivas que nortearão sua atuação.

Além disso, os problemas jurídicos e operacionais levantados por esta nota técnica, como a precarização das relações de trabalho, a ausência de um plano de carreira

estruturado e a introdução de agentes temporários em funções críticas, configuram fragilidades que podem comprometer a efetividade da nova estrutura. A falta de clareza sobre a distinção entre a FSM e a FSA, bem como sobre os critérios que justificam o uso de armamento letal, reforça a necessidade de uma regulamentação mais precisa e baseada em evidências concretas sobre os desafios de segurança enfrentados pelo município. O viés militarista na concepção da nova força, pode resultar no distanciamento da proposta em relação aos princípios do policiamento comunitário e preventivo previstos no Estatuto Geral das Guardas Municipais. Esse aspecto, aliado à introdução de agentes oriundos das Forças Armadas sem um modelo de formação adequado à realidade da segurança pública municipal, pode gerar conflitos institucionais e aumentar as tensões nos territórios de atuação.

Por fim, a concepção da FSA, ao privilegiar o armamento como elemento distintivo, não se ancora em uma avaliação criteriosa das necessidades reais da segurança pública municipal. O risco de maior incidência de confrontos armados, a possibilidade de desgaste institucional e os desafios na implementação de mecanismos efetivos de controle sobre o uso da força são fatores que devem ser amplamente discutidos antes da aprovação do PLC. Assim, recomenda-se que a proposta seja revisitada à luz de um planejamento estratégico que contemple diagnósticos objetivos, participação social e alinhamento com as diretrizes nacionais de segurança pública.

Bibliografia

ALBERNAZ, E.R. Economias-Políticas Marginais: Produtividade Policial, Vizinhos Radicais e a (Re)Produção Cotidiana das Desigualdades em uma Favela de Niterói-RJ. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, p. 107-127, 2020.

BORGES, Doriam. Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, análise e contexto. *Revista Mediações (UEL)*, v. 18, p. 141-163, 2013.

FERREIRA, I. C. Entre Mercadorias Políticas, e Autos de Resistências: Memórias Etnográficas de um Oficial do Extinto 1º Batalhão da PMERJ. São Paulo: Editora Dialética, 2022

NOGUEIRA. R. Como Nascem os Monstros: A História de um Ex- Soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. RJ: Topbooks, 2013.

PATRÍCIO, Luciane. MUNIZ, J. O. . Cidadania, Segurança Pública e Controle da Ação Policial. In: Maria Alice Nunes Costa. (Org.). Políticas públicas estruturantes para o Brasil do século XXI. 1ed.Rio de Janeiro: Appris Editora, 2023, v. 1, p. 393-413.

PIRES, G.S.; PIRES, L. S. . Especificidade Substituível: A Formação do Soldado no Exército Brasileiro e Eventuais Aplicabilidades do Aprendizado Militar no Meio Civil. In: Lucía Eilbaum; Frederico Policarpo & José Colaço Dias Neto. (Org.). Etnografias de Justiça e Segurança. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2024, v. 1, p. 75-100.

PIRES, L. S. ; ALBERNAZ, E.R. . 'Na teoria, a prática é outra coisa!-. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 16, p. 232-251, 2022.

RODRIGUES, E. O. Necropolítica: Uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do arrego?. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 14, p. 189-218, 2021.

RODRIGUES, E. O. "E o fuzil, tu vende pra quem?": Os diferentes significados da corrupção entre candidatos à carreira de policial militar no Rio de Janeiro. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 65, p. 1-21, 2022.

SILVA. J. "Militarismo" In SANSONE, Livio, FURTADO, Claudio (Orgs). Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EdUFBA. pp. 349-362, 2014

Entrevista

Entrevista:

**Políticas de Drogas, Territórios, Economias, Ecologias e Segurança
Pública em perspectiva interseccional**

Rebeca Lerer¹

Renato Filev²

Esta é a transcrição do Episódio 33 do podcast *Maconhómetro Ciência*, um programa do Cannabis Monitor Brasil (<https://cannabismonitor.com.br/>) em parceria com o Núcleo de Estudos em Psicoativos e Cultura, o PsicoCult, e apoio do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). A entrevista foi realizada no dia 06 de maio de 2025, e o episódio foi ao ar nos principais tocadores de áudio no dia 05 de junho de 2025, com o título de “*Revista Platô: Intersecção – Uso da terra, política de droga e justiça climática*”. A captação e edição do áudio foram feitas pelo historiador Gustavo Maia (Cannabis Monitor/Psicocult/INCT-InEAC) e a condução da entrevista ficou a cargo do antropólogo Marcos Verissimo (LABIAC/PsicoCult/INCT-InEAC), e o roteiro foi idealizado por Maia e Verissimo. A edição das transcrições ficou a cargo de Marcos Verissimo e Bruno Mibielli

Link para o Maconhómetro Ciência:

<https://open.spotify.com/episode/44VTTAcxRpU4DdaiDGq27b?si=aa06043bb7d64d5c>

Marcos Verissimo (MV)

Olá, um salve para quem nos escuta³. Eu sou Marcos Veríssimo. Estamos de volta com o *Maconhómetro Ciência*, esse projeto do *Cannabis Monitor*, em parceria com o

¹ Jornalista, ativista de direitos humanos e coordenadora latino-americana da Drug Policy Reform & Environmental Justice International Coalition.

²Neurocientista, pós Doutorado no Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes - PROAD do Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da UNIFESP. Ativista antiproibicionista e coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

³ Embora a entrevista tenha sido editada, optamos por manter, nesta transcrição, a conversa como aparece no podcast, sem maiores edições no que se refere ao emprego de palavras e estruturas que fazem alusão a este formato oral de comunicação, incluindo suas reticências e alguma coloquialidade. Mantivemos também uma série de referências que tornam datada a entrevista, por entendermos que isso não interfere nos usos que poderão ser feitos dos conteúdos em estudos no campo da Segurança Pública. Os agradecimentos, ao final, também foram mantidos, na medida em que permitem à leitora e ao leitor, vislumbrar as redes

Núcleo de Pesquisas em Psicoativos e Cultura, o Psicocult, e que tem a proposta de trocar e aprender com pesquisadores brasileiros que têm a maconha, as drogas e suas políticas como objeto de estudo. O Psicocult é um grupo de pesquisa vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, o INCT-INEAC, e você pode conhecer mais sobre ele e suas ações, projetos de pesquisa, em psicocult.uf.br ou no perfil do Instagram, [@psicocult.uff](https://www.instagram.com/psicocult.uff).

Nesse episódio do *Maconhometro Ciência*, eu recebo dois grandes pesquisadores e ativistas da temática da maconha, das políticas de drogas e do antiproibicionismo no Brasil. Para a gente trocar uma ideia sobre o lançamento da edição especial da revista Platô, intitulada “Intersecção, Uso da Terra, Política de Drogas e Justiça Climática”, uma realização da *Iniciativa Negra*, da *Plataforma Brasileira de Política de Drogas* e da *International Coalition on Drug Policy, Reforms and Environmental Justice*. A revista Platô Drogas e Políticas é uma iniciativa da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, lançada em 2017, sendo a primeira publicação brasileira a tratar exclusivamente sobre política de drogas, mobilizando artigos críticos, pesquisas e análises científicas em linguagem acessível e conectada às questões mais candentes dos diversos aspectos relacionados às políticas de drogas no Brasil e no mundo. Tem como objetivo a qualificação do debate público sobre drogas, a garantia da pluralidade de ideias, da promoção do conhecimento e do rigor metodológico e a construção de uma política de drogas solidária, justa e eficaz.

A edição especial “Intersecção” conta com uma seleção de 17 textos inéditos que trazem vozes e vivências de representações de várias partes do Brasil para compor uma análise diversa sobre as conexões entre a guerra às drogas e a busca por justiça territorial e climática, exploram os impactos das atuais políticas de drogas sobre os crimes ambientais e apontam caminhos possíveis para romper este ciclo de corrupção, racismo e desperdício de recursos públicos. A edição é o reflexo de um movimento coletivo que aponta soluções integradas como a estratégia para enfrentar duas crises conectadas que comprometem a governança territorial do Brasil. Seriam a emergência climática e a violência decorrente da guerra às drogas.

institucionais e de financiamento que permitem que estudos científicos sejam planejados, executados, e que seus resultados sejam divulgados para as sociedades e também possam subsidiar políticas públicas em campos variados.

A proibição alimenta redes criminosas ligadas ao narcotráfico, grilagem, desmatamento e garimpo ilegal. Especialmente na Amazônia, dificultando ações de proteção ambiental e justiça social. Diante da aproximação da COP30, a Conferência da ONU para o Clima, que ocorrerá em Belém do Pará em novembro de 2025 e que trará visibilidade global à região, a revista Platô propõe debates atuais sobre o tema e propõe alternativas para romper os ciclos de violência, racismo e degradação ambiental vigentes no Brasil.

E para conhecer mais a fundo sobre esse importante trabalho e trocar uma ideia sobre provocações que ela traz, eu recebo os coordenadores e curadores da publicação que são: Rebeca Lerer, que é jornalista, ativista de direitos humanos e coordenadora latino-americana da *Drug Policy Reforms and Environmental Justice International Coalition*; E o Renato Filev, que é neurocientista, ativista antiproibicionista e coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

Salve, Rebeca! Salve, Filev!

Sejam muito bem-vindos ao *Maconhometro Ciência*. O Filev já é parceiro da casa, de longa data no *Maconhometro*⁴, e a Rebeca chegando aqui pela primeira vez é uma honra. Um prazer receber vocês aqui para trocar essa ideia sobre esse trabalho super interessante que vocês coordenaram. Muito obrigado por aceitarem o nosso convite.

Rebeca Lerer (RL)

Obrigada, gente, pelo convite. Muito feliz de estar aqui e compartilhar com vocês um pouco do processo da Platô e o porquê de a gente achar importante falar sobre essas intersecções.

Renato Filev (RF)

Salve, pessoal do *Maconhometro*. Salve, professor Marcos. Uma honra estar aqui com vocês novamente.

⁴ Renato Filev falou detidamente sobre seu trabalho no episódio número 5 do *Maconhometro Ciência*. A entrevista foi ao ar em 1 de setembro do ano de 2021, sob o título de “*Pesquisas sobre Cannabis na Neurociência*”. Para o leitor e a leitora que queiram ouvir: <https://open.spotify.com/episode/6n53ETd2BJj9feYSNXVb0q?si=v7cqm6C8THOuDbIXAvqLkw>.

MV

Bom, nós gostaríamos de sugerir que começássemos explorando o conceito de intersecção e suas potencialidades em estudos acadêmicos, bem como da perspectiva interseccional manifesta na publicação que acabaram de organizar na revista Platô, a partir do título “*O Uso da Terra, Política de Drogas e Justiça Climática*”⁵. Enfim, o que motivou a escolha desse tema para essa edição da revista?

RL

Bom, essa edição é resultado de um processo que a gente vem fazendo há mais de um ano, de conversa com vários grupos da sociedade civil brasileira e também internacionais, um levantamento que a gente vem chamando de uma *escutativa*⁶, para justamente identificar essas sobreposições entre as políticas de drogas, de uso da terra, e medidas de contenção da crise climática aqui no Brasil. Pensando que as principais drogas que foram criminalizadas são produzidas ou são plantas e, portanto, usam a terra para serem produzidas, dependem da terra para serem cultivadas.

Aqui no caso da América do Sul e do Brasil, a gente focou em duas plantas que têm a sua cadeia produtiva localizada na nossa região, com destaque para a folha de coca e para a maconha. Então, a gente quis olhar para uma parte desse debate que geralmente passa batido, que fica invisível, que é justamente essa cadeia produtiva e econômica que não começa nos pontos de venda, não começa onde a polícia geralmente opera nas favelas e periferias, que é o varejo das drogas e, também, não começa nos portos de exportação, onde são realizadas grandes apreensões espetaculares e tal. Começa a milhares de quilômetros de distância daqui, nos cultivos de coca na região da Amazônia Andina, em países como Colômbia, Bolívia e Peru, que fazem fronteira com a Amazônia brasileira e nos grandes latifúndios de maconha concentrados especialmente no norte do Paraguai.

Com essa publicação, a gente quis trazer visibilidade, “dar voz”, trazer para o debate outros territórios que são impactados pela política de drogas, pela política de

⁵ Link para a publicação na íntegra: <https://iniciativanegra.org.br/interseccao/>.

⁶ O conceito de “*escutativa*”, ao qual a entrevistada faz alusão, operacionalizado em campos de estudos diversos como podem ser a Psicologia (e outras Ciências da saúde), a Comunicação Social e as Ciências Sociais (entre outros), refere-se a uma prática de ouvir atentamente uma pessoa com quem se estabelece interlocução, com interesse e compreensão, ao invés de ouvir com o intuito de instrumentalizar o conteúdo daquilo que se escuta. Seria, portanto, uma forma ativa de fala, onde a atenção é dada não apenas às palavras, mas também ao contexto, aos sentimentos e às intenções do interlocutor.

proibição dessas plantas e que geralmente não são incluídos nas conversas sobre esse tema, que ficam nas mãos de policiais e médicos, como se as drogas brotassem prontas nas biqueiras e não fossem economias e indústrias consolidadas que usam a terra, que empregam pessoas, que pagam propina, que circulam por estradas e movem toda uma máquina logística e financeira que praticamente não é abordada nos debates sobre drogas. A ideia da revista foi trazer essas perspectivas para a gente começar a montar esse diagnóstico e entender como uma política pública retroalimenta a outra. Quanto mais descontrole territorial você tem é pior. E a gente viveu aí, entre 2018 e 2022, um desmonte da governança territorial no Brasil. A gente falava da boiada nas leis ambientais, mas na prática foi você abrir terras para todo tipo de ocupação, invasão, mineração, infraestrutura.

Então, essa crise na governança ligada aos efeitos da proibição e as mudanças nos mercados de droga, alta demanda por cocaína especialmente, agravaram a situação de violência e violação de direitos humanos. Não só na Amazônia brasileira, mas também no Cerrado, no Pantanal, na Mata Atlântica, em todos os biomas, que é onde a gente vive, né? A gente fala dos biomas como se fossem coisas separadas, mas são os lugares onde a gente vive, então essa foi a ideia, falar a partir dos territórios sobre um problema que é nacional, transnacional e essencialmente econômico e de modelo de produção e controle.

RF

Dentro desse tema, trazendo o conceito de intersecção, acho que é uma busca de tentar aproximar conceitos que são separados de maneira didática – talvez, cada um no seu quadrado, estudando o seu campo – para uma realidade. Então, a intersecção justamente traz essa provocação de que as coisas são integradas, assim como os biomas são integrados, as políticas e as práticas criminosas e o dinheiro, ele está circulando e integrando todas essas atividades. Então, quando a gente pensa na intersecção e como cultivares obtêm um valor agregado altíssimo justamente por conta da política que é empregada a essa cadeia produtiva, a gente percebe que existe um interesse em manter essa política estruturada da forma como ela está. Isso acaba impactando o todo, como a Rebeca trouxe, desde os campesinos até os distribuidores, varejistas ou exportadores dessas plantas e substâncias que delas provém.

O que a gente fez aqui foi juntar dois campos de lutas históricos no Brasil, a Rebeca é uma ativista de longa data, da pauta meio ambiente e da política de drogas. A revista coroou esse trabalho que ela vem fazendo com tanto cuidado, com tanta profundidade ao longo desses anos todos e a Platô, nessa perspectiva de edição especial, na qual a gente busca - além de trazer novos dados de pesquisas originais, também divulgar a ciência, divulgar o que vem sendo feito - convergir diversas vozes num tema único, uníssono, que é como que essas políticas, tanto do uso da terra quanto da política de drogas e, no caso, a proibição de determinadas plantas, como elas acabam impactando de maneira drástica, inclusive a nossa democracia, mas com impacto socioambiental muito importante e que precisa ser revisto para que a gente possa avançar como país.

MV

E quais foram os principais critérios para a seleção dos artigos e autores participantes da edição? A edição traz textos com abordagens muito diversas, desde análises históricas até narrativas de resistência. Então, como vocês lidaram com o desafio de articular esses diferentes formatos em torno de uma proposta coesa?

RL

Bom, como eu disse, a gente já está nesse processo de explorar essa intersecção, do ponto de vista intelectual, de informação, de engajamento da sociedade civil, como o Renato falou. E no ano passado a gente fez um encontro em Brasília, uma imersão, que a gente reuniu cerca de 30 organizações e movimentos de luta pela terra, movimentos de reforma agrária, de direitos indígenas, quilombolas, pesquisadores de vários pontos da Amazônia Legal, também especialistas em segurança pública, em política climática, em políticas de drogas. Então, a gente fez esse primeiro encontro e boa parte dos autores que estão publicados na revista participaram desse encontro. Essa edição é resultado dessa articulação, dessa conversa e dessa *escutativa* que a gente vem promovendo há mais de um ano.

Em todo o projeto, a gente tem tomado muito cuidado com como a gente lida, eu sendo de São Paulo, obviamente não sou desses territórios que estão ameaçados na floresta, no campo, e nem mesmo aqui na cidade, eu não moro na periferia, mas como fazer de uma forma que os territórios se sintam respeitados, representados, sem nenhum

tipo de artificialização desses lugares. Acho que tem um lance de ter uma responsabilidade no convite, no trato, na forma de engajar essas pessoas, e isso acho que se reflete na revista, porque a gente deu total autonomia e liberdade para os autores e autoras convidadas. Você quer escrever individualmente ou institucionalmente? Em nome do seu coletivo ou com o seu ponto de vista individual? Então, tanto na forma como a gente convidou, comissionou os textos, como na edição a gente procurou totalmente respeitar a linguagem que cada pessoa trouxe, que reflete a sua forma de trabalhar e não ficar amarrado por um padrão acadêmico ou editorial em nome de uma cultura também um pouco elitista.

A gente quis fazer uma coisa que tivesse uma diversidade que fosse autêntica, de acordo com o material que a gente recebeu dos autores e autoras. Nosso critério foi diversidade geográfica, demográfica, racial, de gênero e de perspectivas também, de pessoas que estão lidando com essa intersecção no seu território, mas de lugares de fala diversas, digamos assim.

Então, alguém que está mais na área da saúde, alguém que está mais na área do direito, alguém que está mais na área do trato com a comunidade, alguém que é da comunidade e foi vítima dessas dinâmicas predatórias. A gente quis trazer esse portfólio mesmo de vivências e visões para abrir esse debate de uma forma bem estruturada e representativa no máximo da nossa capacidade. Claro que 17 artigos não dão conta, vou usar aqui uma palavra que eu uso pouco, mas que eu gosto: miríade. Miríades de temas que essa intersecção acaba cobrindo, mas acho que é um bom começo. A gente está feliz com o resultado, os autores se sentiram contemplados e vamos continuar, é só o começo. A gente tem muito trabalho ainda pela frente.

Acho que o mérito desse projeto, só pegando o gancho aqui, eu e o Renato, a gente está aí trabalhando, discutindo a legalização da maconha há mais de 15 anos, quase 20, que a gente se conhece, e a gente precisava ampliar, a gente ficou muito preso em uma questão das plantas, é muito importante a maconha, a droga mais consumida, a maior responsável por índices de violência racial e social, encarceramento de jovens, porém, do ponto de vista econômico e da corrupção e dessa cadeia produtiva de alto valor agregado, a gente precisa ter um debate sóbrio sobre o mercado de coca, cocaína e crack na América do Sul e especificamente no Brasil. No Brasil é um tema que tem muito estigma, um tema muito carregado, falar sobre cocaína.

E a gente acaba não discutindo uma fonte de dinheiro e de corrupção que está aí bombando, está armando grupos, está ameaçando comunidades, está corrompendo instituições e desviando dinheiro de investimentos públicos em outras áreas. Então, a gente também quis abrir esse debate sobre a cadeia produtiva da coca e da cocaína da forma mais responsável e pragmática possível para ver se a gente consegue finalmente falar sobre políticas de drogas como um tema de desenvolvimento socioeconômico, ambiental, climático e não só como um caso de consultório médico ou delegacia de polícia. Então, um pouco da estratégia dos critérios que a gente usou passaram por aí.

RF

Quando a gente teve a oportunidade de nos conhecermos, de nos encontrarmos em Brasília, nesse primeiro encontro de intersecção, a gente pôde ver que, mesmo diante da diversidade de origem, da diversidade cultural das pessoas que participaram das atividades lá, a temática era semelhante. As pessoas padeciam de problemas complexos, mas que se assemelhavam, mesmo pessoas que lutam pelas questões da terra enxergavam as conexões ou as intersecções com a política de drogas. E quando a gente pensa na política de drogas, o quanto ela vem, inclusive, sendo declarada pelo governo, pelas polícias, ineficaz, inefetiva naquilo que ela se propõe. Grande parte das pessoas presas no Brasil hoje estão por conta de crimes relacionados a drogas.

Quando a gente vê a droga que mais encarcera pessoas é a maconha. Quando a gente vê a droga que mais proporciona lucro ao crime organizado é a cocaína. E mesmo assim, recentemente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançou um relatório, "Siga os Produtos", no qual ele tenta estimar os valores recebidos pelo crime em geral⁷ e a gente vê que o tráfico de cocaína é uma pequena parte de uma amplitude de crimes que envolvem uso de terras, que envolvem crimes digitais, que envolvem grilagem, tráfico de armas de pessoas, biopirataria etc... E que a contenção ou a repressão a esse tipo de crime é ínfima quando comparada à perseguição das pessoas que estão com pouca quantidade de maconha.

⁷ Para acessar o relatório citado pelo professor Renato Filev:
https://static.poder360.com.br/2025/02/FOLLOW-THE-PRODUCTS-2025-v06-digital_FINAL-1.pdf.
Consulta em 11 de junho de 2025.

Então, há uma ineficácia do governo e das políticas, da estratégia pública de tentar barrar esse tipo de estratégia bilionária. A gente pode pensar no Gabriel Feltran⁸, no Tiago Rodrigues⁹ e em outras pessoas que pensam em crime organizado e que mostram que esse recurso acaba se tornando legal em algum momento. Então, o dinheiro do ouro minerado ilegalmente, o dinheiro da terra, o dinheiro das drogas, em algum momento ele retorna para os grandes centros financeiros, retorna para dar suporte a alguma empresa que lava esse recurso, legaliza esse recurso. E pouco disso a gente vê que acaba sendo solucionado por uma estratégia de inteligência policial ou por uma política pública.

Nesse sentido, a gente acabou fortalecendo laços com essas pessoas que às vezes estão lutando por pautas que parecem ser distintas, mas elas se assemelham muito numa carência de Estado, numa ausência de política pública, numa necessidade de ter mais ativistas. Só de você ser ativista parece que você está falando com as paredes, que ninguém está te ouvindo, porque não é o interesse discutir ou trazer uma proposta, uma proposição efetiva de melhora dessa condição e dessa situação. Eu acho que isso não tem solução sem que a gente traga mais pessoas para estarem atentas a essa intersecção, a essa dinâmica que acaba afetando a todos nós. Então, acho que essa que é a tônica do projeto. A gente vê os artigos com pessoas diferentes, de diferentes culturas, mas ali acaba todo mundo tocando em pontos que se repetem, se assemelham ao longo da publicação e ao longo da nossa experiência.

MV

Há algum texto que vocês consideram particularmente emblemático do espírito dessa edição? Qual ou quais vocês destacariam como nevrálgicos para o entendimento da problematização que está sendo posta?

RL

Bom, não quero criar problema com ninguém aqui também por escolher um favorito. Eu acho que, sabe aquele disco de banda que a gente gosta, que ele é feito para você ouvir, fazer uma audição do disco, ouvir da primeira até a última música, porque tem uma lógica ali, tem uma sequência e uma coisa como o Renato falou, você vê que

⁸ Gabriel Feltran, sociólogo, professor e pesquisador na CEE Sciences Po, na França.

⁹ Thiago Rodrigues, cientista político, professor e pesquisador na Universidade Federal Fluminense (UFF).

argumentos vão se repetindo, análises vão se repetindo apesar da diversidade. Então, a minha dica é que a galera tome um tempinho para ler a revista com calma, ler os artigos. Não precisa ser necessariamente na ordem, mas existe uma ordem.

A gente começa com esse texto meu e do Renato, explica essa conexão das cadeias produtivas das drogas à base de plantas, com foco maior na coca. E depois a gente tem uma pessoa do Acre falando sobre a questão das fronteiras. A gente tem a juventude indígena de Rondônia mostrando como as drogas, inclusive o álcool, são usadas como verdadeiras armas para invadir, para a invasão desses territórios indígenas como forma de aliciamento, como forma de quebrar as tradições rituais, as tradições comunitárias. E aí vai nessa progressão, vai atravessando o território nacional e em cada lugar, a gente vai entendendo como a proibição aterriza nessas regiões e gera dinâmicas de violência específicas, sejam ligadas ao agro, sejam ligadas ao garimpo.

Eu acho que também trabalhar aspectos como a questão da onça pintada, por exemplo, fazer essa conexão entre ameaças à biodiversidade e a política de proibição e os conflitos territoriais que são decorrentes do proibicionismo. É muito interessante porque muita gente primeiro se comove mais com bicho do que com gente sofrendo, então a gente quis trazer também essas pessoas. Porque se a gente está falando de soluções integradas para problemas relacionados, a biodiversidade também é parte da solução. O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo e, quando a gente fala de justiça climática, isso envolve também humanos e mais que humanos, envolve rios, envolve animais, envolve as próprias plantas, todo esse patrimônio ecológico que a gente tem. Então, a ecologia da coisa, tanto das plantas que foram criminalizadas, quanto de todos os seres vivos que são afetados pela proibição, foi um elemento que a gente quis trazer e acho que isso é novo.

E a participação das mães, as Mães de Maio¹⁰, o pessoal da Amparar¹¹, Quilombo Rio dos Macacos¹² é muito importante o trabalho que essas mulheres fazem, elas já fazem um trabalho da intersecção, porque elas atuam em territórios onde o racismo ambiental é ostensivo e o braço armado do Estado se utiliza da guerra às drogas para fazer o controle desses territórios. Então, as mães têm um papel importantíssimo na nossa perspectiva e ficamos muito felizes por contar com a participação de três mães na nossa publicação. Mas como eu disse, todos os artigos são especiais, foram produzidos com muito empenho, foi muito bonito o processo de adesão, né... vou confessar aqui que a nossa ideia era ter 10 artigos e aí foi para 12... foi para 15... foi para 17, porque todo mundo que a gente convidava queria participar, e a gente deu nossos pulos aqui para que todo mundo tivesse esse cuidado, apoio, ajuda de custo, tudo certinho para a gente ter uma publicação também ativista, mas bastante profissional, vale a pena dar atenção para todos os textos.

RF

Difícil responder essa pergunta, Marcos, porque eu acho que a revista é exatamente o que a Rebeca falou, é um mosaico que compõe um retrato complexo e que é assustadoramente repetido ao longo dos diferentes biomas, das diferentes regiões e localidades e culturas, que as pessoas que escreveram acabam relatando e mostrando para a gente o quanto que essa dinâmica é indissociável. A questão climática e a política de proibição de determinadas plantas e que essa proibição acaba agregando um valor aos produtos que se originam dessas plantas. Então, acho que a intenção foi mostrar de ponta a ponta esse ecossistema da cadeia produtiva, desde plantas nativas como a coca, mas exóticas como a cannabis, que vem da Ásia, mas que aqui no Brasil, no polígono da

¹⁰ O Movimento Independente Mães de Maio é uma organização que se formou a partir da mobilização de mães, familiares e amigos das vítimas dos Crimes de Maio de 2006, como ficaram conhecidos os atos ocorridos os atos de arbitrariedade e brutalidade ocorridos em São Paulo naquele mês e ano. Se articulam para avançar na luta pela memória, pela verdade e por justiça às vítimas – 493 pessoas, das quais mais de 400 eram jovens negros, descendentes afroindígenas ou pobres (<https://www.instagram.com/movimentomaesdemaio/?hl=es>).

¹¹ A Associação de amigos e familiares de presos/as de São Paulo (AMPARAR) é um movimento social organizado por familiares e amigos de presos/as e egressos do sistema prisional. Atua desde a fundação, com a missão de acolher os familiares de pessoas presas, encaminhar casos à Defensoria Pública e na realização de denúncias de violações de direitos, geralmente em articulação com outras organizações da sociedade civil. (<https://www.instagram.com/p/B-cjXjXgYRK/>)

¹² O Quilombo Rio dos Macacos é uma comunidade remanescente de quilombo localizada na cidade de Simões Filho, no estado da Bahia, contando com cerca de 67 famílias vivendo em uma área de 104.8787 hectares (<https://www.instagram.com/quilomboriodosmacacos/?hl=es>).

maconha, no sertão nordestino, mas também no Paraguai, grande produtor, acaba deixando um rastro de violência, de uso da terra de maneira indevida, de corrupção, de grandes recursos sendo mobilizados para o crime, ao invés de serem revertidos para a sociedade e para o meio ambiente. Por isso é difícil escolher um texto, até porque eles estão muito dinâmicos, são textos não longos e acho que vale a pena ali as pessoas darem uma olhada, darem uma folheada, até porque tem imagens ilustrativas também do Victor Moriyama¹³, que é um parceiro que assinou aqui junto conosco a produção das imagens que integram a revista. Então, acho que é difícil escolher um, mas acho que vale a pena para quem trabalha com algum dos temas, tanto com quem trabalha com justiça climática ou com política de drogas, para que ele entenda um pouco o quanto uma coisa está ligada com a outra.

MV

A publicação aborda a lógica da guerra às drogas como estratégia de dominação territorial. Então, como essa lógica se relaciona com os projetos econômicos que geram devastação ambiental? Como o nosso ouvinte leigo pode visualizar esse impacto?

RL

É uma ótima pergunta. Bom, se você olhar, a gente ainda tem que pesquisar muito, porque não existem todos os dados sobre os valores, a cadeia de valor e os impactos da cadeia produtiva da coca e da cocaína na América do Sul, mas a gente sabe que 99% da cocaína do mundo hoje é produzida nesses três países, Colômbia, Bolívia e Peru, que fazem fronteira com o Brasil. Então, quando a gente pensa nisso, a Colômbia, que é o maior produtor, 67% do total, e na Colômbia, acabei de voltar de lá e conversando com pesquisadores colombianos lá, mais de 95% da produção de folha de coca é destinada para a produção de cocaína, sendo que a folha de coca pode ser utilizada in natura para desenvolvimento, cosméticos, fitoterápicos, o próprio *mambi*, que é a forma tradicional não industrializada, não sintética, de consumo dos alcalóides, os chás, os extratos, os cremes, os alimentos, tudo que pode ser feito a partir dessa planta e que vem sendo feito

¹³ Victor Moriyama é um fotógrafo e educador brasileiro cujo trabalho se concentra em documentar os diversos impactos do desmatamento na Amazônia. Moriyama é colaborador regular do *The New York Times* e trabalhou como fotógrafo freelancer para as revistas *National Geographic* e *Time*. Fonte: <https://dialogue.earth/es/author/victormoriyama/>. Consulta em 14 de junho de 2025.

há milênios por comunidades andinas tradicionais, isso se perde muito em função da proibição da folha de coca e da proibição da cocaína.

Então, a partir do momento que a coca é criminalizada e a cocaína também, e a cocaína vale, em média, o grama da cocaína na Europa vale, em média, 80 euros para mais, né? Você entende que tem um valor agregado relativo maior que o ouro, porque tem uma liquidez maior que o ouro. Então, as pessoas não compram ouro toda semana ou todo mês, mas usuários de cocaína usam cocaína todo dia, toda semana, todo mês. Então, tem uma liquidez nesse mercado que acaba gerando capital de giro para todas as redes de criminalidade. Isso passa voltando do destino final, Europa. Se você reverter essa cadeia, bate lá na comunidade campesina colombiana que cultivava folhas de coca há milênios. E essas comunidades são criminalizadas.

A Colômbia e outros países, durante muitos anos, adotaram políticas de pulverização aérea de pesticidas como o glifosato, que é produzido pela Monsanto para erradicar os cultivos de coca e mesmo assim hoje você tem a maior área já cultivada com coca na Colômbia em toda a história, depois de 30 anos de plano Colômbia e milhões de dólares envolvidos nessa dispersão aérea de glifosato, cada sobrevoo desse, de acordo com a conta que me falaram, é para você erradicar um hectare de coca com uma dispersão aérea que custa em torno de 100 mil dólares, cada hectare de coca. Então, é só fazer a conta. E aí você tem esses atores que também lucraram com a proibição, como as empresas de agrotóxicos, por exemplo, que nunca são nomeados e que estão envolvidos justamente nos modelos de ocupação e uso da terra.

Então, na Colômbia você tem um problema que você remove as comunidades cocaleiras, elas entram em novas áreas de floresta para ficar mais escondidas, para fugir dessa repressão do exército, das forças armadas e da polícia, e essas áreas viram pasto para gado. Elas não são, *“vamos fazer aqui um programa de agroecologia, vamos fazer um assentamento, uma reforma agrária”*. Não. Tiraram os cocaleiros e colocaram pecuária extensiva. Isso acontece lá, ou entra um projeto de mineração ou entra um projeto de infraestrutura. Então, é uma máquina que não erradica, não elimina os cultivos de coca, mas abre caminho para essas outras frentes econômicas predatórias que incrementam o desmatamento. Então, essa é uma das questões, por exemplo.

Tem outros problemas associados, muitos laboratórios de refino são localizados também em áreas de floresta para se esconderem das guerrilhas, para se esconderem das

milícias e do próprio Estado. E os precursores químicos usados no processo de refino, acetona, éter, diesel, querosene, cimento, todos os produtos químicos que são usados para produzir a cocaína em pó, acabam sendo jogados nos rios e no solo, contaminando comunidades, contaminando a biodiversidade, isso antes de atravessar a fronteira com o Brasil. Atravessando essa fronteira, você tem um país que é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, que é o nosso caso, incluindo o uso de crack, que é uma forma de cocaína, de você ofertar cocaína para uma classe com menos poder aquisitivo, e o Brasil não tem acesso aos fitoterápicos, não tem acesso aos produtos da folha de coca, que poderia ser, além de uma opção econômica de menor impacto, também uma opção de redução de danos para o uso de cocaína aqui no Brasil, você substituir a cocaína refinada pelos fitoterápicos. A gente não discute esse mercado e a gente abriga a indústria e a logística desse negócio. Então, ao mesmo tempo, a gente chama de zonas de trânsito e é uma região de consumo. Isso torna o Brasil um elo-chave na cadeia global de produção e distribuição da cocaína. Somos a principal rota de exportação para a Europa e para a Ásia também, via norte da África. Porto de Santos é o segundo maior exportador da droga no mundo. E você tem laboratórios pelo Brasil inteiro. Toda hora a gente vê uma notícia de um laboratório de cocaína descoberto pela polícia em Jundiaí [cidade do interior de São Paulo], no interior de Minas, no interior do Mato Grosso, no Pará, no Amazonas. Então, essa logística dessa cadeia produtiva está espalhada pelo Brasil, gerando um monte de emprego. A gente não sabe quantas pessoas essa indústria emprega e onde estão esses grandes *hubs* de distribuição, pensando friamente no mercado como qualquer outro.

Também não sabemos quanto de dinheiro exatamente essa economia movimenta. Os dados da ONU dão conta de que o tráfico de cocaína no Brasil equivale a 4% do nosso PIB. O que eu acho que é subestimado, mas já é um valor absurdo, pensando que a soja, que é a principal commodity, é cerca de 20% do PIB. A gente tem que olhar para isso de uma forma mais pragmática. Porque a Europa tem países discutindo regulação do uso de cocaína. Os países andinos estão pleiteando na Organização Mundial de Saúde a descriminalização da folha de coca. Se as duas pontas do mercado regularem ou descriminalizarem e o Brasil continuar nessa linha dura super proibicionista, a gente vai ficar com todos os custos sociais e de repressão, que vão ser terceirizados para nós. Essa é a minha tese, entendeu? E o dinheiro mesmo do mercado ilícito, todo o contrabando vai se concentrar aqui. E a gente tem que pensar sobre isso, porque essa é uma questão

geopolítica e de desenvolvimento regional latino-americano, sabe? Que tipo de economia a gente quer ter, que tipo de controle sobre o comércio de armas e a lavagem de dinheiro a gente quer ter, e como isso prejudica até a adaptação climática, porque esse dinheiro arma os grileiros, arma os garimpeiros, instrumentaliza políticos locais para enfraquecerem o licenciamento ambiental e apoia essas milícias rurais que ameaçam as lideranças comunitárias e colocam essas comunidades no fogo cruzado entre a repressão militarizada, o tráfico e os próprios traficantes.

E a gente sabe que em algum momento essas coisas se encontram porque não existe crime organizado sem a cumplicidade ativa do Estado, senão seria *freelance*, não seria organizado. É isso, é bem profundo e complexo e exige que a gente não pense na cocaína, em tudo que você ouviu falar na lavagem cerebral que a cocaína é o fim do mundo e entender que isso é uma economia de trilhões que movimenta muitas peças no tabuleiro do que é a nossa economia e a nossa governança aqui no Brasil.

RF

E eu, escutando a Rebeca falar aqui, lembrei da Convenção da ONU de 1988, no qual os países signatários compactuam o combate ao narcotráfico. A partir daí é implementado o *Plano Colômbia*. Então, quando a Rebeca traz o dado, que é um dado oficial das Nações Unidas, mostrando que o ano passado foi o recorde de cultivo de coca, de territórios que cultivam coca nesses três países. E esse recorde vem sendo batido ano a ano, desde 2019. Então, não é que houve um salto, mas o negócio vem sendo ampliado de maneira estratégica, inclusive com outros países buscando, de alguma forma, desenvolver o cultivo de coca, porque isso é muito lucrativo, países na América Central, países no Sudeste Asiático, o quanto que a gente é incapaz mesmo de controlar. A fumigação do glifosato proporciona *efeito bexiga*, então as pessoas deixam de cultivar em um lugar e vão cultivar no outro. E isso não é eficaz e custa muito dinheiro.

Como é que a gente sai desse ciclo vicioso que é um combate de enxugar gelo? Todo mundo, inclusive os agentes de segurança, eles reconhecem que estão enxugando gelo. Aí é quando a gente vem aqui para o Brasil, o segundo maior consumidor de derivados da coca no mundo, só ficando atrás dos Estados Unidos, a gente tem uma outra dinâmica, que são as dinâmicas das facções. Então, o modelo do Comando Vermelho, uma espécie de maçonaria, talvez, não sei, que foi exportado para outras regiões do Brasil,

de controle territorial que é imposta a partir da conduta do “*proceder*” ali orientado pelo comando, ele deixou de ser exclusivo das comunidades do Rio de Janeiro e hoje eles acessam qualquer aglomeração de pessoas humanas no norte e no nordeste do país. Antes, enquanto existia, por exemplo, cultivos de maconha tradicionais, no Maranhão, a Manga Rosa na Bahia, o Cocô de Cabrito em Cabrobó, enfim, regiões tradicionais de cultivo de maconha, hoje estão sendo aliciados por uma organização criminosa maior, nacional, que busca o controle do varejo daquele território.

Quando a gente fala de varejo, me impressiona a capilaridade na logística do tráfico em chegar em qualquer aglomeração de pessoas com uma substância ilegal. Então, como é que você consegue atravessar fronteiras com toneladas, fronteiras nacionais, fronteiras estaduais, com toneladas de uma droga, que é produzida longe do lugar onde ela vai ser consumida? E, a despeito das apreensões, a gente ouve na imprensa todo dia, nove campos de futebol foram erradicados, com plantação de maconha, ou então um caminhão com 50 toneladas de maconha foi apreendido. E isso não impacta no mercado varejista? Nada impacta. Então, como que essa dinâmica funciona? Acho que essa é uma pergunta que a gente provoca aqui o ouvinte a refletir sobre um mercado que mesmo nesse estado de proibição, ele acaba sendo pouco ou quase nada impactado pela política que se propõe a erradicá-la.

RL

Eu só queria fazer um complemento aqui, porque é uma coisa que tem tudo a ver com isso. Durante a pandemia, por exemplo, tudo aumentou de preço na pandemia. O gás, a luz, a comida, tudo ficou mais caro e tal. Quem conhece os preços, acompanha os preços do mercado de drogas, sabe que não foi o caso. Não faltou droga, não faltou cocaína, não faltou maconha. Todo ano tem a crise do prensado, mas essa é uma questão já histórica. Mas não faltou droga, não faltou aqui no Brasil, não faltou na Europa, mesmo com lockdown, mesmo com tudo parado. Esse mercado continuou sendo muito eficiente no ponto de vista da logística e da distribuição.

Isso que o Renato colocou, por exemplo, essa erradicação dos cultivos nacionais de maconha, a maior pressão na fronteira do Paraguai e, ao mesmo tempo, a legalização progressiva nos Estados Unidos, o negócio da maconha para os traficantes mexicanos que vendiam para os Estados Unidos deixou de ser atrativo, porque agora eles cultivam lá,

pararam de comprar maconha colombiana para vender nos Estados Unidos. Você tem uma sobre oferta de cannabis colombiana hoje que está vindo para onde? Para cá. Todo mundo reparou que hoje tem o *Colombinha*, em qualquer biqueira do Brasil, qualquer quebrada, tem o *Colômbia*. Que é um semi-prensado, uma flor seca, digamos assim, mas é um produto de maior qualidade do que o prensado básico aí paraguaio, num valor mais acessível do que as flores cultivadas indoor, etc., ou importadas.

Para quem acompanha o mercado de cannabis, a gente vê uma ampliação da oferta e do consumo de maconha colombiana no Brasil. E aí, na Colômbia, o que acontece? Como existe um mercado muito grande de cannabis no Brasil, são os mesmos grupos que trazem. É um tráfico integrado de maconha e cocaína, muitas vezes. O dinheiro da cannabis volta para os grupos armados que estão envolvidos nos conflitos lá na origem. Então, um pesquisador colombiano me disse exatamente isso. Enquanto não legalizar o cultivo de maconha no Brasil, o dinheiro do tráfico de cannabis colombiana – e lá na Colômbia a cannabis já foi descriminalizada, - já está num outro ponto de legislação, está retroalimentando, num outro exemplo de efeito bexiga que acontece nessas economias ilícitas. Isso se repete tanto no varejo quanto nas zonas de produção.

Então, a proibição gera essa dinâmica e ela também gera essa dificuldade de você discutir esse assunto de uma forma racional, que enxergue a realidade do que é tanto o uso de drogas nos seus diferentes padrões de consumo, quanto nesse modelo de produção e distribuição que, por baixo da proibição, não é controlado, não tem controle, ao mesmo tempo que é supereficiente. Então, assim, é um negócio que tem que ser estudado, entendeu? A NASA tem que estudar porque os caras realmente, do ponto de vista da logística do negócio, eles são muito eficientes. E só para concluir, tudo isso tem que ser analisado num contexto mais amplo da saúde mental coletiva: por que as pessoas usam drogas? A gente tem sempre que lembrar por que esse mercado existe. É uma questão que faz parte da experiência humana, mas a gente está vivendo um contexto de acirramento, de crise, de insegurança, insegurança financeira, precarização do trabalho, então uma discussão da jornada 6x1, por exemplo, tem tudo a ver com saúde mental e tem tudo a ver com o abuso de substâncias, mas esse link tampouco é feito.

Quanto mais inseguras as pessoas tiverem em todas as suas dimensões da segurança, mais elas vão buscar alívio, uma fuga ou uma automedicação no uso de substâncias ou em comportamentos abusivos e isso vai gerando uma espiral de crises

mesmo, porque aí você olha os dados do SUS, de quantos atendimentos, do aumento dos casos de abuso de cocaína e crack, de questões de overdose, e enquanto isso a gente não tem um protocolo de saúde para tratar dessas pessoas, pessoas que usam cocaína, mas não necessariamente desenvolvem um problema, não tem qualquer tipo de assistência, ou orientação, elas estão largadas da própria sorte, e aí a gente vê as comunidades terapêuticas bombando, oferecendo uma salvação que não existe, enquanto essa máquina de moer gente, que é o sistema carcerário, e a corrupção, continuam bombando, e o mercado continua bombando. Então, a nossa perspectiva é que a gente olhe tudo isso como efeitos dessa escolha política pela proibição. E não que mudar a lei de drogas vai mudar tudo de uma vez, mas de exato é um nó importante, entendeu? Que vai abrir caminho para a gente resolver várias outras coisas.

RF

Inclusive, o que a Rebeca traz é evidenciado pelas próprias Nações Unidas também no Relatório Mundial de Drogas, no ano de 2022, que fala que o uso de maconha e de tranquilizantes aumentou durante a pandemia.

MV

Muito bom, pessoal, muito bom mesmo. Bom, agora eu gostaria de explorar um pouco a perspectiva das diferentes organizações que estiveram realizando juntamente esse projeto, a saber, a *Plataforma Brasileira de Política de Drogas*, a *Iniciativa Negra por uma Política sobre Drogas* e a *Coalition on Drug Policy Reform and Environmental Justice*. Então, como cada uma contribuiu para o resultado final, que é a publicação?

RF

Bom, a plataforma vem de algum tempo para cá tentando trazer assuntos de importância social e de importância para a política de drogas dentro dessa publicação, a Platô, que é uma das principais publicações nossas, com maior periodicidade. E dada a nossa experiência, provocado pela Rebeca no nosso encontro em Brasília, do *Intersecção*, a gente achou que seria uma grande conquista para nós se a gente pudesse trazer essa pauta para a Platô e para a plataforma como um todo. A plataforma volta o seu olhar - desde a publicação da Agenda Brasileira de Política de Drogas já vinha dando sinais, o

que foi feito no ano passado, a publicação dessa agenda - para a questão da justiça climática. Com a *Iniciativa Negra*, uma parceira também de longa data da plataforma, e claro, com a provocação da Rebeca, a gente se uniu para realizar essa publicação. Já a *International Coalition*, eu deixo para a Rebeca comentar.

RL

O Intersecção começou assim, eu tenho esse *insight*, escrevi alguns documentos sobre isso e aí logo de cara chamei a plataforma e a Iniciativa Negra para conversar. Eu trabalho de forma autônoma já há quase 10 anos, tenho esse trabalho de desenvolver projetos e campanhas e estratégias de comunicação para diferentes causas e organizações da sociedade civil. Então, ele tem esse arranjo institucional bem peculiar, o projeto, e nessa caminhada eu conheci a *International Coalition on Drug Policy Reform and Environmental Justice*, que é essa coalizão internacional sobre políticas de drogas e justiça ambiental, que é uma rede de mais de 100 pessoas de cerca de 20 países, que entendem, também veem essa intersecção acontecendo nos seus territórios. Então, tem desde um agroecólogo lá do Himalaia que desenvolveu um projeto com fibra de cânhamo, ele está na rota do tráfico de heroína, e é muito interessante ver as semelhanças que tem com o Brasil, que está na rota do tráfico de cocaína, até uma pessoa que trabalha na Secretaria de Agricultura lá da Jamaica para contar como é o processo de descriminalização lá, além de vários brasileiros, colombianos, mexicanos, peruanos, né? É uma iniciativa que tem dois anos e a participação em geral é voluntária, mas desde o ano passado eu trabalho no secretariado dessa iniciativa como ponto focal aqui da América Latina, né?

Pensando que a gente vai ter a COP30 aqui no Brasil em novembro, que é um momento importante para pautar essa intersecção. Então, do ponto de vista da coalizão, que tem um texto na revista também, o Brasil é um país-chave, a coalizão entende a relevância do Brasil nesse debate internacional, seja em função da importância para o mercado internacional de cocaína e na América Latina em relação à cannabis, seja porque o Brasil está entre os maiores emissores de gases que provocam a crise climática no mundo, né? E mais da metade dessa poluição é vinculada ao desmatamento e ao uso da terra no país. Então não tem como, para o Brasil é inescapável falar dessa intersecção se a gente, de fato, quiser reduzir a nossa contribuição para a emergência climática.

E aí eu queria deixar aqui registrado o meu agradecimento para a Iniciativa Negra, que abraçou esse desafio, e para a Plataforma Brasileira, que são dois projetos que eu acompanho desde o início, e vi nascer. O campo cresce e o campo se capacita para fazer coisas novas, de forma inovadora, trazendo mais gente e produzindo um repertório nesse cruzamento de movimentos sociais. Então, tanto o campo de política de drogas antiproibicionista precisa melhorar seu repertório sobre a emergência climática e os direitos territoriais, quanto o movimento climático precisa incorporar um repertório sobre a reforma da política de drogas nas suas pautas, na sua agenda política, nas suas narrativas públicas. O projeto também se dispõe a produzir esse repertório a partir dos territórios para alimentar as nossas redes e qualificar o debate inclusive sobre crime organizado no Brasil, inclusive sobre corrupção, sobre direito à saúde, sobre demarcação de terras indígenas e titulação de quilombos, porque todas essas coisas são soluções integradas para essas crises sobrepostas.

MV

Bom, agora eu queria pedir para vocês explorarem um pouco sobre algo que vocês aprenderam durante o desenvolvimento do projeto e que pudesse ser levado para o debate no campo da segurança pública.

RL

Olha, na minha caminhada de quase 30 anos trabalhando com movimentos sociais diversos, a gente vai entendendo que a base de tudo é a segurança territorial. O Brasil tem um grande legado colonial não resolvido em termos de reparação, que é a concentração fundiária. Se a gente olhar, tem um dos textos da Platô que traça um pouco esse histórico e essa sobreposição das leis de terras, a lei de drogas e as leis abolicionistas. Então, está tudo meio conectado. E esse é um passivo histórico que não foi resolvido e se reflete nos modelos de cidades segregadas que a gente tem hoje, nos latifúndios que continuam a prevalecer como modelo de ocupação no campo e com a falta de direitos territoriais de comunidades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e as mais de 100 comunidades tradicionais que são oficialmente reconhecidas no Brasil.

Além da incapacidade do país de proteger as suas áreas públicas, as áreas da União, que são florestas públicas não destinadas, que estão entre as áreas ainda mais

conservadas e remotas do país, e os parques nacionais, as reservas biológicas, as reservas extrativistas, todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que também foi vítima dos desmontes financeiros e legislativos dos últimos anos. Então, aí são terras que estão na mira da bancada Boi, Bala e Bíblia, que domina o Congresso Nacional e que já age de forma interseccional. Isso também é uma premissa da intersecção. Em Brasília, a intersecção já rola. Tem uma bancada que é Boi, Bala e Bíblia e que se sustenta desses pilares coloniais da concentração fundiária desses modelos econômicos que são coloniais, é num país que tem a sua economia estruturada em torno da exportação de commodities primárias, de soja, carne, minério de ferro, para isso ser industrializado ou alimentar cadeias industriais em outros países, a nossa economia é isso.

Na economia do Brasil é isso, então é colonial, associada a essa concentração de terras que na cidade se reflete com a quantidade de pessoas em situação de rua ou em situação de moradia precária, em zonas de risco para eventos climáticos extremos como enchentes e secas, então está tudo conectado. E o proibicionismo, a guerra às drogas, na sua versão brasileira – porque a gente criou uma forma brasileira de implementar essa política, que é extremamente racista, com recorte de gênero também muito cruel – é uma política que é usada para destruir reputações, para prender pessoas e para assassinar pessoas impunemente. E para hospitalizar, internar pessoas em manicômios ou comunidades religiosas. É só para isso que serve.

O que a gente aprende nesse processo é a confirmação de que não funciona em lugar nenhum. Só funciona para fazer esse controle social de territórios, de pessoas que passam a ser criminalizadas por essa política. E eu acho que essa validação dessa tese que vem desses diferentes pontos de vista é a contribuição que esse projeto traz. A gente consegue deslocar de onde esse debate geralmente fica concentrado, as grandes regiões metropolitanas, o varejo de drogas, o combate ao tráfico nas favelas, as grandes operações policiais, as grandes apreensões. Esse lugar que é onde 100% do debate tende a acontecer, para essa questão ampla que se manifesta em todo o território nacional de formas diferentes, mas afetando comunidades de norte a sul do Brasil.

Então, eu acho que o aprendizado é esse, assim, a gente tem um problema real, droga está em tudo, você não precisa gostar, você não precisa usar, você não precisa querer, entendeu? Porém, na realidade, a verdade é essa e o que a gente vai fazer? Porque não é só a polícia que está enxugando gelo. Quem está tentando zerar o desmatamento na

Amazônia sem mexer nisso também está enxugando gelo. Porque não tem como competir. Não tem como competir com o dinheiro que isso mobiliza, com o poder político que isso envolve com as conexões internacionais e com os interesses em geral que estão por trás, né? E que a droga é essa carapuça que serve em qualquer lugar aqui. Vou usar droga para corromper essa pessoa, vou usar o dinheiro da droga para comprar isso aqui, vou usar a mão de obra da droga para abrir essa rota aqui na floresta. Está em tudo, quer as pessoas queiram ou não. Por isso que acho que a nossa missão é chamar atenção para essa realidade e reposicionar esse debate para poder avançar.

RF

Eu acho que a resposta da Rebeca foi perfeita. Gostaria de trazer só mais um ponto de intersecção aqui, que é o petróleo. O petróleo é uma das commodities que acaba criando ou sendo parte, talvez, uma das mais importantes, da crise ambiental, do caos climático e de como a cadeia produtiva das indústrias gira em torno disso. Desde a produção de carros, dos transportes, de logística de tudo, até a produção de plásticos e microplásticos. E aí a gente vê que o petróleo acaba sendo uma fonte dessa cadeia que permite, inclusive, ou a necessidade de revisitarmos e revermos e repensarmos o petróleo. Ele favorece o surgimento ou o ressurgimento, a saída das catacumbas de pensamentos autoritários, de pensamentos da extrema-direita, que vão negar o crime, vão negar a crise climática, o impacto ambiental dessa exploração.

E nisso, a extrema-direita se fortalece à medida que a política de drogas coloca, além do monopólio dos bilhões que são gerados por todos esses crimes aqui que a gente está discutindo há mais de uma hora, como a cocaína, enfim, mas ele acaba colocando uma estrutura onde pobre mata pobre, onde a polícia, que é pobre, mata o pobre que está lá na ponta final, ou é o varejista ou é o camponês. Enquanto os atravessadores são as mesmas pessoas que lucram ou que lavam essa grana. Então, quando a gente está discutindo exploração do petróleo na margem equatorial da Amazônia, na bacia do Rio Amazonas, e a abertura de estradas, de portos, de aeroportos, o que isso pode gerar, a gente vê o quanto uma coisa retroalimenta a outra, o quanto isso vai agravar e vai proporcionar uma celeuma muito maior, muito mais ampla do que aquilo que já existe hoje, por conta não só do petróleo em si, mas de todas essas atividades criminosas que

vão vir a reboque, que vão usar essa infraestrutura na floresta para fortalecer o crime organizado.

Sei lá, é complexo mesmo a situação da gente olhar como uma coisa não está indissociada da outra. A gente vê o petróleo, o avanço da extrema-direita, o negacionismo climático, quanto que isso retroalimenta a violência e a desordem na segurança. Acho que tem um pouco disso também. A intersecção vai continuar e, quem sabe, a gente pode aprofundar e elaborar isso, olhar para essa questão do petróleo com mais cuidado.

RL

Acho que o Renato tocou num ponto-chave, que é, se a gente olhar o que aconteceu ali na região da Bacia de Santos, no Rio de Janeiro, onde estão concentradas as operações do pré-sal e a expansão da extração de gás. O que aconteceu com as comunidades tradicionais ali da região de Ubatuba, Paraty, as comunidades caiçaras, que viveram o aumento da violência na Baixada Santista desde 2006, desde os crimes de maio, são essas frentes de “desenvolvimento”, o dinheiro dessas frentes de “desenvolvimento” tem uma sombra que é o dinheiro da droga. São economias que operam de forma integrada. Toda frente predatória, ultra capitalista de exploração, a economia da droga vem a reboque. Então, você vai conversar com essas comunidades, as facções, os grupos organizados chegaram depois, se consolidaram ali como atores sociais depois da chegada do pré-sal. Importante olhar para o que aconteceu ali, aqui no Sudeste, porque é o que vai acontecer na Foz Equatorial, com esse projeto dessa nova fronteira de petróleo, que é o que está se propondo concretizar. É uma decisão muito séria, essa de abrir essa nova fronteira para exploração de petróleo num lugar de altíssima biodiversidade, né? E que vai funcionar como um indutor direto de desmatamento e poluição e urbanização descontrolada.

É uma discussão que o país devia parar para ter, sabe? Não é um debate que deveria ficar na mão de Ministério de Minas e Energia, Congresso e IBAMA. Esse é um debate e é uma decisão, assim como deveria ter sido com a usina de Belo Monte. São projetos que mudam completamente as regiões onde são implementados, são compromissos de longo prazo que o país assume, não é um governo que está assumindo, não é uma gestão, entendeu? É o país! Belo Monte é um compromisso de 80 anos, todo mundo aqui já vai ter morrido e o negócio vai estar lá ainda, destruindo o Xingu. Então,

assim, a gente tem que amadurecer e refletir de forma estratégica nesse contexto de colapso sistêmico planetário, que é o que representa a crise climática, de mudança nos padrões hidrológicos, de produção de alimentos. Tudo vai mudar e a gente está ainda repetindo erros grotescos, por um lado, com esse tipo de projeto da Foz Equatorial, além de sustentar uma política absurda na sua versão brasileira, que é a proibição das drogas, a guerra às drogas aqui no país, que só mata jovem, prende pobre e estigmatiza usuários e gera todo esse tsunami de problemas integrados.

MV

Muito legal, pessoal. Agora, encaminhando para a conclusão, eu queria saber qual é a expectativa de vocês quanto à recepção dessa edição especial da revista. A estratégia de circulação em espaços além do acadêmico e das entidades do terceiro setor envolvidas no campo, vocês vislumbram desdobramentos concretos a partir dessa contribuição? Como articulações em redes, eventos ou políticas públicas. Por fim, o que vocês gostariam que o leitor levasse consigo ao terminar de ler essa edição da Platô?

RL

Bom, a gente conseguiu imprimir mil cópias da revista, então a gente tem uma estratégia de distribuir uma por uma, é uma estratégia de alcance, de promoção muito direcionada, uma lógica meio anti-algoritmo, a gente quis voltar à velha escola de material impresso e conversas presenciais. Tem um investimento nesse sentido, a gente fez o lançamento aqui em São Paulo, com dois eventos, inclusive um ali no Jardim São Luís, na Zona Sul, e aí a próxima parada vai ser Brasília, agora em maio, depois a gente vai realizar um lançamento em Belém do Pará, um em Salvador, na Bahia, e um no Rio de Janeiro. Nossa ideia é fazer esse circuito com a revista, promover esses encontros.

Então, fiquem ligados, se vocês estiverem em alguma dessas cidades, acompanhem as redes da iniciativa, da plataforma do Intersecção para saberem, porque aí é uma oportunidade também de pegar uma cópia impressa da revista. e, além disso, a gente está divulgando os conteúdos nas redes sociais. O que eu quero que as pessoas levem dessa reflexão primeiro um pouco essa experiência de dar uma parada, sabe? Dar uma saída da rede e tomar um tempo, uma horinha da sua vida para ler, para aprender sobre um tema novo, refletir com calma, com atenção, focar em uma informação. A gente

não queria fazer um vídeo de um minuto, que tivesse um milhão de *views* e um milhão de “ninguém-viu”. Porque aí você já está vendo o *look* do influenciador da semana e já esqueceu do que viu 30 segundos atrás.

Esse é um projeto que exige que tanto nós quanto as pessoas dediquem um tempo, parem para pensar, parem para ouvir, pratiquem essa escutativa - lendo a revista, indo atrás dos autores, conhecendo o trabalho das organizações e entendam o que a gente está falando, o conceito que a gente está jogando para o mundo, né, Baba¹⁴? É a redução de danos ecológica. É essa mistura dos aprendizados que a gente tem de recomposição de vida, de resgate de identidades, de novos comportamentos, que a gente trabalha com pessoas que usam drogas, de prevenção, de mitigação de danos e riscos, e extrapolar isso para nossa vida nos territórios, nos lugares, pensando numa gama mais ampla de direitos e de políticas afirmativas que possam mitigar os danos tanto da proibição quanto da crise climática. A gente é ambicioso, idealista, mas é o que a gente tem aí no mundo.

Queria deixar numa nota mais positiva. Acho que o fato de a gente ter projetos como esse mostram que existe muita inteligência coletiva no Brasil, muita coragem e tem que continuar insistindo e reclamando e se fazendo ouvir, e abrindo espaço, seja com publicações, seja com conversas como essa, para uma pessoa por dia, rompendo esse ciclo de dominação que o proibicionismo e essa loucura que a gente vive de poluição de informação colocou a galera. Então, estamos juntos. Muito obrigada por esse espaço, por ouvir a gente. Leiam a revista, façam sugestões e pensem sobre isso. Obrigada.

RF

Bom, acho que a ideia é espalhar agora, já que o trabalho foi feito e vai ser continuado. Então, é uma oportunidade de que mais pessoas colhem e somem com a gente. Então, acho que, a partir da leitura, acho que talvez acenda a centelha do incômodo. É um assunto indigesto, é um assunto que, como a Rebeca traz, ele será herdado pelas futuras gerações. Acho que se cada vez mais pessoas se mobilizarem, pensarem no assunto, movimentarem essa pauta na qual a gente acredita, um potencial de mudança para a emancipação socioambiental, a coisa se movimenta mais rápido. Então, a gente precisa sair com esse incômodo, dessa conversa, dessa leitura, porque é o incômodo que

¹⁴ Aqui, a entrevistada emprega um apelido através do qual o professor Renato Filev é conhecido entre seus amigos.

faz a gente se movimentar, é o incômodo que faz a gente buscar uma alternativa e uma melhora para a nossa realidade para das futuras gerações. E aí, só lembrando, a gente tem traduções para o espanhol e para o inglês. Então, para quem quiser também acessar e for aqui os *hermanos*, sei que o Marcos está em Buenos Aires, então, se puder divulgar aí para os *hermanos* também, vai ser de grande contribuição para que a gente possa pensar numa saída coletiva, solidária e que a gente possa, de fato, pelo menos presenciar o início dessa mudança.

MV

Pô, maravilha, Filev, divulgo sim. Bom, vamos lá. Excelente, pessoal. Infelizmente, chegamos ao fim desse nosso papo incrível. Queria agradecer a vocês mais uma vez, por se disponibilizarem e pedir para darem seus recados finais e se despedirem de nossos ouvintes. Valeu demais por trazerem todo esse conhecimento para a gente.

RF

Agradeço, então, ao Cannabis Monitor, ao professor Marcos Veríssimo, ao Gustavo Maia, Priscila Rosa, Rebeca Lerer. Teve, assim, uma legião de pessoas, né? A Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Iniciativa Negra, International Foundation. Enfim, muita gente para agradecer. Acho que a agenda continua. Levem as discussões para as marchas da maconha, que já se iniciaram, teve no Rio de Janeiro, dia 14 de junho, será em São Paulo, tem dezenas de cidades do Brasil com agendas para a questão da mudança da política de drogas, mas também vai ter a COP30 em Belém. Então, acho que o assunto esse ano vai reverberar. É importante a gente unir sociedade civil, ativismo, movimento social, instâncias governamentais, porque só assim a gente vai conseguir enxergar novas realidades. Agradeço enormemente ao trabalho do Maconhometro e contem comigo para quando precisar. E agradeço também publicamente à Rebeca Lerer por ter feito toda essa intersecção. Grande amiga querida, estamos juntos. Muito obrigado.

RL

Então, eu e o Baba, a gente é voluntário do coletivo que organiza a Marcha da Maconha São Paulo também há 17 anos, 15 anos, desde o começo. A gente se conheceu, inclusive, na marcha e eu acho que isso é bem importante. Eu sinto esse trabalho que a

gente fez juntos na revista mostra que as pesquisas e a produção intelectual do movimento social pelo fim da guerra às drogas são importantes, nós somos... O Baba é acadêmico, mas eu me considero uma intelectual orgânica formada pelo movimento social brasileiro. Então, o trabalho nas ruas alimenta também a nossa força de luta, então queria também deixar aqui o meu salve para a Marcha da Maconha São Paulo e deixar o convite para que todo mundo participe no dia 14 de junho, a partir de 14h20, lá no MASP, e também apoie as marchas regionais e periféricas, que são auto-organizadas aqui na região metropolitana de São Paulo. Muito obrigada, Maconhometro. Vocês também são parte desse campo de mudança, então, parabéns pelo trabalho, obrigada, e vamos que vamos, vamos com tudo. Fogo na bomba. Desculpa, não sou acadêmica, gente.

MV

Está ótimo.